



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1652

Quarta-feira - 31 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Presidente Castello Branco.....	324
Antônio Carlos	7	Salto Veloso	326
Arroio Trinta.....	8	Santa Rosa do Sul	329
Balneário Rincão	16	Santa Terezinha do Progresso	330
Bom Jesus do Oeste	24	São Bento do Sul.....	336
Brusque.....	27	São Domingos.....	337
Caçador.....	28	São João do Sul	343
Camboriú.....	63	São Joaquim	348
Campo Alegre	66	São José.....	353
Campos Novos	73	São José do Cedro.....	358
Canelinha	93	São Lourenço do Oeste.....	358
Canoinhas.....	94	São Miguel do Oeste.....	366
Capinzal	98	Schroeder	450
Caxambu do Sul.....	105	Serra Alta	450
Chapadão do Lageado	107	Timbó	452
Cocal do Sul.....	111	Três Barras	452
Concórdia	113	Treze Tílias	459
Cordilheira Alta	132	Tunápolis.....	556
Coronel Freitas.....	134	Urussanga	559
Corupá	134	Vargem Bonita	567
Forquilha.....	135	Vidal Ramos.....	572
Fraiburgo.....	145	Videira.....	575
Garopaba.....	145	Vitor Meireles.....	577
Guaramirim.....	149	Xavantina	581
Herval d'Oeste	149		
Ibiam	161		
Imarui	165		
Imbituba	166		
Indaial.....	176		
Iomerê	198		
Ipumirim	198		
Irineópolis	204		
Itá	208		
Itapiranga.....	214		
Jacinto Machado	216		
Joaçaba	218		
Lauro Muller	225		
Lindóia do Sul	230		
Luzerna	230		
Massaranduba.....	234		
Nova Trento	238		
Novo Horizonte	248		
Ouro	249		
Passo de Torres.....	251		
Passos Maia	251		
Paulo Lopes	252		
Penha.....	254		
Peritiba.....	254		
Porto Belo.....	255		

Associações

AMAU.....	584
-----------	-----

Consórcios

ARIS	585
CIGA	586
CISAM.....	588
CISAMA	596

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



31 DE DEZEMBRO

Parabéns, Fraiburgo, por seus 53 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal





31 DE DEZEMBRO

Parabéns, Lontras,
por seus 53 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 158/2014

DECRETO Nº 158/2014 - DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.905,00 (vinte mil e novecentos e cinco reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0095/53/55/70 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.306.0010.2.019MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.00.00.01.0095/53	Aplicações Diretas.....R\$ 3.370,00
12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.00.00.01.0095/55 Aplicações Diretas.....	R\$ 2.535,00
12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.00.00.01.0095/70 Aplicações Diretas.....	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 20.905,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 159/2014

DECRETO Nº 159/2014 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014
"REAJUSTA O VALOR DAS DIÁRIAS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO SECRETÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 694, de 06.12.90, combinado com as

disposições da Lei nº 2.330, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados em 6,06% (seis vírgula zero seis por cento) os valores das diárias a serem concedidas aos servidores e agentes políticos que prestam serviços ao Poder Público Municipal e se ausentam, temporariamente, da sede administrativa a serviço do Município, e também fica realinhada a tabela de valores das mesmas.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, os valores das diárias passam a ser os seguintes:

- I - aos que percebem vencimento de até R\$ 1.226,18: R\$ 143,60;
- II - aos que percebem vencimento de até R\$ 1.839,27: R\$ 215,42;
- III - aos que percebem vencimento de até R\$ 3,065,46: R\$ 269,27;
- IV - aos que percebem vencimento acima de R\$ 3.065,46: R\$ 336,58;
- V - aos Secretários: R\$ 376,67;
- VI - ao Vice-Prefeito: R\$ 376,67;
- VII - ao Prefeito:
 - a) Capital do Estado de Santa Catarina e demais cidades R\$ 589,61;
 - b) Capital Federal e demais capitais Estaduais R\$ 753,39.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 160/2014

DECRETO Nº 160/2014 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
"REAJUSTA O VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n. 090/2014 de 04 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado em 1,82% (um vírgula oitenta e dois por cento) o valor do auxílio alimentação destinado aos servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Água Doce.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, o valor do vale alimentação passa a ser de R\$ 7,64 (sete reais e sessenta e quatro centavos) por dia útil de trabalho, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161/2014

DECRETO Nº 161/2014 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros:

I - Gláucia Regina Varaschin, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 006.597.239-21.

II - Andréia Turra, brasileira, solteira, funcionária pública do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 036.818.329-78.

III - Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público efetivo do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 005.614.419-95.

IV - Evarista Bernardete Trento, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 028.865.979-10.

V - Juliana Borgia, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 026.486.189-29.

V - Joel Roque Piaia, brasileiro, casado, funcionário público efetivo do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 594.268.299-20.

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações, será exercida pelo senhor Cristiano Savaris Da Silva, e a secretária será a senhorita Gláucia Regina Varaschin.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 004, de 08 de janeiro de 2014, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.007/2014

PORTARIA N.º 007/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS PARA A SERVIDORA EFETIVA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, MARIA HELENA CERINO , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Vilson Antônio Verona, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 016/10 de 18/05/2010 e na Lei Complementar nº 065/10 de 18/05/10 combinado com a Lei Complementar nº 015/99 de 28/12/1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1.º Conceder férias à funcionária pública efetiva do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - SC, sendo ela Maria Helena Cerino, ocupante do cargo de Advogada do Poder Legislativo do Município de Água Doce , nível CE-24, do Quadro de Pessoal, criado pela Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010 com as alterações trazidas pela Resolução nº 035/11 de 12.12.11 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, de 02/01/2015 a 01/02/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, vigente em cada exercício.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 22 de dezembro de 2014

Vilson Antônio Verona
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 22-12-14

Joana Viêra
Secretária da Presidência

PORTARIA N.008/2014

PORTARIA N.º 008/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO ODIN GUSTAVO MENDES CORRÊA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilson Antônio Verona, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 016/10 de 18/05/2010 e na Lei Complementar nº 065/10 de 18/05/10 combinado com a Lei Complementar nº 015/99 de 28/12/1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1.º Conceder férias ao servidor público efetivo do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, sendo ele Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, ocupante do cargo de Técnico Legislativo

Administrativo , nível CE-21, do Quadro de Pessoal, criado pela Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010, com as alterações trazidas pela Resolução nº 035/11 de 12.12.11 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, de 02/01/2015 a 01/02/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 22 de dezembro de 2014

Vilson Antônio Verona
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 22-12-14

Joana Viêra
Secretária da Presidência

PORTARIA N.009/2014

PORTARIA Nº 009/2014 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, NILZA APARECIDA MENDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilson Antônio Verona, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 016/10 de 18/05/2010 e na Lei Complementar nº 065/10 de 18/05/10 combinado com a Lei Complementar nº 015/99 de 28/12/1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1.º Conceder férias à servidora pública municipal efetiva do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, sendo ela Nilza Aparecida Mendes, ocupante do cargo de Contadora do Poder Legislativo do Município de Água Doce , nível CE-24, do Quadro de Pessoal, criado pela Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010 com as alterações trazidas pela Resolução nº 035/11 de 12.12.11 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, de 02/01/2015 a 01/02/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, vigente em cada exercício.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2015.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 22 de dezembro de 2014

Vilson Antônio Verona
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 22-12-14

Joana Viêra
Secretária da Presidência

PORTARIA N.010/2014

PORTARIA N.º 010/2014 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, OCUPANTE DO CARGO DE COMISSÃO SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilson Antônio Verona, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições inerentes ao cargo que ocupa, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e combinado com a Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010 e Lei Complementar n.º 065/10 de 18/05/2010 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Art. 1.º Fica exonerada do cargo em comissão Secretária da Presidência, Nível CC-1, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, Resolução nº 016/2010 de 18/05/2010 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, sendo ela Joana Viera, CPF 089.907.889-35, identidade nº 5.708.545 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Amália Heberle nº 111, em Água Doce - Santa Catarina.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada do Poder Legislativo.

Água Doce, 31 de dezembro de 2014

Vilson Antônio Verona
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 31-12-14

Joana Viêra
Secretária da Presidência

Antônio Carlos

PREFEITURA

12º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO 001/2014

12º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 31/12/2014 a 20/01/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 30 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
23º	ELISANGELA MARIA FELICIO CARDOSO	1366

PORTARIA N 608/2014

PORTARIA Nº 608/2014.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, ELIZETE SCHMITT, da Função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL, partir de 30 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 609/2014

PORTARIA Nº 609/2014.

Nomeia Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear INTERINAMENTE, IRANI HIPOLITO DA SILVA, para o Cargo Comissionado de SECRETARIO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 02 de janeiro de 2015.

Artigo 2º - Fica revogada a portaria nº 269/2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, edição 1239, pagina 15, datado de 15/05/2013.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 610/2014

PORTARIA Nº 610/2014.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, a Portaria nº 021/2013 datada em 04 de janeiro de 2013, retornando as suas atividades laborais a servidora LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, no cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 20H, a partir de 02 de janeiro de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de dezembro de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0064/2014 - MERCADO RZ LTDA EPP

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0064/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0043/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2014, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Orlando Zardo snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa MERCADO RZ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 85.373.157/0001-15, com sede na Rua XV de Novembro, nº 357 no município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Sra SALETE VARISA PARIZOTTO, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 518.025.209-10, e Carteira de Identidade nº 1.701.003, residente e domiciliada na Rua Joaquin Moreira dos Santos, 29, Bairro Floresta, no Município de Videira - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0043/2014, Pregão Presencial Nº 0030/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de Merenda Escolar para alunos DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, para os meses de novembro a dezembro de 2014, ou até que durar a quantidade licitada, conforme processo licitatório epigrafoado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - A Merenda Escolar deverá ser entregue pela contratada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará mensalmente pelos produtos da Merenda Escolar, conforme for retirada pela Secretaria Municipal de Educação e conforme a liberação dos Recursos Federais, sendo o valor total de R\$2.721,20(DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE CENTAVOS) sendo que o valor da mesma, não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 1º de novembro de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que a Merenda Escolar for totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014.

124/2014

00002.00004.00012.00361.00012.2.000026.3.3.3.9.0.00.00.00.0.00

Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 31 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

MERCADO RZ LTDA ME

CNPJ 85.373.157/0001-15

SALETE VARISA PARIZOTTO

Sócia Gerente

Contratada

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF - 000.077.349-21

ELÓI MARCELINO PARIZOTTO

CPF: 551.607.949-72

CONTRATO Nº 0069/2014 - DE MARCO LTDA

CONTRATO Nº0069/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº036/2014, AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO PARA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro, s/n Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa DE MARCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 84.584.556/0001-62, com sede na Avenida Rio Branco nº 288, Bairro Centro, Município de Joaçaba - Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JOSÉ PLATINA ROMUALDO, inscrito no CPF sob Nº 492.363.859-15 e Carteira de Identidade nº 107.482.7, residente e domiciliado na Rua Thomas Kranz, Bairro Monte Bela - Joaçaba, Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº0049/2014, Pregão Presencial Nº036/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento pela contratada do seguinte BEM, referente recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, PROCESSO Nº 1621/2014, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

Veículo novo, 0 Km, tipo Sedan, 4 portas, potência de no mínimo 104cv, Ano 2014/Modelo 2015, cor branca, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos nas 4 portas, travas elétricas, alarme, sistema de som instalado direto de fábrica (aparelho/alto-falantes), freios ABS, Airbag, sensor de estacionamento traseiro, porta malas de no mínimo 410 litros, pneu Aro 15. Garantia de 3(três) anos.

VALOR UNITÁRIO

R\$41.900,00

VALOR TOTAL

R\$41.900,00

§ 1º - O prazo para a entrega deverá ser de 07 (sete) dias da Homologação desta licitação, assinada pelo Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher;

§ 2º - A entrega somente deverá ser feita quando a Prefeitura enviar por e-mail ou fax a Autorização de Fornecimento, oportunidade em que a empresa vencedora deverá providenciar a entrega do bem.

§ 3º - A entrega do veículo deverá ser feita no Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher, sendo que o mesmo fará o recebimento e a conferência do veículo.

§ 4º - Garantia de no mínimo 03(três) meses da emissão da nota fiscal.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$41.900,00(QUARENTA E UM MIL E NOVECEN-TOS REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato, terá seu início em 12 de dezembro de 2014 e terminará em 20 de dezembro 2014, porém seu pagamento estará condicionado à liberação dos recursos pelo Governo do Estado de SC.O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, conforme segue:

136/2014

00002.00002.00004.00122.00003.1.000003.3.4.4.9.0.00.00.00.0.00

APLICAÇÕES DIRETAS

145/2014
00002.00002.00004.00122.00003.1.000003.3.4.4.9.0.00.00.00.0
0.00

APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 12 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CONTRATANTE

DE MARCO
CNPJ sob nº. 84.584.556/0001-62
CONTRATADA
JOSÉ PLATINA ROMUALDO
CPF sob Nº 492.363.859-15

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI **RONIVAN BRANDALISE**
CPF - 000.077.349-21 CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0070/2014 - BIGGER CAMINHÕES LTDA

CONTRATO Nº0070/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº035/2014, AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CAÇAMBA BASCULANTE.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro, s/n Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa BIGGER CAMINHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 02.937.451/0003-47, com sede na Rodovia SC - 453, KM 52,9 Bairro Rio das Pedras, Município de Videira - Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor VALDIR ALCIDES BOFFF, inscrito no CPF sob nº 655.402.120-53 e Carteira de Identidade nº 2.047.918.343, residente e domiciliado na Rua Saul Brandalise 1090, Apto 201, Bairro Centro - Videira - Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº0048/2014, Pregão Presencial Nº035/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento pela contratada do seguinte BEM, referente recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, Contrato de Repasse nº 805711/2014 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, PROCESSO Nº2623.1019449-83/2014, conforme descrição abaixo:

<p>CAMINHÃO FORD CARGO 1319, NOVO 4X2 0(ZERO) (ZERO) KM, ANO/MODELO:2014/2014, NA COR BRANCA, CABINE EM AÇO, EQUIPADO COM MOTOR QUATRO CILINDROS, COM CILINDRADA TOTAL DE 4.462M3, COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO, MOVIDO A OLEO DIESEL, POTÊNCIA MINIMA DE 189 CV, TURBINADO E INTERCOOLER, DISTANCIA ENTRE CONDIZENTE COM O IMPLEMENTO A SER ADAPTADO, COM PBT DE NO MÍNIMO 13.000 T, COM EIXO TRASEIRO REDUZIDO, CÂMBIO DE 6 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, AR QUENTE, DIREÇÃO HIDRAULICA, TANQUE DE 275 LITROS EM PLASTICO, COM PNEUS RADIAIS DE NO MÍNIMO 275/70R22,5, VIDROS COM ACIONAMENTO ELÉTRICOS, RÁDIO AM/FM COM ENTRADA USB, VEÍCULO EQUIPADO COM SISTEMA DE CONTROLE DE POLUENTES ARLA 32, EQUIPADO COM CARROCERIA BASCULANTE SOBRE CHASSI, NAS DIMENSÕES DE 5000 MM X 2300 MM LN 36, EM VIGA U, 05, COSTELAS DE 140 MM DISPOSTAS NA CAIXA DE CARGA COM 05 CARTOLAS DE REFORÇO AO FUNDO, CORRIMÃO DOBRADO EM 3/16, CAIXA DE CARGA COM FUNDO E LATERAIS EM CHAPA REFORÇADA DE 6.35 MM DE ESPESSURA, TAMPA TRASEIRA DE ABERTURA BASCULANTE E LATERAL (PORTÃO), EM CHAPA DE 6.35 MM DE ESPESSURA, CAIXA DE CARGA SOLDADA INTEIRA NAS LATERAIS ATÉ O CONTO DO FUNDO, CHAPÉU PROTETOR DE CABINE, SISTEMA DE BASCULAMENTO POR 02 CILINDROS DE AÇO DIRETA, ÂNGULO DE BASCULAMENTO MÍNIMO DE 46 GRAUS, GRAMPOS DE FIXAÇÃO DA CAIXA DE CARGA, GANCHOS DE ABERTURA DA TAMPA COM MOLLA, TOMADA DE FORÇA PARA VEÍCULO TIPO ACOPLADA, PÁRACHOQUE MÓVEL COM REGULAGEM DE ALTURA (HOMOLOGADO), SUPORTE DE ESTEPE FRONTAL COM CABO DE ELEVÇÃO, JATEAMENTO A BASE DE GRANALHA DE AÇO, FUNDO EM EPÓXI E ACABAMENTO EM TINTA PU NA COR SOLICITADA, CAIXA DE FERRAMENTAS, BARRICA D'ÁGUA, ESCADA LATERAL, FOMINHA DE MADEIRA PARA AUMENTO VOLUMÉTRICO DE CARGA, PARA LAMAS DE FERRO COM LAMEIRAS, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO, PROTETOR DE CICLISTA, FAIXAS REFLETIVAS CONFORME LEGISLAÇÃO.</p> <p>GARANTIA DO CAMINHÃO E DA CARROCERIA BASCULANTE DE 1(UM) ANO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.</p>	<p>VALOR UNITÁRIO</p> <p>R\$174.000,00</p>	<p>VALOR TOTAL</p> <p>R\$174.000,00</p>
---	--	---

§ 1º - O prazo para a entrega deverá ser de 45 (quarenta e cinco) dias a 60(sessenta) dias da Homologação da licitação, assinada pelo Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher;

§ 2º - A entrega somente deverá ser feita quando a Prefeitura enviar por e-mail ou fax a Autorização de Fornecimento, oportunidade em que a empresa vencedora deverá providenciar a entrega do bem.

§ 3º - A entrega do veículo deverá ser feita no Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcidir Felchilcher, sendo que o mesmo fará o recebimento e a conferência do veículo.

§ 4º - Garantia de no mínimo 01(um) ano da emissão da nota fiscal.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$174.000,00(CENTO E SETENTA E QUATRO MIL REAIS), sendo que o valor não deverá sofrer reajuste.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 19 de dezembro de 2014 e terminará em 19 de fevereiro 2015, porém seu pagamento estará condicionado à liberação dos recursos pelo Governo Federal. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, conforme segue:

32/2014
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0
0.00

Aplicações Diretas

147/2014
00002.00010.00026.00782.00023.1.000013.3.4.4.9.0.00.00.00.0
0.00

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 19 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CONTRATANTE

BIGGER CAMINHÕES LTDA
CNPJ nº. 02.937.451/0003-47
CONTRATADA
VALDIR ALCIDES BOFFF
CPF sob nº 655.402.120-53

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES - EXERCÍCIO 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES
PARA O ANO DE 2015

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com o Art. 34, da Lei nº 8.666/93, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização de Registros Cadastrais de Fornecedores e Ingresso de Novos Interessados para o ano de 2015.

O Cadastro de Fornecedores será diariamente, das 08h:30m às 11h:30m e das 13h:30m às 17h:30m, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro.

Arroio Trinta - SC, 30 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328

PORTARIA Nº 328, de 31/12/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal LUCIMARA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 944.348.679-20 e Identidade nº 3.410.385, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 234 de 09/09/2013, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 329

PORTARIA Nº 329, de 31/12/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal SALETE ANA SERIGHELLI MEZZARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 023.895.409-96 e Identidade nº 4.443.637, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 078 de 10/03/2014, a partir de 31 de dezembro

de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330

PORTARIA Nº 330, de 31/12/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal ELIANE APARECIDA CANONICA MIOTELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 040.249.719-80 e Identidade nº 4.369.204, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 015 de 02/01/2013, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331

PORTARIA Nº 331, de 31/12/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal THAISE CESCA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 063.992.899-47 e Identidade nº 4.978.391, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de MÉDICO, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 208 de 03/11/2014, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO Nº 0002/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES EM PRONTO ATENDIMENTO COM PLANTÃO E SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS. HUST

TERMO ADITIVO AO CONTRATO de Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário da Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.59236910009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Dr. Adgar Zeferino Bittencourt Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º e o Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações e o Processo de Licitação nº 0001/2014 - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2014 homologado no dia 06 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO Nº. 0002/2014 passa a vigor com a seguinte forma:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR**1.1. (...)**

1.2. Em pagamento ao objeto da contratação, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor global de R\$101.370,48 (CENTO E UM MIL TREZENTOS E SETENTA REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), a ser pago em doze (12) parcelas iguais e sucessivas de R\$8.447,54 (OITO MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - A CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO Nº. 0002/2014 passa a vigor com a seguinte forma:

6. CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1. A duração deste termo de contrato fica adstrita à vigência dos créditos orçamentários alocados para a contratação compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. (...)

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 29 de dezembro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ Nº 10.479.381/0001-97
TARCÍSIO LIDANI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

CNPJ/MF Nº 84.59236910009-88

ADGAR Z. BITTENCOURT

Diretor Geral do HUST

TESTEMUNHAS:

IRIO SERIGHELLI

CPF: 163.594.709-00

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA-SC, 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O Art. 57, inciso II, § 1º e o Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93 DA LEI 8.666/93, REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO COM A EMPRESA HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, cujo objeto é: disponibilização e a prestação pelo CONTRATADO, de serviços 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, para manter Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, compreendendo:

a) O Sobreaviso de Especialidades Médicas será disponibilizado por meio de escala e compreende: ginecologia/obstetrícia, traumatologia, anestesiologia, cirurgia geral, clínica médica e pediatria;

b) Atendimento ambulatorial e realização de exames quando necessários para diagnóstico conclusivo no momento do atendimento. CONFORME Processo de Licitação nº 0001/2014 - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2014 homologado no dia 06 de janeiro de 2014

O REAJUSTE E A ADITIVAÇÃO DO PRAZO ATENDE A LEGISLAÇÃO E TAMBÉM O QUE ESTABELECE A CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO 002/2014. ÍNDICE DO INPC DE NOV/13 A NOV/14 (6.333%)

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 0002/2014.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0001/2014 -

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2014

OBJETO: DISPONIBILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO PELO CONTRATADO, DE SERVIÇOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ININTERRUPTAS TODOS OS DIAS DA SEMANA, PARA MANTER SERVIÇOS HOSPITALARES EM PRONTO ATENDIMENTO COM PLANTÃO E SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, COMPREENDENDO: A) O SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DE ESCALA E COMPREENDE: GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, TRAUMATOLOGIA, ANESTESIOLOGIA, CIRURGIA GERAL, CLÍNICA MÉDICA E PEDIATRIA;

B) ATENDIMENTO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES QUANDO NECESSÁRIOS PARA DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO NO MOMENTO DO ATENDIMENTO.

CONTRATADA: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA
VALOR MENSAL: R\$8.447,54 PRAZO: 31/12/2015

INPC

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Nov/2014	0,53	5,5737	6,3338	1.072,0103
Out/2014	0,38	5,0171	6,3444	1.066,3586
Set/2014	0,49	4,6196	6,5881	1.062,3218
Ago/2014	0,18	4,1094	6,3547	1.057,1418
Jul/2014	0,13	3,9224	6,3335	1.055,2424
Jun/2014	0,26	3,7874	6,0574	1.053,8724
Mai/2014	0,60	3,5183	6,0786	1.051,1394
Abr/2014	0,78	2,9009	5,8149	1.044,8702
Mar/2014	0,82	2,1045	5,6154	1.036,7833
Fev/2014	0,64	1,2740	5,3850	1.028,3508
Jan/2014	0,63	0,6300	5,2593	1.021,8112
Dez/2013	0,72	5,5627	5,5627	1.015,4141
Nov/2013	0,54	4,8080	5,5836	1.008,1554

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 - VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 CONTRATO Nº0047/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº0003/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE - RECURSOS DO FUNDAM.

Pelo presente Termo Aditivo, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, sn Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 09.223.659/0001-81, com sede na Avenida XV de Novembro, 468, 1º andar, Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF sob nº 008.482.959-19 e identidade sob nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas 1.800, apto 301, Centro, no Município de Joaçaba - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA 5ª: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 047/2014, por mais 90(noventa) dias, ou seja, até 17 de março de 2015.

§1º - (...)

§2º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato

original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 08 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ. 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CNPJ: 09.223.659/0001-81

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Sócio Gerente

Contratado

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF - 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

ARROIO TRINTA-SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, § 1º, da Lei 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NO CONTRATO ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE. A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DEVERÁ SER POR MAIS 90(NOVENTA DIAS, TENDO EM VISTA A OCORRÊNCIA DE CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0005/2014 - AMARILDO ROBERTO BRAMBILA ME

TERMO ADITIVO 0005/2014 - AO CONTRATO Nº 0001/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012

PREGÃO Nº 00019/2012

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa AMARILDO ROBERTO BRAMBILA - ME empresa privada, CNPJ 17.194.480/0001-71, com sede na Rua Treze Tílias, nº 109, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Senhor AMARILDO ROBERTO BRAMBILA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli s/n, Centro, no Município de Arroio Trinta-SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 030.254.099-75 e CI n.º 4.059.951, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, s/n, centro, doravante denominado CONTRATADA, e que se regerá pela Lei Municipal 1.649 DE 12/11/2013, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes

alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivada a quantidade de 100 (CEM) HORAS DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO COM TRATOR DE PNEUS PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR, em conformidade com o Processo Licitatório nº 0079/2011, Pregão 019/2012.

CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 20 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

AMARILDO ROBERTO BRAMBILA-ME

CNPJ 17.194.480/0001-71

Contratada

Testemunhas:

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA - SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DE 100 HORAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2011, PREGÃO 019/2012.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 220/2014

DECRETO Nº 220/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 181/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinados ao empenhamento de Transferência à Consórcios Públicos para despesas correntes, no valor total de R\$ 60.749,50 (sessenta mil e setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos):

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 2.052: Manutenção do Programa Farmácia Básica - PFB
Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00. 0.2.67 - Transferência a Consórcios Públicos

TOTAL
..... R\$ 60.749,50

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total do seguinte crédito orçamentário:

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 2.052: Manutenção do Programa Farmácia Básica - PFB
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00. 0.2.00 - Transferência a Consórcios Públicos

TOTAL
..... R\$ 60.749,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº212/2014

DECRETO Nº 221/2014

DECRETO Nº 221 /2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO, DO EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e

em conformidade com a Lei nº 187/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial e inserir elemento de despesa/modalidade de aplicação, no orçamento do município, destinado ao funcionamento do SAMAE, conforme abaixo discriminado, para empenho de despesas correntes, vinculação de 0.2.00 - Recursos Próprios, não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 300.000,000 (trezentos mil reais):
Órgão 10: SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO
Proj./ativ. 2.070 Manutenção do SAMAE
Modalidade de aplicação: 3.1.40.00.0.2.00 (___) - Aplicações DiretasR\$ 300.000,00
TOTAL
..... R\$300.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura de credito especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 10: SAMAE
Projeto 1.071: Projetos, Construção, Ampliação e Manut. Sistema de abastecimento de água
Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.0.2.00(08) - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.0.2.00(09) - Aplicações DiretasR\$ 70.000,00
Projeto 1.073: Aquisição de Área e construção do Centro de Reciclagem do lixo.
Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.0.2.00(17) - aplicações diretasR\$ 90.000,00
TOTAL
..... R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

DECRETO Nº 222/2014

DECRETO Nº 222/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO, DO EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 188/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar por conta de transposição orçamentária, os projetos /atividade abaixo identificados, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):
Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO
Proj./ativ. 2.002 Manutenção do gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias. 3.1.90.00.00.0.1.00(00) - Aplicações Diretas R\$

95.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Atividade 2.006: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças. 3.1.90.00.00.0.1.00(17) - Aplicações Diretas. R\$ 65.000,00
TOTAL
..... R\$160.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura de credito suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.009: Manutenção do depto. De Adm da Educação e Diretoria de Ensino Atividade 2.009: Manutenção do Dpto. De Adm da Educação e Diretoria de Ensino 3.1.90.00.00.0.1.00(00) - Aplicações Diretas
R\$ 160.000,00
TOTAL
..... R\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 180/2014

LEI Nº 180/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado suplementar por conta de transposição orçamentária, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinado ao empenhamento de despesas correntes através de transferências entre municípios, no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):

Órgão 10: SAMAE
Unidade 01: SAMAE
Atividade 2.070: Manutenção do SAMAE
Modalidade de Aplicação: 3.1.40.00.00. 0.2.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL
..... R\$ 400.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 10: SAMAE
Unidade 01: SAMAE

Atividade 2.070: Manutenção do SAMAE
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00. 0.2.00 (23) - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00. 0.2.00 (24) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL
..... R\$ 400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ver revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 181/2014

LEI Nº 181/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado à abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinados ao empenhamento de Transferência à Consórcios Públicos para despesas correntes, no valor total de R\$ 60.749,50 (sessenta mil e setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos):

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 2.052: Manutenção do Programa Farmácia Básica - PFB
Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00. 0.2.67 - Transferência a Consórcios Públicos

TOTAL
..... R\$ 60.749,50

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total do seguinte crédito orçamentário:

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 2.052: Manutenção do Programa Farmácia Básica - PFB
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00. 0.2.00 - Transferência a Consórcios Públicos

TOTAL
..... R\$ 60.749,50

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em

vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 182/2014

LEI Nº 182/2014

DIPÕE SOBRE O SERVIÇO FUNERÁRIO NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

TÍTULO ÚNICO

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA CONCESSÃO

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante licitação, conceder ou permitir a empresas privadas, no mínimo duas, a exploração dos serviços funerários no município de Balneário Rincão.

§ 1º O prazo da concessão de que trata o caput deste artigo será de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período a critério da Administração Municipal.

§ 2º O processo licitatório estabelecerá entre outras, as seguintes condições:

- a) fornecimento de caixão fúnebre revestido de tecido ou plástico e demais acessórios, gratuitamente, para sepultamento de pessoas indigentes;
- b) submissão a tabela de preços, a ser fixada pelo Município, do caixão fúnebre 1 e 2 e pelo serviço prestado;
- c) submissão às condições para renovação do contrato;
- d) proibição para que as empresas prestadoras de serviços, não permaneçam nas imediações e no interior dos hospitais ou de casas de saúde, através de funcionário ou do proprietário, com a intenção de vender os serviços funerários.
- e) total liberdade aos parentes e ou responsáveis pelo de cujus na escolha da empresa prestadora funerária de sua preferência, mesmo durante o horário de plantão.
- f) instalar-se em local adequado, em zona comercial em conformidade com o código de obras, normas e posturas.

Art. 2º - Fica proibida às empresas prestadoras do serviço funerário a exibição, para efeito de oferta, artigos fúnebres em qualquer outro local do Município, restritos somente ao interior de seus estabelecimentos.

Art. 3º - O edital de licitação estabelecerá os requisitos necessários para habilitar a prestadora de serviço, que serão parte do contrato de concessão.

CAPÍTULO II

DA OCORRÊNCIA DE ÓBITOS

SEÇÃO I

O ATENDIMENTO AOS INDIGENTES

Art. 4º - As empresas fornecerão gratuitamente urnas e serviços funerários a indigentes e pessoas carentes, com requisição do órgão de assistência social do Município.

I- Entendesse por urna funerária, caixão, ataúde ou esquife, um

recipiente geralmente feito em madeira, apto para guardar um cadáver esticado em posição horizontal quando da ocasião de seu funeral e enterro. Possui tamanho variável função do tipo de cadáver que será abrigado variando conforme idade, peso ou altura.

II- Serviços funerários compreendem toda a preparação do corpo, assim como do velório e enterro.

§ 1º Considera-se caso sem requisição o ocorrido fora do horário de expediente do Município, a ser apreciado posteriormente.

§ 2º Sujeita-se à multa e suspensão da concessão, o não atendimento, pela respectiva prestadora de serviço, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º O município não arcará com as despesas que ultrapassem os limites fixados em tabelas próprias.

SEÇÃO II

DOS ÓBITOS INFECTOS CONTAGIOSOS E OS OCORRIDOS EM DOMICÍLIOS

Art. 5º - Em todos os óbitos, cuja causa mortis apresentar doenças infectos contagiosas que ofereçam riscos à saúde pública, os sepultamentos deverão ser obrigatoriamente em urnas do tipo zincada ou em invólucro com material impermeável e lacrado, conforme determinação do médico legista.

Art. 6º - Para os óbitos ocorridos em domicílios, ou nos casos em que não houver diagnósticos da causa mortis, a empresa tomara as seguintes providências:

I- se o de cujus teve acompanhamento médico, orientará os familiares ou responsáveis para obter o atestado de óbito;

II- se não houve acompanhamento médico, mas o óbito de morte natural transportá-lo até um hospital ou casa de saúde para diagnóstico e atestado médico.

III- se teve morte por acidente ou violenta, deverá ser transportado até o Instituto Médico Legal- IML.

CAPÍTULO III

DA PADRONIZAÇÃO DOS PREÇOS

Art. 7º Serão obrigatoriamente adaptados à tabela de preços os tipos de serviços, os padrões e os artefatos funerários para revenda.

§ 1º Será considerada infração a prática de preços superiores aos permitidos e a reincidência importará na perda do direito de continuar prestando serviços no Município.

§ 2º Fica livre o preço no fornecimento de serviços e artefatos funerários quando se tratar de padrão e características de luxo ou alto luxo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - As prestadoras de serviços funerários ficam obrigadas a manter estoque de urnas e artefatos funerários nos padrões especificados nas tabelas.

Parágrafo Único- Na falta de um dos tipos de urna ou artefato tabelado, será obrigatório fornecer ao cliente a do padrão imediatamente superior pelo preço do tabelado.

Art. 9º - As prestadoras de serviços funerários manterão controle operacional, fiscal e contábil, que ficarão à disposição da fiscalização municipal quando solicitados.

Art. 10 - Constitui infração qualquer ação ou omissão contrárias às disposições desta Lei.

§1º As infrações aos dispositivos desta Lei, serão aplicadas multas no valor de 15 UFM'S elevadas ao dobro no caso de reincidência por ato ou omissão.

§2º Caso permaneça a reincidência, será cassado a concessão.

Art. 11 - O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de decreto, assim como o regulamento do uso do cemitério Municipal.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº212/2014

LEI Nº 183/2014

LEI Nº 183/2014

ALTERA A LEI Nº 22/2013 MODIFICANDO AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONCEDENDO AO MESMO, AS ATRIBUIÇÕES ATINENTES AO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º Altera as atribuições do Conselho Municipal de Saúde, incluindo as atribuições atinentes ao Conselho Municipal de Controle Social dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, quais sejam:

I - Auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico e da organização das conferências Municipais;

II- Deliberar sobre problemas relacionados aos serviços públicos desta natureza, como coleta de resíduos sólidos, drenagem, manejo de águas pluviais, limpeza urbana, assim como todas as questões relacionadas ao saneamento básico e ambiental;

Art. 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico é fórum de debate aberto a toda a sociedade civil e reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento no Município e propor ajustes na política municipal de saneamento, convocada pelo Conselho Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Parágrafo Único - A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, apresentado pelo referido Conselho Municipal e aprovado pela Conferência.

Art. 3º Serão realizadas, ainda, audiências públicas locais de complementação e, sequencialmente, de validação do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando estabelecer a discussão acerca de seu conteúdo e adaptando-o às especificidades geográficas, sociais, econômicas e culturais de cada localidade.

Art. 4º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar, por decreto, a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 184/2014

LEI Nº 184/2014

CRIA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO O PRÊMIO PMAQ-AB, ESPECIFICANDO-LHE DESTINAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, instituído pelo Ministério da Saúde - SUS, pela Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, visando a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica em saúde, homologado pela Portaria nº 2.812, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º - A presente lei regulamenta o incentivo financeiro do PMAQ-AB (Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica), denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, especificando sua origem, natureza e destinação.

Art. 3º - O prêmio variável previsto no Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), será repassado pelo Ministério da Saúde ao município de Balneário Rincão conforme previsto no Art. 8º da Portaria 1654/2011 do Ministério da Saúde.

Art. 4º - O valor do prêmio incentivo financeiro variável do PMAQ-AB recebido do Ministério da Saúde será aplicado em mobília, equipamentos, despesas de custeio das equipes e dividido entre os servidores lotados nas unidades de ESF, independentemente do modelo de vínculo empregatício, e os de apoio institucional que aderiram ou vierem a aderir ao Programa, conforme alcance de metas relativas aos indicadores de saúde, através de Portaria.

§1º- Os servidores somente terão direito ao incentivo referido neste artigo caso as suas equipes tenham classificação do desempenho acima da média ou muito acima da média, após a avaliação externa.

§2º - Caso alguma equipe seja classificada com o desempenho insatisfatório no processo de certificação de avaliação externa, a mesma deixará de receber o valor do incentivo e a equipe e gestor local terão que assumir um termo de ajuste.

§3º - Caso alguma equipe seja classificada com o desempenho mediano ou abaixo da média após a avaliação externa, terá que recontratar. E os recursos referentes a esta classificação serão aplicados somente na aquisição de mobílias, equipamentos e despesas para custeio de sua equipe.

§4º - O valor mensal de cada equipe será definido pela Certificação das Equipes de Atenção Básica participantes do PMAQ-AB após avaliações externas do Ministério da Saúde.

Art. 5º - Os valores provenientes dos resultados da certificação da avaliação externa do PMAQ-AB serão distribuídos da seguinte forma, para profissionais que atuam 40 horas semanais:

§ 1º - Para as Estratégias de Saúde da Família:

- 30% para mobília, equipamentos e custeio
- 4% para Coordenação Municipal do PMAQ
- 6% para o Apoio Institucional (coordenação de programas, coordenação de odontologia, setor técnico /planejamento)
- 10% entre os enfermeiros
- 48% entre os demais membros da equipe (médico saúde da família, técnicos de enfermagem, e agentes comunitários de saúde)
- 2% agente de serviços gerais

§ 2º - Para as Equipes de Saúde Bucal:

- 38% para mobília, equipamentos e custeio
- 7% para Coordenação Municipal de Odontologia
- 10% para o Apoio Institucional (coordenação do PMAQ, setor técnico /planejamento e avaliação)
- 30% entre os cirurgiões dentistas
- 15% entre os auxiliar de consultório dentário

§ 3º- Caso os profissionais contemplados pela referida lei não tenham carga horária de 40 horas semanais receberão a premiação proporcionalmente a carga horária que desempenham.

§ 4º - Cada equipe receberá o percentual de acordo com a sua classificação na certificação do Ministério da Saúde.

§ 5º Fica suspenso o pagamento da premiação definido neste artigo ao profissional, nas seguintes situações:

- a) Cujo somatório de atestados médicos no mês for superior a 3 dias;
- b) Estiver em licença prêmio;

§ 6º Durante a Licença Maternidade será mantido o pagamento do incentivo PMAQ-AB, de acordo com a categoria profissional, sendo o recurso financeiro retirado do percentual destinado para mobília, equipamentos e custeio.

Art. 6º - O pagamento do valor do prêmio do incentivo financeiro variável do PMAQ-AB, das equipes contratualizadas e/ou recontratatadas, aos servidores que estavam trabalhando por ocasião da contratualização será retroativo conforme Portaria a ser publicada pelo Ministério da Saúde, a qual possibilitará identificar, os valores, o período do repasse e as equipes contempladas.

Parágrafo único: Os servidores novos que entrarem no município, receberão o incentivo do PMAQ-AB, a partir da data da admissão e de acordo com o valor mensal da equipe definido pela Certificação das Equipes de Atenção Básica e de Saúde Bucal pelo Ministério da Saúde.

Art.7.º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta dos incentivos provenientes do Ministério da Saúde - SUS, creditada em conta própria para o PMAQ-AB no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 8.º A Secretaria Municipal de Saúde editará portaria no prazo de 30 dias a contar da publicação desta lei, regulamentando os critérios internos de premiação.

Art. 9.º O Prêmio PMAQ-AB, dada a sua não habitualidade e sua natureza jurídica de prêmio, não incorporará a remuneração do premiado para nenhum efeito jurídico.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 185/2014

LEI 185/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR A REMUNERAÇÃO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo I da Lei 83/2013, para adequar a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, conforme a Lei Federal 12.994/2014

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

ANEXO

FUNÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	29	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.017,56 (AMPLITUDE DE REFERÊNCIA 07)
AGENTE DE COMBATES A ENDEMIAS	03	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.017,56 (AMPLITUDE DE REFERÊNCIA)

LEI Nº 186/2014

LEI Nº 186/2014

AUTORIZA ADITIVAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MUNICÍPIO DE IÇARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado aditar o convênio de cooperação técnica com o Município de Içara, tendo por objetivo o desenvolvimento e execução de atividades de rotina da administração pública, notadamente aquelas que se caracterizam por prestação de serviço continuado, bem como, as de natureza administrativa que sirvam de matriz para os atos administrativos essenciais.

Art. 2º O aditivo será firmado pelo prazo de 22 (vinte dois) meses e 24 dias, a contar de 06/02/2015 até 31/12/2016.

Art.3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 187/2014

LEI Nº 187/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO, DO EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial e inserir elemento de despesa/modalidade de aplicação, no orçamento do município, destinado ao funcionamento do SAMAE, conforme abaixo discriminado, para empenho de despesas correntes, vinculação de 0.2.00 - Recursos Próprios, não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 300.000,000 (trezentos mil reais):

Órgão 10: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Proj./ativ. 2.070 Manutenção do SAMAE

Modalidade de aplicação: 3.1.40.00.0.2.00 (___) - Aplicações DiretasR\$ 300.000,00

TOTAL R\$300.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura de crédito especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 10: SAMAE

Projeto 1.071: Projetos, Construção, Ampliação e Manut. Sistema de abastecimento de água

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.0.2.00(08) - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.0.2.00(09) - Aplicações DiretasR\$ 70.000,00

Projeto 1.073: Aquisição de Área e construção do Centro de Reciclagem do lixo.

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.0.2.00(17) - aplicações diretasR\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

LEI Nº 188/2014

LEI Nº 188/2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DO EXERCICIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal, informa que a Câmara de Vereadores de Balneário Rincão aprovou e eu sancionei a presente lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta de transposição orçamentária, os projetos /atividade abaixo identificados, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Proj./ativ. 2.002 Manutenção do gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias. 3.1.90.00.00.0.1.00(00) - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.006: Manutenção de Secretaria de Administração e Finanças. 3.1.90.00.00.0.1.00(17) - Aplicações Diretas. R\$ 65.000,00

TOTAL
..... R\$160.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura de credito suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.009: Manutenção do depto. De Adm da Educação e Diretoria de Ensino Atividade 2.009: Manutenção do Dpto. De Adm da Educação e Diretoria de Ensino 3.1.90.00.00.0.1.00(00) - Aplicações Diretas

R\$ 160.000,00

TOTAL
..... R\$ 160.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de Dezembro de 2014.

ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº212/2014

DECRETO GP/Nº 218/2014

DECRETO/ GP/Nº 218/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 1º - O pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao exercício de 2015, poderá ser efetuado até o dia 18 de março de 2015, em cota única, com desconto de 20% ou em até 05 parcelas, com os seguintes vencimentos:

1ª Parcela: 18 de março de 2014;

2ª Parcela: 18 de abril de 2014;

3ª Parcela: 18 de maio de 2014;

4ª Parcela: 18 de junho de 2014;

5ª Parcela: 18 de julho de 2014;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 29 de dezembro de 2014.

DECRETO/ GP/Nº 219/2014

DECRETO/ GP/Nº 219/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

FAZ CORREÇÃO DA TABELA DA CIP - CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei 006/2013.

Art. 1º - Fica corrigida a Tabela da CIP - Custeio de Iluminação para o exercício de 2015 em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento) referente a acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2013 a outubro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 29 de dezembro de 2014.

DL 096/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 096/PMBR/2014

OBJETIVO: O Município de Balneario Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a contratação da empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, para prestação de serviços de

publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Balneário Rincão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA, para o ano de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 29/12/2014, por Aníbal Valdomiro Patrício - Secretário de Administração e Finanças Interino.

Balneário Rincão, 29 de Dezembro de 2014.

Renato da Silva Vitche

Presidente Substituto da Comissão de Licitações

DL 097/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 097/PMBR/2014

OBJETIVO: O Município de Balneario Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a contratação da empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para o ano de 2015, envolvendo os seguintes acessos: I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos; II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/ FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais e III - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 29/12/2014, por Aníbal Valdomiro Patrício - Secretário de Administração e Finanças Interino.

Balneário Rincão, 29 de Dezembro de 2014.

Renato da Silva Vitche

Presidente Substituto da Comissão de Licitações

DL 098/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E LAZER

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 098/PMBR/2014

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante

processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresa para realização de Shows Artísticos durante o Reveillon 2014/2015, que será realizado no dia 31 de Dezembro de 2014, no Município de Balneário Rincão/SC, com as seguintes atrações: Grupo Artístico Musical "LOKAMANIA" e Banda "VIGARIO JACK".

CONTRATADAS: GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA-ME.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Turismo Esporte e Lazer.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 29/12/2014, por Aníbal Valdomiro Patrício - Secretario de Administração e Finanças Interino.

RATIFICAÇÃO: em 29/12/2014, por Décio Gomes Góes -Prefeito Municipal .

Balneário Rincão, 29 de Dezembro de 2014.

RENATO DA SILVA VITCHE

Presidente Substituto da Comissão de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 169/PMBR/2014; GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME. OBJETO: contratação da empresa GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME, para realização de Shows Artísticos durante o Reveillon 2014/2015, que será realizado no dia 31 de Dezembro de 2014, no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/01/2015; ASSINATURA: 29/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ivolney Gava.

IL 027/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 027/FMS/2014

OBJETIVO O Município de Balneario Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa para prestação de serviços de assistência à saúde com: EXAMES DE DIAGNOSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", durante o ano de 2015, no Município de Balneário Rincão - SC.

CONTRATADA: Laboratório de Análises Clínicas Balneário Rincão Ltda.

CONTRATANTE: Município de Balneario Rincão - SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 30/12/2014, por Maria Tereza Brasil Zanini, Secretária de Saúde.

Balneário Rincão, 30 de Dezembro de 2014.

RENATO DA SILVA VITCHE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO SUBSTITUTO

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015/SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº. 001/SAMAE/2015

OBJETIVO: O Samae de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a contratação emergencial da empresa RAC - SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA - ME, para execução de serviços de destinação final de entulhos do Município de Balneário Rincão-SC, por um período de 30 (trinta) dias.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.
RECONHECIDO: em 30/12/2014, por Antonio Carlos Ghisi - Diretor Administrativo Financeiro.

RATIFICAÇÃO: em 30/12/2014, por João Iris Raupp Junior - Diretor Presidente.

Balneário Rincão, 30 de Dezembro de 2014.

ANTONIO CARLOS GHISI
Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO SAMAE/DEZEMBRO/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 042/SAMAE/2014; UNITA VEÍCULOS LTDA:OBJETO: a contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de um veículo tipo pick up, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 01/12/2014; VIGENCIA:31/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. VILCIO ROGÉRIO CARRADORE

CONTRATO Nº. 043/SAMAE/2014; SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL S/A; OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para locação de um caminhão com compactador de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 09/12/2014; VIGENCIA: 31/11/2015 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa O Sr. Luiz Carlos Poli.

CONTRATO Nº. 044/SAMAE/2014; WSZ MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI,; OBJETO locação de caminhão caçamba 4x4 com capacidade para 12m³ com motorista e dois ajudantes, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 19/12/2014; VIGENCIA:31/03/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. WILLIAN DA SILVA ZANETTE

CONTRATO Nº. 045/SAMAE/2014; Multiban Locação de Bens Móveis Ltda. EPP; OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de banheiros químicos para a temporada de verão no atendimento as necessidades do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, ASSINATURA: 23/12/2014; VIGENCIA:31/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. GERSON MATHEUS MARTINS BRUM

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****CONTARTO ADM Nº 90/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 90/14 DE 30.12.2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 006/14 DE 20.01.2014.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa CLINICA CAMARGO & SCHLOTTELDT LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº 12.975.931/0001-94, com sede a Rua Ramio Barcelos, nº 2728, sala 01, bairro centro, Cep: 96508-071, Município de Cachoeira do Sul - RS, neste ato representada pelo Sócio Gerente Sr. Voltaire Gaske Schlottfeldt, brasileiro, solteiro, médico, inscrita no CRM sob nº32823, portador da Cédula de Identidade nº 5090122184 SJS/RS, inscrito no CPF sob nº. 010.834.260-36, residente e domiciliada na Rua Ramiro Barcelos nº 2728, Bairro Centro, Município de Cachoeira do Sul - RS, doravante denominado como CONTRATADO de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatório nº 2822/2013, Edital de Pregão nº 17/2013, homologado em 20/01/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 006/14 de 20 de janeiro de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGENCIA**

O prazo previsto na cláusula segunda fica prorrogado para 31 de janeiro de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 006/2014 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 30 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

VOLTAIRE GASKE SCHLOTTFELDT
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
WALTER NAUJORKS MARILIA CECCON MAGGI
CIC Nº 446.591.219-68 CIC Nº 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB - SC Nº 14565 B

CONTRATO 088/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 88/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ARB Construtora Ltda ME.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2545/2014
Objeto: Construção de 6(seis) salas de aula total de 854 m².
Valor: R\$ 919.917,40 (Novecentos e dezenove mil, novecentos e dezessete reais e quarenta centavos).
Vigência: 30 de dezembro de 2014 a 28 de agosto de 2015.
Assinatura: 30 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO ADM Nº 86/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/14 DE 30.12.2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 57/14 DE 27.06.2014.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº. 05.853.843/0001-54, com sede a Av. Dom Pedro II, 740, sala, centro, Município de Serra Alta - SC, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor Elio César da Silva, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado na Av. Dom Pedro II, 1065, centro, na cidade de Serra Alta/SC, portador do CIC, sob nº. 674.344.109-06, Rg nº 2.430.896 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatorio nº 1092/2014, Edital de Tomada de Preços nº 002/14, homologado em 27/06/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 57/14 de 27 de junho de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGENCIA**

O prazo previsto na cláusula sexta fica prorrogado para 03 de abril de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 57/2014 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 30 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR ELIO CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS CELIO FAZZIONI
CIC Nº 446.591.219-68 CIC Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB - SC Nº 14565 B

CONTRATO ADM Nº 87/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 87/14 DE 30.12.2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 77/14 DE 21.11.2013.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa CONSTRUTORA SENHORE LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº. 07.821.359/0001-79, com sede a Av. Alfredo J. Scopel, 620-A, centro, Município de Saltinho - SC, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor Ademir Senhore, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado na Av. Alfredo J. Scopel, 620-A, centro, na cidade de Saltinho/SC, portador do CIC, sob nº. 250.763.379-49, Rg nº 1.839.160, doravante denominada simplesmente CONTRATADA de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatorio nº 1856/2013, Edital de Tomada de Preços nº 002/2013, homologado em 21/11/2013, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 77/13 de 21 de novembro de 2013, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGENCIA**

O prazo previsto na cláusula sexta fica prorrogado para 24 de outubro de 2016.

**CLAUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 77/2013 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 30 de dezembro de 2.014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

ADEMIR SENHORE
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ALTER NAUJORKS
CIC Nº 446.591.219-68

CELIO FAZZIONI
CIC Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB - SC Nº 14565 B

CONTRATO NR 89/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 89/14 DE 30.12.2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 32/14 DE 18.02.2014.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 85.197.077/0001-56, com sede na Av. Sul Brasil, 584, Centro, Município de Maravilha - SC, neste ato representada pelo seu presidente, senhor Nilvo Jose Dondoerfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Araucária, centro, Município de Maravilha / SC, portador do CIC sob. nº 347.142.609-44, CI nº 12R-618.972, CEP: 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatorio nº 257/2014, Edital de Pregão nº 14/2014, homologado em 18/02/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 32/14 de 18 de fevereiro de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGENCIA

O prazo previsto na cláusula setima fica prorrogado para 31 de janeiro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 32/2014 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 30 de dezembro de 2.014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

NILVO JOSE DONDOERFER
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS
CIC Nº 446.591.219-68

MARILIA CECCON MAGGI
CIC Nº 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB - SC Nº 14565 B

DECRETO Nº 4633/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4633/2014 de 29 de Dezembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02545/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4448/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02545/2014, que tem por objeto Execução de construção de 6 salas de aula totalizando 854,00 M², no perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste - SC,.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	ARB Construtora Ltda ME	Execução de construção de 6 salas de aula totalizando 854,00 M², no perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste - SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentaria anexo ao presente processo licitatório	1,00	919.917,40

Novecentos e dezenove mil novecentos e dezesse- te reais e quarenta centavos	919.917,40
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 29 de Dezembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4634/2014

DECRETO Nº 4634/2014, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE INTERNO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO A PARTIR DE 05 DE JANEIRO DE 2015, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que é necessário adequar às atividades e serviços nas repartições da Administração Municipal,

CONSIDERANDO: Que essa adequação se faz no sentido de alcançar a melhor eficiência na realização dos serviços públicos,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado o novo horário de expediente para o atendimento interno e externo nas Repartições Públicas do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, a partir do dia 05 de janeiro de 2015, sendo assim:

Período da manhã: Das 07h30min às 11h30min.

Período da tarde: Das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º - O expediente previsto no Art. 1º, não se aplica a Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC),
em 30 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

Brusque**PREFEITURA****DECRETO Nº. 7.561, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 7.561, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência, da Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 8.177,26 (Oito Mil, Cento e Setenta e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. De Esportes

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 8.177,26

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. De Esportes

3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 8.177,26

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

ELTON RODRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2014 - FMAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS SOB MEDIDA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL empresa DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.698.920/0001-74, com sede nesta cidade de CAÇADOR, SC;

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	09	Und	Cama Solteiro com estrutura de madeira maciça, cabeceira pés, própria para colchão de 0,88 x 1,88	199,00	1.791,00
13	01	Und	Cozinha (manuseio alimentação) em mdf na cor branca com granito cinza ocre 2 cm com 2 cubas e rodapé de granito 15cm corrediças telescópicas e dobradiças de 35 mm, 24 puxador perfil balcão alt 90 cm prof.0.55 6 portas e 06 gavetas, aéreos 0.70 cm de alt com prof 0.35 e 12 portas medindo no total da metragem balcão 7.53 e nos aéreos a metragem 6.03	6.700,00	6.700,00
14	01	Und	Despensa mdf branco com 06 puxadores perfil alt 2.07 prof. .055 06 portas largura 2.28 rodapé granito de 15 cm	2.450,00	2.450,00
15	01	Und	Cozinha (higienização) mdf branco dobradiça 35 mm e corrediça telescópicas granito cinza 2 cm com 02 cubas rodapé 15 cm granito 10 puxadores perfil 06 portas e 04 gavetas alt 0.90 cm prof. 0.55 metragem total 4.09	2.450,00	2.450,00
16	01	Und	Armário lavanderia mdf todo branco com rodapé granito cinza de 15 cm 10 com chaves 10 portas 10 puxadores perfil metragem 1.90 de larg. por 2.60 de altura com prof 0.55	3.000,00	3.000,00
18	02	Und	Camas de solt de mdf branco com baú branca alt baú 1.00 prof 0.35 larg 0.90 cama 1.88 x 0.90	960,00	1.920,00
19	01	Und	Cama de solt em mdf branca 1.90 x 0.90	580,00	580,00
TOTAL GERAL		18.891,00			

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014 - FMAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS SOB MEDIDA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a empresa VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede nesta cidade de CAÇADOR, SC O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
02	09	Und	Colchões de molas ensacadas, tipo solteiro, com altura de 28 cm e 0,88 cm de largura e 1,88 cm de comprimento	399,00	3.591,00
03	02	Und	Aspirador de pó com potência mínima de 1200W, tensão 200 v, com quatro ou mais ponteiros para: piso, estofados, cantos e frestas e bocal escovas, com dois tubos prolongadores, três níveis de filtragem, saco coletor de pó, com alça e rodas para transporte, enrolador automático de fio, mangueira de sucção flexível com medida mínima de 1,5 m, indicador de coletor cheio, reservatório de no mínimo 1,2 lt, cabo força até 4,4mt, dimensões mínimas de 29cm altura x 24 cm de largura x 33 cm profundidade, nas cores vermelho, preto, branco ou cinza, manual em português, garantia de fábrica no mínimo de 01 ano.	230,00	460,00
06	02	Und	Climatizador para ar quente e frio, tipo portátil, tensão alimentação 220, com no mínimo três níveis de velocidade display digital e timer, controle remoto, potência de ventilação de 60W. Aquecer acima de 800W, rodinhas, direcionador de ar, filtro de fácil manutenção, função dormir e termostato, garantia de fábrica mínima de 01 ano.	647,00	1.294,00

07	02	Und	Máquina de lavar roupas automática, capacidade mínima para 15 kg de roupas, níveis de água: baixo médio e alto, Dimensões mínimas do Produto (LxAxP): 101,5 x 66,0 x 73,0 cm, velocidade de centrifugação 750rpm, operações : lava enxagua e centrifuga, vários ciclos de lavagem display eletromecânico , manual em português garantia de fábrica de do mínimo um ano.	1.721,00	3.442,00
10	02	Und	Lavadora de alta pressão mínima: 1600 lb/pol ² ,Vazão: 300 l/h, Carrinho de transporte, Alça para transporte, Aplicador de detergente integrado, vários tipos de Bico, porta acessórios, mangueira comprimento de 5 metros, voltagem: 220V Potência (W): 1500 W, manual em português e garantia mínima de fábrica de um ano.	481,00	962,00
12	01	Und	Bebedouro refrigerado tensão 220v, material plástico, duas torneiras, bandeja d'água removível, indicador luminoso, atóxico, controle de temperatura de 0,6 litros em ate trinta minutos, altura para copos de 120mm, suporte para galões de 10 a 20 litros,), manual em português e garantia mínima de fábrica de um ano.	224,97	224,97
17	01	Und	Dormitório mdf branco com 08 chaves e 08 puxadores abs com 04 portas grandes e 04 portas pequenas prof 0.35 alt 2.60 larg 1.40 aéreos 1.80 larg e alt 0.70 prof 0.35	3.650,00	3.650,00
TOTAL GERAL					13.623,97

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DO ANO DESTINADO AOS USUARIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, a empresa DALLA ROSA E SPESSATTO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.322.131/0001-46, com sede nesta cidade de CAÇADOR, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS DESTINADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a empresa REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Quant.	Objeto	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	05	BALNEARIO CAMBORIU – SC	94,17	470,85
02	05	BLUMENAU – SC	80,11	400,55
03	05	BRUSQUI – SC	92,55	462,75
04	05	CALMON – SC	9,04	45,20
05	10	CAMPO ERÊ – SC	48,46	484,60
06	05	CAMPOS NOVOS – SC	43,03	215,15
07	10	CANOINHAS –SC	45,58	455,80
08	05	CAPINZAL –SC	38,00	190,00
09	10	CHAPECÓ – SC	68,90	689,00
10	05	CONCORDIA – SC	48,41	242,05
11	20	CURITIBANOS – SC	45,38	907,60
12	10	DIONIZIO CERQUEIRA – SC	53,11	531,10
13	20	FLORIANOPOLIS – SC	113,22	2.264,40
14	20	FRAIBURGO – SC	30,54	610,80
15	05	GASPAR – SC	84,75	423,75
16	05	IBIRAMA – SC	57,55	287,75
17	20	ITAJAI – SC	91,93	1.838,60
18	20	ITAPEMA – SC	97,85	1.957,00
20	20	JOAÇABA – SC	29,47	589,40
21	20	JOINVILLE – SC	85,37	1.707,40
22	30	LAGES – SC	49,96	1.498,80
23	50	LEBON REGIS – SC	10,94	547,00
24	20	MAFRA – SC	51,89	1.037,80
25	20	MONTE CASTELO – SC	34,86	697,20
26	05	PAPANDUVA – SC	38,90	194,50
27	40	PORTO UNIAO – SC	23,77	950,80
28	20	RIO DO SUL – SC	57,55	1.151,00
29	40	SANTA CECILIA – SC	19,79	791,60
30	10	SÃO MIGUEL – SC	102,51	1.025,10
31	10	TANGARA – SC	18,22	182,20
32	10	TRES PINHEIROS – SC	16,10	161,00
33	40	VIDEIRA – SC	12,06	482,40
34	10	BITURUNA – PR	42,68	426,80
35	10	CASCAVEL – PR	84,46	844,60
36	20	CLEVELANDIA – PR	30,72	614,40
37	20	CURITIBA – PR	52,17	1.043,40
38	05	ERECHIM – RS	62,03	310,15
39	10	FOZ DO IGUAÇU – PR	105,24	1.052,40
40	30	FRANCISCO BELTRÃO – PR	42,36	1.270,80
41	50	PALMAS – PR	22,29	1.114,50
42	40	PATO BRANCO – PR	37,15	1.486,00
43	05	SÃO PAULO - CAPITAL	121,87	609,35
TOTAL GERAL R\$				32.265,55

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A CASA LAR

a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL
50	24	UND	Amido de milho embalagem com 1 Kg	8,72	209,28
52	100	UND	Biscoito doce sortido amanteigados com farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico gordura vegetal hidrogenada, 400g	5,70	570,00
54	400	UND	Café torrado e moído tradicional tipo exportação empacotado a vácuo extra forte, sem glúten, fabricação no máximo 30 dias, embalagem com 500 gr	8,15	3.260,00
56	96	UND	Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no máximo de 30 dias, embalagem com 01kg	6,40	614,40
61	300	UND	Feijão, tipo 1, preto, safra 2012 maquinado, embalado em saco plástico de 1 kg	3,46	1.038,00
75	360	UND	Suco concentrado natural, sabores variados, industrializado, com alto teor de polpa de frutas, 100% natural, isento de corantes, conservantes e acidulantes, embalagem atóxica, 1 litro, para diluição em água	9,27	3.337,20
76	36	UND	Trigo para quibe, embalagem 500 gr	3,59	129,24
78	80	UND	Filtro para café caixa com 40 unidades número 103	3,30	264,00
80	20	UND	Colorífico com 100 gr	1,99	39,80
81	250	UND	Guardanapo branco de Papel Folha Simples Pequeno 24cm x 22cm com 50	1,75	437,50
86	60	UND	Absorvente higiênico com abas pacote com 8 unidades	1,39	83,40
87	192	UND	Água sanitária, cloro ativo com alvejante desinfetante e bactericida, embalagem com 1litro	1,19	228,48

89	192	UND	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, líquido concentrado, solúvel em água, base neutra.	2,59	497,28
90	12	UND	Balde plástico reforçado com alça de plástico capacidade 20 litros	5,75	69,00
91	200	UND	Barbeador descartável 2 lâminas, embalagem com 2 unidades	2,12	424,00
93	300	UND	Desinfetante líquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	2,53	759,00
98	48	UND	Esponja lã de aço pacote com 60g	0,80	38,40
99	36	UND	Inseticida contra insetos, apresentação lata 500 ml	6,03	217,08
107	100	UND	Sabão em barra com 400g	1,00	100,00
108	480	UND	Sabão em pó com branqueador óptico tensoativos aniônicos, tamponantes coadjuvantes, sinergista, corantes, fragrância, água, embalado em caixa com 1kg	2,99	1.435,20
112	24	UND	Vassoura de nylon com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável V 12 cerdas longas com cabo	5,07	121,68
115	10	UND	Cera em pasta cor amarela, lata com 400 gr	6,60	66,00
116	20	UND	Palha de aço para assoalho, embalagem com 25 gr	0,99	19,80
				TOTAL	13.958,74

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A CASA LAR

a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC,,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	VALOR TOTAL	
50	24	UND	Amido de milho embalagem com 1 Kg	8,72	209,28	

52	100	UND	Biscoito doce sortido amantigados com farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico gordura vegetal hidrogenada, 400g	5,70	570,00	
54	400	UND	Café torrado e moído tradicional tipo exportação empacotado a vácuo extra forte, sem glúten, fabricação no máximo 30 dias, embalagem com 500 gr	8,15	3.260,00	
56	96	UND	Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no máximo de 30 dias, embalagem com 01kg	6,40	614,40	
61	300	UND	Feijão, tipo 1, preto, safra 2012 maquinado, embalado em saco plástico de 1 kg	3,46	1.038,00	
75	360	UND	Suco concentrado natural, sabores variados, industrializado, com alto teor de polpa de frutas, 100% natural, isento de corantes, conservantes e acidulantes, embalagem atóxica, 1 litro, para diluição em água	9,27	3.337,20	
76	36	UND	Trigo para quibe, embalagem 500 gr	3,59	129,24	
78	80	UND	Filtro para café caixa com 40 unidades número 103	3,30	264,00	
80	20	UND	Colorífico com 100 gr	1,99	39,80	
81	250	UND	Guardanapo branco de Papel Folha Simples Pequeno 24cm x 22cm com 50	1,75	437,50	
86	60	UND	Absorvente higiênico com abas pacote com 8 unidades	1,39	83,40	

87	192	UND	Água sanitária, cloro ativo com alvejante desinfetante e bactericida, embalagem com 1 litro	1,19	228,48	
89	192	UND	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, líquido concentrado, solúvel em água, base neutra.	2,59	497,28	
90	12	UND	Balde plástico reforçado com alça de plástico capacidade 20 litros	5,75	69,00	
91	200	UND	Barbeador descartável 2 lâminas, embalagem com 2 unidades	2,12	424,00	
93	300	UND	Desinfetante líquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	2,53	759,00	
98	48	UND	Esponja lã de aço pacote com 60g	0,80	38,40	
99	36	UND	Inseticida contra insetos, apresentação lata 500 ml	6,03	217,08	
107	100	UND	Sabão em barra com 400g	1,00	100,00	
108	480	UND	Sabão em pó com branqueador óptico tensoativos aniônicos, tamponantes coadjuvantes, sinergista, corantes, fragrância, água, embalado em caixa com 1kg	2,99	1.435,20	
112	24	UND	Vassoura de nylon com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável V 12 cerdas longas com cabo	5,07	121,68	

115	10	UND	Cera em pasta cor amarela, lata com 400 gr	6,60	66,00	
116	20	UND	Palha de aço para assoalho, embalagem com 25 gr	0,99	19,80	
TOTAL					13.958,74	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A CASA LAR

a empresa INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL	
30	30	UND	Bacon defumado, ingredientes carne suína com gordura, apresentação manta resfriado, embalado a vácuo, embalagem com 500g	10,59	317,70	
31	30	UND	Banha de porco embalagem com 01kg	7,00	210,00	
32	170	KG	Carne bovina in natura, tipo coxa mole, cortada em bifes e resfriada, aparado e passado no amaciador	19,85	3.374,50	
33	170	KG	Carne bovina tipo in natura filé agulha (acém)	10,56	1.795,20	
34	120	UND	Carne de frango, tipo empanado 125g temperado cozido congelado a menos 12°	1,65	198,00	
35	200	KG	Carne de Porco com osso tipo paleta	9,19	1.838,00	
36	140	KG	Carne moída bovina in natura de 2ª moída na hora	12,28	1.719,20	
37	100	KG	Frango inteiro congelado em kg	5,79	579,00	
38	150	KG	Frango tipo coxa e sobrecosta, sem carcaça, sem tempero, congelada	5,66	849,00	

39	120	UND	Mortadela defumada de carne mecanizada separada de aves e suínos, embalagem 01 kg sem cubos de gordura	6,79	811,20	
40	120	KG	Ossobuco, músculo de gado com osso	9,86	1.183,20	
41	150	KG	Peito de frango, carne in natura, origem avícola, apresentação sem tempero, sem osso, congelado.	8,46	1.269,00	
42	120	KG	Peixe in natura, espécie tilápia, apresentação filé, características adicionais congelado sem espinhos	18,83	2.259,00	
43	120	UND	Presunto cozido sem capara de gordura, ingredientes carne suína, embalagem com 200g	5,39	646,80	
44	60	KG	Queijo, ingredientes: sal, leite e condimentos, conservação 0 a 15, tipo colonial, prazo validade 30 dias	23,72	1.423,20	
45	144	KG	Salsicha a granel, origem carne frango, bovina e suína, tipo tradicional, ingredientes proteína de soja, amido, sal, condimentos naturais, resfriada.	7,45	1.072,80	
46	100	UND	Creme de leite, ingredientes gordura láctea - mínimo 35, apresentação pote plástico com 300g	3,22	322,00	
48	120	UND	Sardinha em óleo comestível, embalagem com 125 gr	2,80	336,00	
49	96	UND	Açúcar refinado branco pacote com 5 kg	9,25	888,00	

65	80	UND	Maionese tradicional sem gordura trans sem gluten com 500g	5,50	440,00	
66	120	UND	Margarina livre de gluten embalagem com 500 gramas	4,70	564,00	
67	36	UND	Mel puro, embalagem 500 gr	14,80	532,80	
68	220	UND	Óleo de soja embalagem com 900 ml	3,14	690,80	
83	188	UND	Saco de lixo reforçado, preto 12 micra, tamanho 75X90 capacidade 100 litros reforçada pacote com 05 unid.	3,00	564,00	
84	320	UND	Saco de lixo reforçado, preto 07 micra, 30 litros reforçada pacote com 10 unid.	3,00	960,00	
85	250	UND	Saco de lixo reforçado, preto 10 micra, tamanho 63X80 capacidade 50 litros reforçada pacote com 10 unid.	3,00	750,00	
88	96	UND	Álcool líquido 92.8 com 1litro	2,80	268,80	
94	50	UND	Desodorante antitranspirante, aerossol, sem álcool, embalagem 100 gr, feminino	6,80	340,00	
95	100	UND	Desodorante antitranspirante, aerossol, sem álcool, embalagem 100 gr, masculino	6,80	680,00	
100	20	UND	Inseticida contra pulgas em pó, embalagem lata 50 gr	7,90	158,00	
101	80	UND	Lâmpada, material baquelite, cor branca, tipo rosca elíptica – 27 mm, formato cilíndrico, aplicação lâmpada até 250 watts	36,33	2.906,40	
111	150	UND	Shampoo aroma agradável 500ml	5,50	825,00	

113	200	UND	Velas de para- fina, 15 X 1,5, 200 gr, apresen- tação maço com 8 unid	2,49	498,00	
TOTAL					31.270,20	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A CASA LAR

a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL	
47	200	UND	Leite UHT integral longa vida – embalagem tetra pak, prazo de validade até 6 meses, deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar laudo bromatológico – Data de fabricação máximo 30 dias – caixa com 12 unidades de 1 litro cada	2,34	468,00	
51	96	UND	Arroz Tipo 01, embalagem com 5Kg	9,64	925,44	
53	150	UND	Bolacha salgada cream craker embalagem com dupla proteção apresentação quadrado sem recheio pacote com 800g	6,84	1.026,00	
55	120	UND	Chá diversos sabores com 25 saquinhos	4,59	550,80	
57	24	UND	Farinha de mandioca torrada embalagem com 01 kg	4,75	114,00	
58	48	UND	Farinha de milho (tipo biju) embalagem com 01 kg	4,32	207,36	
59	96	UND	Farinha de milho tipo 1 (fubá) embalagem com 1kg	1,68	161,28	
60	48	UND	Farinha de trigo especial tipo 01 pacote com 5 kg	9,50	456,00	
62	36	UND	Fermento em pó químico embalagem com 250 gr	5,39	194,04	
63	130	UND	Leite condensado ingredientes: Leite integral, açúcar, leite em pó integral, lactose embalagem 395 g	3,22	418,60	
64	220	UND	Macarrão tipo talharim com ovos embalagem com 1Kg	6,28	1.381,60	
69	288	UND	Pó para gelatina sabor artificial, colorido e aromatizado artificialmente 35g	0,84	241,92	
70	120	UND	Preparado para caldo com seis tabletes com 63g diversos sabores	1,68	201,60	
71	300	UND	Preparo sólido para refresco adoçado vários sabores pacote com 35g	0,84	252,00	
72	60	UND	Quirera embalagem com 1 Kg	2,34	140,40	
73	250	UND	Refrigerante, água gasosa, xarope, laranja, limão, cola, embalagem pet 2 lt	3,77	942,50	
74	80	UND	Sal iodado refinado embalagem com 01 kg	1,57	125,60	

77	72	UND	Vinagre, matéria-prima maçã, tipo aromático, acidez 4,20, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos, embalagem com 750ml	2,17	156,24	
79	24	UND	Fermento biológico seco instantâneo com levedura natural (Saccharomyces cerevisiae), agente de reidratação (monoestearato de sorbitana) com 125gr	4,72	113,28	
82	30	UND	Maço de fósforo com dez caixinhas cada	3,00	90,00	
92	80	UND	Bolsa de algodão alvejada para limpeza com 0,70 x 0,80cm	2,78	222,40	
96	250	UND	Detergente líquido com 500 ml (composição: linear alquil-benzeno sulfonado, hidróxido de sódio, trietanolamina, dietanolamida de ácido graxo de coco, azeite éter sulfato de sódio, sal inorgânico, decilpoliglucosídeo (C-10-C16), alquil amido propil Betânia, 5-cloro-2-metil isothiazolin-2-one, 2-metil-4isothiazolin-3-one, corante azul ácido 90, corante amarelo alimento 4, fragrância e água	1,14	285,00	
97	120	UND	Esponja de lavar louça dupla fase com 110mm x 70mm x 20mm	0,40	48,00	
102	60	UND	Luvas de borracha forrada para limpeza tamanhos P,M,G	1,88	112,80	
103	30	UND	Luvas descartáveis em látex, para procedimento, lisa com pó bioabsorvível, embalagem: caixa com 100 unidades, tamanhos P,M,G	13,98	419,40	
104	480	PCT	Papel higiênico extra macio, picotado folha dupla, pacote com 4 rolos 60 metros.	5,65	2.712,00	
105	250	UND	Pedra sanitária germicida e bactericida desodor	0,75	187,50	
106	12	UND	Rodo de borracha dupla com 30cm e com cabo	3,50	42,00	
109	300	UND	Sabonete em barra com 90g	0,74	222,00	
110	96	UND	Saponáceo em pó com amoníaco tubo 300g composição soda caustica, éter, sulfato, sódio, hipodorito	1,20	115,20	
114	30	UND	Sacos para freezer tamanho 34cm x 48cm	3,00	90,00	
TOTAL				112.622,96		

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÕES E REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA DATAS COMEMORATIVAS E OUTROS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a empresa LUCIANA BAECKE WILLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.951.413/0001-54, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários;

Lote 02 - Festa Dia das Crianças - CRAS Norte e Martello/Bolsa Família e CREAS

Item	Qtd	Un	Produto
01	04	UN	Locação de mesa de apoio para comidas e bebidas 4m cada
02	40	UN	Locação de cachopo em acrílico transparente cilíndrico com capacidade para 1litro

03	200	UN	Locação de bola de vinil 20 cm diversas cores
04	30 kg	Kg	Aquisição de pipoca colorida embalada em saquinhos individuais de 26x 18 cm
05	300	UN	Aquisição de algodão doce embalado individual
06	03	UN	Locação de cama elástica 4,27m de diâmetro, tamanho da rede: 13,90m x 1,30m, distância do chão até a lona: 86 cm (altura), estrutura de aço galvanizado, escada com 3 degraus rede de proteção em polipropileno ,suporta até 150 kg
07	02	UN	Locação de piscina de bolinhas casinha - 1,5m x 1,5m com 1500 bolinhas
08	01	UN	Locação de tobogã grande inflável com motor 8,0m x 4,2m
09	04	UN	Locação de tendas gazebo branca
10	50	UN	Locação de toalhas diversas cores em oxford com 1,50m x 1,50m aprox.
11	20	Pct	Aquisição balões coloridos no 7 pacote com 50 unidades cores variadas
Valor total do lote			4.501,50

Lote 04 - Festa Junina - CRAS Norte e Martello (300 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	100	UN	Locação de bandeirinhas de festa junina coloridas em plástico com 10m cada
02	10	UN	Locação de pompom de papel seda em formato de bola diversas cores
03	10	UN	Locação de tocha tipo lampião com alça – querosene 30cm
04	60	UN	Locação de toalhas diversas cores de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	60	UN	Locação de toalhas xadrez de algodão 1,50m x 1,50m aprox.
06	60	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
07	08	UN	Locação de plantas ornamentais verdes
08	01	UN	Locação de banco de madeira rústica com aprox. 2m
09	05	UN	Locação de abóboras de pescoço com aprox. 10 kg cada in natura
10	20	UN	Locação de espigas de milho com palha in natura
11	01	UN	Locação de painel de tecido com tema caipira com medidas mínimas de 2m x 2m
12	04	UN	Locação de barraquinhas para servir alimentos com decoração caipira 2mx2m(mínimo) cada
13	300	UN	Aquisição de pipoca colorida embalada em saquinhos individuais de 26x 18cm
Valor total do lote			3.516,00

Lote 05 - Baile Junino - Secretaria Municipal de Assistência Social / PAI Programa de Atenção ao Idoso (600 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	100	UN	Locação de mesas em madeira quadradas
02	600	UN	Locação de cadeiras em madeira
03	80	UN	Locação de tampos redondos com capacidade para 8 pessoas
04	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	100	UN	Locação de toalhas diversas cores de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
06	100	UN	Locação de chapéu de palha desfiado para decoração das mesas
07	10	UN	Locação de malhas brancas com 3m cada
08	10	UN	Locação de malhas coloridas com 3m de comprimento cada
09	20	UN	Locação de plantas ornamentais verdes
10	10	UN	Locação de pompom de papel seda em formato de bola diversas cores

11	10	UN	Locação de tocha tipo lampião com alça – querosene 30cm
12	01	UN	Locação de banco de madeira rústica com aprox. 2m
13	10	Kg	Locação de folhas de árvore secas para decorar entrada
14	04	UN	Locação de barraquinhas para servir alimentos com decoração caipira 2mx2m(mínimo) cada
15	100	UN	Locação de bandeirinhas de festa junina coloridas em plástico com 10m cada
16	10	UN	Locação de balões juninos de teto em tecido para decoração
17	06	UN	Locação de abóboras de pescoço com no mínimo 10 kg (naturais)
18	20	UN	Locação de espigas de milho com palha natural
19	01	UN	Locação de painel de tecido com tema caipira com medidas mínimas de 2m x 2m
Valor total do lote			8.344,00

Lote 08 - Festa de dia das Mães - CRAS Norte e Martello (250 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	250	UN	Aquisição de flores da fortuna cores branca e vermelha
02	60	UN	Locação de mesas de madeira quadradas para 4 pessoas
03	60	UN	Locação de toalhas brancas em oxford 1,50m x 1,50m aprox.
04	60	UN	Locação de toalhas vermelhas em oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	60	UN	Aquisição de balão metalizado com formato de coração com gás hélio
06	10	UN	Locação de malha vermelha e branca com 5m de comprimento cada
Valor total do lote			4.293,00

Lote 10 - Festa do Dia do Idoso - Secretaria Municipal de Assistência Social / PAI Programa de Atenção ao Idoso (600 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	100	UN	Locação de mesas de madeira quadradas
02	600	UN	Locação de cadeiras de madeira
03	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
04	100	UN	Locação de toalhas azuis de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	600	UN	Locação de capas de cadeira brancas
06	10	UN	Locação de plantas ornamentais verdes
07	200	UN	Locação de flor copo de leite natural
08	100	UN	Locação de cachopo em vidro com 500 ml
09	01	UN	Locação de tapete retangular com medidas de 1,5m x 2m
10	10	UN	Locação de malhas diversas cores com 3m cada
11	01	UN	Locação de estúdios para foto com: namoradeira, tapete, mesa e painel em tecido.
Valor total do lote			7.514,00

Lote 11- Festa do Dia da Mulher - Secretaria Municipal de Assistência Social / PAI Programa de Atenção ao Idoso e PAM Programa de Atenção a Mulher (700 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	80	UN	Locação de mesas em madeira quadradas
02	700	UN	Locação de cadeiras em madeira
03	80	UN	Locação de tampos redondos para mesas, para 08 pessoas
04	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox
05	100	UN	Locação de toalhas rosa escuro de oxford 1,50m x 1,50m aprox
06	10	UN	Locação de malhas brancas com 3 m de comprimento cada

07	10	UN	Locação de malhas cor de rosa choque com 3m de comprimento cada
08	10	UN	Locação de plantas verdes ornamentais
09	100	UN	Locação de cachopo em vidro com cilíndrico, capacidade para 500 ml
10	100	UN	Aquisição de flor gérbera rosa natural
11	04	UN	Aquisição de balões no 7 pacote com 50 unidades prata
12	04	UN	Aquisição de balões no 7 pacote com 50 unidades rosa
13	01	UN	Locação de mesa de madeira 4 m
Valor total do lote			7.005,00

Lote 12 - Baile de Encerramento Idosos - Secretaria Municipal de Assistência Social / PAI Programa de Atenção ao Idoso (600 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	80	UN	Locação de mesas em madeira quadradas
02	600	UN	Locação de cadeiras de madeira
03	80	UN	Locação de tampos para mesas redondos ; para 8 pessoas
04	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	50	UN	Locação de toalhas vermelhas de cetim 1,50m x 1,50m aprox.
06	50	UN	Locação de toalhas douradas de cetim 1,50m x 1,50m aprox.
07	10	UN	Locação de malha branca com 3m de comprimento
08	10	UN	Locação de malha vermelha com 3m de comprimento
09	10	UN	Locação de plantas ornamentais verdes
10	100	UN	Aquisição de flores de espírito santo, pequenas, naturais.
11	600	UN	Aquisição de chaveiro formato de papai noel em feltro com enchimento de fibra para lembrancinha
Valor total do lote			9.540,00

Lote 13 - Festa de Natal - Secretaria Municipal de Assistência Social / PAI Programa de Atenção ao Idoso (600 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	80	UN	Locação de mesas em madeira quadradas
02	600	UN	Locação de cadeiras em madeira
03	80	UN	Locação de tampos redondos para mesas, para 8 pessoas
04	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
05	50	UN	Locação de toalhas vermelhas de cetim 1,50m x 1,50m aprox.
06	50	UN	Locação de toalhas douradas de cetim 1,50m x 1,50m aprox.
07	10	UN	Locação de malhas verde com 3m de comprimento cada
08	10	UN	Locação de malhas vermelha com 3m de comprimento cada
09	10	UN	Locação de plantas verdes ornamentais
10	100	UN	Aquisição de flores de espírito santo
11	02	UN	Locação de pinheiro de natal verde com 2m de altura decorado com bolas de natal em plástico tamanho 100 mm douradas e vermelhas e laços em tecido
12	01	UN	Locação de roupa de papai noel
Valor total do lote			6.878,00

Lote 16 - Festa de encerramento das atividades do PAM Programa de Atenção a Mulher (PIC NIC 500 pessoas)

Item	Qtd	Un	Produto
01	65	UN	Locação de toalha xadrez vermelha e branca com 2m de comprimento e 2m de largura
02	75	UN	Balões no 7 de com gás hélio vermelho
03	75	UN	Balões no 7 de com gás hélio incolor

04	65	UN	Locação de jarra de vidro com capacidade para 2 litros
05	65	UN	Locação de cesta de bambu e madeira nas dimensões: 12 cm de altura x 8cm de altura (alça) x 26cm de largura (frente) e 15cm de profundidade (lados)
06	65	UN	Locação de facas de serra pequenas
Valor total do lote			2.820,50

Lote 18 - Festa de Natal - CRAS Norte e Martello

Item	Qtd	Un	Produto
01	100	UN	Locação de mesas em madeira quadrada
02	80	UN	Locação de tampões redondos
03	100	UN	Locação de toalhas brancas de oxford 1,50m x 1,50m aprox.
04	50	UN	Locação de toalhas douradas em cetim 1,50m x 1,50m aprox.
05	25	UN	Locação de toalhas vermelhas em cetim 1,50m x 1,50m aprox.
06	25	UN	Locação de toalhas verdes em cetim 1,50m x 1,50m aprox.
07	450	UN	Locação de capas de cadeira branca em oxford
08	100	UN	Aquisição de flores de espírito santo pequenas
09	06	UN	Aquisição de flores de espírito santo grandes
10	10	UN	Locação de malhas vermelhas e verdes com 3m de comprimento cada
11	02	UN	Locação de pinheiro de natal verde com 2m de altura decorado com bolas de natal em plástico tamanho 100 mm douradas e vermelhas e laços em tecido
12	01	UN	Locação de roupa de papai noel
Valor total do lote			5.132,00

DECRETO Nº 6.268/2014

DECRETO Nº 6.268, de 30 de dezembro de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 110.906,87 (cento e dez mil, novecentos e seis reais e oitenta e sete centavos), conforme segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.0017 - Aplicações Diretas R\$ 110.906,87

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 17 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública, na importância de R\$ 110.906,87 (cento e dez mil, novecentos e seis reais e oitenta e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.269/2014

DECRETO Nº 6.269, 30 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor da Secretaria de Infraestrutura, na importância total de R\$ 187.362,17 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.0017 - Aplicações Diretas R\$ 187.362,17

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 187.362,17 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.1.71.00.0017 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 12.089,00

3.3.71.00.0017 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 170.349,17

4.4.71.00.0017 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 4.924,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 6.270/2014

DECRETO Nº 6.270, 30 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 20.344,40 (vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.344,40

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 20.344,40 (vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.344,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 24.871

PORTARIA Nº 24.871, de 25 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ROSANE GONÇALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.877

PORTARIA Nº 24.877, de 27 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
9497	Elisiane Cardosos da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	002	23/11/2009 a 23/11/2014	25/11/2014 a 23/11/2015
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	006	01/02/2002 a 01/02/2007	24/11/2014 a 23/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.914

PORTARIA Nº 24.914, de 01 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal,

conforme segue:

Dia 09/12/2014

Servidora: ECLEIDES DE FTIMA BLEICHUVEL

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Marcos Antonio Henning, Sdney Roberto Marins

Servidora: SILMARA BASEGGIO RADAELI

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Marcos Antonio Henning, Sdney Roberto Marins

Servidora: SHIRLEY SCHMITT

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Marcos Antonio Henning, Sdney Roberto Marins

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.915

PORTARIA Nº 24.915, de 01 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 10/12/2014

Servidora: CARLA RIBEIRO

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.916

PORTARIA Nº 24.916, de 01 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 11/12/2014

Servidora: IVANIR LURDES HECKLER

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Ricardo Rigo Burkle, Sdney Roberto Marins

Servidora: MARIZETE ZAGO
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Ricardo Rigo Burkle, Sdney Roberto Marins

Servidora: ORLANDO NIVALDO DA SILVA
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Ricardo Rigo Burkle, Sdney Roberto Marins

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.920

PORTARIA Nº 24.920, de 03 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinando com as Emendas Constitucionais nº 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOSÉ VILMAR SOARES DE MIRANDA, matrícula nº 1457, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial Municipal, o pagamento do abono de permanência, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, com efeitos retroativos a contar de 01 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.921

PORTARIA Nº 24.921, de 03 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal GELCY ANA LAVA STANIESKI, ocupante do cargo de Professora, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.922

PORTARIA Nº 24.922, de 04 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ADALBERTO GOMES RIBEIRO, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.923

PORTARIA Nº 24.923, de 04 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal LUIZ GONÇALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços e Obras Públicas - Classe I, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.924

PORTARIA Nº 24.924, de 05 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, escola de atuação e período de afastamento da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período
13232	Eliane Pedroso	Merendeira Escolar	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	04/12/2014 a 02/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.928

PORTARIA Nº 24.928, de 08 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Escola	A contar de:
13431	Eunice Alves de Oliveira	Professora	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, V.V. Lucia Speggorin	03/12/2014 a 19/12/2014
13324	Ivanice Niendicher	Professora	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, V.V. Lucia Speggorin	03/12/2014 a 19/12/2014
13556	Janice Muniz de mouro Ribeiro	Professora	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde	02/12/2014 a 19/12/2014
13342	Jussara Aparecida Veríssimo	Servente	44	1.5/A	EMEB Hilda Grannemann de Sousa, V.V. Vania Camargo dos Santos	12/12/2014 a 19/12/2014
13565	Silmara de Castilho	Professora	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, V.V. Marins Ozório, Licença Tratamento Saúde	28/11/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.932

PORTARIA Nº 24.932, de 10 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOÃO CARLOS SOUZA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Médico 20 horas, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos retroativos a contar de 07 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.941

PORTARIA Nº 24.941, de 12 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local	A contar de:
13248	Daniela dos Santos Pires	Professora	EMEB Tabajara	04/12/2014
13138	Leila Lucimar Gonçalves	Professora	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02/12/2014
13336	Silmara Margarete da Costa Matos	Servente	EMEB Pierina Santin Perret	12/12/2014
13145	Silvia Cristina Eichele	Professora	CMEI Sonho Encantado	02/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.948

PORTARIA Nº 24.948, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1072	Andreia Marcia Reatto Stefanés	Auxiliar de Enfermagem	006	01/07/2002 a 01/07/2007	22/12/2014 a 20/01/2015
8335	Marcio Faccioni de Mello	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	032	13/03/2008 a 13/03/2013	15/12/2014 a 13/01/2015
660	Marly Pholenz Zanin	Assistente Administrativo	001	21/11/2009 a 21/11/2014	15/12/2014 a 12/02/2015
513	Sidney Roberto Marins	Médico do Trabalho	006	05/10/2003 a 05/10/2008	22/12/2014 a 21/03/2015
627	Valdir Medeiros de Oliveira	Motorista de Caminhão	003	05/10/1988 a 05/10/1993	13/12/2014 a 11/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.950

PORTARIA Nº 24.950, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	30h
11784	Aline Mendes Luciano	10h
10501	Antonio Carlos Buller	26h
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	30h
854	Claudio Antonio Machado	30h
1089	Francisco de Assis Machado	30h
7686	Neiva Teixeira da Rosa	26h
855	Osvaldir Costa Schaphauser	20h
13371	Thiago Vidal Oliveira Branco	20h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PORTARIA Nº 24.952

PORTARIA Nº 24.952, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
576	Daniel Pires de Camargo	144h
13300	Ivo Osmar Machado	144h
1347	João Maria Hornburg	144h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 24.953

PORTARIA Nº 24.953, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13361	Acir dos Santos	22h
2507	Adão Ribeiro de Camargo	23h
836	Adelmir Pontes Fernandes	22h
10947	Altamiro Figueiroa	55h
13296	Anderson Roberto Goes	24h
1003	Antonio Medeiro de Oliveira	21h
314	Antonio Valmiro Alves Weber	20h
2634	Argemiro Zotto	21h
2506	Celso Oliveira da Silva	20h
13282	Claudinei Alves Pereira	59h
13304	Clausnir Ribeiro Dias	21h
576	Daniel Pires de Camargo	40h
775	Daniel Rodrigo de Freitas	19h
08	Darci Alves	19h
1301	Edson Iaroch	22h
13295	Eloir José Veber	20h
13377	Ercilio Correia de Almeida	21h
563	Euclides Alves de Mello	20h
1278	Eurico Antonio de Oliveira	21h
13306	Fabio José Cordeiro	23h
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	40h
8318	Giovani Lipka	42h
2492	Ilto Adão Ferreira	22h
1899	Itamar Abreu do Nascimento	21h
13300	Ivo Osmar Machado	40h
13305	Izaías Izac Zarur	20h
1833	Jair Ramos	20h
478	Joacir Antunes de Oliveira	24h
79	João Basílio Cordeiro	22h
1121	João Gonçalves	22h
1279	João José do Prado	24h
1347	João Maria Hornburg	60h
888	José Osni Batista	21h
13284	José Ricardo Kuhn	22h
198	José Valdir Peretti	19h
881	José Volni Arruda Palhano	26h
1157	Julio Cezar Assis	20h
13302	Luiz Ademar Kraiewski	20h
13308	Marcelo Alves da Silva	21h
2522	Marcos Cordeiro	20h
13301	Milton Gomes Ribeiro	23h
13283	Milton Tibes de Lima	24h
310	Moacir Pascoal de Lima	22h
13294	Nelson Batista	22h
13299	Nelson Borges Tibes	21h
13360	Nilton Goes Junior	23h
902	Pedro Cesar Locatelli	20h
13297	Rubens Jofre Goes	21h
13307	Rudinei Gregório	21h
1963	Silvio dos Santos Varela	19h
1328	Valmir do Prado Geraldo	52h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.954

PORTARIA Nº 24.954, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
764	Darci Pires de Camargo	09h
3750	Ireni Aparecida Macedo	22h e 27 min.
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	10h
10774	Karin Hazelelponi dos Santos	16h e 30 min.
12009	Luana Lourenço Longhi	08h e 24 min.
6647	Mônica Senn	15h
600	Sandro Dallazem	21h
2497	Vilmar Goes	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.955

PORTARIA Nº 24.955, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1210	Ivanir Baseggio	60h
3174	Julio Cesar Petrykowski	60h
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60h
2628	Rui Mattana	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.956

PORTARIA Nº 24.956, de 16 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto ao Gabinete do Prefeito, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12735	Carlos Rogério Leme Navarro	40h
10488	Gilmar Antônio Gonçalves	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.958

PORTARIA nº 24.958, de 17 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antônio Carlos Moraes da Conceição	12h
2494	Bruno dos Santos	20h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	08h
10297	Claudio Sonego	17h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	29h
2503	Dorival Gonçalves Soares	21h
10292	Edgar Aimi	22h
2496	Edilson João Massucato	25h
7991	Eduardo Bittencourt	08h
8334	Eveline Semke de Moraes	11h
7984	Ezequiel Marcio Colaço	10h
9200	Fabio de Lima Garcia	31h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	21h

9195	Gustavo Pedrotti Boscari	29h
1439	Isaac Alves de Mello	40h
2491	Jandir Antunes de Oliveira	22h
9201	José Augusto Moreira do Prado	12h
1145	José Luiz Carvalho	14h
1444	José Scheffemacher Ribeiro	12h
1457	José Vilmar Miranda	24h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	15h
8339	Luciara Garcez Coelho	05h
10104	Marcelo José Alves de Andrade	13h
8335	Marcio Faccione de Mello	07h
12602	Mauricio Bolduan	23h
3767	Nelson Carlin Navroski	23h
12603	Sandro Claudinei Kieski	4,5h
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	15h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DA DITTESC.

PORTARIA Nº 24.959

PORTARIA Nº 24.959, de 17 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,
RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	144h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144h
10297	Claudio Sonogo	144h
10292	Edgar Aimi	144h
7984	Ezequiel Marcio Colaço	144h
9200	Fabio de Lima Garcia	144h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	144h
1145	José Luiz Carvalho	144h
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144h
1457	José Vilmar Miranda	144h
10104	Marcelo José Alves de Andrade	12h
12602	Maurício Bolduan	144h
12603	Sandro Claudinei Kieski	78h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DA DITTESC.

PORTARIA Nº 24.960

PORTARIA nº 24.960, de 17 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2512	Altino Inácio Carneiro	30h
13363	Ana Maria Ribeiro dos Santos	10h
10832	Ana Paula Castilho Souza	10h
11151	Andrea Romão Martins	10h
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	40h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	24h
7665	Eloá de Paula	60h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
13201	Gerson José Teles de Souza	51h
5791	Ivone Tibes de Lima	39h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
7746	Santina Piacentini	62h
13318	Simone Casagrande	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 24.961

PORTARIA nº 24.961, de 17 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	49h
7665	Eloá de Paula	36h
4081	Fatima Rozana Damaceno	49h
13201	Gerson José Teles de Souza	49h

13207	João Berthier Brasil Neto	176h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	28h
13318	Simone Casagrande	56h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 24.962

PORTARIA Nº 24.962, de 17 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98 inciso I e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, licença para tratamento de saúde, conforme laudo de perícia médica realizada durante o mês de Dezembro de 2014, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Início Afastamento	Período Afastamento
11056	Carla Ribeiro	Auxiliar de Enfermagem	10/12/2014	90 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
17 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.963

PORTARIA Nº 24.963, de 18 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98 inciso I e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme laudo de perícia médica realizada durante o mês de Dezembro de 2014, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Início Afastamento	Período Afastamento
11002	Ivanir Lurdes Heckler	Auxiliar de Serviços Gerais	11/12/2014	120 dias
10526	Marizete Zago	Professora	11/12/2014	120 dias
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	11/12/2014	APTO

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
18 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.964

PORTARIA Nº 24.964, de 18 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98 inciso I e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme laudo de perícia médica realizada durante o mês de Dezembro de 2014, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Início Afastamento	Período Afastamento
8660	Ecleides de Fatima Bleichuvel	Professora	09/12/2014	180 dias
3272	Silmara Baseggio Radaeli	Auxiliar de Consultório Dentário	09/12/2014	20 dias
528 13170	Shirley Schimitt	Professora	09/12/2014	365 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
18 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.965

PORTARIA Nº 24.965, de 18 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 13/11/2014 a 12/12/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
8636	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Irmão Venâncio José	10 dias
13572	Eliane Souza da Costa	EMEB Irmão Venâncio José	07 dias
13092	Gislaine Aparecida Batista	EMEB Esperança	03 dias e ½
13456	Jeana Zago	EMEB Pierina Santin Perret	09 dias
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	04 dias
3317	Maria de Lurdes Sicka Fernandes	CMEI Pierina Adami	04 dias
676	Mariluci Lopes Stanke	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	07 dias
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	04 dias
526	Nilva Cendron Czerniak	EMEB Pierina Santin Perret	09 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.966

PORTARIA Nº 24.966, de 18 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 13/11/2014 a 12/12/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
13078	Beatriz Machado	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
12539	Claudení Bezerra de Oliveira	EMEB Alto Bonito	02 dias
8953	Claudia Aparecida de Souza	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
12919	Edneia Carla Correa	EMEB Morada do Sol	01 dia e ½
4274	Elisabete Rodrigues	CMEI Sininho	01 dia
13405	Karina Rodrigues de França	EMEB Padre José Chamot	02 dias
13273	Karine Mara Comel	CMEI Sonho Encantado	01 dia
12979	Maria da Gloria Gomes Pereira	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13022	Maria Eliane Gomes Farias	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13561	Marli da Cruz	CMEI Pierina Adami	01 dia
13459	Michelli Pires Goes	EMEB Morada do Sol	½ dia
13336	Silmara Margarete da Costa Matos	CMEI Educar é Tudo	02 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.974

PORTARIA Nº 24.974, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais relacionados na Portaria nº 24.914, de 01 de Dezembro de 2014, designados para comporem Junta Médica, o pagamento de gratificação no valor de R\$ 200,00, por perícia realizada, a que fazem jus.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.975

PORTARIA Nº 24.975, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais relacionados na Portaria nº 24.916, de 01 de Dezembro de 2014, designados para comporem Junta Médica, o pagamento de gratificação no valor de R\$ 200,00, por perícia realizada, a que fazem jus.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.976

PORTARIA Nº 24.976, de 22 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
8551	Jorge Luiz Trindade	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	002	1/3	02/06/2008 a 02/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO CC-03-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR CNPJ: 83.074.302/0001-31 AV. SANTA CATARINA, 195 C.E.P.: 89500-000 - Caçador - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2014 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 113/2014 Data do Processo: 27/08/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 40/2014 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de agência especializada para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, para a Prefeitura Municipal de Caçador, que possibilitem o atendimento das políticas públicas dos setores relativas as campanhas institucionais, educativas, informativas e de utilidade pública, a ser realizada mediante licitação na modalidade de concorrência pública, nos moldes da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Conforme relatório e parecer da Sub Comissão Técnica, que manteve sua decisão, quanto a desclassificação da empresa T12 COMUNICACAO LTDA., Esta Comissão acata o parecer e fixa para o dia 08 de janeiro de 2015, as 14:00 horas na Sede da Prefeitura a abertura dos envelopes das Empresas, DECISAO PROPAGANDA LTDA, e LOVERS AGENCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE ERELI ME,

Caçador, 30 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO	- - Presidente da Comissão de Licitação
MARIA APARECIDA BOCATTO	- - MEMBRO
ANTONIO CARLOS CASTILHO	- - MEMBRO

Camboriú

PREFEITURA

EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DE 2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2015 (LRF ART. 8º)

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
RECEITAS	8.799.606,34	14.936.725,43	11.457.083,29	11.509.567,85	14.044.825,70	10.729.347,09	11.025.785,48
- Metas de Receita	8.799.606,34	14.936.725,43	11.457.083,29	11.509.567,85	14.044.825,70	10.729.347,09	11.025.785,48
DESPESAS	8.799.606,34	14.936.725,43	11.457.083,29	11.509.567,85	14.044.825,70	10.729.347,09	11.025.785,48
DESPESAS CORRENTES	7.756.606,37	13.166.304,86	10.099.097,83	10.145.361,51	12.380.120,24	9.457.618,77	9.718.920,90
- Pessoal e Encargos Sociais	4.670.393,78	7.927.671,63	6.080.850,49	6.108.706,69	7.454.295,57	5.694.604,28	5.851.939,04
- Juros e Encargos da Dívida	24.118,42	40.939,36	31.402,17	31.546,03	38.484,79	29.407,56	30.220,05
- Outras Despesas Correntes	3.062.094,18	5.197.693,87	3.986.845,17	4.005.108,79	4.887.329,88	3.733.606,94	3.836.761,81
DESPESAS DE CAPITAL	889.546,50	1.509.943,89	1.158.189,12	1.163.494,75	1.419.782,33	1.084.622,74	1.114.589,51
- Investimentos	781.013,60	1.325.716,77	1.016.879,34	1.021.537,63	1.246.555,75	952.288,74	978.599,28
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	108.532,90	184.227,12	141.309,78	141.957,12	173.226,57	132.334,01	135.990,23
Reserva de Contingência	153.453,46	260.476,68	199.796,33	200.711,60	244.923,13	187.105,58	192.275,07
Especificação	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL	
RECEITAS	11.359.033,48	11.510.549,73	12.100.673,85	13.003.763,18	15.463.038,60	145.940.000,00	
- Metas de Receita	11.359.033,48	11.510.549,73	12.100.673,85	13.003.763,18	15.463.038,60	145.940.000,00	
DESPESAS	11.359.033,48	11.510.549,73	12.100.673,85	13.003.763,18	15.463.038,60	145.940.000,00	
DESPESAS CORRENTES	10.012.669,67	10.146.227,00	10.666.404,88	11.462.452,81	13.630.235,17	128.642.020,00	
- Pessoal e Encargos Sociais	6.028.810,52	6.109.227,82	6.422.436,38	6.901.751,32	8.207.012,50	77.457.700,00	
- Juros e Encargos da Dívida	31.133,43	31.548,72	33.166,16	35.641,40	42.381,91	400.000,00	
- Outras Despesas Correntes	3.952.725,72	4.005.450,46	4.210.802,34	4.525.060,10	5.380.840,76	50.784.320,00	
DESPESAS DE CAPITAL	1.148.277,33	1.163.594,01	1.223.249,28	1.314.541,99	1.563.148,55	14.752.980,00	
- Investimentos	1.008.176,88	1.021.624,78	1.074.001,55	1.154.155,71	1.372.429,97	12.952.980,00	
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- Amortização da Dívida	140.100,45	141.969,23	149.247,72	160.386,28	190.718,58	1.800.000,00	
Reserva de Contingência	198.086,48	200.728,72	211.019,70	226.768,38	269.654,88	2.545.000,00	

Prefeitura Municipal de Camboriú, 23 de Dezembro de 2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Renata Pereira
Contadora
CRC/SC 028070/O-6

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário da Fazenda

Kaíta Helen Testoni
Responsável Controle Interno

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DE 2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - 2015 (LRF ART. 13)																		
Especificação da Receita	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez						
REC. CORRENTES	8.413.825,83	14.550.744,92	11.071.102,76	11.123.587,35	11.925.115,95	10.343.366,59	10.639.804,97	10.973.052,97	11.124.569,22	11.714.693,34	12.617.782,67	14.080.553,41	136.578.000,00					
Receita Tributária	1.335.118,03	5.670.108,92	2.766.375,47	2.503.353,90	2.019.889,18	1.844.210,44	1.969.048,14	1.995.820,05	1.818.227,13	2.092.127,81	2.003.073,95	2.082.646,97	28.100.000,00					
Rec. de Contribuição	387.657,54	329.642,62	281.988,59	321.806,74	271.205,24	311.695,04	366.210,45	360.121,54	378.416,62	373.859,60	372.334,64	486.270,38	4.240.500,00					
Receita Patrimonial	88.262,04	48.807,21	85.392,86	135.521,05	94.746,78	108.319,45	120.686,27	94.293,79	107.614,35	120.129,08	108.939,96	135.775,16	1.246.500,00					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	829.786,32	748.053,69	871.647,20	888.167,59	963.725,46	236.779,90	1.011.469,22	968.314,36	923.814,85	998.309,50	980.841,10	1.031.091,81	10.456.000,00					
Transf. Correntes	5.522.278,08	7.440.524,65	6.755.749,05	7.028.952,40	7.844.015,15	7.509.887,61	6.788.846,49	7.238.750,33	7.471.591,45	7.481.136,10	8.543.816,23	8.850.560,48	88.475.908,00					
Outras Rec. Correntes	252.123,82	313.607,82	309.869,62	247.785,66	731.533,15	332.765,15	383.532,40	315.752,90	419.904,83	649.131,25	606.776,79	1.494.208,61	6.059.092,00					
REC. DE CAPITAL	385.980,51	385.980,51	385.980,51	385.980,51	2.119.703,74	385.980,51	385.980,51	385.980,51	385.980,51	385.980,51	385.980,51	1.382.485,18	7.382.000,00					
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00					
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00					
Transf. de Capital	114.772,93	114.772,93	114.772,93	114.772,93	1.848.502,16	114.772,93	114.772,93	114.772,93	114.772,93	114.772,93	114.772,93	1.109.268,56	4.105.500,00					
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
REC. INTRA ORÇAMENTÁRIAS	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.207,58	271.216,62	3.254.500,00					
TOTAL	8.799.606,34	14.936.725,43	11.457.083,29	11.509.567,85	14.044.823,70	10.729.347,09	11.025.765,48	11.359.033,48	11.510.549,73	12.100.673,85	13.003.793,18	15.463.085,60	145.940.000,00					
BIMESTRE	23.736.331,76		22.966.651,14		24.774.172,79		22.384.818,95		23.611.223,58		28.466.801,77		145.940.000,00					

Prefeitura Municipal de Camboriú, 23 de Dezembro de 2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Renata Pereira
Contadora
CRC/SC 028070/O-6

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário da Fazenda

Kaíta Helen Testoni
Responsável Controle Interno

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 21/1956 DE 01 DE MARÇO DE 1956

DECRETO Nº 21-1956

FICA CONCEDIDA LICENÇA DE 60 DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PROFESSORA NÁSO TITULADA, PADRÃO F, INILDA CAMARGO, A CONTAR DESTA DATA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Março de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Março de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 22/1956 DE 01 DE MAIO DE 1956

DECRETO Nº 22-1956

CONCEDE EXONERAÇÃO A OLINDA ALVES DOS SANTOS, PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE CUBATÃO II A CONTAR DE 31 DE MARÇO DE 1956.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 23/1956 DE 01 DE MAIO DE 1956

DECRETO Nº 23-1956

CONCEDE EXONERAÇÃO A INILDA CAMARGO, PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 24/1956 DE 01 DE MAIO DE 1956

DECRETO Nº 24-1956

NOMEIA MARIA DE LOURDES MULIKI, PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 25/1956 DE 16 DE JULHO DE 1956

DECRETO Nº 25-1956

CONCEDER EXONERAÇÃO A ALFREDO EDUARDO FRIEDRICH, AGENTE FLORESTAL, PADRÃO E DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Julho de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 16 de Julho de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 26/1956 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 26-1956

CONCEDER EXONERAÇÃO A NORALDINA ALVES, DO CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, DA ESCOLA DE CAMPINAS, A CONTAR DE 30 DE JULHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 27/1956 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 27-1956

NOMEIA MARIA SELMA ROCHA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, PARA TER EXERCÍCIO NA ESCOLA DE CAMPINAS, A CONTAR DE 30 DE JULHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 28/1956 DE 07 DE OUTUBRO DE 1956

DECRETO Nº 28-1956

NOMEIA MARIA JURACY FERNANDES VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, PARA TER EXERCÍCIO NA ESCOLA DE CUBATÃO II, NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de Outubro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 07 de Outubro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 29/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 29-1956

A COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1957, FAR-SE-Á NAS ÉPOCAS ESTABELECIDAS EM LEI E DE ACÓRDO COM A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA EM VIGOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 30/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 30-1956

NOMEIA INTERINAMENTE ANTONIO DOMINGOS CORRÊA PARA O CARGO DE AGENTE FLORESTAL A CONTAR DE 17 DE JULHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 31/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 31-1956

NOMEIA INTERINAMENTE NORMA PATRUNI HERBST PARA O CARGO DE FISCAL LANÇADOR A CONTAR DE 17 DE JULHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 32/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

DECRETO Nº 32-1956

DISPÕE SOBRE AUMENTO DO VALOR DOS IMPOSTOS DE VALOR VENAL DOS TERRENOS SUJEITOS AO IMPOSTO TERRITORIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 33/1957 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957

DECRETO Nº 33-1956

TRANSFERIR LUCIA BLASZKOWSKY, PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE SALTINHO, PARA A ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO, NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 34/1957 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957

DECRETO Nº 34-1957

TRANSFERIR MARIA DE LOURDES MULIKI, PROFESSORA, MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO, PARA A ESCOLA MUNICIPAL DE SALTINHO, NESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 35/1957 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957

DECRETO Nº 35-1957

NOMEAR ANDRÉ FERREIRA DE PAULA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL, PADRÃO F, NA ESCOLA MUNICIPAL DE AVENCA, NESTE MUNICÍPIO, A CONTAR DE 1º DO CORRENTE MÊS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 16 de Fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 36/1957 DE 02 DE ABRIL DE 1957

DECRETO Nº 36-1957

CONCEDER A JOÃO FERREIRA DE LIMA, FISCAL GERAL, PADRÃO G, 90 DIAS DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE., A CONTAR DE 1º DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 37/1957 DE 17 DE ABRIL DE 1957

DECRETO Nº 37-1957

CONCEDER A JOÃO FERREIRA DE LIMA, FISCAL GERAL, PADRÃO G, 90 DIAS DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE., A CONTAR DE 1º DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 38/1957 DE 29 DE ABRIL DE 1957

DECRETO Nº 38-1957

CONCEDER EXONERAÇÃO A LUCIA BLASZKOWSKY, PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de Abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 29 de Abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 38A/1957 DE 02 DE MAIO DE 1957

DECRETO Nº 38A-1957

NOMEIA DIRCÉIA DUARTE, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO F, DA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de Maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 39/1957 DE 17 DE MAIO DE 1957

DECRETO Nº 39-1957

CONCEDER EXONERAÇÃO A ANTONIO DOMINGOS CORRÊA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de Maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 17 de Maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 40/1957 DE 17 DE MAIO DE 1957

DECRETO Nº 40-1957

CONCEDER EXONERAÇÃO A ANTONIO DOMINGOS CORRÊA DO CARGO DE AGENTE FLORESTAL DE ACORDO COM A LETRA "A" § 1º, ARTIGO 92 DO DECRETO-LEI Nº 700 DE 28 DE OUTUBRO DE 1942.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de Maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 17 de Maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 41/1957 DE 01 DE SETEMBRO DE 1957

DECRETO Nº 41-1957

CONCEDER AO DR. ALFREDO SCHMIDT, A GRATIFICAÇÃO DE Cr\$ 1.000,00 MENSAIS, PELOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA QUE PRESTAR NESTE MUNICÍPIO, A PARTIR DESTA DATA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Setembro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Setembro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 8.771 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.771 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
339049.00.139 -	Auxílio Transporte	R\$ 500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contração Por tempo Determinado	R\$ 500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

29 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 29/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 105/1955 DE 17 DE ABRIL DE 1956

LEI Nº 105/1956

FICA CRIADA A ESCOLA MUNICIPAL NA LOCALIDADE DE AVENCA NESTE MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de Abril de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 17 de Abril de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 106/1956 DE 17 DE ABRIL DE 1956

LEI Nº 106/1956

CRIA MAIS UM CARGO DE PROFESSORA DE PRIMÁRIO NO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de Abril de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 17 de Abril de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 107/1956 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956

LEI Nº 107/1956

APROVA O PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 05 de Setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 108/1956 DE 10 DE SETEMBRO DE 1956

LEI Nº 108/1956

O VENCIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E OS SALÁRIOS DOS EX-TRANUMERÁRIOS DO MUNICÍPIO FICAM REAJUSTADOS NOS TERMOS DESTA LEI APARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 1957.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 10 de Setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 109/1956 DE 05 DE OUTUBRO DE 1956

LEI Nº 109/1956

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 05 de Outubro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 05 de Outubro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 110/1956 DE 05 DE OUTUBRO DE 1956

LEI Nº 110/1956

MODIFICA A LEI Nº 11 DE 09 DE AGOSTO DE 1948.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 05 de Outubro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 05 de Outubro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 111/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

LEI Nº 111/1956

DISPÕE SOBRE CONSTRUÇÕES NAS RUAS 2ª E 3ª CLASSE DISCRIMINADAS NO DECRETO Nº 08 DE 05 DE JANEIRO DE 1952.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 112/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

LEI Nº 112/1956

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 113/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

LEI Nº 113/1956

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO, PARA AS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 114/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

LEI Nº 114/1956

FICAM ANULADOS NO ORÇAMENTO VIGENTE OS SALDOS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 115/1956 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

LEI Nº 115/1956

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1957.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

LEI Nº 116/1957 DE 10 DE MARÇO DE 1957

LEI Nº 116/1957

APROVA O PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, E REVOGA A LEI Nº 107 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Março de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 10 de Março de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 117/1957 DE 02 DE ABRIL DE 1957**

LEI Nº 117/1957

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 118/1957 DE 02 DE ABRIL DE 1957**

LEI Nº 118/1957

FICA CRIADO O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 02 de Abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 119/1957 DE 07 DE AGOSTO DE 1957**

LEI Nº 119/1957

AO VETERINÁRIO QUE VIER DAR ASSISTÊNCIA AOS CRIADORES DO MUNICÍPIO, É CONCEDIDA PELA VERBA 8-94-1 DO ORÇAMENTO VIGENTE, UMA GRATIFICAÇÃO ATÉ A IMPORTÂNCIA DE Cr\$ 1.500,00 MENSAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Agosto de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 07 de Agosto de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 120/1957 DE 21 DE AGOSTO DE 1957**

LEI Nº 120/1957

CONCEDE AUXÍLIO DE Cr\$ 100.000,00 PARA A CONSTRUÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA LOCALIDADE DE FRAGOSOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 121/1957 DE 21 DE AGOSTO DE 1957**

LEI Nº 121/1957

AUTORIZA A DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRA DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário**LEI Nº 122/1957 DE 21 DE AGOSTO DE 1957**

LEI Nº 122/1957

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AFIM DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE, COM RECURSOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 21 de Agosto de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 52/1956 DE 01 DE MARÇO DE 1956

PORTARIA Nº 52-1956

DESIGNAR MARIA DE LOURDES MULIKI, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL, PADRÃO F, EM EXERCÍCIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO, NESTE MUNICÍPIO.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Março de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Março 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 53/1956 DE 01 DE MARÇO DE 1956

PORTARIA Nº 53-1956

DISPENSAR IRMÃ BERNADETE PELENS, DA FUNÇÃO DE PROFESSORA DO JARDIM DE INFÂNCIA DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Março de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Março 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 54/1956 DE 01 DE MARÇO DE 1956

PORTARIA Nº 54-1956

DESIGNAR MARGARIDA PIANGER IRMÃ MARIA FLORENTINA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA DO JARDIM DE INFÂNCIA DESTA CIDADE, PERCEBENDO A GRATIFICAÇÃO MARCADA EM LEI.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Março de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Março 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 55/1957 DE 31 DE MAIO DE 1957

PORTARIA Nº 55-1957

DISPENSAR A PEDIDO MARIA PRANZER IRMÃ MARIA FLORENTINA, DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE PROFESSORA DO JARDIM DE INFÂNCIA DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 31 de Maio 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 56/1957 DE 01 DE JUNHO DE 1957

PORTARIA Nº 56-1957

DESIGNAR PAULINA HEINZEN, PARA EXERCER A FUNÇÃO GRATIFICADA DE PROFESSORA DO JARDIM DE INFÂNCIA DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Junho 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 57/1957 DE 01 DE JUNHO DE 1957

PORTARIA Nº 57-1957

DESIGNAR HERCÍLIO BUENO FRANCO, PARA EXERCER O CARGO CUMULATIVO DE AGENTE FLORESTAL PADRÃO C.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Junho 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 58/1957 DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

PORTARIA Nº 58-1957
DISPENSAR HERCÍLIO BUENO FRANCO, SECRETÁRIO PADRÃO O,
DAS FUNÇÕES DE BIBLIOTECÁRIO REF. II.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de SETEMBRO de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 30 de Setembro 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 59/1957 DE 01 DE OUTUBRO DE 1957

PORTARIA Nº 59-1957
ADMITIR DORINHA D' AMORIM, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE
BIBLIOTECÁRIO REF. II.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de OUTUBRO de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Outubro 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

Campos Novos**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 30/2014 - F.H.J.A.**

Extrato De Contrato
CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
CONTRATADA: CLAITON ELETRICIDADE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME
OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de material e serviços para substituição e montagem do novo cabeamento da rede lógica no prédio da fundação hospitalar Dr. José Athanázio
VALOR: R\$ 72.329,09 (setenta e dois mil trezentos e vinte e nove reais e nove centavos)
DATA: 28/11/2014
VIGÊNCIA: 31/12/2014
CONTRATO: 30/2014

EXTRATO CONTRATO 31/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato
CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
CONTRATADA: Pensorad - Serviços De Radiologia S/C Ltda-Me
OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 01/2012 - Para prestação de serviços de Radiologia.
VALOR: R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um reais)
DATA: 31/12/2014
VIGÊNCIA: 31/12/2015
CONTRATO: 31/2014

EXTRATO CONTRATO 32/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato
CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 02/2012 - Para Locação de Softwares
VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
DATA: 31/12/2014
VIGÊNCIA: 31/12/2015
CONTRATO: 32/2014

EXTRATO CONTRATO 33/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato
CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 46/2012 - Para Coleta de Resíduos Hospitalares.
VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
DATA: 31/12/2014
VIGÊNCIA: 31/12/2015
CONTRATO: 33/2014

EXTRATO CONTRATO 34/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato
CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
CONTRATADA: PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO

S/S LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 49/2013 - Para Prestação de serviços de medição de dosimetria pessoal.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 34/2014

EXTRATO CONTRATO 35/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: CN SYSTEM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 01/2013 - Para Prestação de de Informática.

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 35/2014

EXTRATO CONTRATO 36/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 21/2014 - Para Prestação de serviços de monitoramento de câmeras de segurança.

VALOR: R\$ 42.480,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 36/2014

EXTRATO CONTRATO 37/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: HIGIENIZA COM. DE PROD. DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 48/2013 - Para Fornecimento De Produtos Para Lavanderia Hospitalar.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 37/2014

EXTRATO CONTRATO 38/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATÓRIO CLINICO PATOLÓGICO MARTINS LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 27/2014 - Para Prestação de Serviços Laboratoriais.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 38/2014

EXTRATO CONTRATO 39/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATÓRIO GAVAZZONI LTDA - ME

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 28/2014 - Para Prestação de Serviços Laboratoriais.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 39/2014

EXTRATO CONTRATO 40/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATÓRIO DALLANORA ANALISES CLINICAS LTDA - ME

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 29/2014 - Para Prestação de Serviços Laboratoriais.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 40/2014

EXTRATO CONTRATO 41/2014 - F.H.J.A.

Extrato De Contrato

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATÓRIO DALLANORA ANALISES CLINICAS LTDA - ME

OBJETO: Aditivo prorrogando contrato original 30/2014 - Para Prestação de Serviços de substituição do cabeamento da rede lógica.

VALOR: R\$ 67. 329,09 (sessenta e sete mil trezentos e vinte e nove reais e nove centavos).

DATA: 31/12/2014

VIGÊNCIA: 31/12/2015

CONTRATO: 41/2014

ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2014 F.H.J.A**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 1/8

Processo Nº.: 29/2014**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2014**

No dia 29 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETORA ADMINISTRATIVA, o Sr(a). IRACEMA TRUCOLO WILPERT, inscrito no CPF sob o nº. , doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2014, Processo Licitatório nº. 29/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7451	CORDINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	35, 39, 40
7168	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1, 4, 5, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46
7162	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	3, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 26, 29, 33, 36, 38

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: ☐

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CORDINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	13.610.545/0001-61	LEONEL PAULO PERES BRAZ	451.565.730-53
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	85.248.680/0001-10	FABIO ANDRE LORASCHI	749.263.819-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: ☐ REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

☐ Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. ☐

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. ☐

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue: ☐

Fornecedor: 7162 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	GARRAFA TERMICA 1,8 L, REVESTIDA EM INOX, SISTEMA BOMBA DE PRESSÃO	UN	MOR	10,000	69,0000	690,00
6	COLHER PARA CHÁ TODA EM INOX	UN	SIMONAGIO	120,000	1,3000	156,00
7	COLHER PARA SOBREMESA TODA EM INOX	UN	DIMONAGIO	120,000	2,1000	252,00
8	COLHER PARA SOPA TODA EM INOX	UN	SIMONAGIO	120,000	1,9000	228,00
9	GARFO DE MESA TODO EM INOX	UN	SIMONAGIO	120,000	1,8000	216,00
10	FACA DE MESA TODO EM INOX	UN	SIMONAGIO	120,000	2,9000	348,00
22	LUVA PARA USO EM FORNO	PAR	ARTEFLEX	3,000	72,0000	216,00
26	ESCOVA PARA MAMADEIRA CIRCULAR	UN	MURANO	6,000	12,9000	77,40
29	JARRA EM INOX COM TAMPAS E CABO COM DIAMETRO EXT. 85 E DIAM. INT. 80 - COM CAPACIDADE 500 ML	UN	ARTINOX	24,000	78,0000	1.872,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 29/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

Fornecedor: 7162 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
33	POTE PLÁSTICO POLIETILENO HERMÉTICO REDONDO COM TAMPA 7,5 LTS - ALT 14 CM E DIAMETRO 31,5CM	UN	PLASVALLE	12,000	29,9000	358,80
36	SOPEIRA EM INOX COM TAMPA E CABO - 12,5 CM DE DIAMETRO CAPACIDADE 400ML	UN	ARTINOX	60,000	78,0000	4.680,00
38	JARRA PLÁSTICA CAPACIDADE 4 LITROS COM TAMPA HERMÉTICA MEDIDAS APROXIMADAS 16,0 (LARGURA) X 26,0 (ALTURA)	UN	PLASUTIL	4,000	29,0000	116,00

Fornecedor: 7168 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ESPRESSO PARA ALHO EM ALUMINIO FUNDIDO	UN	HANAHAH	1,000	19,9800	19,98
4	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA CAP. 1 L, SISTEMA BOMBA DE PRESSÃO	UN	MOR	5,000	45,6500	228,25
5	FACA PROFISSIONAL INOX P/ CORTE DE CARNE	UN	MOR	2,000	25,3500	50,70
12	JARRA PLÁSTICA C/ TAMPA - CAPACIDADE 1 LT	UN	GIPLAST	24,000	9,7800	234,72
13	DESCASCADOR DE VERDURAS - EM MATERIAL PLASTICO - LAMINA EM AÇO INOX	UN	KZA	3,000	11,1400	33,42
14	BACIA RETANGULAR MÉDIA BRANCA P/ ALIMENTOS	UN	PLASNEW	12,000	22,9800	275,76
16	CHALEIRA INOX - CAP. 03 LT	UN	ART INOX	2,000	64,9800	129,96
17	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA RETANGULAR CAP. 6,5L EM MATERIAL PE - TAM 338 X 230 X 115MM	UN	GIPLAST	8,000	17,7500	142,00
18	PANELA DE PRESSÃO POLIDO - 8 LTS -	UN	5 ESTRELA	1,000	298,0000	298,00
20	TRAVESSA OVAL - DE VIDRO - 4 LTS	UN	NADIR FIGUE	2,000	29,8900	59,78
21	CONJ. DE POTES HERMETICOS: C/ 05 PEÇAS: 900 ML; 1,4 LTS; 2, 3 LTS; 4,1 LTS E 7,3 LTS	CJ	PLASVALE	4,000	49,5000	198,00
23	LEITEIRA EM ALUMINIO CAP. 02 LTS	UN	5 ESTRELA	4,000	22,8900	91,56
24	XÍCARA DE VIDRO PARA CHÁ CAP. 200ML COM PIRES	UN	DURALEX	120,000	8,7000	1.044,00
25	ESPRESSO DE BATATA EM ALUMINIO	UN	HANAHAH	2,000	19,9800	39,96
27	PENEIRA PLÁSTICA P/ CHÁ - MÉDIA	UN	ALVES	3,000	4,4800	13,44
28	RECIPIENTE PLÁSTICO COM MEDIDAS EM GRAMAS E EM LITROS CAP. 500 ML	UN	TRITEC	1,000	9,8900	9,89
30	PEGADOR DE MASSA EM INOX	UN	Q BEST	3,000	12,8500	38,55
37	CHALEIRA EM ALUMINIO Nº 22 CAPACIDADE PARA 05 LITROS	UN	5 ESTRELA	1,000	97,0000	97,00
41	FRIGIDEIRA 28 CM DE DIAMETRO Nº 28, COM CABO, 06 CM DE ALTURA, TODA EM ALUMINIO, LINHA INDUSTRIAL	UN	5 ESTRELA	2,000	249,2000	498,40
42	FRIGIDEIRA 24 CM DE DIAMETRO Nº 24, COM CABO, 06 CM DE ALTURA, TODA EM ALUMINIO, LINHA INDUSTRIAL	UN	5 ESTRELA	2,000	160,4000	320,80
43	FRIGIDEIRA 26 CM DE DIAMETRO Nº 26, COM CABO, 06 CM DE ALTURA, TODA EM ALUMINIO, LINHA INDUSTRIAL	UN	5 ESTRELA	2,000	230,5000	461,00
44	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA CAPACIDADE 05 LTS, EM ESPUMA DE POLIURETANO PARA CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA DE LIQUIDOS	UN	MOR	3,000	31,9500	95,85
45	ESPUMADEIRA PROFISSIONAL MEDIDAS APROXIMADAS 13 X 51,5 CM	UN	CAMBE	2,000	22,0000	44,00
46	ESCADA 08 DEGRAUS - EM ALUMINIO DEGRAU ANTI DERRAPANTE, PÉS E PONTEIRAS PLÁSTICAS, CORRIMÃO ALTO E SEGURO, PATAMAR DE ALUMINIO LARGO, FITA DE SEGURANÇA CAPACIDADE PARA SUPORTAR NO MINIMO 120 KG	UN	MOR	2,000	148,6000	297,20

Fornecedor: 7451 - CORDINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	PORTA COMIDA TÉRMICO EM INOX COM 03 DIVISÓRIAS COM TAMPA ME DINDO APROXIMADAMENTE 21 CM DE DIAMETRO	UN		15,000	55,6700	835,05
39	BANDEJA INOX REDONDA 36 CM DE DIAMETRO, ESPESSURA 0,8MM	UN		22,000	49,0000	1.078,00
40	BANDEJA INOX RETANGULAR MEDIDAS APROXIMADAS 400 X 278 X 20MM ESPESSURA 0,8MM	UN		17,000	68,0000	1.156,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 8/8
Processo Nº.: 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 29 de Dezembro de 2014.

IRACEMA TRUCOLO WILPERT
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Empresas Participantes:

CORDINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	CNPJ: 13.610.545/0001-61	_____ □□□
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____ □□□
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____ □□□

ATA REGISTRO DE PREÇOS 09/2014 F.H.J.A.**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/10

FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**Processo Nº.: 32/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2014**

No dia 31 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETORA ADMINISTRATIVA, o Sr(a). IRACEMA TRUCOLO WILPERT, inscrito no CPF sob o nº. , doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2014, Processo Licitatório nº. 32/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA CONSUMO NO ANO DE 2015 NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7170	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	16, 45, 46, 47, 48, 49, 50
6008	CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	36, 57, 58, 59
7436	MERCADO SANANDUVA LTDA ME	28, 40, 41, 61
7422	P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88
6992	PANIFICADORA THAIS LTDA - ME	
6443	SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L	91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: ☐

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	MARLON EISING	072.031.589-18
CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	79.851.507/0001-09	ITAMAR TOSCAN	384.798.269-91
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	03.005.106/0001-76	GILBERTO RIBEIRO	424.352.180-87
P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	19.167.682/0001-50	ENIO DELAZARI	453.533.100-63
PANIFICADORA THAIS LTDA - ME	07.577.555/0001-40	ELIZEU CARLOS DE OLIVEIRA	016.723.299-14
SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD	73.593.501/0001-00	THIAGO FIGUEIREDO	047.591.979-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: ☐ REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA CONSUMO NO ANO DE 2015 NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO ☐ Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. ☐

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. ☐

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue: ☐

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/10
 Processo Nº.: 32/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Fornecedor: 6008 - CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	FARINHA DE ROSCA EMBALAGEM 1KG	UN		30,000	6,6900	200,70
57	PÃO FRANCES 50 G	KG		2.500,000	8,8900	22.225,00
58	PÃO BRANCO FATIADO - COM NO MINIMO 23 FATIAS COM ROTULAGEM POR KG	KG		200,000	10,1500	2.030,00
59	PÃO INTEGRAL FATIADO - COM NO MINIMO 23 FATIAS COM ROTULAGEM POR KG	KG		200,000	10,9800	2.196,00

Fornecedor: 6443 - SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	ABOBRINHA VERDE	KG		250,000	2,9500	737,50
92	AIPIM	KG		200,000	4,7800	956,00
93	ALFACE CRESPA	UN		700,000	1,5000	1.050,00
94	ALHO - EMBALAGEM DE 100G	UN		40,000	1,8000	72,00
95	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	KG		150,000	1,7000	255,00
96	BATATA DOCE	KG		200,000	3,2000	640,00
97	BATATA INGLESA LAVADA	KG		2.700,000	2,8000	7.560,00
98	BETERRABA	KG		125,000	2,6000	325,00
99	BROCÓLIS	MÇ		250,000	4,0000	1.000,00
100	CEBOLA DE CABEÇA , SAFRA NOVA	KG		300,000	2,4500	735,00
101	CENOURA MÉDIA COLHIDA RECENTEMENTE	KG		350,000	3,2000	1.120,00
102	CHUCHU	KG		450,000	2,8000	1.260,00
103	COUVE - FLOR	UN		200,000	4,5000	900,00
104	LARANJA PERA - GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	KG		120,000	1,8000	216,00
105	MAÇA FUJI	KG		120,000	3,5000	420,00
106	MAMÃO FORMOSA - GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	KG		60,000	3,8300	229,80
107	MORANGA CABOTIÁ	KG		150,000	2,7500	412,50
108	MOSTARDA / ACELGA	UN		150,000	4,5000	675,00
109	OVOS DE GALINHA GRANDE, FRESCO E FISCALIZADO	DZ		250,000	4,0000	1.000,00
110	REPOLHO	KG		200,000	2,5000	500,00
111	TEMPERO VERDE MAÇO GRANDE COM NO MINIMO 200 GR	UN		250,000	2,0000	500,00
112	TOMATE GRAÚDO - GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	KG		550,000	4,8000	2.640,00
113	VAGEM MACARRÃO	KG		250,000	8,4500	2.112,50
114	MANGA - COLHIDA RECENTEMENTE	KG		100,000	3,7500	375,00
115	REPOLHO ROXO	KG		80,000	2,5000	200,00
116	BATATA SALSA	KG		140,000	9,4000	1.316,00

Fornecedor: 7170 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CAFÉ TORRADO/MOÍDO EM PÓ SABOR PURO E FORTE, 100% FABRICAÇÃO BRASILEIRA EMBALAGEM COM 500 GR COM SELO ABIC, E COM NMQ DE NO MINIMO 5,5	PCT		1.500,000	8,4500	12.675,00
45	MASSA ESPAGUETE FINO COM OVOS 500 G	PCT		1.000,000	3,2800	3.280,00
46	MASSA CARAMUJINHO COM OVOS 500G	PCT		600,000	3,2900	1.974,00
47	MASSA TIPO PENE COM OVOS 500 G	PCT		600,000	3,2800	1.968,00
48	MASSA TIPO CABELO DE ANJO PARA SOPA COM OVOS - 500 G	PCT		800,000	4,5400	3.632,00
49	MASSA TIPO PARAFUSO COM OVOS 500 G	PCT		700,000	3,0800	2.156,00
50	MASSA TIPO LETRINHAS, COM OVOS, PCT COM 500G	PCT		500,000	4,8600	2.430,00

Fornecedor: 7422 - P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADOÇANTE LIQUIDO 100ML	UN	SUGAR CU	50,000	2,8900	144,50
2	AMIDO DE MILHO 1 KG	KG	AMAFIL	30,000	5,6900	170,70
3	AÇUCAR REFINADO - PACOTE COM 5 KG	PCT	ALTO ALEG	500,000	8,9800	4.490,00
4	ÁGUA DE COCO EMB. TETRA PAK 200ML	UN	DUCOCO	600,000	2,9000	1.740,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/10
 Processo Nº.: 32/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Fornecedor: 7422 - P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ALIMENTO A BASE DE SOJA "LIGHT" 200ML EMBALAGEM TETRA PAK - SABORES VARIADOS	UN	ADES	550,000	2,9500	1.622,50
6	ALIMENTO A BASE DE SOJA 200ML SABORES VARIADOS	UN	SHEFA	600,000	2,8900	1.734,00
7	ARROZ PARBOILIZADO - PACOTE 5 KG	PCT	KIKA	500,000	8,7800	4.390,00
8	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - PCT CONTENDO DE 330 A 400 G	UN	DIANA	500,000	3,3800	1.690,00
9	BISCOITO DOCE SABOR COCO 330G	PCT	DIANA	100,000	3,6800	368,00
10	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - PCT CONTENDO DE 330G A 400 GR	UN	DIANA	500,000	3,3800	1.690,00
11	BISCOITO DOCE TIPO SABOR LEITE - PCT CONTENEDO 330 A 400 GR	UN	DIANA	600,000	2,4700	1.482,00
12	BISCOITO SALGADO INTEGRAL - PCT CONTENDO DE 330 A 400GR	UN	ORQUIDEA	150,000	3,3800	507,00
13	BISCOITO SALGADO TIPO C. CRACKER - PCT CONTENDO 330 A 400GR	UN	DIANA	600,000	3,3800	2.028,00
14	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL - PCT CONTENDO 330 A 400 GR	UN	DIANA	500,000	3,3800	1.690,00
15	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM - PCT CONTENDO 400 GR	UN	ORQUIDEA	150,000	5,3800	807,00
17	CANJICUINHA / QUIRERA DE MILHO AMARELO, SEM RESÍDUOS E IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM 500 GR	UN	INCAS	50,000	1,9500	97,50
18	CALDO GALINHA CAPIRA EMBALAGEM 114G	CX	APTI	400,000	1,9900	796,00
19	CHÁ SABOR CIDREIRA SACHE 10G; CX COM 10 SACHES	CX	GOSTOZZO	60,000	2,9500	177,00
20	CHÁ SABOR ERVA DOCE SACHE 10G; CX COM 10	CX	gostozzo	80,000	2,8900	231,20
21	CHÁ SABOR CAMOMILA SACHE 10G; CX COM 10 SACHES	CX	gostozzo	80,000	2,8500	228,00
22	CHÁ SABOR HORTELÃ SACHE 10G; CX COM 10 SACHES	CX	gostozzo	80,000	2,8500	228,00
23	CHÁ SABOR MAÇA SACHE 10G; CX COM 10 SACHES	CX	gostozzo	80,000	3,7500	300,00
24	CHÁ SABOR PESSEGO SACHÊ 10 G CX COM 10 SACHES	CX	prenda	80,000	3,7500	300,00
25	CHÁ SABOR MORANGO SACHÊ 10 G CX COM 10 SACHES	CX	gostozzo	80,000	3,8500	308,00
26	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª QUALIDADE COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM COM NO MÁXIMO DE 12% DE GORDURA, RESFRIADA, PCT COM 1KG	KG	fribaz	1.300,000	8,7800	11.414,00
27	COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO; COM PELE; COM OSSO E SEM DORSAL; COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, CONGELADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE OU NO MAIXMO DUAS UNIDADES	KG	seva	3.500,000	5,8500	20.475,00
29	DOCE CREMOSO - CONTENDO POLPA DE FRUTA, AÇUCAR DE GLICOSE, PECTINA, ÁCIDO, BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTASSIO. EMB. 400 G - SABORES DIVERSOS.	UN	miriam	100,000	3,7200	372,00
30	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK COM NO MINIMO 340G	UN	bonare	500,000	1,6900	845,00
31	ERVILHA EM CONSERVA EMBALAGEM TETRA PAK COM NO MINIMO 200GR DRENADO	UN	goias	150,000	2,2800	342,00
32	BAUNILHA EM PÓ EMBALAGEM COM 30 G	UN	apti	20,000	2,8500	57,00
33	FARINHA DE MILHO - PACOTE COM 5 KG	PCT	daju	100,000	8,9800	898,00
34	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU - AMARELA, GRÃO DE MILHO TORRADO ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO CONTENDO 1KG	KG	pinduca	40,000	2,9800	119,20
35	FARINHA DE TRIGO SEM MISTURA - PACOTE COM 5 KG	PCT	colinaria	50,000	9,9400	497,00
37	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 250G	UN	tok	20,000	5,4100	108,20
38	FEIJÃO PRETO 1 KG	KG	vo tita	1.000,000	4,3900	4.390,00
39	FEIJAO CARIOCA 1KG	KG	mae via	500,000	4,4000	2.200,00
42	LENTILHA GRAUDA - PCT COM 500 G	PCT	daju	100,000	3,9800	398,00
43	MARGARINA VEGETAL SEM SAL - 500 GR - 50% LIPÍDIOS	UN	cleybom	150,000	5,6900	853,50
44	MARGARINA VEGETAL COM SAL - 500 GR - 20% LIPÍDIOS	UN	coamo	200,000	5,6900	1.138,00
51	MILHO VERDE EM CONSERVA - EMBALAGEM TETRA PAK 200GR DRENADO	UN	goias	150,000	2,1900	328,50
52	PÓ PARA PUDIM COM LEITE, SABOR BAUNILHA, CONTENDO AÇUCAR REFINADO, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AMIDO DE MILHO, AROMA NATURAL DE BAUNILHA E CORANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM DE 50GR	UN	apti	100,000	1,3800	138,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/10
 Processo Nº.: 32/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Fornecedor: 7422 - P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
53	CEREAL PARA ALIMENTO INFANTIL DE AVEIA, INGREDIENTES FARINHA DE AVEIA, AÇUCAR, AMIDO, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTES, COM GLÚTEM. EMBALAGEM 400 GR	UN	nutrimental	60,000	12,6900	761,40
54	CEREAL DE MILHO PARA ALIMENTO INFANTIL CONTENDO: FARINHA DE ARROZ, AÇUCAR, AMIDO, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTES, SEM GLÚTEM. EMBAL. 400G	UN	vitalon	60,000	12,6500	759,00
55	CEREAL DE ARROZ PARA ALIMENTO INFANTIL COM FARINHA DE ARROZ, AÇUCAR, AMIDO, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTES. SEM GLUTEM, EMBALAGEM 400G	UN	vitalon	60,000	12,6000	756,00
56	ÓLEO DE SOJA 900ML	UN	coamo	1.000,000	3,2800	3.280,00
60	PALETA BOVINA SEM OSSO, COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADA, PCT COM 2KG	KG	filipin	1.500,000	14,9500	22.425,00
62	PÓ PARA GELATINA EMBALAGEM 85G - SABORES DIVERSOS	UN	tofano	1.000,000	0,8200	820,00
63	PÓ PARA GELATINA "DIET" EMBALAGEM 12G	UN	apti	1.000,000	2,9900	2.990,00
64	PRESUNTO MAGRO FATIADO 200G; COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADO	PCT	pamplona	350,000	4,8900	1.711,50
65	QUEIJO MUSSARELA FATIADO 200 GR, COM FATIAS SEPARADAS COM INTERFOLIADOR; COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADO.	PCT	sta barbara	350,000	3,9800	1.393,00
66	QUEIJO MUSSARELA 2 KG - COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADO.	KG	sta barbara	50,000	26,9800	1.349,00
67	SAL REFINADO IODADO 1K	KG	zizo	250,000	0,9800	245,00
69	VINAGRE DE ALCOOL 750 ML	UN	chemim	80,000	1,4400	115,20
78	PALITO DENTAL EMBALADO INDIVIDUALMENTE - CX COM 2000 UND	CX	diana	4,000	12,8900	51,56
80	IOGURTE - CONTENDO LEITE PASTEURIZADO, AÇUCAR, COM PREPARADO (AÇUCAR CRISTAL, POLPA ESPESSANTE/CARBOXIMETILCELULOSE, AROMA IDENTICO AO NATURAL, ACIDULANTE/ACIDOLÁTICO DE POTASSIO), ESPESSANTE (GELATINA, AMIDO E AÇUCAR), AROMA IDENTICO AO NATURAL, CORANTE NATURAL E FERMENTO LÁCTEO. COLORIDO ARTIFICIALMENTE.SEM GLUTEM. SABORES DIVERSOS.BANDEJA DE 540 GR COM 06 COPOS	UN	elege	500,000	3,9800	1.990,00
81	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTANEO, CACAU EM PÓ, SEM GLUTEM. EMBALAGEM 400 G.	UN	showcau	100,000	3,9800	398,00
82	CANELA EM CASCA EMBALAGEM 10 G	UN	incas	10,000	3,4400	34,40
83	CANELA EM PÓ PURA, EMBALAGEM 30 GR	UN	incas	10,000	3,3800	33,80
84	CRAVO DA INDIA , EMBALAGEM 12 GR	UN	incas	10,000	2,7800	27,80
85	ORÉGANO - EMBALAGEM 500 G	UN	incas	5,000	28,0000	140,00
86	COCO RALADO EMBALAGEM 100G	UN	inga	100,000	3,4400	344,00
87	SAGU, PCT COM 500 GRAMAS,VALIDADE MINIMA 6 MESES	PCT	daju	35,000	3,4800	121,80
88	PREPARO SÓLIDO PARA REFRESCO ARTIFICIAL, COM AROMATIZANTE SINTETICO IDENTICO AO NATURAL - COLORIDO ARTIFICIALMENTE, SEM GLUTEM, SABORES UVA, TANGERINA E MANGA - PACOTE COM 1KG PARA PREPARO DE NO MINIMO 10 LITROS.	PCT	apti	70,000	6,9200	484,40

Fornecedor: 7436 - MERCADO SANANDUVA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
28	COXÃO MOLE COM CAPA BOVINO,COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADA, CORTADOS EM BIFE; PACOTE COM 01 KG	KG	FRIPRANDO	600,000	19,4900	11.694,00
40	FILE DEPEITO DE FRANGO SEM PELE/SEM OSSO - BANDEJA COM 1KG OU PACOTE IQF	KG	SEVA	500,000	12,8400	6.420,00
41	LEITE PASTEURIZADO TIPO C PACOTE COM 1 LITRO	L	TIROL	15.000,000	2,1900	32.850,00
61	PERNIL SUÍNO SEM PELE E SEM OSSO COM NO MÁXIMO DE 4% DE GORDURA, DESOSSADO. COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM PROCEDENCIA NA EMBALAGEM.	UN	FRIPRANDO	200,000	11,9800	2.396,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 8/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 9/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 10/10
Processo Nº.: 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 31 de Dezembro de 2014.

IRACEMA TRUCOLO WILPERT
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____	□□I
CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	CNPJ: 79.851.507/0001-09	_____	□□I
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	CNPJ: 03.005.106/0001-76	_____	□□I
P.V ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	CNPJ: 19.167.682/0001-50	_____	□□I
PANIFICADORA THAIS LTDA - ME	CNPJ: 07.577.555/0001-40	_____	□□I
SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L	CNPJ: 73.593.501/0001-00	_____	□□I

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 234/2014 A 239/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 234/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RIVEL VEÍCULOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo (0KM), nacional, para equipar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, conforme características descritas no anexo II, do Edital de Licitação nº. 112/2014, Pregão Presencial nº 83/2014 (processo Administrativo nº 87/2014, Licitação nº 58/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais). FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.058 (166). Canelinha, 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 235/2014. TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS Nº 017/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RÁDIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 017/2011, já alterado pelo termo aditivo nº 001 (contrato nº 118/2011), termo aditivo nº 002 (contrato nº 143/2012) e termo aditivo nº 004 (contrato nº 200/2013) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 236/2014. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL Nº 214/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RODOLFO DA ROSA SCHONTAG. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 214/2014, por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 237/2014. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 194/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: LEO-CRISMAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 194/2014, por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Havendo variação positiva do IGP-DI da FGV dos últimos dozes meses contados da assinatura do contrato inicial, deverá o valor do contrato ser reajustado por apostilamento a partir de 13 de outubro de 2015, conforme estabelece a cláusula 16ª do contrato nº 194/2014. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 238/2014. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SINAL DE INTER-NET Nº 108/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATADO: BLUCOMPTEC INFORMATICA LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 108/2014, por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 239/2014. TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 011/2013. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 011/2013, já alterado pelo contrato nº 206/2013 (termo aditivo nº 001) por um período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. VALOR: Devido à variação positiva do índice IGPM-FGV no período, o valor da parcela trimestral passará para R\$-2.007,05 (dois mil e sete reais e cinco centavos), perfazendo um valor global de R\$-8.028,20 (oito mil e vinte e oito reais e vinte centavos). Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 29 de dezembro de 2014. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATOS CONTRATOS Nº 19/2014 A 22/2014 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 019/2014. TERMO ADITIVO Nº. 003 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS Nº. 009/2010. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: RÁDIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA. OBJETO: As partes acima identificadas, tendo entre si, justas e acertadas mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Radiofônicos nº. 009/2010, firmado em 01 de outubro de 2010, objetivando a prestação de serviços radiofônicos, nas condições previstas no edital de licitação 09/2010, resolvem nos termos previsto no inciso IX, cláusula 25ª do contrato nº. 009/2010 e ainda, de acordo com o que dispõe o inciso II, do art. 57, da Lei 8.666, 21 de junho de 1993, firmarem o presente termo aditivo, que passa a fazer parte deste instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: - Fica renovado o contrato nº. 009/2010, já alterado pelo termo aditivo nº 001 (contrato nº 020/2012) e pelo termo aditivo nº 002 (contrato nº 016/2013) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha/SC., 23 de dezembro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 020/2014. TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 009/2013. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: GET MULLER INFORMATICA LTDA. ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 009/2013, já alterado pelo termo aditivo nº 001 (contrato nº 018/2013) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Havendo variação positiva do índice nacional de preços ao consumidor (INPC/IBGE), dos últimos dozes meses contados a partir da última alteração de preço, deverá o valor do contrato ser reajustado por apostilamento a partir de junho de 2015, conforme estabelece a cláusula 19ª do contrato nº 009/2013. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato

original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha/SC., 23 de dezembro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 021/2014. TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS Nº. 015/2014. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA. ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 015/2014, por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Havendo variação positiva do índice nacional de preços ao consumidor (INPC/IBGE), dos últimos doze meses contados da assinatura do contrato inicial, deverá o valor do contrato ser reajustado por apostilamento a partir de setembro de 2015, conforme estabelece a cláusula 19ª do contrato nº 015/2014. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha/SC., 23 de dezembro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 022/2014. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO URBANO Nº. 002/2011. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: RECICLAGEM GARCIA LTDA. ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 002/2011, já alterado pelo termo aditivo nº 001 (contrato nº 020/2011), termo aditivo nº 002 (contrato nº 019/2012), termo aditivo nº 003 (contrato nº 017/2013) e termo aditivo nº 004 (contrato nº 014/2014), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015, com término em 31/12/2015. Havendo variação positiva do índice IGP-DI dos últimos doze meses, deverá o valor do contrato ser reajustado por apostilamento de acordo com o item 9.2.9 do edital de licitação nº 10/2010, a partir de 01 de janeiro de 2015, tomando por base o valor revisado através do contrato nº 014/2014 (termo aditivo nº 004). Fica excluída da cláusula 2ª do contrato nº 002/2011, a responsabilidade da contratada para a obtenção do licenciamento de aterro dos resíduos sólidos, já que esta responsabilidade hoje é da empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, em função do Município de Canelinha, através do contrato administrativo de prestação de serviço nº 056/2010, contratou a execução dos serviços de engenharia sanitária de destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais do Município de Canelinha, cuja vigência já foi prorrogada até 31 de dezembro de 2015. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha/SC., 23 de dezembro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 205/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 24/2014
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Tomada de Preços n.º 24/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Motivo: Necessidade de adequação do projeto básico, visando adequar conforme alterações propostas pela Secretaria Municipal de Planejamento. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 145/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/14
HOMOLOGAÇÃO: 30/12/14
CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL E FUNDAÇÃO CULTURAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 109.400,00 (cento e nove mil quatrocentos reais)

DATA: 30/12/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO DE RECURSO DA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
COMUNICADO DE RECURSO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 100/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2014.

A empresa DAC Serviços de Estacionamento LTDA - ME, protocolou recurso para desclassificação da proposta da Empresa SERMOG LTDA ME.

Protocolo n.º 7340 de 29/12/2014 - 09h05min.

Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de Concorrência n.º PMC 14/2014.

Em razão de ser intempestivo e não trazer nenhum fato superveniente ao processo; acolhe no entanto nega provimento ao requerido pela empresa DAC Serviços de Estacionamento LTDA - ME.

O teor do recurso protocolado pela empresa DAC Serviços de Estacionamento LTDA - ME, está à disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

Karina de Cássia Kohler Wendt
Responsável do Setor de Licitações

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 109.400,00

Processo / Ano: 213/2014
Licitação.....: 145/2014 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL E FUNDAÇÃO CULTURAL.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16541	- QUILOMETRO RODADO DE ÔNIBUS 44 LUGARES - Unidade: KM						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.	REUNIDAS	10.000.000	0,0000	5,0000	50.000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 111040458	- QUILOMETROS DE MICRO-ÔNIBUS, COM NO MÍNIMO 24 LUGARES - Unidade: KM						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		10.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3	- 16543	- QUILOMETRO RODADO DE VEICULO VAN - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.	REUNIDAS	18.000.000	0,0000	3,3000	59.400,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 213/2014 Processo Administrativo: 109.400,00

Licitação.....: 145/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL E FUNDAÇÃO CULTURAL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 111040459 - QUILOMETRO RODADO DE AUTOMÓVEL COM CAPACIDADE 05 LUGARES - Unidade: KM

13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	-----------------------	--	-----------	--------	--------	------	-----------	---

Canoinhas, Em /...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0252/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0252/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA		
Valor.....: 2.514,30 (dois mil quinhentos e quatorze reais e trinta centavos)		
Vigência.....: Início: 30/12/2014 Término: 30/03/2015		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 36/2014 Processo_Licitatório.....: 000166 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Aquisição de utensílios de cozinha visando atender as necessidades das Creches e CMEI Municipais. Com Transferências de Convênios Educação.		
Capinzal, 30 de Dezembro de 2014		

PORTARIAS DEZEMBRO/2014

PORTARIA Nº 710, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, no mês de dezembro de 2014, aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	NOME	AQUIS IN	AQUIS FINAL	GOZO IN	GOZO FIN	ABONO
30479401	ADEMIR JOSE TOIGO	02/01/2013	01/01/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
30669001	ASSIS GIRIOLI	08/02/2013	07/02/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
32777801	DIONEI ANTONIO DA COSTA	02/11/2013	01/11/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
32987801	JOAO PAULO DA SILVA	02/01/2013	01/01/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
32990801	JOCIMARA SANTOS DRUN	06/02/2013	05/02/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
31398001	LUIZ CARLOS SOARES GOLIN	09/10/2013	08/10/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
31730601	OZAIR PEDRO DA SILVA	11/01/2013	10/01/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
14607202	ROSELI FATIMA DA SILVA	21/08/2013	20/08/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
32549001	VALDECIR EXPEDITO MAZZIERO	02/01/2013	01/01/2014	01/12/2014	30/12/2014	0
32018801	VALDIR TENUTTI	01/01/2014	31/12/2014	01/12/2014	30/12/2014	0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 781, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de março de 2015, conforme atestado médico, à servidora Jocineia Luckavicz, matrícula nº 329916/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014

Capinzal, SC, em 01 de dezembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 782, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio ao servidor Orides Lopes, matrícula nº 317144/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 15 de maio de 2006 a 14 de maio de 2011, pelo período de 01 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 783, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 105916 01 55 2013 2 00011 041 0001010 97, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Katiuscia Santin, matrícula nº 330353/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º A servidora passa a assinar Katiuscia Santin Petri.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 784, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 537/2013, conforme protocolo nº 3679/2014, que concedeu licença para tratar de interesses particulares à servidora Katisucia Santin Petri, matrícula nº 330353/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário Administração e Finanças

PORTARIA Nº 785, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 3980/2014, Adriana Bevilaqua, matrícula nº 407503/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 786, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação

em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 3978/2014, Loiri Salete Rover Barbieri, matrícula nº 397229/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, nível CC - 3, conforme o anexo IV - F da Lei Complementar nº 088/2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 787, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, de 01 a 19 de dezembro de 2014, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/05, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 788, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, de 01 a 19 de dezembro de 2014, Dirlena de Borba, matrícula nº 407476/02, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 789, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2014 4 00034 142 0010177 14, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito do irmão, pelo período de 21 a 28 de novembro de 2014, à servidora Leda Mara Poggere, matrícula nº 313106/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de novembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 790, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107342 01 55 2014 4 00002 025 0000499 07, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito da irmã, pelo período de 25 de novembro a 02 de dezembro de 2014, à servidora Franciele Ribeiro Marcondes, matrícula nº 310000/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 791, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 4065/2014, Andre de Azeredo e Silva, matrícula nº 321575/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, nível 79, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 792, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o disposto na portaria 626/2014, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da portaria nº 626/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 1º Fica nomeado Alexandre Luiz Teixeira da Silva, matrícula 397393/02, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Fomento a Empreendimentos, nível CC - 3, conforme a Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 01 de agosto de 2014.

(...)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 793, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o disposto na portaria 053/2012, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do art. 1º da portaria nº 053/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

VI - Maria Dagmar Wolff Surdi, CPF nº 018.081.319-67.

(...)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 794, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o disposto na portaria 772/2012, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterada a letra a do art. 1º da portaria nº 772/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

a) Avaliadores de cada servidor da Secretaria da Administração e Finanças:

Titulares:

I - Jorge Luiz Soldi

II - Kayçara Samarony Morosini

III - Carla Dambrós Viccari

Suplentes:

I - Maria Dagmar Wolff Surdi

II - Daiane Toscan Helt

(...)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 795, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Dispõe sobre a Comissão Especial do Processo Seletivo

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e em conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial para o Processo de Alteração de Carga Horária e Remoção, de que trata o Edital nº 030/2014:

I - Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama;

II - Izolete dos Santos Riquetti;

III - Valquiria Maria da Silva Moresco;

Art. 2º A Comissão fica encarregada, sob a presidência do primeiro, de exercer as atribuições necessárias à realização do referido processo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 796, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 02 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2015, conforme atestado médico, à servidora Loreanne Carine de Oliveira, matrícula nº 407504/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de dezembro de 2014

Capinzal, SC, em 02 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 798, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 04 de dezembro de 2014 a 02 de abril de 2015, conforme atestado médico, à servidora Jaciara Faller Melloto, matrícula nº 407464/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de dezembro de 2014

Capinzal, SC, em 04 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 799, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 108381 01 55 2014 4 00041 243 0019229 17, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 07 a 14 de dezembro de 2014, à servidora Elisangela Frizzo, matrícula nº 309168/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 08 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 800, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 11 de novembro de 2014 a 08 de fevereiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3104/2014, da servidora Elena Casagrande Reck, matrícula nº 173983/01, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 10 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 801, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 541/2014, conforme requerimento encaminhado pela servidora, que colocou a servidora Saionara Cristina Masson, matrícula nº 318434/01, à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário Administração e Finanças

PORTARIA Nº 802, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o disposto nas portarias de Licença Prêmio, na forma que

especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os períodos aquisitivos referentes às Licenças Prêmio do servidor Rômulo Garcia, conforme segue:

Portaria	Período Aquisitivo
439/1997	05/08/1991 a 04/08/1996
333/2005	05/08/1996 a 04/08/2001

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº 803, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3699/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação à servidora Rejane Mirian Bortoli Giongo, matrícula nº 317721/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 12 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 804, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 804/2014, conforme memorando nº 166/SMS/2014, que colocou a servidora Janete Gotardo Rosa, matrícula nº 323233/01, à disposição do Hospital Nossa Senhora das Dores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Capinzal - SC, em 16 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário Administração e Finanças
PORTARIA Nº 806, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Reintegra servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Reintegra conforme Parecer jurídico nº 010/2013, a servidora Anderlise Fatima Rodrigues Siviero, matrícula nº 326585/04, contratada para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 20 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 808, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 30 de dezembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3226/2014, da servidora Tailane Esganzela, matrícula nº 333697/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 30 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 809, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 31 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3538/2014, da servidora Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/02, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de dezembro de 2014

Capinzal - SC, em 30 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/52/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/52/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/39/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 542,28 (QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE CONTABILIDADE PÚBLICA;

R\$ 382,79 (TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE FOLHA DE PAGAMENTO;

R\$ 138,23 (CENTO E TRINTA E OITO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE TRANSPARÊNCIA;

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014

VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/53/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/53/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/44/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 637,98 (SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014

VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/54/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/54/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/45/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 1.743,81 (Um mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos) mensais pela locação, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico do Software de Emissão e controle de faturas de água e esgoto (Faturamento);

R\$ 701,78 (Setecentos e um reais e setenta e oito centavos) mensais pela locação, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico do Software de Gerenciamento e Cadastramento técnico de redes de abastecimento de água e redes coletoras de esgotos sanitários;

R\$ R\$ 180,76 (Cento e oitenta reais e setenta e seis centavos) mensais pela locação, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico do Software de Emissão Leitura de hidrômetros via coletores de dados;

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014

VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/55/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/55/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/46/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 531,65 (Quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) mensais pela locação, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico do software de controle de almoxarifado, compras e licitações, contratos, cadastro de fornecedores, frota (veículos e máquinas), patrimônio (SIGECOM);

R\$ 265,83 (Duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos) mensais pela locação, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico do software de protocolo e arquivo desativado (SCP).

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014

VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 31/12/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº CAO/01/2014

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/01/2014

CONVENIADO: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENENTE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE/SC.

CNPJ DO CONVENENTE: 04.310.564/0001-81

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº CAO/03/2012, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONVENIADOS.

VALOR: R\$ 49,75 (QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) para cada estudante que está cursando o ensino médio e que estiver realizando estágio nas dependências do SIMAE. VALOR: R\$ 81,43 (OITENTA E UM REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) para cada estudante de curso universitário que estiver realizando estágio nas dependências do SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014

VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 31/12/2015

Caxambu do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 60/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 60/2014
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO OS SEGUINTE ACESSOS: REGIM E SIMPLES NACIONAL.
Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
Fundamento: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 29 de dezembro de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 181/2014

DECRETO Nº 181/2014.

"PRORROGA HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, EM TURNO ÚNICO, DETERMINA ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS PARA ADEQUAR A DESPESA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, com fundamento no artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado os Efeitos do Decreto nº 141/2014 de 06 de Outubro de 2014, que instituiu TURNO ÚNICO de seis (6) horas diárias nas repartições públicas municipais do Município de Caxambu do Sul - SC, das 07h00min as 13h00min, no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 30 de dezembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EXTRATO ATA RP 10/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata Nº.: 10/2014

Detentoras.: ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP e COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA.

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Fornecedor: 135 – ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP.

Item	Especificações	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total Item
12	ÓLEO DIESEL	l	SHELL	100.000,000	2,5800	258.000,00
13	ÓLEO DIESEL S-10	l	SHELL	20.000,000	2,8300	56.600,00
14	ÓLEO DIESEL S-10	l	SHELL	7.000,000	2,8300	19.810,00

Fornecedor: 216 – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA.

Item	Especificações	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total Item
1	ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	l	BR	3.000,000	2,6800	8.040,00
2	GASOLINA COMUM	l	BR	4.000,000	3,1500	12.600,00
3	ÓLEO DIESEL	l	BR	40.000,000	2,5900	103.600,00
4	GASOLINA COMUM	l	BR	7.000,000	3,1500	22.050,00
5	GASOLINA COMUM	l	BR	4.000,000	3,1500	12.600,00
6	GASOLINA COMUM	l	BR	3.000,000	3,1500	9.450,00
7	GASOLINA COMUM	l	BR	4.000,000	3,1500	12.600,00
8	GASOLINA COMUM	l	BR	20.000,000	3,1500	63.000,00
9	ÓLEO DIESEL	l	BR	6.000,000	2,5900	15.540,00
10	ÓLEO DIESEL	l	BR	10.000,000	2,5900	25.900,00
11	GASOLINA COMUM	l	BR	5.000,000	3,1500	15.750,00

Vigência.....: Início : 30/12/2014 Término : 30/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 43/2014.

CAXAMBU DO SUL, 30 de Dezembro de 2014.

**VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL**

EXTRATO DE CONTRATO 53/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	53/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO OS SEGUINTE ACESSOS: REGIM E SIMPLES NACIONAL.
Valor.....:	R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
Vigência.....:	Início : 29/12/2014 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 29 de Dezembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****PORTARIA Nº 483 DE 31.12.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 483 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;
- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;
- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operador de Equipamentos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 187/2014, de 30.04.2014, que admitiu em caráter temporário MÁRCIO GUCKERT, para exercer as funções do cargo de Operador de Equipamentos - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 480 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;
- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;
- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operário;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 025/2014, de 31.01.2014, que admitiu em caráter temporário ARLINDO DE LIZ PADILHA, para exercer as funções do cargo de Operário - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 481 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 481 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operador de Equipamentos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 008/2014, de 06.01.2014, que admitiu em caráter temporário EDESIO VALDEMIRO CHIQUIO, para exercer as funções do cargo de Operador de Equipamentos - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 482 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 482 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operário;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 015/2014, de 10.01.2014, que admitiu em caráter temporário ELOI MOMM, para exercer as funções do cargo de Operário - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 484 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 484 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operador de Equipamentos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 214/2014, de 20.05.2014, que admitiu em caráter temporário SÉRGIO INÁCIO, para exercer as funções do cargo de Operador de Equipamentos - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 485 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 485 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 160/2014, de 07.04.2014, que admitiu em caráter temporário RÔSMERI PAUL DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais - ACT 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 486 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 486 /2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Operador de Equipamentos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 027/2014, de 31.01.2014, que admitiu em caráter temporário ROBERTO LEANDRO BATISTA, para exercer as funções do cargo de Operador de Equipamentos - ACT - 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 487/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar CÉLIO JOSÉ BITTENCOURT, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 028/2014 de 31.01.2014, a partir de 31.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 488 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 488/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar ORLI CARLOS PAUL, ocupante do cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 178/2013 de 03.05.2013, a partir de 31.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 489/2014

- CONSIDERANDO, o disposto nas Portarias n. 088, de 04/03/2013 e n. 116, de 07/03/2014;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar n. 007, de 23.12.99, Lei Complementar n. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar n. 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROSILDO JOSÉ PEREIRA, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Esportes, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, 31 de dezembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 491 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 491/2014

- CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 04/2013, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

- CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da prestação dos serviços essenciais de limpeza na Secretaria Municipal da saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa

Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 142/2014 de 02.04.2013, já prorrogada pela Portaria nº. 349/2013 de 30.12.2013, que admite em caráter temporário MARCIA MACIEL, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais - ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30.12.2014 a 31.01.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 492 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 492/2014

- CONSIDERANDO, o disposto no preceito legal que embasou a contratação temporária em epígrafe;

- CONSIDERANDO, a homologação do Concurso Público nº. 02/2014;

- CONSIDERANDO, a aprovação de candidatos no Concurso Público nº. 02/2014 para o Cargo de Técnico de Informática;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o disposto no inciso II do art. 11 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 133, de 20.03.2014, que admitiu em caráter temporário RICARDO FRANCISCO BROERING, para exercer as funções do cargo de Técnico de Informática - ACT 20 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 493 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 493/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o inciso II do Art. 27 da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 84 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.08.2013 à 31.07.2014, a SABRINA CABRAL, matriculada sob o nº 2466/06, ocupante da Função Pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Autorizar a conselheira a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 01.12.2014 a 30.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27,II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.12.14.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 494 DE 31.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 494/2014

CONSIDERANDO a Portaria nº 493 de 31.12.2014, que concede férias a membro do Conselho Tutelar.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 84 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SILVANA KRAUS ALTHOFF, para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, pelo período de 01/12/2014 a 30/12/2014, em substituição a Conselheira Sabrina Cabral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.12.14.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 441.14

DECRETO SAF/Nº. 441/14, de 25 de novembro de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura
2.011 - Manutenção da Educação Básica.

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00

2.016 - Serviços Administrativos da Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
---	---------------

TO-TAL.....	R\$ 100.000,00
-------------	----------------

Parágrafo único. Para dar suporte as suplementações acima são reduzidas do mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura
2.011 - Manutenção da Educação Básica

4.6.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

2.016 - Serviços Administrativos da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
---	---------------

TO-TAL.....	R\$ 100.000,00
-------------	----------------

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 25 de novembro de 2014
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 442.14

DECRETO SAF/Nº. 442/14, de 03 de dezembro de 2014.
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 9º. da Lei nº. 1.032, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - C.M.D.C.A, que tem a seguinte composição:

a) Entidades governamentais

Sandro Roberto Faraco - titular
Vanessa Mussoi Garcia - suplente(representantes da Procuradoria do Município/Assessoria Jurídica);

Luciana Geronimo Moraes - titular
Rafael Uggioni Colombo - suplente(representantes da Secretaria de Ação Social e da Família);

Charlene Rosso - titular
Janaina Crepaldi Cesca - suplente(representantes da Secretaria de Saúde Pública);

Simoni Martins da Silva - titular
Amanda Carolina Cologni - suplente(representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas);

Janaína da Soler Magnus - titular
Albertina Pessoas Domingos - suplente(representantes Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

b) Entidades não-governamentais:

Maria Emília de Souza Melo Francio - titular
Rosiclei Prior Viola - suplente(representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE);

Aparecida Francisco Wanderlind - titular
Jussara Cittadin Teixeira - suplente(representantes do Lions Clube);

Fabiana Pirola Goulart - titular
Daiane Nascimento Torquato Brolesi - suplente(representantes do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE);

Zuleide Tavares Maximiano - titular
Fabrício Vieira Querino - suplente(representantes da Igreja Católica e Assembléia de Deus);

Emanuel de Oliveira - titular
Jorge Teixeira - suplente(representantes da Associação de Pais e Professores - APP).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se o Decreto SAF/N. 381/14, de 03 de outubro de 2014 e o Decreto SAF/N. 453/13, de 26 de agosto de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de dezembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da

Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 443.14

DECRETO SAF/Nº. 443/14, de 03 de dezembro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

3.3.90.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
--	---------------

TO-TAL.....	R\$ 25.000,00
-------------	---------------

Parágrafo único. A suplementação de que trata o caput deste artigo se dá por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação, na fonte de recursos 106 - Recursos Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de dezembro de 2014
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 568/14

DECRETO SAF/ Nº. 568/14, de 29 de dezembro de 2014.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE BENS, TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO, VIDA ÚTIL E PERCENTUAL DE VALOR RESIDUAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Das definições

Valor Contábil: é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas por desvalorização.

Custo: é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data de sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o

valor atribuído do ativo quando inicialmente reconhecido.

Valor depreciável: é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Depreciação: é a alocação sistemática de valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.

Valor justo: é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Perda por desvalorização: é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável: é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Valor residual de um ativo: é o valor estimado que uma entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Art. 2º Tabela anual de depreciação

TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis.	Prazo de vida útil (anos)	Taxa Anual de Depreciação	Percentual de valor residual
Aeronaves	20	5%	10%
Aparelhos de Medição	10	10%	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	10%	20%
Aparelhos e equipamentos de Medicina, odontologia e Laboratórios Hospitalares.	10	10%	10%
Aparelhos e equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%	10%
Aparelhos, eletrodomésticos e utensílios Domésticos.	10	10%	10%
Armamentos	10	10%	10%
Bandeiras, flâmulas e insígnias.	5	20%	10%
Coleções e material bibliográfico	10	10%	10%
Embarcações	20	5%	20%
Equipamentos de manobra e patrulhamento	10	10%	10%
Equipamentos de proteção, patrulhamento e socorro.	10	10%	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	10	10%	10%
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	10	10%	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	5	20%	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	10	10%	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto.	5	20%	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos.	10	10%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados e Informática	5	20%	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório.	10	10%	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Oficina.	10	10%	10%

Equipamentos hidráulicos e elétricos	5	20%	10%
Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	5	20%	10%
Equipamentos e Aparelhos para Laboratório de Solo	15	6,66%	20%
Mobiliário em geral	10	10%	10%
Semoventes equipamentos de montaria	5	20%	10%
Veículos diversos	10	10%	10%
Veículos de tração Mecânica	10	10%	20%
Carros de combate	5	20%	10%
Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos.	10	10%	10%
Equipamentos e Acessórios para Automóveis	10	10%	10%
Equipamentos de mergulho e salvamento	10	10%	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos.	10	10%	10%
Equipamentos sobressalentes de máquinas e motor de navios e esquadra	5	20%	10%
Outros materiais permanentes	10	10%	10%
Edificações	25	4%	25%
Softwares	10	10%	5%

Art. 3º Fica estabelecido à data de "corte", com sendo o dia 01/01/2015, para aplicação da tabela acima.

Parágrafo único. Data de "corte" é a data em que a partir dela, será aplicada a depreciação para atribuição do valor justo dos bens.

Art. 4º Para o bens patrimoniais adquiridos antes da data de corte, serão utilizados os critérios de valor justo, para a determinação do novo valor, para a partir no novo valor, aplicar a tabela de depreciação.

Art. 5º Fica a cargo da comissão de avaliação de bens municipais, a determinação no valor justo dos bens adquiridos antes da data de "corte", que deverá utilizar critérios de classificação de bens, tempo de aquisição e estado de conservação como base para a sua evidenciação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o Decreto SAF/N. 73/14, de 10 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de dezembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

CERTIDÃO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

CERTIDÃO

Considerando:

- o requerimento da servidora SEDIANA ZANELLA, protocolizado sob nº 12322/2011, que solicitou concessão de licença-prêmio no mês de agosto de 2011;

- que, por um lapso desta Diretoria, não foi encaminhada a situação funcional da servidora, para elaboração do decreto para a concessão requerida;

CERTIFICO QUE a servidora SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório odontológico, gozou, no mês de agosto de 2011, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2005 a 10 de julho de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

DILCE LURDES GEHLEN

Diretora de Recursos Humanos

SEDIANA ZANELLA

Servidora

DECRETO Nº 5949**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 5.949, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

**Baixa Escala de Plantão para Serviços
Funerários.**

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e no Decreto nº 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e alteração.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2015, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de
dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 5.949, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2015

A	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
	4-DOM	3-TER	5-QUI	4-SAB	4-SEG	3-QUA	3-SEX	2-DOM	1-TER	1-QUI	5-QUI	5-SAB
A	9-SEX	8-DOM	10-TER	9-QUI	9-SAB	8-SEG	8-QUA	7-SEX	6-DOM	6-TER	10-TER	10-QUI
	14-QUA	13-SEX	15-DOM	14-TER	14-QUI	13-SAB	13-SEG	12-QUA	11-SEX	11-DOM	15-DOM	15-TER
	19-SEG	18-QUA	20-SEX	19-DOM	19-TER	18-QUI	18-SAB	17-SEG	16-QUA	16-SEX	20-SEX	20-DOM
	24-SAB	23-SEG	25-QUA	24-SEX	24-DOM	23-TER	23-QUI	22-SAB	21-SEG	21-QUA	25-QUA	25-SEX
	29-QUI	28-SAB	30-SEG	29-QUA	29-SEX	28-DOM	28-TER	27-QUI	26-SAB	26-SEG	30-SEG	30-QUA
										31-SAB		
B	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
	5-SEG	4-QUA	1-DOM	5-DOM	5-TER	4-QUI	4-SAB	3-SEG	2-QUA	2-SEX	1-DOM	1-TER
	10-SAB	9-SEG	6-SEX	10-SEX	10-DOM	9-TER	9-QUI	8-SAB	7-SEG	7-QUA	6-SEX	6-DOM
	15-QUI	14-SAB	11-QUA	15-QUA	15-SEX	14-DOM	14-TER	13-QUI	12-SAB	12-SEG	11-QUA	11-SEX
	20-TER	19-QUI	16-SEG	20-SEG	20-QUA	19-SEX	19-DOM	18-TER	17-QUI	17-SAB	16-SEG	16-QUA
	25-DOM	24-TER	21-SAB	25-SAB	25-SEG	24-QUA	24-SEX	23-DOM	22-TER	22-QUI	21-SAB	21-SEG
	30-SEX		26-QUI	30-QUI	30-SAB	29-SEG	29-QUA	28-SEX	27-DOM	27-TER	26-QUI	26-SAB
			31-TER									31-QUI
C	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
	1-QUI	5-QUI	2-SEG	1-QUA	1-SEX	5-SEX	5-DOM	4-TER	3-QUI	3-SAB	2-SEG	2-QUA
	6-TER	10-TER	7-SAB	6-SEG	6-QUA	10-QUA	10-SEX	9-DOM	8-TER	8-QUI	7-SAB	7-SEG
	11-DOM	15-DOM	12-QUI	11-SAB	11-SEG	15-SEG	15-QUA	14-SEX	13-DOM	13-TER	12-QUI	12-SAB
	16-SEX	20-SEX	17-TER	16-QUI	16-SAB	20-SAB	20-SEG	19-QUA	18-SEX	18-DOM	17-TER	17-QUI
	21-QUA	25-QUA	22-DOM	21-TER	21-QUI	25-QUI	25-SAB	24-SEG	23-QUA	23-SEX	22-DOM	22-TER
	26-SEG		27-SEX	26-DOM	26-TER	30-TER	30-QUI	29-SAB	28-SEG	28-QUA	27-SEX	27-DOM
	31-SAB				31-DOM							

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

DECRETO Nº 5.949, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D	2-SEX	1-DOM	3-TER	2-QUI	2-SAB	1-SEG	1-QUA	5-QUA	4-SEX	4-DOM	3-TER	3-QUI
	7-QUA	6-SEX	8-DOM	7-TER	7-QUI	6-SAB	6-SEG	10-SEG	9-QUA	9-SEX	8-DOM	8-TER
	12-SEG	11-QUA	13-SEX	12-DOM	12-TER	11-QUI	11-SAB	15-SAB	14-SEG	14-QUA	13-SEX	13-DOM
	17-SAB	16-SEG	18-QUA	17-SEX	17-DOM	16-TER	16-QUI	20-QUI	19-SAB	19-SEG	18-QUA	18-SEX
	22-QUI	21-SAB	23-SEG	22-QUA	22-SEX	21-DOM	21-TER	25-TER	24-QUI	24-SAB	23-SEG	23-QUA
	27-TER	26-QUI	28-SAB	27-SEG	27-QUA	26-SEX	26-DOM	30-DOM	29-TER	29-QUI	28-SAB	28-SEG
							31-SEX					

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
E	3-SAB	2-SEG	4-QUA	3-SEX	3-DOM	2-TER	2-QUI	1-SAB	5-SAB	5-SEG	4-QUA	4-SEX
	8-QUI	7-SAB	9-SEG	8-QUA	8-SEX	7-DOM	7-TER	6-QUI	10-QUI	10-SAB	9-SEG	9-QUA
	13-TER	12-QUI	14-SAB	13-SEG	13-QUA	12-SEX	12-DOM	11-TER	15-TER	15-QUI	14-SAB	14-SEG
	18-DOM	17-TER	19-QUI	18-SAB	18-SEG	17-QUA	17-SEX	16-DOM	20-DOM	20-TER	19-QUI	19-SAB
	23-SEX	22-DOM	24-TER	23-QUI	23-SAB	22-SEG	22-QUA	21-SEX	25-SEX	25-DOM	24-TER	24-QUI
	28-QUA	27-SEX	29-DOM	28-TER	28-QUI	27-SAB	27-SEG	26-QUA	30-QUA	30-SEX	29-DOM	29-TER
								31-SEG				

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA

DECRETO Nº 5950

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.950, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa valor dos cartões do Controle de Estacionamento Rotativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.051, de 1º de abril de 1998 e alterações; no Decreto nº 3.959, de 28 de abril de 1998 e alterações e no Termo de Concessão de Exploração nº 1/2013, de 12 de abril de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores dos cartões do Controle de Estacionamento Rotativo, a partir de 12 de dezembro de 2014, na forma abaixo:

I - cartão de 30 (trinta) minutos: R\$ 0,50 (cinquenta centavos);

II - cartão de 1 (uma) hora: R\$ 1,00 (um real).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 12 de dezembro de 2014, o Decreto nº 5.700, de 30 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5952

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.952, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para o exercício de 2015.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 176, de 11 de dezembro de 2000 e 262, de 26 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 2,9036, a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, no âmbito do Município de Concórdia, para o exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5953

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.953, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.718, de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.0121.0003.2003 Manutenção da Assessoria de Planejamento e Orçamento

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade 04.0131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 80.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 110.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde R\$ 466.134,28

TOTAL ANULADO
..... R\$ 706.134,28.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 706.134,28

TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 706.134,28.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 350.000,00
Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 400.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 847/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 847/2014, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARISA MELANIA ROSSETT COREZZOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2015, à servidora MARISA MELANIA ROSSETT COREZZOLLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de

prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 848/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 848/2014, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2015, à servidora VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 114227-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2008 a 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 849/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 849/2014, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 41050-02, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de março de 2009 a 16 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 851/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 851/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELIZANGELA FAVARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora ELIZANGELA FAVARETTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2009 a 1º de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 852/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 852/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera agente político, a pedido.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, MARNIO ALBERTO CADORE, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 853/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 853/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE HENGEN CARPI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2015, à servidora ROSANE HENGEN CARPI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2003 a 18 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 854/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 854/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDICLEIA MARTA ROMANI SILVA KLASSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de janeiro a março de 2015, à servidora EDICLEIA MARTA ROMANI SILVA KLASSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 855/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 855/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANDERLEIA SCALCO FORCHESATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes

da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 14 de janeiro de 2015, à servidora VANDERLEIA SCALCO FORCHESATTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 856/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 856/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora HERTA INGRID KARLING ZABLOCKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2015, à servidora HERTA INGRID KARLING ZABLOCKI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 857/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 857/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia CLELIO IVO DAL PIAZ - Assessor de Comunicação Social, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor CLELIO IVO DAL PIAZ, Assessor de Comunicação Social, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 858/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 858/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Cancela inscrições no Cadastro Geral de Contribuintes do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a necessidade de atualização do Cadastro Geral de Contribuintes do Município, para que represente sua real situação;

- que as empresas e profissionais autônomos relacionados no Anexo Único deste Decreto não se encontram mais em atividade;

- que a manutenção desses contribuintes no Cadastro Municipal culminará com sua inscrição em Dívida Ativa e a inscrição sem a efetiva ocorrência de fato gerador obrigará, num futuro próximo, promover o cancelamento por lei específica.

DECRETA:

Art. 1º Os contribuintes da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, inativos, relacionados no Anexo Único deste Decreto, têm canceladas suas inscrições no Cadastro Geral de Contribuintes do Município, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 2º O cadastro dos contribuintes referidos no art. 1º deste

Decreto, que, eventualmente, não tenham cessado suas atividades, será reativado a qualquer tempo, a requerimento do interessado ou ex-officio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2014.	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	---

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES CADASTRAIS A SEREM CANCELADAS

Inscrição	Contribuinte
22098	Airton Felisberto – ME
23623	Boutique Lilás Ltda. – ME
22404	Casa do Livro Nacionais Imp. e Periódicos Ltda.
24197	Eletrotampa Distribuidora de Auto Peças Ltda.
10607	Golo e Vizzoto Ltda.
9744	João Lodea
24408	Luiz Carlos Rauschkolb
6921	Micolli Lanches Ltda. – ME
23737	Morena Flor Modas Ltda. – ME
24394	Natalino do Prado
24216	Odontodassi Clínica Odontológica S S Ltda.
24248	Osvaldo Coelho – ME
23819	Raphael Estevão Giotto – ME
24552	Reginaldo Teles da Silva
25181	Rudinei Zamboni
25018	Samara Imóveis e Construtora Ltda.
23025	Transmania Transportes Ltda. – ME
24067	Transportes DWA Ltda.
4680	Transportes J B Balbinot Ltda. – ME
1592	Transportes Pavan Ltda.
23544	Transportes Prior Ltda. – ME
9222	Zanfonatto e Zanfonatto Ltda.

DECRETO Nº 859/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 859/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia a servidora ELISETTE MARIA PEDOTT para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELISETTE MARIA PEDOTT, ocupante do cargo de Diretora Pedagógica, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, no período de 15 a 17 de dezembro de 2014, em razão do afastamento da titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 860/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 860/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 143/2013, de 25 de janeiro de 2013 e alterações, que designam membros para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 1.836, de 16 de maio de 1983 e alterações e nos Decretos nºs. 1.987, de 15 de junho de 1983 e 1.990, de 28 de junho de 1983.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 143/2013, de 25 de janeiro de 2013 e alterações, que designam membros para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Concórdia, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - as alíneas "a" e "b" do inciso I passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) presidente: MOACIR VALCARENGHI;

b) secretário: ELMO ANTONIO RICHARDI;" (NR)

II - o item 3 da alínea "c" do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. MARNIO ALBERTO CADORE;" (NR)

III - a alínea "b" do inciso IV passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) suplente: CESAR JOSE MACHADO." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 861/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 861/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dá nova redação ao item 3 da alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 857/2013, de 18 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O item 3 da alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 857/2013, de 18 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

"3. ELIANE DE CARLI, União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 862/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 862/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede Promoção Horizontal ao servidor SERGIO RIZZI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor SERGIO RIZZI, ocupante do

cargo de provimento efetivo de Mecânico, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de dezembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 863/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 863/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede promoção vertical à servidora TAMYRA HACK.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCS.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida à servidora TAMYRA HACK, ocupante do cargo de provimento estável de Engenheiro, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 85/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 85/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a

liberação de recursos proveniente do FINANCIAMENTO BNDES - PROVIAS, no valor de R\$ 2.921.999,00 (dois milhões e novecentos e vinte e um mil e novecentos e noventa e nove reais).

Concórdia SC, 30 de dezembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 29 de dezembro de 2014, para prestação de serviços profissionais para elaboração de 406 (quatrocentas e seis) questões, nas diversas áreas do conhecimento humano, que serão aplicadas no dia 25 de janeiro de 2015, relativas aos editais de Processo Seletivo Público nºs 12 e 13, de 18 de dezembro de 2014, em favor da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC, no valor total de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 4/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 4/2014

NEURI ANTONIO SANTHIER, Prefeito Municipal de Concórdia, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total – R\$	Valorização dos Lotes – R\$
Rua Francisco Casagrande	MF/PAV ASF/DR/CONT	128.236,43	68.038,17
Rua das Erveiras	MF/PAV ASF/DR/CONT	78.985,42	28.011,93
Rua das Primaveras	MF/PAV ASF/DR/CONT	75.719,10	40.430,58
TOTAL		282.940,95	136.480,68

MF - meio-fio;
PAV ASF - pavimentação asfáltica;
DR - drenagem pluvial;
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 16 dias do mês de dezembro de 2014.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FMDD Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL
DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO
ADITIVO AO CONVÊNIO FMDD Nº 2/2014

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio FMDD nº 2/2014, firmado em 14 de novembro de 2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, pelo FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, criado pela Lei Complementar Municipal nº 621, de 16 de fevereiro de 2013 e alteração, com Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 5.699, de 26 de abril de 2012, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Gestor do FMDD, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO e o REGENBOGEN VOLKSTANZGRUPPE, inscrito no CNPJ sob nº 72.414.147/0001-39, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor JURANDIR EDSON DAHMER.

OBJETO: Dá nova redação às Cláusulas Segunda - Do Prazo e ao inciso XI da Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente do Convênio FMDD nº 2/2014.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 683**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 683, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia para o exercício de 2015; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, no Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2015, para o recolhimento dos tributos municipais abaixo:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

III – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF;

IV – Taxas de Limpeza Pública, Coleta de Lixo e Corpo de Bombeiros;

V – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em 6 (seis) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 da Lei nº 1.766, de 26 de dezembro de 1981 e alterações – Código Tributário Municipal, e no art. 34, § 1º da Lei nº 4.675, de 22 de julho de 2014.

Art. 3º As taxas referidas no inciso IV e a Contribuição do inciso V do art. 1º desta Lei serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal – DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a CIP dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no Convênio firmado com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.

Art. 4º A TLLF será lançada em 3 (três) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da UFIR Municipal.

Art. 5º Os tributos não constantes neste calendário fiscal vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

LEI COMPLEMENTAR Nº 683, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 6º Em casos de celebração de convênios e/ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 15 de
dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

LEI COMPLEMENTAR Nº 683, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANEXO ÚNICO**CALENDÁRIO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2015**

IPTU	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	16.3.2015
	1ª	16.3.2015
	2ª	15.4.2015
	3ª	15.5.2015
	4ª	15.6.2015
	5ª	15.7.2015
	6ª	17.8.2015
ISSQN	MÊS DE COMPETÊNCIA	VENCIMENTO
	Janeiro	16.2.2015
	Fevereiro	16.3.2015
	Março	15.4.2015
	Abril	15.5.2015
	Maio	15.6.2015
	Junho	15.7.2015
	Julho	17.8.2015
	Agosto	15.9.2015
	Setembro	15.10.2015
	Outubro	16.11.2015
	Novembro	15.12.2015
	Dezembro	15.1.2016
TLLF	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	16.3.2015
	1ª	16.3.2015
	2ª	15.4.2015
	3ª	15.5.2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 684

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 684, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Concórdia, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Concórdia, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º Fica alterada a expressão "dois (2) anos" para: "3 (três) anos", constante do art. 26.

Art. 3º Fica acrescido parágrafo único ao art. 301, com a seguinte redação:

"Art. 301. (...)

Parágrafo único. A contratação temporária de servidores se dará mediante prévio processo seletivo, ressalvados os casos urgentes decorrentes de calamidade pública, emergência ambiental e saúde pública." (AC)

Art. 4º Ficam revogados os incisos II, III e V do art. 302.

Art. 5º O art. 306 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 306. A contratação para execução de convênios firmados com a União ou o Estado cessa com o término de sua vigência, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) anos, sendo 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 (um) ano."

Parágrafo único. Após decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, a contratação se dará mediante prévio concurso público." (NR)

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas no orçamento do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 685

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 685, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município receber, em doação, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, as áreas de terras de 1.318,151m2, destinada à Rua Santa Ana e de 140,429m2, de propriedade da MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, inscrita no CNPJ sob nº 83.226.506/0001-40, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 37, localizado na Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, Distrito de Santo Antônio, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba sob nº 4.559, Livro nº 3 - "E".

Art. 2º As despesas com escritura correrão à conta do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4718

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.718, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.0121.0003.2003 Manutenção da Assessoria de Planejamento e Orçamento

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade 04.0131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura
..... R\$ 80.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura
..... R\$ 110.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 466.134,28

TOTAL ANULADO
..... R\$ 706.134,28.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 706.134,28

TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 706.134,28.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 350.000,00
Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.020000 Receitas de Impostos de Saúde
..... R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 400.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 222/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 222/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	102008-00	Andiara Sgarabotto	Professor, código 10.12
2	20478-06	Claudiomir Hoeckler	Professor, código 10.12
3	90301-06	Dirlene Terezinha de Mattos	Professor, código 10.12
4	17469-09	Franciele Justi Lopes Gross	Professor, código 10.12
5	91774-00	Gilse Teresinha Mezacasa Borile	Professor, código 10.10
6	96555-01	Ileane Jucelene Essing	Professor, código 10.12
7	43800-00	Ivete Valcarengi Ferreira	Professor, código 10.10
8	43800-07	Ivete Valcarengi Ferreira	Professor, código 10.12
9	41173-07	Jandira Paviani Lorensetti	Professor, código 10.12
10	41173-12	Jandira Paviani Lorensetti	Professor, código 10.12
11	96873-00	Liana Machado	Professor, código 10.10
12	68640-00	Marcia Casagrande	Professor, código 10.12
13	104728-03	Margarida Moresco da Silva	Professor, código 10.12
14	33332-00	Marisa Adelaide Lazzarin	Especialista em Educação, código 11.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
15	95044-01	Maura Pierina Baccin	Professor, código 10.12
16	54461-01	Natalia Silveira Lima	Professor, código 10.12
17	91324-00	Raquel Buratto Siega	Professor, código 10.10
18	40940-02	Roselaine Conte Balbinot	Professor, código 10.12
19	40908-00	Sirlei Lisane Wedig	Professor, código 10.12
20	31976-04	Veranilce Boscatto	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de dezembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 223/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 223/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 16/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- a CI DRH 691/2014, de 9 de dezembro de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos à 13 de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 224/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 224/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 112/2014, de 5 de junho de 2014, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras Jaciele Tochetto, Angela Marlova Sperandio, Chaiana Brustolin e Marlo Cristina Ribeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 225/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 225/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 162/2014, de 8 de setembro de 2014, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Eliandro Luis Kopsel, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I - presidenta: VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro;

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

III - vogais:

a) JUSERLEI DE OLIVEIRA GUIMARÃES, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho;

b) VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 226/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 226/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº

847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 196/2014, de 29 de outubro de 2014 e alteração, que instauram Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Jocimar Rossato, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I - presidenta: VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro;

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

III - vogal: VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 227/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o inciso III do art. 1º da Portaria nº 27/2013, de 1º de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a cedência do servidor JOCEMIR DA SILVA MORAES, ocupante do cargo de Agente Operacional, à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 228/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 228/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMURB nº 561/2014, de 15 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor GABRIEL ALEX SZLACHTA MOREIRA, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Fiscalização de Obras, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de dezembro de

2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 229/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 229/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96970-00, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação, sobre o vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de dezembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 230/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 23527/2014, em 5 de dezembro de 2014, do qual se extrai que o servidor JOCEMIR DA SILVA MORAES, no desempenho de suas funções de Bombeiro, no dia 29 de novembro de 2014, teria atendido uma ligação solicitando uma viatura e equipe para atendimento e que o mesmo havia informado à solicitante que não haviam viaturas disponíveis, informação inverídica. Logo, a solicitante conduziu a vítima em veículo próprio, mas esta veio a falecer a caminho do hospital.

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, I, IV e IX e 152, IV e XIII, da Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 11 de dezembro de 2014, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994, conforme Parecer.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de

apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor JOCEMIR DA SILVA MORAES, ocupante do cargo de Agente Operacional, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

III - vogal: VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 631/2014

DECRETO Nº 631/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica (aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 8.017,00 (oito mil e dezessete reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 12.362.2506 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 29

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 8.017,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de dezembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 632/2014

DECRETO Nº 632/2014, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
" REVOGA DECRETO Nº 464/2014 QUE INSTITUI EXCEPCIONALMENTE TURNO ÚNICO À SERVIDORES MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 464/2014 de 13 de outubro de 2014 que institui turno único contínuo de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, retornando ao horário normal compreendido das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas, a partir de 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de dezembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA RP N. 014/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 014/2014

Processo de Licitação n. 41/2014
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 27/2014

A Comissão de Licitação do município de Cordilheira Alta/SC torna público aos interessados, e em especial as Empresas detentoras da Ata de Registro de Preços nº 014/2014, que:
Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços n. 014/2014, estendendo seus efeitos até 06/05/2014.

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 30 de dezembro de 2014.

Comissão:

Michele Endler - Presidente da Comissão

Ivanete Lourdes Pederssetti - Secretária

Katia Ana Di Domenico- Membro

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

COMERCIO DE PRODUTOS AGROP. NOSSA SENHORA DA SAÚDE
LTDA
Gilberto Terribele

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Jacinto Adam

Testemunhas:

Nome: Emanuelle Cella Tozzo
CPF: 479.240.392-87

Nome: Sonia Cristina Briancini
CPF: 853.595.809-68

RETIFICAÇÃO AO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014
TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 1

A COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - Edital Nº 001/2014, torna público a RETIFICAÇÃO do referido edital, nos seguintes termos:

PRIMEIRO

Alteração do subitem "3.1.10" que passa a ter a seguinte redação:
3.1.10. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa IOPLAN, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter à IOPLAN cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

SEGUNDO

Fica incluído o subitem "3.1.11" com a seguinte redação:
3.1.11 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição.

Cordilheira Alta (SC), 29 de dezembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA ATA RP N. 21/2014

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGITREO DE PREÇOS Nº 36/2014
Com o fito de deixar a Ata de Registro de Preços nº 21/2014 em conformidade com o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 36/2014, realiza-se a seguinte retificação:
Onde se lê: A presente Ata de Registro de Preços terá validade até dia 31/12/2014.

Leia-se: A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Cordilheira Alta, SC, 30 de dezembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA Nº 32/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 32/2014
Contratado: ANTONIO FERNANDES BARRO
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE 238,88 M² PARA GUARDAR ODORNOS NATALINOS
Valor total: R\$ 18.345,96
Vigência: 31/12/2015
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.
Coronel Freitas (SC) 30 de Dezembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

DISPENSA Nº30/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 30/2014
Contratado: PAULO ZOTTIS
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA GUARDA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Valor total: R\$ 17.568,00
Vigência: 31/12/2015
Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93
X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.
Coronel Freitas (SC) 29 de Dezembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 838/14

DECRETO Nº 838/14
EXONERA A PEDIDO A SRA. MARGOT HAUFFE, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sra. MARGOT HAUFFE, do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 31 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 839/14.

DECRETO Nº 839/14.
NOMEIA O SR. JONEY CICERO MOROZINI PARA RESPONDER DE MANEIRA ACUMULATIVA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JONEY CICERO MOROZINI, para responder de maneira acumulativa o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração prevista no fator 43 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, acumulando o cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, nos termos do Decreto nº 795/14.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
31 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 150, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 150, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente de Serviços Gerais - Limpeza e Merendeira,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificados(as), respectivamente, em 19º a 21º lugar:

- a) LEDIANE GARCIA AURELIO;
- b) ROSANE FERRARI;
- c) ANA PAULA BRATTI MACHADO.

Art. 2º Os nomeados deverão apresentar a documentação necessária para posse até o dia 16 de janeiro de 2015.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º A escolha de vagas ocorrerá no dia 19 de janeiro de 2015, às 14 horas, no Espaço Cidadão - Auditório Alfredo Michels, situado na Av. 25 de Julho, n. 2736, Centro, Forquilha/SC

§ 1º Os nomeados deverão se apresentar pessoalmente, com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência, identificando-se com documento oficial com foto, não sendo permitido representar-se por procuração.

§ 2º A escolha de vagas se dará por ordem de classificação do Concurso;

§ 3º Os nomeados que não se apresentarem na escolha de vagas disposta neste artigo perderão o direito a escolha, ficando sua lotação a critério da Secretaria de Educação do Município.

Art. 4º A posse e o início do exercício dos nomeados se dará no dia:

- a) 21/01/2015: para que escolherem vaga nos Centros de Educação Infantil;
- b) 02/02/2015: para os que escolherem vaga nas Escolas Municipais;

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 151, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 151, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas para a Secretaria de Administração e Finanças de Analista de Analista de Recursos Humanos e Contador,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, ELENICE DE FATIMA SPAGNOLO para exercer o cargo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica nomeada, por concurso, MARITY EYNG NUERNBERG para exercer o cargo de CONTADOR, classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 152, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 152, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas para a Secretaria de Saúde de Agente Comunitário de Saúde (Centro), Agente Comunitário de Saúde (Ouro Negro), Agente Comunitário de Saúde (Sanga do Engenho), Agente Comunitário de Saúde (Santa Libera), Agente Comunitário de Saúde (Santa Rosa), Agente Comunitário de Saúde (Vila Franca), Agente Comunitário de Saúde (Vila Lourdes), Agente de Serviços Gerais, Artesã, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Enfermeira, Médico do PSF, Motorista, Psicóloga e Técnico de Enfermagem;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014 e 002/2014, ambos de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, CLEUSA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Centro), classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica nomeada, por concurso, ANA PAULA VALNIER LOPES BORDINI para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Ouro Negro), classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º Fica nomeada, por concurso, MICHELE BENEDET CAVALIER para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Sanga do Engenho), classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 4º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Santa Libera), classificados(as), respectivamente, em 1º a 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) SARA GROSSMANN GONCALVES;
- b) KELLY DAIANE BORDIGNON.

Art. 5º Fica nomeada, por concurso, VILMA MINATTO para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Santa Rosa), classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 6º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Vila Franca), classificados(as), respectivamente, em 1º a 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) JAQUELINI NAPOLI;
- b) JANETE FIGUEREDO MACHADO.

Art. 7º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Vila Lourdes), classificados(as), respectivamente, em 1º a 3º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) LUCIA MEDEIROS;
- b) PRISCILA DE OLIVEIRA ARNS;

c) NARA TEREZINHA MACHADO DA LUZ.

Art. 8º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificados(as), respectivamente, em 22º a 24º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) RAQUEL MAXIMIANO ROQUE PREIS;
- b) KATIANA APARECIDA WEINERT;
- c) PATRÍCIA JUNKES ROCHA.

Art. 9º Fica nomeada, por concurso, MARIA DE FATIMA RICARDO JOSÉ para exercer o cargo de ARTESÃO, classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 10. Fica nomeada, por concurso, DAIANE BENTO DOS SANTOS para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014, para 30 horas semanais.

Art. 11. Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, classificados(as), respectivamente, em 1º a 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) ELICE PANATO;
- b) DANIELA DE OLIVEIRA MEDEIROS.

Art. 12. Fica nomeada, por concurso, ALINE CORREA DE JESUS para exercer o cargo de ENFERMEIRO, classificada em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014, para 30 horas semanais.

Art. 13. Fica nomeado, por concurso, GUILHERME SAVI SERAFIM para exercer o cargo de MÉDICO DO PSF, classificado em 2º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 14. Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de MOTORISTA, classificados(as), respectivamente, em 1º a 4º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) RODIVAN CARLOS MICHELS;
- b) ANDRE SILVANO GOMES;
- c) GEDERSON DA SILVA FRANK;
- d) KASSIANO BARBOZA DE OLIVEIRA.

Art. 15. Fica nomeado, por concurso, MATHEUS BORTOLOSSO BOCARDI para exercer o cargo de PSICÓLOGO, classificado em 1º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 16. Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, classificados(as), respectivamente, em 1º a 8º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014:

- a) LUCIANE SATORNO DURANTE;
- b) FABRICIA JACQUELINE FIGUEIREDO GAVA;
- c) ELIZANDRA MICHELS;
- d) CHAYENNE RICKEN;
- e) ALECSANDRA ANDRE TINELLI;
- f) FRANCIELLE CASAGRANDE DE MIRANDA;
- g) KARIM ROGERIO ALI;
- h) CARLA CABREIRA DA SILVA.

Art. 17. Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 18. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.052, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.052, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal pagar aos Agentes Comunitários de Saúde as diferenças entre os valores recebidos a título de vencimento e o piso salarial profissional nacional nos termos da Lei Federal nº. 12.994, de 17 de junho de 2014, respeitando a proporcionalidade da jornada de trabalho.

Art. 2º Fica alterada, a partir do dia 1º de janeiro de 2015, a Tabela Salarial do Grupo IV - Atividades Agente Comunitário De Saúde, código ACS, da Lei nº. 751, de 20 de setembro de 2001, incorporando nos respectivos vencimentos os valores percebidos pelas Agentes Comunitários de Saúde a título de Auxílio Alimentação - instituído pela Lei nº 1.478, de 21 de agosto de 2009, - Abono Assiduidade - instituído pela Lei nº 1.005, de 30 de setembro de 2005, - e Cesta Básica - instituído pela Lei nº 1.855, de 08 de maio de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA SALARIAL

GRUPO IV - ATIVIDADES AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CÓDIGO - ACS

Nível de Referência	Salário Mensal em R\$	Carga Horária
ACS - 1	1.014,00	40 horas semanais"
ACS - 2	1.115,40	
ACS - 3	1.226,94	
ACS - 4	1.349,63	

Art. 3º Em virtude da incorporação nos vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores percebidos pelas Agentes Comunitários de Saúde a título de Auxílio Alimentação, fica acrescido § 3º ao artigo 1º da Lei nº 1.478, de 21 de agosto de 2009, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015 com a seguinte redação:

"§ 3º Não terão direito a vantagem constante no caput deste artigo os servidores ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde." (NR)

Art. 4º Em virtude da incorporação nos vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores percebidos pelas Agentes Comunitários de Saúde a título de Abono Assiduidade, fica acrescido o Parágrafo Único ao artigo 1º da Lei nº 1.005, de 30 de setembro de 2005, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Não terão direito a vantagem constante no caput deste artigo os servidores ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde." (NR)

Art. 5º Em virtude da incorporação nos vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores percebidos pelas Agentes Comunitários de Saúde a título de Cesta Básica, fica acrescido o Parágrafo Único ao artigo 1º da Lei nº 1.855, de 08 de maio de 2013, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Não terão direito a vantagem constante no caput deste artigo os servidores ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde." (NR)

Art. 6º Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer, temporariamente, expediente em regime especial aos servidores ocupantes do cargo de Assistente Social, com redução da jornada de trabalho até o limite de 6 (seis) horas diárias, sem redução dos vencimentos.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.053, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.**LEI Nº 2.053, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.****DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 494/98
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescida as isenções no IPTU previstas no art. 272, da Lei 494/98, o inciso VI, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 272.

.....

VI- as áreas consideradas como Área de Preservação Permanente – APP.” (NR)

Art. 2º Fica alterado a tabela I do anexo único da Lei nº. 494/98, Fator Redução para cálculo da área tributável (Fa), para cálculo do IPTU (Vmq), passando a vigorar com a seguinte redação:

TABELA I
FATOR DE REDUÇÃO DE ÁREA PARA CÁLCULO
DA ÁREA TRIBUTAVEL (Fa)

ÁREA (m²)		FATOR REDUTOR	Reduzida (m²)	Acumulada (m²)
Até	2.100,00	0,00	2.100,00	2.100,00
2.101,00	5.000,00	0,75	725,00	2.825,00
5.001,00	10.000,00	0,80	1.000,00	3.825,00
10.001,00	25.000,00	0,83	2.550,00	6.375,00
25.001,00	40.000,00	0,87	1.950,00	8.325,00
Acima	40.000,00	0,95		

Art. 3º Fica alterada a tabela XIV do anexo único da Lei nº. 494/98, valor do metro quadrado do lote – padrão para calculo do IPTU (Vmq), passando a vigorar com a seguinte redação:

TABELA XIV
VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE
PADRÃO PARA CÁLCULO DO IPTU (V_{mq}) – INCLUSÃO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	TIPO DO LOGRADOURO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR M ²
					UFM
51	5790	D	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	10,40
51	5790	E	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	10,40
51	6282	D	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	13,10
51	6282	E	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	13,10
51	6632	D	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	13,10
51	6632	E	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	13,10
51	7345	D	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	10,40
51	7345	E	ROD	ANTONIO VALMOR CANELA	10,40
446	1097	D	RUA	DOS IMIGRANTES ITALIANOS	7,80
446	1097	E	RUA	DOS IMIGRANTES ITALIANOS	7,80
952	530	D	RUA	BENTO DA SILVA MARTINS	20,90
952	530	E	RUA	BENTO DA SILVA MARTINS	20,90
1079	100	D	AVN	AVENIDA CISNE	13,10
1079	100	E	AVN	AVENIDA CISNE	13,10
1147	200	D	RUA	EMA DE CESARO CAVALER MINATTO	4,17
1147	200	E	RUA	EMA DE CESARO CAVALER MINATTO	4,17
1149	76	D	RM	486	7,80
1149	76	E	RM	486	7,80
1150	215	D	ROD	LEONARDO LOCH	5,56
1150	215	E	ROD	LEONARDO LOCH	5,56
1150	376	D	ROD	LEONARDO LOCH	5,56

1150	376	E	ROD	LEONARDO LOCH	5,56
1150	545	D	ROD	LEONARDO LOCH	5,56
1150	545	E	ROD	LEONARDO LOCH	5,56
1150	863	D	ROD	LEONARDO LOCH	4,17
1150	863	E	ROD	LEONARDO LOCH	4,17
1150	118 8	D	ROD	LEONARDO LOCH	4,17
1150	118 8	E	ROD	LEONARDO LOCH	4,17
1151	95	D	RUA	384	5,56
1151	95	E	RUA	384	5,56
1152	93	D	RUA	394	5,56
1152	93	E	RUA	394	5,56
1153	202	D	RUA	393	5,56
1153	202	E	RUA	393	5,56
1154	205	D	RUA	392	4,17
1154	205	E	RUA	392	4,17
1155	90	D	RUA	390	4,17
1155	90	E	RUA	390	4,17
1156	198	D	RM	ERNESTO BECKAUSER	4,17
1156	198	E	RM	ERNESTO BECKAUSER	4,17
1157	103	D	RM	ANGELO DONDOSSOLA	4,17
1157	103	E	RM	ANGELO DONDOSSOLA	4,17
1158	63	D	RUA	391	4,17
1158	63	E	RUA	391	4,17
1159	90	D	RM	JOÃO MANOEL JOSE DA ROSA	10,40
1159	90	E	RM	JOÃO MANOEL JOSE DA ROSA	10,40
1160	243	D	RM	MARIO VITALI	10,40
1160	243	E	RM	MARIO VITALI	10,40
1161	337	D	RM	350	7,80
1161	337	D	RM	350	7,80
1161	701	D	RM	350	7,80
1161	701	E	RM	350	7,80
1162	407	D	RM	354	7,80
1162	407	E	RM	354	7,80
1163	264	D	RUA	408	7,80
1163	264	E	RUA	408	7,80
1164	208	E	RUA	406	7,80
1164	208	D	RUA	406	7,80
1165	160	D	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	160	E	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	555	D	RM	JACOMO BERETA	7,80

1165	555	E	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	795	D	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	795	E	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	180 6	D	RM	JACOMO BERETA	7,80
1165	180 6	E	RM	JACOMO BERETA	7,80
1166	112	D	RM	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	7,80
1166	112	E	RM	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	7,80

TABELA XIV
VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE
PADRÃO PARA CÁLCULO DO IPTU (V_{mq}) – EXCLUSÃO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	TIPO DO LOGRADOURO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR M ²
					UFM
1078	100	D	AVN	554	13,10
1078	100	E	AVN	554	13,10
1078	200	D	AVN	554	13,10
1078	200	E	AVN	554	13,10
1078	300	D	AVN	554	13,10
1078	300	E	AVN	554	13,10
1078	400	D	AVN	554	13,10
1078	400	E	AVN	554	13,10
1078	500	D	AVN	554	13,10
1078	500	E	AVN	554	13,10
1078	600	D	AVN	554	13,10
1078	600	E	AVN	554	13,10
1078	800	D	AVN	554	13,10
1078	800	E	AVN	554	13,10
1080	50	D	RUA	555	15,70
1080	50	E	RUA	555	15,70
1080	150	D	RUA	555	15,70
1080	150	E	RUA	555	15,70
1080	250	D	RUA	555	15,70
1080	250	E	RUA	555	15,70
1080	350	D	RUA	555	15,70
1080	350	E	RUA	555	15,70
1093	30	D	RUA	509	18,30

1093	30	E	RUA	509	18,30
1112	90	D	RUA	547	26,10
1112	90	E	RUA	547	26,10
1112	230	D	RUA	547	26,10
1112	230	E	RUA	547	26,10
1112	370	D	RUA	547	26,10
1112	370	E	RUA	547	26,10
1112	450	D	RUA	547	26,10
1112	450	E	RUA	547	26,10
1132	57	D	RUA	557	18,30
1132	57	E	RUA	557	18,30

Art. 4º Fica acrescido o § 3º no art. 475-A da Lei nº. 494/98, fixando o valor mínimo de parcelamento dos débitos tributários, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 475-A.

.....

§ 3º. O valor mínimo para o parcelamento dos débitos tributários será fixado em 15 (quinze) UFM, que deverá ser pago em cota única.” (NR)

Art. 5º Apresente lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do exercício de 2015.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.054, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.054, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (DEMUTRAN), DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), Vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, para exercer as competências do artigo 24, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Compete ao DEMUTRAN exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística conforme exigido na Resolução n. 296/2008-CONTRAN.

Art. 3º A estrutura do DEMUTRAN será regulamentada por meio de regimento interno, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

Art. 4º Cabe ao responsável pelo DEMUTRAN atuar com autoridade de trânsito municipal.

Art. 5º A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.

Art. 6º Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI vinculada ao DEMUTRAN.

Art. 7º A JARI terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 12, do CTB e apoio administrativo e financeiro do DEMUTRAN.

§ 1º A JARI tem regulamento próprio e apoio administrativo financeiro do DEMUTRAN.

§ 2º Os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, farão jus a uma remuneração por sessão, correspondente a 50 (cinquenta) UFM, por regime de jeton.

Art. 8º Compete a JARI:

I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;
II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 9º A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade, indicado pelo chefe do poder executivo;
II - 1 (um) representante do órgão ou entidade que impõe a penalidade;
III - 1 (um) representante da ACIF - Associação Comercial e Industrial de Forquilha.

§ 1º O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de trânsito - CETRAN.

Art. 10. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 11. JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 12. A JARI aprovará o Regimento Interno próprio, onde constarão as disposições de seu funcionamento, competência, composição e atribuições, obedecidas sempre, as normas do Código de Trânsito Brasileiro e das Resoluções do CONTRAN.

§ 1º Das reuniões da JARI, deverá resultar a elaboração de ATA, a qual constará o transcurso da sessão, os dados dos recursos julgados contendo no mínimo as seguintes informações:

a) Nome do recorrente;
b) Placa do veículo;
c) Número do auto de infração cometida;
d) Síntese da justificativa apresentada, parecer devidamente fundamentado, entre outros dados julgados interessantes para a transparência dos procedimentos.

§ 2º As decisões da Jari, deverão ser publicadas em jornal de circulação e ou colocada à vista em mural público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis subsequentes à sessão, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) Nome do concorrente;
b) Placa do veículo;
c) Número do auto da infração cometido;
d) Resultado da decisão julgada.

§ 3º O Regimento Interno da JARI é elaborado pelos membros componentes da junta e publicado através de ato do Prefeito Municipal.

Art. 13. Fica criado o cargo comissionado de Chefe do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), vinculado à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-2, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.055, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.055, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.014, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014, REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 2º do art. 6º da Lei n. 2.014, de 29 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

§ 2º Para atender o disposto nos incisos IV, XVIII e XXV deste artigo, os prédios utilizados para a prestação dos serviços funerários deverão ter área mínima de 60 (sessenta) metros quadrados, sendo tal metragem mínima condição para a emissão e manutenção do alvará de localização e funcionamento, compreendendo:

I - Sala de recepção;

II - Sala de exposição (interna) para ataúdes e materiais correlatos;

III - Dependência para plantonista;

IV - Banheiro;

V - Sala de tanatopraxia." (NR)

Art. 2º Acresce os § 8º e 9º ao art. 14 da Lei n. 2.014, de 29 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

.....

§ 8º É vedada, no território municipal, a realização de qualquer forma de divulgação e propaganda de funerária que não seja concessionária do Município de Forquilha.

§ 9º O descumprimento do disposto neste artigo ensejará a funerária que não seja concessionária à aplicação multa no valor de até 20.000 (vinte mil) UFM's a ser aplicada de forma gradativa, podendo ser em dobro no caso de reincidência, independente de outras sanções previstas nesta lei." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.056, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.056, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por

compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, para alargamento da Rua Alverí de Oliveira, os seguintes imóveis:

a) Uma área de terra com 143,22m2, dentro de uma área maior, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 50.185, de propriedade de Jamilto Colonetti, conforme anexo único desta Lei;

b) Uma área de terra com 117,98m2, dentro de uma área maior, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 49.980, de propriedade de Jamilto Colonetti, conforme anexo único desta Lei;

c) Uma área de terra com 244,93m2, dentro de uma área maior, de propriedade do espólio ou herdeiros de Beatriz Locatelli Colanetti, conforme anexo único desta Lei;

Art. 2º Pela aquisição dos imóveis descrito no artigo 1º desta lei será pago aos proprietários o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a compensar o valor a ser pago pela aquisição do imóvel com possíveis débitos tributários do proprietário do imóvel com o Município de Forquilha.

Art. 3º Aos proprietários que doarem o imóvel, fica autorizado o Poder Executivo a realizar a perfectibilização do registro da área remanescente, com a devida qualificação do imóvel, ficando a encargo do Município de Forquilha todas custas e emolumentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007_2014-FMS

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0007/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2014 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 0031/2014-FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0007/2014-FMS, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 0001/2014 - FMS, a habilitação da empresa GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.070.403/0001-00, para prestação de serviços relativo a consulta médica especializada e procedimentos ortopédicos ambulatoriais especializados, para o período de janeiro a dezembro de 2015.

Fraiburgo (SC), 23 de dezembro de 2014.

Nilce Pinz

Secretário Municipal

EXTRATO DO ADITIVO DE TERMO DE CESSÃO DE USO 0003-2014

Extrato do Primeiro Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis nº 0003/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Cedente: Município de Fraiburgo. Cessionário: Associação de Pequ. Produt. do Assentamento Butiá Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 04.756.529/0001-90. Objeto do Termo: Cessão de uso a título gratuito de equipamentos agrícolas, nos termos da Lei Municipal nº 2.232/2014 (autoriza a criação de Programa de Apoio à Agricultura Familiar de Fraiburgo). Objeto do Aditivo: prorrogação do prazo de vigência até o dia 31/12/2015.

Fraiburgo(SC), 30 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 202/2014

DECRETO N.º 202, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 6.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	6.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	6.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 201/2014

DECRETO N.º 201, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 87.860,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.864 de 30/12/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 87.860,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.200,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.200,00
08244561.029 - Aquisição de Veículo	4.200,00
4.4.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	4.200,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	83.660,00

23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	83.660,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	83.660,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 87.860,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	2.330,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	2.330,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.330,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	8.569,00
0412292.006 - Func. E Manut. Da Secretaria de Administração	8.569,00
3.3.71.0.1.00.000000 - Transf. A Consórcio Públicos	1.843,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.726,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.145,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	2.145,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.365,00
3.3.71.0.1.00.000000 - Transf. A Consórcios Públicos	380,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	400,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	3.128,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	3.128,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.372,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	636,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	120,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	21.695,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	15.762,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	15.762,00
12361282.023 - Manutenção do EJA	3.731,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.731,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	584,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	584,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	1.618,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	775,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	843,00
08.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.729,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.729,00
08243562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	2.729,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.729,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.996,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.996,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	7.419,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.219,00
3.3.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	4.200,00
08243562.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	577,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	577,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	6.967,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	6.967,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	639,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.466,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.862,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	10.026,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	327,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	327,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	8.461,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.461,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	1.238,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.238,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22.275,00
10301251.073 - Aquisição de Veículos	400,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	400,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	5.532,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	887,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.245,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	400,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	7.573,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.353,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.444,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	776,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	4.031,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.031,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	4.739,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.739,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2014
PMG

Ata nº. 92/2014; Processo nº.186/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME; Objeto: Registro de Preço para aquisição de placas de sinalização de trânsito para manutenção e implantação de sinalização viária. Valor: R\$ 56.800,00; Data da Assinatura: 30/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 75/2014. Processo nº 200/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: Mistério Produções e Eventos Ltda; CNPJ: 10.259.995/0001-63; Objeto: É objeto deste a Contratação de artistas para as festividades de Réveillon 2015 no Município de Garopaba. As apresentações dar-se-ão no dia 31/12/2014, na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina à Avenida dos Pescadores e na praia da Gamboa. Shows regionais sendo, Matusa e Teto Fernandes na praia central e Fabio Varela na Praia da Gamboa. Valor: R\$ 22.350,00(vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais). Data da Assinatura: 29/12/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 002/2014 Processo nº. 14/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: MUCCI & RIO ANALISES E DIAGNOSTICOS CLINICOS S/S; CNPJ: 07.150.735/0001-40; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 002/2014 por 12 meses, à partir de 01/01/2015; Data da Assinatura: 15/12/2014.

LEI Nº 1.864, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.864, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 87.860,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 87.860,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.200,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.200,00
08244561.029 - Aquisição de Veículo	4.200,00
4.4.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	4.200,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	83.660,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	83.660,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	83.660,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 87.860,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	2.330,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	2.330,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.330,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	8.569,00
0412292.006 - Func. E Manut. Da Secretaria de Administração	8.569,00
3.3.71.0.1.00.000000 - Transf. A Consórcio Públicos	1.843,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.726,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.145,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	2.145,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.365,00
3.3.71.0.1.00.000000 - Transf. A Consórcios Públicos	380,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	400,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	3.128,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	3.128,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.372,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	636,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	120,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	21.695,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	15.762,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	15.762,00
12361282.023 - Manutenção do EJA	3.731,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.731,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	584,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	584,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	1.618,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	775,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	843,00
08.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.729,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.729,00
08243562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	2.729,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.729,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.996,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.996,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	7.419,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.219,00
3.3.90.0.1.29.001001 - Aplicações Diretas	4.200,00
08243562.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	577,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	577,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	6.967,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	6.967,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	639,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.466,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.862,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	10.026,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	327,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	327,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	8.461,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.461,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	1.238,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.238,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	22.275,00

10301251.073 - Aquisição de Veículos	400,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	400,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	5.532,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	887,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.245,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	400,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	7.573,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.353,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.444,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	776,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	4.031,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.031,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	4.739,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.739,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1015/2014.

PORTARIA N.º 1015, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 561/2014 e suspensas através da Portaria n.º 667/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, Matrícula Funcional n.º 4301, no período de 29/12/2014 a 07/01/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1058/2014.

PORTARIA N.º 1058, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor RICHARD MACIEL HABERLEHNER, Coordenador de Apoio Jurídico, CPF n.º 070.802.527-76, para responder interinamente e sem ônus, pelas atribuições do cargo de ASSESSOR JURÍDICO do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Guaramirim**PREFEITURA****DECRETO N. 411/2014**

DECRETO nº. 411/2014.

Abre crédito suplementar no

valor de até R\$ 410.000,00 .

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)
Valor: (410.000,00)	

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do provável excesso de arrecadação da fonte 11800 no valor de até R\$ 410.000,00.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº ____, em __ / __ /2014.

Herval d'Oeste**PREFEITURA****PORTARIA Nº 1404/2014**

PORTARIA Nº 1404/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos das Portarias Nº 245/2014 e 246/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ANA MARIA RODRIGUES PAIANO (Matr. 3785 e 3786), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1405/2014

PORTARIA Nº 1405/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 274/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor ANDERSON ANDRES (Matr. 3810), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1406/2014

PORTARIA Nº 1406/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 391/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor ANDERSON CRISTIANO DA SILVA (Matr. 3848), o qual exerce a função de Professor,

Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1407/2014

PORTARIA Nº 1407/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 240/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ANDREA RIEPE PIRES (Matr. 3780), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1408/2014

PORTARIA Nº 1408/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 247/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora CAMILA HOFFELDER (Matr. 3787), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1409/2014

PORTARIA Nº 1409/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 881/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora CLARICE DUDAS (Matr. 3896), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1410/2014

PORTARIA Nº 1410/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 286/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora CLAUDIA ROSANE CAMARA (Matr. 3822), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1411/2014

PORTARIA Nº 1411/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 241/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora CLEONICE DE JESUS DE OLIVEIRA (Matr. 3781), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1412/2014

PORTARIA Nº 1412/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1171/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS (Matr. 3889), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1413/2014

PORTARIA Nº 1413/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 258/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora DEYSE ELAINE ROCHA BEVILAQUA (Matr. 3795), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1414/2014

PORTARIA Nº 1414/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 237/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora EDIVANI BIZOGNIN (Matr. 3777), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que

preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1415/2014

PORTARIA Nº 1415/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 287/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ELISANGELA A. GUIMARÃES DE QUADROS MARTINAZZO (Matr. 3823), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1416/2014

PORTARIA Nº 1416/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 720/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ERICA RIBEIRO DE CAMPOS (Matr. 3870), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1417/2014

PORTARIA Nº 1417/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 719/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora GABRIELA LETÍCIA BAZEI (Matr. 3860), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1418/2014

PORTARIA Nº 1418/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1128/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ILIANDRA FUSSIEGER MEDEIROS (Matr. 4028), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1419/2014

PORTARIA Nº 1419/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 276/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ISABEL CRISTINA CATTANI (Matr. 3812), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 30 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1420/2014

PORTARIA Nº 1420/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 257/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora IVETE ANDOLFATO (Matr. 3794), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1421/2014

PORTARIA Nº 1421/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 727/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1422/2014

PORTARIA Nº 1422/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos das Portarias Nº 1218/2014 e 1219/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora JESSICA KANGERSKI DA SILVA (Matr. 4035 e 4036), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas

semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1423/2014

PORTARIA Nº 1423/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 756/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora JESSICA ZUFFO HACKBARTH (Matr. 3885), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1424/2014

PORTARIA Nº 1425/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 882/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora JULIANA DRESCHE GIUSTI (Matr. 3897), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1425/2014

PORTARIA Nº 1425/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 882/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora JULIANA DRESCHE GIUSTI (Matr. 3897), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1426/2014

PORTARIA Nº 1426/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 255/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM (Matr. 3792), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1427/2014

PORTARIA Nº 1427/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 390/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor JULIO PASQUAL RIGO (Matr. 3846), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1428/2014

PORTARIA Nº 1428/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 278/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor LEONARDO MAS-CARELLO (Matr. 3814), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1429/2014

PORTARIA Nº 1429/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 281/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor LUAN PATRIC MELERE SOBRINHO (Matr. 3815), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1430/2014

PORTARIA Nº 1430/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 736/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora LUANA LAIS FERRONATTO DE MORAES (Matr. 3872), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais,

de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1431/2014

PORTARIA Nº 1431/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 238/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora LUCIANE FERREIRA BRANDÃO (Matr. 3778), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1432/2014

PORTARIA Nº 1432/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos das Portarias Nº 269/2014 e 377/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora LUCIANE REZENDE (Matr. 3845 e 3806), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1433/2014

PORTARIA Nº 1433/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 271/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA (Matr. 3808), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1434/2014

PORTARIA Nº 1434/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 629/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA (Matr. 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1435/2014

PORTARIA Nº 1435/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 724/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MAIARA ZAMBIAZZI (Matr. 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1436/2014

PORTARIA Nº 1436/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 264/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1437/2014

PORTARIA Nº 1437/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 722/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 3873), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1438/2014

PORTARIA Nº 1438/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 249/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MARIA HELENA DAHMER OLIVO (Matr. 3789), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com

o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1439/2014

PORTARIA Nº 1439/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 726/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MARIA LUIZA DEZANET (Matr. 3878), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1440/2014

PORTARIA Nº 1440/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 259/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MARIVETE PIRES (Matr. 3796), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1441/2014

PORTARIA Nº 1441/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 706/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor MAURO ANTONIO DADALT (Matr. 3869), o qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 30 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1442/2014

PORTARIA Nº 1442/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 764/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MONALIZA APARECIDA SURDI GEMELLI (Matr. 3888), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1443/2014

PORTARIA Nº 1443/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 236/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora MONICA LUCIA COSTA FELL (Matr. 3776), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1444/2014

PORTARIA Nº 1444/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 740/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO (Matr. 3879), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1445/2014

PORTARIA Nº 1445/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 239/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora NEUSA TEREZINHA FORTES (Matr. 3779), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1446/2014

PORTARIA Nº 1446/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 275/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor OTÁVIO RICARDO LAMIN (Matr. 3811), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que

preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1447/2014

PORTARIA Nº 1447/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 285/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora PATRICIA PELLISER (Matr. 3821), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1448/2014

PORTARIA Nº 1448/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 243/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora QUELIN VACCARI (Matr. 3783), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1449/2014

PORTARIA Nº 1449/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 840/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora RAFAELA DARTORA DOS SANTOS (Matr. 3857), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1450/2014

PORTARIA Nº 1450/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 988/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ROSANGELA RIBEIRO B. PINTRO (Matr. 3874), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1451/2014

PORTARIA Nº 1451/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 242/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ROSANGELA SCHVAIZERSKI DE OLIVEIRA (Matr. 3782), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1452/2014

PORTARIA Nº 1452/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1014/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora ROSIMERI SALETE CHIAMULERA (Matr. 3798), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1453/2014

PORTARIA Nº 1453/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 256/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 3793), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1454/2014

PORTARIA Nº 1454/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 283/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor SIDINEI FERREIRA DE LIMA (Matr. 3818), o qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com

o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1455/2014

PORTARIA Nº 1455/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 254/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 3791), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1456/2014

PORTARIA Nº 1456/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 639/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora SOLANGE FIORIO BUCCO (Matr. 3863), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1457/2014

PORTARIA Nº 1457/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 725/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER (Matr. 3877), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1458/2014

PORTARIA Nº 1458/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1282/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, da Servidora THAIANE CRISTINA BONATTO (Matr. 3838), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1459/2014

PORTARIA Nº 1459/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 235/2014, a contar de 19 de dezembro de 2014 até 31/01/2015, do Servidor VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES (Matr. 3775), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1460/2014

PORTARIA Nº 1460/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria Nº 1188/2014, que Concedeu Redução de Carga Horária Provisória a pedido conforme requerimento, da Servidora KATIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), a qual ocupa o Cargo em Provimento Efetivo de Procurador, Nível/Referência - 12/2/E.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1461/2014

PORTARIA Nº 1461/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 912/2010, a qual designava o Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 7/E, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Transportes e Obras, Nível - DAS-1.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1462/2014

PORTARIA Nº 1462/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor CLEIMAR PIOVESAN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível - 12/3, Referência "O", Anexo V da LC Nº 280/2014, constante do Quadro de Pessoal

do Poder Executivo, para responder interinamente como Diretor de Transportes e Obras, Nível - DAS-1, sem ônus para o erário público municipal, a partir de 01 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1463/2014

PORTARIA Nº 1463/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR o percentual de Incorporação de Adicional de Insalubridade, do percentual de 18,84%, para o percentual de 18,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2002 a Março de 2011, concedido à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 029), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006, através das Portarias nº 437/2010, nº 479/2010, nº 679/2010, nº 436/2011 e nº 847/2011, que ora ficam alteradas.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 30 de Dezembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 1464/2014

PORTARIA Nº 1464/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor Luiz de Oliveira (matr. 709), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência - "E", conforme Certidão nº 20022040.1.00079/14-8 de 23.09.2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente aos períodos de 28.03.1972 a 14.02.1974, de 01.04.1974 a 31.12.1974, de 07.01.1975 a 12.02.1976, de 22.01.1976 a 17.09.1976, de 30.09.1976 a 07.05.1977, de 01.08.1977 a 14.05.1978, de 03.07.1978 a 19.07.1978, de 06.11.1978 a 11.02.1979, de 20.02.1979 a 25.01.1980, de 07.02.1980 a 03.05.1980, de 22.05.1980 a 29.10.1980, de 02.03.1981 a 31.07.1982, de 23.08.1982 a 18.02.1984, de 08.01.1985 a 19.11.1985, de 01.03.1986 a 01.11.1986, de 05.12.1986 a 28.01.1987, de

01.04.1987 a 09.09.1987, de 01.10.1987 a 11.02.1988, de 15.03.1988 a 13.08.1988, de 25.11.1988 a 24.12.1988, de 08.01.1989 a 04.12.1989, de 03.01.1990 a 27.10.1993, de 07.03.1994 a 06.10.1995, de 28.03.1996 a 31.12.1996, de 02.05.1997 a 06.05.1998, de 19.10.1998 a 19.10.2000, de 19.02.2001 a 21.08.2001, de 22.08.2001 a 01.04.2002 (totalizando 24 anos, 08 meses e 29 dias); aos períodos de 02.04.2002 a 04.01.2015, (totalizando 12 anos, 09 meses e 11 dias), conforme Certidão nº 129 de 30.12.2014, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 37 anos, 06 meses e 05 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1465/2014

PORTARIA Nº 1465/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor MANOEL ANTUNES DA SILVA (matr. 162), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência - "L", conforme Certidão nº 20022040.1.00030/02-5 de 03.09.2002, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente aos períodos de 25.11.1974 a 11.12.1974, de 21.12.1974 a 19.02.1975, de 15.10.1975 a 25.10.1976, de 28.11.1977 a 01.09.1978, de 02.09.1978 a 08.06.1981, de 19.07.1982 a 07.02.1983, de 24.03.1983 a 29.11.1983, de 02.12.1983 a 27.06.1985, de 01.07.1985 a 11.06.1990, de 13.06.1990 a 12.08.1990 (totalizando 12 anos, 08 meses e 10 dias); aos períodos de 14.08.1990 a 04.01.2015, (totalizando 24 anos e 05 meses), conforme Certidão nº 130 de 30.12.2014, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 37 anos, 01 mês e 05 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2727/2014

DECRETO Nº 2727, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.520,00 (Cinco mil, quinhentos e vinte reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2001 MANUT.DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 5.520,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$

5.520,00 (Cinco mil, quinhentos e vinte reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2001 MANUT.DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 335000000 TRANSF. INST.PRIV.SEM FINS LUCRATIVOS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 449000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 4.520,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2734/2014

DECRETO Nº 2734, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 31900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0302 - Exer.Anterior Recursos Ordinários

Valor R\$ 60.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2735/2014

DECRETO Nº 2735, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.606,00 (Dois mil, seiscentos e seis reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0208 SEC. MUN.DE DES. COM.CULTURA E ESPORTE

Função: 27 DESPORTO E LAZER

Sub-Função: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 2701 ESPORTE É VIDA

Projeto/Atividade: 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 2.606,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.606,00 (Dois mil e seiscentos e seis reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0208 SEC. MUN.DE DES. COM.CULTURA E ESPORTE

Função: 27 DESPORTO E LAZER

Sub-Função: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 2701 ESPORTE É VIDA

Projeto/Atividade: 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 319000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 2.606,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2736/2014

DECRETO Nº 2736, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.233,05 (Oito mil, duzentos e trinta e três reais e cinco centavos) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0201 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS

Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Programa: 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUN.

Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 8.233,05

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 8.233,05 (Oito mil, duzentos e trinta e três reais e cinco centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0201 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Programa: 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUN.
Modalidade de Aplicação: 319000000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 8.233,05

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2737

DECRETO Nº 2737, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo
Unidade: 0206 Sec. Municipal da Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Atividades Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 339000000 aplicações diretas
Fonte: 0101- Recursos de Impostos e Transferências
Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 Chefia do Executivo
Unidade: 0206 Sec. Municipal da Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Atividades Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 319000000 Aplicações Diretas
Fonte: 0101- Recursos de Impostos e Transferências
Valor: R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

PORTARIA Nº 291/2014

PORTARIA Nº 291, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
"EXONERA, O SR. MELZI CAVAZZOLA, PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Procurador Geral do Município - CC-4, o Sr. MELZI CAVAZZOLA, nomeado através da Portaria nº 116, de 01 de março de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

TERMO ADITIVO Nº 01/14 AO CT 12/14 - RH

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2014
TERMO ADITIVO Nº 01- 012/2014

O Município de Ibiã - CNPJ 01.612.745/0001-74, com sede administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo identificado e assinado, denominado de Contratante; e, Ilizandra Pereira residente neste Município, portadora do CPF 076.556.439-46, denominada de Contratada, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2014, de 15 de abril de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula primeira - Embasamento Legal

Este Termo Aditivo é celebrado com amparo no item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014.

Cláusula Segunda - Vigência

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 012/2014, para 30 de dezembro de 2015.

Cláusula terceira

As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 012/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de

igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito Municipal CPF – 497.720.319-49	ILIZANDRA PEREIRA CPF – 076.556.439-16
--	---

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF -807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 076.556.439-46

MELZI CAVAZZOLA
ADVOGADO - OAB/SC 3.076

TERMO ADITIVO Nº 01/14 AO CT 15/14 - RH

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2014

TERMO ADITIVO Nº 01- 015/2014

O Município de Ibiam - CNPJ 01.612.745/0001-74, com sede administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo identificado e assinado, denominado de Contratante; e, Roberto Danielewcz, residente neste Município, portador do CPF 746.026.919-00, denominado de Contratado, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 015/2014, de 14 de maio de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula primeira - Embasamento Legal

Este Termo Aditivo é celebrado com amparo na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 015, de 14.05.2014.

Cláusula Segunda - Vigência

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 015/2014, para 30 de dezembro de 2015.

Cláusula terceira

As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 015/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito Municipal CPF – 497.720.319-49	ROBERTO DANIELEWCZ CPF – 746.026.919-00
--	--

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF -807.451.729-20

SELMO LUIZ LAIDNES
CPF - 017.840.919-79

MELZI CAVAZZOLA
ADVOGADO - OAB/SC 3.076

TERMO ADITIVO Nº 01/14 AO CT 16/14 - RH

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2014

TERMO ADITIVO Nº 01- 016/2014

O Município de Ibiam - CNPJ 01.612.745/0001-74, com sede administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo identificado e assinado, denominado de Contratante; e, Luciana de Fátima Gonçalves dos Santos residente neste Município, portadora do CPF 055.818.099-09, denominada de Contratada, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2014, de 02 de junho de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula primeira - Embasamento Legal

Este Termo Aditivo é celebrado com amparo no item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014.

Cláusula Segunda - Vigência

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 016/2014, para 30 de dezembro de 2015.

Cláusula terceira

As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 016/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito Municipal CPF – 497.720.319-49	LUCIANA DE FÁTIMA G. DOS SANTOS CPF – 055.818.099-09
--	---

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF -807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 076.556.439-46

MELZI CAVAZZOLA
ADVOGADO - OAB/SC 3.076

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 166, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 166, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MONETÁRIA (UFM) DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em especial o disposto no art. 403 da Lei Complementar n.026, de 23 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustada a Unidade Fiscal Monetária do Município de Imaruí-UFM em 6,55 % (seis vírgula e cinquenta e cinco por cento) passando seu valor para R\$12,70 (doze reais e setenta centavos).

Art. 2º - O reajuste da UFM de que trata o caput do artigo anterior será calculado pela variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, como determina o Art. 403 do Código Tributário Municipal.

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 30 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 324.2014

DECRETO PMI Nº 324, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Manutenção do FUNDEB			
12.361.0009-2.007			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018 (0033)		Aplicações Diretas	140.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0034)		Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Família Acolhedora			
08.243.0013-2.109			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0020)		Aplicações Diretas	10.000,00
Total			250.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB (fontes 0.1.0018 e 0.1.0019) e recursos próprios (0.1.0000) apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

EXTRATO: FMS 08/2010 – A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 08/2010 - A/05
Contratada: CDI IMAGEM LTDA.
C.N.P.J: 10.409.163/0001-86
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
Fundamento: Processo nº 03/2010 Inexigibilidade 01/2010

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.
Maria Martins Dos Passos Souza
Secretário Municipal de Saúde

Contratante

CDI Imagem Ltda.
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 19/2012 – A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 19/2012 - A/05
Contratada: HARLEY PAMPLONA DUTRA
C.P.F: 096.447.929-04
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
Fundamento: Processo nº 25/2012 Dispensa 01/2012

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.
Maria Martins Dos Passos Souza
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Harley Pamplona Dutra
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 20/2012 – A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 20/2012 - A/05
Contratada: VIGILÂNCIA TRIANGULO LTDA.
C.N.P.J: 79.894.168/0001-48
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2015.
Fundamento: Processo nº 11/2012 Pregão 11/2012

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.
Maria Martins Dos Passos Souza
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Vigilância Triangulo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 2014/03 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2014/03 A02
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 2014/04 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2014/04 A01
Contratada: LABORATORIO DE PROTESE DENT. TERCEIRA DENTIÇÃO LTDA
C.N.P.J: 12.628.416/0001-38
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 11/2014 Pregãoº 10/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Laboratorio de Protese Dent Terceira Dentição Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 26/2012 – A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 26/2012 - A/05
Contratada: JOÃO CARLOS MICHELS.
C.P.F: 343.500.209-34
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
Fundamento: Processo nº 29/2012 Dispensa 02/2012

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

João Carlos Michels
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2014/21 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2014/21 A01
Contratada: SOS SUL RESGATE COM E SERV DE SEG E SINALIZAÇÃO
C.N.P.J: 03.928.511/0001-66
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 20/2014 Inexigibilidade nº 01/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2º Companhia do Bombeiro Militar de Imbituba
Contratante

Sos Sul Resgate Com e Serv de Seg e Sinalização
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2014/22 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2014/22 A/00
Contratada: BACKES CONFECÇÕES LTDA EPP
C.N.P.J: 01.570.669/0001-81
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES OPERACIONAIS PARA UNIFORMIZAR O EFETIVO DE BOMBEIROS COMUNITARIOS PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC PARA O ANO DE 2014.
Valor: 13.608,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 19/2014 Pregão 11/2014

Imbituba, 29 de dezembro de 2014
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2º Companhia do Bombeiro Militar de Imbituba
Contratante

Backes Confecções Ltda Epp
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI PGM 2014/20H A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI PGM 2014/20H A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Daniel Vinício Arantes Neto
Procurador Geral do Municipio
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SDR NORTE 2014/20E A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2014/20E A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Nivaldo Marques Gabriel
Secretário Municipal da Sdr Norte
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SDR OESTE 2014/20D A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR OESTE 2014/20D A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Rafael de Souza Martins

Secretário Municipal da Sdr Oeste

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2011/132 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2011/132 A04

Contratada: LEANDRO ALVEZ ZANINI

C.N.P.J: 691.263.729-91

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 105/2011 Dispensa nº 28/2011

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração

Contratante

Leandro Alves Zanini

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2012/01 A/05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2012/01 A/05

Contratada: VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

C.N.P.J: 07.452.760/0001-89

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30/04/2015.

Fundamento: Processo nº. 167/2011 Pregão 85/2011

Imbituba, 17 de dezembro de 2014

Zeli Pires

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

Vantuta Prestação de Serviços Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2013/103 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2013/103 A03

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 29/2013 Tomada de Preço nº 01/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração

Contratante

Omega Comunicação Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2014/20I A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/20I A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal da Seagp

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2014/54 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/54 A03

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência nº 05/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração

Contratante

Omega Comunicação Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAP 2014/20B A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAP 2014/20B A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Evaldo de Souza
Secretário Municipal da Seap
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SECULT 2014/20L A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SECULT 2014/20L A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Valéria Fabiana C Rodrigues
Secretária Municipal de Cultura
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDES 2014/20M A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDES 2014/20M A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Antonio Clesio Costa
Secretária Municipal da Sedes
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2010/63 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2010/63 A06
Contratada: ZULEIGA DE OLIVEIRA ME
C.N.P.J: 81.779.084/0001-05
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 67/2010 Pregão nº 43/2010

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Zuleiga de Oliveira Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/103A A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/103A A02
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 29/2013 Tomada de Preço nº 01/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Omega Comunicação Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/83 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/83 A02
Contratada: CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING
C.N.P.J: 02.295.493/0001-60
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 46/2013 Pregão nº 34/2013

Imbituba, 24 de março de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Central de Pesquisas e Marketing
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/89 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/89 A02

Contratada: GILBERTO PIRES

C.N.P.J: 306.031.619-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015 E O REAJUSTE DE 6,2484%(SEIS INTEIROS E DOIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) ATRAVÉS DO IGPM ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12(DOZE) MESES.

Valor: R\$ 6.268,66

Fundamento: Processo nº. 77/2013 Dispensa nº 13/2013

Imbituba, 23 de março de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Gilberto Pires

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/13 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/13 A01

Contratada: EXPURGO LAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

C.N.P.J: 07.389.979/0001-80

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 04/2014 Pregão 04/2014

Imbituba, 29 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Expurgo Lar Prestadora de Serviços Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/236 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/236 A01

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 19/02/2015.

Fundamento: Processo nº. 137/2014 Dispensa nº 29/2014

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Imbimolde Pré-Moldados & Construções Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/252 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/252 A01

Contratada: MECANICA LITORAL SUL LTDA ME

C.N.P.J: 11.211.010/0001-92

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 46/2014 Pregão nº 38/2014

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Mecanica Litoral Sul Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/35 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/35 A01

Contratada: GENEVAL NUNES ME

C.N.P.J: 83.816.124/0001-77

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Pregão nº 22/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Geneval Nunes Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/36 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/36 A01

Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Pregão nº 22/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

José Candido Espindola Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/37 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/37 A01

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Pregão nº 22/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Kac Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/38 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/38 A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Pregão nº 22/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Luciane Constantino da Silva Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/39 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/39 A01

Contratada: RIP FIBRAS IND E COM DE ALIMENTOS LTDA

C.N.P.J: 08.882.687/000-48

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Pregão nº 22/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Rip Fibras Ind e Com de Alimentos Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/44 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/44 A01

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES - COOPERLAGOS

C.N.P.J: 10.202.167/0001-99

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 29/2014 Dispensa nº 01/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores - Cooperlagos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/51 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/51 A01

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 43/2014 Pregão nº 35/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Kac Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/52 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/52 A01

Contratada: RIP FIBRAS IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA

C.N.P.J: 08.882.687/000-48

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 60(SESENTA) DIAS.

Fundamento: Processo nº. 43/2014 Pregão nº 35/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Rip Fibras e Com de Alimentos Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/55 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2014/55 A01
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência nº 05/2013

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Omega Comunicação Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2014/20A A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2014/20A A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDURB 2014/03 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDURB 2014/03 A01
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J: 83.073.536/0001-64
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Concorrência nº 01/2014

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.
Eduardo dos Passos Nunes
Secretário Municipal da Sedurb
Contratante

Serrana Engenharia Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDURB 2014/20G A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDURB 2014/20G A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Eduardo dos Passos Nunes
Secretário Municipal da Sedurb
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2010/106 A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEFAZ 2010/106 A07
Contratada: IMBITUBA AUTO LOCADORA LTDA
C.N.P.J: 09.377.483/0001-12
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 26/05/2015
Fundamento: Processo nº. 93/2010 Pregão nº 56/2010

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.
Ivan Vitorio
Secretária Municipal da Fazenda
Contratante

Imbituba Auto Locadora Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2014/20C A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEFAZ 2014/20C A01
Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.
Ivan Vitorio
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEGOV 2014/20F A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEGOV 2014/20F A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Cadir Carbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/144 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/144 A02

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J:07.185.611/0001-09

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL DE 180(CENTO E OITENTA) DIAS, DE 12/08/2014 A 08/02/2015.

Fundamento: Processo nº. 119/2013 Tomada de Preço 04/2013

Imbituba, 05 de agosto de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Castelo Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/97 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/97 A02

Contratada: IMUNIZADORA IMBITUBA LTDA EPP

C.N.P.J:06.354.091/0001-40

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 06/2013 Pregão 05/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Imunizadora Imbituba Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/20J A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/20J A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal da Seinfra

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SESPORTE 2014/20N A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014/20N A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Omar Pacheco

Secretário Municipal da Sesporte

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2014/20K A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/20K A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário Municipal da Setur

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2014/95 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/95 A03

Contratada: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA

C.N.P.J: 07.150.434/0001-17

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/06/2015.

Fundamento: Processo nº. 73/2014 Tomada de Preço 01/2014

Imbituba, 29 de dezembro de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário Municipal de Turismo

Contratante

Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/01 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/01 A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/03/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº 90/2013

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petroleo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/09 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/09 A03

Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30/04/2015.

Fundamento: Processo nº. 05/2014 Carta Convite nº 01/2014

Imbituba, 29 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

J L Construtora Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/23 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/23 A00

Contratada: SANDRO LUIZ DA SILVA

C.N.P.J: 80.977.944/0001-30

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA AS CRIANÇAS ABRIGADAS PELAS FAMILIAS ACOLHEDORAS, PARA O ANO DE 2014.

Valor: R\$ 4.184,25 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 19/2014 Pregão nº 13/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Sandro Luiz da Silva

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEDURB 2014/03 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDURB 2014/03 A01

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Concorrência nº 01/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretario Municipal Sedurb

Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/37 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/37 A00

Contratada: FISIOLIFE CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA

C.N.P.J: 05.745.766/0001-19

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAUDE, NA AREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA, GRUPO 03 E SUBGRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ORTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Valor: Tabela do Sus Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 48/2014 Inexigibilidade nº 08/2014

Imbituba, 22 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretário Municipal da Saúde

Contratante

Fisiolife Centro de Reabilitação Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 27/2014 – A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 27/2014 - A/01

Contratada: CARVALHO SERVIÇOS DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA.

C.N.P.J: 17.031.296/0001-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 34/2014 Inexigibilidade 04/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

Carvalho Serviços de Diagnósticos Por Imagem Ltda.

Representante Legal

Contratada

Indaial

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1595/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1595/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD8930	55485671E	5541/1	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APO8617	55485616E	5541/1	11/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CAS9555	54430911E	5207/0	26/07/2014	R\$ 53,20	169
CIT1493	54428294E	5835/0	13/07/2014	R\$ 127,69	195
CVB4083	55486166E	5185/1	22/09/2014	R\$ 127,69	167
DBX2667	55040393D	5185/1	21/09/2014	R\$ 127,69	167
DDL7112	54428998E	7366/2	21/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DHK4201	54430983E	5193/0	16/08/2014	R\$ 191,53	168
DTA5851	55485581E	5193/0	07/07/2014	R\$ 191,53	168
LZD9671	55486160E	5185/1	19/09/2014	R\$ 127,69	167
LZO4873	54428800E	5185/1	20/07/2014	R\$ 127,69	167
MAV4939	55485664E	5193/0	02/07/2014	R\$ 191,53	168
MBL4336	55722288D	6050/2	13/03/2014	R\$ 191,53	208
MDI2860	55485859E	5452/1	30/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDT0062	55485675E	5819/1	05/07/2014	R\$ 574,61	193
MDY4607	54430963E	5967/0	03/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFL0452	55486182E	5541/1	01/10/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL3129	54430791E	7030/1	25/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFS7672	55486148E	5452/1	07/10/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFY3277	55485887E	5185/2	08/08/2014	R\$ 127,69	167
MGI6553	55485811E	5916/1	19/07/2014	R\$ 127,69	202 * II
MGO5802	55040395D	5185/1	21/09/2014	R\$ 127,69	167
MGO9472	55721393D	5185/1	12/01/2014	R\$ 127,69	167
MHD1868	55485591E	7366/2	12/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHR5025	55721082D	7366/2	18/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIH4025	55485579E	5967/0	07/07/2014	R\$ 191,53	203 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKE9324	55485877E	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLD8715	54430521E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MLD8715	54430782E	6050/1	11/07/2014	R\$ 191,53	208
MLI3054	55485814E	7048/1	20/07/2014	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 214/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 214/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJF2000	8789042871	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 216/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 216/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW7422	8789040011	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
ABV0757	8789040936	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACX2581	8789039483	7463/0	04/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
AFP9694	8789042782	7455/0	11/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGV5434	8789039137	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJN3008	8789040366	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKI6586	8789039911	7463/0	12/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKJ9714	8789040353	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKY3492	8789042436	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALE1593	8789040474	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALI0555	8789040470	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATG2201	8789039887	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIO1863	8789040186	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CJB8184	8789041186	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CKG4417	8789041143	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CVL4803	8789042828	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
CXV1557	8789036955	7463/0	20/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
CYS7934	8789039172	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCC0985	8789041010	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFS6521	8789039243	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIV4649	8789041201	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DJB9504	8789042244	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DJN0584	8789039612	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
DTB3088	8789040703	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYB2996	8789040128	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYF5298	8789041137	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EAY5467	8789040039	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EBI9585	8789042508	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
FMW5300	8789040861	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HCS8705	8789040556	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HCS8705	8789040695	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HGV8153	8789039529	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRL0450	8789041140	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
JUZ2467	8789041378	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LCV5735	8789041216	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LVO7118	8789039604	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWW5685	8789042153	7463/0	24/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXD9482	8789040859	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD9838	8789042125	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI0233	8789042092	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI6397	8789040277	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXK9214	8789040984	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP0882	8789040918	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR5131	8789039834	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXW8766	8789040442	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK0142	8789041057	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK3209	8789039545	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM6339	8789039297	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY6569	8789043590	7455/0	04/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA6554	8789040279	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZB2179	8789039819	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC2030	8789041116	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZP1130	8789039528	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT1802	8789037131	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV5555	8789040229	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY3939	8789037119	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL5971	8789042144	7463/0	24/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAO4873	8789042366	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ1085	8789042733	7455/0	10/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ1209	8789041247	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR6181	8789039692	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR6206	8789039655	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX9575	8789043581	7455/0	04/10/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAZ1808	8789042289	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB1590	8789039255	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBD1958	8789042898	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBD6822	8789041416	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE9147	8789039831	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH2380	8789040107	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI2862	8789043323	7463/0	26/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBJ0788	8789040867	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP1604	8789040811	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ2311	8789040843	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU5228	8789040748	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU8192	8789039525	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV4484	8789040512	7463/0	22/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBZ1590	8789041166	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE2741	8789040027	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF7067	8789040076	7463/0	15/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCG1522	8789041490	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI2726	8789042455	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI4870	8789027124	7463/0	01/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCM0332	8789040530	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCQ5640	8789042370	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR0302	8789042967	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW8342	8789040047	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC2497	8789039852	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH8501	8789039895	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK5237	8789039945	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM3853	8789041175	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM8382	8789041945	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6707	8789042747	7463/0	10/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDQ6707	8789042763	7455/0	10/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR9046	8789039992	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA2624	8789041998	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE4127	8789041996	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE7393	8789040875	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF4272	8789039221	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF8344	8789042709	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI6379	8789040817	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEJ8199	8789042321	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN9007	8789042887	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP7093	8789039295	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET4535	8789040642	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV2223	8789041281	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB6083	8789042328	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD5723	8789041032	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE7043	8789039578	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE7043	8789040306	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFE8754	8789040575	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG0564	8789041563	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI1603	8789040629	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ1164	8789042930	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK7749	8789042364	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP2702	8789040852	7463/0	27/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFQ6258	8789040245	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ6626	8789041234	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS3132	8789023192	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFU6376	8789041254	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV1717	8789039764	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ7283	8789040035	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD0698	8789039215	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG1162	8789040108	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7973	8789042160	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL3495	8789040992	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL3495	8789041866	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL9463	8789039893	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ1759	8789039185	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGQ4446	8789040923	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR0093	8789040204	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU0473	8789042386	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV0809	8789042834	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV5143	8789042415	7463/0	31/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGV9938	8789039608	7471/0	06/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGW1616	8789040038	7463/0	14/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGX1017	8789040238	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA9672	8789040838	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHB0050	8789042686	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC5864	8789029048	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHF2389	8789039632	7463/0	07/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHG1349	8789042924	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG5069	8789039477	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2719	8789036454	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK4943	8789040709	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK9552	8789040939	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL2926	8789041730	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN3260	8789039868	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO5158	8789041285	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHP4254	8789040444	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR3624	8789041118	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR8299	8789040296	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU7158	8789043467	7463/0	01/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHU9009	8789042359	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX6876	8789041834	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3635	8789040913	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC8812	8789041502	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE2542	8789040743	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF0971	8789039164	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN3257	8789040678	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIP6959	8789042011	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR0284	8789042098	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT8221	8789039808	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY7212	8789043370	7455/0	28/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2187	8789042824	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA5995	8789043364	7455/0	28/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB4875	8789039082	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD4765	8789040334	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD5266	8789041172	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ1612	8789039903	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ2498	8789039664	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJK6112	8789041022	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJK9128	8789042057	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL2422	8789039595	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJM7799	8789036853	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJR6569	8789041412	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU0835	8789041182	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV8215	8789029207	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJY3689	8789040981	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB3117	8789042987	7463/0	17/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKD0740	8789040547	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD0740	8789040550	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ4026	8789040747	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO6604	8789041069	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ6726	8789040739	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR4038	8789040309	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKS8102	8789042892	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT0845	8789041117	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT9236	8789042587	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ2318	8789043339	7455/0	27/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ8772	8789033392	7463/0	22/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLB1276	8789042291	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB1396	8789040653	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD0284	8789040289	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG6621	8789040445	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ5038	8789041610	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK1457	8789039874	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN3090	8789041080	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN9023	8789041242	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN9023	8789041243	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO4646	8789043515	7455/0	03/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ0718	8789042394	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS8181	8789039168	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS8181	8789039169	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS8181	8789039601	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX1641	8789039388	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX1641	8789039737	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX2785	8789039800	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX2785	8789040441	7463/0	21/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMA4721	8789042522	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB7532	8789039867	7463/0	12/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMD1567	8789040428	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMD1567	8789040429	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH0307	8789039357	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ3490	8789041023	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ4211	8789042746	7455/0	10/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK9706	8789043014	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM0825	8789039134	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MNC8707	8789040578	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MNN1263	8789040269	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NKU8486	8789040954	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
NQS5052	8789039619	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKE0495	8789042235	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1593/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1593/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA5828	55485793E	5185/1	24/11/2014	167
API8503	55721354E	5550/0	23/11/2014	181 * XVIII
BNV9643	55486511E	6823/1	28/11/2014	231 * IV
BNX4967	55486217E	5185/1	13/11/2014	167
DIM7904	55486303E	5185/1	18/11/2014	167
EHX3863	55721356E	5550/0	23/11/2014	181 * XVIII
EIX4463	55485798E	5185/1	26/11/2014	167
IGU5299	55486395E	5568/0	05/12/2014	181 * XIX
JZB5201	55486339E	7366/2	20/11/2014	252 * VI
KFZ2400	55486514E	6858/0	28/11/2014	231 * VII
LWS7660	55486333E	6050/1	19/11/2014	208
LWZ6555	55485792E	5185/1	24/11/2014	167
LXC3447	55486276E	5541/1	21/11/2014	181 * XVII
LXZ1126	55720672E	6041/2	30/10/2014	207
LYT1642	54430694E	6270/0	28/11/2014	220 * II
LYT1642	54430695E	5835/0	28/11/2014	195
LYT1642	54430697E	6076/0	28/11/2014	210
LYW4839	55486258E	5185/1	13/11/2014	167
LZK3580	55486208E	5193/0	10/11/2014	168
LZL2448	55721353E	5401/0	22/11/2014	181 * III
LZT6301	55720543E	5940/1	09/11/2014	203 * III
MAA9469	55486545E	5541/1	04/12/2014	181 * XVII
MAF0745	55486272E	5207/0	19/11/2014	169
MCD5434	55486331E	6050/1	19/11/2014	208
MCK4595	55485794E	7366/2	24/11/2014	252 * VI
MCR6147	55721255E	5738/0	18/11/2014	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC4452	55486546E	5541/1	04/12/2014	181 * XVII
MDS1653	54430732E	5835/0	25/10/2014	195
MDV0081	55486515E	5207/0	29/11/2014	169
MEP9830	55486391E	5703/0	05/12/2014	185 * I
MEW0594	55486500E	6041/2	06/11/2014	207
MEX4851	55720675E	5819/4	11/11/2014	193
MEX5195	55486561E	6564/0	06/12/2014	230 * II
MFA8390	55721355E	5550/0	23/11/2014	181 * XVIII
MFB9443	55486330E	6050/1	19/11/2014	208
MFS7912	55486297E	5665/0	25/11/2014	182 * X
MGB8491	55486528E	6050/2	02/12/2014	208
MGB8491	55486529E	5207/0	02/12/2014	169
MGB8491	55486530E	5908/0	02/12/2014	202 * I
MGC2870	55486392E	5703/0	05/12/2014	185 * I
MGK3097	55486212E	7366/2	12/11/2014	252 * VI
MGM0976	54430693E	5185/1	28/11/2014	167
MGY5602	55486503E	5207/0	27/11/2014	169
MHK6224	55486273E	5207/0	20/11/2014	169
MHL4590	54430689E	5185/1	24/11/2014	167
MIA0016	54430698E	5185/1	28/11/2014	167
MIJ0532	55486340E	5908/0	20/11/2014	202 * I
MIJ0532	55486341E	6050/2	20/11/2014	208
MIW6092	55486346E	5207/0	20/11/2014	169
MJI8643	55486304E	5185/1	18/11/2014	167
MJW2153	55486522E	5665/0	01/12/2014	182 * X
MKE3255	55720540E	5827/0	24/10/2014	194
MKW6565	55486278E	5800/0	21/11/2014	192
MLM3161	55486211E	5967/0	12/11/2014	203 * V
MLN6026	55485799E	5185/1	26/11/2014	167
MLY6611	55486532E	5185/1	02/12/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 213/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 213/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIA7302	8789044729	7455/0	27/10/2014	218 * I
AMG8669	8789045029	7455/0	15/11/2014	218 * I
ANT6862	8789044758	7463/0	06/11/2014	218 * II
AYY2202	8789045085	7455/0	16/11/2014	218 * I
CFK0676	8789044878	7455/0	09/11/2014	218 * I
CFK0676	8789044886	7455/0	09/11/2014	218 * I
DIA2534	8789044927	7455/0	11/11/2014	218 * I
HQX2081	8789044852	7455/0	09/11/2014	218 * I
LXJ6481	8789045045	7455/0	15/11/2014	218 * I
LXS2041	8789045033	7455/0	15/11/2014	218 * I
LYC1878	8789044760	7455/0	06/11/2014	218 * I
LYW0172	8789045021	7455/0	14/11/2014	218 * I
LZF6490	8789044954	7463/0	12/11/2014	218 * II
MAG8444	8789044799	7455/0	08/11/2014	218 * I
MCF9717	8789044976	7455/0	13/11/2014	218 * I
MCI9469	8789044772	7455/0	06/11/2014	218 * I
MCP5605	8789045082	7455/0	16/11/2014	218 * I
MDS9067	8789045008	7455/0	14/11/2014	218 * I
MEE0852	8789044933	7455/0	11/11/2014	218 * I
MEL9965	8789044911	7455/0	10/11/2014	218 * I
MES6979	8789045001	7455/0	14/11/2014	218 * I
MFB5058	8789044834	7455/0	08/11/2014	218 * I
MFQ2204	8789044833	7455/0	08/11/2014	218 * I
MGM1859	8789044883	7455/0	09/11/2014	218 * I
MGQ9890	8789045054	7455/0	16/11/2014	218 * I
MHA6077	8789044773	7455/0	06/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD6054	8789045036	7463/0	15/11/2014	218 * II
MHW0789	8789045064	7455/0	16/11/2014	218 * I
MHX1465	8789045050	7455/0	15/11/2014	218 * I
MIF1985	8789044913	7455/0	10/11/2014	218 * I
MIF1985	8789045044	7463/0	15/11/2014	218 * II
MIH5814	8789044865	7455/0	09/11/2014	218 * I
MIM6210	8789044898	7455/0	10/11/2014	218 * I
MIT1051	8789044895	7455/0	10/11/2014	218 * I
MIX9065	8789044926	7455/0	11/11/2014	218 * I
MJF4393	8789044813	7455/0	08/11/2014	218 * I
MKI5135	8789044755	7455/0	06/11/2014	218 * I
MKI5479	8789044849	7455/0	09/11/2014	218 * I
MLA4926	8789044906	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLB3195	8789044974	7463/0	12/11/2014	218 * II
MLM3161	8789044930	7455/0	11/11/2014	218 * I
NLB8861	8789044894	7455/0	10/11/2014	218 * I
OSI8496	8789044730	7455/0	27/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 215/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 215/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD9684	8789044537	7455/0	30/10/2014	218 * I
AFJ2579	8789044880	7455/0	09/11/2014	218 * I
AFW6526	8789045220	7455/0	21/11/2014	218 * I
AHF9830	8789044904	7455/0	10/11/2014	218 * I
AJM2661	8789045284	7455/0	23/11/2014	218 * I
AKV0586	8789044681	7455/0	04/11/2014	218 * I
AKV8670	8789044470	7455/0	28/10/2014	218 * I
ALK3469	8789044241	7455/0	24/10/2014	218 * I
ALO7510	8789045107	7455/0	14/11/2014	218 * I
ANT3777	8789045281	7455/0	23/11/2014	218 * I
AOI4718	8789045159	7455/0	18/11/2014	218 * I
AOK4221	8789045102	7455/0	12/11/2014	218 * I
ARZ5015	8789044142	7455/0	21/10/2014	218 * I
ASH9463	8789044438	7455/0	28/10/2014	218 * I
ATK4345	8789044947	7455/0	12/11/2014	218 * I
AVX7349	8789044237	7455/0	23/10/2014	218 * I
BLI5797	8789045012	7455/0	14/11/2014	218 * I
BOK1991	8789045124	7455/0	17/11/2014	218 * I
BRK3694	8789044794	7455/0	07/11/2014	218 * I
CEM3446	8789044643	7455/0	02/11/2014	218 * I
CFC7560	8789044945	7455/0	12/11/2014	218 * I
CFC7560	8789045122	7455/0	17/11/2014	218 * I
CKF1160	8789044625	7463/0	02/11/2014	218 * II
CSY7371	8789044617	7463/0	01/11/2014	218 * II
CXV1622	8789044441	7463/0	28/10/2014	218 * II
DDI2353	8789044842	7455/0	08/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEL5786	8789044315	7455/0	25/10/2014	218 * I
DFS4555	8789044864	7455/0	09/11/2014	218 * I
DRK4331	8789044846	7455/0	09/11/2014	218 * I
DWA5716	8789045199	7455/0	20/11/2014	218 * I
DWE1000	8789045127	7455/0	17/11/2014	218 * I
DWF7992	8789044171	7455/0	22/10/2014	218 * I
EAJ4476	8789044130	7455/0	22/10/2014	218 * I
EIX6119	8789044714	7455/0	05/11/2014	218 * I
EME9689	8789044633	7455/0	02/11/2014	218 * I
FVP1702	8789044047	7455/0	18/10/2014	218 * I
GSJ5880	8789044887	7455/0	09/11/2014	218 * I
GZF8322	8789044605	7455/0	01/11/2014	218 * I
IFO3521	8789044733	7471/0	01/11/2014	218 * III
IFO3521	8789044734	7463/0	01/11/2014	218 * II
IFO3521	8789044737	7471/0	02/11/2014	218 * III
IFO3521	8789044739	7471/0	03/11/2014	218 * III
IFO3521	8789044740	7463/0	03/11/2014	218 * II
IFO3521	8789044741	7455/0	04/11/2014	218 * I
IFO3521	8789044744	7471/0	04/11/2014	218 * III
IFO3521	8789044746	7455/0	05/11/2014	218 * I
IFO3521	8789044749	7455/0	05/11/2014	218 * I
IFO3521	8789044789	7463/0	07/11/2014	218 * II
IFO3521	8789044924	7455/0	11/11/2014	218 * I
IFO3521	8789045106	7471/0	14/11/2014	218 * III
IFO3521	8789045111	7471/0	16/11/2014	218 * III
IGO2773	8789044399	7463/0	27/10/2014	218 * II
IKQ1809	8789044698	7455/0	04/11/2014	218 * I
IMK6342	8789044484	7455/0	29/10/2014	218 * I
IOY8307	8789045175	7455/0	18/11/2014	218 * I
JNH2966	8789044424	7455/0	27/10/2014	218 * I
JUG3481	8789045283	7455/0	23/11/2014	218 * I
LBK9299	8789044738	7455/0	02/11/2014	218 * I
LVI5262	8789045205	7455/0	21/11/2014	218 * I
LWW8378	8789044923	7455/0	11/11/2014	218 * I
LXD0304	8789044348	7455/0	26/10/2014	218 * I
LXH3605	8789044775	7455/0	07/11/2014	218 * I
LXS2637	8789045203	7455/0	20/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXZ1126	8789044640	7455/0	02/11/2014	218 * I
LXZ5602	8789045084	7471/0	16/11/2014	218 * III
LYM1515	8789044301	7455/0	25/10/2014	218 * I
LYR5506	8789045227	7455/0	21/11/2014	218 * I
LYS5169	8789044896	7455/0	10/11/2014	218 * I
LYU6415	8789045292	7455/0	23/11/2014	218 * I
LYW4839	8789045238	7455/0	22/11/2014	218 * I
LZA9990	8789044489	7463/0	29/10/2014	218 * II
LZB1458	8789044423	7455/0	27/10/2014	218 * I
LZI3867	8789045195	7455/0	20/11/2014	218 * I
LZM3892	8789044081	7455/0	19/10/2014	218 * I
LZU2173	8789044601	7455/0	01/11/2014	218 * I
MAA6382	8789044278	7455/0	24/10/2014	218 * I
MAJ4350	8789044564	7455/0	31/10/2014	218 * I
MAK0538	8789045229	7455/0	22/11/2014	218 * I
MAN1425	8789044093	7455/0	20/10/2014	218 * I
MAO7275	8789044440	7455/0	28/10/2014	218 * I
MAQ1209	8789044550	7455/0	30/10/2014	218 * I
MAR9120	8789044879	7455/0	09/11/2014	218 * I
MAS9438	8789044756	7455/0	06/11/2014	218 * I
MAT2161	8789044558	7455/0	31/10/2014	218 * I
MAT2161	8789044661	7455/0	03/11/2014	218 * I
MAW9906	8789045294	7471/0	23/11/2014	218 * III
MAZ6503	8789044916	7455/0	10/11/2014	218 * I
MBA5563	8789044501	7455/0	29/10/2014	218 * I
MBD4067	8789045112	7455/0	16/11/2014	218 * I
MBH6514	8789045120	7455/0	17/11/2014	218 * I
MBL5088	8789044535	7455/0	30/10/2014	218 * I
MBS0342	8789044577	7455/0	31/10/2014	218 * I
MCA4414	8789044819	7455/0	08/11/2014	218 * I
MCC5496	8789044720	7455/0	05/11/2014	218 * I
MCJ0409	8789044198	7455/0	23/10/2014	218 * I
MCN0638	8789044342	7455/0	26/10/2014	218 * I
MCU1078	8789044727	7463/0	27/10/2014	218 * II
MCW9627	8789044892	7455/0	10/11/2014	218 * I
MCX5777	8789044506	7455/0	29/10/2014	218 * I
MDJ6888	8789044170	7455/0	22/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO8824	8789044151	7455/0	21/10/2014	218 * I
MDP8460	8789044704	7463/0	05/11/2014	218 * II
MDR0192	8789045261	7455/0	22/11/2014	218 * I
MDS1327	8789044210	7455/0	23/10/2014	218 * I
MDT9801	8789045293	7455/0	23/11/2014	218 * I
MDY3455	8789045221	7455/0	21/11/2014	218 * I
MEA6000	8789044418	7455/0	27/10/2014	218 * I
MEC1409	8789044510	7455/0	29/10/2014	218 * I
MEH2245	8789044836	7455/0	08/11/2014	218 * I
MEK8217	8789045148	7455/0	17/11/2014	218 * I
MEP4560	8789044626	7455/0	02/11/2014	218 * I
MES6899	8789044202	7455/0	23/10/2014	218 * I
MET2192	8789044798	7455/0	08/11/2014	218 * I
MEU8156	8789045250	7455/0	22/11/2014	218 * I
MEV5204	8789045268	7455/0	23/11/2014	218 * I
MEV9475	8789044959	7463/0	12/11/2014	218 * II
MEY3130	8789045136	7455/0	17/11/2014	218 * I
MEY4269	8789044644	7471/0	03/11/2014	218 * III
MFC2476	8789044116	7455/0	20/10/2014	218 * I
MFD4364	8789044573	7455/0	31/10/2014	218 * I
MFD8776	8789045286	7455/0	23/11/2014	218 * I
MFL4493	8789044525	7455/0	30/10/2014	218 * I
MFS2785	8789044770	7455/0	06/11/2014	218 * I
MFT5275	8789044391	7455/0	27/10/2014	218 * I
MFU1218	8789044046	7455/0	18/10/2014	218 * I
MFW7135	8789045134	7455/0	17/11/2014	218 * I
MGG3198	8789044094	7455/0	20/10/2014	218 * I
MGG3198	8789044479	7455/0	29/10/2014	218 * I
MGG3580	8789044840	7455/0	08/11/2014	218 * I
MGH1966	8789045123	7455/0	17/11/2014	218 * I
MGJ4958	8789045168	7455/0	18/11/2014	218 * I
MGK7380	8789044981	7455/0	13/11/2014	218 * I
MGM0555	8789044502	7455/0	29/10/2014	218 * I
MGN1954	8789044532	7455/0	30/10/2014	218 * I
MGN9616	8789045126	7455/0	17/11/2014	218 * I
MGO8025	8789045164	7455/0	18/11/2014	218 * I
MGR2089	8789044306	7455/0	25/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT9191	8789044488	7455/0	29/10/2014	218 * I
MGX7573	8789044312	7455/0	25/10/2014	218 * I
MHA3208	8789044148	7455/0	21/10/2014	218 * I
MHD1345	8789044973	7455/0	12/11/2014	218 * I
MHE1009	8789045215	7455/0	21/11/2014	218 * I
MHK7476	8789044888	7455/0	09/11/2014	218 * I
MHL7663	8789045143	7455/0	17/11/2014	218 * I
MHL7663	8789045260	7463/0	22/11/2014	218 * II
MHO3242	8789045289	7455/0	23/11/2014	218 * I
MHQ0317	8789044958	7455/0	12/11/2014	218 * I
MHR3624	8789044279	7455/0	24/10/2014	218 * I
MHR4757	8789044495	7463/0	29/10/2014	218 * II
MHS1801	8789045219	7455/0	21/11/2014	218 * I
MHZ3635	8789044159	7455/0	21/10/2014	218 * I
MIA8721	8789044445	7455/0	28/10/2014	218 * I
MIB0071	8789044036	7455/0	18/10/2014	218 * I
MID1172	8789044119	7455/0	20/10/2014	218 * I
MIE3145	8789045272	7455/0	23/11/2014	218 * I
MIG6018	8789044461	7455/0	28/10/2014	218 * I
MIH5648	8789045277	7455/0	23/11/2014	218 * I
MIH7290	54003264N	5002/0	25/11/2014	257 § 8º
MIK4191	8789044641	7455/0	02/11/2014	218 * I
MIK4385	8789045236	7455/0	22/11/2014	218 * I
MIS8915	8789045163	7455/0	18/11/2014	218 * I
MIT6130	8789044691	7455/0	04/11/2014	218 * I
MIV9068	8789045300	7455/0	23/11/2014	218 * I
MIZ1189	8789045190	7455/0	19/11/2014	218 * I
MJA5195	8789045132	7455/0	17/11/2014	218 * I
MJB1401	8789045003	7463/0	14/11/2014	218 * II
MJC6951	8789045280	7455/0	23/11/2014	218 * I
MJC6951	8789045295	7455/0	23/11/2014	218 * I
MJE0319	8789044715	7455/0	05/11/2014	218 * I
MJF0005	8789044861	7455/0	09/11/2014	218 * I
MJH6538	8789044851	7455/0	09/11/2014	218 * I
MJH8889	8789045014	7455/0	14/11/2014	218 * I
MJL2742	8789044398	7455/0	27/10/2014	218 * I
MJQ5048	8789044403	7455/0	27/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJQ6250	8789044402	7455/0	27/10/2014	218 * I
MJT1177	8789044594	7455/0	01/11/2014	218 * I
MJX3065	8789045129	7455/0	17/11/2014	218 * I
MKC7417	8789044839	7455/0	08/11/2014	218 * I
MKD0622	8789045278	7463/0	23/11/2014	218 * II
MKH0762	8789045131	7455/0	17/11/2014	218 * I
MKH0784	8789044287	7455/0	25/10/2014	218 * I
MKI4337	8789045067	7455/0	16/11/2014	218 * I
MKI6229	8789044678	7455/0	04/11/2014	218 * I
MKS1979	8789044331	7455/0	25/10/2014	218 * I
MKX0873	8789044571	7455/0	31/10/2014	218 * I
MKY1950	8789044482	7455/0	29/10/2014	218 * I
MLC6854	8789044230	7455/0	23/10/2014	218 * I
MLG2273	8789044592	7455/0	01/11/2014	218 * I
MLH1331	8789045237	7455/0	22/11/2014	218 * I
MLK8372	8789044918	7455/0	10/11/2014	218 * I
MLO4646	54003253N	5002/0	25/11/2014	257 § 8º
MLO4646	8789044889	7455/0	09/11/2014	218 * I
MLP7748	8789044343	7455/0	26/10/2014	218 * I
MLQ3998	8789045264	7463/0	22/11/2014	218 * II
MLR5455	8789044053	7455/0	19/10/2014	218 * I
MMD2880	8789044621	7455/0	02/11/2014	218 * I
MMD6099	8789044978	7455/0	13/11/2014	218 * I
MMF3433	8789044221	7455/0	23/10/2014	218 * I
MMF5675	8789044541	7463/0	30/10/2014	218 * II
MMK4676	8789044351	7455/0	26/10/2014	218 * I
MMM9574	8789044676	7455/0	04/11/2014	218 * I
MMR8746	8789044982	7455/0	13/11/2014	218 * I
NKU2320	8789044054	7455/0	19/10/2014	218 * I
NQS5052	8789044376	7455/0	26/10/2014	218 * I
OKE0450	8789044257	7455/0	24/10/2014	218 * I
OKE7424	8789045176	7455/0	18/11/2014	218 * I
OKG8515	8789044220	7455/0	23/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê**PREFEITURA****PORTARIA 2507/2014**

PORTARIA Nº 2507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SONIA MARA DOS SANTOS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/01/2015 a contar de 22/12/2014 a 20/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim**PREFEITURA****DECRETO N. 2.126 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 320.250,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 10, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 3.500,00.

II. Código reduzido 12, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 15.000,00.

III. Código reduzido 16, Projeto 2.004 - Gestão das Ações do Departamento de Planejamento e Finanças, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 7.000,00.

IV. Código reduzido 38, Projeto 1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 11.500,00.

V. Código reduzido 145, Projeto 1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 39.700,00.

VI. Código reduzido 39, Projeto 2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 7.550,00.

VII. Código reduzido 41, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 81.000,00.

VIII. Código reduzido 43, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 11.000,00.

IX. Código reduzido 44, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no

valor de R\$ 65.000,00.

X. Código reduzido 146, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 26.000,00.

XI. Código reduzido 36, Projeto 2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 5.000,00.

XII. Código reduzido 55, Projeto 2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.000,00.

XIII. Código reduzido 57, Projeto 2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 21.500,00.

XIV. Código reduzido 66, Projeto 2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 1.500,00.

XV. Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00.

TOTAL GERALR\$ 320.250,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 32.000,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 98.200,00.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 175.050,00.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00.

TOTAL GERALR\$ 320.250,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 29 de dezembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 29 de dezembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 73, PP 42-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 73/2014 Data do Processo: 13/11/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Educação Básica do Município, transporte dos Idosos e portadores de necessidades especiais benef. pela Lei M. 852/91, transp. dos Prof. e alunos matric. em atividades complement. no turno contrário do horário normal de aula, da rede pub. de ensino e Ag. Com. de Saúde do Munic. de Ipumirim, com vigência a partir de 2015, prorrog. por um período total Max. de até 60 meses, sendo q/ cada prorrog. não poderá ultrap. 12 meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 61/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 29 de Dezembro de 2014, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 73/2014, Licitação nº 42/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de 2014, às oito horas e trinta minutos, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME, WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA, MARCOS MAURICIO HELBING ME e TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. MARCOS MAURICIO HELBING, sócio proprietário da empresa MARCOS MAURICIO HELBING ME, o Sr. JAIR ANTONIO PILATTI, sócio proprietário da empresa JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME, o Sr. CLARITO DALMORA, sócio proprietário da empresa TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME e a Srª JUCIELI BERNDT sócia proprietária da empresa WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima transcritas apresentaram a declaração como optantes de Microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilha anexa ao presente auto. O representante da empresa TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME o Sr. CLARITO DALMORA faz uma observação em ata, que a empresa vencedora dos itens 03 e 06, se solicitado aditivo dos itens citados, referente o transporte de alunos da Comunidade de São Rafael a Ipumirim, sendo que para as mesmas deverá ser feita nova licitação, para que o mesmo possa participar. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 6036 - TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Saída de Ipumirim (das escolas municipal e estadual), passando por Jaguaterica, Lambedor, propriedade do Sr. Jacir Cella, Linha Jundiá, Linha Rica, Linha Coser, Serrinha, Jaquaterica, Posto Portal á Ipumirim numa extensão de 96,4 km.	UN	1,00		0,0000	347,00	347,00

Total do Participante -----> 347,00

Participante: 8597 - MARCOS MAURICIO HELBING ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Saída de Ipumirim, Linha Taquaral, Dois irmãos, Lageado Manso, Bairro Carlos Bonissoni até as escolas municipal e estadual no período matutino, numa extensão de 48,8 km.	UN	1,00		0,0000	175,67	175,67

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 73/2014 Data do Processo: 13/11/2014
	Folha: 2/2

Participante: 8597 - MARCOS MAURICIO HELBING ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Saída do centro de Ipumirim, Bairro Scalco, Loteamento Neldo Simon até as escolas municipal e estadual nos turnos matutino e vespertino. Saída do centro até a Cohab José Carlos Bonissoni no turno vespertino numa extensão de 36 km.	UN	1,00		0,0000	129,60	129,60

Total do Participante -----> 305,27

Participante: 9331 - WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Saída da Divisa de Lindóia do Sul até a propriedade do Senhor Mauro Bringhentti, Passo Grande, Lageado Polidoro, Bairro Costa do Engano à Ipumirim com retorno até Passo Grande no período matutino. Saída de Passo Grande, Linha Benelli, Linha Áurea com entrada nas propriedades dos Senhores David Pagliochi e Darci Picco, Três Marias, Cohab José Carlos Bonissoni à Ipumirim, com extensão de 105,2 km.	UN	1,00		0,0000	457,62	457,62

Total do Participante -----> 457,62

Participante: 9738 - JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Saída de São Rafael, Linha Progresso, Serra Alta, Alto Feliz, propriedade de Adilson Krebs, Varanal até Escola de São Rafael, com extensão de 73,3 km.	UN	1,00		0,0000	260,00	260,00
6	Saída de São Rafael, Salgado (até as propriedades de Inácio Fengler e André Senger) à São Rafael, Linha Schuck retornando a São Rafael numa extensão de 64,8 km	UN	1,00		0,0000	230,00	230,00

Total do Participante -----> 490,00

Total Geral -----> 1.599,89

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 73, PP 42-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 73/2014 Data do Processo: 13/11/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 73/2014
b) Licitação Nr.: 42/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/12/2014
e) Objeto da Licitação

Contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Educação Básica do Município, transporte dos idosos e portadores de necessidades especiais benef. pela Lei M. 852/91, transp. dos Prof. e alunos matric. em atividades complement. no turno contrário do horário normal de aula, da rede pub. de ensino e Ag. Com. de Saúde do Munic. de Ipumirim, com vigência a partir de 2015, prorrog. por um período total Max. de até 60 meses, sendo q/ cada prorrog. não poderá ultrap. 12 meses.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME (9738)

3	Saída de São Rafael, Linha Progresso, Serra Alta, Alto Feliz, propriedade de Adilson Krebs, Varanal até Escola de São Rafael, com extensão de 73,3 km.	UN	1,00	0,0000	260,00	260,00
6	Saída de São Rafael, Salgado (até as propriedades de Inácio Fengler e André Senger) à São Rafael, Linha Schuck retornando a São Rafael numa extensão de 64,8 km	UN	1,00	0,0000	230,00	230,00

Total do Fornecedor: 490,00

MARCOS MAURICIO HELBING ME (8597)

5	Saída de Ipumirim, Linha Taquaral, Dois irmãos, Lageado Manso, Bairro Carlos Bonissoni até as escolas municipal e estadual no período matutino, numa extensão de 48,8 km.	UN	1,00	0,0000	175,67	175,67
7	Saída do centro de Ipumirim, Bairro Scalco, Loteamento Neldo Simon até as escolas municipal e estadual nos turnos matutino e vespertino. Saída do centro até a Cohab José Carlos Bonissoni no turno vespertino numa extensão de 36 km.	UN	1,00	0,0000	129,60	129,60

Total do Fornecedor: 305,27

Ipumirim, 29 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 73/2014 Data do Processo: 13/11/2014
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA (6036)

4 Saída de Ipumirim (das escolas municipal e estadual), passando por Jaguaterica, Lambedor, propriedade do Sr. Jacir Cella, Linha Jundiá, Linha Rica, Linha Cosier, Serrinha, Jaguaterica, Posto Portal à Ipumirim numa extensão de 96,4 km.	UN	1,00	0,0000	347,00	347,00
--	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 347,00

WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME (9331)

2 Saída da Divisa de Lindóia do Sul até a propriedade do Senhor Mauro Brighentti, Passo Grande, Lageado Polidoro, Bairro Costa do Engano à Ipumirim com retorno até Passo Grande no período matutino. Saída de Passo Grande, Linha Benelli, Linha Áurea com entrada nas propriedades dos Senhores David Pagliochi e Darci Picco, Três Marias, Cohab José Carlos Bonissoni à Ipumirim, com extensão de 105,2 km.	UN	1,00	0,0000	457,62	457,62
--	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 457,62

Total Geral: 1.599,89

Ipumirim, 29 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 84/2014

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 84/2014

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO ao 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 60/2014, na área de seguros de veículos que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante, e de outro lado a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida das Nações Unidas, número 11.711, bairro Brooklin, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, neste ato representada pelo senhor Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, portador do CPF nº 073.442.558-60, e RG nº 12.915.083-6 SSP/SP, a seguir denominada CONTRATADA, acórdão e ajustam firmar o presente contrato aditivo nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento Licitatório nº 44/2014, modalidade Tomada de Preços nº 07/2014, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a supressão de veículos descritos na Cláusula Primeira - Objeto do termo original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Ficam suprimidos do termo original os seguintes veículos:

Item	Período	Descrição	Valor Total R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex – placas MEA 6428, ano de fabricação/modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764766566, código Renavam 867052856, capacidade para 05 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	239,23
02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex – placas MEA 6538, ano de fabricação/modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764765604, Código Renavam 867053160, capacidade para 05 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 3.	239,23

CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea "b", do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei nº 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Irineópolis - SC, 10 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA PREFEITO MUNICIPAL	MARCOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Contratante	Contratada

Testemunhas

Sidnei Wagner
CPF: 302.634.259-91

Ellen Anny Konopka Colombo
CPF: 068.466.679-03

PORTARIA N º 542/2014

PORTARIA Nº 542/2014.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Processo Instaurado pela Portaria nº 525/2014. De 02 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO que no Processo Administrativo foi garantido o contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela Portaria nº 525/2014;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo instaurado pela Portaria nº 525/2014;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato nº 08/2014 que firmaram o Município de Irineópolis/SC com a empresa LEME & RIBAS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA. ME.

Art. 2º MANTER A MULTA decorrente de inadimplemento contratual no valor de R\$ 62.441,97 (sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 30 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 543/2014

PORTARIA Nº. 543/2014.

DESIGNA MÉDICO PARA A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da LC n.º 07/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º - DESIGNAR o DR. ALBERTO AURÉLIO POSENATTO, Médico

Cardiologista, inscrito no CRM/SC sob o nº 6824, para exercer a Função de Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus, sem ônus para a Municipalidade.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Fica revogada a Portaria nº 483/2014, de 22/10/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 544/2014

PORTARIA N. º 544/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LETÍCIA HALABURA, nascida em 09/07/1992, portadora do CPF nº 087.286.979-28, RG. nº 5.241.252-0, SESP/SC, para no período de 02/01/2015 a 30/05/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal da Educação, Edital nº 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 068/2014/SME, para atuar na Creche do CEI Nossa Senhora Aparecida, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 545/2014

PORTARIA Nº. 545/2014.

DETERMINA A SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, O CUMPRIMENTO DE AÇÕES DE SUA COMPETÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e, amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - DETERMINAR ao servidor SERGIO ROBERTO BINDER, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Departamento de

Urbanismo e Obras o cumprimento das atividades necessárias à boa condução dos serviços afetos a sua área, previstos na descrição de atividades do seu departamento, responsabilizando-se com ênfase e, em estrita observância as determinações descritas, nos itens que seguem, relativamente ao previsto no Artigo 34, inciso IV da LC 007/2001, de 15/10/2001:

I. Acompanhar as ações da Associação de Catadores Bom Jesus, na administração da UTC, como:

a) Separação correta do lixo, através de relatórios semanais, onde deverá constar:

- % que são depositados na vala;
- % reciclado;
- % para compostagem.

II. Controle das leras de compostagem através de relatórios diários;

III. Controle da quantidade de lixo que entra na UTC, através de relatórios;

IV. Outras ações deverão ser observadas e anotadas, como:

- a) A vala deverá ser coberta diariamente com terra;
- b) Deverá ser feita a recirculação do chorume dos poços das valas a cada 15 (quinze) dias, ou antes, caso esteja cheio;
- c) Deverá ser realizada a análise a cada 180 (cento e oitenta) dias dos poços do monitoramento do lençol freático;
- d) Deverá ser realizada análise dos poços filtro do chorume da compostagem a cada 180 (cento e oitenta) dias. Ambas as análises deverão ser enviadas à FATMA;
- e) Limpeza diária do pátio da UTC;
- f) Limpeza diária do piso e canaletas da compostagem;
- g) Manter a área livre da presença de animais como cães, gatos, urubus e outros;
- h) Manter roçada a área da UTC,
- i) Realizar a manutenção dos arbustos (cercas vivas) ao redor da área da UTC;
- j) Manter o acesso (entradas) em ordem para o tráfego de veículos;
- k) Não poderá ser recolhido entulhos como: móveis e eletrodomésticos, remédios, isopor, óleo, pneus e borrachas, lâmpadas, eletrônicos, embalagens tóxicas.

Art. 2º - Os relatórios de acompanhamento relativos aos incisos I, II e III do artigo 1º deverão ser enviados a FATMA a cada 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 546/2014

PORTARIA Nº. 546/2014.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A SUA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97

de 30/12/1997,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a denúncia de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional de VALDECIR DOS PASSOS, código 1602, ocupante do cargo de Condutor de Balsa, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura, quanto aos seguintes fatos:

I. Que o servidor sofre de dependência alcoólica, tendo sido encaminhado várias vezes para tratamento através de Convênio Municipal, ora concordando, ora rejeitando o tratamento, porém sem um resultado positivo;

II. Que o servidor faz uso de bebida alcoólica durante a execução de suas atividades; e ainda,

III. Que, durante o estágio probatório, após dois conceitos regulares e, tomadas as medidas para fins de intensificar as possibilidades de melhoria, dando-lhe oportunidade de aperfeiçoamento no seu desempenho, o servidor obteve um terceiro conceito de desempenho regular em suas avaliações;

IV. Que o servidor pode ter sua conduta caracterizada como descumprimento de deveres e/ou infração às proibições de ordem funcional, previstos na LC 01/97, de 30/12/1997, bem como, ser considerado reprovado em seu estágio probatório, de acordo com a Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007.

Art. 2º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2014 e designados os servidores EDSON LUIZ ROSA, código 625 ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, em Exercício do cargo comissionado de Coordenador do Sistema de Controle Interno; ROSANA DONDA RÜCKL, código 192, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa e MARCIA HELENA CRISTOFOLINI, código 1080, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Ficam designados como Relator e como Secretário da Comissão, o servidor Edson Luiz Rosa e a servidora Rosana Donda Rückl, respectivamente.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 547/2014

PORTARIA N. º 547/2014.

LIMITA PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DESCENDENTES DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Fica limitado no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total das vagas contratadas, o montante de estagiários, dos quais pai ou mãe, biológico ou sócio afetivo, seja servidor do Município de Irineópolis ou de sua Autarquia, sob qualquer forma de regime.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 548/2014

PORTARIA N. º 548/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LUANA CARLA BAY, nascida em 09/10/1994, portadora do CPF n º 094.719.039-20, RG. n º 5.996.518, SSP/SC, para no período de 02/01/2015 a 30/05/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal da Educação, Edital n º 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 069/2014/SME, para atuar na Creche do CEI Nossa Senhora Aparecida, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2014.**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 07/2014.

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus.

Contratado: Flavia Mayra Rodrigues.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços na área médica, para a realização de assistência e acompanhamento nas interações de pacientes do SUS.

Vigência: 30/12/2014 a 30/12/2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 10/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 03/2014.

Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso XXIII.

WIANEY DE CASSIA OLIVERA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente HMBJ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 12/2014.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014.

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação de: Flavia Mayra Rodrigues.

Irineópolis, 30 de dezembro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVERA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente HMBJ

Itá

PREFEITURA

EDITAL 005 PROCESSO SELETIVO Nº 017/2014 EDITAL 004 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014

Processo Seletivo para preenchimento de
Vagas, em caráter temporário, no
quadro de Pessoal na Secretaria
Municipal de Educação, Esporte e Lazer
de Itá/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" torna público, pelo presente Edital, prorrogar o prazo para a homologação final do presente Processo Seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e suas Unidades Escolares.

1. PRORROGAÇÃO

1.1. Tendo em vista a interpelação de recursos e os pontos facultativos referente ao feriado de Ano Novo, não havendo tempo hábil para análise das contra razões e emissão dos pareceres, fica prorrogado o prazo para a homologação final do Processo Seletivo 017/2014 para o dia 09/01/2015

Itá, 30 de dezembro de 2014
Leide Mara Bender
Prefeita Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS MÊS DE DEZEMBRO

Aditivo Nº : 211/2014 - Contrato Nº: 130/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: PAULINO STEFFENS
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo na locação de imóvel constituído de uma
residência localizada na Rua 34, nº 476, quadra 20, Lote 01, Fundos,
Bairro das Palmeiras para abrigar a família da Senhora Marlene Deonildes
Bêe considerando que sua residência encontra-se em área de risco ocasionado pelas chuvas ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.
Contratada....: PAULINO STEFFENS
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 212/2014 - Contrato Nº: 135/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ANTONIO POZZEBON
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo na locação de imóvel constituído de uma
residência localizada na Rua 34, nº 868, quadra 21A, Lote 11, Bairro das
Palmeiras para abrigar a família da Senhora Marilete Dalle-Laste considerando que sua residência encontra-se em área de risco ocasionado
pelas chuvas ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.
Contratada....: ANTONIO POZZEBON
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 213/2014 - Contrato Nº: 133/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: EUGÊNIO DA SILVA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo na locação de imóvel constituído de uma
residência localizada na Rua 54, nº 205, quadra 66, Lote 34, Bairro Mirante
para abrigar a família do Senhor Sebastião Gonçalves considerando que
sua residência encontra-se em área de risco ocasionado pelas chuvas
ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto
Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.
Contratada....: EUGÊNIO DA SILVA
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 214/2014 - Contrato Nº: 132/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: LUIZ HERMES
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo na locação de imóvel constituído de uma
residência localizada na Rua 39, quadra 66, Lote 11, Bairro Mirante para
abrigar a família da Senhora Lurdes Maria da Costa considerando que sua
residência encontra-se em área de risco ocasionado pelas chuvas
ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto
Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.
Contratada....: LUIZ HERMES
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 215/2014 - Contrato Nº: 131/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ANGELO GASPODINI
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo na locação de imóvel constituído de uma
residência localizada na Rua 60, nº 76, quadra 10, Lote 76, Bairro das

Palmeiras para abrigar a família do Senhor André Gonçalves da Silva
considerando que sua residência encontra-se em área de risco ocasionado pelas chuvas ocorridas no Município, conforme Decreto Federal 6.307/2007 e Decreto Municipal nº 067 de 27 de junho de 2014.
Contratada...: ANGELO GASPODINI
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 216/2014 - Contrato Nº: 143/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ÚNICA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação dos serviços prestados.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 217/2014 - Contrato Nº: 122/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: VANDERLEI DE FREITAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 218/2014 - Contrato Nº: 121/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 219/2014 - Contrato Nº: 120/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Objeto : Aditivo de Prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 220/2014 - Contrato Nº: 119/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 221/2014 - Contrato Nº: 118/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: VANDERLEI DE FREITAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 222/2014 - Contrato Nº: 117/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 223/2014 - Contrato Nº: 116/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 224/2014 - Contrato Nº: 115/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 225/2014 - Contrato Nº: 114/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 226/2014 - Contrato Nº: 113/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 227/2014 - Contrato Nº: 112/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio sendo que o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 228/2014 - Contrato Nº: 160/2013
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2013
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 229/2014 - Contrato Nº: 80/2013
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: G10 AGÊNCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 230/2014 - Contrato Nº: 83/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: LEONARDO TATIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2014
 Objeto : Acompanhamento jurídico até o transito em julgado e

desenvolvimento de todas as ações e medidas necessárias referente a
 Apelação Cível Originária nº 1911.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 233/2014 - Contrato Nº: 290/2011
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO LTDA ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2011
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 234/2014 - Contrato Nº: 194/2010
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 04/11/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2010
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação na execução dos serviços.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 236/2014 - Contrato Nº: 192/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: DISBRAPLAC LTDA - EPP
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio e o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 237/2014 - Contrato Nº: 191/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio e o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 238/2014 - Contrato Nº: 190/2014
 Contratante..: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio e o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 240/2014 - Contrato Nº: 206/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: SEARA TERRAPLANAGEM LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos do convênio e o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 241/2014 - Contrato Nº: 177/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: MAISATIVO INTERMEDIACÃO DE ATIVOS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 242/2014 - Contrato Nº: 173/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: LISTONI & BIASUS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da execução do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 243/2014 - Contrato Nº: 38/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da execução do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 244/2014 - Contrato Nº: 16/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES KROMBAUER LTDA ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido necessidade de continuação na execução dos serviços.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 245/2014 - Contrato Nº: 15/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES RESMINI LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Objeto : Aditivo de prazo de execução devido a necessidade de continuação dos serviços e exclusão dos trajetos 07 e 08 da linha 02.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 246/2014 - Contrato Nº: 14/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido necessidade de continuação na execução dos serviços.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 247/2014 - Contrato Nº: 134/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2013
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução do serviço.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 248/2014 - Contrato Nº: 308/2011
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: PACHECO E FINGER LTDA
 Valor : 40.676,45 (quarenta mil seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2011
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da execução dos serviços e reajuste anual de valor.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 249/2014 - Contrato Nº: 64/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA - EPP
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2013
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 251/2014 - Contrato Nº: 160/2010
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO ASS.A.U.C. CREDIAUC
 Valor : 517,49 (quinhentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 11/08/2020
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010
 Objeto : Reajuste de valor
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 252/2014 - Contrato Nº: 24/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPON TRANSPORTES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução dos serviços e exclusão dos trajetos 21 e 22 da linha 07.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 253/2014 - Contrato Nº: 18/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 254/2014 - Contrato Nº: 17/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES COLETIVOS PREDIGER LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução do serviço.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 255/2014 - Contrato Nº: 19/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSP.COL.VALE URUGUAI LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 256/2014 - Contrato Nº: 25/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES RESMINI LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 250/2014 - Contrato Nº: 115/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CLARO S/A
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução dos serviços.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 257/2014 - Contrato Nº: 31/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CETRIC CENTRAL DE TRAT. RES. SÓL. DE CHAPECO LTDA.
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços prestados.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 259/2014 - Contrato Nº: 37/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CAEMILE MARIA VALMORBIDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 260/2014 - Contrato Nº: 36/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: RANGEL PERIN ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 261/2014 - Contrato Nº: 207/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: MK TERRAPLANAGEM LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a inexecução total dos procedimentos do convênio e o mesmo foi prorrogado junto ao órgão cedente.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 262/2014 - Contrato Nº: 171/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: QUINTA DO VALE ALIMENTOS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/03/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a documentação referente a venda não estar concluída.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 263/2014 - Contrato Nº: 172/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: QUINTA DO VALE ALIMENTOS LTDA

Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2011
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a documentação referente a venda não estar concluída.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 264/2014 - Contrato Nº: 77/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES RESMINI LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução do serviço prestado.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 266/2014 - Contrato Nº: 171/2012
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO LTDA ME
 Valor : 28.443,11 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 30/06/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2012
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da execução do serviço prestado e reajuste anual do valor.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 210/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: SEARA PIROTECNICA
 Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)
 Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 10/01/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de fogos de artifícios e realização de shows pirotécnicos no Réveillon 2014/2015.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 267/2014 - Contrato Nº: 161/2011
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: HORTENILA AMÉLIA STUMPF
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2011
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de ocupação da sala locada.
 NEVIO ANTONI MORTARI
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 268/2014 - Contrato Nº: 34/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A

Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução do serviço.
 NEVIO ANTONI MORTARI
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 269/2014 - Contrato Nº: 30/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: M.T. ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução do serviço.
 NEVIO ANTONI MORTARI
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 270/2014 - Contrato Nº: 35/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: SOCIEDADE MÉDICA GONZALLES S/C LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços.
 NEVIO ANTONI MORTARI
 Itá, 30 de Dezembro de 2014

Aditivo Nº : 271/2014 - Contrato Nº: 150/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: CERTA SISTEMA INFORMATIZADOS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução do serviço.
 NEVIO ANTONI MORTARI

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 279, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 279, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do município de Itapiranga:

06.01 - Secret. Municipal Educação Cultura e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. Da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 120.383,00

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 47.400,00

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Soma R\$ 169.783,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 63.035,82

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 21.900,00

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 104.935,82

Artigo 2º Servira de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação:

06.01 - Secret. Municipal Educação Cultura e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. Da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 89.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 40.783,00

Soma R\$ 169.783,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 56.546,67

33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 7.389,15

33.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Soma R\$ 104.935,82

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 280, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 280, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Abre o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente Município de Itapiranga por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 107- Transferência de Recursos do Fundeb 60%, no valor R\$ 80.100,00 (oitenta mil e cem reais) e na fonte de recurso 104 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 1.660,00 (hum mil seiscentos e sessenta reais):

03.03 - Secretaria Municipal Adm., Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.660,00

06.01 - Secretaria Municipal Educ, Cult. e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manutenção e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 49.100,00

06.02 - Secretaria Municipal Educ. Cult. e Desp. - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 281, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 281, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do município de Itapiranga:

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 7.220,00

Artigo 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação:

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil
33.90.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 7.220,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 282, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 282, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 6.149,00 (seis mil cento e quarenta e nove reais):

03.03 - Secretária Municipal da Administração, Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Ampliação de Rede de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 3.149,00

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 29 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 264/2014

Portaria nº 264 de 23 de dezembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde á servidora municipal Ana Beatriz Follmann Wermuth matrícula nº 14363/01, a partir de 23/12/2014, conforme Atestado Médico apresentado.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 23 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 265/2014

Portaria nº 265 de 30 de dezembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde á servidora municipal Liciane Pilz Vogt matrícula nº 14401/01, a partir de 30/12/2014, conforme Atestado Médico apresentado.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 30 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO Nº 180/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 180/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 180/2014, cujo objeto é a aquisição de semente de flores e outros materiais destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 14 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 30 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 181/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 181/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 181/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais esportivos, destinados para manutenção das atividades do departamento de esportes desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 14 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 30 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 182/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 182/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 182/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a reforma e manutenção dos parques infantis deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 14 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 30 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 183/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 183/2014, cujo objeto é a aquisição de peças e serviços destinados para recuperação da bomba injetora do rolo compactador MÜLLER, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 14 de janeiro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 12 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº. 146 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 146 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária do Samae, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), distribuído da seguinte forma:

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Projeto/Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(08) - Aplicações Diretas....R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0040) do Samae, creditados nas suas contas correntes.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 147 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 147 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA OS VALORES DA TABELA DE CONSUMO BÁSICO, DOS SERVIÇOS EFETUADOS PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

O Prefeito Antonio João de Fáveri, no exercício das atribuições legais emanadas da Lei Orgânica Municipal e do art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal nº. 022, de 05 de novembro de 1979:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os valores da tabela de consumo básico e dos serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, constante dos Anexos do Decreto nº. 026, de 26 de outubro de 1999.

Art. 2º. A nova tabela passa a incidir sobre o faturamento do mês de janeiro de 2015, conforme descrição abaixo:

Anexo I:

LIGAÇÃO DE ÁGUA	VALOR
Avista	R\$ 160,00
04 pagamentos	R\$ 170,00

Anexo II:

CATEGORIA	CONSUMO	VALOR
Residencial (A)	10 m³	R\$ 24,25
Comercial (B) e Poderes Públicos (C)	15 m³	R\$ 44,65
Industrial (D)	40 m³	R\$ 136,00

Consumo excedente do consumo básico:

Preços por m³ nas faixas de consumo indicada		
Categoria (A)	10 a 15 m³	R\$ 3,15
	15 a 20 m³	R\$ 4,15
	20 a 30 m³	R\$ 4,95
	30 a 40 m³	R\$ 5,20
	acima de 40 m³	R\$ 5,95
Categoria (B e C)	acima de 15 m³	R\$ 3,35
Categoria (D)	acima de 40 m³	R\$ 3,55

Anexo III:

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

VALOR

No cavalete por falta de pagamento (corte no hidrômetro)

R\$ 25,50

No cavalete com lacre violado (corte no ramal externo)

R\$ 25,50

DESLIGAÇÃO

VALOR

Por solicitação do usuário (temporário)

R\$ 17,85

Por solicitação do usuário (definitivo)

R\$ 17,85

DESLOCAMENTO DO CAVALETE

VALOR

Por solicitação do usuário (cfm. material e tempo empregado)

R\$

CUSTO POR HORA DA MÃO-DE-OBRA

VALOR

De encanador

R\$ 10,65

De auxiliar

R\$ 8,50

TAXA DE EXPEDIENTE

VALOR

Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, etc.

R\$ 1,60

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO

VALOR

Hidrômetro roubado, quebrado, danificado

Preço da última licitação

Anexo V

Multa por ligação clandestina	R\$ 385,00
Multa por violação do lacre do Hidrômetro ou Extremidades	R\$ 385,00
Multa por violação do ramal (cavalete) ou hidrômetro	R\$ 385,00

Parágrafo único. Os valores do material utilizados no conserto de ramais serão cobrados pela média do preço de custo, observado os valores obtidos em procedimento licitatório.

Art. 3º As Ligações Baixadas ou Suprimidas, terão seus valores cobrados pelo preço de Ligações de Ramais Novos.

Art. 4º A reincidência na violação do ramal (cavalete), hidrômetro, lacre ou extremidades, terá um acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da primeira violação, e sucessivamente sobre cada violação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 012/2014 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2014

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0051/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de veículos e máquinas da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2014/2015.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

- a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	FORNECEDOR	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	18,00	5.400,00
2	150,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	2.550,00

3	30,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	22,00	660,00
4	50,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	30,00	1.500,00
5	180,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	16,90	3.042,00

6	60,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00
7	60,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00
8	100,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	31,50	3.150,00
9	40,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	19,50	780,00
10	20,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	18,50	370,00
11	20,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	19,50	390,00
12	20,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCIHI	32,00	640,00
13	100,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	31,00	3.100,00
14	80,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	50,00	4.000,00
15	90,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	3.240,00
16	50,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	39,50	1.975,00
17	200,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	15.800,00
18	100,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	8.000,00
19	40,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	65,00	2.600,00

20	60,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	36,00	2.160,00
21	150,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	68,50	10.275,00
22	90,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	87,50	7.875,00
23	60,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	2.160,00
24	30,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	2.370,00
25	20,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	1.600,00
26	20,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	68,50	1.370,00
27	15,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	540,00
28	60,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,50	4.770,00
29	40,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	3.200,00
30	40,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	67,00	2.680,00
31	40,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	1.440,00
32	150,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	23,90	3.585,00
33	200,00	SV	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	23,90	4.780,00
34	100,00	SV	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	MIRANDA & MIRANDA C DE PEC E SERV EM MEC PES LTDA	64,00	6.400,00
35	100,00	SV	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	32,90	3.290,00

36	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	35,00	3.500,00
37	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	38,00	3.800,00
38	50,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	38,00	1.900,00
39	20,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCIHI	34,00	680,00
Total						127.612,00

1.3 O regime da execução do contrato é indireta - empreitada por preço unitário.

1.4 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.5 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5.3 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.5.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0051/2014 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEICULOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

a) nome, código do fabricante do veículo e quantidade de peças;

b) número de horas dos serviços a serem executados;

c) prazo para realização dos serviços;

d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após veículos estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

a) 3 (três) mil quilômetros para serviços prestados;

b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão; e

c) 3 (três) mil quilômetros para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a. O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

b. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

a) Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

c. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

d. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

e. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

- a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);
- d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;
- e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
 - b) Multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
 - c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 30 de dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeira

Equipe de Apoio

Mônica Saraiva Romani Graciele P. Bordin da Rosa

Representantes das empresas:

Edson Eger
AUTO VOLKS LTDA - ME

Raul de Miranda
MIRANDA & MIRANDA C.DE PEÇ E SERV.EM MEC.PES LTDA

Algeu Dorlizeti Rodrigues Fabricio
 RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA - ME

Neusa Angelina Vila Lobus
 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Varmo Spier
 MECANICA SPIER LTDA - ME

Luiz Carlos Ferreira Brandão
 BRANDÃO MOTOS PEÇAS LTDA - ME

Cesar Augusto Silochi
 CESAR AUGUSTO SILOCHI - ME

PORTARIA JHL 288/2014

PORTARIA SIMAE JHL 288/2014
 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, Diretora Presidente do SI-
 MAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval
 D'Oeste e Luzerna SC., no uso de suas atribuições legais, e com
 base no Artigo 34 da LC 193/10,

RESOLVE:

1) Reajustar os valores das diárias da Autarquia, de acordo com
 a Tabela anexa;

2) Para as concessões de diárias, deverão ser seguidas as normas
 estabelecidas na Resolução JHL 005/2010.

3) Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Joaçaba - SC., 30 de Dezembro de 2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente
 TABELA COM VALORES DE DIÁRIAS

Anexo da Portaria SIMAE JHL 288/2014 de 30.12.2014:

Reajustado a partir de 01/01/2015 em 23,19% - média da varia-
 ção dos indicadores: INPC(IBGE) - IGPM(FGV) - IPC(FIPE) refe-
 rente período de dezembro//10 à outubro/14 conforme demons-
 tração em anexo.

CLASSI- FICAÇÃO DO CARGO	DIÁRIA NORMAL	DIÁRIAS ACRESCIDAS DE:				
		50%	70%	80%	90%	160%
Fun- ção de Direção e Assesso- ramento	270,53	405,79	459,89	486,95	514,00	703,37
Fun- ção de Gerência e demais cargos	225,50	338,26	383,35	405,90	428,45	586,30

Observações:

1 - Nos deslocamento para as cidades abaixo, o valor da diária
 normal será acrescido da importância correspondente a:
 - 160% - Viagem Internacional.
 - 90% - Brasília-DF, Manaus-AM.
 - 80% - São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Belo Horizon-
 te-MG, Porto Alegre-RS
 Belem-PA e Salvador-BA.
 - 70% - Deslocamento para as demais capitais dos Estados.
 - 50% - Deslocamentos para as cidades com mais de 150.000
 habitantes.

2 - Em caso de viagem aérea, será concedido um adicional equiva-
 lente R\$ 216,42 destinados a cobrir despesas de diária de estacio-
 namento, deslocamento até o local de embarque e do desembar-
 que ao local de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

Elisabet Maria Zanela Sartori
 Diretora Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 171/2014

DECRETO Nº 171/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

01.01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

DOTAÇÃO 01

3.1.90.00.00.0000 - Aplicação Direta R\$ 60.000,00

Total: R\$ 60.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

01.01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

DOTAÇÃO 03

4.4.90.00.00.0000 - Aplicação Direta R\$ 60.000,00

Total: R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

DECRETO Nº 172/2014

DECRETO Nº 172/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito

suplementar no valor de R\$ 215.000,00 (Duzentos e Quinze Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 28

3.1.90.00.00.0018 - Aplicação Direta R\$ 215.000,00

T O T A L R\$ 215.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 31

3.3.90.00.00.0018 - Aplicação Direta R\$ 215.000,00

T O T A L R\$ 215.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 386/2014

PORTARIA Nº 386/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.90, e Lei Municipal nº 968/96, de 18 de abril de 1996 combinado com a Lei Municipal 1.378/2006, de 14 de Junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a jornada de trabalho da Conselheira Tutelar MARIA ALICE MENDES MACHADO, para exercer a carga horária de 27 (vinte e sete) horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 387/2014

PORTARIA Nº 387/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.90, e Lei Municipal nº 968/96, de 18 de abril de 1996 combinado com a Lei Municipal 1.378/2006, de 14 de Junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a jornada de trabalho da Conselheira Tutelar LUZIA TARTARE, para exercer a carga horária de 27 (vinte e sete) horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 388/2014

PORTARIA Nº 388/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.90, e Lei Municipal nº 968/96, de 18 de abril de 1996 combinado com a Lei Municipal 1.378/2006, de 14 de Junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a jornada de trabalho da Conselheira Tutelar PATRÍCIA MEDEIROS ANSELMO, para exercer a carga horária de 27 (vinte e sete) horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 389/2014

PORTARIA Nº 389/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.90, e Lei Municipal nº 968/96, de 18 de abril de 1996 combinado com a Lei Municipal 1.378/2006, de 14 de Junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a jornada de trabalho da Conselheira Tutelar JESIANE VIEIRA, para exercer a carga horária de 27 (vinte e sete) horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 390/2014

PORTARIA Nº 390/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR, CÁSSIO DE MEDEIROS, Carpinteiro, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 391/2014

PORTARIA Nº 391/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho de MORGANA HEIZEN, em Caráter Temporário, pelo período de 20 de Agosto de 2014 a 23 de Setembro de 2014, sendo 20 (vinte) horas em substituição à funcionária Cinara dos Santos na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20/08/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 392/2014

PORTARIA Nº 392/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 89 incisos VI, VIII e II letras "a" e "b", respectivamente, da Lei Orgânica Municipal combinado com Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR, requerimento da servidora pública GISELE MARIOT, Auxiliar Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, que solicita redução da carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas, com a consequente redução salarial na mesma proporção, conforme preceitua a Lei Municipal nº 1.145/2001.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 18/08/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 393/2014

PORTARIA Nº 393/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público e/ou Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GILSONIL PASSOS ELIAS, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Agosto de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 394/2014

PORTARIA Nº 394/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público e/ou Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROMÁRIO TEIXEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Agosto de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até

a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 395/2014

PORTARIA Nº 395/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público e/ou Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RODIMAR MARCILIO ALVES, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Agosto de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE AGOSTO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 396/2014

PORTARIANº 396/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, KARINI CARDOSO, Professora I de Educação Infantil, contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 397/2014

PORTARIANº 397/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, CAROLINE MARIA ALVES, Professora I de Educação Infantil, contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 398/2014

PORTARIA Nº 398/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.09.2014 a 01.09.2016, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, SILVIA MARIA PIUCO, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 399/2014

PORTARIA Nº 399/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.126/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.09.2014 a 31.08.2016, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, TERESINHA DA CONCEIÇÃO, ocupante do cargo de Servente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 400/2014

PORTARIA Nº 400/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a jornada de trabalho da Professora LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO, Professora de Inglês, referência - Professor I MAG ST 1A, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral em

substituição a funcionária Danielly Spricigo da Silva pelo período de 05 de Agosto de 2014 a 19 de Dezembro de 2014 e 10 (dez) horas em vaga excedente na Escola Municipal Hilário Pescador período de 17 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/09/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE SETEMBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelo departamento de licitações e contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, por força de decisão judicial autos nº 242.08.000747-3, para prestação de serviços de internamento de longa permanência a munícipe idoso, interditado judicialmente.

CONTRATADA: Associação Núcleo de Profissionais Amigos dos Idosos - NUPAI

VALOR MENSAL: R\$ 1.576,00 (um mil quinhentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Lindóia do Sul, SC, 30 de dezembro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 1974

DECRETO Nº 1974 de 30 de dezembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 5.100,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 5.100,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1975

DECRETO Nº 1975 de 30 de dezembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação R\$ 5.900,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação R\$ 5.900,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de dezembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 146/2014 - IL 010/2014 - CREDENCIAMENTO MÉDICO GINECOLOGISTA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2014

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 146/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento
- Objeto: Credenciar prestadores de serviços de saúde interessados em firmar contrato com o Município de Luzerna, visando à prestação de serviços de saúde, conforme especialidades e localidade definida no Anexo I, com a finalidade de prestar atendimento aos munícipes do MUNICÍPIO, em conformidade com a Tabela de Honorários e serviços para a área de saúde do Município de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* JONATHAS DEON

Luzerna (SC), 23 de dezembro de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 134/2014 - PP 087/2014- COMBUSTÍVEIS; LAVAGENS E ÓLEOS LUBRIFICANTES- PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 143/2014 - PML
Pregão Presencial nº 087/2014 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 143/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o fornecimento de combustíveis, óleo lubrificante e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* AUTO POSTO LUZERNA LTDA

* GUSTAVO RAHMEIER – ME

* LUZERNA AUTO PEÇAS LTDA ME

* MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

* REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

- Valor total: R\$ 990.369,20

Luzerna (SC), 23 de dezembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA 143/14

PORTARIA Nº 143/14 de 23 de dezembro de 2014.

“ATRIBUI ADICIONAL A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, adicional por grau de instrução superior à exigida para o ingresso no seu emprego no serviço público municipal, a ser concedido no percentual especificado sobre o vencimento base do seu emprego público de provimento efetivo, nos termos do art.39, inciso VIII, §§ 1º e 2º, alíneas “a”, “b”, e “c”, da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores:

Nome do Servidor	Emprego público	Percentual
Daiana Dahmer	Auxiliar de Sala, Classe “A”	15% (Pós-Graduação - Especialização)
Elisiane Warken	Auxiliar de Sala, Classe “A”	10% (Graduação)
Fabiana Finger	Instrutora de Atividade Física, Classe “A”	15% (Pós-Graduação - Especialização)
Lucélia Severo de Oliveira Silva	Auxiliar de Serviços Gerais, Classe “E”	05% (Ensino Médio)

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 144/14

PORTARIA Nº 144/14 de 29b de dezembro de 2014.

"ELEVA A CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ELEVAR a Categoria Funcional dos Professores abaixo relacionados, pela comprovação de nova habilitação profissional, conforme dispõe os art.s 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores:

Nome do Professor	Categoria Funcional Atual	Categoria Funcional Nova
INGRID BUCHWEITZ STOBBE	Professora II, "F"	Professora III, "E"
ELIETE ADRIANA CASANOVA TEDESCO	Professora II, "A"	Professora III, "B"
FÁTIMA APARECIDA PINHEIRO	Professora II, "A"	Professora III, "B"
LEONICE MARIA GRAEF DE SOUZA	Professora II, "A"	Professora III, "B"
LICIANE DE FÁTIMA TELLES	Professora II, "A"	Professora III, "B"
MARIA GILDA MARQUEZI CAVALLERI	Professora II, "A"	Professora III, "B"
NILZI TEREZINHA SCHMITZ GUGEL	Professora II, "A"	Professora III, "B"
RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	Professora II, "A"	Professora III, "B"
SOELI APARECIDA DA COSTA DE OLIVEIRA	Professora II, "A"	Professora III, "B"
VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES	Professor II, "A"	Professor III, "B"

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 145/14

PORTARIA Nº 145/14 de 29 de dezembro de 2014.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER os Professores abaixo relacionados pela comprovação da participação em cursos, com fulcro no art. 21, inciso I e art.s 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores:

Nome do Professor	Classe Atual	Nova Classe
ALEXANDER ROVER	"D"	"E"
CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI	"C"	"D"
DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING	"D"	"E"
FRANCIELE IARA DIESEL	"D"	"E"

LEOBERTO RICARDO GRIGOLLO	"C"	"D"
LUCIANA PRONER CANALLE	"D"	"E"
SABRINA ROVER	"B"	"C"

§1º- A alteração de classe não implica em alteração em nível, permanecendo os professores promovidos no mesmo nível da categoria funcional que se encontram.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 146

PORTARIA Nº 146/14 de 29 de dezembro de 2014.

"INSTITUI GRUPO DE TRABALHO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LUZERNA, NOMEIA SEUS MEMBROS NA FORMA QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 9º da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º- Fica instituído GRUPO DE TRABALHO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LUZERNA, que contará com 01 (um) representante de cada Secretária, 01 (um) representante da Assessoria Jurídica e 01 (um) representante do Setor de Desenvolvimento Humano.

Art.2º- O GRUPO DE TRABALHO instituído no Art. 1º desta Portaria, contará com a seguinte composição:

Representante da Secretaria de Fazenda e Administração
ANGELO BRANDALISE JÚNIOR
Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
ALESSANDRA DAROS NUNES
Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
ADRIANA ELISABETH BIER
Representantes da Secretaria de Obras e Serviços
ALEXANDRE COLUSSO
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
RÉGIS VALTER WEISER
Representante da Assessoria Jurídica
KÁTIA IOLANDA DEUERLING
Representante do Setor de Desenvolvimento Humano
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 29/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 29/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.178,79
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.178,79
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.178,79
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	3.107,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.071,52

Luzerna, 30/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Massaranduba

PREFEITURA

CO 3/2014 - AD3/1 - CXA ECONOMICA 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (3/1) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 3/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A EMPRESA CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a EMPRESA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, estabelecido na Rua 11 de Novembro, 3156, Bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor SIMONI VIEIRA BASTOS, Gerente Geral, inscrito no CPF sob o nº 003.916.379-24, portador da Carteira de Identidade nº. 3.636.650- SSP/SC, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 87/2013, do Edital de Chamamento Público nº. 05/2013-PMM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CREDENCIADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CREDENCIADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato entre a PREFEITURA DE MASSARANDUBA e a CAIXA ECONOMICA FEDERAL será prorrogado, tendo como início dia 01 de janeiro de 2015, findando em 31 de dezembro de 2015. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TARIFAS

3.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a CONTRATANTE pagará a CREDENCIADA os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,91	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,59	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,96	Por documento recebido na internet bank

04	R\$ 1,06	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,06	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,85	Débito automático
07	R\$ 1,27	Fone fácil

Parágrafo Único - O índice utilizado para reajuste foi de 6,33% (seis vírgula trinta e três pontos percentuais) - INPC acumulado entre dezembro/2013 a novembro/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2013, INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 5/2013 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CREDENCIADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 26 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
MÁRIO FERNANDO REINKE	SIMONI VIEIRA BASTOS CPF 003.916.379-24
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome: CIRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	Nome: ADIMA ODAIR RANGHETTI CPF: 946.674.979-04
--	--

CO 4/2014 - AD4/1 - BRADESCO 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (4/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 4/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E O BANCO BRADESCO S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO BRADESCO S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, estabelecido na Rua Cidade de Deus, s/n, Bairro Centro, Município de Osasco, Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelos Senhores EMERSON CATANI, CPF 131.903.608-20, RG 21167862 e JORGE LUIS CARDOUZO, CPF 481.633.769-53, RG 1.420.292, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 87/2013, do Edital de Chamamento Público nº. 5/2013-PMM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais.

DAS ALTERAÇÕES**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O contrato entre a PREFEITURA DE MASSARANDUBA e o BANCO BRADESCO S.A será prorrogado, tendo como início dia 01 de janeiro de 2015, findando em 31 de dezembro de 2015. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TARIFAS

3.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a CONTRATANTE pagará a CREDENCIADA os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,91	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,59	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,96	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,06	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,06	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,85	Débito automático
07	R\$ 1,27	Fone fácil

Parágrafo Único - O índice utilizado para reajuste foi de 6,33% (seis vírgula trinta e três pontos percentuais) - INPC acumulado entre dezembro/2013 a novembro/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2013, INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 5/2013 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CREDENCIADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 26 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Contratante

BANCO BRADESCO S.A	BANCO BRADESCO S.A
EMERSON CATANI	JORGE LUIS CARDOUZO
Credenciada	Credenciada

Testemunhas:

Nome: CIRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	Nome: ADIMA ODAIR RANGHETTI CPF: 946.674.979-04
--	--

CO 40.2014 AD40.3 - PRAZO - VICTOR BRAMORSKI T3 - PAVIPLAN

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 40/2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 40/3

Processo Licitatório nº. 43/2014

Tomada de Preços O. S. Engª. nº.4/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA VICTOR BRAMORSKI - TRECHO 3, fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 01 de Janeiro de 2015, findando em 31 de Março de 2015.

Massaranduba, 26 de Dezembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 5/2014 - AD 5/1 - CECRED 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (5/1) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 5/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED, inscrita no CNPJ sob o no 05.463.212/0001-29, estabelecido na Rua Frei Estanislau Shaette, 1201, Bairro Água Verde, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelos Senhores IVO JOSÉ BRACHT, Diretor Executivo, inscrito no CPF sob o no 469.162.459-72, portador da Carteira de Identidade no 1.413.220-6 - SSP/SC, e MOACIR KRAMBECK, Presidente, inscrito no CPF sob o no 004.842.459-53, portador da Carteira de Identidade no 105.515-1 - SSI/SC, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 87/2013, do Edital de Chamamento Público nº. 5/2013-PM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CREDENCIADA declara que tomou

pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CREDENCIADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato entre a PREFEITURA DE MASSARANDUBA e a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED será prorrogado, tendo como início dia 01 de janeiro de 2015, findando em 31 de dezembro de 2015. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TARIFAS

3.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a CONTRATANTE pagará a CREDENCIADA os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,91	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,59	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,96	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,06	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,06	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,85	Débito automático
07	R\$ 1,27	Fone fácil

Parágrafo Único - O índice utilizado para reajuste foi de 6,33% (seis vírgula trinta e três pontos percentuais) - INPC acumulado entre dezembro/2013 a novembro/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2013, INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 5/2013 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CREDENCIADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 26 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Contratante

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED IVO JOSÉ BRACHT	COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED MOACIR KRAMBECK
CPF: 469.162.459-72	CPF: 004.842.459-53
Contratada	Contratada

Testemunhas:

Nome: CIRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	Nome: ADIMA ODAIR RANGHETTI CPF: 946.674.979-04
--	--

CO 6/2014 - AD6/1 - SICREDI 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (6/1) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 6/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E O BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 01.181.521/0001-55, estabelecido na Avenida Assis Brasil, 3940, Bairro Passo de Areia, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominado simplesmente de CREDENCIADO, neste ato representada pelos Senhores MILTON CESAR DE GOES, CPF 709.117.384-87 e EDUARDO GODOI CORREA, CPF nº. 174.390.738-94, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 87/2013, do Edital de Chamamento Público nº. 5/2013-PMM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CREDENCIADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CREDENCIADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato entre a PREFEITURA DE MASSARANDUBA e o BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A, será prorrogado, tendo como início dia 01 de janeiro de 2015, findando em 31 de dezembro de 2015. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TARIFAS

3.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a CONTRATANTE pagará a CREDENCIADA os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,91	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,59	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,96	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,06	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,06	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,85	Débito automático
07	R\$ 1,27	Fone fácil

Parágrafo Único - O índice utilizado para reajuste foi de 6,33% (seis vírgula trinta e três pontos percentuais) - INPC acumulado entre dezembro/2013 a novembro/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2013, INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 5/2013 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CREDENCIADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 26 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
MÁRIO FERNANDO REINKE	
Contratante	
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A
MILTON CESAR DE GOES	EDUARDO GODOI CORREA
CPF 709.117.384-87	CPF nº. 174.390.738-94
Contratada	Contratada

Testemunhas:

Nome: CIRIO MARTINI	Nome: ADIMA ODAIR RANGHETTI
CPF: 452.293.509-97	CPF: 946.674.979-04

CO 7/2014 - AD 7/1 - B. BRASIL 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (7/1) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 7/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E O BANCO DO BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO DO BRASIL S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0075-28, estabelecido na Rua 11 de Novembro, 360, Bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CREDENCIADO, neste ato representada pelo Senhor MARCELO LORENSETTI PASTORE, CPF nº. 041.831.029-79, RG nº. 3.691.132-1, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 87/2013, do Edital de Chamamento Público nº. 5/2013-PMM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CREDENCIADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CREDENCIADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato entre a PREFEITURA DE MASSARANDUBA e o BANCO DO BRASIL S.A, será prorrogado, tendo como início dia 01 de janeiro de 2015, findando em 31 de dezembro de 2015. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TARIFAS

3.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a CONTRATANTE pagará a CREDENCIADA os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,91	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,59	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,96	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,06	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,06	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,85	Débito automático
07	R\$ 1,27	Fone fácil

Parágrafo Único - O índice utilizado para reajuste foi de 6,33% (seis vírgula trinta e três pontos percentuais) - INPC acumulado entre dezembro/2013 a novembro/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2013, INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 5/2013 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CREDENCIADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 26 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Contratante

BANCO DO BRASIL S.A
MARCELO LORENSETTI PASTORE
CPF nº. 041.831.029-79
Contratada

Testemunhas:

Nome: CIRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	Nome: ADIMA ODAIR RANGHETTI CPF: 946.674.979-04
--	--

Nova Trento**SAMAE - NOVA TRENTO****CONTRATO_00027_2014_PROJETOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: SANEAN- ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ:02.006.656/0001-47

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 4/2014

Número do Contrato ou Aditivo: 000027/2014

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto:

Elaboração de projeto básico de nova captação de água para o sistema de abastecimento de água da Claraíba, fazendo parte o projeto de uma barragem de nível em concreto e adutora de água bruta desde a barragem até a Estação de Tratamento de Água que esta sendo construída ao lado da existente.

Elaboração de projeto para substituição de rede coletora da rua Santo Inácio, Rua Marechal Deodoro e parte da Rua Coronel Henrique Boateux.

Data da Assinatura: 12/12/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2014

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho: 15.01 17.512.0004.1.009.4.4.90.00.00.00.00.00

Número do Empenho:

Valor: 13.600,00

Forma de Pagamento: 5º DIA APÓS ENTREGA NF CFME EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: DEZEMBRO/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2014-DL

Processo Administrativo: 18/2014

Processo de Licitação: 18/2014

Data do processo: 12/12/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DP 04/2014

O(a) Diretor Samae, CARLOS TARCISIO BATTISTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do

parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01- HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2014
- b) Licitação Nr.: 4/2014-DL
- c) Modalidade Nr.: Dispensa de licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
- d) Data Homologação: 12/12/2014
- e) Objeto da Licitação: Elaboração de projeto básico de nova captação de água para o sistema de abastecimento de água da claraíba, fazendo parte o projeto de uma barragem de nível em concreto e adutora de água bruta desde a barragem até a Estação de Tratamento de Água que esta sendo construída ao lado da existente.

Elaboração de projeto para substituição de rede coletora da rua Santo Inácio, Rua Marechal Deodoro e parte da Rua Coronel Henrique Boateux.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe.cotação): Qtde Descto Total dos Itens
006255- SANEAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA 01 0,000
R\$ 13.600,00

Nova Trento, 12 de Dezembro de 2014.

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO_2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	91.251,22	Despesa Orçamentária	112.434,11
RECEITA PATRIMONIAL	2.567,68	Despesas exceto Intra-orçamentárias	108.951,17
RECEITA DE SERVIÇOS	88.085,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.390,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	598,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.783,19
		INVESTIMENTOS	32.777,49
		Despesas Intra-orçamentárias	3.482,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.482,94
Receita Extra - Orçamentária	119.423,14	Despesa Extra - Orçamentária	115.881,97
DEPÓSITOS	6.989,03	DEPÓSITOS	6.709,07
CONSIGNAÇÕES	4.720,68	CONSIGNAÇÕES	4.358,72
PREVIDÊNCIA SOCIAL	960,45	PREVIDÊNCIA SOCIAL	960,45
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.654,82	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.656,79
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	2.105,41	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	1.741,48
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.268,35	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.350,35
DEPÓSITOS A TRANSFERIR	1.839,00	DEPÓSITOS A TRANSFERIR	1.921,00
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	429,35	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	429,35
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	112.434,11	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	109.172,90
OBRIGAÇÕES A PAGAR	112.434,11	OBRIGAÇÕES A PAGAR	109.172,90
FORNECEDORES	77.494,23	FORNECEDORES	74.233,02
PESSOAL A PAGAR	28.686,07	PESSOAL A PAGAR	28.686,07
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.187,36	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.187,36
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.066,45	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.066,45
Saldos anteriores	351.027,09	Saldos atuais	333.385,37
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	351.027,09	BANCO C/ MOVIMENTO	333.385,37
caixa geral	0,00	caixa geral	0,00
CAIXA GERAL	0,00	CAIXA GERAL	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	561.701,45	Total	561.701,45

NOVA TRENTO , 30/12/2014

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR SAMAEMARIA DE LOURDES ROVER
TEC. CONTABILIDADE CRC SC /026889/O-2

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NOVEMBRO_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

Betha Sistemas

Novembro/2014

Página: 1

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta, Indireta e Fundacional

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
Entidade: SAMAE NOVA TRENTO									
	15 SERV.AUT.DE AGUA E ESGOTO		1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	15.01 SERV.AUT.DE AGUA E ESGOTO		1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	1501.17 Saneamento		1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	1501.17.122 Administração Geral		386.000,00	3.006,99	334.324,05	51.675,95	28.662,90	287.421,59	46.902,46
	1501.17.122.0004 Saúde para todos		386.000,00	3.006,99	334.324,05	51.675,95	28.662,90	287.421,59	46.902,46
	17.122.0004.2.034 Administração do SAMAE		386.000,00	3.006,99	334.324,05	51.675,95	28.662,90	287.421,59	46.902,46
1	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	15.493,58	175.766,61	24.233,39
2	3.1.91.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-...	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00	1.796,65	20.055,81	3.944,19
3	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	41.981,35	18,65	3.183,36	37.967,90	4.013,45
13	3.3.90.00.00.00.00.00.06.0036	Aplicacoes Diretas	100.000,00	3.006,99	62.109,30	37.890,70	8.189,31	47.397,87	14.711,43
4	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	6.233,40	13.766,60	0,00	6.233,40	0,00
1501.17.512 Saneamento Básico Urbano									
	1501.17.512.0004 Saúde para todos		984.585,85	38.616,83	892.017,38	92.568,47	82.704,76	696.672,59	195.344,79
	1501.17.512.0004 Saúde para todos		984.585,85	38.616,83	892.017,38	92.568,47	82.704,76	696.672,59	195.344,79
17.512.0004.1.009 Ampl. e Melhorior da Rede de Dis									
	17.512.0004.1.009 Ampl. e Melhorior da Rede de Dis		255.000,00	0,00	224.288,72	30.711,28	33.572,42	174.492,53	49.796,19
5	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	37.810,72	2.189,28	794,93	33.697,14	4.113,58
6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	215.000,00	0,00	186.478,00	28.522,00	32.777,49	140.795,39	45.682,61
17.512.0004.2.035 Captação, Tratamento e Distribu									
	17.512.0004.2.035 Captação, Tratamento e Distribu		729.585,85	38.616,83	667.728,66	61.857,19	49.132,34	522.180,06	145.548,60
7	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	182.000,00	0,00	182.000,00	0,00	14.896,91	134.763,28	47.236,72
8	3.1.91.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-...	35.000,00	0,00	20.000,00	15.000,00	1.686,29	19.652,20	347,80
10	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	277.000,00	0,00	276.961,57	38,43	22.523,86	213.169,42	63.792,15
9	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0081	Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	1.576,20	21.847,60	3.152,40
14	3.3.90.00.00.00.00.00.06.0036	Aplicacoes Diretas	181.585,85	38.616,83	141.960,29	39.679,56	8.449,08	110.886,76	31.019,53
11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0036	Aplicacoes Diretas	29.000,00	0,00	21.860,80	7.139,20	0,00	21.860,80	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Novembro/2014
Página: 2

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
12	Entidade: SAMAE NOVA TRENTO							
	15 SERV.AUT.DE AGUA E ESGOT(1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	15.01 SERV.AUT.DE AGUA E ESGOT(1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	1501.17 Saneamento	1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
	1501.17.845 Outras Transferências	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	1.066,45	11.516,41	483,59
	1501.17.845.0004 Saúde para todos	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	1.066,45	11.516,41	483,59
	17.845.0004.2.036 Contribuição ao PASEP	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	1.066,45	11.516,41	483,59
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0036 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	1.066,45	11.516,41	483,59	
Total da Entidade:		1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84
Total Geral:		1.382.585,85	41.623,82	1.238.341,43	144.244,42	112.434,11	995.610,59	242.730,84

RECEITAS REALIZADAS NOVEMBRO_2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

SAMAE NOVA TRENTO

Exercício de 2014

Novembro

Receitas Realizadas - Execução do Orçamento (Artigo 2º, Inciso XII da L.N. nº 028/1999)
Administração Direta

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	91.251,22	1.132.826,98
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		91.251,22	1.132.826,98
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		2.567,68	27.892,55
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		2.567,68	27.892,55
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		2.567,68	27.892,55
1.3.2.5.01.00.00.00.00 RDB de Recursos Vinculados		2.567,68	27.892,55
1.3.2.5.01.17.00.00.00 RDB de Recursos do SAMAE	00.02.0081	2.567,68	27.892,55
1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		88.085,34	1.073.511,37
1.6.0.0.41.00.00.00.00 Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água		87.979,62	1.069.047,23
1.6.0.0.41.01.00.00.00 Distribuição de Água - Residencial	00.02.0036	69.459,74	829.257,22
1.6.0.0.41.02.00.00.00 Distribuição de Água - Industrial	00.02.0036	2.551,16	29.759,38
1.6.0.0.41.03.00.00.00 Distribuição de Água - Comercial	00.02.0036	15.482,59	204.897,44
1.6.0.0.41.04.00.00.00 Distribuição de Água - Público	00.02.0036	486,13	5.133,19
1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços		105,72	4.464,14
1.6.0.0.99.02.00.00.00 Serviços de Religação E Desligamento de Água	00.02.0036	105,72	4.464,14
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		598,20	31.423,06
1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		598,20	7.598,03
1.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas		598,20	7.598,03
1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora		598,20	7.598,03
1.9.1.8.99.01.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora - SAMAE	00.02.0036	598,20	7.598,03
1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA		0,00	22.836,03
1.9.3.2.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa não tributária		0,00	22.836,03
1.9.3.2.99.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.		0,00	22.836,03
1.9.3.2.99.01.00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	00.02.0036	0,00	22.836,03
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		0,00	989,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	00.02.0036	0,00	989,00
Receita Extra Orçamentária	Recurso	6.989,03	62.876,25
21507 INSS.	00.01.0000	715,82	8.329,78
21508 INSS RETIDO FORNECEDOR	00.01.0000	244,63	2.327,68
21510 RETENÇÃO DE ISS- PREFEITURA	00.01.0000	1.654,82	5.257,09
21511 FUNDO DE PREVIDENCIA -IPREVENT	00.01.0000	2.105,41	20.266,78
21513 CONVENIO APAE-NOVA TRENTO.	00.01.0000	1.499,00	17.360,50
21514 CONTRIBUICAO SINDICAL	00.01.0000	0,00	802,43
21516 CONVENIO BANDA MUSICAL NT.	00.01.0000	340,00	4.051,96
37289 IMPOSTO DE RENDA RETIDO -IR	00.01.0000	429,35	4.480,03
Total Geral :		98.240,25	1.195.703,23

RELATÓRIO DE PROCESSAMENTO NOVEMBRO_2014**Relatório de Processamento**

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
Município: NOVA TRENTO

Mês/Ano : Novembro/2014

Tarifa mínima

Água : 19,49

Esgoto : 0,00

Demonstrativo financeiro

Receitas Correntes	No mês	No ano
1.3.2.5.01.17.00.00.00 RDB de Recursos do SAMAE	2.567,68	27.892,55
1.6.0.0.41.01.00.00.00 Distribuição de Água - Residencial	69.459,74	829.257,22
1.6.0.0.41.02.00.00.00 Distribuição de Água - Industrial	2.551,16	29.759,38
1.6.0.0.41.03.00.00.00 Distribuição de Água - Comercial	15.482,59	204.897,44
1.6.0.0.41.04.00.00.00 Distribuição de Água - Público	486,13	5.133,19
1.6.0.0.99.02.00.00.00 Serviços de Religação E Desligamento de Água	105,72	4.464,14
1.9.1.8.99.01.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora - SAMAE	598,20	7.598,03
1.9.3.2.99.01.00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	0,00	22.836,03
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0,00	989,00
Total :	91.251,22	1.132.826,98
Despesas Correntes		
Despesas com Pessoal		
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicacoes Diretas	0,00	382.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	44.000,00
Subtotal :	0,00	426.000,00
Aplicações Diretas		
SERV.AUT.DE AGUA E ESGOTO DE NOVA TRENTO		
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicacoes Diretas	41.623,82	597.769,23
Subtotal :	41.623,82	597.769,23
Juros e encargo da dívida	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00
Subtotal :	0,00	0,00
Total :	41.623,82	1.023.769,23
Saldo Corrente :	49.627,40	109.057,75
Despesas de Capital		
SERV.AUT.DE AGUA E ESGOTO DE NOVA TRENTO - SAMAE.		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicacoes Diretas	0,00	214.572,20
Total :	0,00	214.572,20
Saldo Líquido:	49.627,40	-105.514,45

Disponibilidade

Banco conta movimento 333.385,37

Subtotal : 333.385,37

Realizável

Contas a receber 6.580,23

Dívida ativa 301.887,80

Subtotal : 308.468,03

Total : 641.853,40

Obrigações imediatas

Depósitos de diversas origens -7.210,20

Despesa empenhada a pagar -5.272,46

Restos a pagar -9.925,72

Subtotal : -22.408,38

Total : -22.408,38

Saldo Livre : 619.445,02

Relatório de Processamento

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
Município: NOVA TRENTO

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita faturada	
Tarifas de água e esgoto :	1.500,00
Despesa energia elétrica	
Água e esgoto :	4.463,33

NOVA TRENTO , 30/12/2014

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER
TEC. CONTABILIDADE CRC SC /026889/O-2

RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ART. 165**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

6 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2014	Bimestre Nov/Dez/2014	Total até Dez/2014
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	25.324,87	2.567,68	27.892,55
RECEITA DE SERVIÇOS	1.090.000,00	985.426,03	194.492,66	1.179.918,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.000,00	30.824,86	1.472,85	32.297,71
TOTAL DA RECEITA :	1.142.000,00	1.041.575,76	198.533,19	1.240.108,95
DESPESAS				
Entidade: SAMAE NOVA TRENTO				
SERV.AUT.DE AGUA E ESGOTO DE NOVA TRENTO - SAI	1.142.000,00	1.196.717,61	115.081,44	1.311.799,05
Total da Entidade:	1.142.000,00	1.196.717,61	115.081,44	1.311.799,05
TOTAL DA DESPESA :	1.142.000,00	1.196.717,61	115.081,44	1.311.799,05

NOVA TRENTO , 30/12/2014

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER
TEC. CONTABILIDADE CRC SC /026889/O-2

TERMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NOVEMBRO_2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO**

Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Betha Sistemas
Mês de Novembro de 2014

Ao(s) Trinta dias do mês de Novembro de 2014, a(o) SAMAE NOVA TRENTO procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

Código	Conta	Título da Conta	Fonte	Agência	Banco	Saldo Ant.	Débitos	Créditos	Saldo Atu.
Outros									
37290	200-3	BANCO DO BRADESCO CTA C/ Nº 1.0000	6226-0	BANCO BRADESCO		972,68	3.296,62	137,39	4.131,91
21459	8.366-6	BCO BRASIL S/A. - SAMAE c/nº 8.366-6	2356-6	BANCO DO BRASIL		337.957,26	25.933,22	108.095,90	255.794,58
42984	551-2	CAIXA ECONOMICA FEDERAL C/C 1.0000	3533	CAIXA ECONOMICA FE		10.347,70	52.832,85	12.664,11	50.516,44
21463	5055-5	SICOOB SC.-TRENTOCREDI c/nº 1.0000	3242	BANCO COOPERATIV		1.749,45	22.586,94	1.393,95	22.942,44
Total Outros:						351.027,09	104.649,63	122.291,35	333.385,37
TOTAL GERAL:						351.027,09	104.649,63	122.291,35	333.385,37

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 333.385,37 (trezentos e trinta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

Resumo das Fontes de Recurso

Aplicação	Valor Estimado
Entidade: 1 - SAMAE NOVA TRENTO	
00.01.0000 Recursos Ordinários	333.385,37
Total da Entidade:	333.385,37
Total da Geral:	333.385,37

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL Nº 078/2014 - CV Nº 020/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 078/2014

CONVITE Nº 020/2014

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O município de Novo Horizonte/SC, torna público que no dia 30/12/2014, no horário marcado para início da sessão pública referente ao Processo Licitatório Nº 078/2014- CONVITE Nº 020/2014-, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CARRETA AGRÍCOLA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 TONELADAS, PARA USO NO PROGRAMA DE SILAGEM DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos, que não houve nenhum interesse de licitantes em participar do certame, sendo o Processo Licitatório nº 078/2014 - Convite nº 020/2014 declarado DESERTO.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Dezembro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PL FMS Nº 018.2014 - PR Nº 012.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 018/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 012/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 012/2014, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE PARA O EXERCÍCIO DE 2015, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 30/12/2014 às 14:00 hs, que teve como única participante a empresa FELIPE B. BOTTEGA ME. Sendo que a mesma foi vencedora dos itens 01 a 03 com o valor global final de 54.235,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial FMS Nº 012/2014.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Dezembro de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PL Nº 075.2014 - PR Nº 038.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 038/2014, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2015, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 30/12/2014 às 09:00 hs, que teve como única participante a empresa FELIPE B. BOTTEGA ME. Sendo que a mesma foi vencedora dos itens 01 a 18 com o valor global final de 633.702,50 (seiscentos e trinta e três mil, setecentos e dois reais e cinquenta centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 038/2014.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Dezembro de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 100/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: PANDINI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA

Valor : 114.976,38 (cento e quatorze mil novecentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos)

Vigência : Início: 30/12/2014 Término: 13/03/2015

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2014

Recursos : Dotação: 2.011.4.4.90.00.00.00.00 (41), 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (163)

Objeto : O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa especializada PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL-CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO-SEDE, sendo 64,00 m2 de área a ampliar, 380,16m2 de área a reformar cobertura e 630,68m2 de área a substituir piso cerâmico, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário e demais condições descritas nos Anexos parte integrante do Processo Licitatório Nº 077/2014.

Novo Horizonte/SC, 30 de Dezembro de 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 077/14-CV Nº 19/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014

CONVITE Nº 019/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 30/12/2014

CONTRATADO: PANDINI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL-CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO-SEDE, sendo 64,00 m2 de área a ampliar, 380,16m2 de área a reformar cobertura e 630,68m2 de área a substituir piso cerâmico, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Orçamento.

VALOR DA DESPESA: R\$ 114.976,38 (cento e quatorze mil novecentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos)

DATA: 30/12/14

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 251

DECRETO Nº 251, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de janeiro de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de novembro de 2014, de 0,98% (noventa e oito centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,8377 (dois inteiros e oito mil, trezentos e setenta e sete dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ouro-SC, 30 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 252

DECRETO Nº 252, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Atualiza o valor venal dos imóveis para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980,

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, que determina que os valores venais dos imóveis sejam atualizados anualmente;

Considerando que a Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000, instituiu a Unidade de Referência Municipal - URM, destinada a indexação dos Tributos Municipais;

Considerando que o indexador da URM é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas;

Considerando que o valor venal dos imóveis foi atualizado em 1º de janeiro de 2013, através da Lei nº 2.330, de 14 de dezembro de 2012;

Considerado que a Lei nº 2.330, de 2012, concede desconto de 5,00% (cinco por cento) para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cota única, no prazo estabelecido;

Considerando que a variação acumulada do IGPM no período de 1º de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014 é 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado em 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) o valor venal dos imóveis urbanos e suburbanos, constantes do Cadastro Imobiliário do Município, destinado à apuração do montante para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício financeiro de 2015.

Parágrafo único. O percentual de atualização correspondente a variação acumulada no período 1º de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014 do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º O Valor de Referência - VR, instituído pela Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, fica fixado em R\$ 440,03 (quatrocentos e quarenta reais e três centavos).

Art. 3º Fica concedido desconto de 5,00% (cinco por cento) para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cota única, no prazo estabelecido, conforme estabelece a Lei nº 2.330, de 14 de dezembro de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ouro-SC, 30 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 253

DECRETO Nº 253, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa os valores das taxas dos serviços públicos para o exercício de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980 e na Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando que o Valor de Referência - VR foi fixado em R\$ 440,03 (quatrocentos e quarenta reais e três centavos), através do Decreto nº 252, de 30 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado os valores das taxas dos serviços públicos para o exercício de 2015, conforme tabela:

Serviços Públicos	% sobre a VR	Valor em R\$
TAXA DE COLETA DE LIXO - Residencial	8,00%	35,20
TAXA DE COLETA DE LIXO - Comercial/Industrial	12,00%	52,80
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	3,63%	15,97
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO	3,63%	15,97
TAXA DE EXPEDIENTE - Emissão de Documentos	3,63%	15,97
TAXA DE EXPEDIENTE - Busca de Documentos	7,26%	31,95

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ouro-SC, 30 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 113/2014

PORTARIA 113 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Liane Josete de Freitas, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Liane Josete de Freitas, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigorando seus efeitos a partir de 25 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de dezembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de dezembro de 2014.

Alexandre AngeloFelippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 AO CONTRATO Nº 0082/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0082/2014

PROCESSO LICITATORIO N. 0042/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ESQUADRIDAD INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de consumo diversos (materiais de construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico, sanitário, entre outros), convênio celebrado com o Governo do Estado numero 2013TR004357.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução do Contrato Administrativo n. 0082/2014, até a data de 30.04.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 AO CONTRATO Nº 0083/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0083/2014

PROCESSO LICITATORIO N. 0042/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: VIGA FORTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de consumo diversos (materiais de construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico, sanitário, entre outros), convênio celebrado com o Governo do Estado numero 2013TR004357.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução do Contrato Administrativo n. 0083/2014, até a data de 30.04.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0031/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0031/2013

PROCESSO LICITATORIO n. 0013/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: RADIO BEBEDOURO FM LTDA - ME

Objeto: Contratação de espaço radiofônico em emissora FM destinados a divulgação de atos oficiais e administrativos, avisos de utilidade pública, campanhas educativas, cobertura de eventos públicos e boletins informativos.

Reajuste: Os preços previstos no Processo Administrativo n.

0013/2013, que era de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) será reajustado para R\$ 67,200.00 (sessenta e sete mil e duzentos reais). Vigência: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 51/2014

DECRETO Nº 51/2014

DECLARA A UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, EM ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NO BAIRRO MORRO AGUDO, NESTE MUNICÍPIO.

Considerando a necessidade de expandir o Colégio Alfredo Francisco Pereira, situada na Rua Geral, Bairro Morro Agudo, Município de Paulo Lopes/SC;

Considerando o crescimento populacional na região;

Considerando a necessidade de construir novos espaços;

Considerando que a expansão do colégio irá proporcionar a melhoria da qualidade de ensino, bem como a melhoria da ocupação do espaço educacional, com possível construção de uma quadra esportiva, espaço de recreação, espaço para a realização de atividades pedagógicas, prática de aulas de educação física, etc.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado de utilidade pública o imóvel de propriedade do Sr. Osvaldo Krüger, imóvel este situado na Rua Geral, Bairro Morro Agudo, Município de Paulo Lopes/SC, contendo uma área total de 945,40m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados) ;

Art. 2º. A área referida no artigo anterior destina-se à expansão do Colégio Alfredo Francisco Pereira;

Parágrafo Único: Poderá o Poder Público Municipal, em função do caráter de urgência, requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem;

Art. 3º. Fica o Município autorizado a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais, para fazer valer a execução deste decreto;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 31 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 52/2014

DECRETO Nº 52/2014

Anula parcialmente o Decreto 49/14 que abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado parcialmente, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), aberto pelo Decreto 49/2014.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de Dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 53/2014

DECRETO Nº53/2014

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 35.000,00
12.361.0004.1.010 - Aquisição de Terrenos R\$ 35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) da fonte 0.1.19.000000 - FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de Dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 54/2014

DECRETO Nº54/2014

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 25.000,00
12.361.0004.1.010 - Aquisição de Terrenos R\$ 25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da fonte 0.1.15.000049 - Salário Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de Dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha**PREFEITURA****CV22/2014 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014 - PMP
CARTA CONVITE Nº 22/2014 - PMP

Objeto Prestação de Serviço de empresa especializada para execução de obra de engenharia elétrica para eficientização de iluminação pública na Avenida Nereu Ramos no Município de Penha/SC, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, conforme memorial descritivo e projeto em anexo.

Abertura do Processo: 13/01/2015 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 30 de dezembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

PP03/2014 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2014 - FUMTUR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - FUMTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de organização e realização da 20ª edição da festa nacional do marisco a ser realizada dos dias 12/02 à 15/02 de 2015, com artista, shows regionais e nacionais, estruturas de stands de indústria e comércio e pavilhão de gastronomia, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos inclusive o anexo I - termo de referência.

Recebimento dos Envelopes até: 15/01/2014 até 17:00 horas.

Abertura do Processo: 16/01/2015 às 14:00:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-0200 Ramal 224. Horário de atendimento das 13h:00m às 17h:00m.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 182/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 77/2014, Pregão Presencial nº 42/2014

Objeto: Prorrogar até 27/02/2015 o prazo de vigência do contrato Original 144/2014 para aquisição de brinquedos para o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

Contratado: ALLIEVI & ALLIEVI LTDA.

CNPJ: 74.005.943/0001-43

Data de Vigência: 30/12/2014 à 27/02/2015

Município de Peritiba - SC em 30 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.301, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.301, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISCIPLINA A APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS ENCONTRADOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Considerando a necessidade de regulamentação da destinação dos animais vivos encontrados nas vias e logradouros públicos deste Município, nos termos dos artigos 57 e seguintes da lei Complementar nº. 35/2011;

Decreta:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, responsável no âmbito municipal, pela execução das ações mencionadas no presente Decreto.

Art. 2º O animal que for encontrado solto em vias, logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público será recolhido para local apropriado da municipalidade.

Art. 3º O proprietário do animal encontrado fica sujeito ao pagamento de multa pecuniária, e ainda, de taxa de manutenção, de acordo com o artigo 72 e Anexo I da Lei Complementar nº. 35/2011 e Lei Complementar nº. 57/2014.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária deverá através de seu médico veterinário ou outro responsável técnico, emitir laudo técnico com a descrição do animal e suas condições físicas e lavrar um Termo de apreensão com a respectiva assinatura do responsável pela apreensão do animal, conforme modelo em anexo.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária deverá ainda, buscar a identificação do proprietário do animal, que será notificado para saber se tem ou não interesse em resgatar o animal apreendido.

§1º Demonstrado o interesse no resgate, o proprietário terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação para resgatar o animal apreendido, mediante o pagamento de taxa de manutenção e da multa pecuniária.

§ 2º Não sendo identificado o proprietário do animal, deverá ser publicada uma notificação uma única vez através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e de Jornal Local, com a descrição do animal (espécie, raça, idade aproximada e outras características), data e endereço da apreensão e as condições físicas do animal.

§3º Não sendo identificado ou localizado o proprietário, mesmo após a devida publicação da notificação ou se o mesmo não demonstrar interesse no resgate do animal serão adotadas as seguintes medidas, a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:

I - Doação;

II - Prejudicada a doação, deve-se efetuar o abatimento;

§4º O abatimento do animal será realizado mediante laudo técnico que indique que o procedimento é o mais adequado a ser realizado, como por exemplo, em caso de abate sanitário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

TERMO DE APREENSÃO Nº

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, no _____, Município de _____, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 35/2011 e no Decreto Municipal nº. 1.301/2014, apreendi o seguinte animal (descrever o animal - espécie, raça, idade aproximada, características) do Senhor (quando conseguir identificar o proprietário do animal) _____, residente e

domiciliado em _____.

Do que para constar, lavrei o presente Termo que vai devidamente assinado por mim e duas testemunhas.

Servidor Público

Matrícula nº.

1ª Testemunha

2ª Testemunha

TERMO DE DOAÇÃO DE ANIMAIS Nº

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, no _____, Município de _____, com base no Artigo 5º, §3º, inciso I do Decreto nº. 1.301/2014, procedi com a doação do seguinte animal (descrição do animal) _____ apreendido conforme Termo de Apreensão nº. _____, ao Senhor _____ (qualificação completa) _____.

Do que para constar, lavrei o presente Termo que vai devidamente assinado por mim, pelo recebedor e por duas testemunhas.

Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Recebedor - CPF

1ª Testemunha

2ª Testemunha

DECRETO Nº 1.302, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.302, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 1.276/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos IV e V, no Artigo 1º do Decreto nº 1.276/2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (..)

IV - comprovar documentalmente a propriedade do bem;

V - apresentar no mínimo três orçamentos para reparação do dano.

Art. 2º Fica alterado o Parágrafo 3º do Artigo 6º do Decreto nº 1.276/2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...)

§3º Ao agente/servidor indicado como responsável deverá ser oportunizado o contraditório pelo prazo de 5 (cinco) dias, antes de homologado o relatório final da Comissão.

Art. 3º Os demais dispositivos do Decreto nº 1.276/2014 permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

LEI MUNICIPAL Nº 2.247, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.247, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o art. 83 da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 - que Instituiu as Taxas no Município de Porto Belo-SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O art. 83 da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 83. A TRS será calculada de acordo com o Anexo X desta Lei, considerando o metro quadrado (m²) da edificação, até o limite máximo de cento e cinquenta metros quadrados (150 m²) para Categoria Residencial - 1, e até o limite máximo de trezentos metros quadrados (300 m²) para Categoria Comercial - 2, e sua revisão ou reajuste será estabelecido por ato do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no Art. 22, IV, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, mediante prévia autorização legislativa."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de dezembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.246, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2.246, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o Anexo I e a Tabela VIII do Anexo III da Lei Municipal nº 2.143, de 28 de abril de 2014 – que Instituiu o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de Porto Belo-SC.

***EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO**, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:*

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 2.143, de 28 de abril de 2014, que institui o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de Porto Belo, redefinindo o Valor Venal dos Terrenos, conforme a Planta de Valores Genéricos, com redação dada pelo Anexo I, com redação dada por esta Lei.

Art. 2º Fica alterado, também, a Tabela VIII do Anexo III, da Lei Municipal nº 2.143, de 28 de abril de 2014, que institui o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de Porto Belo, com redação dada por esta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 30 dias do mês de dezembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000
Fone/Fax: 0**47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237

Cod.Log.	Nome da Rua	Distrito	Setor	Seção	Lado	Qtde.de UFMPB/m2.
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	40	'E'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	40	'D'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	115	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	156	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	245	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	300	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	392	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	504	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	549	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	632	'E'	97.2800
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	769	'E'	97.2800
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	835	'E'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	891	'E'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	961	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1026	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1088	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1153	'D'	97.2800
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1153	'E'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1218	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1280	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1310	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1344	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1380	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1380	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1420	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1440	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1474	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1501	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1527	'E'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1561	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1580	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1612	'E'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1630	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1630	'E'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1644	'E'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1644	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1645	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1645	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1669	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1670	'E'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1692	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1726	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1744	'E'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1801	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1828	'D'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1828	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1850	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1890	'E'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1903	'E'	67.5760

1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1903	'D'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'01'	1957	'E'	103.0000
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	115	'D'	37.5423
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	156	'D'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	245	'D'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	300	'D'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	392	'D'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	504	'D'	62.9400
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	549	'D'	41.2964
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	632	'D'	63.8218
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	769	'D'	63.8218
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	835	'D'	63.8218
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	891	'D'	97.2800
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	961	'D'	63.8218
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1026	'D'	97.2800
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1088	'D'	19.0120
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1218	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1280	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1310	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1344	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1420	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1440	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1474	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1501	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1527	'D'	52.5592
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1561	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1580	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1612	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1692	'D'	80.1100
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1726	'D'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1744	'D'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1801	'D'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1850	'D'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1890	'D'	67.5760
1	'HIRONIDO CONCEICAO DOS SANTOS'	1	'02'	1957	'D'	67.5760
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	36	'E'	37.5423
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	36	'D'	57.2200
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	89	'E'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	89	'D'	45.7800
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	197	'E'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	197	'D'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	311	'E'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	311	'D'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	362	'D'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	362	'E'	30.0338
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	393	'D'	45.7800
2	'CAROLINA RAMOS'	1	'01'	393	'E'	30.0338
3	'SD'	1	'01'	65	'E'	22.0000
3	'SD'	1	'01'	65	'D'	22.0000
5	'GERALDO FRANCISCO FERREIRA'	1	'01'	51	'D'	45.7800

5	'GERALDO FRANCISCO FERREIRA'	1	'01'	51	'E'	30.0338
5	'GERALDO FRANCISCO FERREIRA'	1	'01'	67	'D'	45.7800
5	'GERALDO FRANCISCO FERREIRA'	1	'01'	67	'E'	30.0338
6	'JORGE HENRIQUE ZASRK GODOE'	1	'01'	63	'E'	22.5253
6	'JORGE HENRIQUE ZASRK GODOE'	1	'01'	63	'D'	22.5253
7	'AYRTON SENNA'	1	'01'	46	'D'	45.7800
7	'AYRTON SENNA'	1	'01'	46	'E'	30.0338
7	'AYRTON SENNA'	1	'01'	67	'D'	30.0338
7	'AYRTON SENNA'	1	'01'	67	'E'	30.0338
8	'CARLOS GOMES'	1	'01'	63	'E'	37.5423
8	'CARLOS GOMES'	1	'01'	63	'D'	30.0338
9	'SD'	1	'01'	13	'D'	16.6600
9	'SD'	1	'01'	13	'E'	10.9296
9	'SD'	1	'01'	51	'D'	30.0338
9	'SD'	1	'01'	51	'E'	10.9296
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	272	'E'	15.0169
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	272	'D'	15.0169
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	536	'E'	11.2626
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	536	'D'	11.2626
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	639	'D'	7.5084
10	'BEIJA FLOR'	1	'01'	639	'E'	7.5084
11	'D'	1	'01'	51	'D'	22.8900
11	'D'	1	'01'	51	'E'	17.1600
12	'E'	1	'01'	51	'E'	11.4400
12	'E'	1	'01'	51	'D'	11.2626
13	'DAVID COTA'	1	'01'	1057	'D'	30.0338
13	'DAVID COTA'	1	'01'	1057	'E'	30.0338
13	'DAVID COTA'	1	'01'	1151	'D'	30.0338
13	'DAVID COTA'	1	'01'	1151	'E'	30.0338
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	391	'D'	45.7800
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	391	'E'	30.0338
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	421	'D'	45.7800
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	421	'E'	45.7800
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	482	'D'	18.7711
14	'MARIA CLARA DE JESUS'	1	'01'	482	'E'	28.6100
15	'SAUL LAURO DE SOUZA'	1	'01'	449	'D'	22.5253
15	'SAUL LAURO DE SOUZA'	1	'01'	449	'E'	22.5253
16	'SAO FRANCISCO DE ASSIS'	1	'01'	205	'E'	22.5253
16	'SAO FRANCISCO DE ASSIS'	1	'01'	205	'D'	22.5253
17	'SANTA TEREZINHA'	1	'01'	207	'E'	22.5253
17	'SANTA TEREZINHA'	1	'01'	207	'D'	22.5253
18	'SAO JOSE'	1	'01'	231	'D'	22.5253
18	'SAO JOSE'	1	'01'	231	'E'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	263	'E'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	263	'D'	28.6100
18	'SAO JOSE'	1	'01'	306	'E'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	306	'D'	28.6100
18	'SAO JOSE'	1	'01'	358	'E'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	358	'D'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	405	'D'	28.6100

18	'SAO JOSE'	1	'01'	405	'E'	18.7711
18	'SAO JOSE'	1	'01'	438	'D'	28.6100
18	'SAO JOSE'	1	'01'	438	'E'	18.7711
19	'SD'	1	'01'	84	'E'	18.7711
19	'SD'	1	'01'	84	'D'	18.7711
20	'SD'	1	'01'	84	'D'	17.1600
20	'SD'	1	'01'	84	'E'	11.2626
21	'OSVALDO CLAUDINO RAMOS'	1	'01'	84	'D'	18.7711
21	'OSVALDO CLAUDINO RAMOS'	1	'01'	84	'E'	18.7711
22	'OSVALDO FRANCISO STEIN'	1	'01'	84	'D'	18.7711
22	'OSVALDO FRANCISO STEIN'	1	'01'	84	'E'	18.7711
23	'F DO JD. TATIANE'	1	'01'	79	'E'	28.6100
23	'F DO JD. TATIANE'	1	'01'	79	'D'	18.7711
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	190	'E'	30.0338
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	190	'D'	30.0338
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	434	'E'	18.7711
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	434	'D'	18.7711
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	678	'E'	17.1600
24	'FELIPE SESTREM'	1	'01'	678	'D'	11.2626
25	'JOAQUIM DAMAZIO DA SILVA'	1	'01'	31	'D'	30.0338
25	'JOAQUIM DAMAZIO DA SILVA'	1	'01'	31	'E'	30.0338
25	'JOAQUIM DAMAZIO DA SILVA'	1	'01'	61	'D'	30.0338
25	'JOAQUIM DAMAZIO DA SILVA'	1	'01'	61	'E'	30.0338
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	30	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	30	'D'	15.0169
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	92	'D'	15.0169
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	92	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	206	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	206	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	228	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	228	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	257	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	257	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	288	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	288	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	312	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	312	'E'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	389	'D'	17.1600
26	'C DO JD. DOURADO II'	1	'01'	389	'E'	17.1600
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	244	'D'	11.2626
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	244	'E'	11.2626
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	488	'E'	7.5084
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	488	'D'	7.5084
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	535	'E'	11.4400
27	'JOSE MIGUEL PEDRO'	1	'01'	535	'D'	7.5084
28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	244	'D'	11.2626
28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	244	'E'	11.2626
28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	488	'E'	11.2626
28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	488	'D'	7.5084
28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	545	'D'	7.5084

28	'JOAO CAMILO'	1	'01'	545	'E'	11.4400
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	64	'D'	17.1600
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	64	'E'	17.1600
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	125	'E'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	125	'D'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	189	'D'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	189	'E'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	249	'E'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	249	'D'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	290	'E'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	290	'D'	17.1600
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	311	'E'	11.2626
29	'MAURO JOAO JAQUES'	1	'01'	311	'D'	17.1600
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	183	'E'	16.5822
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	183	'D'	21.8657
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	428	'D'	21.8657
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	428	'E'	21.8657
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	672	'E'	14.5772
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	672	'D'	14.5772
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	916	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	916	'D'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1160	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1160	'D'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1223	'D'	17.1600
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1223	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1294	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1294	'D'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1411	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1411	'D'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1476	'E'	11.2626
30	'MARIO PADILHA'	1	'01'	1476	'D'	17.1600
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	179	'D'	30.0338
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	179	'E'	30.0338
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	424	'E'	22.5253
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	424	'D'	22.5253
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	668	'D'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	668	'E'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	912	'E'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	912	'D'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1156	'E'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1156	'D'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1291	'E'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1291	'D'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1423	'D'	11.2626
31	'JOSE ROBERTO OTTO'	1	'01'	1423	'E'	17.1600
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	173	'D'	30.0338
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	173	'E'	30.0338
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	418	'E'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	418	'D'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	662	'D'	11.2626

32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	662	'E'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	906	'D'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	906	'E'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1150	'D'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1150	'E'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1286	'D'	11.2626
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1286	'E'	17.1600
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1528	'D'	10.9296
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1528	'E'	10.9296
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1777	'D'	10.9296
32	'RUDY ARNALDO HINTZ'	1	'01'	1777	'E'	10.9296
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	834	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	834	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	956	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	956	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1079	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1079	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1213	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1213	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1323	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1323	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1567	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1567	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1758	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1758	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1947	'E'	11.4400
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	1947	'D'	11.4400
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	2191	'E'	11.4400
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	2191	'D'	7.5084
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	2444	'E'	11.4400
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'01'	2444	'D'	7.5084
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	39	'D'	45.7800
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	39	'E'	80.1100
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	115	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	115	'E'	80.1100
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	256	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	256	'D'	26.2795
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	335	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	335	'E'	52.5592
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	350	'D'	45.7800
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	350	'E'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	666	'D'	30.0338
33	'COLOMBO MACHADO SALLES'	1	'02'	666	'E'	80.1100
34	'SAO PAULO'	1	'01'	162	'E'	30.0338
34	'SAO PAULO'	1	'01'	162	'D'	30.0338
34	'SAO PAULO'	1	'01'	284	'D'	22.5253
34	'SAO PAULO'	1	'01'	284	'E'	22.5253
34	'SAO PAULO'	1	'01'	407	'D'	11.2626
34	'SAO PAULO'	1	'01'	407	'E'	11.2626
34	'SAO PAULO'	1	'01'	530	'E'	11.2626

34	'SAO PAULO'	1	'01'	530	'D'	11.2626
34	'SAO PAULO'	1	'01'	878	'D'	11.2626
34	'SAO PAULO'	1	'01'	878	'E'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	157	'D'	30.0338
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	157	'E'	30.0338
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	280	'E'	22.5253
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	280	'D'	22.5253
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	401	'D'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	401	'E'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	524	'D'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	524	'E'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	713	'E'	11.2626
35	'OLINDA PEIXOTO'	1	'01'	713	'D'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	154	'D'	30.0338
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	154	'E'	30.0338
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	274	'E'	22.5253
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	274	'D'	22.5253
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	395	'D'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	395	'E'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	517	'D'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	517	'E'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	598	'D'	11.2626
36	'ARGEMIRO'	1	'01'	598	'E'	11.2626
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	29	'E'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	29	'D'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	65	'D'	30.0338
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	65	'E'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	127	'D'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	127	'E'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	192	'D'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	192	'E'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	256	'D'	34.3300
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	256	'E'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	317	'E'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	317	'D'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	347	'D'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	347	'E'	22.5253
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	381	'E'	13.3232
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	381	'D'	5.9426
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	417	'E'	19.9800
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	417	'D'	19.9800
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	447	'E'	19.9800
37	'RAYNERIO OSVALDO KRIEGER'	1	'01'	447	'D'	19.9800
38	'F'	1	'01'	66	'D'	17.1600
38	'F'	1	'01'	66	'E'	34.3300
38	'F'	1	'01'	128	'E'	34.3300
38	'F'	1	'01'	128	'D'	17.1600
38	'F'	1	'01'	193	'E'	34.3300
38	'F'	1	'01'	193	'D'	17.1600
38	'F'	1	'01'	221	'E'	34.3300

38	'F'	1	'01'	221	'D'	17.1600
38	'F'	1	'01'	252	'E'	34.3300
38	'F'	1	'01'	252	'D'	17.1600
38	'F'	1	'01'	387	'E'	34.3300
38	'F'	1	'01'	387	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	33	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	33	'D'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	70	'D'	14.5772
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	70	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	104	'E'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	104	'D'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	134	'E'	11.2626
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	134	'D'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	195	'E'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	195	'D'	15.0169
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	259	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	259	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	325	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	325	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	387	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	387	'D'	11.2626
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	452	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	452	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	481	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	481	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	502	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	502	'E'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	515	'D'	17.1600
39	'ABDENAGO LEMOS CORREA'	1	'01'	515	'E'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	29	'E'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	29	'D'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	126	'E'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	126	'D'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	192	'E'	17.1600
40	'H DO JD. REGINA'	1	'01'	192	'D'	17.1600
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	61	'E'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	61	'D'	17.1600
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	124	'D'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	124	'E'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	186	'E'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	186	'D'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	247	'D'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	247	'E'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	309	'E'	11.2626
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	309	'D'	17.1600
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	332	'E'	17.1600
41	'RIO GRANDENSE'	1	'01'	332	'D'	17.1600
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	42	'E'	17.1600
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	42	'D'	17.1600
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	104	'E'	11.2626

42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	104	'D'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	167	'D'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	167	'E'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	229	'E'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	229	'D'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	291	'E'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	291	'D'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	319	'E'	11.2626
42	'ARLINDO MANGOLT'	1	'01'	319	'D'	11.2626
43	'M DO JD. DOURADO'	1	'01'	62	'D'	11.2626
43	'M DO JD. DOURADO'	1	'01'	62	'E'	11.2626
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	30	'D'	17.1600
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	30	'E'	11.2626
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	92	'E'	11.2626
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	92	'D'	11.2626
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	151	'E'	11.2626
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	151	'D'	17.1600
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	217	'E'	17.1600
44	'MARCELINA TORRES'	1	'01'	217	'D'	17.1600
45	'R'	1	'01'	57	'E'	85.8300
45	'R'	1	'01'	57	'D'	85.8300
45	'R'	1	'01'	97	'E'	11.4400
45	'R'	1	'01'	97	'D'	11.4400
45	'R'	1	'01'	128	'E'	11.4400
45	'R'	1	'01'	128	'D'	11.4400
45	'R'	1	'01'	215	'E'	11.4400
45	'R'	1	'01'	215	'D'	11.4400
46	'OTAVIO QUINHOLI'	1	'01'	104	'D'	7.5084
46	'OTAVIO QUINHOLI'	1	'01'	104	'E'	7.5084
46	'OTAVIO QUINHOLI'	1	'01'	295	'D'	7.5084
46	'OTAVIO QUINHOLI'	1	'01'	295	'E'	7.5084
47	'ROSMAR GODOI'	1	'01'	106	'E'	7.5084
47	'ROSMAR GODOI'	1	'01'	106	'D'	11.4400
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	23	'E'	11.4400
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	23	'D'	11.4400
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	84	'E'	7.5084
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	84	'D'	7.5084
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	148	'E'	11.4400
48	'MOACIR JOAO PEDRO (O)'	1	'01'	148	'D'	7.5084
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	158	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	158	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	159	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	159	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	351	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	351	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	688	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	688	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	689	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	689	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	690	'D'	57.2200

49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1642	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1715	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1761	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1761	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1887	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	1887	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2016	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2016	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2159	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2159	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2215	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2215	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2434	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2605	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2732	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2732	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2971	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	2971	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3023	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3023	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3170	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3170	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3232	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3267	'E'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3267	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3312	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3312	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3372	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3372	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3467	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3641	'E'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3748	'E'	56.3078
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'01'	3771	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'02'	3799	'E'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'02'	3799	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'02'	3800	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'02'	3800	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	3835	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	3857	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	3964	'E'	56.3078
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4306	'E'	56.3078
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4458	'E'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4709	'E'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4788	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4837	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4934	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	4972	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	5063	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	5173	'E'	52.5592
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'03'	5194	'E'	57.2200

49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	3835	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	3857	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	3964	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4306	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4458	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4709	'D'	37.5385
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4788	'D'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4837	'D'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4934	'D'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	4972	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	5063	'D'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	5173	'D'	45.0507
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	1	'04'	5194	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7296	'E'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7296	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7315	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7315	'E'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7322	'D'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7322	'E'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7475	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7475	'E'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7611	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7611	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7691	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7691	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7770	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7770	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7851	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7851	'E'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7932	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	7932	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8009	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8009	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8102	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8102	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8309	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8309	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8444	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8444	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8481	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8481	'E'	154.5000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8647	'D'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	8647	'E'	101.3641
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9000	'D'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9000	'E'	62.9400
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9300	'E'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9300	'D'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9565	'D'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9565	'E'	62.9400
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9714	'D'	41.2964

49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	9714	'E'	15.0169
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	10367	'E'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'01'	10367	'D'	41.2964
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6648	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6648	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6742	'E'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6742	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6769	'D'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6769	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6828	'E'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6828	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6903	'E'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	6903	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7019	'E'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7019	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7099	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7099	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7145	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7145	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7161	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7161	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7222	'E'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7222	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7277	'E'	91.5600
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	2	'02'	7277	'D'	60.0676
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5257	'E'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5257	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5425	'E'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5425	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5518	'D'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5518	'E'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5565	'E'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5565	'D'	125.0000
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5581	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5581	'E'	82.0048
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5628	'E'	29.1609
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5628	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5666	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5666	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5689	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5689	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5708	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5708	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5773	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5773	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5871	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5871	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5886	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5886	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5951	'E'	85.8300

49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	5951	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6000	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6000	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6148	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6148	'E'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6455	'D'	56.3134
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	4	'01'	6455	'E'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	690	'E'	37.5385
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	1417	'D'	15.0169
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	1417	'E'	37.5385
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	1642	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	1715	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	2434	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	2605	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	2732	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	3232	'D'	85.8300
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	3467	'D'	37.5423
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	3641	'D'	45.5700
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	3748	'D'	57.2200
49	'GOVERNADOR CELSO RAMOS'	5	'01'	3771	'D'	37.5423
52	'FREI BRUNO'	1	'01'	58	'E'	22.5253
52	'FREI BRUNO'	1	'01'	58	'D'	22.5253
53	'WILSON REIS FARIAS'	1	'01'	45	'D'	34.3300
53	'WILSON REIS FARIAS'	1	'01'	45	'E'	34.3300
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	45	'E'	34.3300
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	45	'D'	34.3300
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	112	'D'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	112	'E'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	170	'E'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'01'	170	'D'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'02'	239	'D'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'02'	239	'E'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'02'	377	'E'	22.5253
54	'LUIZ VOLTOLINI'	1	'02'	377	'D'	22.5253
55	'ANTONIO LUCAS DE BRITO'	1	'01'	81	'D'	22.5253
55	'ANTONIO LUCAS DE BRITO'	1	'01'	81	'E'	22.5253
55	'ANTONIO LUCAS DE BRITO'	1	'01'	235	'E'	22.5253
55	'ANTONIO LUCAS DE BRITO'	1	'01'	235	'D'	22.5253
56	'ERCILIO DE SOUZA'	1	'01'	254	'E'	34.3300
56	'ERCILIO DE SOUZA'	1	'01'	254	'D'	22.5253
57	'LEONOR BARON'	1	'01'	452	'D'	30.0338
57	'LEONOR BARON'	1	'01'	452	'E'	30.0338
57	'LEONOR BARON'	1	'01'	1090	'D'	45.7800
57	'LEONOR BARON'	1	'01'	1090	'E'	45.7800
58	'FRANCISCO STEIN'	1	'01'	107	'E'	15.0169
58	'FRANCISCO STEIN'	1	'01'	107	'D'	15.0169
58	'FRANCISCO STEIN'	1	'01'	224	'D'	15.0169
58	'FRANCISCO STEIN'	1	'01'	224	'E'	15.0169
60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	265	'E'	15.0169
60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	265	'D'	15.0169

60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	527	'D'	11.2626
60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	527	'E'	11.2626
60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	687	'D'	7.5084
60	'JOAO DE BARRO'	1	'01'	687	'E'	11.2626
61	'ESTRELA DALVA'	1	'02'	141	'D'	30.0338
61	'ESTRELA DALVA'	1	'02'	141	'E'	9.3262
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	186	'E'	44.4400
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	186	'D'	21.8657
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	431	'E'	33.3300
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	431	'D'	16.5822
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	540	'E'	22.2200
63	'VIRGINIA LEDA CAVILHA (B)'	1	'01'	540	'D'	14.5772
64	'TIO UGO'	1	'01'	115	'E'	22.5253
64	'TIO UGO'	1	'01'	115	'D'	22.5253
69	'MANOEL SEBASTIAO GONCALVES'	1	'03'	78	'E'	30.0338
69	'MANOEL SEBASTIAO GONCALVES'	1	'03'	78	'D'	30.0338
71	'ADERBAL DE SOUZA'	1	'02'	152	'E'	16.5822
71	'ADERBAL DE SOUZA'	1	'02'	152	'D'	16.5822
72	'PROJETADA DO LTO. CARLA E ALICE'	1	'02'	215	'D'	52.5592
72	'PROJETADA DO LTO. CARLA E ALICE'	1	'02'	215	'E'	52.5592
151	'DONA AUGUSTA'	1	'02'	101	'E'	41.2964
151	'DONA AUGUSTA'	1	'02'	101	'D'	62.9400
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	89	'E'	62.9400
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	89	'D'	41.2964
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	164	'D'	41.2964
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	164	'E'	41.2964
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	182	'D'	62.9400
152	'DONA JOVINA'	1	'02'	182	'E'	41.2964
153	'DONA PAULINA'	1	'02'	164	'D'	62.9400
153	'DONA PAULINA'	1	'02'	164	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	143	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	143	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	164	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	164	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	329	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	329	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	362	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	362	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	377	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	377	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	422	'D'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	422	'E'	41.2964
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	486	'D'	93.8557
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	486	'E'	93.8557
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	536	'D'	129.3840
154	'GENTIL COELHO'	1	'02'	536	'E'	143.0600
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	13	'D'	97.2200
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	13	'E'	97.2200
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	40	'E'	97.2200
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	40	'D'	63.7800

155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	146	'E'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	146	'D'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	289	'D'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	289	'E'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	366	'D'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	366	'E'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	417	'D'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	417	'E'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	448	'D'	97.2200
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	448	'E'	63.7800
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	535	'D'	93.8557
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	535	'E'	93.8557
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	576	'D'	143.0600
155	'ALMIRANTE FONSECA NEVES'	1	'02'	576	'E'	129.3840
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	140	'E'	37.5423
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	140	'D'	37.5423
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	284	'E'	37.5423
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	284	'D'	37.5423
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	412	'E'	37.5423
156	'FRANCISCO AGUIAR'	1	'02'	412	'D'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	139	'E'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	139	'D'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	284	'D'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	284	'E'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	413	'E'	37.5423
157	'SAO PEDRO'	1	'02'	413	'D'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	138	'D'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	138	'E'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	282	'D'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	282	'E'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	411	'D'	37.5423
158	'ARNOLDO TOME DOS SANTOS'	1	'02'	411	'E'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	62	'E'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	62	'D'	57.2200
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	138	'D'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	138	'E'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	208	'E'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	208	'D'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	281	'D'	37.5423
159	'MELANIE GLAUSCH'	1	'02'	281	'E'	37.5423
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	59	'D'	40.0500
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	59	'E'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	86	'D'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	86	'E'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	289	'E'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	289	'D'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	530	'E'	26.2795
160	'IARA DE ARAUJO MIRANDA'	1	'02'	530	'D'	26.2795
161	'SEBASTIAO GEREMIAS DA SILVA'	1	'02'	303	'E'	26.2795
161	'SEBASTIAO GEREMIAS DA SILVA'	1	'02'	303	'D'	26.2795

161	'SEBASTIAO GEREMIAS DA SILVA'	1	'02'	541	'D'	26.2795
161	'SEBASTIAO GEREMIAS DA SILVA'	1	'02'	541	'E'	26.2795
162	'FREI HUMBERTO WEIL'	1	'02'	56	'E'	93.8557
162	'FREI HUMBERTO WEIL'	1	'02'	56	'D'	93.8557
162	'FREI HUMBERTO WEIL'	1	'02'	79	'E'	143.0600
162	'FREI HUMBERTO WEIL'	1	'02'	79	'D'	143.0600
163	'PEDRO CLAUDINO RAMOS'	1	'02'	82	'E'	93.8557
163	'PEDRO CLAUDINO RAMOS'	1	'02'	82	'D'	129.3840
163	'PEDRO CLAUDINO RAMOS'	1	'02'	191	'D'	129.3840
163	'PEDRO CLAUDINO RAMOS'	1	'02'	191	'E'	93.8557
164	'ELEMAR AUGUSTO RENCK'	1	'02'	58	'D'	85.8300
164	'ELEMAR AUGUSTO RENCK'	1	'02'	58	'E'	85.8300
164	'ELEMAR AUGUSTO RENCK'	1	'02'	81	'D'	85.8300
164	'ELEMAR AUGUSTO RENCK'	1	'02'	81	'E'	93.8557
165	'LEAO BELI'	1	'02'	56	'D'	41.2964
165	'LEAO BELI'	1	'02'	56	'E'	41.2964
166	'EGON ERWIN KOEHLER'	1	'02'	52	'D'	41.2964
166	'EGON ERWIN KOEHLER'	1	'02'	52	'E'	41.2964
166	'EGON ERWIN KOEHLER'	1	'02'	124	'D'	41.2964
166	'EGON ERWIN KOEHLER'	1	'02'	124	'E'	41.2964
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	50	'E'	57.2200
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	50	'D'	26.2795
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	105	'D'	37.5423
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	105	'E'	57.2200
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	157	'E'	57.2200
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	157	'D'	37.5423
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	211	'E'	63.7800
167	'DARIO PEDRO DE SOUZA'	1	'02'	211	'D'	37.5423
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	54	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	54	'D'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	107	'D'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	107	'E'	37.5423
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	162	'D'	37.5423
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	162	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	213	'E'	37.5423
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	213	'D'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	231	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	231	'D'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	259	'D'	26.2795
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	259	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	287	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	287	'D'	26.2795
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	349	'D'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	349	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	413	'E'	57.2200
168	'ARTUR CAMPOS'	1	'02'	413	'D'	57.2200
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	53	'D'	37.5423
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	53	'E'	57.2200
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	106	'D'	37.5423
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	106	'E'	37.5423

169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	160	'E'	57.2200
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	160	'D'	57.2200
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	213	'D'	57.2200
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	213	'E'	37.5423
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	268	'E'	26.2795
169	'BERNARDINO MATIAS BATISTA'	1	'02'	268	'D'	26.2795
170	'SD'	1	'02'	54	'D'	62.9400
170	'SD'	1	'02'	54	'E'	41.2964
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	61	'E'	123.2396
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	61	'D'	52.5592
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	105	'E'	52.5592
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	105	'D'	52.5592
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	206	'D'	26.2795
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	206	'E'	40.0500
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	268	'E'	40.0500
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	268	'D'	26.2795
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	332	'E'	40.0500
171	'GERALDO MARQUES BRANQUINHO'	1	'02'	332	'D'	40.0500
173	'F DO JD. PQ. RESID. ILHA BELA'	1	'02'	49	'D'	26.2795
173	'F DO JD. PQ. RESID. ILHA BELA'	1	'02'	49	'E'	26.2795
174	'MARIA DE LOURDES FORMENTO FISCHER'	1	'02'	63	'D'	26.2795
174	'MARIA DE LOURDES FORMENTO FISCHER'	1	'02'	63	'E'	26.2795
174	'MARIA DE LOURDES FORMENTO FISCHER'	1	'02'	119	'E'	26.2743
174	'MARIA DE LOURDES FORMENTO FISCHER'	1	'02'	119	'D'	26.2743
175	'ITAPEMA'	1	'02'	165	'E'	62.9400
175	'ITAPEMA'	1	'02'	165	'D'	62.9400
175	'ITAPEMA'	1	'02'	330	'D'	41.2964
175	'ITAPEMA'	1	'02'	330	'E'	41.2964
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	52	'E'	62.9400
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	52	'D'	62.9400
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	107	'D'	41.2964
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	107	'E'	62.9400
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	149	'E'	62.9400
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	149	'D'	41.2964
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	183	'E'	62.9400
176	'TRV FRANCA'	1	'02'	183	'D'	62.9400
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1166	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1166	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1205	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1205	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1247	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1247	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1292	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1292	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1319	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1319	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1376	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1376	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1437	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1437	'E'	123.2396

177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1509	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1509	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1616	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1616	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1683	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1683	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1737	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1737	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1828	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1828	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1984	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1984	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1995	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	1995	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2017	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2017	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2129	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2129	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2216	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2216	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2231	'E'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2231	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2335	'E'	129.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2335	'D'	200.4526
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2402	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2402	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2440	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2440	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2487	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'02'	2487	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	73	'E'	141.6600
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	356	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	356	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	452	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	452	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	519	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	519	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	578	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	578	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	642	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	642	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	722	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	722	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	822	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	822	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	840	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	840	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	888	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	888	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	991	'E'	123.2396

177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	991	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1048	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1048	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1073	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1073	'D'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1115	'D'	197.0000
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	1	'03'	1115	'E'	123.2396
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	60	'E'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	60	'D'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	73	'D'	141.6600
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	100	'E'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	100	'D'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	147	'E'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	147	'D'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	204	'E'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	204	'D'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	253	'E'	92.9345
177	'SENADOR ATILIO FONTANA'	4	'01'	253	'D'	92.9345
179	'SD'	1	'02'	42	'D'	197.0000
179	'SD'	1	'02'	42	'E'	197.0000
180	'GOIAS'	1	'02'	77	'E'	52.5592
180	'GOIAS'	1	'02'	77	'D'	52.5592
182	'HELENA BARLERA'	1	'02'	59	'D'	52.5592
182	'HELENA BARLERA'	1	'02'	59	'E'	80.1100
183	'TRV MACHADO CAMPOS SALES'	1	'02'	43	'E'	46.5837
183	'TRV MACHADO CAMPOS SALES'	1	'02'	43	'D'	69.8700
184	'SVD. JOSE JOVINO DA SILVEIRA'	1	'02'	69	'E'	52.5592
184	'SVD. JOSE JOVINO DA SILVEIRA'	1	'02'	69	'D'	52.5592
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1015	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1015	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1162	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1162	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1235	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1235	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1345	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1345	'E'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1463	'E'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1463	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1563	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1563	'E'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1727	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1727	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1853	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1853	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1944	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	1944	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2067	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2067	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2206	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2206	'E'	200.4526

185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2264	'D'	197.2200
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2264	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2388	'D'	197.2200
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2388	'E'	129.3840
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2505	'E'	129.3840
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'02'	2505	'D'	197.2200
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	107	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	107	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	361	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	361	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	523	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	523	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	610	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	610	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	807	'D'	305.5500
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	807	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	835	'E'	200.4526
185	'PRA PRAIA DE PEREQUE'	1	'03'	835	'D'	305.5500
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	27	'D'	80.1100
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	27	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	77	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	77	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	132	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	132	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	169	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	169	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	229	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	229	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	290	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	290	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	350	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	350	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	410	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	410	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	470	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	470	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	529	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	529	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	591	'E'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	591	'D'	52.5592
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	638	'E'	26.2795
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	638	'D'	26.2795
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	724	'D'	40.0500
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	724	'E'	26.2795
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	788	'D'	40.0500
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	788	'E'	26.2795
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	905	'D'	40.0500
186	'JOAO MANOEL JAQUES'	1	'02'	905	'E'	26.2795
187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	69	'E'	26.2795
187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	69	'D'	30.0338

187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	133	'E'	45.7800
187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	133	'D'	30.0338
187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	308	'E'	30.0338
187	'POMPILIO BARBOSA DA SILVA'	1	'02'	308	'D'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	229	'D'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	229	'E'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	379	'D'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	379	'E'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	518	'D'	30.0338
188	'CLAUS ROGER WACHHOLZ'	1	'02'	518	'E'	30.0338
189	'CANOINHAS'	1	'02'	334	'D'	37.5423
189	'CANOINHAS'	1	'02'	334	'E'	37.5423
189	'CANOINHAS'	1	'02'	502	'E'	37.5423
189	'CANOINHAS'	1	'02'	502	'D'	37.5423
189	'CANOINHAS'	1	'02'	641	'D'	37.5423
189	'CANOINHAS'	1	'02'	641	'E'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	318	'D'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	318	'E'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	503	'E'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	503	'D'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	624	'E'	37.5423
190	'WILSON BELBER'	1	'02'	624	'D'	37.5423
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	297	'D'	45.0507
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	297	'E'	45.0507
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	494	'D'	45.0507
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	494	'E'	45.0507
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	604	'D'	45.0507
191	'NICOLAU MAGGI'	1	'02'	604	'E'	45.0507
192	'FRANCISCA AQUILANTI PASSARELI'	1	'02'	214	'E'	45.0507
192	'FRANCISCA AQUILANTI PASSARELI'	1	'02'	214	'D'	45.0507
192	'FRANCISCA AQUILANTI PASSARELI'	1	'02'	311	'D'	45.0507
192	'FRANCISCA AQUILANTI PASSARELI'	1	'02'	311	'E'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	63	'E'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	63	'D'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	125	'E'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	125	'D'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	231	'D'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	231	'E'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	295	'D'	45.0507
193	'EGIDIO CUCULO'	1	'02'	295	'E'	45.0507
194	'VICTOR FRONZA'	1	'02'	123	'E'	45.0507
194	'VICTOR FRONZA'	1	'02'	123	'D'	45.0507
194	'VICTOR FRONZA'	1	'02'	187	'D'	45.0507
194	'VICTOR FRONZA'	1	'02'	187	'E'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	96	'D'	52.5592
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	96	'E'	52.5592
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	258	'E'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	258	'D'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	320	'D'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	320	'E'	68.6700

195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	383	'D'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	383	'E'	45.0507
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	445	'D'	37.5423
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	445	'E'	57.2200
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	507	'D'	37.5423
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	507	'E'	37.5423
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	570	'D'	30.0338
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	570	'E'	57.2200
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	633	'E'	26.2795
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	633	'D'	30.0338
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	738	'E'	26.2792
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	738	'D'	26.2795
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	808	'D'	34.3300
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	808	'E'	22.5253
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	836	'E'	34.3300
195	'FELIX WALENDOWSKY'	1	'02'	836	'D'	34.3300
196	'JOAO SOARES'	1	'02'	111	'E'	26.2795
196	'JOAO SOARES'	1	'02'	111	'D'	26.2795
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	88	'D'	40.0500
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	88	'E'	40.0500
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	124	'E'	26.2795
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	124	'D'	22.5253
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	193	'D'	26.2795
197	'AGENOR PEDRO LINO'	1	'02'	193	'E'	26.2795
198	'SALUSTIANO DE NOVAES'	1	'02'	106	'E'	22.5253
198	'SALUSTIANO DE NOVAES'	1	'02'	106	'D'	22.5253
198	'SALUSTIANO DE NOVAES'	1	'02'	178	'D'	22.5253
198	'SALUSTIANO DE NOVAES'	1	'02'	178	'E'	22.5253
199	'NILVIO LINO DA SILVA (C)'	1	'02'	183	'E'	45.0507
199	'NILVIO LINO DA SILVA (C)'	1	'02'	183	'D'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	61	'D'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	61	'E'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	113	'D'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	113	'E'	68.6700
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	157	'E'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	157	'D'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	192	'D'	45.0507
200	'B JD. TATIANA'	1	'02'	192	'E'	45.0507
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	37	'D'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	37	'E'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	93	'E'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	93	'D'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	154	'D'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	154	'E'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	201	'E'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	201	'D'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	219	'E'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	219	'D'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	269	'D'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	269	'E'	52.5592

201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	280	'D'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	280	'E'	80.1100
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	302	'D'	52.5592
201	'MARIO WALENDOWSKY'	1	'02'	302	'E'	80.1100
202	'CAPITAO IVO MANOEL DA SILVA'	1	'02'	55	'D'	52.5592
202	'CAPITAO IVO MANOEL DA SILVA'	1	'02'	55	'E'	52.5592
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	46	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	46	'D'	45.7800
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	113	'D'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	113	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	122	'E'	45.7800
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	122	'D'	45.7800
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	184	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	184	'D'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	235	'E'	45.7800
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	235	'D'	26.2795
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	263	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	263	'D'	45.7800
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	377	'D'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	377	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	448	'E'	30.0338
203	'JOAO RICARDO REBELO'	1	'02'	448	'D'	30.0338
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	71	'D'	22.5253
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	71	'E'	22.5253
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	134	'D'	22.5253
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	134	'E'	22.5253
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	236	'D'	22.5253
204	'SANTA PAULINA'	1	'02'	236	'E'	22.5253
205	'MARCOS M. MAZZOLA (D)'	1	'02'	106	'E'	26.2795
205	'MARCOS M. MAZZOLA (D)'	1	'02'	106	'D'	26.2795
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	131	'E'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	131	'D'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	193	'E'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	193	'D'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	262	'E'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	262	'D'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	353	'D'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	353	'E'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	409	'D'	30.0338
206	'EXPEDICIONARIO JOSE XAVIER'	1	'02'	409	'E'	30.0338
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	76	'E'	57.2200
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	140	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	183	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	202	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	351	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	413	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	466	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	519	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	572	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	629	'E'	37.5423

207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	639	'E'	68.6700
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	703	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	771	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	863	'E'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	891	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	927	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	982	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1019	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1031	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1069	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1115	'E'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1223	'E'	52.5592
207	'RUBENS ALVES'	1	'02'	1290	'E'	141.6600
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	76	'D'	56.3078
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	140	'D'	56.3078
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	183	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	202	'D'	57.2200
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	351	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	413	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	466	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	519	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	572	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	629	'D'	37.5423
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	639	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	703	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	771	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	863	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	891	'D'	68.6700
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	927	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	982	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1019	'D'	45.0507
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1031	'D'	68.6700
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1069	'D'	52.5592
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1115	'D'	52.5592
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1223	'D'	52.5592
207	'RUBENS ALVES'	1	'03'	1290	'D'	92.9345
208	'SANTO ANTONIO'	1	'02'	161	'D'	22.5253
208	'SANTO ANTONIO'	1	'02'	161	'E'	22.5253
208	'SANTO ANTONIO'	1	'02'	232	'E'	22.5253
208	'SANTO ANTONIO'	1	'02'	232	'D'	22.5253
209	'JOAO EUGENIO BARRETO'	1	'02'	103	'D'	30.0338
209	'JOAO EUGENIO BARRETO'	1	'02'	103	'E'	30.0338
209	'JOAO EUGENIO BARRETO'	1	'02'	173	'E'	22.5253
209	'JOAO EUGENIO BARRETO'	1	'02'	173	'D'	22.5253
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	32	'E'	40.0500
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	32	'D'	41.2964
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	93	'D'	26.2795
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	93	'E'	26.2795
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	125	'D'	40.0500
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	125	'E'	26.2795

210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	150	'E'	40.0500
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	150	'D'	40.0500
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	187	'E'	26.2795
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	187	'D'	26.2795
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	309	'E'	26.2795
210	'CIDADE DE IRATI'	1	'02'	309	'D'	26.2795
211	'ANTONIA CASSIANA BATISTA'	1	'02'	61	'E'	26.2795
211	'ANTONIA CASSIANA BATISTA'	1	'02'	61	'D'	26.2795
211	'ANTONIA CASSIANA BATISTA'	1	'02'	123	'D'	26.2795
211	'ANTONIA CASSIANA BATISTA'	1	'02'	123	'E'	26.2795
212	'MANOEL DE OLIVEIRA'	1	'02'	62	'D'	26.2795
212	'MANOEL DE OLIVEIRA'	1	'02'	62	'E'	26.2795
212	'MANOEL DE OLIVEIRA'	1	'02'	123	'D'	26.2795
212	'MANOEL DE OLIVEIRA'	1	'02'	123	'E'	26.2795
213	'MARCOS ANDRE GIRARD (O)'	1	'02'	61	'E'	26.2795
213	'MARCOS ANDRE GIRARD (O)'	1	'02'	61	'D'	40.0500
214	'MEDIANEIRA'	1	'02'	61	'D'	30.0338
214	'MEDIANEIRA'	1	'02'	61	'E'	45.7800
214	'MEDIANEIRA'	1	'02'	123	'D'	30.0338
214	'MEDIANEIRA'	1	'02'	123	'E'	30.0338
215	'RODOLFO PATROCINIO GONCALVES'	1	'02'	122	'E'	30.0338
215	'RODOLFO PATROCINIO GONCALVES'	1	'02'	122	'D'	30.0338
216	'H DO JD. GIOVANI'	1	'02'	96	'E'	30.0338
216	'H DO JD. GIOVANI'	1	'02'	96	'D'	45.7800
217	'CANARINHO'	1	'02'	62	'D'	30.0338
217	'CANARINHO'	1	'02'	62	'E'	30.0338
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	58	'E'	30.0338
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	58	'D'	22.5253
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	71	'E'	34.3300
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	71	'D'	22.5253
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	184	'E'	22.5253
218	'ANTONIO FRANCISCO GOMES'	1	'02'	184	'D'	34.3300
219	'FRANCISCO NIEBLAS MARTIN'	1	'02'	165	'D'	45.0507
219	'FRANCISCO NIEBLAS MARTIN'	1	'02'	165	'E'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	43	'E'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	43	'D'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	106	'D'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	106	'E'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	168	'E'	45.0507
220	'ALCIDES CLAUDIO SGROTT'	1	'02'	168	'D'	45.0507
221	'VANDELINO PATRICIO GUERREIRO'	1	'02'	78	'E'	45.0507
221	'VANDELINO PATRICIO GUERREIRO'	1	'02'	78	'D'	45.0507
222	'SD'	1	'02'	44	'E'	197.0000
222	'SD'	1	'02'	44	'D'	197.0000
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	26	'D'	116.6700
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	26	'E'	116.6700
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	54	'E'	116.6700
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	54	'D'	52.5592
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	131	'D'	76.5400
226	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	131	'E'	76.5400

227	'ONESIO CADORE'	1	'02'	27	'E'	80.1100
227	'ONESIO CADORE'	1	'02'	27	'D'	80.1100
227	'ONESIO CADORE'	1	'02'	109	'D'	52.5592
227	'ONESIO CADORE'	1	'02'	109	'E'	52.5592
228	'ESTUDANTE RAFAEL REINERT'	1	'02'	95	'D'	52.5592
228	'ESTUDANTE RAFAEL REINERT'	1	'02'	95	'E'	80.1100
229	'CARLOS SCHNEIDER'	1	'02'	49	'E'	52.5592
229	'CARLOS SCHNEIDER'	1	'02'	49	'D'	52.5592
229	'CARLOS SCHNEIDER'	1	'02'	73	'D'	52.5592
229	'CARLOS SCHNEIDER'	1	'02'	73	'E'	52.5592
230	'ALCIDES JOSE MINOTTO'	1	'02'	84	'E'	52.5592
230	'ALCIDES JOSE MINOTTO'	1	'02'	84	'D'	52.5592
231	'NEUSA SILVA MIGLIORINI'	1	'02'	92	'D'	52.5592
231	'NEUSA SILVA MIGLIORINI'	1	'02'	92	'E'	52.5592
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	61	'D'	76.5400
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	61	'E'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	114	'E'	52.5592
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	114	'D'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	155	'E'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	155	'D'	52.5592
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	182	'D'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	182	'E'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	251	'D'	80.1100
232	'ARCHIMEDES JOSE CONSOLI'	1	'02'	251	'E'	80.1100
233	'SD'	1	'02'	44	'D'	52.5592
233	'SD'	1	'02'	44	'E'	52.5592
234	'IRANY CERVI MORITZ'	1	'02'	52	'D'	52.5592
234	'IRANY CERVI MORITZ'	1	'02'	52	'E'	52.5592
236	'LUIZA PASSARELI DA SILVA'	1	'02'	54	'D'	80.1100
236	'LUIZA PASSARELI DA SILVA'	1	'02'	54	'E'	80.1100
237	'SEBASTIAN FISCHER'	1	'02'	98	'E'	80.1100
237	'SEBASTIAN FISCHER'	1	'02'	98	'D'	52.5592
238	'JOAO LEICINIO'	1	'02'	100	'D'	52.5592
238	'JOAO LEICINIO'	1	'02'	100	'E'	52.5592
239	'GUILHERME MARIANE'	1	'02'	129	'D'	45.0507
239	'GUILHERME MARIANE'	1	'02'	129	'E'	45.0507
240	'ERNESTO CERVI'	1	'02'	125	'E'	45.0507
240	'ERNESTO CERVI'	1	'02'	125	'D'	45.0507
241	'FRANCISCO A. SILVA'	1	'02'	117	'E'	45.0507
241	'FRANCISCO A. SILVA'	1	'02'	117	'D'	45.0507
242	'ARMANDO LUIZ KORMANN'	1	'02'	101	'E'	45.0507
242	'ARMANDO LUIZ KORMANN'	1	'02'	101	'D'	45.0507
243	'PEDRO ESTEVAO BERTEMES'	1	'03'	46	'E'	52.5592
243	'PEDRO ESTEVAO BERTEMES'	1	'03'	46	'D'	52.5592
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	119	'D'	30.0338
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	119	'E'	30.0338
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	242	'E'	30.0338
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	242	'D'	37.5423
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	285	'E'	45.0507
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	285	'D'	45.0507

244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	323	'D'	45.0507
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	323	'E'	45.0507
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	389	'E'	45.0507
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	389	'D'	45.0507
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	578	'E'	52.5592
244	'GAUDENCIO CAMPOS'	1	'03'	578	'D'	52.5592
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	57	'E'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	57	'D'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	110	'E'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	110	'D'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	169	'D'	52.5592
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	169	'E'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	238	'E'	45.0507
245	'NEREU RAMOS'	1	'03'	238	'D'	52.5592
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	109	'D'	30.0338
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	109	'E'	30.0338
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	229	'D'	37.5423
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	229	'E'	37.5423
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	382	'E'	45.0507
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	382	'D'	45.0507
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	506	'E'	52.5592
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	506	'D'	52.5592
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	571	'D'	63.8218
246	'JOAO CARLOS ABRAHAM'	1	'03'	571	'E'	52.5592
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	104	'D'	30.0338
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	104	'E'	30.0338
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	224	'E'	37.5423
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	224	'D'	37.5423
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	379	'D'	37.5423
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	379	'E'	37.5423
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	501	'D'	52.5592
247	'ALDO BRANDO'	1	'03'	501	'E'	52.5592
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	99	'D'	30.0338
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	99	'E'	30.0338
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	219	'E'	37.5423
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	219	'D'	30.0338
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	289	'D'	30.0338
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	289	'E'	37.5423
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	351	'E'	37.5423
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	351	'D'	37.5423
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	376	'E'	37.5423
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	376	'D'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	414	'E'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	414	'D'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	477	'D'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	477	'E'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	496	'D'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	496	'E'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	564	'D'	63.8218
248	'JOSE ALEXANDRE ROCHA'	1	'03'	564	'E'	101.3973

249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	58	'E'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	58	'D'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	111	'E'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	111	'D'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	173	'E'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	173	'D'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	252	'E'	37.5423
249	'NEUZA TEREZINHA ABRAHAN BECKER'	1	'03'	252	'D'	37.5423
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	58	'E'	30.0338
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	58	'D'	30.0338
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	113	'D'	30.0338
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	113	'E'	30.0338
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	175	'D'	37.5423
250	'ULDA GUERREIRO'	1	'03'	175	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	54	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	54	'E'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	117	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	117	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	176	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	176	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	205	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	205	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	234	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	234	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	281	'E'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	281	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	331	'E'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	331	'D'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	388	'D'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	388	'E'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	443	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	443	'D'	45.7800
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	508	'E'	30.0338
251	'JOAO VANDERLINO GUERREIRO'	1	'03'	508	'D'	45.7800
252	'TRES BARRAS'	1	'03'	195	'E'	26.2795
252	'TRES BARRAS'	1	'03'	195	'D'	26.2795
252	'TRES BARRAS'	1	'03'	226	'E'	26.2795
252	'TRES BARRAS'	1	'03'	226	'D'	26.2795
253	'MATILDE BOLOMINI SIMON'	1	'03'	180	'D'	26.2795
253	'MATILDE BOLOMINI SIMON'	1	'03'	180	'E'	26.2795
253	'MATILDE BOLOMINI SIMON'	1	'03'	211	'E'	26.2795
253	'MATILDE BOLOMINI SIMON'	1	'03'	211	'D'	26.2795
254	'HELENA REGINA GALOA'	1	'03'	180	'D'	26.2795
254	'HELENA REGINA GALOA'	1	'03'	180	'E'	26.2795
254	'HELENA REGINA GALOA'	1	'03'	212	'E'	40.0500
254	'HELENA REGINA GALOA'	1	'03'	212	'D'	26.2795
255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	179	'D'	26.2795
255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	179	'E'	26.2795
255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	212	'E'	26.2795
255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	212	'D'	26.2795

255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	366	'D'	26.2795
255	'MIGUEL ANTONIO ETUR'	1	'03'	366	'E'	26.2795
256	'SEBASTIAO MACHADO'	1	'03'	179	'E'	26.2795
256	'SEBASTIAO MACHADO'	1	'03'	179	'D'	26.2795
256	'SEBASTIAO MACHADO'	1	'03'	265	'D'	40.0500
256	'SEBASTIAO MACHADO'	1	'03'	265	'E'	26.2795
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	65	'D'	26.2795
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	65	'E'	26.2795
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	118	'D'	40.0500
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	118	'E'	40.0500
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	171	'D'	40.0500
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	171	'E'	26.2795
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	224	'E'	40.0500
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	224	'D'	40.0500
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	278	'D'	26.2795
257	'VER. GERCINO ANGELO DA SILVA'	1	'03'	278	'E'	40.0500
258	'IRENE MAYER'	1	'03'	57	'E'	52.5592
258	'IRENE MAYER'	1	'03'	57	'D'	52.5592
258	'IRENE MAYER'	1	'03'	107	'D'	52.5592
258	'IRENE MAYER'	1	'03'	107	'E'	80.1100
259	'MERCINA COTA DE CAMARGO'	1	'03'	100	'E'	56.5494
259	'MERCINA COTA DE CAMARGO'	1	'03'	100	'D'	56.5494
260	'LEDA REGINA BERTEMES SERPA'	1	'03'	45	'D'	52.5592
260	'LEDA REGINA BERTEMES SERPA'	1	'03'	45	'E'	80.1100
260	'LEDA REGINA BERTEMES SERPA'	1	'03'	100	'D'	52.5592
260	'LEDA REGINA BERTEMES SERPA'	1	'03'	100	'E'	80.1100
261	'MEINRADO RISTOW'	1	'03'	69	'E'	52.5592
261	'MEINRADO RISTOW'	1	'03'	69	'D'	52.5592
262	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'03'	58	'D'	37.5423
262	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'03'	58	'E'	37.5423
262	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'03'	105	'D'	37.5423
262	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'03'	105	'E'	37.5423
263	'HILDEBRANDO ROKE NOVAES'	1	'03'	85	'D'	30.0338
263	'HILDEBRANDO ROKE NOVAES'	1	'03'	85	'E'	30.0338
263	'HILDEBRANDO ROKE NOVAES'	1	'03'	126	'E'	30.0338
263	'HILDEBRANDO ROKE NOVAES'	1	'03'	126	'D'	30.0338
264	'SEM DENOMINAÇÃO'	1	'03'	68	'D'	123.2396
264	'SEM DENOMINAÇÃO'	1	'03'	68	'E'	197.0000
265	'PARA'	1	'03'	49	'D'	197.0000
265	'PARA'	1	'03'	49	'E'	197.0000
265	'PARA'	1	'03'	91	'E'	197.0000
265	'PARA'	1	'03'	91	'D'	197.0000
266	'DOMINGOS JAQUES'	1	'03'	95	'D'	112.6268
266	'DOMINGOS JAQUES'	1	'03'	95	'E'	171.6700
267	'BLUMENAU'	1	'03'	276	'E'	63.7866
267	'BLUMENAU'	1	'03'	276	'D'	63.7866
267	'BLUMENAU'	1	'03'	419	'D'	63.7866
267	'BLUMENAU'	1	'03'	419	'E'	63.7866
267	'BLUMENAU'	1	'03'	478	'D'	63.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	478	'E'	63.7866

267	'BLUMENAU'	1	'03'	494	'E'	63.7866
267	'BLUMENAU'	1	'03'	494	'D'	100.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	585	'E'	100.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	585	'D'	100.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	672	'E'	100.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	672	'D'	100.2296
267	'BLUMENAU'	1	'03'	733	'E'	112.6268
267	'BLUMENAU'	1	'03'	733	'D'	171.6700
268	'JOACABA'	1	'03'	69	'D'	52.5592
268	'JOACABA'	1	'03'	69	'E'	52.5592
268	'JOACABA'	1	'03'	127	'D'	52.5592
268	'JOACABA'	1	'03'	127	'E'	52.5592
269	'RIO DO SUL'	1	'03'	38	'D'	80.1100
269	'RIO DO SUL'	1	'03'	38	'E'	56.5494
270	'LAGES'	1	'03'	61	'E'	52.5592
270	'LAGES'	1	'03'	61	'D'	80.1100
270	'LAGES'	1	'03'	112	'E'	52.5592
270	'LAGES'	1	'03'	112	'D'	52.5592
271	'ERNESTA BECKER'	1	'03'	91	'E'	52.5592
271	'ERNESTA BECKER'	1	'03'	91	'D'	52.5592
272	'LUDOVINO DE MELO'	1	'03'	122	'E'	52.5592
272	'LUDOVINO DE MELO'	1	'03'	122	'D'	52.5592
273	'JOSE ADAO BERNES'	1	'03'	61	'D'	52.5592
273	'JOSE ADAO BERNES'	1	'03'	61	'E'	80.1100
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	128	'D'	26.2795
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	128	'E'	26.2795
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	259	'E'	26.2795
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	259	'D'	26.2795
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	342	'D'	26.2795
274	'ALFREDO WALTER GRAF'	1	'03'	342	'E'	26.2795
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	110	'D'	26.2795
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	110	'E'	26.2795
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	241	'D'	40.0500
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	241	'E'	26.2795
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	347	'D'	26.2795
275	'LEONEL RODOLFO DREWS (D)'	1	'03'	347	'E'	26.2795
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	95	'D'	26.2795
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	95	'E'	26.2795
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	226	'D'	26.2795
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	226	'E'	26.2795
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	447	'E'	30.0338
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	447	'D'	30.0338
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	527	'D'	45.0507
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	527	'E'	45.0507
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	662	'D'	52.5592
276	'FRANCISCA FIGUEIRO MORAES'	1	'03'	662	'E'	52.5592
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	73	'D'	40.0500
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	73	'E'	26.2795
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	204	'E'	26.2795
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	204	'D'	26.2795

277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	425	'D'	30.0338
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	425	'E'	30.0338
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	507	'E'	30.0338
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	507	'D'	45.0507
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	645	'D'	52.5592
277	'LUIZ WALENDOWSKY'	1	'03'	645	'E'	52.5592
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	88	'E'	26.2795
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	88	'D'	40.0500
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	309	'E'	30.0338
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	309	'D'	30.0338
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	390	'E'	45.0507
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	390	'D'	45.0507
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	529	'D'	52.5592
278	'ANTONIO WALENDOWSKY'	1	'03'	529	'E'	52.5592
279	'IBIRAMA'	1	'03'	187	'D'	45.7800
279	'IBIRAMA'	1	'03'	187	'E'	30.0338
279	'IBIRAMA'	1	'03'	268	'E'	45.0507
279	'IBIRAMA'	1	'03'	268	'D'	45.0507
279	'IBIRAMA'	1	'03'	407	'E'	52.5592
279	'IBIRAMA'	1	'03'	407	'D'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	34	'D'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	34	'E'	80.1100
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	57	'E'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	57	'D'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	114	'D'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	114	'E'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	171	'E'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	171	'D'	80.1100
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	194	'E'	52.5592
280	'IDA CENI LORENZI'	1	'03'	194	'D'	80.1100
281	'BRUSQUE'	1	'03'	49	'E'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	49	'D'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	106	'E'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	106	'D'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	163	'E'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	163	'D'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	220	'E'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	220	'D'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	379	'D'	45.0507
281	'BRUSQUE'	1	'03'	379	'E'	45.0507
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	84	'D'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	84	'E'	45.7800
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	141	'D'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	141	'E'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	198	'D'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	198	'E'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	255	'E'	30.0338
282	'VALMOR SERPA'	1	'03'	255	'D'	30.0338
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	41	'E'	40.0500
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	41	'D'	40.0500

283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	98	'D'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	98	'E'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	155	'E'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	155	'D'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	207	'D'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	207	'E'	40.0500
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	260	'E'	40.0500
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	260	'D'	26.2795
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	311	'E'	63.7866
283	'ARTUR GUERREIRO'	1	'03'	311	'D'	14.9500
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	37	'E'	40.0500
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	37	'D'	40.0500
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	94	'E'	26.2795
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	94	'D'	40.0500
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	146	'D'	40.0500
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	146	'E'	26.2795
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	199	'E'	26.2795
284	'ARISTINO GERCINO DA SILVA'	1	'03'	199	'D'	40.0500
285	'PAULO FELICIO MATHEUS'	1	'03'	64	'E'	26.2795
285	'PAULO FELICIO MATHEUS'	1	'03'	64	'D'	26.2795
285	'PAULO FELICIO MATHEUS'	1	'03'	130	'D'	26.2795
285	'PAULO FELICIO MATHEUS'	1	'03'	130	'E'	26.2795
287	'TRES AMIGOS'	1	'03'	45	'D'	45.0507
287	'TRES AMIGOS'	1	'03'	45	'E'	45.0507
288	'JOAO FERNANDO LOOZ'	1	'03'	52	'D'	45.0507
288	'JOAO FERNANDO LOOZ'	1	'03'	52	'E'	45.0507
290	'ARISTIDES RAUL GUERREIRO (F)'	1	'03'	97	'D'	26.2795
290	'ARISTIDES RAUL GUERREIRO (F)'	1	'03'	97	'E'	26.2795
291	'JOSE PETERMANN'	1	'03'	131	'E'	26.2795
291	'JOSE PETERMANN'	1	'03'	131	'D'	26.2795
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	13	'D'	45.7800
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	13	'E'	45.7800
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	121	'E'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	121	'D'	45.7800
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	150	'D'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	150	'E'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	235	'E'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	235	'D'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	300	'E'	30.0338
294	'PEDRO REIG'	4	'01'	300	'D'	45.7800
297	'THOMAZ AQUINO DA CUNHA'	4	'01'	38	'D'	30.0338
297	'THOMAZ AQUINO DA CUNHA'	4	'01'	38	'E'	30.0338
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	70	'E'	5.7680
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	70	'D'	11.2626
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	150	'D'	11.2626
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	150	'E'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	191	'E'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	191	'D'	11.2626
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	257	'D'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	257	'E'	8.6300

298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	491	'E'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	491	'D'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	826	'D'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	826	'E'	11.4400
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	953	'D'	8.6300
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	953	'E'	11.4400
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	1214	'E'	11.4400
298	'IZIDORO BERNARDINO BATISTA'	1	'04'	1214	'D'	8.6300
299	'ANTONIO ZEFERINO STEIN'	1	'04'	308	'D'	11.2626
299	'ANTONIO ZEFERINO STEIN'	1	'04'	308	'E'	11.2626
300	'ARTELINA VASOLER'	1	'04'	292	'E'	11.2626
300	'ARTELINA VASOLER'	1	'04'	292	'D'	11.2626
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	65	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	65	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	231	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	231	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	280	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	280	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	312	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	312	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	379	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	379	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	423	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	423	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	453	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	1	'04'	453	'D'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	521	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	521	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	552	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	552	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	571	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	571	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	601	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	601	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	620	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	620	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	650	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	650	'E'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	670	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	670	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	811	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	811	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	842	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	842	'D'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	906	'E'	34.3300
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	906	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	953	'D'	22.5253
302	'LUCIO JOSE AIROSO'	4	'01'	953	'E'	34.3300
303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	207	'D'	15.0169
303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	207	'E'	15.0169

303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	220	'E'	22.8900
303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	220	'D'	22.8900
303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	313	'E'	15.0169
303	'NILTA JOSEFA DE SOUZA E SILVA'	1	'04'	313	'D'	15.0169
304	'BENEDITO GUERREIRO'	1	'04'	231	'D'	15.0169
304	'BENEDITO GUERREIRO'	1	'04'	231	'E'	15.0169
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	248	'D'	15.0169
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	248	'E'	15.0169
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	320	'D'	8.6300
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	320	'E'	15.0169
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	379	'E'	15.0169
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	379	'D'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	711	'E'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	711	'D'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	859	'E'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	859	'D'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	990	'D'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	990	'E'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	1	'04'	1412	'D'	22.8900
305	'PEDRO GUERREIRO'	4	'01'	1412	'E'	15.1690
306	'ADRONICO ANASTACIO PEREIRA'	1	'04'	339	'E'	15.0169
306	'ADRONICO ANASTACIO PEREIRA'	1	'04'	339	'D'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	75	'D'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	75	'E'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	278	'E'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	278	'D'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	352	'E'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	352	'D'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	418	'D'	15.0169
307	'MARIA RAMOS GUERREIRO'	1	'04'	418	'E'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	232	'D'	22.8900
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	232	'E'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	290	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	290	'E'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	311	'E'	22.8900
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	311	'D'	22.8900
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	334	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	334	'E'	22.8900
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	348	'E'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	348	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	396	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	396	'E'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	439	'E'	22.8900
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	439	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	470	'D'	15.0169
308	'MAURILIO MANOEL DA SILVA'	1	'04'	470	'E'	22.8900
312	'ABILIO PEDRO DE SOUZA'	4	'01'	160	'E'	30.0338
312	'ABILIO PEDRO DE SOUZA'	4	'01'	160	'D'	30.0338
314	'JOSE LUDOVICO STEIN'	4	'01'	44	'D'	34.3300
314	'JOSE LUDOVICO STEIN'	4	'01'	44	'E'	34.3300

315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	134	'D'	15.0169
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	134	'E'	15.0169
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	219	'D'	15.0169
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	219	'E'	22.8900
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	312	'D'	17.1600
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	312	'E'	11.2626
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	485	'D'	15.0169
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	485	'E'	11.2626
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	705	'E'	5.9426
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	705	'D'	15.0169
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	797	'E'	8.9100
315	'DOS SAMAGAIAS'	4	'01'	797	'D'	22.8900
316	'SD'	4	'01'	33	'D'	11.2626
316	'SD'	4	'01'	33	'E'	11.2626
317	'TOMAZ CAMILO'	1	'04'	200	'E'	22.5253
317	'TOMAZ CAMILO'	1	'04'	200	'D'	22.5253
318	'MARLI MARIA DA SILVA'	1	'03'	66	'D'	40.0500
318	'MARLI MARIA DA SILVA'	1	'03'	66	'E'	26.2795
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'03'	36	'E'	26.2795
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'03'	36	'D'	40.0500
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'03'	65	'E'	26.2795
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'03'	65	'D'	40.0500
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'04'	171	'E'	40.0500
319	'GENTIL JOAQUIM MENDES FILHO'	1	'04'	171	'D'	40.0500
320	'BERTHOLDO BARON'	1	'01'	457	'E'	30.0338
320	'BERTHOLDO BARON'	1	'01'	457	'D'	30.0338
320	'BERTHOLDO BARON'	1	'01'	1157	'D'	15.0169
320	'BERTHOLDO BARON'	1	'01'	1157	'E'	45.7800
321	'EMILIO GEORG'	1	'03'	200	'E'	30.0338
321	'EMILIO GEORG'	1	'03'	200	'D'	30.0338
322	'ALEXANDRINA PRADO'	1	'04'	88	'D'	11.2626
322	'ALEXANDRINA PRADO'	1	'04'	88	'E'	11.2626
323	'PARTICULAR'	1	'02'	45	'D'	123.2396
323	'PARTICULAR'	1	'02'	45	'E'	123.2396
324	'IRICIO INACIO DA SILVA'	1	'04'	137	'D'	11.2626
324	'IRICIO INACIO DA SILVA'	1	'04'	137	'E'	11.2626
325	'OSVALDO FRANCISCO DOS SANTOS'	1	'04'	150	'E'	11.2626
325	'OSVALDO FRANCISCO DOS SANTOS'	1	'04'	150	'D'	17.1600
326	'PARTICULAR'	1	'03'	45	'D'	34.0175
326	'PARTICULAR'	1	'03'	45	'E'	51.0200
327	'SEBASTIAO FELICIO DE MELO'	1	'02'	72	'D'	52.5592
327	'SEBASTIAO FELICIO DE MELO'	1	'02'	72	'E'	80.1100
329	'JORGE RIBOLI RODRIGUES'	5	'01'	251	'E'	45.5659
329	'JORGE RIBOLI RODRIGUES'	5	'01'	251	'D'	45.5659
1067	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'01'	45	'E'	62.9400
1067	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'01'	45	'D'	41.2964
1190	'MINERVINA MARIA CONCEICAO'	1	'04'	121	'E'	15.0169
1190	'MINERVINA MARIA CONCEICAO'	1	'04'	121	'D'	15.0169
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	55	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	55	'D'	157.6776

1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	121	'D'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	121	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	169	'D'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	169	'E'	131.6100
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	193	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	193	'D'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	216	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	216	'D'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	312	'D'	60.0676
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	312	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	363	'D'	157.6776
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	363	'E'	86.3472
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	443	'D'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	443	'E'	131.6100
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	520	'E'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	520	'D'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	601	'E'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	601	'D'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	681	'E'	154.5000
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	681	'D'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	760	'D'	154.5000
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	760	'E'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	840	'E'	101.3641
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	840	'D'	154.5000
1522	'MANOEL FELIPE DA SILVA'	2	'01'	1414	'E'	86.3400
1523	'PARTICULAR'	2	'01'	50	'E'	86.3472
1523	'PARTICULAR'	2	'01'	50	'D'	68.7000
1600	'TOMAZIA PLETINCK'	2	'01'	71	'E'	22.8900
1600	'TOMAZIA PLETINCK'	2	'01'	71	'D'	22.8900
1600	'TOMAZIA PLETINCK'	2	'01'	135	'D'	15.0169
1600	'TOMAZIA PLETINCK'	2	'01'	135	'E'	22.8900
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	100	'D'	46.5837
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	100	'E'	46.5837
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	123	'E'	69.8700
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	123	'D'	46.5837
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	182	'D'	46.5837
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	182	'E'	69.8700
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	254	'D'	46.5837
1601	'ANDRE AMARO ZUNINO'	2	'01'	254	'E'	69.8700
1602	'VIRIATO MATEUS DE BITTENCOURT'	2	'01'	94	'D'	46.5837
1602	'VIRIATO MATEUS DE BITTENCOURT'	2	'01'	94	'E'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	71	'E'	69.8700
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	71	'D'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	72	'E'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	72	'D'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	73	'E'	69.8700
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	73	'D'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	150	'D'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	150	'E'	46.5837
1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	212	'D'	46.5837

1603	'VEREADOR MARCAL MANOEL DA SILVA'	2	'01'	212	'E'	46.5837
1604	'PROF.ª MARIA DO ESPIRITO SANTO BAYER'	2	'01'	55	'E'	46.5837
1604	'PROF.ª MARIA DO ESPIRITO SANTO BAYER'	2	'01'	55	'D'	46.5837
1606	'PASSAGEM P/PEDESTRES'	2	'01'	49	'D'	69.8700
1606	'PASSAGEM P/PEDESTRES'	2	'01'	49	'E'	69.8700
1619	'MARIA DA GLORIA DE ALMEIDA'	4	'01'	85	'E'	18.7711
1619	'MARIA DA GLORIA DE ALMEIDA'	4	'01'	85	'D'	18.7711
1620	'BASILIO LAURENCIO'	2	'01'	146	'D'	22.8900
1620	'BASILIO LAURENCIO'	2	'01'	146	'E'	41.2964
1620	'BASILIO LAURENCIO'	2	'01'	263	'E'	15.0169
1620	'BASILIO LAURENCIO'	2	'01'	263	'D'	15.0169
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1100	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1100	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1241	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1241	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1329	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1329	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1413	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1413	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1496	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1496	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1578	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1578	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1689	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1689	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1868	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1868	'D'	60.0676
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1917	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1917	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1962	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	1962	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	2027	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	2027	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	2121	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'01'	2121	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	360	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	360	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	730	'D'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	730	'E'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	788	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	788	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	849	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	849	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	941	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	2	'02'	941	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	30	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	30	'D'	157.6776
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	65	'D'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	65	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	252	'D'	157.6776

1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	252	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	263	'E'	240.3400
1621	'PRA PRAIA DE PORTO BELO'	4	'01'	263	'D'	240.3400
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	28	'D'	114.4500
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	28	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	192	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	192	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	211	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	211	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	336	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	336	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	415	'D'	114.4500
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	415	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	495	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	495	'E'	114.4500
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	576	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	576	'E'	114.4500
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	656	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	656	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	733	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	733	'E'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	913	'D'	75.0845
1624	'LEOPOLDO JOSE GUERREIRO'	2	'01'	913	'E'	75.0845
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	80	'E'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	80	'D'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	161	'E'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	161	'D'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	241	'D'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	241	'E'	97.2800
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	320	'E'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	320	'D'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	439	'D'	63.8218
1625	'DOUTOR ORLANDO PEREIRA'	2	'01'	439	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	61	'E'	97.2800
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	61	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	140	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	140	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	220	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	220	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	301	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	301	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	381	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	381	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	460	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	460	'D'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	514	'E'	63.8218
1626	'VENINO PEREIRA CRUZ'	2	'01'	514	'D'	41.2964
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	79	'E'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	79	'D'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	159	'D'	52.5592

1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	159	'E'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	240	'D'	80.1100
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	240	'E'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	318	'E'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	318	'D'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	416	'E'	52.5592
1627	'DA CARIOCA'	2	'01'	416	'D'	52.5592
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	80	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	80	'D'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	160	'D'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	160	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	240	'D'	62.9400
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	240	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	320	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	320	'D'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	397	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	397	'D'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	439	'E'	41.2964
1628	'JOAO MANOEL SERPA'	2	'01'	439	'D'	62.9400
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	50	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	50	'E'	51.5000
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	131	'E'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	131	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	210	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	210	'E'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	290	'E'	51.5000
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	290	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	371	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	371	'E'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	447	'D'	33.7880
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	447	'E'	51.5000
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	483	'E'	51.5000
1629	'FRANCISCO PEDRO PINHEIRO'	2	'01'	483	'D'	33.7880
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	28	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	28	'D'	45.7800
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	99	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	99	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	181	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	181	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	260	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	260	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	340	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	340	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	420	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	420	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	497	'D'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	497	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	528	'D'	45.7800
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	528	'E'	30.0338
1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	564	'D'	30.0338

1630	'JOSE JOAQUIM AMANCIO'	2	'01'	564	'E'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	71	'D'	13.3232
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	71	'E'	13.3232
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	153	'D'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	153	'E'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	231	'D'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	231	'E'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	312	'D'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	312	'E'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	391	'D'	30.0338
1631	'FRANCISCO PEIXOTO'	2	'01'	391	'E'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	51	'E'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	51	'D'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	129	'D'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	129	'E'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	210	'E'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	210	'D'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	271	'D'	30.0338
1632	'CANDIDO SAMAGAIA'	2	'01'	271	'E'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	70	'D'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	70	'E'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	149	'D'	26.2795
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	149	'E'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	229	'E'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	229	'D'	45.7800
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	292	'D'	30.0338
1633	'JOSE PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	292	'E'	30.0338
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	90	'D'	40.0500
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	90	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	177	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	177	'D'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	205	'D'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	205	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	290	'D'	40.0500
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	290	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	327	'D'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	327	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	412	'D'	40.0500
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	412	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	495	'E'	26.2795
1634	'LUIZ BATISTA'	2	'01'	495	'D'	40.0500
1635	'EREDES SERPA'	2	'01'	57	'E'	52.5592
1635	'EREDES SERPA'	2	'01'	57	'D'	52.5592
1635	'EREDES SERPA'	2	'01'	115	'E'	62.9400
1635	'EREDES SERPA'	2	'01'	115	'D'	7.5084
1636	'TEODORO REBELO'	2	'01'	59	'E'	62.9400
1636	'TEODORO REBELO'	2	'01'	59	'D'	41.2964
1637	'HEMORGENES DA SILVA'	2	'01'	252	'E'	52.5592
1637	'HEMORGENES DA SILVA'	2	'01'	252	'D'	52.5592
1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	95	'E'	52.5592

1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	95	'D'	52.5592
1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	188	'E'	52.5592
1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	188	'D'	52.5592
1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	238	'E'	52.5592
1638	'JACOB PEREIRA CRUZ'	2	'01'	238	'D'	52.5592
1639	'ANTONIO STADLER'	2	'01'	94	'D'	41.2964
1639	'ANTONIO STADLER'	2	'01'	94	'E'	41.2964
1639	'ANTONIO STADLER'	2	'01'	133	'E'	41.2964
1639	'ANTONIO STADLER'	2	'01'	133	'D'	41.2964
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	78	'E'	101.3641
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	78	'D'	154.5000
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	157	'E'	75.0845
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	157	'D'	75.0845
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	231	'E'	63.8218
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	231	'D'	63.8218
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	310	'E'	63.8218
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	310	'D'	63.8218
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	374	'E'	62.9400
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	374	'D'	41.2964
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	442	'E'	41.2964
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	442	'D'	41.2964
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	517	'E'	33.7880
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	517	'D'	51.5000
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	594	'E'	30.0338
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	594	'D'	30.0338
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	653	'E'	51.5000
1640	'ALDA TAVARES MATIAS'	2	'01'	653	'D'	33.7880
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	105	'D'	41.2964
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	105	'E'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	180	'E'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	180	'D'	51.5000
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	258	'D'	33.7880
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	258	'E'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	405	'E'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	405	'D'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	523	'E'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	523	'D'	30.0338
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	666	'D'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	666	'E'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	806	'D'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	806	'E'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	913	'D'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	913	'E'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1105	'E'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1105	'D'	15.0169
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1497	'D'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1497	'E'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1571	'D'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	1571	'E'	22.8900
1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	2015	'D'	15.0169

1641	'CARLOS ANTONIO DA SILVA FILHO'	2	'01'	2015	'E'	15.0169
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	90	'D'	101.3641
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	90	'E'	154.5000
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	168	'D'	101.3641
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	168	'E'	101.3641
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	247	'D'	75.0845
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	247	'E'	75.0845
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	321	'D'	63.8218
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	321	'E'	63.8218
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	399	'D'	63.8218
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	399	'E'	63.8218
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	477	'D'	52.5592
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	477	'E'	52.5592
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	557	'E'	62.9400
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	557	'D'	41.2964
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	634	'D'	33.7880
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	634	'E'	51.5000
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	711	'D'	30.0338
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	711	'E'	30.0338
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	788	'E'	63.8218
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	788	'D'	30.0338
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	837	'D'	30.0338
1642	'CAPITAO GUALBERTO LEAL NUNES'	2	'01'	837	'E'	63.8218
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	94	'D'	154.5000
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	94	'E'	101.3641
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	172	'E'	101.3641
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	172	'D'	154.5000
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	251	'D'	114.4500
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	251	'E'	75.0845
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	324	'E'	63.8218
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	324	'D'	63.8218
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	401	'E'	63.8218
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	401	'D'	63.8218
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	479	'D'	52.5592
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	479	'E'	52.5592
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	558	'D'	41.2964
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	558	'E'	41.2964
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	637	'E'	33.7880
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	637	'D'	41.2964
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	714	'E'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	714	'D'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	791	'D'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	791	'E'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	868	'D'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	868	'E'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	945	'D'	30.0338
1643	'JOSE GUERREIRO FILHO'	2	'01'	945	'E'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	69	'E'	154.5000
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	69	'D'	154.5000
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	147	'D'	101.3641

1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	147	'E'	154.5000
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	226	'D'	75.0845
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	226	'E'	114.4500
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	300	'D'	63.8218
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	300	'E'	63.8218
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	376	'D'	63.8218
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	376	'E'	63.8218
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	455	'E'	52.5592
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	455	'D'	52.5592
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	535	'E'	41.2964
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	535	'D'	41.2964
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	614	'E'	51.5000
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	614	'D'	33.7880
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	691	'D'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	691	'E'	33.7880
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	767	'D'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	767	'E'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	845	'D'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	845	'E'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	921	'D'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	921	'E'	30.0338
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	962	'E'	26.2795
1644	'IRINEU JOSE MOREIRA'	2	'01'	962	'D'	26.2795
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	41	'E'	154.5000
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	41	'D'	154.5000
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	119	'D'	101.3641
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	119	'E'	101.3641
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	198	'E'	75.0845
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	198	'D'	75.0845
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	271	'D'	63.8218
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	271	'E'	63.8218
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	349	'D'	63.8218
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	349	'E'	63.8218
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	427	'E'	52.5592
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	427	'D'	52.5592
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	507	'D'	41.2964
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	507	'E'	41.2964
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	584	'E'	33.7880
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	584	'D'	33.7880
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	661	'E'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	661	'D'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	737	'E'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	737	'D'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	815	'E'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	815	'D'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	893	'E'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	893	'D'	30.0338
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	969	'E'	26.2795
1645	'JOSE MANOEL SERPA'	2	'01'	969	'D'	26.2795
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	9	'E'	154.5000

1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	9	'D'	154.5000
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	87	'D'	154.5000
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	87	'E'	101.3641
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	166	'D'	114.4500
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	166	'E'	75.0845
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	319	'D'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	319	'E'	62.9400
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	396	'E'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	396	'D'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	476	'D'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	476	'E'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	552	'D'	41.2964
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	552	'E'	33.7880
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	629	'D'	30.0338
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	629	'E'	30.0338
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	706	'E'	30.0338
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	706	'D'	30.0338
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	754	'D'	30.0338
1646	'MANOEL FELIPE DA SILVA NETO'	2	'01'	754	'E'	30.0338
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	29	'E'	30.0338
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	29	'D'	45.7800
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	106	'D'	30.0338
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	106	'E'	30.0338
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	144	'D'	30.0338
1647	'PEDRO BENEDITO DE PAULA'	2	'01'	144	'E'	30.0338
1648	'JOSE REBELO'	2	'01'	239	'E'	63.8218
1648	'JOSE REBELO'	2	'01'	239	'D'	63.8218
1649	'ENGENHEIRO SERGIO SEPCKYLOW'	2	'01'	78	'D'	75.0845
1649	'ENGENHEIRO SERGIO SEPCKYLOW'	2	'01'	78	'E'	75.0845
1650	'NENA TREVISAM'	2	'01'	79	'E'	75.0845
1650	'NENA TREVISAM'	2	'01'	79	'D'	75.0845
1650	'NENA TREVISAM'	2	'01'	146	'D'	75.0845
1650	'NENA TREVISAM'	2	'01'	146	'E'	75.0845
1651	'TOMAZIA SIMAS'	2	'01'	79	'D'	75.0845
1651	'TOMAZIA SIMAS'	2	'01'	79	'E'	114.4500
1651	'TOMAZIA SIMAS'	2	'01'	121	'E'	114.4500
1651	'TOMAZIA SIMAS'	2	'01'	121	'D'	75.0845
1652	'VILA MATEUS'	2	'01'	82	'E'	37.5423
1652	'VILA MATEUS'	2	'02'	82	'D'	26.2795
1652	'VILA MATEUS'	2	'02'	82	'E'	37.5423
1653	'CLOTILDE MANOEL PINHEIRO'	2	'01'	81	'D'	240.3400
1653	'CLOTILDE MANOEL PINHEIRO'	2	'01'	81	'E'	240.3400
1654	'MAURO MOREIRA DA SILVA'	2	'01'	68	'E'	91.5600
1654	'MAURO MOREIRA DA SILVA'	2	'01'	68	'D'	60.0676
1655	'DEODATO JOAO LAURENCIO'	2	'01'	104	'E'	91.5600
1655	'DEODATO JOAO LAURENCIO'	2	'01'	104	'D'	60.0676
1656	'LUIZ CARLOS DA SILVA'	2	'01'	151	'D'	91.5600
1656	'LUIZ CARLOS DA SILVA'	2	'01'	151	'E'	60.0676
1657	'ALBERT FRANK'	2	'01'	93	'D'	91.5600
1657	'ALBERT FRANK'	2	'01'	93	'E'	91.5600

1658	'FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS'	2	'01'	114	'E'	86.3472
1658	'FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS'	2	'01'	114	'D'	60.0676
1660	'JOSÉ PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	62	'E'	240.3400
1660	'JOSÉ PONCIANO DA SILVA'	2	'01'	62	'D'	240.3400
1661	'MANOEL ZACARIAS DA SILVA'	2	'02'	43	'E'	240.3400
1661	'MANOEL ZACARIAS DA SILVA'	2	'02'	43	'D'	240.3400
1662	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'02'	46	'E'	240.3400
1662	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'02'	46	'D'	240.3400
1663	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'02'	52	'E'	240.3400
1663	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'02'	52	'D'	240.3400
1664	'DO BOSQUE'	2	'02'	67	'E'	82.5929
1664	'DO BOSQUE'	2	'02'	67	'D'	125.8900
1665	'BERTO COSTA'	2	'02'	76	'D'	60.0676
1665	'BERTO COSTA'	2	'02'	76	'E'	60.0676
1666	'OSCAR BAYER'	2	'02'	128	'E'	60.0676
1666	'OSCAR BAYER'	2	'02'	128	'D'	60.0676
1667	'SD'	2	'02'	46	'D'	34.3300
1667	'SD'	2	'02'	46	'E'	22.5253
1668	'JOAO BENEDITO GUERREIRO'	2	'02'	65	'D'	60.0676
1668	'JOAO BENEDITO GUERREIRO'	2	'02'	65	'E'	91.5600
1668	'JOAO BENEDITO GUERREIRO'	2	'02'	105	'D'	60.0676
1668	'JOAO BENEDITO GUERREIRO'	2	'02'	105	'E'	91.5600
1669	'SAO LUIZ'	2	'02'	26	'E'	40.0500
1669	'SAO LUIZ'	2	'02'	169	'E'	26.2795
1669	'SAO LUIZ'	2	'02'	169	'D'	26.2795
1669	'SAO LUIZ'	2	'02'	552	'D'	26.2795
1669	'SAO LUIZ'	2	'02'	552	'E'	26.2795
1669	'SAO LUIZ'	4	'01'	26	'D'	40.0500
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	70	'E'	9.9684
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	70	'D'	9.9684
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	245	'E'	26.2795
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	245	'D'	26.2795
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	327	'D'	26.2795
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	327	'E'	40.0500
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	504	'D'	26.2795
1670	'ANTONIO HILARIO REBELO'	2	'02'	504	'E'	26.2795
1671	'SAO BERNARDO'	2	'02'	98	'D'	40.0500
1671	'SAO BERNARDO'	2	'02'	98	'E'	26.2795
1672	'ALMIRO GOMES DE MIRANDA'	4	'01'	45	'D'	85.8300
1672	'ALMIRO GOMES DE MIRANDA'	4	'01'	45	'E'	85.8300
1673	'SD'	4	'01'	71	'E'	56.3134
1673	'SD'	4	'01'	71	'D'	85.8300
1674	'DAS VIEIRAS'	4	'01'	70	'E'	85.8300
1674	'DAS VIEIRAS'	4	'01'	70	'D'	56.3134
1674	'DAS VIEIRAS'	4	'01'	292	'E'	56.3134
1674	'DAS VIEIRAS'	4	'01'	292	'D'	56.3134
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	21	'E'	56.3134
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	21	'D'	85.8300
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	108	'E'	56.3134
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	108	'D'	85.8300

1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	145	'E'	157.6776
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	145	'D'	56.3134
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	246	'D'	56.3134
1675	'MILTON JOSE SERPA FILHO'	4	'01'	246	'E'	56.3134
1677	'PROF. GUILHERMINA MOREIRA DA SILVA'	2	'02'	48	'E'	26.2795
1677	'PROF. GUILHERMINA MOREIRA DA SILVA'	2	'02'	48	'D'	13.6068
1678	'LAURO MANOEL MENDONCA'	2	'02'	39	'D'	40.0500
1678	'LAURO MANOEL MENDONCA'	2	'02'	39	'E'	26.2795
1678	'LAURO MANOEL MENDONCA'	2	'02'	68	'D'	40.0500
1678	'LAURO MANOEL MENDONCA'	2	'02'	68	'E'	40.0500
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	84	'D'	240.3400
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	84	'E'	82.5929
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	187	'E'	240.3400
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	187	'D'	240.3400
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	291	'D'	240.3400
1679	'GASPAR LAUS NETO'	2	'02'	291	'E'	157.6776
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	45	'E'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	45	'D'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	46	'E'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	46	'D'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	78	'D'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	78	'E'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	163	'D'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	163	'E'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	189	'D'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	189	'E'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	218	'E'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	218	'D'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	305	'D'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	305	'E'	29.1609
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	348	'E'	44.4500
1680	'LUCIO JOAQUIM MENDES'	4	'01'	348	'D'	44.4500
1681	'ARACI EULANA COTA'	4	'01'	137	'E'	26.2795
1681	'ARACI EULANA COTA'	4	'01'	137	'D'	26.2795
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	66	'E'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	66	'D'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	127	'E'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	127	'D'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	279	'D'	18.7711
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	279	'E'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	318	'E'	30.0338
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	318	'D'	18.7711
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	499	'D'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	499	'E'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	675	'E'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	675	'D'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	790	'E'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	790	'D'	15.0169
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	978	'D'	11.2626
1683	'SEBASTIAO MANUEL JAQUES'	4	'01'	978	'E'	11.2626

1684	'DO CTG'	4	'01'	191	'D'	18.7711
1684	'DO CTG'	4	'01'	191	'E'	18.7711
1684	'DO CTG'	4	'01'	371	'D'	15.0169
1684	'DO CTG'	4	'01'	371	'E'	15.0169
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	18	'D'	45.7800
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	18	'E'	45.7800
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	59	'D'	45.7800
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	59	'E'	30.0338
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	210	'E'	30.0338
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	210	'D'	30.0338
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	390	'D'	30.0338
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	390	'E'	30.0338
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	444	'E'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	444	'D'	45.7800
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	566	'E'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	566	'D'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	633	'D'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	633	'E'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	681	'E'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	681	'D'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	712	'D'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	712	'E'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	866	'D'	11.2626
1685	'FRANCISCO SEVERIANO DOS SANTOS'	4	'01'	866	'E'	11.2626
1686	'MANOEL NUNES'	4	'01'	73	'D'	30.0338
1686	'MANOEL NUNES'	4	'01'	73	'E'	56.3134
1687	'MARIO MANOEL DA SILVA'	4	'01'	62	'E'	30.0338
1687	'MARIO MANOEL DA SILVA'	4	'01'	62	'D'	30.0338
1687	'MARIO MANOEL DA SILVA'	4	'01'	121	'E'	30.0338
1687	'MARIO MANOEL DA SILVA'	4	'01'	121	'D'	30.0338
1688	'MARIA LUZIA NUNES'	4	'01'	62	'D'	18.7711
1688	'MARIA LUZIA NUNES'	4	'01'	62	'E'	18.7711
1688	'MARIA LUZIA NUNES'	4	'01'	124	'D'	18.7711
1688	'MARIA LUZIA NUNES'	4	'01'	124	'E'	18.7711
1689	'DO CTG'	4	'01'	58	'E'	18.7711
1689	'DO CTG'	4	'01'	58	'D'	18.7711
1689	'DO CTG'	4	'01'	143	'E'	18.7711
1689	'DO CTG'	4	'01'	143	'D'	18.7711
1691	'B - LOT. ELDORADO'	4	'01'	63	'D'	5.9426
1691	'B - LOT. ELDORADO'	4	'01'	63	'E'	17.1600
1691	'B - LOT. ELDORADO'	4	'01'	123	'E'	17.1600
1691	'B - LOT. ELDORADO'	4	'01'	123	'D'	17.1600
1695	'CAN CAMINHO P/RESERVATORIO CASAN'	2	'01'	82	'D'	22.8900
1695	'CAN CAMINHO P/RESERVATORIO CASAN'	2	'01'	82	'E'	15.0169
1722	'SD'	2	'01'	38	'E'	22.8900
1722	'SD'	2	'01'	38	'D'	22.8900
1722	'SD'	2	'01'	59	'E'	15.0169
1722	'SD'	2	'01'	59	'D'	22.8900
1724	'SD'	2	'01'	43	'E'	22.5253
1724	'SD'	2	'01'	43	'D'	22.5253

1731	'DONA DELIA'	2	'02'	53	'D'	63.1648
1731	'DONA DELIA'	2	'02'	53	'E'	63.1648
1734	'GUILHERMINA GONCALVES'	4	'01'	279	'E'	29.1609
1734	'GUILHERMINA GONCALVES'	4	'01'	279	'D'	29.1609
1736	'ANTONIO MILIANO REBELO'	4	'01'	222	'D'	22.5253
1736	'ANTONIO MILIANO REBELO'	4	'01'	222	'E'	22.5253
1737	'MILTON JOSE SERPA (A)'	4	'01'	174	'D'	42.5054
1737	'MILTON JOSE SERPA (A)'	4	'01'	174	'E'	34.0073
1737	'MILTON JOSE SERPA (A)'	4	'01'	345	'D'	42.5054
1737	'MILTON JOSE SERPA (A)'	4	'01'	345	'E'	89.2674
1738	'MARIA BENTA DA SILVA CABRAL (C)'	4	'01'	95	'E'	34.0073
1738	'MARIA BENTA DA SILVA CABRAL (C)'	4	'01'	95	'D'	34.0073
1739	'NEUZA GONCALVES MENDES (B)'	4	'01'	122	'E'	100.0000
1739	'NEUZA GONCALVES MENDES (B)'	4	'01'	122	'D'	260.0000
1739	'NEUZA GONCALVES MENDES (B)'	4	'01'	246	'D'	89.2699
1739	'NEUZA GONCALVES MENDES (B)'	4	'01'	246	'E'	114.2654
1740	'DIAMANTINA MENDES (D)'	4	'01'	174	'D'	30.0338
1740	'DIAMANTINA MENDES (D)'	4	'01'	174	'E'	30.0338
1740	'DIAMANTINA MENDES (D)'	4	'01'	270	'D'	17.0036
1740	'DIAMANTINA MENDES (D)'	4	'01'	270	'E'	17.0036
1742	'PROJETADA'	4	'01'	35	'E'	44.4500
1742	'PROJETADA'	4	'01'	35	'D'	26.1609
2371	'SD'	1	'02'	45	'E'	197.0000
2371	'SD'	1	'02'	45	'D'	197.0000
2741	'ZEFERINO JERONIMO DA COSTA'	4	'01'	175	'E'	11.2626
2741	'ZEFERINO JERONIMO DA COSTA'	4	'01'	175	'D'	17.1600
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	167	'E'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	167	'D'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	260	'D'	22.5253
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	390	'E'	22.5253
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	390	'D'	22.5253
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	968	'E'	22.5253
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	2	'01'	1324	'D'	15.0169
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	260	'E'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	558	'D'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	558	'E'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	782	'D'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	782	'E'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	968	'D'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	1133	'E'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	1133	'D'	34.3300
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	1324	'E'	37.5423
2742	'PEDRO JACINTO DIAS'	3	'01'	1324	'D'	15.0169
2745	'B JD. PR ILHA BELLA'	1	'02'	42	'D'	26.2795
2745	'B JD. PR ILHA BELLA'	1	'02'	42	'E'	26.2795
2746	'RONALDO MATEUS'	1	'02'	132	'D'	26.2795
2746	'RONALDO MATEUS'	1	'02'	132	'E'	26.2795
2746	'RONALDO MATEUS'	1	'02'	167	'D'	26.2795
2746	'RONALDO MATEUS'	1	'02'	167	'E'	26.2795
2749	'LUIZ ALBERTO PEREIRA'	4	'01'	94	'E'	22.5253

2749	'LUIZ ALBERTO PEREIRA'	4	'01'	94	'D'	22.5253
2750	'VITOR JOAQUIM MENDES'	4	'01'	87	'E'	22.5253
2750	'VITOR JOAQUIM MENDES'	4	'01'	87	'D'	22.5253
2751	'MIGUEL FERREIRA DE ALMEIDA'	4	'01'	86	'D'	22.5253
2751	'MIGUEL FERREIRA DE ALMEIDA'	4	'01'	86	'E'	22.5253
2752	'LUDOVICO STEIN'	4	'01'	95	'E'	22.5253
2752	'LUDOVICO STEIN'	4	'01'	95	'D'	22.5253
2753	'MIGUEL ANASTACIO DO NASCIMENTO'	4	'01'	78	'D'	11.2626
2753	'MIGUEL ANASTACIO DO NASCIMENTO'	4	'01'	78	'E'	17.1600
2772	'SD'	1	'02'	45	'E'	200.4526
2772	'SD'	1	'02'	45	'D'	197.0000
2773	'SD'	1	'02'	43	'D'	197.0000
2773	'SD'	1	'02'	43	'E'	197.0000
2774	'SD'	1	'02'	44	'E'	197.0000
2774	'SD'	1	'02'	44	'D'	197.0000
2775	'SD'	1	'02'	41	'E'	197.0000
2775	'SD'	1	'02'	41	'D'	197.0000
2776	'HENRIQUE HERWIG'	1	'02'	41	'E'	197.0000
2776	'HENRIQUE HERWIG'	1	'02'	41	'D'	197.0000
2777	'SD'	1	'02'	49	'E'	197.0000
2777	'SD'	1	'02'	49	'D'	197.0000
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'03'	53	'D'	17.1600
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'03'	53	'E'	17.1600
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'04'	182	'E'	17.1600
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'04'	182	'D'	17.1600
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'04'	216	'E'	5.7680
2779	'JOAO JORDELINO DA SILVA'	1	'04'	216	'D'	5.7680
2781	'SD'	1	'01'	23	'D'	22.8900
2781	'SD'	1	'01'	23	'E'	15.0169
2782	'SD'	1	'01'	23	'D'	22.8900
2782	'SD'	1	'01'	23	'E'	15.0169
2783	'LAURO PRADO'	1	'04'	106	'E'	15.0169
2783	'LAURO PRADO'	1	'04'	106	'D'	15.0169
2784	'ONDINA MANOELA STEIN DA SILVA'	1	'04'	72	'E'	15.0169
2784	'ONDINA MANOELA STEIN DA SILVA'	1	'04'	72	'D'	22.8900
2786	'BERNARDINO DE SOUZA BATISTA'	1	'04'	42	'E'	17.1600
2786	'BERNARDINO DE SOUZA BATISTA'	1	'04'	42	'D'	8.6300
2787	'SD'	4	'01'	64	'D'	30.0338
2787	'SD'	4	'01'	64	'E'	45.7800
2788	'JORGE MARCOS DA SILVA'	4	'01'	57	'D'	45.7800
2788	'JORGE MARCOS DA SILVA'	4	'01'	57	'E'	45.7800
2788	'JORGE MARCOS DA SILVA'	4	'01'	80	'E'	30.0338
2788	'JORGE MARCOS DA SILVA'	4	'01'	80	'D'	30.0338
2789	'JOSE BENARDINO BITTENCOURT'	4	'01'	68	'E'	30.0338
2789	'JOSE BENARDINO BITTENCOURT'	4	'01'	68	'D'	30.0338
2790	'JORGE MARQUES DA SILVA'	4	'01'	38	'E'	30.0338
2790	'JORGE MARQUES DA SILVA'	4	'01'	38	'D'	30.0338
2791	'LAUDELINA ROSA OLIVEIRA'	4	'01'	152	'D'	26.2795
2791	'LAUDELINA ROSA OLIVEIRA'	4	'01'	152	'E'	26.2795
2792	'TEREZINHA GUERREIRO GONCALVES'	4	'01'	145	'D'	26.2795

2792	'TEREZINHA GUERREIRO GONCALVES'	4	'01'	145	'E'	26.2795
2793	'ANTONIO INACIO FURTUOSO'	4	'01'	178	'D'	11.2626
2793	'ANTONIO INACIO FURTUOSO'	4	'01'	178	'E'	17.1600
2796	'EXISTENTE'	1	'01'	246	'D'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	1	'01'	741	'D'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	246	'E'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	408	'E'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	408	'D'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	598	'D'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	598	'E'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	741	'E'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	1020	'E'	85.8300
2796	'EXISTENTE'	5	'01'	1020	'D'	85.8300
2800	'JOSE HIGINO REBELO'	4	'01'	113	'D'	11.2626
2800	'JOSE HIGINO REBELO'	4	'01'	113	'E'	17.1600
2801	'DO CTG'	4	'01'	176	'D'	18.7711
2801	'DO CTG'	4	'01'	176	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	271	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	271	'E'	17.1600
2801	'DO CTG'	4	'01'	429	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	429	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	481	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	481	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	530	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	530	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	683	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	683	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	751	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	751	'D'	17.1600
2801	'DO CTG'	4	'01'	935	'E'	17.1600
2801	'DO CTG'	4	'01'	935	'D'	11.2576
2801	'DO CTG'	4	'01'	1045	'E'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	1045	'D'	11.2626
2801	'DO CTG'	4	'01'	1299	'E'	17.1600
2801	'DO CTG'	4	'01'	1299	'D'	17.1600
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	35	'E'	37.5423
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	35	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	95	'E'	30.0400
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	120	'E'	45.7900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	141	'E'	30.0400
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	345	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	2466	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	2795	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	3749	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	6675	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	1	'04'	6675	'E'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	95	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	120	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	141	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	305	'E'	15.0169

2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	305	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	345	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	389	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	389	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	920	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	920	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	949	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	949	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	969	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	969	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1003	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1003	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1140	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1140	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1555	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	1555	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2367	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2367	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2466	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2795	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2914	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	2914	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3650	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3650	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3705	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3705	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3749	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3836	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	3836	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4337	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4337	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4470	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4470	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4638	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	4638	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5259	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5259	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5467	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5467	'E'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5516	'E'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	5516	'D'	22.8900
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	6448	'D'	15.0169
2811	'JOSE NEOLI CRUZ'	5	'01'	6448	'E'	15.0169
2812	'MARIA TOMAZI STEIN'	5	'01'	122	'E'	11.2626
2812	'MARIA TOMAZI STEIN'	5	'01'	122	'D'	11.2626
2813	'ANTONIO ROCHA'	5	'01'	198	'D'	11.2626
2813	'ANTONIO ROCHA'	5	'01'	198	'E'	11.2626
2814	'JOAO ROSLINDO'	5	'01'	119	'E'	17.1600
2814	'JOAO ROSLINDO'	5	'01'	119	'D'	11.2626
2816	'JOSE FRANCISCO DE LIMA'	5	'01'	31	'D'	11.2626

2816	'JOSE FRANCISCO DE LIMA'	5	'01'	31	'E'	11.2626
2817	'SVD MARCOLINO TEODORO DIAS'	5	'01'	82	'D'	11.2626
2817	'SVD MARCOLINO TEODORO DIAS'	5	'01'	82	'E'	11.2626
2817	'SVD MARCOLINO TEODORO DIAS'	5	'01'	95	'E'	15.0169
2817	'SVD MARCOLINO TEODORO DIAS'	5	'01'	95	'D'	11.2626
2818	'IVAN PACHECO'	5	'01'	91	'E'	11.2626
2818	'IVAN PACHECO'	5	'01'	91	'D'	11.2626
2819	'JUAREZ PEREIRA'	5	'01'	445	'D'	11.2626
2819	'JUAREZ PEREIRA'	5	'01'	445	'E'	11.2626
2820	'APOLINARIO DOS SANTOS'	5	'01'	54	'E'	11.2626
2820	'APOLINARIO DOS SANTOS'	5	'01'	54	'D'	11.2626
2821	'PALMEIRAS'	5	'01'	144	'D'	11.2626
2821	'PALMEIRAS'	5	'01'	144	'E'	17.1600
2823	'SD 12'	5	'01'	41	'E'	17.1600
2823	'SD 12'	5	'01'	41	'D'	11.2626
2824	'SILVA'	5	'01'	97	'D'	11.2626
2824	'SILVA'	5	'01'	97	'E'	11.2626
2825	'ADAO JOAO SANTANA'	5	'01'	131	'E'	11.2626
2825	'ADAO JOAO SANTANA'	5	'01'	131	'D'	11.2626
2826	'SEM DONIMINACAO'	5	'01'	156	'D'	17.1600
2826	'SEM DONIMINACAO'	5	'01'	156	'E'	11.2626
2826	'SEM DONIMINACAO'	5	'01'	420	'D'	17.1600
2826	'SEM DONIMINACAO'	5	'01'	420	'E'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	84	'E'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	84	'D'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	252	'D'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	252	'E'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	763	'E'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	763	'D'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	931	'D'	11.2626
2827	'SEBASTIAO MANOEL COELHO'	5	'01'	931	'E'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	86	'D'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	86	'E'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	321	'E'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	321	'D'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	435	'D'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	435	'E'	11.2626
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	464	'D'	17.1600
2828	'MANOEL IRINEU DA SILVA'	5	'01'	464	'E'	17.1600
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	236	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	236	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	269	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	269	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	320	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	320	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	362	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	362	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	424	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	424	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	465	'D'	11.2626

2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	465	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	490	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	490	'D'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	756	'E'	11.2626
2829	'JOAO REGIS NETO'	5	'01'	756	'D'	11.2626
2830	'SD 15'	5	'01'	73	'E'	11.2626
2830	'SD 15'	5	'01'	73	'D'	11.2626
2831	'SD 16'	5	'01'	50	'E'	11.2626
2831	'SD 16'	5	'01'	50	'D'	17.1600
2832	'SD 17'	5	'01'	33	'D'	11.2626
2832	'SD 17'	5	'01'	33	'E'	11.2626
2833	'SD 18'	5	'01'	46	'D'	11.2626
2833	'SD 18'	5	'01'	46	'E'	11.2626
2834	'SD 19'	5	'01'	31	'E'	11.2626
2834	'SD 19'	5	'01'	31	'D'	17.1600
2836	'SD 21'	5	'01'	55	'D'	11.2626
2836	'SD 21'	5	'01'	55	'E'	11.2626
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	41	'D'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	41	'E'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	186	'E'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	186	'D'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	205	'D'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	205	'E'	17.1600
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	955	'D'	11.2626
2837	'PEDRO ROMAO'	5	'01'	955	'E'	11.2626
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	1812	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	2065	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	2419	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	2746	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	3236	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	3739	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	4164	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	4701	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	4702	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	4835	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	4836	'D'	11.2626
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5701	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5702	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5703	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5704	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5914	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	5915	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	6146	'D'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	6147	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	5	'01'	8680	'D'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	1812	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	2065	'E'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	2419	'E'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	2746	'E'	15.0200
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	3236	'E'	15.0169

2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	3739	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	4164	'E'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	4701	'E'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	4835	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	4836	'E'	15.0169
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5701	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5702	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5703	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5704	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5914	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	5915	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	6146	'E'	22.8900
2838	'RODOVIA BR 101'	6	'01'	8680	'E'	15.0169
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	1	'01'	1541	'D'	17.1600
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	115	'E'	17.1600
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	115	'D'	17.1600
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	325	'E'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	325	'D'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	554	'D'	17.1600
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	554	'E'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	932	'E'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	932	'D'	17.1600
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	1476	'D'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	1476	'E'	11.2626
2839	'ADILSON CARLOS DA SILVA'	5	'01'	1541	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	457	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	457	'E'	11.2626
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	617	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	617	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	771	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	771	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	893	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	893	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1042	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1042	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1414	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1414	'D'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1733	'E'	17.1600
2842	'NILO CESAR ESTEVAO DE SOUZA'	5	'01'	1733	'D'	11.2626
2844	'JOAO AILTON AMANCIO'	4	'01'	171	'E'	11.2626
2844	'JOAO AILTON AMANCIO'	4	'01'	171	'D'	11.2626
2846	'SEV JOSE VALNER KRUSCISNKI'	5	'01'	78	'E'	5.9400
2846	'SEV JOSE VALNER KRUSCISNKI'	5	'01'	78	'D'	5.9400
2849	'SER. GUILHERMINA MARIA DA SILVA'	5	'01'	657	'D'	17.1600
2849	'SER. GUILHERMINA MARIA DA SILVA'	5	'01'	657	'E'	11.2626
2850	'LAUDELINO ANTONIO DA SILVA'	5	'01'	455	'D'	11.2626
2850	'LAUDELINO ANTONIO DA SILVA'	5	'01'	455	'E'	11.2626
2850	'LAUDELINO ANTONIO DA SILVA'	5	'01'	631	'E'	17.1600
2850	'LAUDELINO ANTONIO DA SILVA'	5	'01'	631	'D'	17.1600
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	126	'D'	12.5900

2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	126	'E'	12.5900
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	255	'E'	12.5900
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	255	'D'	8.2300
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	364	'D'	8.2300
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	364	'E'	12.5900
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	405	'E'	12.5900
2851	'ESTRADA ANTIGA DE SANTA LUZIA'	5	'01'	405	'D'	12.5900
2880	'SERVIDAO'	1	'03'	68	'D'	197.0000
2880	'SERVIDAO'	1	'03'	68	'E'	197.0000
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	260	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	260	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	480	'E'	15.0169
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	480	'D'	15.0200
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	790	'D'	15.0200
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	790	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	969	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	969	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1060	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1060	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1193	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1193	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1291	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1291	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1603	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	1603	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2094	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2094	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2238	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2238	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2313	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2313	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2428	'E'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2428	'D'	17.1600
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2477	'D'	15.0169
2900	'ADUCE GARCIA'	6	'01'	2477	'E'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	115	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	115	'E'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	270	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	270	'E'	8.0000
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	608	'E'	8.0000
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	608	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	718	'E'	8.0000
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	718	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	985	'E'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	985	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	1223	'D'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	1223	'E'	8.0000
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	1522	'E'	17.1600
2902	'ALIATAR SILVA'	6	'01'	1522	'D'	17.1600
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	241	'D'	22.8900

2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	241	'E'	15.0169
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	534	'D'	22.8900
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	534	'E'	22.8900
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	666	'D'	22.8900
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	666	'E'	22.8900
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	1549	'D'	22.8900
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	1549	'E'	15.0169
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	2197	'E'	15.0169
2903	'SANTOS DUMONT'	6	'01'	2197	'D'	15.0169
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	133	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	133	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	751	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	751	'E'	15.0169
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	903	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	903	'E'	15.0169
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	960	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	960	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1005	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1005	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1040	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1040	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1096	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1096	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1130	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1130	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1163	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1163	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1196	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1196	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1227	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1227	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1280	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1280	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1336	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1336	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1390	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1390	'D'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1441	'E'	22.8900
2904	'ALAMEDA SANTOS DUMONT'	6	'01'	1441	'D'	22.8900
2905	'DEDALO'	6	'01'	165	'E'	15.0169
2905	'DEDALO'	6	'01'	165	'D'	15.0169
2906	'ICARO'	6	'01'	165	'E'	15.0169
2906	'ICARO'	6	'01'	165	'D'	15.0169
2907	'LEONARDO DA VINCI'	6	'01'	165	'E'	15.0169
2907	'LEONARDO DA VINCI'	6	'01'	165	'D'	15.0169
2908	'WILBUR WRIGHT'	6	'01'	165	'E'	15.0169
2908	'WILBUR WRIGHT'	6	'01'	165	'D'	15.0169
2909	'ORVILLE WRICHT'	6	'01'	166	'E'	15.0169
2909	'ORVILLE WRICHT'	6	'01'	166	'D'	15.0169
2910	'LOUIS BLERIoT'	6	'01'	166	'E'	15.0169

2910	'LOUIS BLERIOT'	6	'01'	166	'D'	15.0169
2911	'SIR GEORGE CAYLEY'	6	'01'	167	'D'	15.0169
2911	'SIR GEORGE CAYLEY'	6	'01'	167	'E'	15.0169
2912	'CONDE ZEPPELIN'	6	'01'	167	'E'	15.0169
2912	'CONDE ZEPPELIN'	6	'01'	167	'D'	15.0169
2913	'WINNIE MAE'	6	'01'	116	'D'	22.8900
2913	'WINNIE MAE'	6	'01'	116	'E'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	108	'E'	15.0169
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	108	'D'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	189	'D'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	189	'E'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	249	'E'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	249	'D'	22.8900
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	479	'E'	15.0169
2914	'ALAMEDA DEMOISELLE'	6	'01'	479	'D'	22.8900
2915	'14 BIS'	6	'01'	333	'D'	15.0169
2915	'14 BIS'	6	'01'	333	'E'	15.0169
2916	'GABRIEL VOISIN'	6	'01'	152	'D'	22.8900
2916	'GABRIEL VOISIN'	6	'01'	152	'E'	22.8900
2917	'GUSTAVE WHITEHEAD'	6	'01'	153	'D'	22.8900
2917	'GUSTAVE WHITEHEAD'	6	'01'	153	'E'	22.8900
2918	'CLEMENT ADER'	6	'01'	152	'D'	22.8900
2918	'CLEMENT ADER'	6	'01'	152	'E'	22.8900
2919	'RICHARD PEARSE'	6	'01'	153	'E'	22.8900
2919	'RICHARD PEARSE'	6	'01'	153	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	640	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	640	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	685	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	685	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	730	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	730	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	775	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	775	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	808	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	808	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	841	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	841	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	874	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	874	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	907	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	907	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	960	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	960	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1014	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1014	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1069	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1069	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1118	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1118	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1176	'E'	22.8900

2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1176	'D'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1354	'D'	15.0169
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1354	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1387	'E'	22.8900
2920	'AMELYA MARY EARHART'	6	'01'	1387	'D'	22.8900
3271	'JOSE SANCHO'	2	'01'	314	'D'	22.5253
3271	'JOSE SANCHO'	2	'01'	314	'E'	22.5253
3272	'HENRIQUE MIGUEL NUNES'	4	'01'	78	'E'	22.5253
3272	'HENRIQUE MIGUEL NUNES'	4	'01'	78	'D'	22.5253
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	67	'E'	40.0500
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	67	'D'	40.0500
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	130	'D'	26.2795
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	130	'E'	40.0500
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	369	'D'	26.2795
3273	'MORRO DO SOL'	2	'02'	369	'E'	26.2795
3274	'ERNESTO STODIECK JUNIOR'	2	'02'	161	'E'	7.5084
3274	'ERNESTO STODIECK JUNIOR'	2	'02'	161	'D'	26.2795
3274	'ERNESTO STODIECK JUNIOR'	2	'02'	468	'E'	26.2795
3274	'ERNESTO STODIECK JUNIOR'	2	'02'	468	'D'	26.2795
3275	'SD'	2	'02'	167	'E'	7.5084
3275	'SD'	2	'02'	167	'D'	7.5084
3276	'SD'	2	'02'	185	'E'	7.5084
3276	'SD'	2	'02'	185	'D'	7.5084
3276	'SD'	2	'02'	221	'E'	7.5084
3276	'SD'	2	'02'	221	'D'	11.4400
3277	'SD'	2	'02'	150	'E'	7.5084
3277	'SD'	2	'02'	150	'D'	7.5084
3277	'SD'	2	'02'	264	'D'	11.4400
3277	'SD'	2	'02'	264	'E'	7.5084
3277	'SD'	2	'02'	496	'D'	7.5084
3277	'SD'	2	'02'	496	'E'	7.5084
3278	'SD'	2	'02'	120	'D'	7.5084
3278	'SD'	2	'02'	120	'E'	7.5084
3279	'SD'	2	'02'	85	'E'	11.4400
3279	'SD'	2	'02'	85	'D'	7.5084
3280	'SD'	2	'02'	45	'E'	7.5084
3280	'SD'	2	'02'	45	'D'	11.4400
3280	'SD'	2	'02'	98	'E'	7.5084
3280	'SD'	2	'02'	98	'D'	11.4400
3280	'SD'	2	'02'	273	'D'	7.5084
3280	'SD'	2	'02'	273	'E'	7.5084
3281	'SD'	2	'02'	101	'D'	40.0500
3281	'SD'	2	'02'	101	'E'	40.0500
3282	'MARIA CARDOSO'	4	'01'	127	'E'	34.3300
3282	'MARIA CARDOSO'	4	'01'	127	'D'	22.5253
3283	'EST MUNICIPAL P BELO LAGOA'	2	'01'	428	'E'	17.1600
3283	'EST MUNICIPAL P BELO LAGOA'	2	'01'	428	'D'	11.2626
3286	'SABIA'	2	'01'	240	'E'	22.5253
3286	'SABIA'	2	'01'	240	'D'	22.5253
3287	'TANGARA'	2	'01'	240	'D'	22.5253

3287	'TANGARA'	2	'01'	240	'E'	22.5253
3288	'GRALHA AZUL'	2	'01'	131	'D'	22.5253
3288	'GRALHA AZUL'	2	'01'	131	'E'	22.5253
3295	'SD-AO LADO DO I.C.B.ABRI'	2	'01'	79	'D'	91.5600
3295	'SD-AO LADO DO I.C.B.ABRI'	2	'01'	79	'E'	60.0676
3841	'MANOEL SERGIO DE ESPINDOLA'	4	'01'	97	'D'	11.2626
3841	'MANOEL SERGIO DE ESPINDOLA'	4	'01'	97	'E'	11.2626
3843	'ILDA CLARINDA MACHADO'	4	'01'	126	'D'	18.7711
3843	'ILDA CLARINDA MACHADO'	4	'01'	126	'E'	18.7711
3845	'SD'	4	'01'	77	'D'	17.1600
3845	'SD'	4	'01'	77	'E'	11.2626
3846	'SD'	4	'01'	33	'D'	11.2626
3846	'SD'	4	'01'	33	'E'	11.2626
4000	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'01'	39	'D'	240.3400
4000	'SEM DENOMINAÇÃO'	2	'01'	39	'E'	240.3400
4001	'SEM DENOMINAÇÃO 4001'	1	'02'	52	'E'	40.0500
4001	'SEM DENOMINAÇÃO 4001'	1	'02'	52	'D'	40.0500
4001	'SEM DENOMINAÇÃO 4001'	1	'02'	81	'D'	40.0500
4001	'SEM DENOMINAÇÃO 4001'	1	'02'	81	'E'	40.0500
4002	'SEM DENOMINAÇÃO 4002'	1	'02'	70	'D'	40.0500
4002	'SEM DENOMINAÇÃO 4002'	1	'02'	70	'E'	40.0500
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	36	'E'	17.1600
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	36	'D'	17.1600
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	152	'D'	11.2626
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	152	'E'	17.1600
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	232	'E'	17.1600
4003	'SEM DENOMINAÇÃO 4003'	4	'01'	232	'D'	17.1600
4004	'SEM DENOMINAÇÃO 4004'	2	'01'	73	'D'	22.8900
4004	'SEM DENOMINAÇÃO 4004'	2	'01'	73	'E'	15.0169
4005	'SEM DENOMINAÇÃO 4005'	2	'01'	60	'E'	22.8900
4005	'SEM DENOMINAÇÃO 4005'	2	'01'	60	'D'	22.8900
4005	'SEM DENOMINAÇÃO 4005'	2	'01'	72	'E'	22.8900
4005	'SEM DENOMINAÇÃO 4005'	2	'01'	72	'D'	22.8900
4006	'SEM DENOMINAÇÃO 4006'	2	'01'	75	'E'	22.8900
4006	'SEM DENOMINAÇÃO 4006'	2	'01'	75	'D'	22.8900
4007	'SEM DENOMINAÇÃO 4007'	2	'01'	62	'D'	15.0169
4007	'SEM DENOMINAÇÃO 4007'	2	'01'	62	'E'	15.0169
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	43	'E'	40.0500
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	43	'D'	40.0500
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	129	'E'	40.0500
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	129	'D'	40.0500
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	164	'E'	40.0500
4008	'SEM DENOMINAÇÃO 4008'	2	'02'	164	'D'	40.0500
4009	'SEM DENOMINAÇÃO 4009'	1	'01'	43	'E'	45.7800
4009	'SEM DENOMINAÇÃO 4009'	1	'01'	43	'D'	57.2200
4010	'SEM DENOMINAÇÃO 4010'	1	'01'	28	'D'	45.7800
4010	'SEM DENOMINAÇÃO 4010'	1	'01'	28	'E'	45.7800
4010	'SEM DENOMINAÇÃO 4010'	1	'01'	54	'E'	45.7800
4010	'SEM DENOMINAÇÃO 4010'	1	'01'	54	'D'	45.7800
4011	'SEM DENOMINAÇÃO 4011'	1	'01'	36	'E'	45.7800

4011	'SEM DENOMINAÇÃO 4011'	1	'01'	36	'D'	45.7800
4012	'SEM DENOMINAÇÃO 4012'	5	'01'	113	'D'	22.8900
4012	'SEM DENOMINAÇÃO 4012'	5	'01'	113	'E'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	30	'E'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	30	'D'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	70	'D'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	70	'E'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	109	'E'	22.8900
4013	'SEM DENOMINAÇÃO 4013'	1	'04'	109	'D'	22.8900
4014	'SEM DENOMINAÇÃO 4014'	3	'02'	60	'E'	63.8218
4014	'SEM DENOMINAÇÃO 4014'	3	'02'	60	'D'	63.8218
4015	'MORADA DO SOL'	1	'01'	88	'E'	97.2800
4015	'MORADA DO SOL'	1	'01'	88	'D'	97.2800
4015	'MORADA DO SOL'	1	'01'	170	'D'	97.2800
4015	'MORADA DO SOL'	1	'01'	170	'E'	97.2800
4016	'RUSALEM'	1	'01'	68	'D'	80.1100
4016	'RUSALEM'	1	'01'	68	'E'	80.1100
4016	'RUSALEM'	1	'01'	120	'D'	80.1100
4016	'RUSALEM'	1	'01'	120	'E'	80.1100
4016	'RUSALEM'	1	'01'	376	'D'	80.1100
4016	'RUSALEM'	1	'01'	376	'E'	80.1100
4017	'JOÃO WAGNER'	1	'01'	177	'E'	37.5423
4017	'JOÃO WAGNER'	1	'01'	177	'D'	85.8300
4018	'SEM DENOMINAÇÃO 4018'	1	'01'	288	'E'	85.8300
4018	'SEM DENOMINAÇÃO 4018'	1	'01'	288	'D'	85.8300
4019	'SEM DENOMINAÇÃO 4019'	1	'01'	102	'E'	85.8300
4019	'SEM DENOMINAÇÃO 4019'	1	'01'	102	'D'	85.8300
4020	'SEM DENOMINAÇÃO 4020'	1	'01'	33	'E'	85.8300
4020	'SEM DENOMINAÇÃO 4020'	1	'01'	33	'D'	85.8300
4021	'SEM DENOMINAÇÃO 4021'	1	'01'	48	'E'	80.1100
4021	'SEM DENOMINAÇÃO 4021'	1	'01'	48	'D'	80.1100
4022	'SEM DENOMINAÇÃO 4022'	1	'01'	121	'E'	17.1600
4022	'SEM DENOMINAÇÃO 4022'	1	'01'	121	'D'	17.1600
4023	'SEM DENOMINAÇÃO 4023'	1	'01'	51	'D'	17.1600
4023	'SEM DENOMINAÇÃO 4023'	1	'01'	51	'E'	17.1600
4024	'SEM DENOMINAÇÃO 4024'	1	'01'	209	'E'	97.2800
4024	'SEM DENOMINAÇÃO 4024'	1	'01'	209	'D'	97.2800
4025	'SEM DENOMINAÇÃO 4025'	1	'01'	13	'E'	97.2800
4025	'SEM DENOMINAÇÃO 4025'	1	'01'	13	'D'	97.2800
4025	'SEM DENOMINAÇÃO 4025'	1	'01'	96	'E'	97.2800
4025	'SEM DENOMINAÇÃO 4025'	1	'01'	96	'D'	97.2800
4026	'SEM DENOMINAÇÃO 4026'	1	'01'	33	'E'	97.2800
4026	'SEM DENOMINAÇÃO 4026'	1	'01'	33	'D'	97.2800
4027	'SEM DENOMINAÇÃO 4027'	6	'01'	39	'E'	22.8900
4027	'SEM DENOMINAÇÃO 4027'	6	'01'	39	'D'	22.8900
4027	'SEM DENOMINAÇÃO 4027'	6	'01'	97	'E'	22.8900
4027	'SEM DENOMINAÇÃO 4027'	6	'01'	97	'D'	22.8900
4028	'SEM DENOMINAÇÃO 4028'	3	'02'	203	'D'	37.3800
4028	'SEM DENOMINAÇÃO 4028'	3	'02'	203	'E'	37.3800
4028	'SEM DENOMINAÇÃO 4028'	3	'02'	350	'D'	37.3800

4028	'SEM DENOMINAÇÃO 4028'	3	'02'	350	'E'	37.3800
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	162	'D'	45.0507
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	162	'E'	112.6268
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	271	'D'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	271	'E'	112.6268
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	340	'E'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	340	'D'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	418	'E'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	418	'D'	91.5600
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	619	'E'	91.5600
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	619	'D'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	849	'D'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	849	'E'	112.6268
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1258	'E'	112.6268
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1258	'D'	171.6700
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1414	'E'	91.5600
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1414	'D'	60.0676
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1559	'D'	24.9213
6573	'FLAVIA VERONICA MARTELLINI'	3	'02'	1559	'E'	60.0676
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	111	'E'	60.0676
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	111	'D'	45.0507
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	375	'D'	37.5423
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	375	'E'	37.5423
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	575	'E'	37.5423
6574	'MARCOLINA MARIA DOS SANTOS'	3	'02'	575	'D'	37.5423
6575	'ROBERTO BARROSO'	3	'02'	185	'E'	112.6268
6575	'ROBERTO BARROSO'	3	'02'	185	'D'	93.8557
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	66	'E'	60.0676
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	66	'D'	143.0600
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	115	'E'	60.0676
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	115	'D'	143.0600
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	184	'E'	143.0600
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	184	'D'	60.0676
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	516	'D'	143.0600
6576	'BARBARA MARIA DE AQUINO'	3	'02'	516	'E'	60.0676
6578	'G DO JD. PARQUE DA GALHETA'	3	'02'	82	'D'	112.6268
6578	'G DO JD. PARQUE DA GALHETA'	3	'02'	82	'E'	125.8900
7121	'MANOEL INACIO SOARES'	2	'01'	1036	'E'	37.5423
7126	'B'	1	'02'	59	'E'	26.2795
7126	'B'	1	'02'	59	'D'	26.2795
7129	'HANS FURMANN'	1	'03'	41	'E'	171.6700
7129	'HANS FURMANN'	1	'03'	41	'D'	112.6268
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	58	'D'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	58	'E'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	83	'E'	22.8900
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	83	'D'	22.8900
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	118	'E'	22.8900
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	118	'D'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	147	'D'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	147	'E'	15.0169

7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	257	'D'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	257	'E'	15.0169
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	315	'E'	22.8900
7137	'SERAFIM RAULINO'	2	'01'	315	'D'	22.8900
7138	'REMUALDO LUIS DA SILVA'	2	'01'	27	'D'	22.8900
7138	'REMUALDO LUIS DA SILVA'	2	'01'	27	'E'	15.0169
7139	'CANDIDA AUGUSTA LEAL'	2	'01'	28	'D'	15.0169
7139	'CANDIDA AUGUSTA LEAL'	2	'01'	28	'E'	15.0169
7140	'VALMOR GUERREIRO'	2	'01'	45	'D'	15.0169
7140	'VALMOR GUERREIRO'	2	'01'	45	'E'	15.0169
7140	'VALMOR GUERREIRO'	2	'01'	86	'D'	22.8900
7140	'VALMOR GUERREIRO'	2	'01'	86	'E'	22.8900
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	329	'D'	75.0845
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	329	'E'	114.4500
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	475	'D'	114.4500
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	475	'E'	30.0338
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	622	'E'	114.4500
8217	'PAS PASSAGEM P/ PEDESTRE C.P.E.'	3	'02'	622	'D'	114.4500
8218	'PROJ. 3 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	82	'E'	101.3641
8218	'PROJ. 3 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	82	'D'	101.3641
8219	'PROJ. 2 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	63	'E'	75.0845
8219	'PROJ. 2 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	63	'D'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	114	'D'	114.4500
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	114	'E'	114.4500
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	323	'D'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	323	'E'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	404	'D'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	404	'E'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	455	'D'	114.4500
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	455	'E'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	562	'E'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	562	'D'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	625	'D'	75.0845
8220	'PROJ. 1 - COND. RES. P. ESTAL.'	3	'02'	625	'E'	114.4500
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'01'	128	'E'	112.6268
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	128	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	178	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	178	'E'	97.2800
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	244	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	244	'E'	112.6268
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	261	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	261	'E'	112.6268
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	288	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	288	'E'	112.6268
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	304	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	304	'E'	112.6268
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	461	'E'	101.3641
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	461	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	613	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	613	'E'	101.3641

8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	749	'E'	101.3641
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	749	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	950	'E'	52.5592
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	950	'D'	63.8218
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	1215	'D'	154.5000
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	1215	'E'	101.3641
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	1396	'E'	154.5000
8221	'ANTONIO JOSE D"AQUINO'	3	'02'	1396	'D'	154.5000
8222	'SD 1'	3	'01'	64	'E'	45.7800
8222	'SD 1'	3	'01'	64	'D'	30.0338
8225	'SD 3'	3	'01'	67	'D'	30.0338
8225	'SD 3'	3	'01'	67	'E'	30.0338
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	24	'D'	45.7800
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	24	'E'	30.0338
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	114	'E'	45.7800
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	114	'D'	45.7800
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	327	'E'	45.7800
8226	'RECANTO DOS ACORES'	3	'02'	327	'D'	45.7800
8227	'SD 5'	3	'02'	38	'E'	30.0338
8227	'SD 5'	3	'02'	38	'D'	30.0338
8231	'SD 7'	3	'02'	30	'E'	45.7800
8231	'SD 7'	3	'02'	30	'D'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	54	'E'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	54	'D'	45.7800
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	118	'D'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	118	'E'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	146	'D'	45.7800
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	146	'E'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	171	'D'	45.7800
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	171	'E'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	224	'E'	30.0338
8234	'MANOEL CORREIA'	3	'02'	224	'D'	45.7800
8235	'SD'	3	'02'	98	'E'	30.0338
8235	'SD'	3	'02'	98	'D'	45.7800
8235	'SD'	3	'02'	304	'D'	45.7800
8235	'SD'	3	'02'	304	'E'	45.7800
8236	'SD 6'	3	'02'	33	'E'	30.0338
8236	'SD 6'	3	'02'	33	'D'	45.7800
8237	'SD 8'	3	'02'	23	'E'	30.0338
8237	'SD 8'	3	'02'	23	'D'	30.0338
8771	'PEDRO PAULO DOS SANTOS'	1	'01'	588	'D'	18.7711
8771	'PEDRO PAULO DOS SANTOS'	1	'01'	588	'E'	28.6100
8771	'PEDRO PAULO DOS SANTOS'	1	'01'	737	'E'	28.6100
8771	'PEDRO PAULO DOS SANTOS'	1	'01'	737	'D'	30.0338
8772	'ILH ILHA JOAO DA CUNHA BITENCOURT'	2	'01'	140	'D'	206.0100
8772	'ILH ILHA JOAO DA CUNHA BITENCOURT'	2	'01'	140	'E'	135.1522
8773	'SAO MIGUEL'	1	'02'	138	'E'	26.2792
8773	'SAO MIGUEL'	1	'02'	138	'D'	26.2795
8773	'SAO MIGUEL'	1	'02'	217	'D'	40.0500
8773	'SAO MIGUEL'	1	'02'	217	'E'	26.2795

8774	'MORRO DOS ANJOS'	2	'01'	175	'E'	45.7800
8774	'MORRO DOS ANJOS'	2	'01'	175	'D'	30.0338
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	133	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	133	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	206	'D'	80.1100
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	206	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	274	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	274	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	343	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	343	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	412	'D'	80.1100
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	412	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	526	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	526	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	597	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	597	'E'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	688	'D'	52.5592
8775	'DORVALINO VOLTOLINI'	1	'02'	689	'E'	52.5592
8776	'MANOEL SERGIO PEREIRA'	1	'02'	154	'D'	41.2964
8776	'MANOEL SERGIO PEREIRA'	1	'02'	154	'E'	41.2964
8777	'DA VERDADE'	1	'02'	147	'E'	41.2964
8777	'DA VERDADE'	1	'02'	147	'D'	41.2964
8778	'FELICIDADE'	1	'02'	152	'D'	41.2964
8778	'FELICIDADE'	1	'02'	152	'E'	41.2964
8779	'PLACIDA DE SOUZA FONSECA'	1	'02'	152	'D'	41.2964
8779	'PLACIDA DE SOUZA FONSECA'	1	'02'	152	'E'	41.2964
8780	'MARCAL PEREIRA DO NASCIMENTO'	1	'02'	153	'D'	41.2964
8780	'MARCAL PEREIRA DO NASCIMENTO'	1	'02'	153	'E'	41.2964
8781	'OLMIRO SANTIAGO DE AZEVEDO'	1	'02'	153	'D'	41.2964
8781	'OLMIRO SANTIAGO DE AZEVEDO'	1	'02'	153	'E'	41.2964
8782	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'04'	119	'D'	17.1600
8782	'MANOEL BERNARDINO GOMES'	1	'04'	119	'E'	17.1600
8783	'PELOTAS'	1	'02'	68	'D'	52.5592
8783	'PELOTAS'	1	'02'	68	'E'	52.5592
8784	'LIBERATO PLACIDO DOS SANTOS'	4	'01'	46	'D'	17.1600
8784	'LIBERATO PLACIDO DOS SANTOS'	4	'01'	46	'E'	17.1600
8784	'LIBERATO PLACIDO DOS SANTOS'	4	'01'	147	'D'	15.0169
8784	'LIBERATO PLACIDO DOS SANTOS'	4	'01'	147	'E'	11.2626
8785	'IZABEL ROGRIGUES'	4	'01'	187	'E'	11.2626
8785	'IZABEL ROGRIGUES'	4	'01'	187	'D'	11.2626
8786	'PARANA'	4	'01'	190	'E'	11.2626
8786	'PARANA'	4	'01'	190	'D'	11.2626
8786	'PARANA'	4	'01'	235	'E'	17.1600
8786	'PARANA'	4	'01'	235	'D'	17.1600
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	176	'E'	11.2626
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	176	'D'	11.2626
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	291	'E'	11.2626
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	291	'D'	11.2626
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	478	'E'	11.2626
8787	'SEBASTIAO GONCALVES FILHO'	4	'01'	478	'D'	11.2626

8788	'ANGELICA ALBANO'	4	'01'	181	'E'	11.2626
8788	'ANGELICA ALBANO'	4	'01'	181	'D'	17.1600
8788	'ANGELICA ALBANO'	4	'01'	205	'E'	18.7711
8788	'ANGELICA ALBANO'	4	'01'	205	'D'	17.1600
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	64	'D'	11.2626
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	64	'E'	11.2626
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	123	'D'	11.2626
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	123	'E'	11.2626
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	217	'E'	11.2626
8789	'LUIZ SCABURI'	4	'01'	217	'D'	11.2626
8790	'JOEL GONCALVES'	4	'01'	63	'D'	11.2626
8790	'JOEL GONCALVES'	4	'01'	63	'E'	11.2626
8790	'JOEL GONCALVES'	4	'01'	124	'D'	11.2626
8790	'JOEL GONCALVES'	4	'01'	124	'E'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	63	'D'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	63	'E'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	124	'E'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	124	'D'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	174	'D'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	174	'E'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	281	'D'	11.2626
8792	'MANOEL MACHADO'	4	'01'	281	'E'	11.2626
8793	'ANTONIO ADRONICO PEREIRA'	4	'01'	64	'E'	30.0338
8793	'ANTONIO ADRONICO PEREIRA'	4	'01'	64	'D'	11.2626
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	182	'D'	26.2795
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	182	'E'	63.8218
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	685	'E'	37.5423
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	685	'D'	26.2795
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	712	'E'	112.6268
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	712	'D'	63.8218
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	789	'D'	63.8218
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	789	'E'	112.6268
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	895	'D'	97.2800
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	895	'E'	97.2800
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	1072	'E'	112.6268
8821	'DOMINGOS JOAO DOS SANTOS'	3	'01'	1072	'D'	63.8218
8823	'JOAQUIM DOMINGOS INACIO'	3	'02'	816	'E'	52.5592
8823	'JOAQUIM DOMINGOS INACIO'	3	'02'	816	'D'	52.5592
15635	'NELCI MARIA MACHADO DE SOUZA'	2	'02'	70	'E'	32.9148
15635	'NELCI MARIA MACHADO DE SOUZA'	2	'02'	70	'D'	32.9148
16073	'AMBROSIO DA SILVA MAFRA'	1	'02'	46	'E'	197.0000
16073	'AMBROSIO DA SILVA MAFRA'	1	'02'	46	'D'	197.0000

ANEXO III

ANEXO III - Lei Municipal nº nº 2.143, de 28 de abril de 2014 - IPTU		
Tabela VIII - Valor do M2 por Tipo de Edificação		VALOR EM UFM-PB
Casa		220,00
Apartamento		310,00
Sala/Loja		310,00
Galpão		220,00
Fábrica / Indústria		260,00
Hotéis / Motéis/Pousadas		300,00
Alojamentos		130,00
Garagem		200,00
Edícula		180,00
Telheiro		150,00
Templo		250,00
Prédio Público		250,00

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 012/2014**

RESOLUÇÃO Nº 012/2014

"EXONERA ASSESSOR JURIDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, com o disposto no artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 11, inciso VIII do Regimento Interno, resolve:

ART. 1º - Exonera João José da Cruz Neto, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 22.590, da Categoria Funcional de Diretor Jurídico, pertencente ao grupo de Assessoramento Técnico Comissionado com vencimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 053/14.

ART. 2º - As despesas decorrentes da presente resolução, correrão por conta de dotação específica do Orçamento vigente.

ART. 3º - Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de dezembro de 2014.

João Mendes
PresidenteEduardo Prado
Vice PresidenteJonas Amadeu Raulino
1º SecretárioEstevão B. Guerreiro
2º SecretárioPaço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"**Presidente Castello Branco****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014**

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:15 (oito horas e quinze minutos), do dia 22 (vinte e dois) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização na Avenida 17 de Fevereiro, Município de Presidente Castello Branco (SC), com área pavimentada de 1.120m², compreendendo esta fase a Etapa I da pavimentação, atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 1274, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), contendo no Anexo I do presente Edital o projeto básico de engenharia (memorial descritivo e plantas baixas). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), do dia 22 (vinte e dois) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização na Avenida 17 de Fevereiro, Município de Presidente Castello Branco, com área pavimentada de 1.280m², compreendendo esta fase a Etapa II da pavimentação, atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 2142, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), contendo no Anexo I do presente Edital o projeto básico de engenharia (memorial descritivo e plantas baixas). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2014
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:15 (treze horas e quinze minutos), do dia 22 (vinte e dois) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização na Rua Alberto Ernesto Lang, com área pavimentada de 693m², Rua Dois Irmãos, com área pavimentada de 996m², Travessa Zeferino Matiollo, com área pavimentada de 559,81m², Avenida 15 de Novembro, com área pavimentada de 4.511,65m², Rua Pedro Sampietro, com área pavimentada de 1.693,23m², Avenida 17 de Fevereiro e Rua Ervino Wille, com área pavimentada de 1.953m², atendendo ao Contrato de Repasse nº 790026/2013/Mistério das Cidades/Caixa, celebrado entre o Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Presidente Castello Branco (SC), contendo no Anexo I do presente Edital o projeto básico de engenharia (projeto de execução, relatório do projeto e orçamento). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 14 (quatorze) de janeiro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de veículos automotores, zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2014/2015 para renovação parcial da frota de veículos do Município de Presidente Castello Branco (SC), atendendo ao Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, conforme especificações detalhadas no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 332/2014

PORTARIA Nº. 332/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. DIRLEI CATARINA ARIATTI NUNES, matrícula funcional nº 999, do cargo de auxiliar de limpeza, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 333/2014

PORTARIA Nº. 333/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JAQUELINE VULBRACK, matrícula funcional nº 1001, do cargo de auxiliar de limpeza, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 334/2014

PORTARIA Nº. 334/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JAINE APARECIDA ANSILIERO, matrícula funcional nº 1110, do cargo de auxiliar de limpeza, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 335/2014

PORTARIA Nº. 335/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. SILVANA DE FATIMA VIEIRA ALONCIO, matrícula funcional nº 1114, do cargo de auxiliar de limpeza, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 336/2014

PORTARIA Nº. 336/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARISA DOS SANTOS, matrícula funcional nº 1028, do cargo de auxiliar administrativo, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 337/2014

PORTARIA Nº. 337/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. DILVANE ANTONIO DOS SANTOS, matrícula funcional nº 1106, do cargo de operário braçal, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 338/2014

PORTARIA Nº. 338/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. DANIELA DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 1029, do cargo de Auxiliar administrativo, da Secretaria agropecuária e meio ambiente.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 339/2014

PORTARIA Nº. 339/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARINA HARTCOPH, matrícula funcional nº 1005, do cargo de enfermeira, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 340/2014

PORTARIA Nº. 340/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. EDIANA CASTANHEIRO, matrícula funcional nº 1048, do cargo de agente comunitária de saúde, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 341/2014

PORTARIA Nº. 341/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. LUCILEIA LOCATELLI ZANELLA, matrícula funcional nº 1041, do cargo de agente comunitária de saúde, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 342/2014

PORTARIA Nº. 342/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. FABIANA GODINHO, matrícula funcional nº 1011, do cargo de Auxiliar de limpeza urbana, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 343/2014

PORTARIA Nº. 343/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARISTELA ALVES DOS SANTOS, matrícula funcional nº 1014, do cargo de Auxiliar de limpeza urbana, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 344/2014

PORTARIA Nº. 344/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. FRANCIELE MEZZARI, matrícula funcional nº 1027, do cargo de Auxiliar administrativo, da Secretaria de saúde e assistência social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 345/2014

PORTARIA Nº. 345/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. ZURIEL MARCO AZZOLINI BUSSI, matrícula funcional nº 1030, do cargo de técnico em compras e licitação, da Secretaria de Administração e Finanças.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 346/2014

PORTARIA Nº. 346/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. CAMILO DORNELES, do cargo em comissão de Diretor adjunto de departamento.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 347/2014

PORTARIA Nº. 347/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Srta. DÉBORA BARONCHELLO, do cargo em comissão de Diretor adjunto de departamento.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 348/2014

PORTARIA Nº. 348/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. SIMONE CARRILHO TAVERES BORGA, do cargo em comissão de Diretor geral de ensino.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 349/2014

PORTARIA Nº. 349/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. ORLANDO ABATI, do cargo em comissão de Diretor geral de departamento.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 350/2014

PORTARIA Nº. 350/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. JOÃO IVANOR DO PRADO, matrícula funcional nº 1107, do cargo de operador de máquina classe II, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 351/2014

PORTARIA Nº. 351/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. DIRNEI PERÃO, matrícula funcional nº 1019, do cargo de operador de máquina classe II, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 352/2014

PORTARIA Nº. 352/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. VILSO JOSÉ VENTURIN, matrícula funcional nº 1018, do cargo de operador de máquina classe II, da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2014 - DL

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Objeto: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 909 DE 10/01/2013, PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, EXERCÍCIO 2015.

Da base legal: Com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Da justificativa: A contratação junto ao CIGA é dispensada a licitação, tendo em vista que a contratação é de natureza interadministrativa, pois o CIGA integra a administração indireta do Município consorciado, resta dispensada a licitação pública. Em outras palavras, os contratos de rateio são celebrados entre órgãos da administração do mesmo ente federativo, o que implica na dispensa de licitação. O amparo legal para a dispensa da licitação consta no art. 2º, • 1º, III da Lei nº 11.107/05 e no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 3.420,00 (Três mil, quatrocentos e vinte reais).

Assinatura: 29/12/2014

Vigência: 02/01/2015 à 31/12/2015.

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2014 - DL

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC.

CNPJ: 01.356.308/0001-37

Objeto: Aquisição de Medicamentos para Atendimento nas Unidades de Saúde do Município, Através do Pregão nº. 01/2014/ Cis-Amesc, Para distribuição nas Unidades de Saúde durante o primeiro semestre de 2015.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado. Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 236.635,29 (duzentos e trinta e seis mil seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e

nove centavos).

Assinatura: 29/12/2014

Vigencia:02/01/2015 à 30/06/2015

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2014 - DL

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA: REGIM E SIMPLES NACIONAL.

Da base legal: Com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93. Da justificativa: A contratação junto ao CIGA é dispensada a licitação, tendo em vista que a contratação é de natureza interadministrativa, pois o CIGA integra a administração indireta do Município consorciado, resta dispensada a licitação pública. Em outras palavras, os contratos de rateio são celebrados entre órgãos da administração do mesmo ente federativo, o que implica na dispensa de licitação. O amparo legal para a dispensa da licitação consta no art. 2º, • 1º, III da Lei nº 11.107/05 e no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 3.540,00 (Três mil, quinhentos e quarenta reais).

Assinatura: 29/12/2014

Vigencia:02/01/2015 à 31/12/2015.

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

ERRATA DE CONTRATO Nº 191/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Contrato nº 191/2014

Publicação na Edição nº 1645 de 22/12/2014

Onde lê-se:

Do Objeto: "Processo de Licitação nº 95/2014 - DL"

Leia-se:

Do Objeto: "Processo de Licitação nº 98/2014 - DL"

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO N. 328/2014, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N. 328/2014, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito do Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, com fundamento no disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Municipal nº. 1237/2014, que estima a receita e fixa a despesa do município, e

Considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro,

DECRETA:

=====

Art. 1º. Os valores anuais autorizados para movimentação e empenho, conforme a Lei Municipal nº. 1237, de 09 de dezembro de 2014, terão sua execução limitada conforme os valores indicados nos Balancetes de Despesas em anexo.

Parágrafo Único. Ficam assegurados os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes de vinculação constitucional e legal, bem como as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e, ainda, as despesas incompressíveis e inadiáveis, como as decorrentes de contratos de terceirização de serviços públicos essenciais e folha de pagamento dos servidores.

Art. 2º. Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ficam reprogramadas as receitas estimadas para 2014, nos limites estabelecidos para a limitação das despesas, conforme reza nos Balancetes de Despesas em anexo.

Art. 3º. A arrecadação orçamentária excedente à estimativa reprogramada no artigo 2º autoriza a revisão da limitação estabelecida no artigo 1º, de modo a garantir o equilíbrio orçamentário ao final deste exercício.

Art. 4º. Os Secretários Municipais são responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 6º. As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº 329/2014

DECRETO Nº 329/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Neide Teresinha Delalibera, matrícula nº 1203/3 e 1204/1, CPF: 031.707.709.00, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 330/2014

DECRETO Nº 330/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Paula Regina Gnoatto, matrícula nº 1242/4, CPF: 053.870.909.02, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 331/2014

DECRETO Nº 331/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Tereza Back Bernardi, matrícula nº 1200/9, CPF: 867.236.509.72, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 332/2014

DECRETO Nº 332/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Adriane Maria Spiscker, matrícula nº 1269/9, CPF: 911.400.800.91, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 333/2014

DECRETO Nº 333/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Janete R.De Lima Krause, matrícula nº 1232/7, CPF: 021.759.499.90, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 334/2014

DECRETO Nº 334/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Neide Salini, matrícula nº 1221/1, CPF: 062.588.889.84, ocupante do Chefe de Divisão, 40 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 335/2014

DECRETO Nº 335/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Simone Tonello, matrícula nº 1185/1, CPF: 066.493.729.27, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 336/2014

DECRETO Nº 336/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Francieli Mayer, matrícula nº 1262/9 e 1241/6, CPF: 081.593.309.60, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 337/2014

DECRETO Nº 337/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Juliana Pereira de Oliveira, matrícula nº 1236/0, CPF: 052.070.919.56, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 338/2014

DECRETO Nº 338/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Cleunice Bourscheid, matrícula nº 1228/9, CPF: 071.951.999.32, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 339/2014

DECRETO Nº 339/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Glauca dos Santos, matrícula nº 1263/7, CPF: 084.814.509.79, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 340/2014

DECRETO Nº 340/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Vanilce Ferri Grandi, matrícula nº 1239/4, CPF: 867.241.189.72, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 341/2014

DECRETO Nº 341/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Andreia Rodrigues, matrícula nº 1238/6, CPF: 066.681.719.74, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 342/2014

DECRETO Nº 342/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Darcia de Almeida, matrícula nº 1230/0, CPF: 091.721.859.02, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 343/2014

DECRETO Nº 343/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Lidia Baungratz Back, matrícula nº 1229/7, CPF: 799.998.329.20, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 344/2014

DECRETO Nº 344/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Carla Paula Nohatto, matrícula nº 1233/5 e 1234/3, CPF: 342.064.208.31, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 345/2014

DECRETO Nº 345/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Marcia Jacoby, matrícula nº 1109/6, CPF: 033.812.219.22, ocupante do cargo de Professora, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 346/2014

DECRETO Nº 346/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Ezanir da Silva, matrícula nº 1097/9, CPF: 015.922.740.21, ocupante do cargo de Chefe de Divisão, 40 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 347/2014

DECRETO Nº 347/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Fabricio Scapin, matrícula nº 1249/1, CPF: 062.869.079.71, ocupante do cargo de Professor, 20 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 348/2014

DECRETO Nº 348/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Valeris Kessler Machado, matrícula nº1131/2, CPF: 953.250.690.04, ocupante do cargo de Motorista Escolar, 40 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 349/2014

DECRETO Nº 349/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Marcio Luiz Perozzo, matrícula nº 1066/9, CPF: 029.336.539.31, ocupante do cargo de Motorista Escolar, 40 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 350/2014

DECRETO Nº 350/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Jonas Correa, matrícula nº 1258/0, CPF: 058.511.989.90 ocupante do cargo de Diretor do Transporte Escolar, 40 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8

São Bento do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 808/2014**

DECRETO Nº 0808, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

ATUALIZA VALORES DA TAXA DE COLETA DE LIXO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 260, parágrafo único, da Lei nº 140/1997 e art. 1º da Lei nº 679/2000, DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) os valores referentes à TAXA DE COLETA DE LIXO no Município de São Bento do Sul, na forma que segue:

I - para 01 (uma) coleta semanal, o valor de R\$ 57,33 (cinquenta e sete reais e trinta e três centavos) por ano;

II - para 02 (duas) coletas semanais, o valor de R\$ 114,51 (cento e quatorze reais e cinquenta e um centavos) por ano;

III - para 03 (três) coletas semanais, o valor de R\$ 171,42 (cento e setenta e um reais e quarenta e dois centavos) por ano;

IV - para 04 (quatro) coletas semanais, o valor de R\$ 229,17 (duzentos e vinte e nove reais e dezessete centavos) por ano;

V - para mais de 04 (quatro) coletas semanais, o valor de R\$ 306,03 (trezentos e seis reais e três centavos) por ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 026- 29.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 026/2014 de 29 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013934 -13/2013)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013934 -13/2013 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: " Descrição Financeira e Orçamentária, Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 28.416,26 (vinte e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos)".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 027- 30.12.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 027/2014 de 30 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Ao Anexo ao Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar o subitem 4.1 da Cláusula quarta do Anexo ao Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES, de 22/08/2011, realizado segundo os termos do Programa - FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades, que passa a ter a seguinte redação: " Cláusula Quarta - Do valor 4.1 - A título de contrapartida, o COMPROMISSÁRIO alocará a este Termo de Compromisso, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$ 1.227,698,33 (Um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos)".

Valor: R\$ 1.227,698,33

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

DEC 1786 DE 22 12 2014 REGULAMENTA LEI N. 1713 DE 07 03 13 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DECRETO Nº 1786, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1713/2013, QUE ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.713, de 07 de março de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta a execução da Lei Municipal n. 1713, de 07 de março de 2013, que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições da lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 6º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública Municipal, na forma da legislação;

II - pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que

atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

SEÇÃO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I - universalização do acesso;
- II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VII - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- X - controle social;
- XI - segurança, qualidade e regularidade;
- XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

SEÇÃO III DOS OBJETIVOS

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

- I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
- II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;
- IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;
- V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;
- VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;
- VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;
- VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;
- IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas

relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação o solo e à saúde.

SEÇÃO IV DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, que distribuirá de forma transdisciplinar a todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 10º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientado pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejado e executado de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 11º A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de

Saneamento Básico.

Art. 12 O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 13 O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

- I - Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;
- V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

SEÇÃO II**DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Art. 14 O Plano Municipal de Saneamento Básico, é o documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 15 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

- I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

- II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

- III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 16 O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 04 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 17 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 18 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

SEÇÃO III**DO CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Art. 19 Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, de caráter consultivo, sendo assegurada a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Municipal n. 1.713, de 07 de março de 2013, conforme segue:

I - Titulares de serviço - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

II - Representantes de órgãos do Governo Municipal relacionado ao setor de Saneamento Básico - Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - Representante dos prestadores de serviços públicos - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;

IV - Representante dos usuários de saneamento básico - Associações de Moradores;

V - Representantes de entidades técnicas - Universidades, Conselhos Regionais de Engenharia e, de Arquitetura e Urbanismo (CREA e CAU);

VI - Representantes de organizações da sociedade civil - Câmara de Dirigentes Lojistas, Grupo de Apoio à Gestão do Parque Estadual das Araucárias (GRIMPEIRO);

VII - Representante de entidades de defesa do consumidor.

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º O mandato do membro do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução.

Art. 20 O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 21 O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos e secretariado por um (a) servidor (a) municipal efetivo (a) designado (a) para tal fim.

Art. 22 O Conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 23 As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO IV**DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB**

Art. 24 O Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, é um órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balancetes e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25 Os recursos do FMSB serão provenientes de:

- I - destinação de valores do Orçamento Geral do Município;

- II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

- III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

- IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

- V - doações e legados de qualquer ordem.

Art. 26 O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas em Lei.

Art. 27 O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de

Contas do Estado de Santa Catarina, as normativas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e as estabelecidas no Órgão Geral do Município de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 28 A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 29 O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, ao Tribunal de Contas do Estado, as informações na forma estabelecida por este órgão de controle, para fins legais.

SEÇÃO V

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO

Art. 30 O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, instituído através da Lei Municipal nº 1.713, possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser desenvolvido e implementado de forma articulada entre os órgãos do Governo Municipal relacionados ao setor de Saneamento Básico.

SEÇÃO VI

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 31 A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 32 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 33 São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponível;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 34 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não constituem serviço público:

I - as ações de saneamento executadas por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços; e

II - as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 35 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 36 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 37 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 38 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 39 Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de interação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 40 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 41 O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal; da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005; da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004; da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e da Lei Municipal nº 1.713, de 07 de março de 2013.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 42 São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 43 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 44 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 45 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 22 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 134/2014

No dia 30 de dezembro de 2014, às 08:30 horas, a Comissão Permanente de Licitações, juntamente com o Assessor Jurídico do Município, Sr. Luiz Henrique Maseto Zanovello (OAB/SC 33076), reuniram-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 134/2014, Modalidade Concorrência PREFE n. 004/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, PELO SISTEMA DE EMPREITADA GLOBAL, NO REGIME DE PREÇOS UNITÁRIOS MEDIDOS (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS), PARA A PRIMEIRA ETAPA DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Termo de Compromisso TC/PAC n. 0434/2014 da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados, todavia, realizaram visita técnica e participaram do certame as empresas: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda, CNPJ n. 03.222.465/0001-85, credenciado o Sr. Rodrigo de Souza Brunetti, CPF n. 004.860.409-76 e; Viero e Tessari Ambiental Ltda ME, CNPJ n. 149.553.522/0001-49, credenciado o Sr. Sandro Tessari, CPF n. 023.896.119-23. A licitante Viero e Tessari Ambiental Ltda ME comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (alínea "d8" do item 8.7 do edital). Indagados acerca dos documentos de credenciamento, as proponentes nada declararam. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciados. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e pelos representantes das empresas. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação que ambas as empresas cumpriram integralmente com os requisitos exigidos no edital, restando ambas HABILITADAS para apresentação da proposta de preços. Igualmente indagadas, as licitantes nada declararam acerca dos documentos habilitatórios. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 07 de janeiro de 2015, às 13:45, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. Nada mais.

TERMO DE CESSÃO DE USO BOMBEIROS - VEÍCULO SAVEIRO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0002/2014, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2014.

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC PARA CEDÊNCIA DE BENS MÓVEIS.

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, situado na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos (SC), inscrito no CNPJ nº

83.009.894/0001-08, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Alcimar de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 716.149.829-53 e Carteira de Identidade sob o nº 2.426.841 SSP/SC, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro, Florianópolis (SC), inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM de São Domingos/SC:

I - (um) veículo marca Volkswagen, modelo Saveiro CS ST MB, tipo car/caminhonete/carroceria aberta, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2014/2015, cor vermelha, chassi nº 9BWBK45U7FP011265, placas QHB4895, com todos os equipamentos obrigatórios pela legislação de trânsito, avaliado em R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

2.1 O veículo ora cedido destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de São Domingos (SC), ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

3.1 DO CESSIONÁRIO:

- Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças, além de combustível e pneus, necessários à conservação e uso do bem;
- Pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre o bem cedido neste termo;
- Arcar com custos referentes a contratação de seguro do veículo;
- Permitir a fiscalização, bem como avaliação periódica do bem, a ser realizada por servidores designados pelo cedente.

3.2 DO CEDENTE:

- Arcar com os custos elencados no item 3.1, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM de São Domingos (SC);
- Fiscalizar a correta utilização, bem como realizar avaliação periódica de depreciação do bem cedido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

5.1 Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

6.1 Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro no Município de São Domingos, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

6.2 Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o equipamento objeto deste instrumento, será submetido à avaliação periódica de servidores públicos municipais que compõe a Comissão de Avaliação dos Bens Patrimoniais do Município de São Domingos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

7.1 Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 1741, de 14 de agosto de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

8.1 O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

9.1 Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Domingos (SC), 30 de novembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal de São Domingos (SC)	MARCOS DE OLIVEIRA - Cel BM Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Assessoria Jurídica: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33.076	
Testemunhas:	
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz Secretária de Administração e Fazenda CPF 854.411.559-49	Simone Zanin Assistente Pessoal do Prefeito CPF 057.264.159-14

São João do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 32 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 32 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI N.º 1071 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 2º da Lei n.º 1071 de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do município."

Art. 2º. O art. 3º da Lei n.º 1071 de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do município e que esteja cadastrado junto a concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do município."

Art. 3º. O art. 4º da Lei n.º 1071 de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O valor da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - CIP será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica emitida pela concessionária desse serviço e obedecerá a classificação abaixo:

I - R\$ 4,00 (quatro reais) para os consumidores residenciais;

II - R\$ 6,00 (seis reais) para os consumidores pessoa jurídica, com consumo mensal de até 300 kW/h;

III - R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os consumidores pessoa jurídica com consumo mensal acima de 300 kW/h.

Parágrafo Único - Os valores da contribuição serão reajustados anualmente, no mês de dezembro, pelo mesmo índice utilizado para a correção dos tributos municipais."

Art. 4º. Fica revogado o art. 5º da Lei n.º 1071 de 30 de dezembro de 2002.

Art. 5º. O art. 9º da Lei n.º 1071 de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a CEPRAG (Cooperativa de Eletrificação de Praia Grande) o convênio ou contrato a que se refere o art. 6º, bem como para a prestação dos serviços de instalação e manutenção da rede de iluminação pública."

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 30 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

EXTRATOS CONTRATOS**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO ACS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014****CONTRATO Nº 01/2014****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** MICHELE BAUER SANTANA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 02/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** PATRICIA FONTANA PIA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 03/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** LUCIANE DE OLIVEIRA ALEXANDRE LUMERTZ**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 04/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ELIZETE FELICIANO FARIAS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas

na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 05/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** FATIMA ZEGERINO SALVADOR DAROS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 06/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** JANAINA CORREA MAGNUS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 07/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** MIREMA GRUBLER DA SILVA BROGNOLI**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Santa Catarina, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.**VALOR MENSAL:** R\$ 1.014,00**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 08/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LAIS DE OLIVEIRA JORGE FARIAS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Conceição, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 09/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA HELENA DE SENA CRISTIANO BORGES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Conceição, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: FRANCIELE LUMERTZ VALIM

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Conceição, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SILVANA DOS SANTOS RODRIGUES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF de Vila Conceição, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com

as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 12/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SABRINA VICENTE DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 13/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: PALOMA SILVA BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 14/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JOANITA SUZULANE BENEDET PEREIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 15/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CLAUDIA GENEROSO DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária

de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNA JOÃO MARTNS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSA LUCIA SCHEFFER BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, no ESF do Centro, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2014 até enquanto durar o programa, ou na ocorrência de alguma das condições para sua rescisão, elencadas na cláusula quinta do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 1.014,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar n.º 30, de 24 de julho de 2014, Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006 com as alterações da Lei n.º 12.994, de 17 de junho de 2014, Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal, Art. 2º, inciso III da Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

CONTRATO Nº 193/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARLENE BORGES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/

semanais.

VIGÊNCIA: de 04/11/2014 a 15/12/2014

VALOR MENSAL: R\$: 366.64

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 04 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº. 33 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 33 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - TLAM - E A TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL - TCAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - O Município de São João do Sul opta pelo licenciamento ambiental das atividades definidas como de impacto local pela Resolução CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) 014/2012.

Parágrafo Único - Para o exercício do licenciamento ambiental previsto no caput deste artigo, o Município assume o nível de complexidade III, constante do anexo III da Resolução CONSEMA 014/2012.

Art. 2º - Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, que tem como fato gerador a prestação do serviço de licenciamento ambiental atribuído ao Município de São João do Sul, que pode executá-lo diretamente, ou através de pessoa jurídica da Administração Indireta.

Art. 3º - É sujeito passivo da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, todo aquele que desejar construir, instalar, ampliar, reformar, modificar e operar empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Parágrafo Único - As atividades sobre as quais incidirá a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM - são as relacionadas na Resolução CONSEMA 014/2012; na Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) 237/1997, no que couber; as constantes nesta lei e as que a Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente relacionar, através de ato normativo próprio.

Art. 4º - A Taxa de que trata o art. 2º tem categorias de enquadramento e valores divididos e variáveis, de acordo com o Porte do Empreendimento e o Potencial Poluidor degradador.

Parágrafo Único - O enquadramento e os valores de que trata o caput deste artigo estão transcritos nos anexos desta Lei

Complementar.

Art. 5º - O recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM será efetuado em conta bancária do Município de São João do Sul ou de pessoa jurídica da Administração Indireta responsável pela fiscalização, por documento próprio de arrecadação, até o trigésimo dia depois de requerida a licença ambiental municipal.

Art. 6º - São isentas de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM as entidades públicas Municipais, Estaduais, Federais, entidades filantrópicas, e aqueles enquadrados como de estado de comprovada carência de recursos financeiros, assim reconhecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 7º - Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Município de São João do Sul, diretamente, ou a pessoa jurídica da Administração Indireta para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 8º - É sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM todo aquele que exerça atividades constantes da Resolução CONSEMA 014/2012 e Resolução CONAMA 237/1997.

Art. 9º - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados na Tabela nº 04 do ANEXO I desta Lei Complementar, bem como seus respectivos enquadramentos.

Parágrafo Único - Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.

Art. 10 - São isentas do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM as entidades públicas federais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles enquadrados como de (como estado de comprovada carência de recursos financeiros), aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.

Art. 11 - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM será devida no primeiro dia útil de cada ano civil, nos valores fixados na Tabela nº 04 do ANEXO I desta Lei Complementar, e o recolhimento será efetuado em conta bancária do Município de São João do Sul ou de pessoa jurídica da Administração Indireta responsável pela fiscalização, por documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 12 - A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os acréscimos estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei nº 629/1990), e na Lei 877/1997.

Art. 13 - As autorizações de corte de vegetação têm seus valores previstos na tabela nº 05 do ANEXO I desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - É sujeito passivo das autorizações de corte toda e qualquer pessoa física ou jurídica domiciliada no Município de São João do Sul.

Art. 14 - Fica o Município de São João do Sul, diretamente, ou por pessoa jurídica da Administração Indireta, autorizado a firmar convênio com entidade financeira pública para cobrança da de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM e das autorizações de

corte.

Art. 15 - As Taxas de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM e de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM, serão reajustadas anualmente, conforme variação da UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Art. 16 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 30 de dezembro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 323/2014

DECRET O Nº 323/2014

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO LUIZ RIBEIRO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor LUIZ RIBEIRO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 035/1994 de 19/05/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 22 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 324/2014

DECRET O Nº 324/2014

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO LUIZ RIBEIRO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor LUIZ RIBEIRO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 035/1994 de 19/05/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 22 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 325/2014

DECRETO Nº 325/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.295/2014,

de 29/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(32)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0033 - Aplicações Diretas
44.446,97

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 44.446,97

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do ano de 2013.

44.446,97

TOTAL DA ANULAÇÃO 44.446,97

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 326/2014

DECRETO Nº 326/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.296/2014, de 29/12/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(1)3.1.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas
170.000,00

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(19)3.1.90.00.00.00.00.2.023-0056 - Aplicações Diretas
46.000,00

(33)3.1.90.00.00.00.00.2.025-0039 - Aplicações Diretas
25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 241.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

TOTAL DA ANULAÇÃO 241.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 327/2014

DECRETO Nº 327/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.297/2014, de 29/12/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(3)3.3.71.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Transferências a Consórcios Públicos 24.800,00

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(26)3.1.90.00.00.00.00.00.2.029-0619 - Aplicações Diretas 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 69.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(4)3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 24.800,00

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(28)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0619 - Aplicações Diretas 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 69.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 328/2014

DECRETO Nº 328/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.298/2014, de 29/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(23)3.1.90.00.00.00.00.00.2.018-0011 - Aplicações Diretas 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

150.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 329/2014

DECRETO Nº 329/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.299/2014, de 29/12/2014; Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 330/2014

DECRETO Nº 330/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.300/2014, de 29/12/2014; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 340.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 340.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial

e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(6)4.4.90.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 837,00
(5)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 32.970,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(11)4.6.90.00.00.00.00.2.004-0160 - Aplicações Diretas 3.623,00

(10)4.4.90.00.00.00.00.2.004-0160 - Aplicações Diretas 467,00

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(25)3.3.90.00.00.00.00.2.048-0160 - Aplicações Diretas 38.000,00

03.07 - SECRETARIA DE TURISMO

(49)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0160 - Aplicações Diretas 27.000,00

03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(52)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0160 - Aplicações Diretas 25.000,00

03.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

(57)9.9.99.00.00.00.00.2.099-0160 - Reserva de Contingência 212.103,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 340.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.294/2014

LEI Nº 4.294/2014

"QUE AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA FEDERAL ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, DECORRENTES DO PROCESSO SELETIVO 002/2013".

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogada a validade dos contratos temporários efetuados com base no processo seletivo 002/2013 para as funções ligadas ao programa federal Estratégia de Saúde da Família.

§ 1º - A duração dos contratos mencionados no Caput fica condicionada à manutenção dos programas federais de Estratégia de Saúde da Família e ao repasse de verbas pelo Governo Federal para manutenção dos programas.

§ 2º - Estendem-se os efeitos desta lei para novos contratos que venham a ser realizados para os mesmos fins, cuja contratação será feita através de Processo Seletivo de provas ou provas e títulos. Realizado à semelhança de Concurso Público.

Art. 2º - As contratações realizadas na forma estrita desta Lei têm natureza administrativa e são regidas pelos princípios de direito público, não originando nem constituindo vínculo trabalhista entre o Executivo Municipal de São Joaquim e o contratado, não se submetendo ao Regime Celetista nem ao Regime Estatutário.

§ 1º - Aplicam-se aos contratados na forma desta lei os direitos e deveres constantes no Estatuto do Servidor Público Municipal no que não colidir com o caráter de temporariedade das contratações.

§ 2º - Os contratados na forma desta Lei poderão ser exonerados a qualquer tempo por motivos de ordem técnica, econômica, financeira, disciplinar ou outros motivos não arbitrários.

Art. 3º - Os contratados na forma desta Lei serão segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 9º, I, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048/99.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.295/2014

LEI Nº 4.295/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(32)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0033 - Aplicações Diretas 44.446,97

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 44.446,97

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do ano de 2013.

44.446,97

TOTAL DA ANULAÇÃO 44.446,97

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.296/2014

LEI Nº 4.296/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(1)3.1.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas 170.000,00

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(19)3.1.90.00.00.00.00.2.023-0056 - Aplicações Diretas
46.000,00
(33)3.1.90.00.00.00.00.2.025-0039 - Aplicações Diretas
25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 241.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

TOTAL DA ANULAÇÃO 241.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.297/2014

LEI Nº 4.297/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE
(3)3.3.71.00.00.00.00.2.012-0014 - Transferências a Consórcios Públicos 24.800,00
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(26)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0619 - Aplicações Diretas
45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 69.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

03 - PODER EXECUTIVO
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE
(4)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas
24.800,00
03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(28)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0619 - Aplicações Diretas
45.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 69.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.298/2014

LEI Nº 4.298/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(23)3.1.90.00.00.00.00.2.018-0011 - Aplicações Diretas
150.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

150.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.299/2014

LEI Nº 4.299/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE
(1)3.1.90.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas
100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação levantado até esta data.

100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.300/2014

LEI Nº 4.300/2014

"QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO**03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(4)3.1.90.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 340.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 340.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

03 - PODER EXECUTIVO**03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(6)4.4.90.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 837,00

(5)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0160 - Aplicações Diretas 32.970,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(11)4.6.90.00.00.00.00.2.004-0160 - Aplicações Diretas 3.623,00

(10)4.4.90.00.00.00.00.2.004-0160 - Aplicações Diretas 467,00

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(25)3.3.90.00.00.00.00.2.048-0160 - Aplicações Diretas 38.000,00

03.07 - SECRETARIA DE TURISMO

(49)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0160 - Aplicações Diretas 27.000,00

03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(52)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0160 - Aplicações Diretas 25.000,00

03.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

(57)9.9.99.00.00.00.00.2.099-0160 - Reserva de Contingência 212.103,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 340.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 569/2014

PORTARIANº 569/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde PSF, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 29/12/2014 à 27/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3707/2014

DECRETO Nº 3.707/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 24963/2014 datado de 18/11/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARIANA CATARINE FAGUNDES	Professor - M	01/12/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina da Educação

DECRETO Nº 3723/2014

DECRETO Nº 3723/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ALEXANDRE LIMA, matrícula: 36.832-6, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3724/2014

DECRETO Nº 3724/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, CARLOS ALBERTO FREITAS, matrícula: 37.242-0, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3725/2014

DECRETO Nº 3725/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, CARLOS ARRUDA FLORES, matrícula: 37.402-4, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3726/2014

DECRETO Nº 3726/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, EDUARDO BUGS GONÇALVES, matrícula: 36.841-5, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3727/2014

DECRETO Nº 3727/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ELISANGELA MARINA DE FREITAS E SILVA, matrícula: 37.245-5, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3728/2014

DECRETO Nº 3728/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, IVAN LUIS TONON, matrícula: 39.685-0, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3729/2014

DECRETO Nº 3729/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARCOS AURÉLIO ESPINDOLA, matrícula: 37.133-5, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3730/2014

DECRETO Nº 3730/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARCOS GOMES DA SILVA, matrícula: 37.280-3, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3731/2014

DECRETO Nº 3731/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ODIMAR LORENSET, matrícula: 36.872-5, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3732/2014

DECRETO Nº 3732/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, PATRICIA B. MARTINS JACQUES, matrícula: 37.134-3, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3733/2014

DECRETO Nº 3733/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ROBERTO DA CONCEIÇÃO FERREIRA, matrícula: 36.886-5, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3734/2014

DECRETO Nº 3734/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ROSANE NIENCHOTER, matrícula: 36.889-0, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3735/2014

DECRETO Nº 3735/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, SAULO DE CASTRO LIMA, matrícula: 36.900-4, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3736/2014

DECRETO Nº 3736/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MARISTELA DA CRUZ, matrícula 22.916, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de novembro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3740/2014

DECRETO Nº 3740/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor JISSUY PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO, matrícula: 15.006-1 ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de dezembro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3741/2014

DECRETO Nº 3741/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MARCELO MULLER do cargo em comissão de Comandante da Guarda Municipal- CCM 8, com lotação na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3742/2014

DECRETO Nº 3742/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado WILLIAN CESAR LEAL DA SILVA para o cargo em comissão de Comandante da Guarda Municipal - CCM 8, com lotação na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3743/2014

DECRETO Nº 3743/2014

CESSA EFEITOS DO DECRETO 2356/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 2356/2014, de 26 de fevereiro de 2014, que concede a MARCUS VINICIUS DE ANDRADE, matrícula nº 15.723, a função gratificada de Supervisor de Setor, nível FG-SU, para exercer a função de Subcomandante da Guarda Municipal de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3744/2014

DECRETO Nº 3744/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor MARCELO LUIZ DE SOUZA, matrícula 23.200, a função gratificada de Supervisor de Setor, nível FG-SU, para exercer a função de Subcomandante da Guarda Municipal de São José.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 423, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 423, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ENTREGA DE BENS INSERVÍVEIS (IMPRESSORAS/MULTIFUNCIONAIS) DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NO ART. 74, INCISO II, ALÍNEA 'a', 1, DO REGIMENTO INTERNO, ESTABELECE A SEGUINTE RESOLUÇÃO NOS TERMOS DO ART. 4º. DA RESOLUÇÃO Nº. 243, DE 25 DE MARÇO DE 2009.

Art. 1º. - Fica autorizado o repasse ao Poder Executivo Municipal dos bens inservíveis (Impressoras/Multifuncionais) da Câmara Municipal de São José descrito no anexo II, desta Resolução.

Art. 2º. - O termo de entrega - Anexo I - e a Relação de Bens Inservíveis (Impressoras/Multifuncionais) - Anexo II - integram a presente Resolução.

Art. 3º. - O servidor responsável pelo Patrimônio efetuará a baixa dos bens móveis inservíveis supra relacionados, e ao Diretor Contábil - Financeiro as medidas cabíveis de acordo com a Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 15 de Dezembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 423, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANEXO I

TERMO DE ENTREGA

A Câmara Municipal de São José/SC, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº. 83.708.248/0001-39, Praça Arnaldo de Souza nº. 38, Centro, São José/SC, CEP nº. 88.103-005, telefone nº. 3029-1321, neste ato representada pelo seu Presidente, Sanderson Almeci de Jesus, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 908.269-68, RG nº. 2.784.852, efetua a entrega dos bens móveis inservíveis (Impressoras/Multifuncionais) da Câmara Municipal, e que constam de relação anexa ao presente "Termo de Entrega", sendo assinada pelos mesmos signatários deste documento.

Ao aderir ao presente, o Município de São José, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº. 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº. 38, Centro - São José/SC - CEP 88.103-005, neste ato representado pela Prefeita, Adelianna Dal Pont, atesta o recebimento dos bens relacionados.

E por estarem de acordo, firmam este documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das pessoas abaixo relacionadas, para que produza seus efeitos legais

Câmara Municipal de São José, 15 de Dezembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Presidente

ADELIANA DAL PONT
Prefeita

TESTEMUNHA
CPF nº.TESTEMUNHA
CPF nº.

RESOLUÇÃO Nº. 423, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANEXO II

ITEM	NÚMERO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM MÓVEL INSERVÍVEL	
1	0574	Brother MFC 9440 N	Inservível
2	0411	Brother HL 5250 DN	Inservível
3	0068	Brother MFC 9440 N	Inservível
4	0887	Brother MFC 9440 N	Inservível
5	0831	HP Laserjat 1320 N	Inservível
6	0764	Brother MFC 9440 N	Inservível
7	0745	HP Laserjat 1320 N	Inservível
8	1133	Brother HL 5250 DN	Inservível
9	0551	Brother MFC 9440 CN	Inservível
10	0119	Brother MFC 9440 CN	Inservível
11	0823	Brother MFC 9440	Inservível
12	0886	HP Laserjat 1320 N	Inservível
13	0562	HP Laserjat 1320 N	Inservível
14	001716	Brother MFC Multifuncional	Inservível
15	0664	Brother MFC 9440 CN	Inservível
16	0797	Brother MFC 9440 CN	Inservível
17	0285	Brother HL 5250 DN	Inservível
18	0611	Brother MFC 9440 CN	Inservível
19	0648	HP Laserjat 1320 N	Inservível
20	0618	Brother HL 5250 DN	Inservível
21	0701	Brother MFC 9440 CN	Inservível
22	0047	Brother MFC 9440 CN	Inservível
23	0496	Brother HL 5250 DN	Inservível
24	0942	Brother MFC 9440 CN	Inservível
25	0660	HP Laserjat 1320 N	Inservível
26	0512	Brother HL 5250 DN	Inservível
27	0319	Brother MFC 9440 CN	Inservível
28	0809	HP Laserjat 1320 N	Inservível
29	0172	HP Laserjat 1320 N	Inservível

30	0430	Brother HL 5250 DN	Inservível
31	0358	Brother HL 5250 DN	Inservível
32	1061	Brother MFC 9440 CN	Inservível
33	0478	SHARP LNENGY	Inservível
34	0540	HP Laserjat 1320 N	Inservível
35	0094	HP Laserjat 1320 N	Inservível
36	0391	Brother MFC 9440 CN	Inservível
37	0448	Sharp AL 1655 CS	Inservível
38	0446	Epson LX 300II	Inservível
39	0522	Konica Minolta	Inservível
40	0499	Olivetti	Inservível
41	0500	Sharp AR 5220	Inservível

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO 025 - 2014 ADITIVO BANCO DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO

Convênio Nº 21/34503-1

Concedente: BANCO DO BRASIL S.A - Agência SÃO JOSÉ DO CEDRO

Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO,

Valor dos recursos financeiros: R\$969.730,00 (novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta reais);

Prazo e vigência: Aditamento de convênio com vencimento final em 15/07/2018.

Objeto e Finalidade: retificar e ratificar na forma das cláusulas, o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/34503-1, com base na homologação da PC nº 359-/2013/0000097520-6/301, no valor de R\$ 969.730,00 (novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta reais), firmado entre as partes em 20/12/2013, prazo de 1.668 (mil, seiscentos e sessenta e oito) dias, com vencimento final em 15/07/2018, publicado sob no DOM/SC - Edição nº1399, pág 282, em 06/01/2014.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 153/2014 - Pregão Presencial Nº 097/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA O EVENTO DE REVEILLON 2014/2015 NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: WEBER SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 07.544.527/0001-26.

VALOR: R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais).

TOTAL: R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/12/2014.

VIGÊNCIA: 26/12/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 222/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 130/2014, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 016/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GARDEN ARQUITETURA LTDA ME, CNPJ nº 13.641.095/0001-74.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 222/2014, de 11/11/2014, por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data dos respectivos vencimentos, em virtude do aditamento dos serviços extraordinários; e aditar o valor dos itens "1", no montante de R\$ 4.683,32 (quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), o que corresponde a 47,99% (quarenta e sete vírgula noventa e nove por cento) ao valor inicial do item contratado; e do item "2", em R\$ 3.070,89 (três mil, setenta reais e oitenta e nove centavos), o que corresponde a 48% (quarenta e oito por cento) ao valor inicial do item contratado, do Contrato nº 222/2014, de 11/11/2014, tendo em vista a necessidade de reforço estrutural em parte do piso do segundo pavimento, bem como de revisão da rede elétrica na mesma área, conforme os motivos expostos na justificativa técnica e no requerimento da Contratada. Valor Aditado: R\$ 7.754,21 (sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 11/12/2014.

Prazo de Execução: de 11/12/2014 a 26/01/2015.

Prazo de Vigência: de 12/01/2015 a 26/02/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rafael Oswaldo Baratto - pela Contratada.

CÂMARA MUNICIPAL**1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2014**

TERMO ADITIVO Nº 01, de 30/12/2014, ao Contrato nº 01/2014.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada CONTRATANTE e a empresa ELEVASUL □ VENDAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADORES LTDA, com endereço na rua Dom João VI, 348-D, bairro São Cristóvão, município de Chapecó □ SC, inscrita no CNPJ sob nº 85.199.180/0001-35, Inscrição Estadual nº 253.883.741, neste ato representada pela Sra. Claudiane Saviski, portadora da cédula de identidade nº 3.583.141 e inscrita no CPF sob o nº 028.757.919-07, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem:

CONSIDERANDO que o Contrato nº 01, em 01 de fevereiro de 2014, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção do equipamento elevador social instalado na Câmara de Vereadores, prevê o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 01/2014, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de fevereiro de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti
Presidente da Câmara de Vereadores
Contratante

Claudiane Saviski
ELEVASUL Vendas e Assistência Técnica de Elevadores LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann
CPF: 986.040.079-20

Nome: Éder Fernando Votri
CPF: 031.427.719-64

Jorge Mاتيotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 06/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 06/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Betha Sistemas Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na cidade de Criciúma, SC, resolvem:

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 04/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2013, editado com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que resultou na celebração do Contrato nº 06, em 01 de março de 2013, cujo objeto é o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, onde ambos preveem o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 06/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de março de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Ernesto Muniz de Souza Junior Betha Sistemas Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 07/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 07/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Betha Sistemas Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na cidade de Criciúma, SC, resolvem:

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 04/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2013, editado com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que resultou na celebração do Contrato nº 07, em 01 de março de 2013, cujo objeto é o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Patrimônio Público em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, onde ambos preveem o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 07/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de março de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Ernesto Muniz de Souza Junior Betha Sistemas Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 08/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 08/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC),

CONTRATANTE e a empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua XV de Novembro, 1.480, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representado pelo Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador da cédula de identidade nº 3/R-565.335 e inscrito no CPF sob nº 291.184.769/53, resolvem:

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 04/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2013, editado com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que resultou na celebração do Contrato nº 08 em 01 de março de 2013, cujo objeto é o fornecimento de licença de uso, não exclusiva e manutenção do sistema legislador, utilizando banco de dados relacional, onde ambos preveem o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 08/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de março de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Jeser Mauri Alvarenga Lancer Soluções em Informática Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Mاتيotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 09/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 09/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), CONTRATANTE e a empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua XV de Novembro, 1.480, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representado pelo Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador da cédula de identidade nº 3/R-565.335 e inscrito no CPF sob nº 291.184.769/53, resolvem:

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 04/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2013, editado com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que resultou na celebração do Contrato nº 09, em 01 de março de 2013, cujo objeto é o fornecimento de licença de uso, não exclusiva, e manutenção do sistema legislador WEB, utilizando banco de dados relacional, onde ambos preveem o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 09/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de março de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas,

obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Jeser Mauri Alvarenga Lancer Soluções em Informática Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 10/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 10/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), CONTRATANTE e a empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua XV de Novembro, 1.480, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representado pelo Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador da cédula de identidade nº 3/R-565.335 e inscrito no CPF sob nº 291.184.769/53, resolvem:

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 04/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2013, editado com fundamento no art. 25 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que resultou na celebração do Contrato nº 10, em 01 de março de 2013, cujo objeto é o fornecimento de direito de uso do sistema Legislador Ao Vivo, para transmissão das sessões plenárias oficiais da Câmara Municipal, através da Internet, onde ambos preveem o aditamento do referido contrato; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 10/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de março de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no

referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Jeser Mauri Alvarenga Lancer Soluções em Informática Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 11/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2013, ao Contrato nº 11/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada de Contratante, e a empresa SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 05.830.358/0001-65, com sede na rua Rio de Janeiro, nº 1394, bairro Santa Catarina, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada pela Sra. Terezinha Altina Silveira, portadora do RG nº 1.696.182 e inscrita no CPF sob o nº 573.447.449-53, doravante denominada Contratada, resolvem:

CONSIDERANDO que o contrato nº 11/2013, firmado em 01 de abril de 2013, cujo objeto é a prestação de serviços de monitoramento, à distância, do prédio - pavimento superior do Banco do Brasil, rua Duque de Caxias, 522, onde está localizada a Câmara de Vereadores, prevê seu aditamento por acordo mútuo; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 11/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de abril de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Terezinha Altina Silveira Silveira Segurança Privada Ltda ME Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 12/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2013, ao Contrato nº 12/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada de Contratante, e a Empresa DG Lazzarin EPP, sita à rua Rui Barbosa, 1097, município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.874.059/0001-22, neste ato representada pela Senhora Diana Galvagni Lazzarin, inscrita no CPF sob o nº 998.464.629-72, doravante denominada simplesmente Contratada, resolvem:

CONSIDERANDO que o contrato nº 12/2013, firmado em 01 de abril de 2013, cujo objeto é a locação de um equipamento para realização de impressões e fotocópias diversas, que atendam as

necessidades e demandas das atividades da Câmara de Vereadores, prevê seu aditamento por acordo mútuo; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 12/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de abril de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Diana Galvagni Lazzarin DG Lazzarin EPP Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 17/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro

Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Betha Sistemas Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na cidade de Criciúma, SC, resolvem:

CONSIDERANDO que o contrato nº 17/2013, cujo objeto é a disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, prevê seu aditamento por acordo mútuo; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 17/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de maio de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Ernesto Muniz de Souza Junior Betha Sistemas Ltda Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONTRATO 20/2013

TERMO ADITIVO Nº 02, de 30/12/2014, ao Contrato nº 20/2013.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.679.363/0001-68, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Walmor José Pederssetti, portador do CPF nº 469.327.809-25, brasileiro, casado, residente na rua Aderbal Ramos da Silva, 315, bairro Progresso, cidade e município de São Lourenço do Oeste (SC), doravante denominada de Contratante, e a empresa IVANDRO TOCHETTO M.E., empresa privada, inscrita no CNPJ 02.512.731/0001-41, IE n. 255.252.410, com sede à Rua Coronel Bertaso, n. 1243, Sala 202, São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representada por Ivandro Tochetto, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF n. 026.327.859-01, RG n. 2.656.306, residente e domiciliado à Rua Frei Alfredo João Lazzarotto, n. 201, Bairro Perpétuo Socorro, São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominada de Contratada, resolvem:

CONSIDERANDO que o contrato nº 20/2013, firmado em 14 de junho de 2013, cujo objeto é o fornecimento pela Contratada à Contratante de serviço de link de acesso a rede mundial de computadores - Internet Banda Larga através de cabos de fibra óptica, com velocidade Contratada de 10Mbps com garantia de banda de 5% (cinco por cento) e disponibilidade de 01IP Público Fixo para a Contratante, prevê seu aditamento por acordo mútuo; e

CONSIDERANDO que a Contratante manifesta interesse em continuar utilizando os serviços especializados da Contratada;

Têm entre si, e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 20/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo contratual fica prorrogado por doze (12) meses, iniciando sua vigência em 02 de janeiro de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II - Os valores contratados serão reajustados no mês de junho de 2015 pelo IPCA acumulado no período, conforme disposto no referido contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

III - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutualmente.

São Lourenço do Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Ivandro Tochetto Ivandro Tochetto M.E. Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

Nome: Éderson Hermann CPF: 986.040.079-20	Nome: Éder Fernando Votri CPF: 031.427.719-64
--	--

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.879

2 TERMO ADITIVO CONVENIO 01/2013

Termo Aditivo nº 02, ao Convênio nº 01, de 15 de janeiro de 2013.

Por este instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.679.363/0001-68, com sede na Rua Duque de Caxias, 522, neste ato representada pelo seu Presidente Senhor Walmor José Pederssetti, brasileiro, casado, CPF nº 469.327.809-25, doravante denominado simplesmente de CÂMARA, e a ACANOR - ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO NOROESTE DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 04.961.523/0001-55, com sede na Rua Duque de Caxias, 522 Centro de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada pelo seu Presidente Senhor Odirlei Carlos Bergamaschi, brasileiro, casado, portador do CPF nº 023.737.599-00 e RG nº 3.978.309-0, doravante denominado simplesmente de ACANOR, amparados pela legislação vigente, em especial pelo Decreto Legislativo nº 513, de 23 de abril de 2002, e Convênio nº 01, de 15 de janeiro de 2013, resolvem:

CONSIDERANDO que o referido convênio, em sua cláusula nona, prevê alterações em seu teor, através da assinatura de Termo Aditivo;

CONSIDERANDO que em Assembleia Geral a entidade conveniada decidiu alterar o valor da contribuição/manutenção mensal;

Têm entre si, a celebração deste Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo Aditivo é de 02 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DA CONTRIBUIÇÃO

O valor total da contribuição é de R\$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais), a título de co-manutenção da entidade, pago em doze parcelas iguais e sucessivas de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), até o dia 10 de cada mês.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias da Câmara de Vereadores, exercício de 2015, na conta: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesa 3.3.3.50.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitam com o presente termo aditivo.

E por assim estarem acordados, as partes assinam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de dezembro de 2014.

Walmor José Pederssetti Presidente da Câmara de Vereadores	Odirlei Carlos Bergamaschi Presidente da ACANOR
---	--

Testemunhas:

Éderson Hermann CPF 986.040.079-20	Angela Maria Curioletti CPF 049.927.049-56
---------------------------------------	---

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.226/2014 - DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TAXAS PÚBLICAS MUNICIPAIS INSTITUIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR 033/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 E LEI COMPLEMENTAR 021/20147 DE 30 DE DEZEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.226/2014

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TAXAS PÚBLICAS MUNICIPAIS INSTITUIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR 033/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 E LEI COMPLEMENTAR 021/20147 DE 30 DE DEZEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso, VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados na ordem de 3,6543% (três vírgula sessenta e cinco por cento) os valores das Taxas Públicas Municipais reguladas pela Lei Complementar 033/2013 de Dezembro de 2013 e Lei Complementar 021/2014 de 30 de dezembro, conforme índice inflacionário acumulado no período de dezembro de 2013 a Novembro de 2014, aferido pelo IGP-M, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Art. 2º Os valores das Taxas Públicas Municipais que incidirão reajustes são os constantes nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, da Lei Complementar 033/2013, anexos deste decreto.

Art. 3º Fica reajustado o Fator de Custo constante no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei Complementar 033/2013 na ordem de 3,6543% (três vírgula sessenta e cinco por cento).

Art. 4º Este decreto entra em vigor em 1º de Janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 30 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Pedro José De Conto

Secretário Municipal de Fazenda

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

ANEXO I

TABELA DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO – TLL

CNAE Subclasses 2.0		

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	VALOR DA TAXA
	Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	
0111-3/01	Cultivo de arroz	R\$ 250,12
0111-3/02	Cultivo de milho	R\$ 250,12
0111-3/03	Cultivo de trigo	R\$ 250,12
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	R\$ 250,12
0112-1/02	Cultivo de juta	R\$ 250,12
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 250,12
0114-8/00	Cultivo de fumo	R\$ 250,12
0115-6/00	Cultivo de soja	R\$ 250,12
0116-4/01	Cultivo de amendoim	R\$ 250,12
0116-4/02	Cultivo de girassol	R\$ 250,12
0116-4/03	Cultivo de mamona	R\$ 250,12
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	R\$ 250,12
0119-9/02	Cultivo de alho	R\$ 250,12
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	R\$ 250,12
0119-9/04	Cultivo de cebola	R\$ 250,12
0119-9/05	Cultivo de feijão	R\$ 250,12
0119-9/06	Cultivo de mandioca	R\$ 250,12
0119-9/07	Cultivo de melão	R\$ 250,12
0119-9/08	Cultivo de melancia	R\$ 250,12
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	R\$ 250,12
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	R\$ 250,12
0121-1/02	Cultivo de morango	R\$ 250,12
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	R\$ 250,12
0131-8/00	Cultivo de laranja	R\$ 250,12
0132-6/00	Cultivo de uva	R\$ 250,12
0133-4/01	Cultivo de açaí	R\$ 250,12
0133-4/02	Cultivo de banana	R\$ 250,12
0133-4/03	Cultivo de caju	R\$ 250,12
0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	R\$ 250,12
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	R\$ 250,12
0133-4/06	Cultivo de guaraná	R\$ 250,12
0133-4/07	Cultivo de maçã	R\$ 250,12
0133-4/08	Cultivo de mamão	R\$ 250,12
0133-4/09	Cultivo de maracujá	R\$ 250,12
0133-4/10	Cultivo de manga	R\$ 250,12
0133-4/11	Cultivo de pêssego	R\$ 250,12
0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0134-2/00	Cultivo de café	R\$ 250,12

0135-1/00	Cultivo de cacau	R\$ 250,12
0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	R\$ 250,12
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	R\$ 250,12
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	R\$ 250,12
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	R\$ 250,12
0139-3/05	Cultivo de dendê	R\$ 250,12
0139-3/06	Cultivo de seringueira	R\$ 250,12
0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	R\$ 250,12
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	R\$ 250,12
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	R\$ 250,12
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	R\$ 250,12
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	R\$ 250,12
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	R\$ 250,12
0152-1/01	Criação de bufalinos	R\$ 250,12
0152-1/02	Criação de eqüinos	R\$ 250,12
0152-1/03	Criação de asininos e muarees	R\$ 250,12
0153-9/01	Criação de caprinos	R\$ 250,12
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	R\$ 250,12
0154-7/00	Criação de suínos	R\$ 250,12
0155-5/01	Criação de frangos para corte	R\$ 250,12
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	R\$ 250,12
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	R\$ 250,12
0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	R\$ 250,12
0155-5/05	Produção de ovos	R\$ 250,12
0159-8/01	Apicultura	R\$ 250,12
0159-8/02	Criação de animais de estimação	R\$ 250,12
0159-8/03	Criação de escargô	R\$ 250,12
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	R\$ 250,12
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	R\$ 125,06
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	R\$ 125,06
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	R\$ 125,06
0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	R\$ 125,06
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	R\$ 125,06
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	R\$ 125,06
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	R\$ 125,06
0170-9/00	Caça e serviços relacionados	R\$ 250,12
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	R\$ 250,12
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	R\$ 250,12

0210-1/03	Cultivo de pinus	R\$ 250,12
0210-1/04	Cultivo de teca	R\$ 250,12
0210-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	R\$ 250,12
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	R\$ 250,12
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	R\$ 250,12
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	R\$ 125,06
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	R\$ 250,12
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	R\$ 250,12
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	R\$ 250,12
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	R\$ 125,06
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	R\$ 250,12
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	R\$ 250,12
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	R\$ 250,12
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	R\$ 125,06
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	R\$ 250,12
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	R\$ 250,12
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	R\$ 250,12
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	R\$ 250,12
0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	R\$ 250,12
0322-1/05	Ranicultura	R\$ 250,12
0322-1/06	Criação de jacaré	R\$ 250,12
0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	R\$ 250,12
0322-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção B - Indústrias extrativas	
0500-3/01	Extração de carvão mineral	R\$ 250,12

0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	R\$ 250,12
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	R\$ 250,12
0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	R\$ 250,12
0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	R\$ 250,12
0710-3/01	Extração de minério de ferro	R\$ 250,12
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	R\$ 250,12
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	R\$ 250,12
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	R\$ 250,12
0722-7/01	Extração de minério de estanho	R\$ 250,12
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	R\$ 250,12
0723-5/01	Extração de minério de manganês	R\$ 250,12
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	R\$ 250,12
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	R\$ 250,12
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	R\$ 250,12
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	R\$ 250,12
0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	R\$ 250,12
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	R\$ 250,12
0729-4/03	Extração de minério de níquel	R\$ 250,12
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	R\$ 250,12
0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	R\$ 250,12
0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	R\$ 250,12
0892-4/01	Extração de sal marinho	R\$ 250,12
0892-4/02	Extração de sal-gema	R\$ 250,12
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	R\$ 250,12
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semi-preciosas)	R\$ 250,12
0899-1/01	Extração de grafita	R\$ 250,12
0899-1/02	Extração de quartzo	R\$ 250,12
0899-1/03	Extração de amianto	R\$ 250,12

0899-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	R\$ 250,12
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	R\$ 250,12
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	R\$ 250,12
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	R\$ 250,12
	Seção C - Indústrias de transformação	
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	R\$ 500,24
1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	R\$ 500,24
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	R\$ 500,24
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	R\$ 500,24
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	R\$ 500,24
1012-1/01	Abate de aves	R\$ 500,24
1012-1/02	Abate de pequenos animais	R\$ 500,24
1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	R\$ 500,24
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	R\$ 500,24
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	R\$ 500,24
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	R\$ 500,24
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	R\$ 250,12
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	R\$ 250,12
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	R\$ 250,12
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	R\$ 250,12
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	R\$ 250,12
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	R\$ 250,12
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	R\$ 250,12
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	R\$ 250,12
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	R\$ 250,12
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	R\$ 250,12
1051-1/00	Preparação do leite	R\$ 250,12
1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12
1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12
1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	R\$ 250,12
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	R\$ 250,12
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	R\$ 250,12
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	R\$ 250,12
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	R\$ 250,12
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	R\$ 250,12
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	R\$ 250,12
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	R\$ 250,12
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	R\$ 250,12
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	R\$ 250,12

1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	R\$ 250,12
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	R\$ 250,12
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	R\$ 250,12
1081-3/01	Beneficiamento de café	R\$ 250,12
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	R\$ 250,12
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	R\$ 250,12
1091-1/00	Fabricação de produtos de panificação	R\$ 250,12
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	R\$ 250,12
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	R\$ 250,12
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	R\$ 250,12
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	R\$ 250,12
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	R\$ 250,12
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	R\$ 250,12
1099-6/01	Fabricação de vinagres	R\$ 250,12
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	R\$ 250,12
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	R\$ 250,12
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	R\$ 250,12
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	R\$ 250,12
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	R\$ 250,12
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	R\$ 250,12
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	R\$ 250,12
1112-7/00	Fabricação de vinho	R\$ 250,12
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	R\$ 250,12
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	R\$ 250,12
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	R\$ 250,12
1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	R\$ 250,12
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	R\$ 250,12
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	R\$ 250,12
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	R\$ 250,12
1220-4/01	Fabricação de cigarros	R\$ 250,12
1220-4/02	Fabricação de cigarrilhas e charutos	R\$ 250,12
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	R\$ 250,12
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	R\$ 250,12
1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	R\$ 250,12
1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	R\$ 250,12
1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	R\$ 250,12
1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	R\$ 250,12
1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	R\$ 250,12

1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	R\$ 250,12
1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	R\$ 250,12
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	R\$ 250,12
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	R\$ 250,12
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	R\$ 250,12
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	R\$ 250,12
1411-8/02	Facção de roupas íntimas	R\$ 250,12
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	R\$ 250,12
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	R\$ 250,12
1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	R\$ 250,12
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	R\$ 250,12
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	R\$ 250,12
1413-4/03	Facção de roupas profissionais	R\$ 250,12
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	R\$ 250,12
1421-5/00	Fabricação de meias	R\$ 250,12
1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	R\$ 250,12
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	R\$ 250,12
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	R\$ 250,12
1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	R\$ 250,12
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	R\$ 250,12
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	R\$ 250,12
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	R\$ 250,12
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	R\$ 250,12
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	R\$ 250,12
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	R\$ 250,12
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	R\$ 250,12
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	R\$ 250,12
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	R\$ 250,12
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	R\$ 250,12

1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	R\$ 250,12
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	R\$ 250,12
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	R\$ 250,12
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	R\$ 250,12
1721-4/00	Fabricação de papel	R\$ 250,12
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	R\$ 250,12
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	R\$ 250,12
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	R\$ 250,12
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	R\$ 250,12
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	R\$ 250,12
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	R\$ 250,12
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	R\$ 250,12
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	R\$ 250,12
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1811-3/01	Impressão de jornais	R\$ 250,12
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	R\$ 250,12
1812-1/00	Impressão de material de segurança	R\$ 250,12
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	R\$ 250,12
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	R\$ 250,12
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	R\$ 250,12
1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	R\$ 250,12
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	R\$ 250,12
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	R\$ 250,12
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	R\$ 250,12
1910-1/00	Coquerias	R\$ 250,12
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	R\$ 250,12
1922-5/01	Formulação de combustíveis	R\$ 250,12
1922-5/02	Re-refino de óleos lubrificantes	R\$ 250,12
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	R\$ 250,12
1931-4/00	Fabricação de álcool	R\$ 250,12
1931-4/00	Fabricação de álcool não carburante	R\$ 250,12
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	R\$ 250,12
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	R\$ 250,12
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	R\$ 250,12
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	R\$ 250,12
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	R\$ 250,12
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	R\$ 250,12
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	R\$ 250,12

2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	R\$ 250,12
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	R\$ 250,12
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	R\$ 250,12
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	R\$ 250,12
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	R\$ 250,12
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	R\$ 250,12
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	R\$ 250,12
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	R\$ 250,12
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	R\$ 250,12
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	R\$ 250,12
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	R\$ 250,12
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	R\$ 250,12
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	R\$ 250,12
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	R\$ 250,12
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	R\$ 250,12
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	R\$ 250,12
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	R\$ 250,12
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	R\$ 250,12
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	R\$ 250,12
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	R\$ 250,12
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	R\$ 250,12
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	R\$ 250,12
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	R\$ 250,12
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	R\$ 250,12
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	R\$ 250,12
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	R\$ 250,12
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	R\$ 250,12
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	R\$ 250,12
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	R\$ 250,12
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	R\$ 250,12
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	R\$ 250,12
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	R\$ 250,12

2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	R\$ 250,12
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	R\$ 250,12
2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	R\$ 250,12
2320-6/00	Fabricação de cimento	R\$ 250,12
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	R\$ 250,12
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	R\$ 250,12
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	R\$ 250,12
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	R\$ 250,12
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	R\$ 250,12
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	R\$ 250,12
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	R\$ 250,12
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	R\$ 250,12
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	R\$ 250,12
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	R\$ 250,12
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	R\$ 250,12
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	R\$ 250,12
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	R\$ 250,12
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	R\$ 250,12
2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	R\$ 250,12
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	R\$ 250,12
2412-1/00	Produção de ferroligas	R\$ 250,12
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	R\$ 250,12
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	R\$ 250,12
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	R\$ 250,12
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	R\$ 250,12
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	R\$ 250,12
2424-5/01	Produção de arames de aço	R\$ 250,12
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	R\$ 250,12
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	R\$ 250,12
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	R\$ 250,12
2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	R\$ 250,12
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	R\$ 250,12
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	R\$ 250,12

2443-1/00	Metalurgia do cobre	R\$ 250,12
2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	R\$ 250,12
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	R\$ 250,12
2449-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	R\$ 250,12
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	R\$ 250,12
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	R\$ 250,12
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	R\$ 250,12
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	R\$ 250,12
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	R\$ 250,12
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	R\$ 250,12
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	R\$ 250,12
2531-4/01	Produção de forjados de aço	R\$ 250,12
2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	R\$ 250,12
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	R\$ 250,12
2532-2/02	Metalurgia do pó	R\$ 250,12
2539-0/00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	R\$ 250,12
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	R\$ 250,12
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	R\$ 250,12
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	R\$ 250,12
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	R\$ 250,12
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	R\$ 250,12
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	R\$ 250,12
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	R\$ 250,12
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	R\$ 250,12
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	R\$ 250,12
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	R\$ 250,12
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	R\$ 250,12
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	R\$ 250,12
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	R\$ 250,12
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	R\$ 250,12
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	R\$ 250,12
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	R\$ 250,12
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	R\$ 250,12
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	R\$ 250,12
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	R\$ 250,12

2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	R\$ 250,12
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	R\$ 250,12
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	R\$ 250,12
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	R\$ 250,12
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	R\$ 250,12
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	R\$ 250,12
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	R\$ 250,12
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	R\$ 250,12
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	R\$ 250,12
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	R\$ 250,12
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	R\$ 250,12
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	R\$ 250,12
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	R\$ 250,12
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	R\$ 250,12
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	R\$ 250,12
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	R\$ 250,12
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	R\$ 250,12
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	R\$ 250,12
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	R\$ 250,12
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	R\$ 250,12
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	R\$ 250,12

2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	R\$ 250,12
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	R\$ 250,12
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	R\$ 250,12
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	R\$ 250,12
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	R\$ 250,12
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	R\$ 250,12
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	R\$ 250,12
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	R\$ 250,12
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	R\$ 250,12
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	R\$ 250,12
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	R\$ 250,12
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	R\$ 250,12
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	R\$ 250,12
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	R\$ 250,12
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	R\$ 250,12
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12

2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	R\$ 250,12
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	R\$ 250,12
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	R\$ 250,12
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	R\$ 250,12
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	R\$ 250,12
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	R\$ 250,12
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	R\$ 250,12
2945-0/00	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	R\$ 250,12
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	R\$ 250,12
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	R\$ 250,12
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	R\$ 250,12
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	R\$ 250,12
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	R\$ 250,12
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	R\$ 250,12
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	R\$ 250,12
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	R\$ 250,12
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	R\$ 250,12
3091-1/00	Fabricação de motocicletas, peças e acessórios	R\$ 250,12
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	R\$ 250,12
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	R\$ 250,12
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	R\$ 250,12
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	R\$ 250,12
3104-7/00	Fabricação de colchões	R\$ 250,12
3211-6/01	Lapidação de gemas	R\$ 250,12
3211-6/03	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	R\$ 250,12
3212-4/00	Cunhagem de moedas e medalhas	R\$ 250,12
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	R\$ 250,12

3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	R\$ 250,12
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	R\$ 250,12
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	R\$ 250,12
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	R\$ 250,12
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	R\$ 250,12
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$ 250,12
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$ 250,12
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	R\$ 250,12
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	R\$ 250,12
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	R\$ 250,12
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	R\$ 250,12
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	R\$ 250,12
3250-7/08	Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar	R\$ 250,12
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	R\$ 250,12
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	R\$ 250,12
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	R\$ 250,12
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	R\$ 250,12
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	R\$ 250,12
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	R\$ 250,12
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	R\$ 250,12
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	R\$ 250,12
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	R\$ 250,12
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	R\$ 250,12
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	R\$ 250,12
3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	R\$ 250,12
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	R\$ 250,12
3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	R\$ 250,12
3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	R\$ 250,12
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	R\$ 250,12

3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	R\$ 250,12
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	R\$ 250,12
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	R\$ 250,12
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	R\$ 250,12
3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	R\$ 250,12
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	R\$ 250,12
3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	R\$ 250,12
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	R\$ 250,12
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	R\$ 250,12
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	R\$ 250,12
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	R\$ 250,12
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	R\$ 250,12
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	R\$ 250,12
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	R\$ 250,12
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	R\$ 250,12
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	R\$ 250,12
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	R\$ 250,12
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	R\$ 250,12
3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	R\$ 250,12
3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	R\$ 250,12
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	R\$ 250,12
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	R\$ 250,12
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	R\$ 250,12

3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	R\$ 250,12
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção D - Eletricidade e gás	
3511-5/00	Geração de energia elétrica	R\$ 750,35
3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	R\$ 750,35
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	R\$ 750,35
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	R\$ 750,35
3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	R\$ 750,35
3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	R\$ 750,35
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	R\$ 750,35
	Seção E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	R\$ 750,35
3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	R\$ 750,35
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	R\$ 750,35
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	R\$ 750,35
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	R\$ 250,12
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	R\$ 250,12
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	R\$ 250,12
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	R\$ 250,12
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	R\$ 250,12
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	R\$ 250,12
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	R\$ 250,12
3839-4/01	Usinas de compostagem	R\$ 250,12
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	R\$ 250,12
	Seção F - Construção	
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	R\$ 250,12
4120-4/00	Construção de edifícios	R\$ 250,12
4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	R\$ 250,12
4212-0/00	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	R\$ 250,12
4212-0/00	Construção de obras-de-arte especiais	R\$ 250,12
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	R\$ 250,12
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	R\$ 250,12
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	R\$ 250,12
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	R\$ 250,12
4222-7/02	Obras de irrigação	R\$ 250,12

4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	R\$ 250,12
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	R\$ 250,12
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	R\$ 250,12
4292-8/02	Obras de montagem industrial	R\$ 250,12
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	R\$ 250,12
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	R\$ 250,12
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	R\$ 250,12
4312-6/00	Perfurações e sondagens	R\$ 250,12
4313-4/00	Obras de terraplenagem	R\$ 250,12
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	R\$ 250,12
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	R\$ 250,12
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	R\$ 250,12
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	R\$ 250,12
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	R\$ 250,12
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	R\$ 250,12
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria	R\$ 250,12
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	R\$ 250,12
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	R\$ 250,12
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	R\$ 250,12
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	R\$ 250,12
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	R\$ 250,12
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	R\$ 250,12
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	R\$ 250,12
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	R\$ 250,12
4391-6/00	Obras de fundações	R\$ 250,12
4399-1/01	Administração de obras	R\$ 250,12
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	R\$ 250,12
4399-1/03	Obras de alvenaria	R\$ 250,12
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	R\$ 250,12
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	R\$ 250,12
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	R\$ 750,35

4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	R\$ 750,35
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	R\$ 1.000,48
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	R\$ 250,12
4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	R\$ 750,35
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	R\$ 250,12
4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	R\$ 500,24
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	R\$ 500,24
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	R\$ 250,12
4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	R\$ 375,18
4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	R\$ 375,18
4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	R\$ 250,12
4542-1/01	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	R\$ 250,12
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	R\$ 250,12
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	R\$ 250,12

4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	R\$ 250,12
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	R\$ 250,12
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	R\$ 250,12
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	R\$ 250,12
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	R\$ 250,12
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	R\$ 250,12
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontológico-hospitalares	R\$ 250,12
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	R\$ 250,12
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	R\$ 250,12
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	R\$ 250,12
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	R\$ 250,12
4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	R\$ 250,12
4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	R\$ 250,12
4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	R\$ 250,12
4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	R\$ 250,12
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	R\$ 250,12
4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	R\$ 250,12
4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	R\$ 250,12
4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	R\$ 250,12
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	R\$ 250,12
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	R\$ 250,12
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	R\$ 250,12
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	R\$ 250,12
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	R\$ 250,12
4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	R\$ 250,12

4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	R\$ 250,12
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	R\$ 250,12
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	R\$ 250,12
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	R\$ 250,12
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	R\$ 250,12
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	R\$ 250,12
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	R\$ 250,12
4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	R\$ 250,12
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	R\$ 250,12
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	R\$ 250,12
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	R\$ 250,12
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	R\$ 250,12
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	R\$ 250,12
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	R\$ 250,12
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e semelhantes	R\$ 250,12
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	R\$ 250,12
4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	R\$ 250,12
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	R\$ 250,12
4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	R\$ 250,12
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	R\$ 250,12
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	R\$ 250,12
4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	R\$ 250,12
4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	R\$ 250,12
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	R\$ 250,12
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	R\$ 250,12
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	R\$ 250,12
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	R\$ 250,12
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	R\$ 250,12
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	R\$ 250,12

4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	R\$ 250,12
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	R\$ 250,12
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	R\$ 250,12
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	R\$ 250,12
4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	R\$ 250,12
4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	R\$ 250,12
4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	R\$ 250,12
4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	R\$ 250,12
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	R\$ 250,12
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4649-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	R\$ 250,12
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	R\$ 250,12
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	R\$ 250,12
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	R\$ 250,12
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	R\$ 250,12
4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	R\$ 250,12
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	R\$ 250,12
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	R\$ 250,12
4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	R\$ 250,12
4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	R\$ 250,12
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	R\$ 250,12
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	R\$ 250,12
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	R\$ 250,12
4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	R\$ 250,12
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	R\$ 250,12
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	R\$ 250,12

4679-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	R\$ 250,12
4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	R\$ 250,12
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	R\$ 250,12
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	R\$ 250,12
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	R\$ 250,12
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	R\$ 250,12
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	R\$ 250,12
4681-8/04	Comércio atacadista de outros combustíveis de origem mineral em bruto	R\$ 250,12
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	R\$ 250,12
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	R\$ 250,12
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	R\$ 250,12
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	R\$ 250,12
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	R\$ 250,12
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	R\$ 250,12
4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	R\$ 250,12
4686-9/01	Comércio atacadista de embalagens	R\$ 250,12
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	R\$ 250,12
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	R\$ 250,12
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	R\$ 250,12
4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	R\$ 250,12
4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	R\$ 250,12
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	R\$ 250,12
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	R\$ 250,12
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	R\$ 250,12
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	R\$ 250,12
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	R\$ 250,12

4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	R\$ 250,12
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	R\$ 250,12
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	R\$ 250,12
4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	R\$ 250,12
4721-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	R\$ 250,12
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	R\$ 250,12
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	R\$ 250,12
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carne de aves e derivados	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carne de aves e outros derivados, exceto pescado	R\$ 250,12
4722-9/02	Peixaria	R\$ 250,12
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	R\$ 250,12
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	R\$ 250,12
4729-6/01	Tabacaria	R\$ 250,12
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	R\$ 375,18
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	R\$ 250,12
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	R\$ 250,12
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	R\$ 250,12
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	R\$ 250,12
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	R\$ 250,12
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	R\$ 250,12
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	R\$ 250,12
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	R\$ 250,12
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	R\$ 250,12
4751-2/00	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	R\$ 250,12
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	R\$ 250,12
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	R\$ 250,12
4754-7/01	Comércio varejista de móveis	R\$ 250,12
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	R\$ 250,12
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	R\$ 250,12
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	R\$ 250,12
4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	R\$ 250,12
4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	R\$ 250,12
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	R\$ 250,12

4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	R\$ 250,12
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	R\$ 250,12
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4761-0/01	Comércio varejista de livros	R\$ 250,12
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	R\$ 250,12
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	R\$ 250,12
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	R\$ 250,12
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	R\$ 250,12
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	R\$ 250,12
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	R\$ 250,12
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	R\$ 250,12
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	R\$ 500,24
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	R\$ 250,12
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	R\$ 250,12
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	R\$ 250,12
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	R\$ 250,12
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	R\$ 250,12
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	R\$ 250,12
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	R\$ 250,12
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	R\$ 250,12
4782-2/01	Comércio varejista de calçados	R\$ 250,12
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	R\$ 250,12
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	R\$ 250,12
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	R\$ 250,12
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	R\$ 125,06
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	R\$ 125,06
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	R\$ 125,06
4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	R\$ 250,12
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	R\$ 250,12
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	R\$ 250,12
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	R\$ 250,12
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	R\$ 250,12
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	R\$ 250,12
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	R\$ 250,12
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	R\$ 250,12
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	R\$ 250,12

4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção H - Transporte, armazenagem e correio	
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	R\$ 250,12
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	R\$ 250,12
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	R\$ 250,12
4912-4/03	Transporte metroviário	R\$ 250,12
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	R\$ 250,12
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	R\$ 250,12
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	R\$ 250,12
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	R\$ 250,12
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	R\$ 250,12
4923-0/01	Serviço de táxi	R\$ 250,12
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	R\$ 250,12
4924-8/00	Transporte escolar	R\$ 250,12
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	R\$ 250,12
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	R\$ 250,12
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	R\$ 250,12
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	R\$ 250,12
4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	R\$ 250,12
4940-0/00	Transporte dutoviário	R\$ 250,12
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	R\$ 250,12
5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	R\$ 250,12
5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	R\$ 250,12
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	R\$ 250,12
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	R\$ 250,12
5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	R\$ 250,12
5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	R\$ 250,12
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	R\$ 250,12

5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	R\$ 250,12
5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	R\$ 250,12
5030-1/02	Navegação de apoio portuário	R\$ 250,12
5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	R\$ 250,12
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	R\$ 250,12
5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	R\$ 250,12
5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	R\$ 250,12
5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	R\$ 250,12
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	R\$ 250,12
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	R\$ 250,12
5130-7/00	Transporte espacial	R\$ 250,12
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	R\$ 250,12
5211-7/02	Guarda-móveis	R\$ 125,06
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	R\$ 125,06
5212-5/00	Carga e descarga	R\$ 125,06
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	R\$ 250,12
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	R\$ 125,06
5223-1/00	Estacionamento de veículos	R\$ 125,06
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	R\$ 250,12
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	R\$ 250,12
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5231-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	R\$ 125,06
5231-1/02	Operações de terminais	R\$ 125,06
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	R\$ 250,12
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	R\$ 250,12
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	R\$ 250,12
5250-8/01	Comissária de despachos	R\$ 125,06
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	R\$ 125,06
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	R\$ 125,06
5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	R\$ 250,12
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	R\$ 250,12
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional	R\$ 250,12
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	R\$ 250,12
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	R\$ 250,12
5320-2/02	Serviços de entrega rápida	R\$ 250,12
	Seção I - Alojamento e alimentação	
5510-8/01	Hotéis	R\$ 500,24
5510-8/02	Apart-hotéis	R\$ 500,24

5510-8/03	Motéis	R\$ 500,24
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	R\$ 500,24
5590-6/02	Campings	R\$ 500,24
5590-6/03	Pensões (alojamento)	R\$ 500,24
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	R\$ 500,24
5611-2/01	Restaurantes e similares	R\$ 125,06
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	R\$ 125,06
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	R\$ 125,06
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	R\$ 250,12
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	R\$ 125,06
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	R\$ 125,06
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	R\$ 125,06
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	R\$ 125,06
Seção J - Informação e comunicação		
5811-5/00	Edição de livros	R\$ 250,12
5812-3/00	Edição de jornais	R\$ 250,12
5813-1/00	Edição de revistas	R\$ 250,12
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	R\$ 250,12
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	R\$ 250,12
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	R\$ 250,12
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	R\$ 250,12
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	R\$ 250,12
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	R\$ 250,12
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	R\$ 250,12
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5912-0/01	Serviços de dublagem	R\$ 250,12
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	R\$ 250,12
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	R\$ 250,12
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	R\$ 250,12
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	R\$ 250,12
6010-1/00	Atividades de rádio	R\$ 250,12
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	R\$ 250,12
6022-5/01	Programadoras	R\$ 250,12
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	R\$ 250,12
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	R\$ 375,18
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	R\$ 375,18
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SMC	R\$ 375,18
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	R\$ 375,18
6120-5/01	Telefonia móvel celular	R\$ 375,18

6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	R\$ 375,18
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	R\$ 375,18
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	R\$ 375,18
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	R\$ 375,18
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	R\$ 375,18
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	R\$ 375,18
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	R\$ 375,18
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	R\$ 375,18
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	R\$ 375,18
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	R\$ 250,12
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	R\$ 250,12
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	R\$ 250,12
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	R\$ 250,12
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	R\$ 250,12
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	R\$ 250,12
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	R\$ 250,12
6391-7/00	Agências de notícias	R\$ 250,12
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
Seção K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados		
6410-7/00	Banco Central	R\$ 1.250,59
6421-2/00	Bancos comerciais	R\$ 1.250,59
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	R\$ 1.250,59
6423-9/00	Caixas econômicas	R\$ 1.250,59
6424-7/01	Bancos cooperativos	R\$ 1.250,59
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	R\$ 1.250,59
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	R\$ 1.250,59
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	R\$ 1.250,59
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	R\$ 1.250,59
6432-8/00	Bancos de investimento	R\$ 1.250,59
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	R\$ 1.250,59
6434-4/00	Agências de fomento	R\$ 1.250,59
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	R\$ 1.250,59
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	R\$ 1.250,59
6435-2/03	Companhias hipotecárias	R\$ 1.250,59
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	R\$ 1.250,59
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	R\$ 1.250,59
6438-7/01	Bancos de câmbio	R\$ 1.250,59
6438-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6440-9/00	Arrendamento mercantil	R\$ 1.250,59
6450-6/00	Sociedades de capitalização	R\$ 1.250,59

6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	R\$ 1.250,59
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	R\$ 1.250,59
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	R\$ 1.250,59
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	R\$ 1.250,59
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	R\$ 1.250,59
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	R\$ 1.250,59
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	R\$ 1.250,59
6492-1/00	Securitização de créditos	R\$ 1.250,59
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	R\$ 1.250,59
6499-9/01	Clubes de investimento	R\$ 1.250,59
6499-9/02	Sociedades de investimento	R\$ 1.250,59
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	R\$ 1.250,59
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	R\$ 1.250,59
6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	R\$ 1.250,59
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6511-1/01	Seguros de vida	R\$ 375,18
6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	R\$ 375,18
6512-0/00	Seguros não-vida	R\$ 375,18
6520-1/00	Seguros-saúde	R\$ 375,18
6530-8/00	Resseguros	R\$ 375,18
6541-3/00	Previdência complementar fechada	R\$ 375,18
6542-1/00	Previdência complementar aberta	R\$ 375,18
6550-2/00	Planos de saúde	R\$ 375,18
6611-8/01	Bolsa de valores	R\$ 1.250,59
6611-8/02	Bolsa de mercadorias	R\$ 1.250,59
6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	R\$ 1.250,59
6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	R\$ 1.250,59
6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	R\$ 1.250,59
6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	R\$ 1.250,59
6612-6/03	Corretoras de câmbio	R\$ 1.250,59
6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	R\$ 1.250,59
6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	R\$ 1.250,59
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	R\$ 1.250,59
6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	R\$ 1.250,59
6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	R\$ 1.250,59
6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	R\$ 1.250,59
6619-3/04	Caixas eletrônicos	R\$ 1.250,59
6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	R\$ 1.250,59
6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	R\$ 250,12
6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	R\$ 250,12
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	R\$ 375,18
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	R\$ 375,18
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	R\$ 1.250,59

	Seção L - Atividades imobiliárias	
6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	R\$ 250,12
6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	R\$ 250,12
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	R\$ 250,12
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	R\$ 250,12
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	R\$ 250,12
	Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	
6911-7/01	Serviços advocatícios	R\$ 250,12
6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	R\$ 250,12
6911-7/03	Agente de propriedade industrial	R\$ 250,12
6912-5/00	Cartórios	R\$ 750,35
6920-6/01	Atividades de contabilidade	R\$ 250,12
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	R\$ 250,12
7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	R\$ 250,12
7111-1/00	Serviços de arquitetura	R\$ 250,12
7112-0/00	Serviços de engenharia	R\$ 250,12
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	R\$ 250,12
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	R\$ 250,12
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	R\$ 250,12
7739-0/02	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	R\$ 250,12
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7120-1/00	Testes e análises técnicas	R\$ 500,24
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	R\$ 250,12
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	R\$ 250,12
7311-4/00	Agências de publicidade	R\$ 250,12
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	R\$ 250,12
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	R\$ 250,12
7319-0/02	Promoção de vendas	R\$ 250,12
7319-0/03	Marketing direto	R\$ 250,12
7319-0/04	Consultoria em publicidade	R\$ 250,12
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	R\$ 250,12
7410-2/01	Design	R\$ 250,12
7410-2/02	Decoração de interiores	R\$ 250,12
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	R\$ 250,12
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	R\$ 250,12
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	R\$ 250,12
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	R\$ 250,12
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	R\$ 250,12
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	R\$ 125,06
7490-1/02	Escafandria e mergulho	R\$ 125,06
7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	R\$ 250,12

7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	R\$ 250,12
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	R\$ 250,12
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7500-1/00	Atividades veterinárias	R\$ 500,24
	Seção N - Atividades administrativas e serviços complementares	
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	R\$ 500,24
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	R\$ 250,12
7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	R\$ 250,12
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	R\$ 250,12
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	R\$ 250,12
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	R\$ 250,12
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	R\$ 250,12
7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	R\$ 250,12
7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	R\$ 250,12
7729-2/03	Aluguel de material médico	R\$ 250,12
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	R\$ 250,12
7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	R\$ 250,12
7732-2/02	Aluguel de andaimes	R\$ 250,12
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	R\$ 250,12
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	R\$ 250,12
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	R\$ 250,12
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	R\$ 250,12
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	R\$ 231,59
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	R\$ 500,24
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	R\$ 125,06
7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	R\$ 125,06
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	R\$ 125,06
7911-2/00	Agências de viagens	R\$ 250,12
7912-1/00	Operadores turísticos	R\$ 250,12
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	R\$ 250,12
8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	R\$ 250,12
8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	R\$ 125,06
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	R\$ 250,12
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	R\$ 250,12
8030-7/00	Atividades de investigação particular	R\$ 250,12

8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	R\$ 250,12
8112-5/00	Condomínios prediais	R\$ 250,12
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	R\$ 125,06
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	R\$ 125,06
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
8130-3/00	Atividades paisagísticas	R\$ 125,06
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	R\$ 250,12
8219-9/01	Fotocópias	R\$ 250,12
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	R\$ 250,12
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	R\$ 250,12
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	R\$ 500,24
8230-0/02	Casas de festas e eventos	R\$ 500,24
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	R\$ 500,24
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	R\$ 250,12
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	R\$ 250,12
8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	R\$ 250,12
8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	R\$ 250,12
8299-7/04	Leiloeiros independentes	R\$ 250,12
8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	R\$ 250,12
8299-7/06	Casas lotéricas	R\$ 500,24
8299-7/07	Salas de acesso à internet	R\$ 250,12
8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção O - Administração pública, defesa e seguridade social	
8411-6/00	Administração pública em geral	R\$ 250,12
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	R\$ 250,12
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	R\$ 250,12
8421-3/00	Relações exteriores	R\$ 250,12
8422-1/00	Defesa	R\$ 250,12
8423-0/00	Justiça	R\$ 250,12
8424-8/00	Segurança e ordem pública	R\$ 250,12
8425-6/00	Defesa Civil	R\$ 250,12
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	R\$ 250,12
	Seção P - Educação	
8511-2/00	Educação infantil - creche	R\$ 250,12
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	R\$ 250,12
8513-9/00	Ensino fundamental	R\$ 250,12
8520-1/00	Ensino médio	R\$ 250,12
8531-7/00	Educação superior - graduação	R\$ 250,12
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	R\$ 250,12
8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	R\$ 250,12
8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	R\$ 250,12

8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	R\$ 250,12
8550-3/01	Administração de caixas escolares	R\$ 250,12
8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	R\$ 250,12
8591-1/00	Ensino de esportes	R\$ 250,12
8592-9/01	Ensino de dança	R\$ 250,12
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	R\$ 250,12
8592-9/03	Ensino de música	R\$ 250,12
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	R\$ 250,12
8593-7/00	Ensino de idiomas	R\$ 250,12
8599-6/01	Formação de condutores	R\$ 250,12
8599-6/02	Cursos de pilotagem	R\$ 250,12
8599-6/03	Treinamento em informática	R\$ 250,12
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	R\$ 250,12
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	R\$ 250,12
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção Q - Saúde humana e serviços sociais	
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	R\$ 750,35
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	R\$ 750,35
8621-6/01	UTI móvel	R\$ 750,35
8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	R\$ 750,35
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	R\$ 750,35
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	R\$ 500,24
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	R\$ 500,24
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	R\$ 500,24
8630-5/04	Atividade odontológica	R\$ 500,24
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	R\$ 500,24
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	R\$ 500,24
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	R\$ 500,24
8640-2/02	Laboratórios clínicos	R\$ 500,24
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	R\$ 500,24
8640-2/04	Serviços de tomografia	R\$ 500,24
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	R\$ 500,24
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	R\$ 500,24
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	R\$ 500,24
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	R\$ 500,24
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	R\$ 500,24
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	R\$ 500,24

8640-2/11	Serviços de radioterapia	R\$ 500,24
8640-2/12	Serviços de hemoterapia	R\$ 500,24
8640-2/13	Serviços de litotripsia	R\$ 500,24
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	R\$ 500,24
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
8650-0/01	Atividades de enfermagem	R\$ 250,12
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	R\$ 250,12
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	R\$ 250,12
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	R\$ 250,12
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	R\$ 250,12
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	R\$ 250,12
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	R\$ 250,12
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	R\$ 250,12
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	R\$ 250,12
8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	R\$ 250,12
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	R\$ 500,24
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	R\$ 500,24
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	R\$ 500,24
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	R\$ 500,24
8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	R\$ 500,24
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	R\$ 250,12
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	R\$ 250,12
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8730-1/01	Orfanatos	R\$ 250,12
8730-1/02	Albergues assistenciais	R\$ 250,12
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	R\$ 250,12
	Seção R - Artes, cultura, esporte e recreação	
9001-9/01	Produção teatral	R\$ 250,12
9001-9/02	Produção musical	R\$ 250,12
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	R\$ 250,12
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de mario-netes e similares	R\$ 250,12
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	R\$ 250,12
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	R\$ 250,12
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	R\$ 250,12

9002-7/02	Restauração de obras de arte	R\$ 250,12
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	R\$ 250,12
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	R\$ 250,12
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	R\$ 250,12
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	R\$ 250,12
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	R\$ 250,12
9200-3/01	Casas de bingo	R\$ 1.250,59
9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	R\$ 1.250,59
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	R\$ 125,06
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	R\$ 250,12
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	R\$ 250,12
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	R\$ 250,12
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	R\$ 250,12
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	R\$ 250,12
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	R\$ 250,12
9329-8/02	Exploração de boliches	R\$ 250,12
9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	R\$ 250,12
9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	R\$ 250,12
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção S - Outras atividades de serviços	
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	R\$ 125,06
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	R\$ 125,06
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	R\$ 125,06
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	R\$ 125,06
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	R\$ 250,12
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	R\$ 250,12
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	R\$ 250,12
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	R\$ 250,12
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	R\$ 250,12
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	R\$ 125,06
9529-1/02	Chaveiros	R\$ 125,06
9529-1/03	Reparação de relógios	R\$ 250,12
9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	R\$ 250,12
9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	R\$ 250,12
9529-1/06	Reparação de jóias	R\$ 250,12

9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9601-7/01	Lavanderias	R\$ 125,06
9601-7/02	Tinturarias	R\$ 125,06
9601-7/03	Toalheiros	R\$ 125,06
9602-5/01	Cabeleireiros	R\$ 125,06
9602-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	R\$ 125,06
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	R\$ 250,12
9603-3/02	Serviços de cremação	R\$ 250,12
9603-3/03	Serviços de sepultamento	R\$ 250,12
9603-3/04	Serviços de funerárias	R\$ 250,12
9603-3/05	Serviços de somatoconservação	R\$ 250,12
9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9609-2/01	Clínicas de estética e similares	R\$ 125,06
9609-2/02	Agências matrimoniais	R\$ 250,12
9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	R\$ 250,12
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	R\$ 250,12
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
	Seção T - Serviços domésticos	
9700-5/00	Serviços domésticos	R\$ 250,12
	Seção U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	R\$ 250,12
	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS	
	CÓDIGO - DENOMINAÇÃO	VALOR DA TAXA
	7001-Abatedor (NQ)	R\$ 41,69
	7002-Acabador de calçados (TM)	R\$ 83,38
	7003-Açougueiro (NQ)	R\$ 41,69
	7004-Acupunturista (TM)	R\$ 83,38
	7005-Adestrador de animais (NQ)	R\$ 41,69
	7006-Administrador outros (TM)	R\$ 83,38
	7007-Administrador ou negócios (TM)	R\$ 83,38
	7008-Administrador de edifícios sídicos (NQ)	R\$ 41,69
	7009-Administrador de empresas (NS)	R\$ 125,06
	7010-Administrador expl.agrop.florestais (TM)	R\$ 83,38
	7011-Administrador de hotelaria (NS)	R\$ 125,06
	7012-Administrador escolar (NS)	R\$ 125,06
	7013-Administrador hospitalar (NS)	R\$ 125,06
	7014-Administrador público (NS)	R\$ 125,06
	7015-Advogado ou provisionado (NS)	R\$ 125,06
	7016-Aeronauta (TM)	R\$ 83,38
	7017-Afiador de ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
	7018-Afinador-outros (TM)	R\$ 83,38

7019-Afinador de instrumentos musicais - exc. piano (TM)	R\$ 83,38
7020-Afinador de piano (TM)	R\$ 83,38
7021-Agenciador-outros (TM)	R\$ 83,38
7022-Agenciador de assinaturas (NQ)	R\$ 41,69
7023-Agenciador de cargas (NQ)	R\$ 41,69
7024-Agenciador de carnes (NQ)	R\$ 41,69
7025-Agenciador de cartão de crédito (NQ)	R\$ 41,69
7026-Agenciador de consórcio (NQ)	R\$ 41,69
7027-Agenciador de obras de arte (TM)	R\$ 83,38
7028-Agenciador de passagens (NQ)	R\$ 41,69
7029-Agenciador de projetos (TM)	R\$ 41,69
7030-Agenciador de propaganda (NQ)	R\$ 41,69
7031-Agenciador de serviços de dedetização NQ	R\$ 41,69
7032-Agenciador serviços e/ou transportes marítimo (NQ)	R\$ 41,69
7033-Agenciador de serviços gráficos (NQ)	R\$ 41,69
7034-Agenciador serviços ou sócios p/clin. médico (NQ)	R\$ 41,69
7035-Agenciador sócios p/entidades de previd. (NQ)	R\$ 41,69
7036-Agenciador de títulos de clubes (NQ)	R\$ 41,69
7037-Agenciador de turismo (TM)	R\$ 83,38
7038-Agentes-outros (TM)	R\$ 83,38
7039-Agente administrativo (NQ)	R\$ 41,69
7040-Agente da prop. artística ou literária (TM)	R\$ 83,38
7041-Agente de propriedade industrial (TM)	R\$ 83,38
7042-Agente de artista (NQ)	R\$ 41,69
7043-Agentes de compras (NQ)	R\$ 41,69
7044-Agentes de empregos (NQ)	R\$ 41,69
7045-Agente de investimentos (TM)	R\$ 83,38
7046-Agente de manobras (NQ)	R\$ 41,69
7047-Agente de marca e patentes (NQ)	R\$ 41,69
7048-Agente de segurança (NQ)	R\$ 41,69
7049-Agente de seguro (NS)	R\$ 125,06
7050-Agente de serviço de mercadorias (NQ)	R\$ 41,69
7051-Agente de vendas serviços as empresas (NQ)	R\$ 41,69
7052-Agente de viagens e turismo (NS)	R\$ 125,06
7053-Agente funerário (NQ)	R\$ 41,69
7054-Agente técnico de vendas (NQ)	R\$ 41,69
7055-Agrimensur (NS)	R\$ 125,06
7056-Agrônomo (NS)	R\$ 125,06
7057-Ajustador (NQ)	R\$ 41,69
7058-Alfaiate (TM)	R\$ 83,38
7059-Almoxarife (NQ)	R\$ 41,69
7060-Amestrador de cães (NQ)	R\$ 41,69
7061-Amolador de ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
7062-Amostrador de mineiros (TM)	R\$ 83,38

7063-Amplificador de fotografias (TM)	R\$ 83,38
7064-Analista - outros (TM)	R\$ 83,38
7065-Analista Clínico (NS)	R\$ 125,06
7066-Analista de cargos e salários (TM)	R\$ 83,38
7067-Analista de crédito e cobrança (TM)	R\$ 83,38
7068-Analista de importação e exportação (TM)	R\$ 83,38
7069-Analista de ocupações (TM)	R\$ 83,38
7070-Analista de organizações e métodos (TM)	R\$ 83,38
7071-Analista de projetos (TM)	R\$ 83,38
7072-Analista de sistemas (NS)	R\$ 125,06
7073-Analista técnico (TM)	R\$ 83,38
7074-Anatomista (NS)	R\$ 125,06
7075-Antropólogo (NS)	R\$ 125,06
7076-Aparelhador (NQ)	R\$ 41,69
7077-Aplicador de sinteco (NQ)	R\$ 41,69
7078-Apontador (NQ)	R\$ 41,69
7079-Apresentador - outros (TM)	R\$ 83,38
7080-Apresentador de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7081-Apresentador de programas (TM)	R\$ 83,38
7082-Árbitro outros (TM)	R\$ 83,38
7083-Árbitro desportista (TM)	R\$ 83,38
7084-Árbitro regulador de avarias (TM)	R\$ 83,38
7085-Amador outros (TM)	R\$ 83,38
7086-Amador de estruturas (NQ)	R\$ 41,69
7087-Armazenistas (NQ)	R\$ 41,69
7088-Arqueólogo (NS)	R\$ 125,06
7089-Arquiteto (NS)	R\$ 125,06
7090-Arquivista (NS)	R\$ 125,06
7091-Arquivologista (TM)	R\$ 83,38
7092-Arrais (TM)	R\$ 83,38
7093-Arrumadeira (NQ)	R\$ 41,69
7094-Artesão (NQ)	R\$ 41,69
7095-Artista nível médio	R\$ 83,38
7096-Artista nível médio não qualificado	R\$ 41,69
7097-Artista nível superior	R\$ 125,06
7098-Ascesorista (NQ)	R\$ 41,69
7099-Assentador de canalização (NQ)	R\$ 41,69
7100-Assessor - outros (TM)	R\$ 83,38
7101-Assessor outros (TM)	R\$ 83,38
7102-Assessor administrativo (TM)	R\$ 83,38
7103-Assessor comercial (TM)	R\$ 83,38
7104-Assessor de planejamento (TM)	R\$ 83,38
7105-Assessor de Arquitetura (TM)	R\$ 83,38
7106-Assessor de construção (TM)	R\$ 83,38
7107-Assessor em ecologia (TM)	R\$ 83,38
7108-Assessor em importação e exportação TM	R\$ 83,38

7109-Assessor em orçamento (TM)	R\$ 83,38
7110-Assessor em pesquisa de solo (TM)	R\$ 83,38
7111-Assessor em pesquisa tecnológica (TM)	R\$ 83,38
7112-Assessor em projetos (TM)	R\$ 83,38
7113-Assessor financeiro (TM)	R\$ 83,38
7114-Assessor fiscal (TM)	R\$ 83,38
7115-Assessor imobiliário (TM)	R\$ 83,38
7116-Assessor naval (TM)	R\$ 83,38
7117-Assessor parlamentar (TM)	R\$ 83,38
7118-Assessor técnico de operações (TM)	R\$ 83,38
7119-Assistentes - outros (TM)	R\$ 83,38
7120-Assistente cinematográfico (TM)	R\$ 83,38
7121-Assistente de operador de câmera (TM)	R\$ 83,38
7122-Assistente de produção (TM)	R\$ 83,38
7123-Assistente social (NS)	R\$ 125,06
7124-Assistente técnico filatelista (TM)	R\$ 83,38
7125-Assoalhador (NQ)	R\$ 41,69
7126-Astrólogo (NS)	R\$ 125,06
7127-Astrônomo (NS)	R\$ 125,06
7128-Atendente outros (TM)	R\$ 83,38
7129-Atendente de enfermagem (TM)	R\$ 83,38
7130-Atendente de guiche (NQ)	R\$ 41,69
7131-Atila profissional (NQ)	R\$ 41,69
7132-Ator intérprete (NS)	R\$ 125,06
7133-Atuário (NS)	R\$ 125,06
7134-Auditor (NS)	R\$ 125,06
7135-Auxiliar outros (TM)	R\$ 83,38
7136-Auxiliar de análises físico químicas (NQ)	R\$ 41,69
7137-Auxiliar de banco de sangue (TM)	R\$ 83,38
7138-Auxiliar de biblioteca (NQ)	R\$ 41,69
7139-Auxiliar de condutor veículos rodoviários (NQ)	R\$ 41,69
7140-Auxiliar de contabilidade (TM)	R\$ 83,38
7141-Auxiliar de enfermagem (TM)	R\$ 83,38
7142-Auxiliar de estatística (NQ)	R\$ 41,69
7143-Auxiliar de farmácia (NQ)	R\$ 41,69
7144-Auxiliar de laboratório análises clínicas (NQ)	R\$ 41,69
7145-Auxiliar de manobras (NQ)	R\$ 41,69
7146-Auxiliar de maquinista (NQ)	R\$ 41,69
7147-Auxiliar de serviços administrativos (NQ)	R\$ 41,69
7148-Auxiliar de serviços médicos (TM)	R\$ 83,38
7149-Auxiliar de terapêutica (TM)	R\$ 41,69
7150-Avaliador (NQ)	R\$ 41,69
7151-Azulejista (NQ)	R\$ 41,69
7152-Baba (NQ)	R\$ 41,69
7153-Bactererologista (NS)	R\$ 125,06
7154-Bailarino (NS)	R\$ 125,06
7155-Balanceiro (NQ)	R\$ 41,69

7156-Balconista (NQ)	R\$ 41,69
7157-Bamborista (NQ)	R\$ 41,69
7158-Barbeiro (NQ)	R\$ 41,69
7159-Barman (NQ)	R\$ 41,69
7160-Barqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7161-Bibliotecário (NS)	R\$ 125,06
7162-Bibliotécnico (TM)	R\$ 83,38
7163-Biblioteconomista (NS)	R\$ 125,06
7164-Biblioterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7165-Biólogo (NS)	R\$ 125,06
7166-Bioquímico (NS)	R\$ 125,06
7167-Biselador (NQ)	R\$ 41,69
7168-Bobinador outros (TM)	R\$ 83,38
7169-Bobinador de papel (NQ)	R\$ 41,69
7170-Bobinador eletricista (NQ)	R\$ 41,69
7171-Bombeiro outros (TM)	R\$ 83,38
7172-Bombeiro eletricista (TM)	R\$ 83,38
7173-Bombeiro hidráulico (TM)	R\$ 83,38
7174-Bordadeira (NQ)	R\$ 41,69
7175-Borracheiro (NQ)	R\$ 41,69
7176-Botânico (NS)	R\$ 125,06
7177-Branqueador outros (NQ)	R\$ 41,69
7178-Branqueador de pastas (NQ)	R\$ 41,69
7179-Branqueador de produtos químicos (NQ)	R\$ 41,69
7180-Boteiro (NQ)	R\$ 41,69
7181-Cabeleireiro (TM)	R\$ 83,38
7182-Cabineiro (NQ)	R\$ 41,69
7183-Caixa (NQ)	R\$ 41,69
7184-Galafetador (NQ)	R\$ 41,69
7185-Caladrista outros (NQ)	R\$ 41,69
7186-Calandrista de papel (NQ)	R\$ 41,69
7187-Calceiro (NQ)	R\$ 41,69
7188-Calçeteiro (NQ)	R\$ 41,69
7189-Calculista (TM)	R\$ 83,38
7190-Caldeireiro (NQ)	R\$ 41,69
7191-Calista (TM)	R\$ 83,38
7192-Camareiro (NQ)	R\$ 41,69
7193-Camiseiro (NQ)	R\$ 41,69
7194-Canteiro (NQ)	R\$ 41,69
7195-Cantor nível médio	R\$ 83,38
7196-Cantor nível não qualificado	R\$ 41,69
7197-Cantor nível superior	R\$ 125,06
7198-Capataz (NQ)	R\$ 41,69
7199-Capoteiro (NQ)	R\$ 41,69
7200-Caravanista (TM)	R\$ 83,38
7201-Caricaturista (TM)	R\$ 83,38
7202-Carpinteiro (NQ)	R\$ 41,69
7203-Carregador (NQ)	R\$ 41,69

7204-Carreteiro (NQ)	R\$ 41,69
7205-Cartazeiro (NQ)	R\$ 41,69
7206-Cartazista (TM)	R\$ 83,38
7207-Cartógrafo (TM)	R\$ 83,38
7208-Cartomante (NQ)	R\$ 41,69
7209-Cartonageiro (NQ)	R\$ 41,69
7210-Carvoeijador (NQ)	R\$ 41,69
7211-Casladeira (NQ)	R\$ 41,69
7212-Caseiro (NQ)	R\$ 41,69
7213-Castrador (NQ)	R\$ 41,69
7214-Cavouqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7215-Cementador de metais (NQ)	R\$ 41,69
7216-Genógrafo (NS)	R\$ 125,06
7217-Cenotécnico (TM)	R\$ 83,38
7218-Ceramista (NQ)	R\$ 41,69
7219-Cerzibeira (NQ)	R\$ 41,69
7220-Cesteiro (NQ)	R\$ 41,69
7221-Chapeador (NQ)	R\$ 41,69
7222-Chapeleiro	R\$ 41,69
7223-Charuteiro	R\$ 41,69
7224-Chaveiro (NQ)	R\$ 41,69
7225-Chefe de escritório (TM)	R\$ 83,38
7226-Churrasqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7227-Cientista outros (TM)	R\$ 83,38
7228-Cientista físico químico (NS)	R\$ 125,06
7229-Cientista político (NS)	R\$ 125,06
7230-Cientista social (NS)	R\$ 125,06
7231-Cigarreiro (NQ)	R\$ 41,69
7232-Cilindreiro (NQ)	R\$ 41,69
7233-Cimentador (NQ)	R\$ 41,69
7234-Cinegrafista (TM)	R\$ 83,38
7235-Cirurgião (NS)	R\$ 125,06
7236-Cirurgião dentista (NS)	R\$ 125,06
7237-Citologista (NS)	R\$ 125,06
7238-Citotécnico (NS)	R\$ 125,06
7239-Classificador outros (TM)	R\$ 83,38
7240-Classificador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
7241-Classificador de minérios (NQ)	R\$ 41,69
7242-Classificador de pedras preciosas (TM)	R\$ 83,38
7243-Classificador de café e/ou cereais (TM)	R\$ 83,38
7244-Clicheristas (NQ)	R\$ 41,69
7245-Cobrador (NQ)	R\$ 41,69
7246-Codificador (NQ)	R\$ 41,69
7247-Colchoeiro (NQ)	R\$ 41,69
7248-Colocador outros (NQ)	R\$ 41,69
7249-Colocador de antenas (NQ)	R\$ 41,69
7250-Colocador de cortinas (NQ)	R\$ 41,69
7251-Colocador de pisos (NQ)	R\$ 41,69

7252-Colocador de revestimentos (NQ)	R\$ 41,69
7253-Colocador de tapetes e/ou carpetes (NQ)	R\$ 41,69
7254-Colocador de vidros (NQ)	R\$ 41,69
7255-Comandantes de embarcações (TM)	R\$ 83,38
7256-Comentarista (TM)	R\$ 83,38
7257-Comerciante (NQ)	R\$ 41,69
7258-Comissário de bordo (TM)	R\$ 83,38
7259-Compensador de agulhas magnéticas (NQ)	R\$ 41,69
7260-Compositor outro (TM)	R\$ 83,38
7261-Compositor gráfico (TM)	R\$ 83,38
7262-Compositor musical (TM)	R\$ 83,38
7263-Comprador (NQ)	R\$ 41,69
7264-Comunicador social comunicólogo (NS)	R\$ 125,06
7265-Conductor outros (NQ)	R\$ 41,69
7266-Conductor de monta cargas (NQ)	R\$ 41,69
7267-Conductor de vagonetas (NQ)	R\$ 41,69
7268-Conductor de veículos tração animal/humana (NQ)	R\$ 41,69
7269-Confeccionador outros (NQ)	R\$ 41,69
7270-Confeccionador de instrumentos musicais (TM)	R\$ 83,38
7271-Confeccionador móveis de vime junco e bambu NQ	R\$ 41,69
7272-Confeccionador de pneumáticos (NQ)	R\$ 41,69
7273-Confeção produtos plásticos	R\$ 41,69
7274-Confeção sacos celofane e sacos papel (NQ)	R\$ 41,69
7275-Confeiteiro (NQ)	R\$ 41,69
7276-Conferista (TM)	R\$ 83,38
7277-Conferentes (NQ)	R\$ 41,69
7278-Conferidos (NQ)	R\$ 41,69
7279-Consertador outros (TM)	R\$ 125,06
7280-Consertador de antenas (NQ)	R\$ 41,69
7281-Consertador de aparelhos de Raio X (TM)	R\$ 83,38
7282-Consertador de aparelhos refrigeração (TM)	R\$ 83,38
7283-Consertador aparelhos elétricos ou eletrônico (TM)	R\$ 83,38
7284-Consertador aparelhos odontológicos (TM)	R\$ 83,38
7285-Consertador de calçados (NQ)	R\$ 41,69
7286-Consertador de fechaduras (NQ)	R\$ 41,69
7287-Consertador de fogões (NQ)	R\$ 41,69
7288-Consertador instrumentos e/ou aparelhos de prec. (TM)	R\$ 83,38
7289-Consertador de instrumentos musicais (TM)	R\$ 83,38
7290-Consertador aparelhos luminosos (NQ)	R\$ 41,69
7291-Consertador máquinas de escrever (TM)	R\$ 83,38
7293-Consertador de persianas (NQ)	R\$ 41,69
7294-Consertador de perucas (NQ)	R\$ 41,69
7295-Consertador de rádio e/ou televisão (TM)	R\$ 83,38

7296-Consertador de relógios (TM)	R\$ 83,38
7297-Conservador (TM)	R\$ 83,38
7298-Conservador de pescado (NQ)	R\$ 41,69
7299-Conservador de telefones (TM)	R\$ 83,38
7300-Consultor técnico (TM)	R\$ 83,38
7301-Contabilista (NS)	R\$ 125,06
7302-Contador (NS)	R\$ 125,06
7303-Contínuo (NQ)	R\$ 41,69
7304-Contorcionista (NQ)	R\$ 41,69
7305-Contra regra (TM)	R\$ 83,38
7306-Contramestre outros (TM)	R\$ 83,38
7307-Contramestre indústria têxtil (TM)	R\$ 83,38
7308-Contramestre de embarcação (TM)	R\$ 83,38
7309-Controlador de arrecadação (TM)	R\$ 83,38
7310-Coordenador de ensino (TM)	R\$ 83,38
7311-Copeiro (NQ)	R\$ 41,69
7312-Copidesque (TM)	R\$ 83,38
7313-Coreógrafo (TM)	R\$ 83,38
7314-Corista (NQ)	R\$ 41,69
7315-Correiro (NQ)	R\$ 41,69
7316-Correspondente (NQ)	R\$ 41,69
7317-Corretor outros (TM)	R\$ 83,38
7318-Corretor de café (TM)	R\$ 83,38
7319-Corretor de câmbio (TM)	R\$ 83,38
7320-Corretor de fundos públicos (TM)	R\$ 83,38
7321-Corretor de imóveis (TM)	R\$ 83,38
7322-Corretor de investimentos (TM)	R\$ 83,38
7323-Corretor de mercadorias (TM)	R\$ 83,38
7324-Corretor de navios (TM)	R\$ 83,38
7325-Corretor de seguros (TM)	R\$ 83,38
7326-Corretor de título e valores (TM)	R\$ 83,38
7327-Cortador outros (NQ)	R\$ 41,69
7328-Cortador de cavaco (NQ)	R\$ 41,69
7329-Cortador de metais (NQ)	R\$ 41,69
7330-Cortador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
7331-Cortador de tecidos (NQ)	R\$ 41,69
7332-Cortador de vidros e cristais de ótica (NQ)	R\$ 41,69
7333-Corticeiro (NQ)	R\$ 41,69
7334-Costureira (NQ)	R\$ 41,69
7335-Coveiro (NQ)	R\$ 41,69
7336-Cozinheiro (NQ)	R\$ 41,69
7337-Cravador de jóias (TM)	R\$ 83,38
7338-Crítico (TM)	R\$ 83,38
7339-Crítico de artes (NS)	R\$ 125,06
7340-Cromador (NQ)	R\$ 41,69
7341-Cronoalista (NQ)	R\$ 125,06
7342-Cronometrista (TM)	R\$ 83,38

7343-Cunhador (NQ)	R\$ 41,69
7344-Curtidor de couros e peles (NQ)	R\$ 41,69
7345-Curvador de tubos de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7346-Cuteleiro (NQ)	R\$ 41,69
7347-Datilógrafo (TM)	R\$ 125,06
7348-Decantador de esmeril (NQ)	R\$ 41,69
7349-Decapador (NQ)	R\$ 41,69
7350-Decorador outros (TM)	R\$ 83,38
7351-Decorador de vidro e cerâmica (TM)	R\$ 83,38
7352-Deliniador (NQ)	R\$ 41,69
7353-Demarcador de edificações (NQ)	R\$ 41,69
7354-Demolidor de edificações (NQ)	R\$ 41,69
7355-Demonstrador (NQ)	R\$ 41,69
7356-Dentista (NS)	R\$ 125,06
7357-Dentista prático (TM)	R\$ 125,06
7358-Depilador (NQ)	R\$ 125,06
7359-Desencrostador (NQ)	R\$ 125,06
7360-Desenhista outros (TM)	R\$ 83,38
7361-Desenhista nível médio (TM)	R\$ 83,38
7362-Desenhista nível qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7363-Desenhista nível superior (NS)	R\$ 125,06
7364-Desenhista de ilustrações (TM)	R\$ 83,38
7365-Desenhista industrial (TM)	R\$ 83,38
7366-Desenhista técnico (TM)	R\$ 83,38
7367-Desinfetador de imóveis (NQ)	R\$ 41,69
7368-Desossador (NQ)	R\$ 41,69
7369-Despachante TM	R\$ 83,38
7370-Dispenseiro (NQ)	R\$ 41,69
7371-Detetive particular (TM)	R\$ 83,38
7372-Detonador (NQ)	R\$ 41,69
7373-Diagramador (TM)	R\$ 83,38
7374-Dietista (NS)	R\$ 125,06
7375-Diretor outros (TM)	R\$ 83,38
7376-Diretor cinematográfico (NS)	R\$ 125,06
7377-Diretor de cena (TM)	R\$ 83,38
7378-Diretor de dublagem (TM)	R\$ 83,38
7379-Diretor de empresa (NS)	R\$ 125,06
7380-Diretor de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7381-Diretor de estabelecimento de ensino (NS)	R\$ 125,06
7382-Diretor de filmes (NS)	R\$ 125,06
7383-Diretor de fotografia (NS)	R\$ 125,06
7384-Diretor de programas (NS)	R\$ 125,06
7385-Diretor de tv (TM)	R\$ 83,38
7386-Diretor teatral (NS)	R\$ 125,06
7387-Discotecário (NQ)	R\$ 41,69
7388-Divulgador de livros (NQ)	R\$ 41,69
7389-Doceiro (NQ)	R\$ 41,69

7390-Documentarista (NS)	R\$ 125,06
7391-Domador (NQ)	R\$ 41,69
7392-Drageador (NQ)	R\$ 41,69
7393-Dublador (NQ)	R\$ 41,69
7394-Duteiro (NQ)	R\$ 41,69
7395-Economista outros (TM)	R\$ 83,38
7396-Economista (NS)	R\$ 125,06
7397-Economista doméstico (TM)	R\$ 83,38
7398-Ecônomo (TM)	R\$ 83,38
7399-Editor (NS)	R\$ 125,06
7400-Eletricista outros	R\$ 83,38
7401-Eletricista	R\$ 83,38
7402-Eletricista encanador	R\$ 83,38
7403-Eletrotécnico (TM)	R\$ 83,38
7404-Eletrotipista (NQ)	R\$ 41,69
7405-Embalador (NQ)	R\$ 41,69
7406-Embalçador (TN)	R\$ 83,38
7407-Emendador (NQ)	R\$ 41,69
7408-Empachador (NQ)	R\$ 41,69
7409-Empalhador (NQ)	R\$ 41,69
7410-Empregada doméstica (NQ)	R\$ 41,69
7411-Empreiteiro (TM)	R\$ 83,38
7412-Empresário de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7413-Encadernador (NQ)	R\$ 41,69
7414-Encanador (NQ)	R\$ 41,69
7415-Encarregado de cabine (NQ)	R\$ 41,69
7416-Encerrador (NQ)	R\$ 41,69
7417-Enfermeiro (NS)	R\$ 125,06
7418-Engastador (NQ)	R\$ 41,69
7419-Engenheiro (NS)	R\$ 125,06
7419-01 – Engenheiro Acústico (NS)	R\$ 125,06
7419-02 – Engenheiro Agrícola (NS)	R\$ 125,06
7419-03 – Engenheiro Aeronáutico (NS)	R\$ 125,06
7419-04 – Engenheiro Ambiental (NS)	R\$ 125,06
7419-05 – Engenheiro Agrimensor (NS)	R\$ 125,06
7419-06 – Engenheiro Aquicultura (NS)	R\$ 125,06
7419-07 – Engenheiro Alimentos (NS)	R\$ 125,06
7419-08 – Engenheiro Biomédico (NS)	R\$ 125,06
7419-09 – Engenheiro Cartográfico (NS)	R\$ 125,06
7419-10 – Engenheiro de Computação (NS)	R\$ 125,06
7419-11 – Engenheiro Civil (NS)	R\$ 125,06
7419-12 – Engenheiro de Controle e Automação (NS)	R\$ 125,06
7419-13 – Engenheiro Horticultor (NS)	R\$ 125,06
7419-14 – Engenheiro de Minas (NS)	R\$ 125,06
7419-15 – Engenheiro Elétrico (NS)	R\$ 125,06
7419-16 – Engenheiro Florestal (NS)	R\$ 125,06
7419-17 – Engenheiro Industrial (NS)	R\$ 125,06

7419-18 – Engenheiro Mecatrônico (NS)	R\$ 125,06
7419-19 – Engenheiro Naval (NS)	R\$ 125,06
7419-20 – Engenheiro Sanitário (NS)	R\$ 125,06
7419-21 – Engenheiro de Tecnologia têxtil e da Indumentária (NS)	R\$ 125,06
7419-22 – Engenheiro de Energia (NS)	R\$ 125,06
7419-23 – Engenheiro de Materiais (NS)	R\$ 125,06
7419-24 – Engenheiro de Pesca (NS)	R\$ 125,06
7419-25 – Engenheiro de Produção (NS)	R\$ 125,06
7419-26 – Engenheiro de Telecomunicações (NS)	R\$ 125,06
7419-27 – Engenheiro de Física (NS)	R\$ 125,06
7419-28 – Engenheiro Hídrica (NS)	R\$ 125,06
7419-29 – Engenheiro Mecânico (NS)	R\$ 125,06
7419-30 – Engenheiro Metalúrgico (NS)	R\$ 125,06
7419-31 – Engenheiro Químico (NS)	R\$ 125,06
7419-32 – Engenheiro Têxtil (NS)	R\$ 125,06
7419-33 – Engenheiro de Petróleo e Gás (NS)	R\$ 125,06
7419-34 – Engenheiro de Segurança do Trabalho (NS)	R\$ 125,06
7420-Engraxate (NQ)	R\$ 41,69
7421-Enrolador (NQ)	R\$ 41,69
7422-Entalhador (NQ)	R\$ 41,69
7423-Entelador de mapas (NQ)	R\$ 41,69
7424-Entregador (NQ)	R\$ 41,69
7425-Entrevistador (NQ)	R\$ 41,69
7426-Envelopador (NQ)	R\$ 41,69
7427-Entertador (NQ)	R\$ 41,69
7428-Equilibrista (NQ)	R\$ 41,69
7429-Escavandrista (TM)	R\$ 83,38
7430-Escarfador (NQ)	R\$ 41,69
7431-Escorador de minas (NQ)	R\$ 41,69
7432-Escritor (TM)	R\$ 83,38
7433-Escriturário (TM)	R\$ 83,38
7434-Escultor (NS)	R\$ 125,06
7435-Esmaliador (NQ)	R\$ 41,69
7436-Especialista outros (TM)	R\$ 83,38
7437-Especialista em educação (NS)	R\$ 125,06
7438-Especialista em pesquisa operacional (TM)	R\$ 83,38
7439-Espelhador (NQ)	R\$ 41,69
7440-Estagiário nível médio (TM)	R\$ 83,38
7441-Estagiário não qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7442-Estagiário nível superior (NS)	R\$ 125,06
7443-Estampador (NQ)	R\$ 41,69
7444-Estatístico (NS)	R\$ 125,06
7445-Esteireiro (NQ)	R\$ 41,69
7446-Estenógrafo (TM)	R\$ 83,38
7447-Estenomecanógrafo (TM)	R\$ 83,38
7448-Estereotipista (NQ)	R\$ 41,69

7449-Esteticista (TM)	R\$ 83,38
7450-Estirador de tubos de metal (NQ)	R\$ 41,69
7451-Estivador (NQ)	R\$ 41,69
7452-Estofador (NQ)	R\$ 41,69
7453-Estoquista (NQ)	R\$ 41,69
7454-Estocador (NQ)	R\$ 41,69
7455-Expedidor outros (NQ)	R\$ 41,69
7456-Expedidor de materiais (NQ)	R\$ 41,69
7457-Expedidor de passagens (NQ)	R\$ 41,69
7458-Extrusor de metais (NQ)	R\$ 41,69
7459-Farmacêutico (NS)	R\$ 125,06
7460-Farmacologista (NS)	R\$ 125,06
7461-Foroleiro (NQ)	R\$ 41,69
7462-Faturista (NQ)	R\$ 41,69
7463-Faxineiro (NQ)	R\$ 41,69
7464-Feirante (NQ)	R\$ 41,69
7465-Ferrador (NQ)	R\$ 41,69
7466-Ferramenteiro (NQ)	R\$ 41,69
7467-Ferreiro (NQ)	R\$ 41,69
7468-Ferro velho (NQ)	R\$ 41,69
7469-Fiandeira (NQ)	R\$ 41,69
7470-Figurante (NQ)	R\$ 41,69
7471-Figurinista (TM)	R\$ 83,38
7472-Filmotecário (TM)	R\$ 83,38
7473-Fitólogo (NS)	R\$ 125,06
7474-Filósofo (NS)	R\$ 125,06
7475-Físico (NS)	R\$ 125,06
7476-Fisiologista (NS)	R\$ 125,06
7477-Fisioterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7478-Floricultor (TM)	R\$ 83,38
7479-Florista arranjos florais (NQ)	R\$ 41,69
7480-Folheador de móveis (NQ)	R\$ 41,69
7481-Foguista (NQ)	R\$ 41,69
7482-Fonoaudiólogo (NS)	R\$ 125,06
7483-Forjador (NQ)	R\$ 125,06
7484-Forneiro (NQ)	R\$ 125,06
7485-Fosfatizador (TM)	R\$ 83,38
7486-Fotógrafo (TM)	R\$ 83,38
7487-Fotogrametrista (TM)	R\$ 83,38
7488-Fotogravador (TM)	R\$ 83,38
7489-Frentista (NQ)	R\$ 41,69
7490-Frontista (NQ)	R\$ 41,69
7491-Fundidor outros (NQ)	R\$ 41,69
7492-Fundidor de mármore (NQ)	R\$ 41,69
7493-Fundidor de metais (NQ)	R\$ 41,69
7494-Funileiro (NQ)	R\$ 41,69
7495-Furador de bilhetes de loteria (NQ)	R\$ 41,69
7496-Galvanizador (NQ)	R\$ 41,69

7497-Garagista (NQ)	R\$ 41,69
7498-Garçon (NQ)	R\$ 41,69
7499-Garimpeiro (NQ)	R\$ 41,69
7500-Gazista (NQ)	R\$ 41,69
7501-Geofísico (NS)	R\$ 125,06
7502-Geógrafo (NS)	R\$ 125,06
7503-Geólogo (NS)	R\$ 125,06
7504-Gerente outros (TM)	R\$ 83,38
7505-Gerente de empresa (TM)	R\$ 83,38
7506-Gesseiro (NQ)	R\$ 41,69
7507-Governanta (NQ)	R\$ 41,69
7508-Gravador outros (NQ)	R\$ 41,69
7509-Gravador de recipientes de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7510-Gráfico (TM)	R\$ 83,38
7511-Geografotécnico (TM)	R\$ 83,38
7512-Gravador outros (TM)	R\$ 83,38
7513-Gravador artístico (TM)	R\$ 83,38
7514-Gravador calígrafo (TN)	R\$ 83,38
7515-Gravador de jóias (NQ)	R\$ 41,69
7516-Gravador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
7517-Gravador musical (TM)	R\$ 83,38
7518-Guarda outros (NQ)	R\$ 41,69
7519-Guarda chaves (NQ)	R\$ 41,69
7520-Guarda animais (NQ)	R\$ 41,69
7521-Guarda de segurança (NQ)	R\$ 41,69
7522-Guarda florestal (NQ)	R\$ 41,69
7523-Guarda livros (TM)	R\$ 83,38
7524-Guarda roupas (NQ)	R\$ 41,69
7525-Guardador outros (NQ)	R\$ 41,69
7526-Guardador de autos (NQ)	R\$ 41,69
7527-Guardador de veículos (NQ)	R\$ 41,69
7528-Guardador de volumes (NQ)	R\$ 41,69
7529-Guia de turismo (TM)	R\$ 83,38
7530-Guincheiro (NQ)	R\$ 41,69
7531-Guindasteiro (NQ)	R\$ 41,69
7532-Hidrogenador (TM)	R\$ 83,38
7533-Higienizador (NQ)	R\$ 41,69
7534-Historiador	R\$ 41,69
7535-históriógrafo (NS)	R\$ 125,06
7536-Iluminador (NQ)	R\$ 41,69
7537-Impermeabilizador (NQ)	R\$ 41,69
7538-Impositor (TM)	R\$ 83,38
7539-Impregnador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
7540-Impressor (TM)	R\$ 83,38
7541-Informante de cadastro (NQ)	R\$ 41,69
7542-Inseminador (TM)	R\$ 83,38
7543-Inspetor outros (TM)	R\$ 83,38
7544-Inspetor de riscos e avarias (TM)	R\$ 83,38

7545-Inspetor de suprimentos (TM)	R\$ 83,38
7546-Inspetor de escolas (NS)	R\$ 125,06
7547-Inspetor técnico de vendas (TM)	R\$ 83,38
7548-Instalador outros (TM)	R\$ 83,38
7549-Instalador de equipamentos aparelhos de telecom.(TM)	R\$ 83,38
7550-Instalador de estruturas metálicas (TM)	R\$ 83,38
7551-Instalador linhas elétricas e de telecomun.(TM)	R\$ 83,38
7552-Instalador de material isolante (NQ)	R\$ 41,69
7553-Instalador de telefone (NQ)	R\$ 41,69
7554-Instalador de tubulações (NQ)	R\$ 41,69
7555-Instrumentador outros (TM)	R\$ 83,38
7556-Instrumentador de cirurgia (TM)	R\$ 83,38
7557-Instrumentista industrial (NQ)	R\$ 41,69
7558-Instrutor outros (TM)	R\$ 83,38
7559-Instrutor aprend. treinamento formação profissional (TM)	R\$ 83,38
7560-Instrutor de artes marciais (NQ)	R\$ 41,69
7561-Instrutor de auto escola (NQ)	R\$ 41,69
7562-Instrutor de combate contra incêndio (NQ)	R\$ 41,69
7563-Instrutor de dança (NQ)	R\$ 41,69
7564-Instrutor de equitação (NQ)	R\$ 41,69
7565-Instrutor de voo (TM)	R\$ 83,38
7566-Intendente (TM)	R\$ 83,38
7567-Interprete (TM)	R\$ 83,38
7568-Inventor (TM)	R\$ 83,38
7569-Isolador de tubulações (NQ)	R\$ 41,69
7570-Jardineiro (NQ)	R\$ 41,69
7571-Joalheiro (TM)	R\$ 83,38
7572-Jóquei (TM)	R\$ 83,38
7573-Jornaleiro (NQ)	R\$ 41,69
7574-Jornalista (NS)	R\$ 125,06
7575-Kardexista (TM)	R\$ 83,38
7576-Laboratorista (TM)	R\$ 83,38
7577-Ladrilheiro (NQ)	R\$ 41,69
7578-Lagareiro (NQ)	R\$ 41,69
7579-Laminador outros (NQ)	R\$ 41,69
7580-Laminador de chapas de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7581-Laminador de metais preciosos (NQ)	R\$ 41,69
7582-Laminador plástico (NQ)	R\$ 41,69
7583-Lancheiro (NQ)	R\$ 41,69
7584-Lanterneiro (NQ)	R\$ 41,69
7585-Lapidador (TM)	R\$ 83,38
7586-Laquiador (NQ)	R\$ 41,69
7587-Latueiro (NQ)	R\$ 41,69
7588-Lavadeira (NQ)	R\$ 41,69
7589-Lavador de veículos (NQ)	R\$ 41,69
7590-Lavrador (NQ)	R\$ 41,69

7591-Leiloeiro (TM)	R\$ 83,38
7592-Letrista (TM)	R\$ 83,38
7593-Limador (NQ)	R\$ 41,69
7594-Limpador (NQ)	R\$ 41,69
7595-Linoctador (NQ)	R\$ 41,69
7596-Linotipista (TM)	R\$ 83,38
7597-Lixeiro (NQ)	R\$ 41,69
7598-Locador outros (NQ)	R\$ 41,69
7599-Locador de charretes (NQ)	R\$ 41,69
7600-Locador lanchas (NQ)	R\$ 41,69
7601-Locador de veículos (NQ)	R\$ 41,69
7602-Locutor (TM)	R\$ 83,38
7603-Locupedista (NS)	R\$ 125,06
7604-Lubrificador (NQ)	R\$ 41,69
7605-Lustrador (NQ)	R\$ 41,69
7606-Lutador (NQ)	R\$ 41,69
7607-Macheiro (NQ)	R\$ 41,69
7608-Magarefe (NQ)	R\$ 41,69
7609-Mágico (NQ)	R\$ 41,69
7610-Matire (TM)	R\$ 83,38
7611-Malabarista (NQ)	R\$ 41,69
7612-Manequim (TM)	R\$ 83,38
7613-Manobreiro (NQ)	R\$ 41,69
7614-Maquetista (NQ)	R\$ 41,69
7615-Maquilador (NQ)	R\$ 41,69
7616-Maquinista outros (NQ)	R\$ 41,69
7617-Maquinista (TM)	R\$ 83,38
7618-Maquinista de cenário (NQ)	R\$ 41,69
7619-Mariscador (NQ)	R\$ 41,69
7620-Marmorista (NQ)	R\$ 41,69
7621-Massagista (TM)	R\$ 83,38
7622-Masseiro massas alimentícias	R\$ 41,69
7623-Matemático (NS)	R\$ 125,06
7624-Mecânico outros	R\$ 83,38
7625-Mecânico de manutenção aeronaves (TM)	R\$ 83,38
7626-Mecânico manutenção bic. veículos similares (NQ)	R\$ 41,69
7627-Mecânico manutenção equipamentos central telefônica	R\$ 83,38
7628-Mecânico manutenção de máquinas	R\$ 83,38
7629-Mecânico manutenção veículos automotores	R\$ 83,38
7630-Mecânico de motores marítimos (TM)	R\$ 83,38
7631-Mecânico de Voo (TM)	R\$ 83,38
7632-Mecanógrafo (TM)	R\$ 83,38
7633-Mecanotécnico (TM)	R\$ 83,38
7634-Médico (NS)	R\$ 125,06
7635-Merendeiro (NQ)	R\$ 41,69
7636-Mergulhador (TM)	R\$ 83,38

7637-Mestre outros (TM)	R\$ 83,38
7638-Mestre empresa energia elétrica água esgoto (TM)	R\$ 83,38
7639-Mestre empresas de extração mineral (TM)	R\$ 83,38
7640-Mestre empresas manufat. construção civil (TM)	R\$ 83,38
7641-Mestre de linhas (NQ)	R\$ 125,06
7642-Mestre de obras (TM)	R\$ 83,38
7643-Mestre de pista (NQ)	R\$ 41,69
7644-metalizador (NQ)	R\$ 41,69
7645-Metalógrafo (TM)	R\$ 83,38
7646-Meteorologista (NS)	R\$ 125,06
7647-Metrologista (TM)	R\$ 83,38
7648-Mineografista (TM)	R\$ 83,38
7649-Mineiro (NQ)	R\$ 125,06
7650-Modelador (NQ)	R\$ 41,69
7651-Modelista (NQ)	R\$ 41,69
7652-Modelo de modas (TM)	R\$ 83,38
7653-Modista (NQ)	R\$ 41,69
7654-Moldador outros (NQ)	R\$ 41,69
7655-Modelador de borracha (NQ)	R\$ 41,69
7656-Moldador de lentes (TM)	R\$ 83,38
7657-Moldador de plástico (NQ)	R\$ 41,69
7658-Moleiro (NQ)	R\$ 41,69
7659-Monotipista (NQ)	R\$ 41,69
7660-Montador outros (TM)	R\$ 83,38
7661-Montador de andaimes (NQ)	R\$ 41,69
7662-Montador de equipamentos elétricos (TM)	R\$ 83,38
7663-Montador de equipamentos eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
7664-Montador de estruturas metálicas (TM)	R\$ 83,38
7665-Montador de filmes (NQ)	R\$ 41,69
7666-Montador de instrumentos precisão (TM)	R\$ 83,38
7667-Montador de máquinas (NQ)	R\$ 41,69
7668-Montador de produtos borracha (NQ)	R\$ 41,69
7669-Montador de produtos de plástico (NQ)	R\$ 41,69
7670-Motociclista transportes mercadorias (NQ)	R\$ 41,69
7671-Motorista outros (NQ)	R\$ 41,69
7672-Motorista caminhão transportes local (NQ)	R\$ 41,69
7673-Motorista caminhão/transportes rodoviário (NQ)	R\$ 41,69
7674-Motorista de kombi (NQ)	R\$ 41,69
7675-Motorista de ônibus (NQ)	R\$ 41,69
7676-Motorista de pesca (NQ)	R\$ 41,69
7677-Motorista de taxi (NQ)	R\$ 41,69
7677-01- Moto taxista (NQ)	R\$ 41,69
7678-Motorista particular (NQ)	R\$ 41,69
7679-Museologista (NS)	R\$ 125,06

7680-Museólogo (NS)	R\$ 125,06
7681-Musicista (TM)	R\$ 83,38
7682-Músico nível médio (TM)	R\$ 83,38
7683-Músico nível não qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7684-Músico nível superior (NS)	R\$ 125,06
7685-Musicoterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7686-Naturalista (NS)	R\$ 125,06
7687-Navegador de aeronaves (TM)	R\$ 83,38
7688-Niquelador (NQ)	R\$ 41,69
7689-Nível não qualificado outros profissionais (NQ)	R\$ 41,69
7690-Nível superior outros profissionais (NS)	R\$ 125,06
7691-Nível técnico médio outros profissionais (TM)	R\$ 83,38
7694-Normalizador de metais (TM)	R\$ 83,38
7695-Nutricionista (NS)	R\$ 125,06
7696-Obstetra (NS)	R\$ 125,06
7697-Oficial outros (TM)	R\$ 83,38
7698-Oficial de navegação (NS)	R\$ 125,06
7699-Oficial maquinista (TM)	R\$ 83,38
7700-Oleiro Fabricador de tijolos (NQ)	R\$ 41,69
7701-Odontólogo (NS)	R\$ 125,06
7702-Operador outros (TM)	R\$ 83,38
7703-Operador de refinação de petróleo (TM)	R\$ 83,38
7704-Operador aparelhos cinematográficos (TM)	R\$ 83,38
7705-Operador aparelhos destilação e reação (TM)	R\$ 83,38
7706-Operador aparelhos filtragem e separação (NQ)	R\$ 41,69
7707-Operador banho metálico vidro flutuação (NQ)	R\$ 41,69
7708-Operador baterias de gás de molho (NQ)	R\$ 41,69
7709-Operador de bobinadeira de tiras (NQ)	R\$ 41,69
7710-Operador de britadeira (NQ)	R\$ 41,69
7711-Operador de cabine de laminação (NQ)	R\$ 41,69
7712-Operador de caldeira (NQ)	R\$ 41,69
7713-Operador de câmbio (TM)	R\$ 83,38
7714-Operador de câmara (TM)	R\$ 83,38
7715-Operador colheitadeira (NQ)	R\$ 41,69
7716-Operador de compressor (NQ)	R\$ 41,69
7717-Operador de computador (TM)	R\$ 83,38
7718-Operador de coqueira (NQ)	R\$ 41,69
7719-Operador de docagem (NQ)	R\$ 41,69
7720-Operador de eletrocardiógrafo (TM)	R\$ 83,38
7721-Operador de eletroencefalógrafo (TM)	R\$ 83,38
7722-Operador de epiladeira (NQ)	R\$ 41,69
7723-Operador de equip. operação de areia (NQ)	R\$ 41,69
7724-Operador de equipamentos sonorização coneg.proj.(TM)	R\$ 83,38
7725-Operador estação de rádio e televisão (TM)	R\$ 83,38

	7726-Operador de forno de tratamento térmico (NQ)	R\$ 41,69
	7727-Operador de forno massas alimentícias (NQ)	R\$ 41,69
	7728-Operador guilhotina cortes papel (NQ)	R\$ 41,69
	7729-Operador de encubadoras (NQ)	R\$ 41,69
	7730-Operador instalação produção energia elétrica (TM)	R\$ 83,38
	7731-Operador instalação térmicas p/proc. químico (TM)	R\$ 83,38
	7732-Operador de jato abrasivo (NQ)	R\$ 41,69
	7733-Operador de laminação (NQ)	R\$ 41,69
	7734-Operador linha montagem aparelhos eletr. Eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
	7735-Operador máquinas centrífugas de fundição (NQ)	R\$ 41,69
	7736-Operador máquinas cilindrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
	7737-Operador máquinas cortar dobrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
	7738-Operador máquinas desdobrar madeira (NQ)	R\$ 41,69
	7739-Operador máquina de dobrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
	7740-Operador máquina esticar vidro (NQ)	R\$ 41,69
	7741-Operador máquina etiquetas (NQ)	R\$ 41,69
	7742-Operador máquina de fundir (NQ)	R\$ 41,69
	7743-Operador máquinas de fundir sob pressão (NQ)	R\$ 41,69
	7744-Operador máquina de sitetizar (NQ)	R\$ 41,69
	7745-Operador máquinas solda a ponto (NQ)	R\$ 41,69
	7746-Operador máquinas soprar vidro (NQ)	R\$ 41,69
	7747-Operador maquinas extrossora e de varetas vidros (NQ)	R\$ 41,69
	7748-Operador máquinas fotocopositoras (TM)	R\$ 83,38
	7749-Operador máquina misturadeira (NQ)	R\$ 41,69
	7750-Operador máquinas recobridora de arame (NQ)	R\$ 41,69
	7751-Operador máquinas benef. Produtos agrícolas (NQ)	R\$ 41,69
	7752-Operador de máquinas de escritório (NQ)	R\$ 41,69
	7753-Operador máquinas extração de minérios (NQ)	R\$ 41,69
	7754-Operador máquinas lavar madeira (NQ)	R\$ 41,69
	7755-Operador máquinas terraplanagem e equip. afins (NQ)	R\$ 41,69
	7756-Operador máquinas intercaladora de placas (NQ)	R\$ 41,69
	7758- Operador máquinas p/fabricação papel e papelão (NQ)	R\$ 41,69
	7759- Operador máquinas ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
	7760- Operador de monta cargas (NQ)	R\$ 41,69
	7761-Operador ordenha mecânica (NQ)	R\$ 41,69
	7762-Operador de perfuradora (TM)	R\$ 83,38
	7763-Operador ponte ou pórtico rolante (NQ)	R\$ 41,69
	7764-Operador prensa embutir papelão (NQ)	R\$ 41,69
	7765-Operador prensa enfardamento (NQ)	R\$ 41,69

	7766-Operador prensa moldar vidro (NQ)	R\$ 41,69
	7767-Operador preparação dos grãos vegetais (NQ)	R\$ 41,69
	7768-Operador de rádio e televisão (TM)	R\$ 83,38
	7769-Operador de raio x (TM)	R\$ 83,38
	7770-Operador de sala de máquinas (TM)	R\$ 83,38
	7771-Operador de serras (NQ)	R\$ 41,69
	7772-Operador sistemas contábeis (TM)	R\$ 83,38
	7773-Operador de talha elétrica (NQ)	R\$ 41,69
	7774-Operador de telex (TM)	R\$ 83,38
	7775-Operador de tesoura mecânica (NQ)	R\$ 41,69
	7776-Operador tratamento químico materiais radioativos (TM)	R\$ 83,38
	7777-Operador de zincagem (NQ)	R\$ 41,69
	7778-Ordenhador (NQ)	R\$ 41,69
	7779-Orientador outros (TM)	R\$ 83,38
	7780-Orientador educacional (NS)	R\$ 125,06
	7781-Orientador educacional (TM)	R\$ 83,38
	7782-Ornamentadora (TM)	R\$ 83,38
	7783-Orquestrador (TM)	R\$ 83,38
	7784-Ortopédico (NS)	R\$ 125,06
	7785-Ortopedista (TM)	R\$ 83,38
	7786-Ortóptico (NS)	R\$ 125,06
	7787-Ótico prático (TM)	R\$ 83,38
	7788-Ourives (TM)	R\$ 83,38
	7789-oxicortador (NQ)	R\$ 41,69
	7790-Oxidador (NQ)	R\$ 41,69
	7791-Padeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7792-Paginador (NQ)	R\$ 41,69
	7793-Paisagista (NS)	R\$ 125,06
	7794-Palantólogo (NS)	R\$ 125,06
	7795-Paleofitólogo (NS)	R\$ 125,06
	7796-Pallontólogo (NS)	R\$ 125,06
	7797-Palhaço (NQ)	R\$ 41,69
	7798-Papeleiro (NQ)	R\$ 41,69
	7799-Papiloscopista (TM)	R\$ 83,38
	7800-Parapsicólogo (NS)	R\$ 125,06
	7801-Parasitológico (NS)	R\$ 125,06
	7802-Parqueteiro (NQ)	R\$ 41,69
	7803-Parteira prática (TM)	R\$ 83,38
	7804-Passadeira (NQ)	R\$ 41,69
	7805-Pastilheiro (NQ)	R\$ 41,69
	7806-Patologista (NS)	R\$ 125,06
	7807-Patrão de pesca (NQ)	R\$ 41,69
	7808-Peão (NQ)	R\$ 41,69
	7809-Pedagogo (NS)	R\$ 125,06
	7810-Pedure (NQ)	R\$ 41,69
	7811-Pedreiro (NQ)	R\$ 41,69
	7812-Peleteiro (NQ)	R\$ 41,69

7813-Perfurador outros (TM)	R\$ 83,38
7814-Perfurador cartões computador (TM)	R\$ 125,06
7815-Perfurador cartões de loterias (NQ)	R\$ 41,69
7816-Perfurador de focos de água (NQ)	R\$ 41,69
7817-Perfurador de poços petrolíferos (TM)	R\$ 83,38
7818-Perito (TM)	R\$ 83,38
7819-Perito contador (NS)	R\$ 125,06
7820-Pescador outros (NQ)	R\$ 41,69
7821-Pescador artesanal (NQ)	R\$ 41,69
7822-Pescador industrial (NQ)	R\$ 41,69
7823-Pespontadeira corte e costura (NQ)	R\$ 41,69
7824-Pespontador de calçados (NQ)	R\$ 41,69
7825-Pesquisador (TM)	R\$ 83,38
7826-Picotador (NQ)	R\$ 41,69
7827-Piloto outros (TM)	R\$ 83,38
7828-Piloto comercial (TM)	R\$ 83,38
7829-Piloto de competição (TM)	R\$ 83,38
7830-Piloto helicópteros (TM)	R\$ 83,38
7831-Piloto prático de navegação (TM)	R\$ 83,38
7832-Pintor outros (TM)	R\$ 83,38
7833-Pintor artístico (NS)	R\$ 125,06
7834-Pintor de cenários (NQ)	R\$ 41,69
7835-Pintor de construção civil (NQ)	R\$ 41,69
7836-Pintor de vidro e cerâmica (NQ)	R\$ 41,69
7837-Planetólogo (NS)	R\$ 125,06
7838-Plastificador (NQ)	R\$ 41,69
7839-Plataformista (NQ)	R\$ 41,69
7840-Poceiro edificações (NQ)	R\$ 41,69
7841-Polidor (NQ)	R\$ 41,69
7842-Porteiro (NQ)	R\$ 41,69
7843-Pregoeiro (NQ)	R\$ 41,69
7844-Prensista (NQ)	R\$ 41,69
7845-Preparador outros (NQ)	R\$ 41,69
7846-Preparador de aglomerantes (NQ)	R\$ 41,69
7847-Preparador estencesis serigrafia (NQ)	R\$ 41,69
7848-Preparador estrutura metálica (NQ)	R\$ 41,69
7849-Preparador de rações (NQ)	R\$ 41,69
7850-Preparador de fumo (NQ)	R\$ 41,69
7851-Preparador físico (TM)	R\$ 83,38
7852-Primeiro oficial maquinista (TM)	R\$ 83,38
7853-Procurador (TM)	R\$ 83,38
7854-Produtor outros (TM)	R\$ 83,38
7855-Produtor de comunicação audiovisuais (TM)	R\$ 83,38
7856-Produtor de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7857-Produtor de programas (TM)	R\$ 83,38
7858-Produtor radiofônico (TM)	R\$ 83,38
7859-Professor outros (TM)	R\$ 83,38

7860-Professor ensino médio e técnico (TM)	R\$ 83,38
7861-Professor ensino e pré-escolar (TM)	R\$ 83,38
7862-Professor ensino superior (NS)	R\$ 125,06
7863-Professor de alunos c/deficiência mental (TM)	R\$ 83,38
7864-Professor de arte teatral (TM)	R\$ 83,38
7865-Professor de ballet (TM)	R\$ 83,38
7866-Professor de canto (TM)	R\$ 83,38
7867-Professor de cegos (TM)	R\$ 83,38
7868-Professor de corte e costura (TM)	R\$ 83,38
7869-Professor de educação artística (TM)	R\$ 83,38
7870-Professor de educação física (NS)	R\$ 125,06
7871-Professor de ensino instrumental (TM)	R\$ 83,38
7872-Professor de idiomas (TM)	R\$ 83,38
7873-Professor de música (TM)	R\$ 83,38
7874-Professor de recreação e jogos (TM)	R\$ 83,38
7875-Professor de surdos e mudos (TM)	R\$ 83,38
7876-Professor de técnicas audiovisuais (TM)	R\$ 83,38
7877-Professor de treinamento (TM)	R\$ 83,38
7878-Programador outros (TM)	R\$ 83,38
7879-Programador artístico (TM)	R\$ 83,38
7880-Programador de computador (TM)	R\$ 83,38
7881-Programador visual (TM)	R\$ 83,38
7882-Projetista (NS)	R\$ 83,38
7883-Promotor de vendas (TM)	R\$ 83,38
7884-Propagandista (TM)	R\$ 83,38
7885-Protético dentário (TM)	R\$ 83,38
7886-Psicanalista (NS)	R\$ 125,06
7887-Psicólogo (NS)	R\$ 125,06
7888-Publicitário (NS)	R\$ 125,06
7889-Químico (NS)	R\$ 125,06
7890-Radialista (TM)	R\$ 83,38
7891-Rádio técnico (TM)	R\$ 83,38
7892-Radiotelefonista (TM)	R\$ 83,38
7893-Radiotelegrafista (TM)	R\$ 83,38
7894-Raspador de tacos (NQ)	R\$ 41,69
7895-Rebarbadeira corte e costura (NQ)	R\$ 41,69
7896-Rebarbador de metais (NQ)	R\$ 41,69
7897-Rebitador (NQ)	R\$ 41,69
7898-Recepcionista (NQ)	R\$ 41,69
7899-Recreador (NQ)	R\$ 41,69
7900-Redator outros (TM)	R\$ 83,38
7901-Redator chefe (TM)	R\$ 83,38
7902-Redator de publicidade (TM)	R\$ 83,38
7903-Redator de roteiros (TM)	R\$ 83,38
7904-Redator técnico (TM)	R\$ 83,38
7905-Redator chefe de roteiros (TM)	R\$ 83,38
7906-Redeiro (NQ)	R\$ 41,69

7907-Refinador outros (NQ)	R\$ 41,69
7908-Refinador de óleos e gorduras (NQ)	R\$ 41,69
7909-Refinador de sal (NQ)	R\$ 41,69
7910-Regente outros (TM)	R\$ 83,38
7911-Regente de banda de música (TM)	R\$ 83,38
7912-Regente de grupo coral (TM)	R\$ 83,38
7913-Regente de orquestra (NS)	R\$ 125,06
7914-Regulador de sinistro (NQ)	R\$ 41,69
7915-Relações públicas (NS)	R\$ 125,06
7916-Relojoeiro (TM)	R\$ 83,38
7917-Reparador outros (TM)	R\$ 83,38
7918-Reparador equipamentos aparelhos telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
7919-Reparador equipamentos elétricos e/ou eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
7920-reparador linhas elétricas e telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
7921-Reparador mesas telefônicas (TM)	R\$ 83,38
7922-Repórter (TM)	R\$ 83,38
7923-Representante (TM)	R\$ 83,38
7924-Restaurador (TM)	R\$ 83,38
7925-Retalhador de carne (NQ)	R\$ 41,69
7926-Retocador (NQ)	R\$ 41,69
7927-Revestidor de interiores (NQ)	R\$ 41,69
7928-Revisor outros (TM)	R\$ 83,38
7929-Reviso de provas tipográficas (NQ)	R\$ 41,69
7930-Riscador outros (NQ)	R\$ 41,69
7931-Riscador de chapas (NQ)	R\$ 41,69
7932-Riscador de estruturas metálicas (NQ)	R\$ 41,69
7933-Ritmista (NQ)	R\$ 41,69
7934-Roteirista (TM)	R\$ 83,38
7935-Roupeiro (NQ)	R\$ 41,69
7936-Salineiro (NQ)	R\$ 41,69
7937-Saltimbanco (NQ)	R\$ 41,69
7938-Sapateiro (NQ)	R\$ 41,69
7939-Secador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
7940-Secretária (TM)	R\$ 83,38
7941-Seleiro (NQ)	R\$ 41,69
7942-Serigrafista (NQ)	R\$ 41,69
7943-Serrador de diamantes (NQ)	R\$ 41,69
7944-Serralheiro (NQ)	R\$ 41,69
7845-Servente de obras (NQ)	R\$ 41,69
7946-Sexador (NQ)	R\$ 41,69
7947-Sociólogo (NS)	R\$ 125,06
7948-Soldador (NQ)	R\$ 41,69
7949-Sondador (NQ)	R\$ 41,69
7950-Sonoplasta (TM)	R\$ 83,38
7951-Soprador de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7952-Superintendente outros (TM)	R\$ 83,38

7953-Superintendente de aprovisionamento (TM)	R\$ 83,38
7954-Superintendente técnico (TM)	R\$ 83,38
7955-Supervisor outros (TM)	R\$ 83,38
7956-Supervisor de compras (TM)	R\$ 83,38
7957-Supervisor de segurança do trabalho (TM)	R\$ 83,38
7958-Supervisor de vendas (TM)	R\$ 83,38
7959-Supervisor educacional (TM)	R\$ 83,38
7960-supervisor escolar (NS)	R\$ 125,06
7961-Tanueiro (NQ)	R\$ 41,69
7962-Tapeceiro (NQ)	R\$ 41,69
7963-Taqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7964-Taquígrafo (TM)	R\$ 83,38
7965-Taxidermista (NQ)	R\$ 41,69
7966-Tecelão (TM)	R\$ 83,38
7967-Técnico outros (TM)	R\$ 83,38
7968-Técnico agrícola (TM)	R\$ 83,38
7969-Técnico agropecuário (TM)	R\$ 83,38
7970-Técnico de administração (NS)	R\$ 125,06
7971-Técnico de agrimensura (NS)	R\$ 125,06
7972-Técnico de alimentos (TM)	R\$ 83,38
7973-Técnico de celulose e papel (TM)	R\$ 83,38
7974-Técnico de cerâmica e vidros (TM)	R\$ 83,38
7975-Técnico de economia doméstica (TM)	R\$ 83,38
7976-Técnico de edificações (TM)	R\$ 83,38
7977-Técnico de estatísticas (TM)	R\$ 83,38
7978-Técnico de estradas (TM)	R\$ 83,38
7979-Técnico de geologia (TM)	R\$ 83,38
7980-Técnico de hidrografia (TM)	R\$ 83,38
7981-Técnico de laboratório análises físico quím. (NS)	R\$ 125,06
7982-Técnico de laboratório industrial (NS)	R\$ 125,06
7983-Técnico de manutenção elétrica (TM)	R\$ 83,38
7984-Técnico de manutenção eletrônica (TM)	R\$ 83,38
7985-Técnico de meteorologia (NS)	R\$ 125,06
7986-Técnico de mineração (TM)	R\$ 83,38
7987-Técnico de ortopedia (NS)	R\$ 125,06
7988-Técnico de pecuária (TM)	R\$ 83,38
7989-Técnico de piscicultura (TM)	R\$ 83,38
7990-Técnico de saneamento (TM)	R\$ 83,38
7991-Técnico de seguros (TM)	R\$ 83,38
7992-Técnico de telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
7993-Técnico de telefonia (TM)	R\$ 83,38
7994-Técnico de tributos (NS)	R\$ 125,06
7995-Técnico de veterinária (TM)	R\$ 83,38
7996-Técnico desportivo (NS)	R\$ 125,06
7997-Técnico educacional (TM)	R\$ 83,38
7998-Técnico eletrônico (TM)	R\$ 83,38

7999-Técnico em aparelhos dentários (TM)	R\$ 83,38
8000-Técnico em comércio exterior (NS)	R\$ 125,06
8001-Técnico em comunicação social (TM)	R\$ 83,38
8002-Técnico em comunicação visual (NS)	R\$ 125,06
8003-Técnico em contabilidade (TM)	R\$ 83,38
8004-Técnico em espetáculos de diversão	R\$ 83,38
8005-Técnico em fisioterapia (NS)	R\$ 125,06
8006-Técnico em hematologia (TM)	R\$ 83,38
8007-Técnico em química (TM)	R\$ 83,38
8008-Técnico em raio X (TM)	R\$ 83,38
8009-Técnico em refrigeração (TM)	R\$ 83,38
8010-Técnico em relações públicas (TM)	R\$ 83,38
8011-Técnico em turismo (NS)	R\$ 125,06
8012-Técnico mecânico (TM)	R\$ 83,38
8013-Técnico metalúrgico (TM)	R\$ 83,38
8014-Técnico têxtil (TM)	R\$ 83,38
8015-Tecnólogo em informática (NS)	R\$ 125,06
8016-Telefonista (NQ)	R\$ 41,69
8017-Telegrafista (TM)	R\$ 83,38
8018-Telhador (NQ)	R\$ 41,69
8019-Temperador outros (NQ)	R\$ 41,69
8020-Temperador de metais (NQ)	R\$ 41,69
8021-Temperador de vinhos (NQ)	R\$ 41,69
8022-Teólogo (NS)	R\$ 125,06
8023-Terapeuta (NS)	R\$ 125,06
8024-Timoneiro (NQ)	R\$ 41,69
8025-Tingidor (NQ)	R\$ 41,69
8026-Tintureiro (NQ)	R\$ 41,69
8027-Tipógrafo (TM)	R\$ 83,38
8028-Tiro ao alvo (NQ)	R\$ 41,69
8029-Titereteiro fantoches (NQ)	R\$ 41,69
8030-Topógrafo (TM)	R\$ 83,38
8031-Torneiro (NQ)	R\$ 41,69
8032-Torrista (NQ)	R\$ 41,69
8033-Tosquiador (NQ)	R\$ 41,69
8034-Trabalhos outros (NQ)	R\$ 41,69
8035-Trabalhador agropecuário polivalente (NQ)	R\$ 41,69
8036-Trabalhador da agricultura (NQ)	R\$ 41,69
8037-Trabalhador da cultura de gramíneas (NQ)	R\$ 41,69
8038-Trabalhador culturas plantas estimulantes (NQ)	R\$ 41,69
8039-Trabalhador culturas plantas fibrosas (NQ)	R\$ 41,69
8040-Trabalhador culturas plantas oleaginosas (NQ)	R\$ 41,69
8041-Trabalhador de equinocultura (NQ)	R\$ 41,69
8042-Trabalhador fábrica produtos derivados minerais (NQ)	R\$ 41,69

8043-Trabalhador fábrica cerveja vinho outras bebidas (NQ)	R\$ 41,69
8044-Trabalhador fábricas fibras artificiais (NQ)	R\$ 41,69
8045-Trabalhador fábrica resinas e vernizes (NQ)	R\$ 41,69
8046-Trabalhador fábrica sorvetes (NQ)	R\$ 41,69
8047-Trabalhador fábrica tintas (NQ)	R\$ 41,69
8048-Trabalhador fábrica e refinação açúcar (NQ)	R\$ 41,69
8049-Trabalhador da floricultura (NQ)	R\$ 41,69
8050-Trabalhador da fruticultura (NQ)	R\$ 41,69
8051-Trabalhador da indústria manufatureira NQ	R\$ 41,69
8052-Trabalhador indústria conservas alimentos (NQ)	R\$ 41,69
8053-Trabalhador da manutenção Edificações NQ	R\$ 41,69
8054-Trabalhador pecuária Asininos e moares NQ	R\$ 41,69
8055-Trabalhador pecuária insetos úteis (NQ)	R\$ 41,69
8056-Trabalhador pecuária médio porte (NQ)	R\$ 41,69
8057-Trabalhador pecuária pequeno porte (NQ)	R\$ 41,69
8058-Trabalhador preparação tecelagem (NQ)	R\$ 41,69
8059-Trabalhador preparação café, cacau e prod.asse NQ	R\$ 41,69
8060-Trabalhador preparação de fibras (NQ)	R\$ 41,69
8061-Trabalhador de artefatos de couro (NQ)	R\$ 41,69
8062-Trabalhador de concreto armado (NQ)	R\$ 41,69
8063-Trabalhador de laboratório fotográfico NQ	R\$ 41,69
8064-Trabalhador do acab.tingimento e estampa prod.têx.(NQ)	R\$ 41,69
8065-Trabalhador benef. mineriosa e pedras (NQ)	R\$ 41,69
8066-Trabalhador tratamento e fabricação de laticínios (NQ)	R\$ 41,69
8067-Trabalhador florestal (NQ)	R\$ 41,69
8068-Trabalhador hortigranjeiro (NQ)	R\$ 41,69
8069-Tracador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
8070-Tradutor (TM)	R\$ 83,38
8071-Transportador outros (NQ)	R\$ 41,69
8072-Transportador de cargas (NQ)	R\$ 41,69
8073-Transportador litográfico (NQ)	R\$ 41,69
8074-Tratador (NQ)	R\$ 41,69
8075-Tratador de animais (NQ)	R\$ 41,69
8076-tratador de beleza (NQ)	R\$ 41,69
8077-Tratorista outros (NQ)	R\$ 41,69
8078-Tratorista agrícola (NQ)	R\$ 41,69
8079-Tratorista florestal (NQ)	R\$ 41,69
8080-Trefilador outros (NQ)	R\$ 41,69
8081-Trefilador de metais (NQ)	R\$ 41,69
8082-Treinador outros (NQ)	R\$ 41,69
8083-Treinador de animais de competição (NQ)	R\$ 41,69

	8084-Tricoteiro (NQ)	R\$ 41,69
	8085-Triturador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
	8086-Tropeiro (NQ)	R\$ 41,69
	8087-Urbanista (NS)	R\$ 125,06
	8088-Vacinador (TM)	R\$ 83,38
	8089-Vaqueiro (NQ)	R\$ 41,69
	8090-Vassoureiro (NQ)	R\$ 41,69
	8091-Vendedor outro (NQ)	R\$ 41,69
	8092-Vendedor a domicílio (NQ)	R\$ 41,69
	8093-Vendedor ambulante (NQ)	R\$ 41,69
	8094-Vendedor de bilhetes de loteria (NQ)	R\$ 41,69
	8095-Vendedor de comércio (NQ)	R\$ 41,69
	8096-Vendedor praticista (NQ)	R\$ 41,69
	8097-Ventriloquo (NQ)	R\$ 41,69
	8098-Veterinário (NS)	R\$ 125,06
	8099-Viajante (NQ)	R\$ 41,69
	8100-Vidraceiro (NQ)	R\$ 41,69
	8101-Vidreiro (NQ)	R\$ 41,69
	8102-Vigia vigilante (NQ)	R\$ 41,69
	8103-Visitador sanitário (NQ)	R\$ 41,69
	8104-Vitrinista (NQ)	R\$ 41,69
	8105-Viveirista agrícola (NQ)	R\$ 41,69
	8106-Vulvanizador (NQ)	R\$ 41,69
	8107-Zelador (NQ)	R\$ 41,69
	8108-Zoólogo (NS)	R\$ 125,06
	8109-Zootécnico (NS)	R\$ 125,06
	8110-Zootecnista (NS)	R\$ 125,06
	8111-Marceneiro (NQ)	R\$ 41,69
	8112-Manicure (NQ)	R\$ 41,69
	8113-Estofador (NQ)	R\$ 41,69
	8114-Marcheteiro (NQ)	R\$ 41,69
	8115-Mordomo (NQ)	R\$ 41,69
	8116-Mosaista (NQ)	R\$ 41,69
	8117-Agente literário (TM)	R\$ 83,38
	8118-Agente publicitário (NQ)	R\$ 41,69
	8119-Imunizador (NQ)	R\$ 41,69
	8120-Maroeiro (NQ)	R\$ 41,69
	8121-Hortigranjeiro (NQ)	R\$ 41,69
	8122-Preposto de seguros (TM)	R\$ 83,38
	8123-Auxiliar de topógrafo (NQ)	R\$ 41,69
	8124-Pastor religioso (NS)	R\$ 125,06
	8125-Professor ginástica (TM)	R\$ 83,38
	8126-Freteiro autônomo (NQ)	R\$ 41,69

ANEXO II

TABELA DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

TAXA DE LICENÇA PARA PERMANENCIA – TLP

--	--	--

CNAE Subclasses 2.0		
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	VALOR DA TAXA
	Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	
0111-3/01	Cultivo de arroz	R\$ 250,12
0111-3/02	Cultivo de milho	R\$ 250,12
0111-3/03	Cultivo de trigo	R\$ 250,12
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	R\$ 250,12
0112-1/02	Cultivo de juta	R\$ 250,12
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 250,12
0114-8/00	Cultivo de fumo	R\$ 250,12
0115-6/00	Cultivo de soja	R\$ 250,12
0116-4/01	Cultivo de amendoim	R\$ 250,12
0116-4/02	Cultivo de girassol	R\$ 250,12
0116-4/03	Cultivo de mamona	R\$ 250,12
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	R\$ 250,12
0119-9/02	Cultivo de alho	R\$ 250,12
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	R\$ 250,12
0119-9/04	Cultivo de cebola	R\$ 250,12
0119-9/05	Cultivo de feijão	R\$ 250,12
0119-9/06	Cultivo de mandioca	R\$ 250,12
0119-9/07	Cultivo de melão	R\$ 250,12
0119-9/08	Cultivo de melancia	R\$ 250,12
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	R\$ 250,12
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	R\$ 250,12
0121-1/02	Cultivo de morango	R\$ 250,12
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	R\$ 250,12
0131-8/00	Cultivo de laranja	R\$ 250,12
0132-6/00	Cultivo de uva	R\$ 250,12
0133-4/01	Cultivo de açaí	R\$ 250,12
0133-4/02	Cultivo de banana	R\$ 250,12
0133-4/03	Cultivo de caju	R\$ 250,12
0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	R\$ 250,12
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	R\$ 250,12
0133-4/06	Cultivo de guaraná	R\$ 250,12
0133-4/07	Cultivo de maçã	R\$ 250,12
0133-4/08	Cultivo de mamão	R\$ 250,12
0133-4/09	Cultivo de maracujá	R\$ 250,12
0133-4/10	Cultivo de manga	R\$ 250,12
0133-4/11	Cultivo de pêssego	R\$ 250,12

0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0134-2/00	Cultivo de café	R\$ 250,12
0135-1/00	Cultivo de cacau	R\$ 250,12
0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	R\$ 250,12
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	R\$ 250,12
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	R\$ 250,12
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	R\$ 250,12
0139-3/05	Cultivo de dendê	R\$ 250,12
0139-3/06	Cultivo de seringueira	R\$ 250,12
0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	R\$ 250,12
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	R\$ 250,12
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	R\$ 250,12
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	R\$ 250,12
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	R\$ 250,12
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	R\$ 250,12
0152-1/01	Criação de bufalinos	R\$ 250,12
0152-1/02	Criação de eqüinos	R\$ 250,12
0152-1/03	Criação de asininos e muars	R\$ 250,12
0153-9/01	Criação de caprinos	R\$ 250,12
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	R\$ 250,12
0154-7/00	Criação de suínos	R\$ 250,12
0155-5/01	Criação de frangos para corte	R\$ 250,12
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	R\$ 250,12
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	R\$ 250,12
0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	R\$ 250,12
0155-5/05	Produção de ovos	R\$ 250,12
0159-8/01	Apicultura	R\$ 250,12
0159-8/02	Criação de animais de estimação	R\$ 250,12
0159-8/03	Criação de escargô	R\$ 250,12
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	R\$ 250,12
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	R\$ 125,06
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	R\$ 125,06
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	R\$ 125,06
0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	R\$ 125,06
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	R\$ 125,06
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	R\$ 125,06
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	R\$ 125,06

0170-9/00	Caça e serviços relacionados	R\$ 250,12
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	R\$ 250,12
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	R\$ 250,12
0210-1/03	Cultivo de pinus	R\$ 250,12
0210-1/04	Cultivo de teca	R\$ 250,12
0210-1/05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	R\$ 250,12
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	R\$ 250,12
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	R\$ 250,12
0210-1/99	Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	R\$ 250,12
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	R\$ 125,06
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	R\$ 250,12
0220-9/99	Coleta de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas nativas	R\$ 125,06
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	R\$ 250,12
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	R\$ 250,12
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	R\$ 250,12
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	R\$ 125,06
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	R\$ 250,12
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	R\$ 250,12
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	R\$ 250,12
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	R\$ 125,06
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	R\$ 250,12
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	R\$ 250,12
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	R\$ 250,12
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	R\$ 250,12
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	R\$ 250,12

0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	R\$ 250,12
0322-1/05	Ranicultura	R\$ 250,12
0322-1/06	Criação de jacaré	R\$ 250,12
0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	R\$ 250,12
0322-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção B - Indústrias extrativas	
0500-3/01	Extração de carvão mineral	R\$ 250,12
0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	R\$ 250,12
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	R\$ 250,12
0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	R\$ 250,12
0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	R\$ 250,12
0710-3/01	Extração de minério de ferro	R\$ 250,12
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	R\$ 250,12
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	R\$ 250,12
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	R\$ 250,12
0722-7/01	Extração de minério de estanho	R\$ 250,12
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	R\$ 250,12
0723-5/01	Extração de minério de manganês	R\$ 250,12
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	R\$ 250,12
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	R\$ 250,12
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	R\$ 250,12
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	R\$ 250,12
0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	R\$ 250,12
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	R\$ 250,12
0729-4/03	Extração de minério de níquel	R\$ 250,12
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	R\$ 250,12
0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	R\$ 250,12

0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	R\$ 250,12
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	R\$ 250,12
0892-4/01	Extração de sal marinho	R\$ 250,12
0892-4/02	Extração de sal-gema	R\$ 250,12
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	R\$ 250,12
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	R\$ 250,12
0899-1/01	Extração de grafita	R\$ 250,12
0899-1/02	Extração de quartzo	R\$ 250,12
0899-1/03	Extração de amianto	R\$ 250,12
0899-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	R\$ 250,12
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	R\$ 250,12
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	R\$ 250,12
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	R\$ 250,12
	Seção C - Indústrias de transformação	
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	R\$ 500,24
1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	R\$ 500,24
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	R\$ 500,24
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	R\$ 500,24
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	R\$ 500,24
1012-1/01	Abate de aves	R\$ 500,24
1012-1/02	Abate de pequenos animais	R\$ 500,24
1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	R\$ 500,24
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	R\$ 500,24
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	R\$ 500,24
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	R\$ 500,24
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	R\$ 250,12
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	R\$ 250,12
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	R\$ 250,12
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	R\$ 250,12
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	R\$ 250,12
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	R\$ 250,12
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	R\$ 250,12
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	R\$ 250,12
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	R\$ 250,12
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	R\$ 250,12
1051-1/00	Preparação do leite	R\$ 250,12
1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12

1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12
1052-0/00	Fabricação de laticínios	R\$ 250,12
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	R\$ 250,12
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	R\$ 250,12
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	R\$ 250,12
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	R\$ 250,12
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	R\$ 250,12
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	R\$ 250,12
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	R\$ 250,12
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	R\$ 250,12
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	R\$ 250,12
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	R\$ 250,12
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	R\$ 250,12
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	R\$ 250,12
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	R\$ 250,12
1081-3/01	Beneficiamento de café	R\$ 250,12
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	R\$ 250,12
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	R\$ 250,12
1091-1/00	Fabricação de produtos de panificação	R\$ 250,12
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	R\$ 250,12
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	R\$ 250,12
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	R\$ 250,12
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	R\$ 250,12
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	R\$ 250,12
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	R\$ 250,12
1099-6/01	Fabricação de vinagres	R\$ 250,12
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	R\$ 250,12
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	R\$ 250,12
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	R\$ 250,12
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	R\$ 250,12
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	R\$ 250,12
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	R\$ 250,12
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	R\$ 250,12
1112-7/00	Fabricação de vinho	R\$ 250,12
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	R\$ 250,12
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	R\$ 250,12
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	R\$ 250,12

1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	R\$ 250,12
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	R\$ 250,12
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	R\$ 250,12
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	R\$ 250,12
1220-4/01	Fabricação de cigarros	R\$ 250,12
1220-4/02	Fabricação de cigarilhas e charutos	R\$ 250,12
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	R\$ 250,12
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos	R\$ 250,12
1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	R\$ 250,12
1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	R\$ 250,12
1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	R\$ 250,12
1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	R\$ 250,12
1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	R\$ 250,12
1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	R\$ 250,12
1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	R\$ 250,12
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	R\$ 250,12
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	R\$ 250,12
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	R\$ 250,12
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	R\$ 250,12
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	R\$ 250,12
1411-8/02	Facção de roupas íntimas	R\$ 250,12
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	R\$ 250,12
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	R\$ 250,12
1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	R\$ 250,12
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	R\$ 250,12
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	R\$ 250,12
1413-4/03	Facção de roupas profissionais	R\$ 250,12
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	R\$ 250,12
1421-5/00	Fabricação de meias	R\$ 250,12

1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	R\$ 250,12
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	R\$ 250,12
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	R\$ 250,12
1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	R\$ 250,12
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	R\$ 250,12
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	R\$ 250,12
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	R\$ 250,12
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	R\$ 250,12
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	R\$ 250,12
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	R\$ 250,12
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	R\$ 250,12
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	R\$ 250,12
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	R\$ 250,12
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	R\$ 250,12
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	R\$ 250,12
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	R\$ 250,12
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	R\$ 250,12
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	R\$ 250,12
1721-4/00	Fabricação de papel	R\$ 250,12
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	R\$ 250,12
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	R\$ 250,12
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	R\$ 250,12
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	R\$ 250,12
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	R\$ 250,12
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	R\$ 250,12
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	R\$ 250,12
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	R\$ 250,12
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	R\$ 250,12
1811-3/01	Impressão de jornais	R\$ 250,12

1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	R\$ 250,12
1812-1/00	Impressão de material de segurança	R\$ 250,12
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	R\$ 250,12
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	R\$ 250,12
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	R\$ 250,12
1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	R\$ 250,12
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	R\$ 250,12
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	R\$ 250,12
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	R\$ 250,12
1910-1/00	Coquerias	R\$ 250,12
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	R\$ 250,12
1922-5/01	Formulação de combustíveis	R\$ 250,12
1922-5/02	Refino de óleos lubrificantes	R\$ 250,12
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	R\$ 250,12
1931-4/00	Fabricação de álcool	R\$ 250,12
1931-4/00	Fabricação de álcool não carburante	R\$ 250,12
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	R\$ 250,12
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	R\$ 250,12
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	R\$ 250,12
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	R\$ 250,12
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	R\$ 250,12
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	R\$ 250,12
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	R\$ 250,12
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	R\$ 250,12
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	R\$ 250,12
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	R\$ 250,12
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	R\$ 250,12
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	R\$ 250,12
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	R\$ 250,12
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	R\$ 250,12
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	R\$ 250,12
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	R\$ 250,12
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	R\$ 250,12
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	R\$ 250,12
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	R\$ 250,12
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	R\$ 250,12
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	R\$ 250,12

2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	R\$ 250,12
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	R\$ 250,12
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	R\$ 250,12
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	R\$ 250,12
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	R\$ 250,12
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	R\$ 250,12
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	R\$ 250,12
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	R\$ 250,12
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	R\$ 250,12
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	R\$ 250,12
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	R\$ 250,12
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	R\$ 250,12
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	R\$ 250,12
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	R\$ 250,12
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	R\$ 250,12
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	R\$ 250,12
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	R\$ 250,12
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	R\$ 250,12
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	R\$ 250,12
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	R\$ 250,12
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	R\$ 250,12
2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	R\$ 250,12
2320-6/00	Fabricação de cimento	R\$ 250,12
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	R\$ 250,12
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	R\$ 250,12
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	R\$ 250,12
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	R\$ 250,12
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	R\$ 250,12
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	R\$ 250,12

2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	R\$ 250,12
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	R\$ 250,12
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	R\$ 250,12
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	R\$ 250,12
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	R\$ 250,12
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	R\$ 250,12
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	R\$ 250,12
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	R\$ 250,12
2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	R\$ 250,12
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	R\$ 250,12
2412-1/00	Produção de ferroligas	R\$ 250,12
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	R\$ 250,12
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	R\$ 250,12
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	R\$ 250,12
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	R\$ 250,12
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	R\$ 250,12
2424-5/01	Produção de arames de aço	R\$ 250,12
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	R\$ 250,12
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	R\$ 250,12
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	R\$ 250,12
2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	R\$ 250,12
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	R\$ 250,12
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	R\$ 250,12
2443-1/00	Metalurgia do cobre	R\$ 250,12
2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	R\$ 250,12
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	R\$ 250,12
2449-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	R\$ 250,12
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	R\$ 250,12
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	R\$ 250,12
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	R\$ 250,12
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	R\$ 250,12
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	R\$ 250,12

2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	R\$ 250,12
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	R\$ 250,12
2531-4/01	Produção de forjados de aço	R\$ 250,12
2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	R\$ 250,12
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	R\$ 250,12
2532-2/02	Metallurgia do pó	R\$ 250,12
2539-0/00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	R\$ 250,12
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	R\$ 250,12
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	R\$ 250,12
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	R\$ 250,12
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	R\$ 250,12
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	R\$ 250,12
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	R\$ 250,12
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	R\$ 250,12
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	R\$ 250,12
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	R\$ 250,12
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	R\$ 250,12
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	R\$ 250,12
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	R\$ 250,12
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	R\$ 250,12
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	R\$ 250,12
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	R\$ 250,12
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	R\$ 250,12
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	R\$ 250,12
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	R\$ 250,12
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	R\$ 250,12
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	R\$ 250,12
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	R\$ 250,12

2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	R\$ 250,12
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	R\$ 250,12
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	R\$ 250,12
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	R\$ 250,12
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	R\$ 250,12
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	R\$ 250,12
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	R\$ 250,12
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	R\$ 250,12
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	R\$ 250,12
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	R\$ 250,12
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	R\$ 250,12
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	R\$ 250,12
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	R\$ 250,12
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	R\$ 250,12
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	R\$ 250,12
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	R\$ 250,12
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	R\$ 250,12
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	R\$ 250,12
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	R\$ 250,12
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	R\$ 250,12

2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	R\$ 250,12
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	R\$ 250,12
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	R\$ 250,12
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	R\$ 250,12
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	R\$ 250,12
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	R\$ 250,12
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	R\$ 250,12
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	R\$ 250,12
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	R\$ 250,12
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	R\$ 250,12
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	R\$ 250,12
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	R\$ 250,12
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	R\$ 250,12
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	R\$ 250,12
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	R\$ 250,12
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	R\$ 250,12
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	R\$ 250,12
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	R\$ 250,12
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	R\$ 250,12
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12

2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	R\$ 250,12
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e rebocos para caminhões	R\$ 250,12
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	R\$ 250,12
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e rebocos para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	R\$ 250,12
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	R\$ 250,12
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	R\$ 250,12
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	R\$ 250,12
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	R\$ 250,12
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	R\$ 250,12
2945-0/00	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	R\$ 250,12
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	R\$ 250,12
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	R\$ 250,12
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	R\$ 250,12
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	R\$ 250,12
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	R\$ 250,12
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	R\$ 250,12
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	R\$ 250,12
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	R\$ 250,12
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	R\$ 250,12
3091-1/00	Fabricação de motocicletas, peças e acessórios	R\$ 250,12
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	R\$ 250,12
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	R\$ 250,12
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	R\$ 250,12
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	R\$ 250,12
3104-7/00	Fabricação de colchões	R\$ 250,12
3211-6/01	Lapidação de gemas	R\$ 250,12
3211-6/03	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	R\$ 250,12

3212-4/00	Cunhagem de moedas e medalhas	R\$ 250,12
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	R\$ 250,12
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	R\$ 250,12
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	R\$ 250,12
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	R\$ 250,12
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	R\$ 250,12
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	R\$ 250,12
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$ 250,12
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	R\$ 250,12
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	R\$ 250,12
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	R\$ 250,12
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	R\$ 250,12
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	R\$ 250,12
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	R\$ 250,12
3250-7/08	Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar	R\$ 250,12
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	R\$ 250,12
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	R\$ 250,12
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	R\$ 250,12
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	R\$ 250,12
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	R\$ 250,12
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	R\$ 250,12
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	R\$ 250,12
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	R\$ 250,12
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	R\$ 250,12
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	R\$ 250,12
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	R\$ 250,12
3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	R\$ 250,12
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	R\$ 250,12

3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	R\$ 250,12
3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	R\$ 250,12
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	R\$ 250,12
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	R\$ 250,12
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	R\$ 250,12
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	R\$ 250,12
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	R\$ 250,12
3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	R\$ 250,12
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	R\$ 250,12
3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	R\$ 250,12
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	R\$ 250,12
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	R\$ 250,12
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	R\$ 250,12
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	R\$ 250,12
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	R\$ 250,12
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	R\$ 250,12
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	R\$ 250,12
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	R\$ 250,12
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	R\$ 250,12
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	R\$ 250,12
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	R\$ 250,12
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	R\$ 250,12

3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	R\$ 250,12
3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	R\$ 250,12
3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	R\$ 250,12
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	R\$ 250,12
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	R\$ 250,12
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	R\$ 250,12
3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	R\$ 250,12
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção D - Eletricidade e gás	
3511-5/00	Geração de energia elétrica	R\$ 750,35
3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	R\$ 750,35
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	R\$ 750,35
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	R\$ 750,35
3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	R\$ 750,35
3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	R\$ 750,35
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	R\$ 750,35
	Seção E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	R\$ 750,35
3600-6/02	Distribuição de água por caminhos	R\$ 750,35
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	R\$ 750,35
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	R\$ 750,35
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	R\$ 250,12
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	R\$ 250,12
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	R\$ 250,12
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	R\$ 250,12
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	R\$ 250,12
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	R\$ 250,12
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	R\$ 250,12
3839-4/01	Usinas de compostagem	R\$ 250,12
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	R\$ 250,12
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	R\$ 250,12
	Seção F - Construção	
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	R\$ 250,12
4120-4/00	Construção de edifícios	R\$ 250,12
4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	R\$ 250,12
4212-0/00	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	R\$ 250,12

4212-0/00	Construção de obras-de-arte especiais	R\$ 250,12
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	R\$ 250,12
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	R\$ 250,12
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	R\$ 250,12
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	R\$ 250,12
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	R\$ 250,12
4222-7/02	Obras de irrigação	R\$ 250,12
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	R\$ 250,12
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	R\$ 250,12
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	R\$ 250,12
4292-8/02	Obras de montagem industrial	R\$ 250,12
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	R\$ 250,12
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	R\$ 250,12
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	R\$ 250,12
4312-6/00	Perfurações e sondagens	R\$ 250,12
4313-4/00	Obras de terraplenagem	R\$ 250,12
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	R\$ 250,12
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	R\$ 250,12
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	R\$ 250,12
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	R\$ 250,12
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	R\$ 250,12
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	R\$ 250,12
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria	R\$ 250,12
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	R\$ 250,12
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	R\$ 250,12
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	R\$ 250,12
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	R\$ 250,12
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	R\$ 250,12

4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	R\$ 250,12
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	R\$ 250,12
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	R\$ 250,12
4391-6/00	Obras de fundações	R\$ 250,12
4399-1/01	Administração de obras	R\$ 250,12
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	R\$ 250,12
4399-1/03	Obras de alvenaria	R\$ 250,12
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	R\$ 250,12
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	R\$ 250,12
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	R\$ 750,35
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	R\$ 750,35
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	R\$ 1.000,48
4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	R\$ 1.000,48
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	R\$ 250,12
4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	R\$ 750,35
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	R\$ 250,12
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	R\$ 125,06
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	R\$ 250,12
4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	R\$ 500,24
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	R\$ 500,24
4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	R\$ 500,24
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	R\$ 250,12

4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	R\$ 375,18
4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	R\$ 375,18
4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	R\$ 250,12
4542-1/01	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	R\$ 375,18
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	R\$ 250,12
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	R\$ 250,12
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	R\$ 250,12
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	R\$ 250,12
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	R\$ 250,12
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	R\$ 250,12
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	R\$ 250,12
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	R\$ 250,12
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	R\$ 250,12
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	R\$ 250,12
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	R\$ 250,12
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	R\$ 250,12
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	R\$ 250,12
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	R\$ 250,12
4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	R\$ 250,12
4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	R\$ 250,12
4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	R\$ 250,12
4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	R\$ 250,12
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	R\$ 250,12

4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	R\$ 250,12
4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	R\$ 250,12
4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	R\$ 250,12
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	R\$ 250,12
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	R\$ 250,12
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	R\$ 250,12
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	R\$ 250,12
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	R\$ 250,12
4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	R\$ 250,12
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	R\$ 250,12
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	R\$ 250,12
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	R\$ 250,12
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	R\$ 250,12
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	R\$ 250,12
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	R\$ 250,12
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	R\$ 250,12
4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos	R\$ 250,12
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	R\$ 250,12
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	R\$ 250,12
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	R\$ 250,12
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	R\$ 250,12
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	R\$ 250,12
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	R\$ 250,12
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e semelhantes	R\$ 250,12
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	R\$ 250,12

4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	R\$ 250,12
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	R\$ 250,12
4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armário	R\$ 250,12
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	R\$ 250,12
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	R\$ 250,12
4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	R\$ 250,12
4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	R\$ 250,12
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	R\$ 250,12
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	R\$ 250,12
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	R\$ 250,12
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	R\$ 250,12
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	R\$ 250,12
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	R\$ 250,12
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	R\$ 250,12
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	R\$ 250,12
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	R\$ 250,12
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	R\$ 250,12
4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	R\$ 250,12
4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	R\$ 250,12
4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	R\$ 250,12
4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	R\$ 250,12
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	R\$ 250,12
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	R\$ 250,12
4649-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	R\$ 250,12
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	R\$ 250,12

4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	R\$ 250,12
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	R\$ 250,12
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	R\$ 250,12
4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	R\$ 250,12
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	R\$ 250,12
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	R\$ 250,12
4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	R\$ 250,12
4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	R\$ 250,12
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	R\$ 250,12
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	R\$ 250,12
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	R\$ 250,12
4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	R\$ 250,12
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	R\$ 250,12
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	R\$ 250,12
4679-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	R\$ 250,12
4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	R\$ 250,12
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	R\$ 250,12
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	R\$ 250,12
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	R\$ 250,12
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	R\$ 250,12
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	R\$ 250,12
4681-8/04	Comércio atacadista de outros combustíveis de origem mineral em bruto	R\$ 250,12
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	R\$ 250,12
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	R\$ 250,12
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	R\$ 250,12
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	R\$ 250,12
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	R\$ 250,12

4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	R\$ 250,12
4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	R\$ 250,12
4686-9/01	Comércio atacadista de embalagens	R\$ 250,12
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	R\$ 250,12
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	R\$ 250,12
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	R\$ 250,12
4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	R\$ 250,12
4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	R\$ 250,12
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	R\$ 250,12
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	R\$ 250,12
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	R\$ 250,12
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	R\$ 250,12
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	R\$ 250,12
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	R\$ 250,12
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	R\$ 250,12
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	R\$ 250,12
4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	R\$ 250,12
4721-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	R\$ 250,12
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	R\$ 250,12
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	R\$ 250,12
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carne de aves e derivados	R\$ 250,12
4722-9/01	Comércio varejista de carne de aves e outros derivados, exceto pescado	R\$ 250,12
4722-9/02	Peixaria	R\$ 250,12
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	R\$ 250,12
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	R\$ 250,12
4729-6/01	Tabacaria	R\$ 250,12

4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	R\$ 375,18
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	R\$ 250,12
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	R\$ 250,12
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	R\$ 250,12
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	R\$ 250,12
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	R\$ 250,12
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	R\$ 250,12
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	R\$ 250,12
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	R\$ 250,12
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	R\$ 250,12
4751-2/00	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	R\$ 250,12
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	R\$ 250,12
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	R\$ 250,12
4754-7/01	Comércio varejista de móveis	R\$ 250,12
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colcharia	R\$ 250,12
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	R\$ 250,12
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	R\$ 250,12
4755-5/02	Comércio varejista de artigos de armário	R\$ 250,12
4755-5/03	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	R\$ 250,12
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	R\$ 250,12
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	R\$ 250,12
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	R\$ 250,12
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4761-0/01	Comércio varejista de livros	R\$ 250,12
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	R\$ 250,12
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	R\$ 250,12
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	R\$ 250,12
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	R\$ 250,12
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	R\$ 250,12
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	R\$ 250,12

4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	R\$ 250,12
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	R\$ 500,24
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	R\$ 250,12
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	R\$ 250,12
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	R\$ 250,12
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	R\$ 250,12
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	R\$ 250,12
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	R\$ 250,12
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	R\$ 250,12
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	R\$ 250,12
4782-2/01	Comércio varejista de calçados	R\$ 250,12
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	R\$ 250,12
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	R\$ 250,12
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	R\$ 250,12
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	R\$ 125,06
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	R\$ 125,06
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	R\$ 125,06
4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	R\$ 250,12
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	R\$ 250,12
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	R\$ 250,12
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	R\$ 250,12
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	R\$ 250,12
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	R\$ 250,12
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	R\$ 250,12
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	R\$ 250,12
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	R\$ 250,12
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
	Seção H - Transporte, armazenagem e correio	
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	R\$ 250,12
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	R\$ 250,12
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	R\$ 250,12
4912-4/03	Transporte metroviário	R\$ 250,12
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	R\$ 250,12
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	R\$ 250,12

4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	R\$ 250,12
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	R\$ 250,12
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	R\$ 250,12
4923-0/01	Serviço de táxi	R\$ 250,12
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	R\$ 250,12
4924-8/00	Transporte escolar	R\$ 250,12
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	R\$ 250,12
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	R\$ 250,12
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	R\$ 250,12
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	R\$ 250,12
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 250,12
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	R\$ 250,12
4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	R\$ 250,12
4940-0/00	Transporte dutoviário	R\$ 250,12
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	R\$ 250,12
5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	R\$ 250,12
5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	R\$ 250,12
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	R\$ 250,12
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	R\$ 250,12
5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	R\$ 250,12
5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	R\$ 250,12
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	R\$ 250,12
5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	R\$ 250,12
5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	R\$ 250,12
5030-1/02	Navegação de apoio portuário	R\$ 250,12
5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	R\$ 250,12
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	R\$ 250,12

5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	R\$ 250,12
5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	R\$ 250,12
5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	R\$ 250,12
5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	R\$ 250,12
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	R\$ 250,12
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	R\$ 250,12
5130-7/00	Transporte espacial	R\$ 250,12
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	R\$ 250,12
5211-7/02	Guarda-móveis	R\$ 125,06
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	R\$ 125,06
5212-5/00	Carga e descarga	R\$ 125,06
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	R\$ 250,12
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	R\$ 125,06
5223-1/00	Estacionamento de veículos	R\$ 125,06
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	R\$ 250,12
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	R\$ 250,12
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5231-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	R\$ 125,06
5231-1/02	Operações de terminais	R\$ 125,06
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	R\$ 250,12
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	R\$ 250,12
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	R\$ 250,12
5250-8/01	Comissaria de despachos	R\$ 125,06
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	R\$ 125,06
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	R\$ 125,06
5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	R\$ 250,12
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	R\$ 250,12
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional	R\$ 250,12
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	R\$ 250,12
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	R\$ 250,12
5320-2/02	Serviços de entrega rápida	R\$ 250,12
	Seção I - Alojamento e alimentação	
5510-8/01	Hotéis	R\$ 500,24
5510-8/02	Apart-hotéis	R\$ 500,24
5510-8/03	Motéis	R\$ 500,24
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	R\$ 500,24
5590-6/02	Campings	R\$ 500,24

5590-6/03	Pensões (alojamento)	R\$ 500,24
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	R\$ 500,24
5611-2/01	Restaurantes e similares	R\$ 125,06
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	R\$ 125,06
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	R\$ 125,06
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	R\$ 250,12
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	R\$ 125,06
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	R\$ 125,06
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privados	R\$ 125,06
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	R\$ 125,06
	Seção J - Informação e comunicação	
5811-5/00	Edição de livros	R\$ 250,12
5812-3/00	Edição de jornais	R\$ 250,12
5813-1/00	Edição de revistas	R\$ 250,12
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	R\$ 250,12
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	R\$ 250,12
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	R\$ 250,12
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	R\$ 250,12
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	R\$ 250,12
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	R\$ 250,12
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	R\$ 250,12
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5912-0/01	Serviços de dublagem	R\$ 250,12
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	R\$ 250,12
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	R\$ 250,12
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	R\$ 250,12
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	R\$ 250,12
6010-1/00	Atividades de rádio	R\$ 250,12
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	R\$ 250,12
6022-5/01	Programadoras	R\$ 250,12
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	R\$ 250,12
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	R\$ 375,18
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	R\$ 375,18
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SMC	R\$ 375,18
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	R\$ 375,18

6120-5/01	Telefonia móvel celular	R\$ 375,18
6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	R\$ 375,18
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	R\$ 375,18
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	R\$ 375,18
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	R\$ 375,18
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	R\$ 375,18
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	R\$ 375,18
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	R\$ 375,18
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	R\$ 375,18
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	R\$ 375,18
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	R\$ 250,12
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	R\$ 250,12
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	R\$ 250,12
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	R\$ 250,12
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	R\$ 250,12
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	R\$ 250,12
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	R\$ 250,12
6391-7/00	Agências de notícias	R\$ 250,12
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	
6410-7/00	Banco Central	R\$ 1.250,59
6421-2/00	Bancos comerciais	R\$ 1.250,59
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	R\$ 1.250,59
6423-9/00	Caixas econômicas	R\$ 1.250,59
6424-7/01	Bancos cooperativos	R\$ 1.250,59
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	R\$ 1.250,59
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	R\$ 1.250,59
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	R\$ 1.250,59
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	R\$ 1.250,59
6432-8/00	Bancos de investimento	R\$ 1.250,59
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	R\$ 1.250,59
6434-4/00	Agências de fomento	R\$ 1.250,59
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	R\$ 1.250,59
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	R\$ 1.250,59
6435-2/03	Companhias hipotecárias	R\$ 1.250,59
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	R\$ 1.250,59
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	R\$ 1.250,59
6438-7/01	Bancos de câmbio	R\$ 1.250,59

6438-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6440-9/00	Arrendamento mercantil	R\$ 1.250,59
6450-6/00	Sociedades de capitalização	R\$ 1.250,59
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	R\$ 1.250,59
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	R\$ 1.250,59
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	R\$ 1.250,59
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	R\$ 1.250,59
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	R\$ 1.250,59
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	R\$ 1.250,59
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	R\$ 1.250,59
6492-1/00	Securitização de créditos	R\$ 1.250,59
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	R\$ 1.250,59
6499-9/01	Clubes de investimento	R\$ 1.250,59
6499-9/02	Sociedades de investimento	R\$ 1.250,59
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	R\$ 1.250,59
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	R\$ 1.250,59
6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	R\$ 1.250,59
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6511-1/01	Seguros de vida	R\$ 375,18
6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	R\$ 375,18
6512-0/00	Seguros não-vida	R\$ 375,18
6520-1/00	Seguros-saúde	R\$ 375,18
6530-8/00	Resseguros	R\$ 375,18
6541-3/00	Previdência complementar fechada	R\$ 375,18
6542-1/00	Previdência complementar aberta	R\$ 375,18
6550-2/00	Planos de saúde	R\$ 375,18
6611-8/01	Bolsa de valores	R\$ 1.250,59
6611-8/02	Bolsa de mercadorias	R\$ 1.250,59
6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	R\$ 1.250,59
6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	R\$ 1.250,59
6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	R\$ 1.250,59
6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	R\$ 1.250,59
6612-6/03	Corretoras de câmbio	R\$ 1.250,59
6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	R\$ 1.250,59
6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	R\$ 1.250,59
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	R\$ 1.250,59
6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	R\$ 1.250,59
6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	R\$ 1.250,59
6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	R\$ 1.250,59
6619-3/04	Caixas eletrônicos	R\$ 1.250,59
6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	R\$ 1.250,59

6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$ 1.250,59
6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	R\$ 250,12
6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	R\$ 250,12
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	R\$ 375,18
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	R\$ 375,18
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	R\$ 1.250,59
	Seção L - Atividades imobiliárias	
6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	R\$ 250,12
6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	R\$ 250,12
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	R\$ 250,12
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	R\$ 250,12
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	R\$ 250,12
	Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	
6911-7/01	Serviços advocatícios	R\$ 250,12
6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	R\$ 250,12
6911-7/03	Agente de propriedade industrial	R\$ 250,12
6912-5/00	Cartórios	R\$ 750,35
6920-6/01	Atividades de contabilidade	R\$ 250,12
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	R\$ 250,12
7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	R\$ 250,12
7111-1/00	Serviços de arquitetura	R\$ 250,12
7112-0/00	Serviços de engenharia	R\$ 250,12
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	R\$ 250,12
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	R\$ 250,12
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	R\$ 250,12
7739-0/02	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	R\$ 250,12
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7120-1/00	Testes e análises técnicas	R\$ 500,24
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	R\$ 250,12
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	R\$ 250,12
7311-4/00	Agências de publicidade	R\$ 250,12
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	R\$ 250,12
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	R\$ 250,12
7319-0/02	Promoção de vendas	R\$ 250,12
7319-0/03	Marketing direto	R\$ 250,12
7319-0/04	Consultoria em publicidade	R\$ 250,12

7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	R\$ 250,12
7410-2/01	Design	R\$ 250,12
7410-2/02	Decoração de interiores	R\$ 250,12
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	R\$ 250,12
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	R\$ 250,12
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	R\$ 250,12
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	R\$ 250,12
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	R\$ 250,12
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	R\$ 125,06
7490-1/02	Escafandria e mergulho	R\$ 125,06
7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	R\$ 250,12
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	R\$ 250,12
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	R\$ 250,12
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
7500-1/00	Atividades veterinárias	R\$ 500,24
	Seção N - Atividades administrativas e serviços complementares	
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	R\$ 500,24
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	R\$ 250,12
7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	R\$ 250,12
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	R\$ 250,12
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	R\$ 250,12
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	R\$ 250,12
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	R\$ 250,12
7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	R\$ 250,12
7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	R\$ 250,12
7729-2/03	Aluguel de material médico	R\$ 250,12
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	R\$ 250,12
7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	R\$ 250,12
7732-2/02	Aluguel de andaimes	R\$ 250,12
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	R\$ 250,12
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	R\$ 250,12

7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	R\$ 250,12
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	R\$ 250,12
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	R\$ 231,59
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	R\$ 500,24
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	R\$ 125,06
7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	R\$ 125,06
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	R\$ 125,06
7911-2/00	Agências de viagens	R\$ 250,12
7912-1/00	Operadores turísticos	R\$ 250,12
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	R\$ 250,12
8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	R\$ 250,12
8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	R\$ 125,06
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	R\$ 250,12
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	R\$ 250,12
8030-7/00	Atividades de investigação particular	R\$ 250,12
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	R\$ 250,12
8112-5/00	Condomínios prediais	R\$ 250,12
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	R\$ 125,06
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	R\$ 125,06
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	R\$ 125,06
8130-3/00	Atividades paisagísticas	R\$ 125,06
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	R\$ 250,12
8219-9/01	Fotocópias	R\$ 250,12
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	R\$ 250,12
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	R\$ 250,12
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	R\$ 500,24
8230-0/02	Casas de festas e eventos	R\$ 500,24
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	R\$ 500,24
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	R\$ 250,12
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	R\$ 250,12
8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	R\$ 250,12
8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	R\$ 250,12
8299-7/04	Leiloeiros independentes	R\$ 250,12
8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	R\$ 250,12
8299-7/06	Casas lotéricas	R\$ 500,24
8299-7/07	Salas de acesso à internet	R\$ 250,12

8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção O - Administração pública, defesa e seguridade social	
8411-6/00	Administração pública em geral	R\$ 250,12
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	R\$ 250,12
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	R\$ 250,12
8421-3/00	Relações exteriores	R\$ 250,12
8422-1/00	Defesa	R\$ 250,12
8423-0/00	Justiça	R\$ 250,12
8424-8/00	Segurança e ordem pública	R\$ 250,12
8425-6/00	Defesa Civil	R\$ 250,12
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	R\$ 250,12
	Seção P - Educação	
8511-2/00	Educação infantil - creche	R\$ 250,12
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	R\$ 250,12
8513-9/00	Ensino fundamental	R\$ 250,12
8520-1/00	Ensino médio	R\$ 250,12
8531-7/00	Educação superior - graduação	R\$ 250,12
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	R\$ 250,12
8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	R\$ 250,12
8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	R\$ 250,12
8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	R\$ 250,12
8550-3/01	Administração de caixas escolares	R\$ 250,12
8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	R\$ 250,12
8591-1/00	Ensino de esportes	R\$ 250,12
8592-9/01	Ensino de dança	R\$ 250,12
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	R\$ 250,12
8592-9/03	Ensino de música	R\$ 250,12
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	R\$ 250,12
8593-7/00	Ensino de idiomas	R\$ 250,12
8599-6/01	Formação de condutores	R\$ 250,12
8599-6/02	Cursos de pilotagem	R\$ 250,12
8599-6/03	Treinamento em informática	R\$ 250,12
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	R\$ 250,12
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	R\$ 250,12
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção Q - Saúde humana e serviços sociais	
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	R\$ 750,35
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	R\$ 750,35
8621-6/01	UTI móvel	R\$ 750,35

8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	R\$ 750,35
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	R\$ 750,35
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	R\$ 500,24
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	R\$ 500,24
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	R\$ 500,24
8630-5/04	Atividade odontológica	R\$ 500,24
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	R\$ 500,24
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	R\$ 500,24
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	R\$ 500,24
8640-2/02	Laboratórios clínicos	R\$ 500,24
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	R\$ 500,24
8640-2/04	Serviços de tomografia	R\$ 500,24
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	R\$ 500,24
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	R\$ 500,24
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	R\$ 500,24
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	R\$ 500,24
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	R\$ 500,24
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	R\$ 500,24
8640-2/11	Serviços de radioterapia	R\$ 500,24
8640-2/12	Serviços de hemoterapia	R\$ 500,24
8640-2/13	Serviços de litotripsia	R\$ 500,24
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	R\$ 500,24
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
8650-0/01	Atividades de enfermagem	R\$ 250,12
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	R\$ 250,12
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	R\$ 250,12
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	R\$ 250,12
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	R\$ 250,12
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	R\$ 250,12
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	R\$ 250,12
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	R\$ 250,12
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	R\$ 250,12

8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	R\$ 250,12
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	R\$ 500,24
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	R\$ 500,24
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	R\$ 500,24
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	R\$ 500,24
8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	R\$ 500,24
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	R\$ 250,12
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	R\$ 250,12
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8730-1/01	Orfanatos	R\$ 250,12
8730-1/02	Albergues assistenciais	R\$ 250,12
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	R\$ 250,12
	Seção R - Artes, cultura, esporte e recreação	
9001-9/01	Produção teatral	R\$ 250,12
9001-9/02	Produção musical	R\$ 250,12
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	R\$ 250,12
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	R\$ 250,12
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	R\$ 250,12
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	R\$ 250,12
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	R\$ 250,12
9002-7/02	Restauração de obras de arte	R\$ 250,12
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	R\$ 250,12
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	R\$ 250,12
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	R\$ 250,12
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	R\$ 250,12
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	R\$ 250,12
9200-3/01	Casas de bingo	R\$ 1.250,59
9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	R\$ 1.250,59
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	R\$ 125,06
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	R\$ 250,12

9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	R\$ 250,12
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	R\$ 250,12
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	R\$ 250,12
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	R\$ 250,12
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	R\$ 250,12
9329-8/02	Exploração de boliches	R\$ 250,12
9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	R\$ 250,12
9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	R\$ 250,12
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
	Seção S - Outras atividades de serviços	
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	R\$ 125,06
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	R\$ 125,06
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	R\$ 125,06
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	R\$ 125,06
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	R\$ 250,12
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	R\$ 250,12
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	R\$ 250,12
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	R\$ 250,12
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	R\$ 250,12
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	R\$ 250,12
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	R\$ 250,12
9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	R\$ 125,06
9529-1/02	Chaveiros	R\$ 125,06
9529-1/03	Reparação de relógios	R\$ 250,12
9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	R\$ 250,12
9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	R\$ 250,12
9529-1/06	Reparação de jóias	R\$ 250,12
9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9601-7/01	Lavanderias	R\$ 125,06
9601-7/02	Tinturarias	R\$ 125,06
9601-7/03	Toalheiros	R\$ 125,06
9602-5/01	Cabeleireiros	R\$ 125,06
9602-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	R\$ 125,06
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	R\$ 250,12
9603-3/02	Serviços de cremação	R\$ 250,12
9603-3/03	Serviços de sepultamento	R\$ 250,12
9603-3/04	Serviços de funerárias	R\$ 250,12
9603-3/05	Serviços de somatoconservação	R\$ 250,12

9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	R\$ 250,12
9609-2/01	Clínicas de estética e similares	R\$ 125,06
9609-2/02	Agências matrimoniais	R\$ 250,12
9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	R\$ 250,12
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	R\$ 250,12
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	R\$ 500,24
	Seção T - Serviços domésticos	
9700-5/00	Serviços domésticos	R\$ 250,12
	Seção U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	R\$ 250,12
	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS	
	CÓDIGO - DENOMINAÇÃO	VALOR DA TAXA
	7001-Abatedor (NQ)	R\$ 41,69
	7002-Acabador de calçados (TM)	R\$ 83,38
	7003-Açougueiro (NQ)	R\$ 41,69
	7004-Acupunturista (TM)	R\$ 83,38
	7005-Adestrador de animais (NQ)	R\$ 41,69
	7006-Administrador outros (TM)	R\$ 83,38
	7007-Administrador ou negócios (TM)	R\$ 83,38
	7008-Administrador de edifícios sídicos (NQ)	R\$ 41,69
	7009-Administrador de empresas (NS)	R\$ 125,06
	7010-Administrador expl.agrop.florestais (TM)	R\$ 83,38
	7011-Administrador de hotelaria (NS)	R\$ 125,06
	7012-Administrador escolar (NS)	R\$ 125,06
	7013-Administrador hospitalar (NS)	R\$ 125,06
	7014-Administrador público (NS)	R\$ 125,06
	7015-Advogado ou provisionado (NS)	R\$ 125,06
	7016-Aeronauta (TM)	R\$ 83,38
	7017-Afiador de ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
	7018-Afinador-outros (TM)	R\$ 83,38
	7019-Afinador de instrumentos musicais - exc. piano (TM)	R\$ 83,38
	7020-Afinador de piano (TM)	R\$ 83,38
	7021-Agenciador-outros (TM)	R\$ 83,38
	7022-Agenciador de assinaturas (NQ)	R\$ 41,69
	7023-Agenciador de cargas (NQ)	R\$ 41,69
	7024-Agenciador de carnes (NQ)	R\$ 41,69
	7025-Agenciador de cartão de crédito (NQ)	R\$ 41,69
	7026-Agenciador de consórcio (NQ)	R\$ 41,69
	7027-Agenciador de obras de arte (TM)	R\$ 83,38
	7028-Agenciador de passagens (NQ)	R\$ 41,69

	7029-Agenciador de projetos (TM)	R\$ 41,69
	7030-Agenciador de propaganda (NQ)	R\$ 41,69
	7031-Agenciador de serviços de dedetização NQ	R\$ 41,69
	7032-Agenciador serviços e/ou transportes marítimo (NQ)	R\$ 41,69
	7033-Agenciador de serviços gráficos (NQ)	R\$ 41,69
	7034-Agenciador serviços ou sócios p/clin. médico (NQ)	R\$ 41,69
	7035-Agenciador sócios p/entidades de previd.(NQ)	R\$ 41,69
	7036-Agenciador de títulos de clubes (NQ)	R\$ 41,69
	7037-Agenciador de turismo (TM)	R\$ 83,38
	7038-Agentes-outros (TM)	R\$ 83,38
	7039-Agente administrativo (NQ)	R\$ 41,69
	7040-Agente da prop. artística ou literária (TM)	R\$ 83,38
	7041-Agente de propriedade industrial (TM)	R\$ 83,38
	7042-Agente de artista (NQ)	R\$ 41,69
	7043-Agentes de compras (NQ)	R\$ 41,69
	7044-Agentes de empregos (NQ)	R\$ 41,69
	7045-Agente de investimentos (TM)	R\$ 83,38
	7046-Agente de manobras (NQ)	R\$ 41,69
	7047-Agente de marca e patentes (NQ)	R\$ 41,69
	7048-Agente de segurança (NQ)	R\$ 41,69
	7049-Agente de seguro (NS)	R\$ 125,06
	7050-Agente de serviço de mercadorias (NQ)	R\$ 41,69
	7051-Agente de vendas serviços as empresas (NQ)	R\$ 41,69
	7052-Agente de viagens e turismo (NS)	R\$ 125,06
	7053-Agente funerário (NQ)	R\$ 41,69
	7054-Agente técnico de vendas (NQ)	R\$ 41,69
	7055-Agrimensor (NS)	R\$ 125,06
	7056-Agrônomo (NS)	R\$ 125,06
	7057-Ajustador (NQ)	R\$ 41,69
	7058-Alfaiate (TM)	R\$ 83,38
	7059-Almoxarife (NQ)	R\$ 41,69
	7060-Amestrador de cães (NQ)	R\$ 41,69
	7061-Amolador de ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
	7062-Amostrador de mineiros (TM)	R\$ 83,38
	7063-Ampliador de fotografias (TM)	R\$ 83,38
	7064-Analista - outros (TM)	R\$ 83,38
	7065-Analista Clínico (NS)	R\$ 125,06
	7066-Analista de cargos e salários (TM)	R\$ 83,38
	7067-Analista de crédito e cobrança (TM)	R\$ 83,38
	7068-Analista de importação e exportação (TM)	R\$ 83,38
	7069-Analista de ocupações (TM)	R\$ 83,38
	7070-Analista de organizações e métodos (TM)	R\$ 83,38
	7071-Analista de projetos (TM)	R\$ 83,38

7072-Analista de sistemas (NS)	R\$ 125,06
7073-Analista técnico (TM)	R\$ 83,38
7074-Anatomista (NS)	R\$ 125,06
7075-Antropólogo (NS)	R\$ 125,06
7076-Aparelhador (NQ)	R\$ 41,69
7077-Aplicador de sinteco (NQ)	R\$ 41,69
7078-Apontador (NQ)	R\$ 41,69
7079-Apresentador - outros (TM)	R\$ 83,38
7080-Apresentador de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7081-Apresentador de programas (TM)	R\$ 83,38
7082-Árbitro outros (TM)	R\$ 83,38
7083-Árbitro desportista (TM)	R\$ 83,38
7084-Árbitro regulador de avarias (TM)	R\$ 83,38
7085-Amador outros (TM)	R\$ 83,38
7086-Amador de estruturas (NQ)	R\$ 41,69
7087-Armazenistas (NQ)	R\$ 41,69
7088-Arqueólogo (NS)	R\$ 125,06
7089-Arquiteto (NS)	R\$ 125,06
7090-Arquivista (NS)	R\$ 125,06
7091-Arquivologista (TM)	R\$ 83,38
7092-Arrais (TM)	R\$ 83,38
7093-Arrumadeira (NQ)	R\$ 41,69
7094-Artesão (NQ)	R\$ 41,69
7095-Artista nível médio	R\$ 83,38
7096-Artista nível médio não qualificado	R\$ 41,69
7097-Artista nível superior	R\$ 125,06
7098-Ascesorista (NQ)	R\$ 41,69
7099-Assentador de canalização (NQ)	R\$ 41,69
7100-Assessor - outros (TM)	R\$ 83,38
7101-Assessor outros (TM)	R\$ 83,38
7102-Assessor administrativo (TM)	R\$ 83,38
7103-Assessor comercial (TM)	R\$ 83,38
7104-Assessor de planejamento (TM)	R\$ 83,38
7105-Assessor de Arquitetura (TM)	R\$ 83,38
7106-Assessor de construção (TM)	R\$ 83,38
7107-Assessor em ecologia (TM)	R\$ 83,38
7108-Assessor em importação e exportação TM	R\$ 83,38
7109-Assessor em orçamento (TM)	R\$ 83,38
7110-Assessor em pesquisa de solo (TM)	R\$ 83,38
7111-Assessor em pesquisa tecnológica (TM)	R\$ 83,38
7112-Assessor em projetos (TM)	R\$ 83,38
7113-Assessor financeiro (TM)	R\$ 83,38
7114-Assessor fiscal (TM)	R\$ 83,38
7115-Assessor imobiliário (TM)	R\$ 83,38
7116-Assessor naval (TM)	R\$ 83,38
7117-Assessor parlamentar (TM)	R\$ 83,38
7118-Assessor técnico de operações (TM)	R\$ 83,38

7119-Assistentes - outros (TM)	R\$ 83,38
7120-Assistente cinematográfico (TM)	R\$ 83,38
7121-Assistente de operador de câmera (TM)	R\$ 83,38
7122-Assistente de produção (TM)	R\$ 83,38
7123-Assistente social (NS)	R\$ 125,06
7124-Assistente técnico filatelista (TM)	R\$ 83,38
7125-Assoalhador (NQ)	R\$ 41,69
7126-Astrólogo (NS)	R\$ 125,06
7127-Astrônomo (NS)	R\$ 125,06
7128-Atendente outros (TM)	R\$ 83,38
7129-Atendente de enfermagem (TM)	R\$ 83,38
7130-Atendente de guiche (NQ)	R\$ 41,69
7131-Atila profissional (NQ)	R\$ 41,69
7132-Ator intérprete (NS)	R\$ 125,06
7133-Atuário (NS)	R\$ 125,06
7134-Auditor (NS)	R\$ 125,06
7135-Auxiliar outros (TM)	R\$ 83,38
7136-Auxiliar de análises físico químicas (NQ)	R\$ 41,69
7137-Auxiliar de banco de sangue (TM)	R\$ 83,38
7138-Auxiliar de biblioteca (NQ)	R\$ 41,69
7139-Auxiliar de condutor veículos rodoviários (NQ)	R\$ 41,69
7140-Auxiliar de contabilidade (TM)	R\$ 83,38
7141-Auxiliar de enfermagem (TM)	R\$ 83,38
7142-Auxiliar de estatística (NQ)	R\$ 41,69
7143-Auxiliar de farmácia (NQ)	R\$ 41,69
7144-Auxiliar de laboratório análises clínicas (NQ)	R\$ 41,69
7145-Auxiliar de manobras (NQ)	R\$ 41,69
7146-Auxiliar de maquinista (NQ)	R\$ 41,69
7147-Auxiliar de serviços administrativos (NQ)	R\$ 41,69
7148-Auxiliar de serviços médicos (TM)	R\$ 83,38
7149-Auxiliar de terapêutica (TM)	R\$ 41,69
7150-Avaliador (NQ)	R\$ 41,69
7151-Azulejista (NQ)	R\$ 41,69
7152-Baba (NQ)	R\$ 41,69
7153-Bactererologista (NS)	R\$ 125,06
7154-Bailarino (NS)	R\$ 125,06
7155-Balanceiro (NQ)	R\$ 41,69
7156-Balconista (NQ)	R\$ 41,69
7157-Bamborista (NQ)	R\$ 41,69
7158-Barbeiro (NQ)	R\$ 41,69
7159-Barman (NQ)	R\$ 41,69
7160-Barqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7161-Bibliotecário (NS)	R\$ 125,06
7162-Bibliotécnico (TM)	R\$ 83,38
7163-Biblioteconomista (NS)	R\$ 125,06

7164-Biblioterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7165-Biólogo (NS)	R\$ 125,06
7166-Bioquímico (NS)	R\$ 125,06
7167-Biselador (NQ)	R\$ 41,69
7168-Bobinador outros (TM)	R\$ 83,38
7169-Bobinador de papel (NQ)	R\$ 41,69
7170-Bobinador eletricista (NQ)	R\$ 41,69
7171-Bombeiro outros (TM)	R\$ 83,38
7172-Bombeiro eletricista (TM)	R\$ 83,38
7173-Bombeiro hidráulico (TM)	R\$ 83,38
7174-Bordadeira (NQ)	R\$ 41,69
7175-Borracheiro (NQ)	R\$ 41,69
7176-Botânico (NS)	R\$ 125,06
7177-Branqueador outros (NQ)	R\$ 41,69
7178-Branqueador de pastas (NQ)	R\$ 41,69
7179-Branqueador de produtos químicos (NQ)	R\$ 41,69
7180-Boteiro (NQ)	R\$ 41,69
7181-Cabeleireiro (TM)	R\$ 83,38
7182-Cabineiro (NQ)	R\$ 41,69
7183-Caixa (NQ)	R\$ 41,69
7184-Galafetador (NQ)	R\$ 41,69
7185-Caladrista outros (NQ)	R\$ 41,69
7186-Calandrista de papel (NQ)	R\$ 41,69
7187-Calceiro (NQ)	R\$ 41,69
7188-Calçeteiro (NQ)	R\$ 41,69
7189-Calculista (TM)	R\$ 83,38
7190-Caldeireiro (NQ)	R\$ 41,69
7191-Calista (TM)	R\$ 83,38
7192-Camareiro (NQ)	R\$ 41,69
7193-Camiseiro (NQ)	R\$ 41,69
7194-Canteiro (NQ)	R\$ 41,69
7195-Cantor nível médio	R\$ 83,38
7196-Cantor nível não qualificado	R\$ 41,69
7197-Cantor nível superior	R\$ 125,06
7198-Capataz (NQ)	R\$ 41,69
7199-Capoteiro (NQ)	R\$ 41,69
7200-Caravanista (TM)	R\$ 83,38
7201-Caricaturista (TM)	R\$ 83,38
7202-Carpinteiro (NQ)	R\$ 41,69
7203-Carregador (NQ)	R\$ 41,69
7204-Carreteiro (NQ)	R\$ 41,69
7205-Cartazeiro (NQ)	R\$ 41,69
7206-Cartazista (TM)	R\$ 83,38
7207-Cartógrafo (TM)	R\$ 83,38
7208-Cartomante (NQ)	R\$ 41,69
7209-Cartonageiro (NQ)	R\$ 41,69
7210-Carvoejador (NQ)	R\$ 41,69

7211-Casladeira (NQ)	R\$ 41,69
7212-Caseiro (NQ)	R\$ 41,69
7213-Castrador (NQ)	R\$ 41,69
7214-Cavouqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7215-Cementador de metais (NQ)	R\$ 41,69
7216-Genógrafo (NS)	R\$ 125,06
7217-Cenotécnico (TM)	R\$ 83,38
7218-Ceramista (NQ)	R\$ 41,69
7219-Cerzibeira (NQ)	R\$ 41,69
7220-Cesteiro (NQ)	R\$ 41,69
7221-Chapeador (NQ)	R\$ 41,69
7222-Chapeleiro	R\$ 41,69
7223-Charuteiro	R\$ 41,69
7224-Chaveiro (NQ)	R\$ 41,69
7225-Chefe de escritório (TM)	R\$ 83,38
7226-Churrasqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7227-Cientista outros (TM)	R\$ 83,38
7228-Cientista físico químico (NS)	R\$ 125,06
7229-Cientista político (NS)	R\$ 125,06
7230-Cientista social (NS)	R\$ 125,06
7231-Cigarreiro (NQ)	R\$ 41,69
7232-Cilindreiro (NQ)	R\$ 41,69
7233-Cimentador (NQ)	R\$ 41,69
7234-Cinegrafista (TM)	R\$ 83,38
7235-Cirurgião (NS)	R\$ 125,06
7236-Cirurgião dentista (NS)	R\$ 125,06
7237-Citologista (NS)	R\$ 125,06
7238-Citotécnico (NS)	R\$ 125,06
7239-Classificador outros (TM)	R\$ 83,38
7240-Classificador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
7241-Classificador de minérios (NQ)	R\$ 41,69
7242-Classificador de pedras preciosas (TM)	R\$ 83,38
7243-Classificador de café e/ou cereais (TM)	R\$ 83,38
7244-Clicheristas (NQ)	R\$ 41,69
7245-Cobrador (NQ)	R\$ 41,69
7246-Codificador (NQ)	R\$ 41,69
7247-Colchoeiro (NQ)	R\$ 41,69
7248-Colocador outros (NQ)	R\$ 41,69
7249-Colocador de antenas (NQ)	R\$ 41,69
7250-Colocador de cortinas (NQ)	R\$ 41,69
7251-Colocador de pisos (NQ)	R\$ 41,69
7252-Colocador de revestimentos (NQ)	R\$ 41,69
7253-Colocador de tapetes e/ou carpetes (NQ)	R\$ 41,69
7254-Colocador de vidros (NQ)	R\$ 41,69
7255-Comandantes de embarcações (TM)	R\$ 83,38
7256-Comentarista (TM)	R\$ 83,38

	7257-Comerciante (NQ)	R\$ 41,69
	7258-Comissário de bordo (TM)	R\$ 83,38
	7259-Compensador de agulhas magnéticas (NQ)	R\$ 41,69
	7260-Compositor outro (TM)	R\$ 83,38
	7261-Compositor gráfico (TM)	R\$ 83,38
	7262-Compositor musical (TM)	R\$ 83,38
	7263-Comprador (NQ)	R\$ 41,69
	7264-Comunicador social comunicólogo (NS)	R\$ 125,06
	7265-Conductor outros (NQ)	R\$ 41,69
	7266-Conductor de monta cargas (NQ)	R\$ 41,69
	7267-Conductor de vagonetas (NQ)	R\$ 41,69
	7268-Conductor de veículos tração animal/humana (NQ)	R\$ 41,69
	7269-Confeccionador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7270-Confeccionador de instrumentos musicais (TM)	R\$ 83,38
	7271-Confeccionador móveis de vime junco e bambu NQ	R\$ 41,69
	7272-Confeccionador de pneumáticos (NQ)	R\$ 41,69
	7273-Confeção produtos plásticos	R\$ 41,69
	7274-Confeção sacos celofane e sacos papel (NQ)	R\$ 41,69
	7275-Confeiteiro (NQ)	R\$ 41,69
	7276-Conferista (TM)	R\$ 83,38
	7277-Conferentes (NQ)	R\$ 41,69
	7278-Conferidos (NQ)	R\$ 41,69
	7279-Consertador outros (TM)	R\$ 125,06
	7280-Consertador de antenas (NQ)	R\$ 41,69
	7281-Consertador de aparelhos de Raio X (TM)	R\$ 83,38
	7282-Consertador de aparelhos refrigeração (TM)	R\$ 83,38
	7283-Consertador aparelhos elétricos ou eletrônico (TM)	R\$ 83,38
	7284-Consertador aparelhos odontológicos (TM)	R\$ 83,38
	7285-Consertador de calçados (NQ)	R\$ 41,69
	7286-Consertador de fechaduras (NQ)	R\$ 41,69
	7287-Consertador de fogões (NQ)	R\$ 41,69
	7288-Consertador instrumentos e/ou aparelhos de prec. (TM)	R\$ 83,38
	7289-Consertador de instrumentos musicais (TM)	R\$ 83,38
	7290-Consertador aparelhos luminosos (NQ)	R\$ 41,69
	7291-Consertador máquinas de escrever (TM)	R\$ 83,38
	7293-Consertador de persianas (NQ)	R\$ 41,69
	7294-Consertador de perucas (NQ)	R\$ 41,69
	7295-Consertador de rádio e/ou televisão (TM)	R\$ 83,38
	7296-Consertador de relógios (TM)	R\$ 83,38
	7297-Conservador (TM)	R\$ 83,38

	7298-Conservador de pescado (NQ)	R\$ 41,69
	7299-Conservador de telefones (TM)	R\$ 83,38
	7300-Consultor técnico (TM)	R\$ 83,38
	7301-Contabilista (NS)	R\$ 125,06
	7302-Contador (NS)	R\$ 125,06
	7303-Contínuo (NQ)	R\$ 41,69
	7304-Contorcionista (NQ)	R\$ 41,69
	7305-Contra regra (TM)	R\$ 83,38
	7306-Contramestre outros (TM)	R\$ 83,38
	7307-Contramestre indústria têxtil (TM)	R\$ 83,38
	7308-Contramestre de embarcação (TM)	R\$ 83,38
	7309-Controlador de arrecadação (TM)	R\$ 83,38
	7310-Cordenador de ensino (TM)	R\$ 83,38
	7311-Copeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7312-Copidesque (TM)	R\$ 83,38
	7313-Coreógrafo (TM)	R\$ 83,38
	7314-Corista (NQ)	R\$ 41,69
	7315-Correio (NQ)	R\$ 41,69
	7316-Correspondente (NQ)	R\$ 41,69
	7317-Corretor outros (TM)	R\$ 83,38
	7318-Corretor de café (TM)	R\$ 83,38
	7319-Corretor de câmbio (TM)	R\$ 83,38
	7320-Corretor de fundos públicos (TM)	R\$ 83,38
	7321-Corretor de imóveis (TM)	R\$ 83,38
	7322-Corretor de investimentos (TM)	R\$ 83,38
	7323-Corretor de mercadorias (TM)	R\$ 83,38
	7324-Corretor de navios (TM)	R\$ 83,38
	7325-Corretor de seguros (TM)	R\$ 83,38
	7326-Corretor de título e valores (TM)	R\$ 83,38
	7327-Cortador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7328-Cortador de cavaco (NQ)	R\$ 41,69
	7329-Cortador de metais (NQ)	R\$ 41,69
	7330-Cortador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
	7331-Cortador de tecidos (NQ)	R\$ 41,69
	7332-Cortador de vidros e cristais de ótica (NQ)	R\$ 41,69
	7333-Corticeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7334-Costureira (NQ)	R\$ 41,69
	7335-Coveiro (NQ)	R\$ 41,69
	7336-Cozinheiro (NQ)	R\$ 41,69
	7337-Cravador de jóias (TM)	R\$ 83,38
	7338-Crítico (TM)	R\$ 83,38
	7339-Crítico de artes (NS)	R\$ 125,06
	7340-Cromador (NQ)	R\$ 41,69
	7341-Cronologista (NQ)	R\$ 125,06
	7342-Cronometrista (TM)	R\$ 83,38
	7343-Cunhador (NQ)	R\$ 41,69
	7344-Curtidor de couros e peles (NQ)	R\$ 41,69

7345-Curvador de tubos de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7346-Cuteleiro (NQ)	R\$ 41,69
7347-Datilógrafo (TM)	R\$ 125,06
7348-Decantador de esmeril (NQ)	R\$ 41,69
7349-Decapador (NQ)	R\$ 41,69
7350-Decorador outros (TM)	R\$ 83,38
7351-Decorador de vidro e cerâmica (TM)	R\$ 83,38
7352-Deliniador (NQ)	R\$ 41,69
7353-Demarcador de edificações (NQ)	R\$ 41,69
7354-Demolidor de edificações (NQ)	R\$ 41,69
7355-Demonstrador (NQ)	R\$ 41,69
7356-Dentista (NS)	R\$ 125,06
7357-Dentista prático (TM)	R\$ 125,06
7358-Depilador (NQ)	R\$ 125,06
7359-Desencrostador (NQ)	R\$ 125,06
7360-Desenhista outros (TM)	R\$ 83,38
7361-Desenhista nível médio (TM)	R\$ 83,38
7362-Desenhista nível qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7363-Desenhista nível superior (NS)	R\$ 125,06
7364-Desenhista de ilustrações (TM)	R\$ 83,38
7365-Desenhista industrial (TM)	R\$ 83,38
7366-Desenhista técnico (TM)	R\$ 83,38
7367-Desinfetador de imóveis (NQ)	R\$ 41,69
7368-Desossador (NQ)	R\$ 41,69
7369-Despachante TM	R\$ 83,38
7370-Dispenseiro (NQ)	R\$ 41,69
7371-Detetive particular (TM)	R\$ 83,38
7372-Detonador (NQ)	R\$ 41,69
7373-Diagramador (TM)	R\$ 83,38
7374-Dietista (NS)	R\$ 125,06
7375-Diretor outros (TM)	R\$ 83,38
7376-Diretor cinematográfico (NS)	R\$ 125,06
7377-Diretor de cena (TM)	R\$ 83,38
7378-Diretor de dublagem (TM)	R\$ 83,38
7379-Diretor de imprensa (NS)	R\$ 125,06
7380-Diretor de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7381-Diretor de estabelecimento de ensino (NS)	R\$ 125,06
7382-Diretor de filmes (NS)	R\$ 125,06
7383-Diretor de fotografia (NS)	R\$ 125,06
7384-Diretor de programas (NS)	R\$ 125,06
7385-Diretor de tv (TM)	R\$ 83,38
7386-Diretor teatral (NS)	R\$ 125,06
7387-Discotecário (NQ)	R\$ 41,69
7388-Divulgador de livros (NQ)	R\$ 41,69
7389-Doceiro (NQ)	R\$ 41,69
7390-Documentarista (NS)	R\$ 125,06
7391-Domador (NQ)	R\$ 41,69

7392-Drageador (NQ)	R\$ 41,69
7393-Dublador (NQ)	R\$ 41,69
7394-Duteiro (NQ)	R\$ 41,69
7395-Economista outros (TM)	R\$ 83,38
7396-Economista (NS)	R\$ 125,06
7397-Economista doméstico (TM)	R\$ 83,38
7398-Ecônomo (TM)	R\$ 83,38
7399-Editor (NS)	R\$ 125,06
7400-Eletricista outros	R\$ 83,38
7401-Eletricista	R\$ 83,38
7402-Eletricista encanador	R\$ 83,38
7403-Eletrotécnico (TM)	R\$ 83,38
7404-Eletrotipista (NQ)	R\$ 41,69
7405-Embalador (NQ)	R\$ 41,69
7406-Embalçador (TN)	R\$ 83,38
7407-Emendador (NQ)	R\$ 41,69
7408-Empachador (NQ)	R\$ 41,69
7409-Empalhador (NQ)	R\$ 41,69
7410-Empregada doméstica (NQ)	R\$ 41,69
7411-Empreiteiro (TM)	R\$ 83,38
7412-Empresário de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
7413-Encadernador (NQ)	R\$ 41,69
7414-Encanador (NQ)	R\$ 41,69
7415-Encarregado de cabine (NQ)	R\$ 41,69
7416-Encerrador (NQ)	R\$ 41,69
7417-Enfermeiro (NS)	R\$ 125,06
7418-Engastador (NQ)	R\$ 41,69
7419-Engenheiro (NS)	R\$ 125,06
7419-01 – Engenheiro Acústico (NS)	R\$ 125,06
7419-02 – Engenheiro Agrícola (NS)	R\$ 125,06
7419-03 – Engenheiro Aeronáutico (NS)	R\$ 125,06
7419-04 – Engenheiro Ambiental (NS)	R\$ 125,06
7419-05 – Engenheiro Agrimensor (NS)	R\$ 125,06
7419-06 – Engenheiro Aquicultura (NS)	R\$ 125,06
7419-07 – Engenheiro Alimentos (NS)	R\$ 125,06
7419-08 – Engenheiro Biomédico (NS)	R\$ 125,06
7419-09 – Engenheiro Cartográfico (NS)	R\$ 125,06
7419-10 – Engenheiro de Computação (NS)	R\$ 125,06
7419-11 – Engenheiro Civil (NS)	R\$ 125,06
7419-12 – Engenheiro de Controle e Automação (NS)	R\$ 125,06
7419-13 – Engenheiro Horticultor (NS)	R\$ 125,06
7419-14 – Engenheiro de Minas (NS)	R\$ 125,06
7419-15 – Engenheiro Elétrico (NS)	R\$ 125,06
7419-16 – Engenheiro Florestal (NS)	R\$ 125,06
7419-17 – Engenheiro Industrial (NS)	R\$ 125,06
7419-18 – Engenheiro Mecatrônico (NS)	R\$ 125,06
7419-19 – Engenheiro Naval (NS)	R\$ 125,06

7419-20 – Engenheiro Sanitário (NS)	R\$ 125,06
7419-21 – Engenheiro de Tecnologia têxtil e da Indumentária (NS)	R\$ 125,06
7419-22 – Engenheiro de Energia (NS)	R\$ 125,06
7419-23 – Engenheiro de Materiais (NS)	R\$ 125,06
7419-24 – Engenheiro de Pesca (NS)	R\$ 125,06
7419-25 – Engenheiro de Produção (NS)	R\$ 125,06
7419-26 – Engenheiro de Telecomunicações (NS)	R\$ 125,06
7419-27 – Engenheiro de Física (NS)	R\$ 125,06
7419-28 – Engenheiro Hídrica (NS)	R\$ 125,06
7419-29 – Engenheiro Mecânico (NS)	R\$ 125,06
7419-30 – Engenheiro Metalúrgico (NS)	R\$ 125,06
7419-31 – Engenheiro Químico (NS)	R\$ 125,06
7419-32 – Engenheiro Têxtil (NS)	R\$ 125,06
7419-33 – Engenheiro de Petróleo e Gás (NS)	R\$ 125,06
7419-34 – Engenheiro de Segurança do Trabalho (NS)	R\$ 125,06
7420-Engraxate (NQ)	R\$ 41,69
7421-Enrolador (NQ)	R\$ 41,69
7422-Entalhador (NQ)	R\$ 41,69
7423-Entelador de mapas (NQ)	R\$ 41,69
7424-Entregador (NQ)	R\$ 41,69
7425-Entrevistador (NQ)	R\$ 41,69
7426-Envelopador (NQ)	R\$ 41,69
7427-Entertador (NQ)	R\$ 41,69
7428-Equilibrista (NQ)	R\$ 41,69
7429-Escavandrista (TM)	R\$ 83,38
7430-Escarfador (NQ)	R\$ 41,69
7431-Escorador de minas (NQ)	R\$ 41,69
7432-Escritor (TM)	R\$ 83,38
7433-Escriturário (TM)	R\$ 83,38
7434-Escultor (NS)	R\$ 125,06
7435-Esmaliador (NQ)	R\$ 41,69
7436-Especialista outros (TM)	R\$ 83,38
7437-Especialista em educação (NS)	R\$ 125,06
7438-Especialista em pesquisa operacional (TM)	R\$ 83,38
7439-Espelador (NQ)	R\$ 41,69
7440-Estagiário nível médio (TM)	R\$ 83,38
7441-Estagiário não qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7442-Estagiário nível superior (NS)	R\$ 125,06
7443-Estampador (NQ)	R\$ 41,69
7444-Estatístico (NS)	R\$ 125,06
7445-Esteireiro (NQ)	R\$ 41,69
7446-Estenógrafo (TM)	R\$ 83,38
7447-Estenomecanógrafo (TM)	R\$ 83,38
7448-Estereotipista (NQ)	R\$ 41,69
7449-Esteticista (TM)	R\$ 83,38

7450-Estirador de tubos de metal (NQ)	R\$ 41,69
7451-Estivador (NQ)	R\$ 41,69
7452-Estofador (NQ)	R\$ 41,69
7453-Estoquista (NQ)	R\$ 41,69
7454-Estocador (NQ)	R\$ 41,69
7455-Expedidor outros (NQ)	R\$ 41,69
7456-Expedidor de materiais (NQ)	R\$ 41,69
7457-Expedidor de passagens (NQ)	R\$ 41,69
7458-Extrusor de metais (NQ)	R\$ 41,69
7459-Farmacêutico (NS)	R\$ 125,06
7460-Farmacologista (NS)	R\$ 125,06
7461-Foroleiro (NQ)	R\$ 41,69
7462-Faturista (NQ)	R\$ 41,69
7463-Faxineiro (NQ)	R\$ 41,69
7464-Feirante (NQ)	R\$ 41,69
7465-Ferrador (NQ)	R\$ 41,69
7466-Ferramenteiro (NQ)	R\$ 41,69
7467-Ferreiro (NQ)	R\$ 41,69
7468-Ferro velho (NQ)	R\$ 41,69
7469-Fiandeira (NQ)	R\$ 41,69
7470-Figurante (NQ)	R\$ 41,69
7471-Figurinista (TM)	R\$ 83,38
7472-Filmotecário (TM)	R\$ 83,38
7473-Fitólogo (NS)	R\$ 125,06
7474-Filósofo (NS)	R\$ 125,06
7475-Físico (NS)	R\$ 125,06
7476-Fisiologista (NS)	R\$ 125,06
7477-Fisioterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7478-Floricultor (TM)	R\$ 83,38
7479-Florista arranjos florais (NQ)	R\$ 41,69
7480-Folheador de móveis (NQ)	R\$ 41,69
7481-Foguista (NQ)	R\$ 41,69
7482-Fonoaudiólogo (NS)	R\$ 125,06
7483-Forjador (NQ)	R\$ 125,06
7484-Forneiro (NQ)	R\$ 125,06
7485-Fosfatizador (TM)	R\$ 83,38
7486-Fotógrafo (TM)	R\$ 83,38
7487-Fotogrametrista (TM)	R\$ 83,38
7488-Fotogravador (TM)	R\$ 83,38
7489-Frentista (NQ)	R\$ 41,69
7490-Frontista (NQ)	R\$ 41,69
7491-Fundidor outros (NQ)	R\$ 41,69
7492-Fundidor de mármore (NQ)	R\$ 41,69
7493-Fundidor de metais (NQ)	R\$ 41,69
7494-Funileiro (NQ)	R\$ 41,69
7495-Furador de bilhetes de loteria (NQ)	R\$ 41,69
7496-Galvanizador (NQ)	R\$ 41,69
7497-Garagista (NQ)	R\$ 41,69

	7498-Garçon (NQ)	R\$ 41,69
	7499-Garimpeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7500-Gazista (NQ)	R\$ 41,69
	7501-Geofísico (NS)	R\$ 125,06
	7502-Geógrafo (NS)	R\$ 125,06
	7503-Geólogo (NS)	R\$ 125,06
	7504-Gerente outros (TM)	R\$ 83,38
	7505-Gerente de empresa (TM)	R\$ 83,38
	7506-Gesseiro (NQ)	R\$ 41,69
	7507-Governanta (NQ)	R\$ 41,69
	7508-Gravador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7509-Gravador de recipientes de vidro (NQ)	R\$ 41,69
	7510-Gráfico (TM)	R\$ 83,38
	7511-Geografotécnico (TM)	R\$ 83,38
	7512-Gravador outros (TM)	R\$ 83,38
	7513-Gravador artístico (TM)	R\$ 83,38
	7514-Gravador calígrafo (TN)	R\$ 83,38
	7515-Gravador de jóias (NQ)	R\$ 41,69
	7516-Gravador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
	7517-Gravador musical (TM)	R\$ 83,38
	7518-Guarda outros (NQ)	R\$ 41,69
	7519-Guarda chaves (NQ)	R\$ 41,69
	7520-Guarda animais (NQ)	R\$ 41,69
	7521-Guarda de segurança (NQ)	R\$ 41,69
	7522-Guarda florestal (NQ)	R\$ 41,69
	7523-Guarda livros (TM)	R\$ 83,38
	7524-Guarda roupas (NQ)	R\$ 41,69
	7525-Guardador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7526-Guardador de autos (NQ)	R\$ 41,69
	7527-Guardador de veículos (NQ)	R\$ 41,69
	7528-Guardador de volumes (NQ)	R\$ 41,69
	7529-Guia de turismo (TM)	R\$ 83,38
	7530-Guinheiro (NQ)	R\$ 41,69
	7531-Guindasteiro (NQ)	R\$ 41,69
	7532-Hidrogenador (TM)	R\$ 83,38
	7533-Higienizador (NQ)	R\$ 41,69
	7534-Historiador	R\$ 41,69
	7535-históriógrafo (NS)	R\$ 125,06
	7536-Iluminador (NQ)	R\$ 41,69
	7537-Impermeabilizador (NQ)	R\$ 41,69
	7538-Impositor (TM)	R\$ 83,38
	7539-Impregnador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
	7540-Impressor (TM)	R\$ 83,38
	7541-Informante de cadastro (NQ)	R\$ 41,69
	7542-Inseminador (TM)	R\$ 83,38
	7543-Inspetor outros (TM)	R\$ 83,38
	7544-Inspetor de riscos e avarias (TM)	R\$ 83,38

	7545-Inspetor de suprimentos (TM)	R\$ 83,38
	7546-Inspetor de escolas (NS)	R\$ 125,06
	7547-Inspetor técnico de vendas (TM)	R\$ 83,38
	7548-Instalador outros (TM)	R\$ 83,38
	7549-Instalador de equipamentos aparelhos de telecom.(TM)	R\$ 83,38
	7550-Instalador de estruturas metálicas (TM)	R\$ 83,38
	7551-Instalador linhas elétricas e de telecomun.(TM)	R\$ 83,38
	7552-Instalador de material isolante (NQ)	R\$ 41,69
	7553-Instalador de telefone (NQ)	R\$ 41,69
	7554-Instalador de tubulações (NQ)	R\$ 41,69
	7555-Instrumentador outros (TM)	R\$ 83,38
	7556-Instrumentador de cirurgia (TM)	R\$ 83,38
	7557-Instrumentista industrial (NQ)	R\$ 41,69
	7558-Instrutor outros (TM)	R\$ 83,38
	7559-Instrutor aprend. treinamento formação profissional (TM)	R\$ 83,38
	7560-Instrutor de artes marciais (NQ)	R\$ 41,69
	7561-Instrutor de auto escola (NQ)	R\$ 41,69
	7562-Instrutor de combate contra incêndio (NQ)	R\$ 41,69
	7563-Instrutor de dança (NQ)	R\$ 41,69
	7564-Instrutor de equitação (NQ)	R\$ 41,69
	7565-Instrutor de voo (TM)	R\$ 83,38
	7566-Intendente (TM)	R\$ 83,38
	7567-Interprete (TM)	R\$ 83,38
	7568-Inventor (TM)	R\$ 83,38
	7569-Isolador de tubulações (NQ)	R\$ 41,69
	7570-Jardineiro (NQ)	R\$ 41,69
	7571-Joalheiro (TM)	R\$ 83,38
	7572-Jóquei (TM)	R\$ 83,38
	7573-Jornaleiro (NQ)	R\$ 41,69
	7574-Jornalista (NS)	R\$ 125,06
	7575-Kardexista (TM)	R\$ 83,38
	7576-Laboratorista (TM)	R\$ 83,38
	7577-Ladrilheiro (NQ)	R\$ 41,69
	7578-Lagareiro (NQ)	R\$ 41,69
	7579-Laminador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7580-Laminador de chapas de vidro (NQ)	R\$ 41,69
	7581-Laminador de metais preciosos (NQ)	R\$ 41,69
	7582-Laminador plástico (NQ)	R\$ 41,69
	7583-Lancheiro (NQ)	R\$ 41,69
	7584-Lanterneiro (NQ)	R\$ 41,69
	7585-Lapidador (TM)	R\$ 83,38
	7586-Laquiador (NQ)	R\$ 41,69
	7587-Latueiro (NQ)	R\$ 41,69
	7588-Lavadeira (NQ)	R\$ 41,69
	7589-Lavador de veículos (NQ)	R\$ 41,69

7590-Lavrador (NQ)	R\$ 41,69
7591-Leiloeiro (TM)	R\$ 83,38
7592-Letrista (TM)	R\$ 83,38
7593-Limador (NQ)	R\$ 41,69
7594-Limpador (NQ)	R\$ 41,69
7595-Linotador (NQ)	R\$ 41,69
7596-Linotipista (TM)	R\$ 83,38
7597-Lixeiro (NQ)	R\$ 41,69
7598-Locador outros (NQ)	R\$ 41,69
7599-Locador de charretes (NQ)	R\$ 41,69
7600-Locador lanchas (NQ)	R\$ 41,69
7601-Locador de veículos (NQ)	R\$ 41,69
7602-Locutor (TM)	R\$ 83,38
7603-Locupedista (NS)	R\$ 125,06
7604-Lubrificador (NQ)	R\$ 41,69
7605-Lustrador (NQ)	R\$ 41,69
7606-Lutador (NQ)	R\$ 41,69
7607-Macheiro (NQ)	R\$ 41,69
7608-Magarefe (NQ)	R\$ 41,69
7609-Mágico (NQ)	R\$ 41,69
7610-Matire (TM)	R\$ 83,38
7611-Malabarista (NQ)	R\$ 41,69
7612-Manequim (TM)	R\$ 83,38
7613-Manobreiro (NQ)	R\$ 41,69
7614-Maquetista (NQ)	R\$ 41,69
7615-Maquilador (NQ)	R\$ 41,69
7616-Maquinista outros (NQ)	R\$ 41,69
7617-Maquinista (TM)	R\$ 83,38
7618-Maquinista de cenário (NQ)	R\$ 41,69
7619-Mariscador (NQ)	R\$ 41,69
7620-Marmorista (NQ)	R\$ 41,69
7621-Massagista (TM)	R\$ 83,38
7622-Masseiro massas alimentícias	R\$ 41,69
7623-Matemático (NS)	R\$ 125,06
7624-Mecânico outros	R\$ 83,38
7625-Mecânico de manutenção aeronaves (TM)	R\$ 83,38
7626-Mecânico manutenção bic. veículos similares (NQ)	R\$ 41,69
7627-Mecânico manutenção equipamentos central telefônica	R\$ 83,38
7628-Mecânico manutenção de máquinas	R\$ 83,38
7629-Mecânico manutenção veículos automotores	R\$ 83,38
7630-Mecânico de motores marítimos (TM)	R\$ 83,38
7631-Mecânico de Vôo (TM)	R\$ 83,38
7632-Mecanógrafo (TM)	R\$ 83,38
7633-Mecanotécnico (TM)	R\$ 83,38
7634-Médico (NS)	R\$ 125,06

7635-Merendeiro (NQ)	R\$ 41,69
7636-Mergulhador (TM)	R\$ 83,38
7637-Mestre outros (TM)	R\$ 83,38
7638-Mestre empresa energia elétrica água esgoto (TM)	R\$ 83,38
7639-Mestre empresas de extração mineral (TM)	R\$ 83,38
7640-Mestre empresas manufat. construção civil (TM)	R\$ 83,38
7641-Mestre de linhas (NQ)	R\$ 125,06
7642-Mestre de obras (TM)	R\$ 83,38
7643-Mestre de pista (NQ)	R\$ 41,69
7644-metalizador (NQ)	R\$ 41,69
7645-Metalógrafo (TM)	R\$ 83,38
7646-Meteorologista (NS)	R\$ 125,06
7647-Metrologista (TM)	R\$ 83,38
7648-Mineografista (TM)	R\$ 83,38
7649-Mineiro (NQ)	R\$ 125,06
7650-Modelador (NQ)	R\$ 41,69
7651-Modelista (NQ)	R\$ 41,69
7652-Modelo de modas (TM)	R\$ 83,38
7653-Modista (NQ)	R\$ 41,69
7654-Moldador outros (NQ)	R\$ 41,69
7655-Modelador de borracha (NQ)	R\$ 41,69
7656-Moldador de lentes (TM)	R\$ 83,38
7657-Moldador de plástico (NQ)	R\$ 41,69
7658-Moleiro (NQ)	R\$ 41,69
7659-Monotipista (NQ)	R\$ 41,69
7660-Montador outros (TM)	R\$ 83,38
7661-Montador de andaimes (NQ)	R\$ 41,69
7662-Montador de equipamentos elétricos (TM)	R\$ 83,38
7663-Montador de equipamentos eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
7664-Montador de estruturas metálicas (TM)	R\$ 83,38
7665-Montador de filmes (NQ)	R\$ 41,69
7666-Montador de instrumentos precisão (TM)	R\$ 83,38
7667-Montador de máquinas (NQ)	R\$ 41,69
7668-Montador de produtos borracha (NQ)	R\$ 41,69
7669-Montador de produtos de plástico (NQ)	R\$ 41,69
7670-Motociclista transportes mercadorias (NQ)	R\$ 41,69
7671-Motorista outros (NQ)	R\$ 41,69
7672-Motorista caminhão transportes local (NQ)	R\$ 41,69
7673-Motorista caminhão/transportes rodoviário (NQ)	R\$ 41,69
7674-Motorista de kombi (NQ)	R\$ 41,69
7675-Motorista de ônibus (NQ)	R\$ 41,69
7676-Motorista de pesca (NQ)	R\$ 41,69

7677-Motorista de taxi (NQ)	R\$ 41,69
7677-01- Moto taxista (NQ)	R\$ 41,69
7678-Motorista particular (NQ)	R\$ 41,69
7679-Museologista (NS)	R\$ 125,06
7680-Museólogo (NS)	R\$ 125,06
7681-Musicista (TM)	R\$ 83,38
7682-Músico nível médio (TM)	R\$ 83,38
7683-Músico nível não qualificado (NQ)	R\$ 41,69
7684-Músico nível superior (NS)	R\$ 125,06
7685-Musicoterapeuta (NS)	R\$ 125,06
7686-Naturalista (NS)	R\$ 125,06
7687-Navegador de aeronaves (TM)	R\$ 83,38
7688-Niquelador (NQ)	R\$ 41,69
7689-Nível não qualificado outros profissionais (NQ)	R\$ 41,69
7690-Nível superior outros profissionais (NS)	R\$ 125,06
7691-Nível técnico médio outros profissionais (TM)	R\$ 83,38
7694-Normalizador de metais (TM)	R\$ 83,38
7695-Nutricionista (NS)	R\$ 125,06
7696-Obstetra (NS)	R\$ 125,06
7697-Oficial outros (TM)	R\$ 83,38
7698-Oficial de navegação (NS)	R\$ 125,06
7699-Oficial maquinista (TM)	R\$ 83,38
7700-Oleiro Fabricador de tijolos (NQ)	R\$ 41,69
7701-Odontólogo (NS)	R\$ 125,06
7702-Operador outros (TM)	R\$ 83,38
7703-Operador de refinação de petróleo (TM)	R\$ 83,38
7704-Operador aparelhos cinematográficos (TM)	R\$ 83,38
7705-Operador aparelhos destilação e reação (TM)	R\$ 83,38
7706-Operador aparelhos filtragem e separação (NQ)	R\$ 41,69
7707-Operador banho metálico vidro flutuação (NQ)	R\$ 41,69
7708-Operador baterias de gás de molho (NQ)	R\$ 41,69
7709-Operador de bobinadeira de tiras (NQ)	R\$ 41,69
7710-Operador de britadeira (NQ)	R\$ 41,69
7711-Operador de cabine de laminação (NQ)	R\$ 41,69
7712-Operador de caldeira (NQ)	R\$ 41,69
7713-Operador de câmbio (TM)	R\$ 83,38
7714-Operador de câmara (TM)	R\$ 83,38
7715-Operador colheitadeira (NQ)	R\$ 41,69
7716-Operador de compressor (NQ)	R\$ 41,69
7717-Operador de computador (TM)	R\$ 83,38
7718-Operador de coqueira (NQ)	R\$ 41,69
7719-Operador de docagem (NQ)	R\$ 41,69
7720-Operador de eletrocardiógrafo (TM)	R\$ 83,38

7721-Operador de eletroencefalógrafo (TM)	R\$ 83,38
7722-Operador de epilheira (NQ)	R\$ 41,69
7723-Operador de equip. operação de areia (NQ)	R\$ 41,69
7724-Operador de equipamentos sonorização coneg.proj.(TM)	R\$ 83,38
7725-Operador estação de rádio e televisão (TM)	R\$ 83,38
7726-Operador de forno de tratamento térmico (NQ)	R\$ 41,69
7727-Operador de forno massas alimentícias (NQ)	R\$ 41,69
7728-Operador guilhotina cortes papel (NQ)	R\$ 41,69
7729-Operador de encubadoras (NQ)	R\$ 41,69
7730-Operador instalação produção energia elétrica (TM)	R\$ 83,38
7731-Operador instalação térmicas p/ proc.químico (TM)	R\$ 83,38
7732-Operador de jato abrasivo (NQ)	R\$ 41,69
7733-Operador de laminação (NQ)	R\$ 41,69
7734-Operador linha montagem aparelhos elétr. Eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
7735-Operador máquinas centrífugas de fundição (NQ)	R\$ 41,69
7736-Operador máquinas cilindrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
7737-Operador máquinas cortar dobrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
7738-Operador máquinas desdobrar madeira (NQ)	R\$ 41,69
7739-Operador máquina de dobrar chapas (NQ)	R\$ 41,69
7740-Operador máquina esticar vidro (NQ)	R\$ 41,69
7741-Operador máquina etiquetas (NQ)	R\$ 41,69
7742-Operador máquina de fundir (NQ)	R\$ 41,69
7743-Operador máquinas de fundir sob pressão (NQ)	R\$ 41,69
7744-Operador máquina de sitetizar (NQ)	R\$ 41,69

7745-Operador máquinas solda a ponto (NQ)	R\$ 41,69
7746-Operador máquinas soprar vidro (NQ)	R\$ 41,69
7747-Operador maquinas extrossora e de varetas vidros (NQ)	R\$ 41,69
7748-Operador máquinas fotocpositoras (TM)	R\$ 83,38
7749-Operador máquina misturadeira (NQ)	R\$ 41,69
7750-Operador máquinas recobridora de arame (NQ)	R\$ 41,69
7751-Operador máquinas benef. Produtos agrícolas (NQ)	R\$ 41,69
7752-Operador de máquinas de escritório (NQ)	R\$ 41,69
7753-Operador máquinas extração de minérios (NQ)	R\$ 41,69
7754-Operador máquinas lavar madeira (NQ)	R\$ 41,69
7755-Operador máquinas terraplanagem e equip. afins (NQ)	R\$ 41,69

7756-Operador máquinas intercaladora de placas (NQ)	R\$ 41,69
7758- Operador máquinas p/fabricação papel e papelão (NQ)	R\$ 41,69
7759- Operador máquinas ferramentas (NQ)	R\$ 41,69
7760- Operador de monta cargas (NQ)	R\$ 41,69
7761-Operador ordenha mecânica (NQ)	R\$ 41,69
7762-Operador de perfuradora (TM)	R\$ 83,38
7763-Operador ponte ou pórtico rolante (NQ)	R\$ 41,69
7764-Operador prensa embutir papelão (NQ)	R\$ 41,69
7765-Operador prensa enfardamento (NQ)	R\$ 41,69
7766-Operador prensa moldar vidro (NQ)	R\$ 41,69
7767-Operador preparação dos grãos vegetais (NQ)	R\$ 41,69
7768-Operador de rádio e televisão (TM)	R\$ 83,38
7769-Operador de raio x (TM)	R\$ 83,38
7770-Operador de sala de máquinas (TM)	R\$ 83,38
7771-Operador de serras (NQ)	R\$ 41,69
7772-Operador sistemas contábeis (TM)	R\$ 83,38
7773-Operador de talha elétrica (NQ)	R\$ 41,69
7774-Operador de telex (TM)	R\$ 83,38
7775-Operador de tesoura mecânica (NQ)	R\$ 41,69
7776-Operador tratamento químico materiais radioativos (TM)	R\$ 83,38
7777-Operador de zincagem (NQ)	R\$ 41,69
7778-Ordenhador (NQ)	R\$ 41,69
7779-Orientador outros (TM)	R\$ 83,38
7780-Orientador educacional (NS)	R\$ 125,06
7781-Orientador educacional (TM)	R\$ 83,38
7782-Ornamentadora (TM)	R\$ 83,38
7783-Orquestrador (TM)	R\$ 83,38
7784-Ortopédico (NS)	R\$ 125,06
7785-Ortopedista (TM)	R\$ 83,38
7786-Ortótico (NS)	R\$ 125,06
7787-Ótico prático (TM)	R\$ 83,38
7788-Ourives (TM)	R\$ 83,38
7789-oxicortador (NQ)	R\$ 41,69
7790-Oxidador (NQ)	R\$ 41,69
7791-Padeiro (NQ)	R\$ 41,69
7792-Paginador (NQ)	R\$ 41,69
7793-Paisagista (NS)	R\$ 125,06
7794-Palantólogo (NS)	R\$ 125,06
7795-Paleofitólogo (NS)	R\$ 125,06
7796-Pallontólogo (NS)	R\$ 125,06
7797-Palhaço (NQ)	R\$ 41,69
7798-Papeleiro (NQ)	R\$ 41,69
7799-Papiloscopista (TM)	R\$ 83,38
7800-Parapsicólogo (NS)	R\$ 125,06

7801-Parasitológico (NS)	R\$ 125,06
7802-Parqueteiro (NQ)	R\$ 41,69
7803-Parteira prática (TM)	R\$ 83,38
7804-Passadeira (NQ)	R\$ 41,69
7805-Pastilheiro (NQ)	R\$ 41,69
7806-Patologista (NS)	R\$ 125,06
7807-Patrão de pesca (NQ)	R\$ 41,69
7808-Peão (NQ)	R\$ 41,69
7809-Pedagogo (NS)	R\$ 125,06
7810-Pedicure (NQ)	R\$ 41,69
7811-Pedreiro (NQ)	R\$ 41,69
7812-Peleteiro (NQ)	R\$ 41,69
7813-Perfurador outros (TM)	R\$ 83,38
7814-Perfurador cartões computador (TM)	R\$ 125,06
7815-Perfurador cartões de loterias (NQ)	R\$ 41,69
7816-Perfurador de focos de água (NQ)	R\$ 41,69
7817-Perfurador de poços petrolíferos (TM)	R\$ 83,38
7818-Perito (TM)	R\$ 83,38
7819-Perito contador (NS)	R\$ 125,06
7820-Pescador outros (NQ)	R\$ 41,69
7821-Pescador artesanal (NQ)	R\$ 41,69
7822-Pescador industrial (NQ)	R\$ 41,69
7823-Pespontadeira corte e costura (NQ)	R\$ 41,69
7824-Pespontador de calçados (NQ)	R\$ 41,69
7825-Pesquisador (TM)	R\$ 83,38
7826-Picotador (NQ)	R\$ 41,69
7827-Piloto outros (TM)	R\$ 83,38
7828-Piloto comercial (TM)	R\$ 83,38
7829-Piloto de competição (TM)	R\$ 83,38
7830-Piloto helicópteros (TM)	R\$ 83,38
7831-Piloto prático de navegação (TM)	R\$ 83,38
7832-Pintor outros (TM)	R\$ 83,38
7833-Pintor artístico (NS)	R\$ 125,06
7834-Pintor de cenários (NQ)	R\$ 41,69
7835-Pintor de construção civil (NQ)	R\$ 41,69
7836-Pintor de vidro e cerâmica (NQ)	R\$ 41,69
7837-Planetólogo (NS)	R\$ 125,06
7838-Plastificador (NQ)	R\$ 41,69
7839-Plataformista (NQ)	R\$ 41,69
7840-Poceiro edificações (NQ)	R\$ 41,69
7841-Polidor (NQ)	R\$ 41,69
7842-Porteiro (NQ)	R\$ 41,69
7843-Pregoeiro (NQ)	R\$ 41,69
7844-Prensista (NQ)	R\$ 41,69
7845-Preparador outros (NQ)	R\$ 41,69
7846-Preparador de aglomerantes (NQ)	R\$ 41,69
7847-Preparador estencesis serigrafia (NQ)	R\$ 41,69
7848-Preparador estrutura metálica (NQ)	R\$ 41,69

	7849-Preparador de rações (NQ)	R\$ 41,69
	7850-Preparador de fumo (NQ)	R\$ 41,69
	7851-Preparador físico (TM)	R\$ 83,38
	7852-Primeiro oficial maquinista (TM)	R\$ 83,38
	7853-Procurador (TM)	R\$ 83,38
	7854-Produtor outros (TM)	R\$ 83,38
	7855-Produtor de comunicação audiovisuais (TM)	R\$ 83,38
	7856-Produtor de espetáculos (TM)	R\$ 83,38
	7857-Produtor de programas (TM)	R\$ 83,38
	7858-Produtor radiofônico (TM)	R\$ 83,38
	7859-Professor outros (TM)	R\$ 83,38
	7860-Professor ensino médio e técnico (TM)	R\$ 83,38
	7861-Professor ensino e pré-escolar (TM)	R\$ 83,38
	7862-Professor ensino superior (NS)	R\$ 125,06
	7863-Professor de alunos c/deficiência mental (TM)	R\$ 83,38
	7864-Professor de arte teatral (TM)	R\$ 83,38
	7865-Professor de ballet (TM)	R\$ 83,38
	7866-Professor de canto (TM)	R\$ 83,38
	7867-Professor de cegos (TM)	R\$ 83,38
	7868-Professor de corte e costura (TM)	R\$ 83,38
	7869-Professor de educação artística (TM)	R\$ 83,38
	7870-Professor de educação física (NS)	R\$ 125,06
	7871-Professor de ensino instrumental (TM)	R\$ 83,38
	7872-Professor de idiomas (TM)	R\$ 83,38
	7873-Professor de música (TM)	R\$ 83,38
	7874-Professor de recreação e jogos (TM)	R\$ 83,38
	7875-Professor de surdos e mudos (TM)	R\$ 83,38
	7876-Professor de técnicas audiovisuais (TM)	R\$ 83,38
	7877-Professor de treinamento (TM)	R\$ 83,38
	7878-Programador outros (TM)	R\$ 83,38
	7879-Programador artístico (TM)	R\$ 83,38
	7880-Programador de computador (TM)	R\$ 83,38
	7881-Programador visual (TM)	R\$ 83,38
	7882-Projetista (NS)	R\$ 83,38
	7883-Promotor de vendas (TM)	R\$ 83,38
	7884-Propagandista (TM)	R\$ 83,38
	7885-Protético dentário (TM)	R\$ 83,38
	7886-Psicanalista (NS)	R\$ 125,06
	7887-Psicólogo (NS)	R\$ 125,06
	7888-Publicitário (NS)	R\$ 125,06
	7889-Químico (NS)	R\$ 125,06
	7890-Radialista (TM)	R\$ 83,38
	7891-Rádio técnico (TM)	R\$ 83,38
	7892-Radiotelefonista (TM)	R\$ 83,38
	7893-Radiotelegrafista (TM)	R\$ 83,38
	7894-Raspador de tacos (NQ)	R\$ 41,69

	7895-Rebarbadeira corte e costura (NQ)	R\$ 41,69
	7896-Rebarbador de metais (NQ)	R\$ 41,69
	7897-Rebitador (NQ)	R\$ 41,69
	7898-Recepcionista (NQ)	R\$ 41,69
	7899-Recreador (NQ)	R\$ 41,69
	7900-Redator outros (TM)	R\$ 83,38
	7901-Redator chefe (TM)	R\$ 83,38
	7902-Redator de publicidade (TM)	R\$ 83,38
	7903-Redator de roteiros (TM)	R\$ 83,38
	7904-Redator técnico (TM)	R\$ 83,38
	7905-Redator chefe de roteiros (TM)	R\$ 83,38
	7906-Redeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7907-Refinador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7908-Refinador de óleos e gorduras (NQ)	R\$ 41,69
	7909-Refinador de sal (NQ)	R\$ 41,69
	7910-Regente outros (TM)	R\$ 83,38
	7911-Regente de banda de música (TM)	R\$ 83,38
	7912-Regente de grupo coral (TM)	R\$ 83,38
	7913-Regente de orquestra (NS)	R\$ 125,06
	7914-Regulador de sinistro (NQ)	R\$ 41,69
	7915-Relações públicas (NS)	R\$ 125,06
	7916-Relojoeiro (TM)	R\$ 83,38
	7917-Reparador outros (TM)	R\$ 83,38
	7918-Reparador equipamentos aparelhos telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
	7919-Reparador equipamentos elétricos e/ou eletrônicos (TM)	R\$ 83,38
	7920-reparador linhas elétricas e telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
	7921-Reparador mesas telefônicas (TM)	R\$ 83,38
	7922-Repórter (TM)	R\$ 83,38
	7923-Representante (TM)	R\$ 83,38
	7924-Restaurador (TM)	R\$ 83,38
	7925-Retalhador de carne (NQ)	R\$ 41,69
	7926-Retocador (NQ)	R\$ 41,69
	7927-Revestidor de interiores (NQ)	R\$ 41,69
	7928-Revisor outros (TM)	R\$ 83,38
	7929-Reviso de provas tipográficas (NQ)	R\$ 41,69
	7930-Riscador outros (NQ)	R\$ 41,69
	7931-Riscador de chapas (NQ)	R\$ 41,69
	7932-Riscador de estruturas metálicas (NQ)	R\$ 41,69
	7933-Ritmista (NQ)	R\$ 41,69
	7934-Roteirista (TM)	R\$ 83,38
	7935-Roupeiro (NQ)	R\$ 41,69
	7936-Salineiro (NQ)	R\$ 41,69
	7937-Saltimbanco (NQ)	R\$ 41,69
	7938-Sapateiro (NQ)	R\$ 41,69
	7939-Secador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
	7940-Secretária (TM)	R\$ 83,38

7941-Seleiro (NQ)	R\$ 41,69
7942-Serigrafista (NQ)	R\$ 41,69
7943-Serrador de diamantes (NQ)	R\$ 41,69
7944-Serralheiro (NQ)	R\$ 41,69
7845-Servente de obras (NQ)	R\$ 41,69
7946-Sexador (NQ)	R\$ 41,69
7947-Sociólogo (NS)	R\$ 125,06
7948-Soldador (NQ)	R\$ 41,69
7949-Sondador (NQ)	R\$ 41,69
7950-Sonoplasta (TM)	R\$ 83,38
7951-Soprador de vidro (NQ)	R\$ 41,69
7952-Superintendente outros (TM)	R\$ 83,38
7953-Superintendente de aprovisionamento (TM)	R\$ 83,38
7954-Superintendente técnico (TM)	R\$ 83,38
7955-Supervisor outros (TM)	R\$ 83,38
7956-Supervisor de compras (TM)	R\$ 83,38
7957-Supervisor de segurança do trabalho (TM)	R\$ 83,38
7958-Supervisor de vendas (TM)	R\$ 83,38
7959-Supervisor educacional (TM)	R\$ 83,38
7960-supervisor escolar (NS)	R\$ 125,06
7961-Tanueiro (NQ)	R\$ 41,69
7962-Tapeceiro (NQ)	R\$ 41,69
7963-Taqueiro (NQ)	R\$ 41,69
7964-Taquígrafo (TM)	R\$ 83,38
7965-Taxidermista (NQ)	R\$ 41,69
7966-Tecelão (TM)	R\$ 83,38
7967-Técnico outros (TM)	R\$ 83,38
7968-Técnico agrícola (TM)	R\$ 83,38
7969-Técnico agropecuário (TM)	R\$ 83,38
7970-Técnico de administração (NS)	R\$ 125,06
7971-Técnico de agrimensura (NS)	R\$ 125,06
7972-Técnico de alimentos (TM)	R\$ 83,38
7973-Técnico de celulose e papel (TM)	R\$ 83,38
7974-Técnico de cerâmica e vidros (TM)	R\$ 83,38
7975-Técnico de economia doméstica (TM)	R\$ 83,38
7976-Técnico de edificações (TM)	R\$ 83,38
7977-Técnico de estatísticas (TM)	R\$ 83,38
7978-Técnico de estradas (TM)	R\$ 83,38
7979-Técnico de geologia (TM)	R\$ 83,38
7980-Técnico de hidrografia (TM)	R\$ 83,38
7981-Técnico de laboratório análises físico quím. (NS)	R\$ 125,06
7982-Técnico de laboratório industrial (NS)	R\$ 125,06
7983-Técnico de manutenção elétrica (TM)	R\$ 83,38
7984-Técnico de manutenção eletrônica (TM)	R\$ 83,38
7985-Técnico de meteorologia (NS)	R\$ 125,06
7986-Técnico de mineração (TM)	R\$ 83,38

7987-Técnico de ortopedia (NS)	R\$ 125,06
7988-Técnico de pecuária (TM)	R\$ 83,38
7989-Técnico de piscicultura (TM)	R\$ 83,38
7990-Técnico de saneamento (TM)	R\$ 83,38
7991-Técnico de seguros (TM)	R\$ 83,38
7992-Técnico de telecomunicações (TM)	R\$ 83,38
7993-Técnico de telefonia (TM)	R\$ 83,38
7994-Técnico de tributos (NS)	R\$ 125,06
7995-Técnico de veterinária (TM)	R\$ 83,38
7996-Técnico desportivo (NS)	R\$ 125,06
7997-Técnico educacional (TM)	R\$ 83,38
7998-Técnico eletrônico (TM)	R\$ 83,38
7999-Técnico em aparelhos dentários (TM)	R\$ 83,38
8000-Técnico em comércio exterior (NS)	R\$ 125,06
8001-Técnico em comunicação social (TM)	R\$ 83,38
8002-Técnico em comunicação visual (NS)	R\$ 125,06
8003-Técnico em contabilidade (TM)	R\$ 83,38
8004-Técnico em espetáculos de diversão	R\$ 83,38
8005-Técnico em fisioterapia (NS)	R\$ 125,06
8006-Técnico em hematologia (TM)	R\$ 83,38
8007-Técnico em química (TM)	R\$ 83,38
8008-Técnico em raio X (TM)	R\$ 83,38
8009-Técnico em refrigeração (TM)	R\$ 83,38
8010-Técnico em relações públicas (TM)	R\$ 83,38
8011-Técnico em turismo (NS)	R\$ 125,06
8012-Técnico mecânico (TM)	R\$ 83,38
8013-Técnico metalúrgico (TM)	R\$ 83,38
8014-Técnico têxtil (TM)	R\$ 83,38
8015-Tecnólogo em informática (NS)	R\$ 125,06
8016-Telefonista (NQ)	R\$ 41,69
8017-Telegrafista (TM)	R\$ 83,38
8018-Telhador (NQ)	R\$ 41,69
8019-Temperador outros (NQ)	R\$ 41,69
8020-Temperador de metais (NQ)	R\$ 41,69
8021-Temperador de vinhos (NQ)	R\$ 41,69
8022-Teólogo (NS)	R\$ 125,06
8023-Terapeuta (NS)	R\$ 125,06
8024-Timoneiro (NQ)	R\$ 41,69
8025-Tingidor (NQ)	R\$ 41,69
8026-Tintureiro (NQ)	R\$ 41,69
8027-Tipógrafo (TM)	R\$ 83,38
8028-Tiro ao alvo (NQ)	R\$ 41,69
8029-Titereteiro fantoches (NQ)	R\$ 41,69
8030-Topógrafo (TM)	R\$ 83,38
8031-Torneiro (NQ)	R\$ 41,69
8032-Torrasta (NQ)	R\$ 41,69
8033-Tosquiador (NQ)	R\$ 41,69
8034-Trabalhos outros (NQ)	R\$ 41,69

8035-Trabalhador agropecuário polivalente (NQ)	R\$ 41,69
8036-Trabalhador da agricultura (NQ)	R\$ 41,69
8037-Trabalhador da cultura de gramíneas (NQ)	R\$ 41,69
8038-Trabalhador culturas plantas estimulantes (NQ)	R\$ 41,69
8039-Trabalhador culturas plantas fibrosas (NQ)	R\$ 41,69
8040-Trabalhador culturas plantas oleaginosas (NQ)	R\$ 41,69
8041-Trabalhador de equinocultura (NQ)	R\$ 41,69
8042-Trabalhador fábrica produtos derivados minerais (NQ)	R\$ 41,69
8043-Trabalhador fábrica cerveja vinho outras bebidas (NQ)	R\$ 41,69
8044-Trabalhador fábricas fibras artificiais (NQ)	R\$ 41,69
8045-Trabalhador fábrica resinas e vernizes (NQ)	R\$ 41,69
8046-Trabalhador fábrica sorvetes (NQ)	R\$ 41,69
8047-Trabalhador fábrica tintas (NQ)	R\$ 41,69
8048-Trabalhador fábrica e refinação açúcar (NQ)	R\$ 41,69
8049-Trabalhador da floricultura (NQ)	R\$ 41,69
8050-Trabalhador da fruticultura (NQ)	R\$ 41,69
8051-Trabalhador da indústria manufatureira NQ	R\$ 41,69
8052-Trabalhador indústria conservas alimentos (NQ)	R\$ 41,69
8053-Trabalhador da manutenção Edificações NQ	R\$ 41,69
8054-Trabalhador pecuária Asininos e moares NQ	R\$ 41,69
8055-Trabalhador pecuária insetos úteis (NQ)	R\$ 41,69
8056-Trabalhador pecuária médio porte (NQ)	R\$ 41,69
8057-Trabalhador pecuária pequeno porte (NQ)	R\$ 41,69
8058-Trabalhador preparação tecelagem (NQ)	R\$ 41,69
8059-Trabalhador preparação café, cacau e prod.asse NQ	R\$ 41,69
8060-Trabalhador preparação de fibras (NQ)	R\$ 41,69
8061-Trabalhador de artefatos de couro (NQ)	R\$ 41,69
8062-Trabalhador de concreto armado (NQ)	R\$ 41,69
8063-Trabalhador de laboratório fotográfico NQ	R\$ 41,69
8064-Trabalhador do acab.tingimento e estampa prod.têx.(NQ)	R\$ 41,69
8065-Trabalhador benef. mineriosa e pedras (NQ)	R\$ 41,69
8066-Trabalhador tratamento e fabricação de laticínios (NQ)	R\$ 41,69
8067-Trabalhador florestal (NQ)	R\$ 41,69
8068-Trabalhador hortigranjeiro (NQ)	R\$ 41,69
8069-Tracador de pedras (NQ)	R\$ 41,69
8070-Tradutor (TM)	R\$ 83,38

8071-Transportador outros (NQ)	R\$ 41,69
8072-Transportador de cargas (NQ)	R\$ 41,69
8073-Transportador litográfico (NQ)	R\$ 41,69
8074-Tratador (NQ)	R\$ 41,69
8075-Tratador de animais (NQ)	R\$ 41,69
8076-tratador de beleza (NQ)	R\$ 41,69
8077-Tratorista outros (NQ)	R\$ 41,69
8078-Tratorista agrícola (NQ)	R\$ 41,69
8079-Tratorista florestal (NQ)	R\$ 41,69
8080-Trefilador outros (NQ)	R\$ 41,69
8081-Trefilador de metais (NQ)	R\$ 41,69
8082-Treinador outros (NQ)	R\$ 41,69
8083-Treinador de animais de competição (NQ)	R\$ 41,69
8084-Tricoteiro (NQ)	R\$ 41,69
8085-Triturador de madeira (NQ)	R\$ 41,69
8086-Tropeiro (NQ)	R\$ 41,69
8087-Urbanista (NS)	R\$ 125,06
8088-Vacinador (TM)	R\$ 83,38
8089-Vaqueiro (NQ)	R\$ 41,69
8090-Vassoureiro (NQ)	R\$ 41,69
8091-Vendedor outro (NQ)	R\$ 41,69
8092-Vendedor a domicílio (NQ)	R\$ 41,69
8093-Vendedor ambulante (NQ)	R\$ 41,69
8094-Vendedor de bilhetes de loteria (NQ)	R\$ 41,69
8095-Vendedor de comércio (NQ)	R\$ 41,69
8096-Vendedor praticista (NQ)	R\$ 41,69
8097-Ventríloquo (NQ)	R\$ 41,69
8098-Veterinário (NS)	R\$ 125,06
8099-Viajante (NQ)	R\$ 41,69
8100-Vidraceiro (NQ)	R\$ 41,69
8101-Vidreiro (NQ)	R\$ 41,69
8102-Vigia vigilante (NQ)	R\$ 41,69
8103-Visitador sanitário (NQ)	R\$ 41,69
8104-Vitrinista (NQ)	R\$ 41,69
8105-Viveirista agrícola (NQ)	R\$ 41,69
8106-Vulvanizador (NQ)	R\$ 41,69
8107-Zelador (NQ)	R\$ 41,69
8108-Zoólogo (NS)	R\$ 125,06
8109-Zootécnico (NS)	R\$ 125,06
8110-Zootecnista (NS)	R\$ 125,06
8111-Marceneiro (NQ)	R\$ 41,69
8112-Manicure (NQ)	R\$ 41,69
8113-Estofador (NQ)	R\$ 41,69
8114-Marcheteiro (NQ)	R\$ 41,69
8115-Mordomo (NQ)	R\$ 41,69
8116-Mosaista (NQ)	R\$ 41,69
8117-Agente literário (TM)	R\$ 83,38
8118-Agente publicitário (NQ)	R\$ 41,69

	8119-Imunizador (NQ)	R\$ 41,69
	8120-Maroeiro (NQ)	R\$ 41,69
	8121-Hortigranjeiro (NQ)	R\$ 41,69
	8122-Preposto de seguros (TM)	R\$ 83,38
	8123-Auxiliar de topógrafo (NQ)	R\$ 41,69
	8124-Pastor religioso (NS)	R\$ 125,06
	8125-Professor ginástica (TM)	R\$ 83,38
	8126-Freteiro autônomo (NQ)	R\$ 41,69

ANEXO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL - TLFHE

I – Para prorrogação de horário:	
Até as 22:00hrs	Valor em R\$
Dia	R\$ 20,73
Mês	R\$ 165,85
Ano	R\$ 601,19
Após as 22:00hrs	
Dia	R\$ 31,10
Mês	R\$ 207,31
Ano	R\$ 751,49
II – Para antecipação de horário:	
Dia	R\$ 20,73
Mês	R\$ 165,85
Ano	R\$ 601,19
III – Domingos e Feriados:	
Dia	R\$ 41,46
Mês	R\$ 207,31
Ano	R\$ 751,49

ANEXO IV

TAXA DE LICENÇA DE EXERCÍCIO EVENTUAL DE COMÉRCIO OU AMBULANTE E FEIRANTE– TLEECF

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
AMBULANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO, SEM VEÍCULOS, OU VENDA DE PRODUTOS LOCAIS	
Por dia	R\$ 20,73
Por mês	R\$ 82,92
Por ano	R\$ 932,89
FEIRAS PROVENIENTES DE OUTROS MUNICÍPIOS	
Por dia	R\$ 10.365,43

AMBULANTES COM VEÍCULOS DE PASSEIO UTILITÁRIOS residentes no Município	
Por dia	R\$ 31,10
Por mês	R\$ 124,39
Por ano	R\$ 777,41
BARRACAS OU TENDAS	
Por dia	R\$ 31,10
Por mês	R\$ 259,14
Por ano	R\$ 1.554,81
AMBULANTES DE OUTROS MUNICÍPIOS COM OU SEM VEÍCULO DE PASSEIO OU UTILITÁRIO	
Por dia	R\$ 310,96
Por mês	R\$ 1.554,81
Por ano	R\$ 9.328,89
MESAS, CADEIRAS, POR METRO QUADRADO OCUPADO ATÉ 10m²	
Por dia	R\$ 2,07
Por mês	R\$ 62,19
Por ano	R\$ 373,16
DE 10,01 a 30m²	
Por dia	R\$ 4,15
Por mês	R\$ 124,39
Por ano	R\$ 746,31
Acima de 30m²	
Por dia	R\$ 6,22
Por mês	R\$ 186,58
Por ano	R\$ 1.119,47

ANEXO V

TAXA DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO E LOGRADOUROS PÚBLICOS - TUEPLP

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
USO DE CALÇADA sem prejudicar os transeuntes	
Por dia, por m²	R\$ 0,52
USO DE VIA PÚBLICA	
Por dia por m²	R\$ 0,52
USO DE PRAÇAS E RUA COBERTA DA PRAÇA	
Por dia	R\$ 124,39

ANEXO VI

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE - TLPu

Espécie de Publicidade	Unidade de Cálculo	Valor em R\$
1 Cartazes, letreiros, banners, faixas e outdoors	Por m² ou fração e por trimestre ou fração	R\$ 3,11

2 Anuncio afixado em veículo de transporte automotor, terrestre, aquático ou aéreo	Por veículo e por trimestre ou fração	R\$ 31,10
3 Publicidade em equipamentos infláveis ou flutuantes	Por unidade e por trimestre ou fração	R\$ 20,73
4 Publicidade em aparelhos de áudio e/ou vídeo nas vias públicas	Por unidade/dia	R\$ 25,91
5 Distribuição de panfletos, folhetos, folders ou quaisquer outros materiais publicitários	Por dia	R\$ 20,73
6 outros equipamentos de publicidade	Por m² ou fração e por trimestre ou fração	R\$ 3,11

ANEXO VII

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E LOTEAMENTOS – TLEOL

Obra	Valor em R\$	Unidade de Cálculo
1 Construções residências unifamiliares	R\$ 1,04	m² (metro quadrado)
2 Construções residências multifamiliares e não residenciais	R\$ 1,55	m²(metro quadrado)
3 Fachadas, muros, marquises, cobertas e tapumes	R\$ 1,04	m² (metro quadrado)
3 Loteamento (cálculo sobre a área útil dos lotes)	R\$ 0,52	m² da parcela edificável
4 Desmembramento, desdobramento, remembramento	R\$ 0,52	m² metro quadrado da parcela edificável
5 Outras formas não previstas	R\$ 0,52	m² metro quadrado
6 Modificação de Projeto de engenharia (cálculo em percentual sobre o valor do projeto aprovado)	XX	50% (cinquenta por cento)

ANEXO VIII

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – TVS

ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA

TABELA DE COMPATIBILIZAÇÃO CNAE			
01 - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TAXA	
		Código	Valor (R\$)
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	2.1.1	R\$ 335,22
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	2.1.1	R\$ 335,22
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	2.1.1	R\$ 335,22
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito.	2.1.1	R\$ 335,22
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho.	2.1.1	R\$ 335,22
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho.	2.1.1	R\$ 335,22
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	2.1.1	R\$ 335,22
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2.1.1 - por indústria	R\$ 335,22
		2.1.2 - por sorveteria	R\$ 200,67
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	2.1.1	R\$ 335,22

1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	2.1.1	R\$ 335,22
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	2.1.1	R\$ 335,22
1063-5/00	Produção de farinha de mandioca e derivados	2.1.1	R\$ 335,22
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados - exceto óleo de milho.	2.1.1	R\$ 335,22
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais.	2.1.1	R\$ 335,22
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	2.1.1	R\$ 335,22
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	2.1.1	R\$ 335,22
1069-4/00	Moagem fabricação de produtos de origem vegetal, não especificado anteriormente.	2.1.1	R\$ 335,22
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	2.1.1	R\$ 335,22
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado.	2.1.1	R\$ 335,22
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (Dextrose) e de beterraba	2.1.1	R\$ 335,22
1081-3/01	Beneficiamento de café	2.1.1	R\$ 335,22
1081-3/02	Torrefação e moagem do café	2.1.1	R\$ 335,22
1082-1/00	Fabricação de produtos a base de café	2.1.1	R\$ 335,22
1091-1/00	Fabricação de produtos de panificação	2.1.1	R\$ 335,22
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	2.1.1	R\$ 335,22
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	2.1.1	R\$ 335,22
1093-7/02	Produção de frutas cristalizadas, balas e semelhantes.	2.1.1	R\$ 335,22
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	2.1.1	R\$ 335,22
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	2.1.1	R\$ 335,22
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	2.1.1	R\$ 335,22
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	2.1.1	R\$ 335,22
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	2.1.1	R\$ 335,22
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão	2.1.1	R\$ 335,22
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	2.1.1	R\$ 335,22
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente.	2.1.1	R\$ 335,22
02 - INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL			
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	2.1.1	R\$ 335,22
03 - INDÚSTRIA DE ADITIVOS PARA ALIMENTOS			
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	2.1.1	R\$ 335,22
2019-3/99	Fabricação de outros produtos inorgânicos não especificados	2.1.1	R\$ 335,22
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados	2.1.1	R\$ 335,22
04 - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE ALIMENTOS			
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	2.1.1	R\$ 335,22
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel cartão	2.1.1	R\$ 335,22
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	2.1.1	R\$ 335,22
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes esmaltes e lacas	2.1.1	R\$ 335,22

2222-6/00	Fabricação de embalagem de material plástico	2.1.1	R\$ 335,22
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	2.1.1	R\$ 335,22
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	2.1.1	R\$ 335,22
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	2.1.1	R\$ 335,22
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	2.1.1	R\$ 335,22
06 - INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES.			
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis.	2.1.3	R\$ 501,69
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	2.1.3	R\$ 501,69
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2.1.3	R\$ 501,69
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	2.1.3	R\$ 501,69
07 - INDÚSTRIA DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS.			
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários	2.1.3	R\$ 501,69
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	2.1.3	R\$ 501,69
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	2.1.3	R\$ 501,69
08 - INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS			
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	2.1.3	R\$ 501,69
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopatéticos para uso humano	2.1.3	R\$ 501,69
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	2.1.3	R\$ 501,69
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	2.1.3	R\$ 501,69
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	2.1.3	R\$ 501,69
09 - INDÚSTRIA DE FARMOQUÍMICOS			
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	2.1.3	R\$ 501,69
10- INDÚSTRIA DE PRODUTOS E PREPARADOS QUÍMICOS DIVERSOS/ PRECURSORES			
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	2.1.1	R\$ 335,22
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	2.1.1	R\$ 335,22
11 - ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO			
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	2.1.4	R\$ 66,13
12 - DEPÓSITO DE PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE			
5211-7/01	Armazéns gerais - Emissão de Warrant	2.1.4	R\$ 66,13
5211-7/99	Depósito de mercadorias para terceiros exceto armazéns gerais e guarda-móveis	2.1.4	R\$ 66,13
13 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS			
4621-4/00	Comércio atacadista café em grão	2.1.4	R\$ 66,13
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	2.1.4	R\$ 66,13
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	2.1.4	R\$ 66,13
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	2.1.4	R\$ 66,13
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas - beneficiados	2.1.4	R\$ 66,13
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	2.1.4	R\$ 66,13

4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	2.1.4	R\$ 66,13
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	2.1.4	R\$ 66,13
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas, suínas e derivados	2.1.4	R\$ 66,13
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	2.1.4	R\$ 66,13
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	2.1.4	R\$ 66,13
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	2.1.4	R\$ 66,13
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	2.1.4	R\$ 66,13
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	2.1.4	R\$ 66,13
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	2.1.4	R\$ 66,13
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	2.1.4	R\$ 66,13
14 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CORRELATO/PRODUTOS PARA SAÚDE			
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico-cirúrgico, hospitalar e laboratórios.	2.1.5	R\$ 166,47
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	2.1.5	R\$ 166,47
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	2.1.5	R\$ 166,47
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	2.1.5	R\$ 166,47
15- COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES.			
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	2.1.5	R\$ 166,47
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	2.1.5	R\$ 166,47
16 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS			
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	2.1.5	R\$ 166,47
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos fertilizantes e corretivos do solo	2.1.5	R\$ 166,47
17 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS			

4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	2.1.6 - com fracionamento	R\$ 183,12
		2.1.5 - sem fracionamento	R\$ 166,47
19 - COMÉRCIO ATACADISTA DE DIVERSAS CLASSES DE PRODUTOS			
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios	2.1.5	R\$ 166,47
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	2.1.5	R\$ 166,47
20 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS			
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados.	2.1.7	R\$ 92,58
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados.	2.1.7	R\$ 92,58
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2.1.4	R\$ 66,13
4721-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	2.1.8	R\$ 132,26
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	2.1.8	R\$ 132,26
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	2.1.9	R\$ 63,85
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	2.1.4	R\$ 66,13
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	2.1.5	R\$ 166,47
4722-9/02	Peixaria	2.1.5	R\$ 166,47
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	2.1.4	R\$ 66,13
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	2.1.4	R\$ 66,13
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
5611-2/01	Restaurante e similares	2.1.5	R\$ 166,47
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	2.1.4	R\$ 66,13
5611-2/03	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	2.1.8	R\$ 132,26
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	2.2.1	R\$ 31,93
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	2.1.5	R\$ 166,47
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	2.2.2	R\$ 100,34
5620-1/03	Cantina - serviço de alimentação privativo	2.2.1	R\$ 31,93
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	2.1.8	R\$ 132,26

21 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS			
		2.1.1 - para drogarias	R\$ 335,22
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	2.1.5 - para posto de medicamento e ervanaria	R\$ 166,47
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas	2.1.3	R\$ 501,69
	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	2.1.3	R\$ 501,69
22 - TRANSPORTE DE PRODUTOS			
4930-2/01	Transporte rodoviário de cargas exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.	2.1.4	R\$ 66,13
4930-2/02	Transporte rodoviário de cargas exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional.	2.1.4	R\$ 66,13
23 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
8511-2/00	Educação infantil - creche	2.2.3	R\$ 266,81
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	2.1.5	R\$ 166,47
8730-1/02	Albergues assistenciais	2.2.1	R\$ 31,93
		2.1.1 - até 50 leitos de 51 a 250 leitos mais de 250 leitos	R\$ 335,22
		2.1.5 - dispensários de medicamentos	R\$ 165,85
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.	2.1.6 - farmácias hospitalares	R\$ 183,12
		2.1.4	R\$ 66,13
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	2.1.5 - dispensários de medicamentos	R\$ 166,47
8621-6/01	Uti móvel	2.1.4	R\$ 66,13
8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel.	2.1.4	R\$ 66,13
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	2.1.4	R\$ 66,13
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	2.2.3	R\$ 266,81
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	2.2.3	R\$ 266,81
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	2.1.5	R\$ 166,47

8630-5/04	Atividade odontológica	2.1.5 - consultório odontológico	R\$ 166,47
		2.1.5 - demais estabelecimentos odontológicos	R\$ 166,47
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	2.1.5	R\$ 166,47
8630-5/07	Atividade de reprodução humana assistida	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/02	Laboratórios clínicos	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	2.2.2	R\$ 100,34
8640-2/04	Serviços de tomografia	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética.	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/11	Serviços de radioterapia	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/12	Serviços de Hemoterapia	2.2.4 - para os serviços e institutos de hemoterapia	R\$ 401,14
		2.1.5 - para agências transfusionais	R\$ 166,47
		2.1.4 - para postos de coleta	R\$ 66,13
8640-2/13	Serviços de litotripsia	2.1.1	R\$ 335,22
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	2.1.5	R\$ 166,47
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	2.1.1	R\$ 335,22
8650-0/01	Atividades de enfermagem	2.1.5	R\$ 166,47
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	2.1.5	R\$ 166,47

8650-0/04	Atividades de fisioterapia	2.2.3 - clínicas de fisioterapia	R\$ 266,81
		2.1.5 - consultório de fisioterapia	R\$ 166,47

8650-0/05	Atividades de Terapia Ocupacional	2.2.3- clínicas de terapia ocupacional	R\$ 266,81
		2.1.5 - consultório terapia ocupacional	R\$ 166,47
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	2.1.5	R\$ 166,47
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	2.1.5	R\$ 166,47
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	2.1.5	R\$ 166,47
8690-9/02	Atividades de banco de leite humano	2.2.1	R\$ 31,93
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	2.1.5	R\$ 166,47
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	2.2.3	R\$ 266,81
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	2.1.5	R\$ 166,47
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	2.2.3	R\$ 266,81
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	2.2.3	R\$ 266,81
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	2.2.3	R\$ 266,81
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	2.1.5	R\$ 166,47
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	2.1.5	R\$ 166,47
8730-1/01	Orfanatos	2.1.5	R\$ 166,47
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	2.1.5	R\$ 166,47
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	2.1.5	R\$ 166,47

24 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COLETIVOS E SOCIAIS

3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	2.1.4	R\$ 66,13
3600-6/02	Distribuição de água por caminhos	2.1.4	R\$ 66,13
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	2.1.4	R\$ 66,13
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	2.1.4	R\$ 66,13
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	2.1.4	R\$ 66,13
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	2.1.4	R\$ 66,13
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	2.1.4	R\$ 66,13
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	2.1.4	R\$ 66,13
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	2.1.4	R\$ 66,13

3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	2.1.4	R\$ 66,13
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	2.1.4	R\$ 66,13
3839-4/01	Usina de compostagem	2.1.4	R\$ 66,13
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificado anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	2.1.4	R\$ 66,13
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	2.1.4	R\$ 66,13
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	2.1.4	R\$ 66,13
5590-6/00	Campings	2.1.4	R\$ 66,13
5590-6/99	Outros tipos de alojamento não especificado anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
8591-1/00	Ensino de esportes	2.2.2	R\$ 100,34
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	2.1.4	R\$ 66,13
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	2.1.4	R\$ 66,13
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
9321-2/00	Parques de diversões e parques temáticos	2.1.4	R\$ 66,13
9603-3/01	Gestão e Manutenção de cemitérios	2.1.4	R\$ 66,13
9603-3/02	Serviços de cremação	2.1.4	R\$ 66,13
9603-3/05	Serviços de Somato - Conservação	2.1.4	R\$ 66,13
9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	2.1.4	R\$ 66,13
25 - ESTERILIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS			
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas.	2.2.3	R\$ 266,81
26 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS			
7500-1/00	Atividades veterinárias	2.1.5	R\$ 166,47
27 - OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS À SAÚDE			
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	2.1.5	R\$ 166,47
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	2.1.8	R\$ 132,26
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de ótica	2.2.2	R\$ 100,34
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	2.2.2	R\$ 100,34
9601-7/01	Lavanderias	2.1.4	R\$ 66,13
9602-5/01	Cabeleireiros	2.1.4	R\$ 66,13
9602-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	2.1.4	R\$ 66,13
9609-2/01	Clínicas de estéticas e similares.	2.2.5	R\$ 72,74
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente.	2.1.4	R\$ 66,13

29 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS

4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.	2.1.4	R\$ 66,13
-----------	--	-------	-----------

Rubrica de livros	A) Até 100 (cem) folhas	R\$ 5,18
	B) De 101 (cento e uma) a 200 (duzentas) folhas	R\$ 10,37
	C) Acima de 200 (duzentas) folhas	R\$ 15,55
Termos de responsabilidade técnica		R\$ 18,66
Visto em notas fiscais de produtos sujeitos ao controle especial	A) Até 5 (cinco) notas	R\$ 5,18
	B) Por nota que acrescer	R\$ 0,05
Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, conforme estabelecido no art. 124 da Portaria SVS/MS nº 6/1999.		R\$ 18,66

ANEXO XI**TAXA LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS – TLTB**

Tamanho do Terreno	Valor em R\$
Até 125m²	R\$ 129,57
Acima de 15m²	R\$ 1,04 por m²

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 013/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 013/2014

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA OS CONDUTORES ABAIXO ESPECIFICADOS QUE OS RESPECTIVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, INSTAURADOS PARA POSSÍVEL APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR, FORAM JULGADOS IMPROCEDENTES, NÃO LHE SENDO APLICADAS PENALIDADES:

N.º PROCESSO	CONDUTOR	REGISTRO CNH	INFRAÇÃO
080/2014	ALAERCIO MARCIEL SANTIN	03379753387	Art. 261, § 1º do CTB
426/2014	ANTONINHO SILVESTRE A. CARNEIRO	02543394059	Art. 261, § 1º do CTB
416/2014	JOEL ADRIANO SCHMITT	05471354078	Art. 261, § 1º do CTB

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 012/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 012/2014

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA O(S) CONDUTOR(ES) ABAIXO ESPECIFICADO(S) DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DESTA PUBLICAÇÃO, QUERENDO, INTERPOR RECURSO À JARI, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 285, 288 E 289 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, OU ENTREGAR SUA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA PENALIDADE IMPOSTA:

N.º PRO-CESSO	CONDUTOR	REGISTRO CNH	INFRAÇÃO
395/2014	ADAO DE ALMEIDA LEITE	03191624297	Art. 261, § 1º do CTB
1078/2013	ADENIR JOSE ANDREATTA	02290605749	Art. 165 do CTB
1141/2013	ADILSON PORTE	02695365233	Art. 261, § 1º do CTB
103/2014	ADRIANO EUKO	03233433698	Art. 165 do CTB
305/2014	ADRIANO FERNANDO BATISTEL	01380300016	Art. 218, III e art. 261, § 1º do CTB
302/2014	ANDRE LUIS ORSATTO	01758890430	Art. 261, § 1º do CTB
029/2014	ANGELINA BRAMBILLA	01695321728	Art. 261, § 1º do CTB
414/2014	ANTONINHO CASARIN	02363337908	Art. 261, § 1º do CTB
409/2014	AZEVEDO TEIXEIRA DA ROSA	02846434715	Art. 261, § 1º do CTB
644/2013	CARLINHOS CALI	03868587712	Art. 261, § 1º do CTB
192/2014	CELSE KLAIN	03935806451	Art. 261, § 1º do CTB
078/2014	DEBORA CRISTINA LOPES F. PAPKE	04131409191	Art. 261, § 1º do CTB
069/2012	EDSON VIDALETTI	03022758728	Art. 165 e art. 170 do CTB
106/2014	ELENOR GLIER	02226794704	Art. 218, III e art. 261, § 1º do CTB
168/2014	ELIAS MARCELO ORBACH	00939340628	Art. 261, § 1º do CTB
020/2014	ELOIR ORLANDO MULLER	00908510604	Art. 261, § 1º do CTB
227/2014	ERCILIO BUENO RIBEIRO	03221559863	Art. 261, § 1º do CTB
519/2014	ERNESTILDES LUIZ DE LARA	01043050621	Art. 261, § 1º do CTB
152/2014	FERNANDO BARTH	04918559950	Art. 165 do CTB
166/2014	FRANCINE S. CARDOZO DOS SANTOS	03410541375	Art. 261, § 1º do CTB
415/2014	GILMAR POHL-MANN	01597508801	Art. 261, § 1º do CTB
324/2014	GIOVANI BRESSA	02662626257	Art. 261, § 1º do CTB

891/2013	GLAISON IVAN DISEGNA	04088556134	Art. 261, § 1º do CTB
263/2014	HERMENEGILDO PAULO BELLO	00816797737	Art. 261, § 1º do CTB
306/2014	HERMINDO CASTAGNA	05153246693	Art. 261, § 1º do CTB
974/2013	HILDO BOSCARDIN	03857879955	Art. 261, § 1º do CTB
087/2014	IGOR FRANKE	01499183045	Art. 261, § 1º do CTB
307/2014	ILARIO TIBES	05486895064	Art. 261, § 1º do CTB
047/2014	ILDO MACHADO	01524316911	Art. 261, § 1º do CTB
292/2014	JOAO BATISTA COELHO VIEIRA	03730465259	Art. 261, § 1º do CTB
1027/2013	JOSE NELSON FRITZEN	00803367160	Art. 261, § 1º do CTB
261/2014	JOSE NILSON DOS SANTOS	01844842680	Art. 261, § 1º do CTB
524/2014	JOSSEMAR VARGAS	03636909143	Art. 261, § 1º do CTB
281/2014	LEANDRO ANTONIO BERWIG	04574015657	Art. 261, § 1º do CTB
1171/2013	LEONARDO BIASI	02451769885	Art. 261, § 1º do CTB
300/2014	LEONARDO REIS	03057287471	Art. 261, § 1º do CTB
411/2014	LINO BORDIGNON	01676978524	Art. 261, § 1º do CTB
422/2014	LORENI ALVES	04884102872	Art. 261, § 1º do CTB
262/2014	LUIZ ALBERTO KOHLER	00736924049	Art. 261, § 1º do CTB
428/2014	LUIZ VILMAR FERREAZ BOTTEGA	01829920751	Art. 218, III e art. 261, § 1º do CTB
083/2014	MAICON ROBERTO RAMPANELLI	02429806247	Art. 261, § 1º do CTB
016/2014	MARCOS ERNESTO HORST	01067962274	Art. 261, § 1º do CTB
085/2014	MARCOS ROGERIO ROKEMBACK	01989695937	Art. 261, § 1º do CTB
333/2014	MARIA MERCEDES FINGER COLFERAI	04873202142	Art. 261, § 1º do CTB
167/2014	MARISA FREDOLINA ALBRECHT	04492834207	Art. 261, § 1º do CTB
216/2014	MOISES GALCES LOBATO	03363248998	Art. 261, § 1º do CTB
1143/2013	NARCIZO ALVES DE FARIAS	02786587255	Art. 261, § 1º do CTB
285/2014	PATRICK TELLES DA SILVA	04751050434	Art. 261, § 1º do CTB
072/2014	PATRIKE EVERTON CONRADO JUVER	03642192368	Art. 261, § 1º do CTB
364/2014	PEDRO BARCELOS BUENO	010922158639	Art. 261, § 1º do CTB
294/2014	RICARDO GOSE	03514555538	Art. 218, III e art. 261, § 1º do CTB
121/2014	ROBERTO CARLOS WRONSKI	04147600679	Art. 261, § 1º do CTB
102/2013	SANDRO DISNER	04557977505	Art. 165 do CTB
239/2014	SERGIO DE OLIVEIRA	01603130125	Art. 261, § 1º do CTB
052/2014	SIMÃO GUERREIRO DO A. FILHO	00871581176	Art. 261, § 1º do CTB

236/2014	SOLANGE DIAS APOLINARIO	03580699771	Art. 170, 175 e 261, § 1º do CTB
223/2014	TARCISO BORGES TENGATEN JUNIOR	02883790250	Art. 261, § 1º do CTB
986/2013	VALDINOR LUIZ SCHNEIDER	01142728667	Art. 261, § 1º do CTB
245/2014	VALMOR DA SILVA	02001364269	Art. 261, § 1º do CTB
1059/2013	VERGILIO ECHIM-BACK	00803261337	Art. 261, § 1º do CTB
264/2014	VILSON ADEMAR DALA CORTE	01728208349	Art. 261, § 1º do CTB
296/2014	VOLNEI SARTURI	02928261716	Art. 261, § 1º do CTB
108/2014	WANDERLISE MARIA T. FORATTI	04277656530	Art. 261, § 1º do CTB

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 011/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 011/2014

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, COM FUNDAMENTO NO ART. 265 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, NOTIFICA OS CONDUTORES ABAIXO ESPECIFICADOS DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ATO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DESTA PUBLICAÇÃO, QUERENDO, APRESENTAR DEFESA A RESPEITO DOS FATOS E ARROLAR PROVAS DE SEU INTERESSE:

N.º PROCESSO	CONDUTOR	REGISTRO CNH	INFRAÇÃO
749/2014	ADECIR MARTINI	02243465369	Art. 165 do CTB
554/2014	ADEMAR LUIZ SCHUMANN	02998545616	Art. 261, § 1º do CTB
659/2014	ADROALDO JUNIOR WADENPHUL DE OLIVEIRA	04506578333	Art. 165 do CTB
555/2014	ALDECIR FIOR	00825705430	Art. 261, § 1º do CTB
629/2014	ARCILDO JOSE WEIRICH	02301846983	Art. 165 do CTB
591/2014	CLEITON FRANDALOSO	04827869605	Art. 165 do CTB
593/2014	DELI LUIZ DE OLIVEIRA	04955792003	Art. 176, I, III e V do CTB
730/2014	DOUGLAS BATISTA DA SILVA	05402863790	Art. 165 do CTB
626/2014	ELIAS EMILIO	04334184060	Art. 165 do CTB
585/2014	ERICH WOLSCHICK	04661155565	Arts. 165 e art. 175 do CTB
704/2014	EVANDRO LUIS SPADA	03761007405	Art. 165 do CTB
575/2014	EVERTON FERNANDE LEVINALLI	02625862408	Art. 261, § 1º do CTB

686/2014	FERNANDO RODRIGUES CHAVES	04158510225	Art. 165 do CTB
723/2014	GILMAR RAMOS	03760551692	Art. 165 do CTB
583/2014	HENRIQUE FARIAS VALIATTI	02074354251	Art. 263, II do CTB
558/2014	IVO ANTONIO BRUINSMA	04474968274	Art. 218, III e 261, § 1º do CTB
544/2014	JACSON BESUTTI	01181063814	Art. 218, III e 261, § 1º do CTB
581/2014	JAIR LENZING	04629478410	Art. 165 do CTB
609/2014	JANIR ANDRE THE-SING	02764637144	Art. 165 do CTB
562/2014	JOAO CARLOS TUMELERO	02922683453	Art. 261, § 1º do CTB
625/2014	JOEL MACHADO	01614444015	Art. 165 do CTB
738/2014	JONAS RODRIGO SEHN	01217142500	Art. 165 do CTB
564/2014	JORGE BRUNO STRAPAZZON	01425886108	Art. 261, § 1º do CTB
606/2014	LEANDRO DE LIMA DE SOUZA	05187418777	Art. 244, II do CTB
616/2014	LOINI SEIBERT	04664155274	Art. 244, I do CTB
594/2014	MARCIANO RODRIGUES	04462188290	Art. 244, III do CTB
492/2014	MATEUS COGO	05178802229	Art. 261, § 1º do CTB
701/2014	NATANAEL FERNANDES	03751838884	Art. 165 do CTB
560/2014	NEDIO DE COSTA	03313305555	Art. 261, § 1º do CTB
553/2014	NILTON RODRIGUES DA SILVA	02529206297	Art. 261, § 1º do CTB
608/2014	OLIMPIO MALLMANN	01201576146	Art. 165 e art. 218, III do CTB
540/2014	OSAIR DA SILVA CAVALHEIRO	04685862691	Art. 261, § 1º do CTB
617/2014	PAULO ROBERTO DA SILVA	04021475523	Art. 165 do CTB
618/2014	PAULO TIAGO TORAL MIRANDA	04970947672	Art. 175 do CTB
551/2014	RAMON LIMA FRANCA	03621136317	Artigos 170, 173, 244, III e 261, § 1º do CTB
587/2014	ROBERTO WEBER	04903908083	Art. 175 do CTB
590/2014	RODINEY STECKER	01357318150	Art. 175 do CTB
708/2014	SIDINEI RODRIGUES	03190492880	Art. 165 do CTB
694/2014	SILVANO FINGER	01889347195	Art. 175 do CTB
709/2014	TELVIO GHENO MUCHA	05129029915	Art. 165 do CTB
663/2014	TIAGO DA ROSA	05363791603	Art. 175 e art. 244, II do CTB
647/2014	TIAGO GHENO MUCHA	04250583600	Art. 175 do CTB
696/2014	VALDEMIR JOAO ALVES DA ROSA	04423197220	Art. 244, I do CTB

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 011/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 011/2014

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, COM FUNDAMENTO NO ART. 265 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, NOTIFICA OS CONDUTORES ABAIXO ESPECIFICADOS DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ATO PUNITIVO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO SUJEITA À SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DESTA PUBLICAÇÃO, QUERENDO, APRESENTAR DEFESA A RESPEITO DOS FATOS E ARROLAR PROVAS DE SEU INTERESSE:

N.º PROCESSO	CONDUTOR	REGISTRO CNH	INFRAÇÃO
749/2014	ADECIR MARTINI	02243465369	Art. 165 do CTB
554/2014	ADEMAR LUIZ SCHUMANN	02998545616	Art. 261, § 1º do CTB
659/2014	ADROALDO JUNIOR WADENPHUL DE OLIVEIRA	04506578333	Art. 165 do CTB
555/2014	ALDECIR FIOR	00825705430	Art. 261, § 1º do CTB
629/2014	ARCILDO JOSE WEIRICH	02301846983	Art. 165 do CTB
591/2014	CLEITON FRANDALOSO	04827869605	Art. 165 do CTB
593/2014	DELI LUIZ DE OLIVEIRA	04955792003	Art. 176, I, III e V do CTB
730/2014	DOUGLAS BATISTA DA SILVA	05402863790	Art. 165 do CTB
626/2014	ELIAS EMILIO	04334184060	Art. 165 do CTB
585/2014	ERICH WOLSCHICK	04661155565	Arts. 165 e art. 175 do CTB
704/2014	EVANDRO LUIS SPADA	03761007405	Art. 165 do CTB
575/2014	EVERTON FERNANDE LEVINALLI	02625862408	Art. 261, § 1º do CTB
686/2014	FERNANDO RODRIGUES CHAVES	04158510225	Art. 165 do CTB
723/2014	GILMAR RAMOS	03760551692	Art. 165 do CTB
583/2014	HENRIQUE FARIAS VALIATTI	02074354251	Art. 263, II do CTB
558/2014	IVO ANTONIO BRUINSMA	04474968274	Art. 218, III e 261, § 1º do CTB
544/2014	JACSON BESUTTI	01181063814	Art. 218, III e 261, § 1º do CTB
581/2014	JAIR LENZING	04629478410	Art. 165 do CTB
609/2014	JANIR ANDRE THESSING	02764637144	Art. 165 do CTB
562/2014	JOAO CARLOS TUMELERO	02922683453	Art. 261, § 1º do CTB
625/2014	JOEL MACHADO	01614444015	Art. 165 do CTB
738/2014	JONAS RODRIGO SEHN	01217142500	Art. 165 do CTB
564/2014	JORGE BRUNO STRAPAZZON	01425886108	Art. 261, § 1º do CTB

606/2014	LEANDRO DE LIMA DE SOUZA	05187418777	Art. 244, II do CTB
616/2014	LOINI SEIBERT	04664155274	Art. 244, I do CTB
594/2014	MARCIANO RODRIGUES	04462188290	Art. 244, III do CTB
492/2014	MATEUS COGO	05178802229	Art. 261, § 1º do CTB
701/2014	NATANAEL FERNANDES	03751838884	Art. 165 do CTB
560/2014	NEDIO DE COSTA	03313305555	Art. 261, § 1º do CTB
553/2014	NILTON RODRIGUES DA SILVA	02529206297	Art. 261, § 1º do CTB
608/2014	OLIMPIO MALLMANN	01201576146	Art. 165 e art. 218, III do CTB
540/2014	OSAIR DA SILVA CAVALHEIRO	04685862691	Art. 261, § 1º do CTB
617/2014	PAULO ROBERTO DA SILVA	04021475523	Art. 165 do CTB
618/2014	PAULO TIAGO TORAL MIRANDA	04970947672	Art. 175 do CTB
551/2014	RAMON LIMA FRANCA	03621136317	Artigos 170, 173, 244, III e 261, § 1º do CTB
587/2014	ROBERTO WEBER	04903908083	Art. 175 do CTB
590/2014	RODINEY STECKER	01357318150	Art. 175 do CTB
708/2014	SIDINEI RODRIGUES	03190492880	Art. 165 do CTB
694/2014	SILVANO FINGER	01889347195	Art. 175 do CTB
709/2014	TELVIO GHENO MUCHA	05129029915	Art. 165 do CTB
663/2014	TIAGO DA ROSA	05363791603	Art. 175 e art. 244, II do CTB
647/2014	TIAGO GHENO MUCHA	04250583600	Art. 175 do CTB
696/2014	VALDEMIR JOAO ALVES DA ROSA	04423197220	Art. 244, I do CTB

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO PARECER EXARADO PELA JARI EM RECURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 014/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO PARECER EXARADO PELA JARI EM RECURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº 014/2014

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) CONDUTOR(ES) ABAIXO ESPECIFICADO(S) DA DECISÃO PROFERIDA PELA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO - JARI, A FIM DE QUE, QUERENDO, NO CASO DE INDEFERIMENTO, INTERPOR RECURSO AO CETRAN, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DESTA PUBLICAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 285, 288 E 289 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, OU ENTREGAR SUA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA PENALIDADE IMPOSTA. NO CASO DE DEFERIMENTO, SALIENTA-SE QUE O ÓRGÃO AUTUADOR PODERÁ RECORRER DA DECISÃO:

n.º processo	CONDUTOR	REGISTRO CNH	INFRAÇÃO	DECISÃO
117/2012	ELANDRO RIBEIRO	02900650740	Art. 165 do CTB	INDEFERIDO
167/2011	MAICON PRADILLA	04596476464	Art. 175 do CTB - Cassação	INDEFERIDO
381/2013	SAULO PALIANO GUARDINI	03176293670	Art. 261, § 1º do CTB	INDEFERIDO

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2014 - INSTITUI A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM - DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DETERMINA A SUA ATUALIZAÇÃO.

LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2014

INSTITUI A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM - DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DETERMINA A SUA ATUALIZAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de São Miguel do Oeste a UNIDADE FISCAL MUNICIPAL (UFM), para fins de cálculo de infrações e penalidades, no âmbito da legislação municipal.

Art. 2º A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM - fica fixada em R\$ 1.966,34 (hum mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL, será reajustada por decreto anualmente, no mês dezembro de cada ano, para vigorar no ano civil imediatamente posterior, segundo a valorização do IGP-M, (Índice Geral de Preço de Mercado) acumulado no período de 12 meses.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2014 - ALTERA OS ARTIGOS 10, 14, 21, 27, 141, 209, 238, 253, 268 E 298 DAS NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2014

ALTERA OS ARTIGOS 10, 14, 21, 27, 141, 209, 238, 253, 268 E 298 DAS NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 10 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a consulta prévia de viabilidade, através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe a indicação:

- a) título de propriedade do imóvel;
- b) nome e endereço do proprietário;
- c) endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);
- d) destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);
- e) materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);
- f) croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações, por escrito, das normas urbanísticas incidentes sobre o lote tais como: zona de uso; taxa de ocupação; coeficiente de aproveitamento; gabarito de alturas; recuos e afastamentos mínimos; bem como, informar se a atividade de está sujeita a licenciamento ambiental.

§ 3º A Consulta Prévia de Viabilidade deverá ser respondida num prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 4º A Consulta Prévia terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por mais 01 (um) ano, a pedido, por escrito, da parte interessada, observando sempre a legislação vigente na data da solicitação.

Art. 2º O artigo 14 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Antes da aprovação do projeto arquitetônico e sanitário deverão ser apresentados documentos que comprovem a aprovação dos projetos de prevenção contra incêndios pela unidade local do Corpo de Bombeiros e de consulta prévia de viabilidade de fornecimento de energia elétrica pela Celesc local, licenciamento ambiental ou a dispensa pelo órgão ambiental competente, anuência do DNIT/DEINFRA para construção às margens de rodovias, com exceção dos casos em que a legislação dispense a aprovação dos projetos relacionados neste artigo.

Art. 3º O artigo 21 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. A Municipalidade terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para aprovação do projeto definitivo e expedição do Alvará de Construção, juntamente com a numeração do imóvel, a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou do último ofício para alteração de irregularidades no projeto, desde que o projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Parágrafo Único: Será fornecida uma numeração para cada unidade imobiliária, na aprovação do projeto, para cada unidade imobiliária com acesso direto através do passeio público e uma numeração para cada acesso a unidades imobiliárias localizadas nos pavimentos superiores, nos pavimentos inferiores ou nos fundos do pavimento térreo sem acesso direto através do passeio público.

Art. 4º O artigo 27 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo HABITE-SE.

§ 1º O HABITE-SE é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário.

§ 2º O HABITE-SE só será expedido quando:

I - a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento às instalações hidrossanitárias, elétricas com projetos aprovados pela CELESC e demais instalações necessárias, devendo ainda ser apresentada habite-se por parte da unidade local do Corpo de Bombeiros relativa às instalações de prevenção de incêndio, salvo nos casos dispensados por lei, bem como não haver a ocorrência de rampas com declividade superior a 3% (três por cento) no espaço destinado a passeio público;

II - a calçada esteja concluída de acordo com normas estabelecidas pela municipalidade, nos terrenos em que a rua possua pavimentação ou meio-fio.

III- Nas Áreas Especiais de Interesse Comercial, a calçada deverá ser executada de acordo com o padrão estabelecido pela Municipalidade, e nas demais áreas, poderão ser executadas com piso de concreto, observadas em qualquer caso, as normas de acessibilidade.

§ 3º A Municipalidade tem prazo de 15 (quinze) dias, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

§4º Para liberação do habite-se, a numeração fornecida no alvará deve estar fixada em local visível.

Art. 5º O artigo 141 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 141. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana, se atendidas as seguintes exigências:

I - a rua possuir largura mínima de 20,00m (doze metros), incluindo o passeio;

II - não causar congestionamento, nem pertencer a cruzamentos definidos pelo uso como conflitante;

III - se localizados em Rodovias Federais ou Estaduais, deverão possuir parecer do DNIT ou DEINFRA, respectivamente;

IV - para terrenos de esquina, as testadas mínimas serão de 16,00m (dezesseis metros) e 24,00m (vinte e quatro metros);

VI - os terrenos para construção de postos deverão ter área não edificada superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados); para o atendimento dessa questão a área de cobertura não será computada como área edificada.

VII - distar, no mínimo 200,00m (duzentos metros), de hospitais.

VIII - distar, no mínimo 150,00 (cento e cinquenta metros) de asilos.

IX - distar, no mínimo 100,00m (cem metros) de escolas, creches e unidades militares (exceto o 14^a RC MEC).

Parágrafo único. A distância nos itens VI, VII, VIII e IX será em linha reta entre pontos extremos mais próximos.

Art. 6º O artigo 209 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 209. As rampas para pedestres não poderão apresentar declividade superior a 12% (doze por cento).

§ 1º Nas rampas, quando a declividade for superior a 6% (seis por cento), o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (trinta centímetros) nos finais da rampa.

§ 2º As saídas e entradas das rampas deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), para acesso de deficientes físicos.

§ 3º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e corrimão nos dois lados.

§ 4º As rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma a obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 7º O artigo 238 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 238. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas, devendo no piso de cada compartimento ser prevista a inscrição de um quadrado cujas larguras mínimas serão as especificadas a seguir:

Compartimento	Largura mínima (m)	Altura (m)	Largura dos vãos (m)
1º dormitório ou único	22,40	22,60	00,80
Demais dormitórios	22,00	22,60	00,80
Dormitórios empregados	2,00	22,60	00,70
Salas	22,40	22,50	00,80
Lojas	33,00	33,00	11,00
Salas comerciais	22,80	22,60	00,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com

cozinha, despensa ou depósito.

§ 3º No pavimento térreo as salas comerciais terão pé direito mínimo de 3,00 metros.

§ 4º Nas edificações existentes que venham a ser reformadas, quando se propõe a atividade comercial, manter-se-á a tolerância de pé-direito mínimo de 2,60 metros, até um limite máximo de 40,00m² de área comercial, desde que a edificação já possua habite-se.

§ 5º Quando tratar-se de apenas uma unidade isolada localizada no térreo as lojas ou salas comerciais deverão ter área mínima de 20,00 m2 mais um sanitário.

Art. 8º O artigo 253 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 253. Em casos especiais poderão ser aceitas ventilação e iluminação artificiais, em substituição à natural, desde que comprovada sua necessidade e atendidas as normas da ABNT.

Parágrafo único. Em casos específicos de utilização de divisórias leves, para uso comercial e de prestação de serviços, poderão ser aceitas ventilação e iluminação artificiais, em substituição à natural, desde que especificadas em projeto.

Art. 9º O artigo 268 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 268. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública e sistema de tratamento público, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro anaeróbio na forma da ABNT e para tal, o efluente deverá ser tratado por de uma das seguintes alternativas, de acordo com as normas da ABNT:

- I - sumidouro;
- II - vala de infiltração;
- III - vala de filtração;
- IV - Clorador e lançamento em rede pluvial ou corpo receptor, conforme normas da ABNT;
- V - sistema alternativo, desde que possua certificação aprovada por órgão competente e licenciamento ambiental quando legalmente exigido.

Art. 10º O artigo 298 da Lei Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 298. Fica limitada a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio-fio para acessos e saídas de veículos.

§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º Os meios-fios das calçadas deverão ser rebaixados com rampa ligada à faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas com deficiência física melhores condições de circulação urbana, de acordo com a legislação federal e NBR 9050/2004.

§ 3º Para os estabelecimentos que necessitam de acesso de veículos para carga/descarga de mercadoria ou de pessoas com capacidade de carga acima de 5 toneladas, fica permitido que o rebaixamento de meio-fio seja extensivo de 3,50 metros para até 8,00 metros.

Art. 11º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2014 - DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2014

DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Outorga Onerosa do Direito de Construir a todo aumento de potencial construtivo definido é regulamentado por esta Lei Complementar.

§ 1º As áreas passíveis de Outorga Onerosa do Direito de Construir são aquelas em que o direito de construir poderá ser exercido acima do permitido pela aplicação do Coeficiente de Aproveitamento estabelecido pela Lei do Plano Diretor, até o limite estabelecido pelo uso do Coeficiente de Aproveitamento Máximo, mediante contrapartida financeira do interessado, abrangendo áreas centrais localizadas dentro do perímetro composto entre as Ruas Willy Barth, Antônio Pedrassani, Chuí, Marcílio Dias, Sete de Setembro, Salgado Filho, Dom Pedro II e Mém de Sá.

§ 2º No caso de utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, a expedição do Alvará de Construção pelo Município fica condicionada ao pagamento do valor relativo à outorga onerosa.

§ 3º O pagamento do valor apurado frente a Outorga Onerosa do direito de construir deverá ocorrer até a data da emissão do respectivo alvará de construção, em parcela única, mediante recolhimento através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Ficam delimitadas as zonas que possuem coeficiente de aproveitamento máximo, como aquelas definidas no ANEXO V- TABELA DE OCUPAÇÃO DO SOLO, da Lei do Plano Diretor, como áreas passíveis da aplicação da outorga onerosa do direito de construir, desde que atendidas os limites estabelecidos no artigo anterior.

§ 1º O Coeficiente de Aproveitamento a ser concedido através da Outorga Onerosa deverá ser periodicamente reavaliado em função da capacidade do sistema de circulação da infraestrutura disponível, das limitações ambientais e das políticas de desenvolvimento urbano.

§ 2º O impacto na infraestrutura e no meio ambiente onde incidir

a concessão da Outorga de que trata esta lei, deverá ser monitorado permanentemente pelo Poder Executivo Municipal que, periodicamente, emitirá relatórios do monitoramento destacando as áreas críticas próximas da saturação, dando publicidade aos respectivos atos.

§ 3º Caso o monitoramento a que se refere o § 1º, deste artigo revele que a tendência de ocupação de determinada área da cidade levará à saturação no período de um ano, a concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser suspensa 180 (cento e oitenta) dias após a publicação de ato pelo Poder Executivo.

Art. 3º A Outorga Onerosa somente poderá ser aplicada em novas edificações ou ampliações, desde que atendam às exigências da legislação urbanística, notadamente:

I - Respeito às condições de salubridade, higiene e estabilidade das edificações no próprio imóvel e nos imóveis vizinhos;

II - Compatibilidade com a capacidade de suporte do sistema de circulação, dos equipamentos comunitários existentes e da infraestrutura instalada, entre outros, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, energia elétrica e sistema de tratamento de efluentes líquidos.

Art. 4º Para efeitos de cálculo do valor da Outorga Onerosa será adotado com base o Custo Unitário Básico Médio Desonerado de Santa Catarina, por metro quadrado adicionado de área computável, aplicado conforme a localização dos terrenos, bem como respectivos fatores de localização constante na Legislação Tributária Municipal, aplicando-se a tabela do Anexo I esta lei.

Parágrafo único - SUPRIMIDO

Art. 5º O artigo 5º RESTA INTEGRALMENTE SUPRIMIDO

Art. 6º Ficam mantidas as despesas de serviços administrativos referentes à taxa de expediente e do alvará de construção de que trata o Plano Diretor, quando da solicitação da outorga onerosa do direito de construir.

Art. 7º Os recursos financeiros provenientes da Outorga Onerosa integrarão o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser criado no Município, com destinação vinculada aos incisos I a VIII do artigo 26 da Lei Federal nº 10.257/2001.

Art. 8º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

ANEXO 01

FATOR DE LOCALIZAÇÃO	ALÍQUOTA DO CUB MÉDIO DESONERADO DE SC
640	12,5%
580	12,0%
520	11,5%
460	11,0%
400	10,5%
340	10,0%
280	9,5%
220	9,0%
160	8,5%
100	8,0%
40	7,5%

LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2014 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 12, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2009 DE 21/12/2009, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2014

Dá nova redação ao artigo 12, da Lei Complementar nº 01/2009 DE 21/12/2009, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Dê-se ao artigo 12 da Lei Complementar 01/2009, a seguinte redação:

Art. 12 O Valor do ISSQN devido mensalmente pelas Microempresas, que não possuírem filiais, optantes do Simples Nacional, que no ano calendário em curso, auferir receita bruta em montante igual ou inferior ao valor estabelecido no paragrafo 18 e 18A do artigo 18 da Lei Complementar 123/06 e suas alterações será fixado por estimativa, nos seguintes valores:

a) Receita Bruta no ano anterior até R\$ 60.000,00 ISSQN fixo de R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) Receita Bruta no ano anterior de 60.000,01 até R\$ 90.000,00 ISSQN fixo de R\$ 100,00 (cem reais);

c) Receita Bruta no ano anterior de R\$ 90.000,01 até R\$ 180.000,00 ISSQN fixo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

d) Receita Bruta no ano anterior de 180.000,01 até R\$ 260.000,00 ISSQN fixo de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais);

e) Receita Bruta no ano anterior de 260.000,01 até R\$ 360.000,00 ISSQN fixo de R\$ 418,50 (quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos);

§1º O valor estimado mensal nos termos do caput deste artigo, será aplicado a partir do primeiro mês do ano-calendário seguinte ao início da atividade e será reajustado anualmente pela variação do IGPM-M do exercício anterior.

§2º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido na sua totalidade mesmo que a ME não tenha auferido receita bruta mensal naquele período de competência.

§3º As ME que forem enquadradas neste regime não poderão

sofrer retenção na fonte do ISSQN por parte do tomador do se serviço devendo o prestador informar na nota fiscal esta condição.

§4º O valor estimado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor do ISSQN a recolher pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do PGDAS.

§5º A ME que, no ano em curso, auferir receita bruta em montante superior a R\$ 360.000,00 ficará impedida, a partir do mês seguinte ao da ocorrência do excesso, recolher ISSQN pelo valor fixo, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor em 90 dias de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2014 - ALTERA O ARTIGO 9º DAS NORMAS RELATIVAS AO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2014

ALTERA O ARTIGO 9º DAS NORMAS RELATIVAS AO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 9º da Lei Complementar nº 003/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º As vias previstas deverão respeitar as seguintes dimensões:

I - Estruturais: A ser definida pelos órgãos federais e estaduais competentes;

II - Arteriais: 29,30 m (vinte e nove metros e trinta centímetros)), sendo:

- a) 13,20m de caixa (4 faixas de circulação com 3,30m cada) com canteiro central de 1,00m;
- b) 2,30m de acostamento para cada lado;
- c) 2,50m de ciclovia em um dos lados;
- d) 1,00m de canteiro para cada lado;
- e) 3,00m de passeio para cada lado.

III - Coletora: 20,30 m (vinte metros e trinta centímetros), sendo:

- a) 6,40m de caixa (2 faixas de circulação com 3,20m cada);
- b) 2,20m de acostamento em ambos os lados;
- c) 2,50m de ciclovia em um dos lados;
- d) 1,00m de canteiro para cada lado.
- e) 2,50m de passeio para cada lado.

IV - Local: 14,00 m (quatorze metros), sendo:

- a) 6,00m de caixa (2 faixas de circulação com 3,00m cada);
- b) 2,00m de acostamento para cada lado;
- c) 2,00m de passeio para cada lado.

V - Especial: 14,00 m (quatorze metros), sendo:

- a) 6,00m de caixa (2 faixas de circulação com 3,00m cada);
- b) 2,00m de acostamento para cada lado;
- c) 2,00m de passeio para cada lado.

VI - Rural: 12,00 m (doze metros).

VII - Vias para pedestres: 4,00 m (quatro metros).

§1º Para loteamentos industriais, o dimensionamento das vias não poderá ser inferior a 20,00m (vinte metros) de largura.

§2º As vias locais nas ZEIS poderão ter sua dimensão reduzida a critério da municipalidade.

§3º A critério do Conselho de Planejamento Municipal, com a aprovação da Câmara de Vereadores, as vias arteriais e coletoras previstas poderão ter suas dimensões reduzidas para o mínimo de 14,00m, nos casos em que houver lotes aprovados pelo município ou construções existentes, até a data da aprovação da presente lei.

§4º As construções nas vias rurais deverão respeitar um afastamento frontal de 5,00 m (cinco metros) da via.

§ 5º Serão consideradas vias locais as estradas existentes no perímetro urbano abertas anteriormente ao ano de 1991, que dão acesso a glebas, prevendo-se seu alargamento para 14,00 metros.

§6º A largura prevista no parágrafo 5º, em casos consolidados e ou excepcionais onde já existem construções anteriores ao ano de 1991, poderá ser reduzida para 12,00 metros, sendo caixa com largura de 8,00 metros e 02 passeios com largura de 2,00 metros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2014 - DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES, REGULAMENTANDO O ART. Nº 22 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2014

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES, REGULAMENTANDO O ART. Nº 22 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Miguel do Oeste, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações clandestinas e/ou irregulares iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação da Lei Complementar nº 004/2011, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos nas Leis Complementares Municipais nºs 002/2011 e 004/2011, desde que apresentem condições mínimas de segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

§ 1º As características construtivas relativa às condições mínimas de segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade de que trata este artigo serão determinadas através de laudo técnico que contemple todas as condições mínimas descritas acima, elaborado por profissional da área, contratado pelo requerente.

§ 2º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina; obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença; e

III - construção clandestina parcial: àquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Município.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - recuos frontais;

II - afastamentos laterais e fundos;

III - taxa de ocupação;

IV - Número de vagas de garagem, quando não há possibilidade do cumprimento de vagas no interior do lote;

V - gabarito;

VI - coeficiente de aproveitamento;

VII - Vãos de iluminação e ventilação subdimensionados;

VIII - Circulações horizontais e verticais em desacordo com o Código de Obras, sendo que as edificações de uso público e coletivo devem atender as normas de acessibilidade.

IX - Para os casos de oficinas mecânicas ou similares, que não se enquadram nos recuos mínimos exigidos, serão aceitos recuos inferiores, desde que comprove, através de Estudo De Impacto de Vizinhança aprovado pelo Conselho de Planejamento Municipal, a existência de espaços para estacionamento (na proporção exigida no anexo VII da Lei Complementar n. 002/2011 e alterações) no interior do lote (afastamentos laterais, de fundos ou no interior da edificação) e desde que não prejudique o espaço público.

§ 1º Nos casos de regularização de recuos frontais, os requerimentos referentes aos imóveis situados em vias coletoras, arteriais, e estruturais definidas no Mapa do Sistema Viário do Município, Lei Complementar nº 003/2011, serão submetidos à análise do CPM - Conselho de Planejamento Municipal e somente serão aprovadas se receberem parecer favorável do mesmo.

§ 2º Nos casos de regularização em que a Municipalidade entenda que poderá gerar grande impacto negativo urbanístico local,

deverá encaminhar para análise do Conselho de Planejamento Municipal - CPM e, somente serão aprovadas se receberem parecer favorável do mesmo.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas no art. 2º desta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundos de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias e canalizações não licenciadas, faixas de APP (Áreas de Preservação Permanente) ou AEIA (Áreas Especiais de Interesse Ambiental), linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais, estaduais e federais que contenham essa restrição e/ou situadas em áreas de risco a critério da Defesa Civil;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro; e

V - Que estejam em desacordo com a legislação Estadual ou Federal.

Parágrafo único. Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas, resultem no comprometimento da estrutura restante e/ou ofereçam risco aos imóveis e logradouros confrontantes, não serão e não poderão ser objeto de regularização, reforma ou ampliação.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá, além de atender ao disposto na legislação federal, estadual e municipal, e aos procedimentos administrativos para aprovação de projetos e licenciamento de obras do Município de São Miguel do Oeste, da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - Requerimento do interessado, apresentando além dos projetos e da documentação padrão, os seguintes documentos:

a) Anotação do Registro de Responsabilidade Técnica - com Laudo Técnico da regularização da obra conforme a Norma Técnica, NBR 13752, informando as condições da edificação;

II - Comprovante de que a construção foi iniciada e/ou executada anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 004/2011 (Certidão de Cadastro Imobiliário, ou Declaração com firma reconhecida de 03 (três) vizinhos, declarando que a obra foi iniciada e/ou executada anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 004/2011) e matrícula atualizada do imóvel.

III - Certidão junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou outro documento hábil que comprove a propriedade ou a posse do imóvel sob o qual foi realizada a construção a ser regularizada;

IV - Projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

b) planta de localização constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

d) dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

e) uma (01) fachada;

f) projeto do sistema de tratamento de esgoto com detalhamento do mesmo;

g) para edificações que não sejam unifamiliares, atendimento das Normas do Corpo de Bombeiros, relativos à aprovação de projetos de prevenção contra incêndio;

h) comprovação de aprovação de projeto pela CELESC, CASAN, Vigilância Sanitária e Licenciamento ou dispensa ambiental pela FATMA, quando for o caso;

i) quadro estatístico demonstrando claramente a área relativa a não conformidade com o Código de Obras e Plano Diretor.

V - Comprovantes dos seguintes recolhimentos, cumulativamente:

- a) Taxa do Alvará de Construção;
- b) Comprovante de recolhimento da compensação correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à secretaria competente, antes da data de emissão do alvará de regularização.

VI - Anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso.

§ 1º Para a solicitação de HABITE-SE, serão exigidos a documentação estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 004/2011, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares e Licenciamento ambiental ou dispensa do mesmo pela FATMA, quando for o caso.

§ 2º Em relação ao contido no inciso II do presente dispositivo, caso constatado qualquer falsidade nas informações prestadas, não será autorizada a regularização, além de ser encaminhada para autoridade competente para apuração dos crimes previstos no artigo 299 do Código Penal.

Art. 5º As regularizações que dizem respeito a recuo frontal, afastamentos laterais/fundos, taxa de ocupação, número de vagas para garagem, gabarito e índice de aproveitamento somente serão efetivadas mediante o pagamento de compensações, tendo por base a tabela anexa a esta lei.

§ 1º Nos casos de infrações em mais de um item especificado neste artigo, as compensações serão calculadas de forma cumulativa.

§ 2º Os recursos provenientes das compensações instituídas pela presente Lei Complementar deverão ser aplicados obrigatoriamente em conta bancária específica e serão utilizados para melhoria da estrutura do Departamento de Engenharia (instrumentalização do Setor e capacitação dos servidores do mesmo Departamento).

§ 3º Fica vedada a utilização dos recursos provenientes das compensações previstas nesta Lei Complementar em finalidade diversa daquelas previstas no § 2º deste artigo.

Art. 6º Os processos e as notificações, de que trata essa Lei Complementar, para regularização de edificação em andamento no Município na data da publicação desta Lei Complementar poderão ser analisados segundo os parâmetros nesta estabelecidos, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 7º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 8º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor Municipal de São Miguel do Oeste quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º Os processos não concluídos por omissão do requerente durante a vigência da presente Lei Complementar serão indeferidos e arquivados, não gerando direito à devolução do valor já pago ao Município.

Art. 10 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 29 de dezembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

ANEXO I

1. RECUO FRONTAL PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR E CONDOMÍNIO HORIZONTAL		
Metro Linear	VALOR	
até 1,00 m	R\$ 500,00	0,17 UPM
de 1,00 a 2,00 m	R\$ 1.000,00	0,34 UPM
de 2,00 a 3,00 m	R\$ 1.500,00	0,51 UPM
de 3,00 a 4,00 m	R\$ 2.500,00	0,84 UPM

OBS: As edificações que avançarem sobre o espaço público não serão possíveis de regularização.

2. TAXA DE OCUPAÇÃO		VALOR m²	
Cada m² ou fração de metros excedido		R\$ 100,00	0,03 UPM

3. COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO		VALOR m²	
Cada m² ou fração de metros excedido		R\$ 100,00	0,03 UPM

4. AFASTAMENTO DE LATERAL E DE FUNDOS		VALOR m²	
Cada m² ou fração de metros excedido		R\$ 100,00	0,03 UPM

OBS: Janelas menos de 1,50 de divisas, além da multa, autorização do vizinho com firma reconhecida e matrícula atualizada.

5. VAGAS DE ESTACIONAMENTO		VALOR por vaga	
Número de vaga inferior ao mínimo exigido		R\$ 500,00	0,17 UPM

6. GABARITO		VALOR METRO LINEAR	
Cada metro ou fração de metro linear de altura construído a mais, considerando a altura máxima de 3,60 entre pavimentos.		R\$ 1.000,00	0,34 UPM

LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2014 - ACRESCENTA AS ALÍNEAS F E G NO INCISO I, MODIFICA O PARÁGRAFO ÚNICO E CRIA O §2º DO ARTIGO 4º, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 12, ALTERA E ACRESCENTA AOS ANEXOS I, II, REVOGA O INCISO IX DO ARTIGO 6º, OS ARTIGOS 46, 47, 48, 49, 50, 51 E O ANEXO IX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033

LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2014

ACRESCENTA AS ALÍNEAS F e G NO INCISO I, MODIFICA O PARÁGRAFO ÚNICO E CRIA O §2º DO ARTIGO 4º, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 12, ALTERA E ACRESCENTA AOS ANEXOS I, II, REVOGA O INCISO IX DO ARTIGO 6º, OS ARTIGOS 46, 47, 48, 49, 50, 51 E O ANEXO IX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2013 DE

23/12/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescida a alínea f e g ao inciso I do artigo 4º da Lei Complementar 033/2013.

Art. 4º

I

.....

f) das associações, sociedades civis, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas e esportivas, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública.

g) das atividades de vendedores de produtos horti-fruti-granjeiros, produzidos por produtores e agricultores familiares, em suas propriedades, no município de São Miguel do Oeste.

§ 1º A isenção das taxas não dispensam a emissão das licenças ou alvarás, quando necessários aos respectivos atos, nem a obediência às disposições legais pertinentes ao seu regular exercício.

§ 2º Aos Micro Empreendedores Individuais (MEI) enquadrados nos dispositivos da Lei Federal 123/2006, será concedido abatimento de 50% no valor das respectivas TLL (Taxa de Licença de Localização) e TLP (Taxa de Licença de Permanência).

Art. 2º O artigo 12 da Lei Complementar 033/2013 passa a vigorar com a seguinte redação.

Art.12. A TLL será calculada de acordo com a Tabela do Anexo I desta Lei e recolhida quando do requerimento da Licença.

§ 1º - Na Licença para transferência de local ou alteração de atividade a taxa será reduzida em 50%(cinquenta por cento), para uma única transferência ou alteração dentro do exercício.

§ 2º - No caso de licenciamento inicial, o fisco municipal lançará a taxa de que trata o caput do artigo, proporcionalmente aos meses restantes do exercício fiscal, aplicando como base de cálculo o valor atribuído anualmente para a atividade do contribuinte.

Art. 3º - Altera o valor da taxa da Tabela de enquadramento de atividade, da Licença para Localização e da Licença para Permanência pertencentes nas Seções G e K, dos anexos I, II, parte integrante da LC 033/2013, das seguintes atividades relacionadas a seguir:

TABELA DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO - TLL ANEXO I

TAXA DE LICENÇA PARA PERMANENCIA - TLP ANEXO II

Código	Denominação	Valor da Taxa
	Seção G – Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	R\$ 241,30
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	R\$ 241,30
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	R\$ 241,30

4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	R\$ 241,30
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	R\$ 241,30
	Seção K – Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	
6410-7/00	Banco Central	R\$ 1.206,50
6421-2/00	Bancos comerciais	R\$ 1.206,50
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	R\$ 1.206,50
6423-9/00	Caixas econômicas	R\$ 1.206,50
6424-7/01	Bancos cooperativos	R\$ 1.206,50
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	R\$ 1.206,50
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	R\$ 1.206,50
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	R\$ 1.206,50
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	R\$ 1.206,50
6432-8/00	Bancos de investimento	R\$ 1.206,50
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	R\$ 1.206,50
6434-4/00	Agências de fomento	R\$ 1.206,50
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	R\$ 1.206,50
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	R\$ 1.206,50
6435-2/03	Companhias hipotecárias	R\$ 1.206,50
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	R\$ 1.206,50
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	R\$ 1.206,50
6438-7/01	Bancos de câmbio	R\$ 1.206,50
6438-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas, anteriormente.	R\$ 1.206,50
6440-9/00	Arrendamento mercantil	R\$ 1.206,50
6450-6/00	Sociedades de capitalização	R\$ 1.206,50
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	R\$ 1.206,50
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	R\$ 1.206,50
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	R\$ 1.206,50
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	R\$ 1.206,50
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	R\$ 1.206,50
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	R\$ 1.206,50
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	R\$ 1.206,50
6492-1/00	Securitização de créditos	R\$ 1.206,50
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	R\$ 1.206,50
6499-9/01	Clubes de investimento	R\$ 1.206,50
6499-9/02	Sociedades de investimento	R\$ 1.206,50
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	R\$ 1.206,50
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	R\$ 1.206,50
6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	R\$ 1.206,50
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	R\$ 1.206,50

Art. 4º - Fica acrescida à Tabela de enquadramento de atividade da Licença para Localização e da Licença para Permanência anexos I, II parte integrante da LC 033/2013, as seguintes atividades relacionadas a seguir:

TABELA DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO - TLL ANEXO I

TAXA DE LICENÇA PARA PERMANENCIA - TLP ANEXO II

PROFISSIONAIS	
AUTONOMOS	
CÓDIGO - DENOMINAÇÃO	
7419-01 – Engenheiro Acústico (NS)	R\$ 120,65

7419-02 – Engenheiro Agrícola (NS)	R\$ 120,65
7419-03 – Engenheiro Aeronáutico (NS)	R\$ 120,65
7419-04 – Engenheiro Ambiental (NS)	R\$ 120,65
7419-05 – Engenheiro Agrimensor (NS)	R\$ 120,65
7419-06 – Engenheiro Aquicultura (NS)	R\$ 120,65
7419-07 – Engenheiro Alimentos (NS)	R\$ 120,65
7419-08 – Engenheiro Biomédico (NS)	R\$ 120,65
7419-09 – Engenheiro Cartográfico (NS)	R\$ 120,65
7419-10 – Engenheiro de Computação (NS)	R\$ 120,65
7419-11 – Engenheiro Civil (NS)	R\$ 120,65
7419-12 – Engenheiro de Controle e Automação (NS)	R\$ 120,65
7419-13 – Engenheiro Horticultor (NS)	R\$ 120,65
7419-14 – Engenheiro de Minas (NS)	R\$ 120,65
7419-15 – Engenheiro Elétrico (NS)	R\$ 120,65
7419-16 – Engenheiro Florestal (NS)	R\$ 120,65
7419-17 – Engenheiro Industrial (NS)	R\$ 120,65
7419-18 – Engenheiro Mecatrônico (NS)	R\$ 120,65
7419-19 – Engenheiro Naval (NS)	R\$ 120,65
7419-20 – Engenheiro Sanitário (NS)	R\$ 120,65
7419-21 – Engenheiro de Tecnologia têxtil e da Indumentária (NS)	R\$ 120,65
7419-22 – Engenheiro de Energia (NS)	R\$ 120,65
7419-23 – Engenheiro de Materiais (NS)	R\$ 120,65
7419-24 – Engenheiro de Pesca (NS)	R\$ 120,65
7419-25 – Engenheiro de Produção (NS)	R\$ 120,65
7419-26 – Engenheiro de Telecomunicações (NS)	R\$ 120,65
7419-27 – Engenheiro de Física (NS)	R\$ 120,65
7419-28 – Engenheiro Hídrica (NS)	R\$ 120,65
7419-29 – Engenheiro Mecânico (NS)	R\$ 120,65
7419-30 – Engenheiro Metalúrgico (NS)	R\$ 120,65
7419-31 – Engenheiro Químico (NS)	R\$ 120,65
7419-32 – Engenheiro Têxtil (NS)	R\$ 120,65
7419-33 – Engenheiro de Petróleo e Gás (NS)	R\$ 120,65
7419-34 – Engenheiro de Segurança do Trabalho (NS)	R\$ 120,65
7677-01- Moto taxista (NQ)	R\$ 40,22

Art. 5º - Ficam revogados em todos os seus termos o inciso IX do artigo 6º, os artigos 46, 47, 48, 49, 50, 51 e o Anexo IX da Lei Complementar 033/2013, e as Leis Municipais 1630/1984, e 5215/2003.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 30 de dezembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração
Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.084/2014 - DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE, BEM COMO REGRAS PARA A AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.084/2014

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE, BEM COMO REGRAS PARA A AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a constituir Comissão Permanente para avaliar bens imóveis, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º As avaliações poderão ser realizadas para averiguar:

I- A correta base de cálculo, com vistas ao lançamento do Imposto de Transmissão Intervivos (ITBI), sempre que houver divergência entre a Fazenda Municipal e o contribuinte;

II- O real valor de imóveis da Administração para fins de alienação;

III- O real valor de imóveis de terceiros para fins de aquisição;

IV- O real valor da locação de imóveis de interesse do Município.

Art. 3º A Comissão referida no artigo anterior será composta por três (03) membros, dos quais dois (02) serão servidores do quadro efetivo do Município lotados nas secretarias de Administração, Secretaria da Fazenda e/ou da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e, o terceiro, representante do mercado imobiliário.

§ 1º Cada um dos servidores nomeados para compor a Comissão de Avaliação perceberá, na forma de gratificação, pelo desempenho fixo e mensal da respectiva atividade, independentemente do número de avaliações, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (Anexo IV - LCM nº 025/2013).

§ 2º Ficará a cargo de um dos servidores efetivos, à presidência dos trabalhos da Comissão.

§ 3º A nomeação do representante do mercado imobiliário será feita em forma de rodízio para cada avaliação, respeitando-se a ordem prevista na lista de inscritos na Chamada Pública preteritamente efetuada pela administração pública para este fim especial.

§ 4º A remuneração pelo trabalho desempenhado pelo representante do mercado imobiliário perante a referida Comissão de Avaliação será remunerado mediante o pagamento do valor correspondente a (01) salário mínimo ao tempo da respectiva prestação.

§ 5º O custeio do valor mencionado no artigo anterior, em se tratando do disposto no inciso I, do art. 2º, desta Lei será de responsabilidade do próprio contribuinte que incitar a divergência; Nos demais casos (incisos II, III e IV), o custeio do valor dar-se-á pela própria Administração.

§ 6º A constituição da Comissão de Avaliação para cada ato será feita por portaria, respeitando-se no que tange à escolha do representante do mercado imobiliário, a devida ordem de preferência disposta na lista sequencial.

§ 7º Antes da expedição da portaria prevista no parágrafo anterior, o Município cientificará o respectivo profissional que estiver na vez, para que, no prazo improrrogável de (01) dia útil, manifeste-se expressamente sobre a aceitação do encargo.

§ 8º SUPRIMIDO

§ 9º A falta de manifestação dentro do prazo previsto no § 6º ensejará a perda da vez, bem como a nomeação de novo profissional, respeitando-se, para isso, a ordem de preferência prevista na lista de inscritos.

Art. 4º Profissionais interessados em participar de Comissões de Avaliação deverão se inscrever junto à Administração, mediante pedido escrito e preenchimento de cadastro próprio, devendo, para tanto, apresentar no ato desta, comprovação de vinculação ao Ente Classista competente (CRECI).

Art. 5º O profissional que integrar a Comissão de Avaliação como representante do mercado imobiliário, em face da sua responsabilidade técnica, expedirá parecer/laudo de avaliação, apresentando, para tanto, as razões e/ou fundamentos que o levaram a chegar à respectiva conclusão.

Art. 6º O resultado do parecer/laudo será transcrito em ata pelos demais membros da Comissão, que consignarão a sua concordância, ou a sua discordância, caso em que terão que apresentar, de forma fundamentada, as razões que levaram a contraditar o respectivo estudo.

Art. 7º Não poderá fazer parte da Comissão de Avaliação de que trata esta lei, quando for o caso, o profissional e/ ou funcionário da Imobiliária que esteja intermediando a respectiva transação imobiliária.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua avaliação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.085/2014 - DENOMINA DE "RUA DARCIDES ESTEVÃO TAFFAREL" A RUA PROJETADA "D"LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO SEGURO, BAIRRO SANTA RITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.085/2014

DENOMINA DE "RUA DARCIDES ESTEVÃO TAFFAREL" A RUA PROJETADA "D"LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO SEGURO, BAIRRO SANTA RITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA DARCIDES ESTEVÃO TAFFAREL", a Rua Projetada D, localizada no Loteamento Porto Seguro, Bairro Santa Rita, Município de São Miguel do Oeste.

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.086/2014 - AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.086/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder à doação de uma bandeira do Município de São Miguel do Oeste, em tamanho original, a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.087/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA SELIO NUNES ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.087/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA SELIO NUNES ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa SELIO NUNES ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 20.524.181/0001-62, com sede no Município de São Miguel do Oeste - SC, o seguinte incentivo econômico: Cessão de direito real de uso de terreno de propriedade do Município.

§ 1º A cessão de uso tem como objeto área de terra localizada à Rua Engenheiro Pereira Passos, lote urbano nº 10, Matrícula 28614, localizado no Bairro Santa Rita, para desenvolvimento das atividades da empresa SELIO NUNES ME.

§ 2º Os benefícios ora concedidos ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento estão de acordo com os dispositivos do inciso I, alínea "h", do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º As despesas decorrentes de instalação e funcionamento da empresa, bem como outras taxas decorrentes da presente cessão de uso, correrão à conta da cessionária.

Art. 3º O prazo da presente cessão de uso será de 20 (vinte) anos, contados da vigência desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período, mediante conveniência das partes.

Art. 4º A área de terra objeto da cessão de direito real de uso destina-se unicamente para a empresa SELIO NUNES ME proceder a instalação de suas atividades, no prazo de 01 (um) ano, vedado o seu desvio de finalidade, sob pena de imediata reversão da cessão.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.088/2014 - CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.088/2014

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Mundo Novo (CEI - MUNDO NOVO), com sede na Rua Rodolfo Spier, Bairro Nossa Senhora da Salete, São Miguel do Oeste.

Art. 2º O Centro de Educação Infantil Mundo Novo será vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal de Educação e os Setores Competentes da Municipalidade, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

Schroeder**PREFEITURA****DECRETO Nº 3.216/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.216/2014 de 22 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.218,23 (seis mil duzentos e dezoito reais e vinte e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIADE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS
06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações
..... R\$ 6.218,23

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000
..... R\$ 6.218,23

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

FERNANDO RODRIGO DAROSA
Procurador Municipal

Serra Alta**PREFEITURA****EDITAL CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 001/2015**

EDITAL Nº 001/2015
"CHAMAMENTO DE FORNECEDORES"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que em conformidade com o disposto no Artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, suas alterações, e demais normas, que o Município de SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, nesta cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, está realizando INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO, para os fornecedores já cadastrados, junto ao Setor de Compras e Licitações deste Município, conforme segue:

1 - DO OBJETIVO

1.1 Este Edital tem, por objetivo, receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização daqueles fornecedores já inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores Municipais desta Unidade Federativa, que tenham interesse em fornecer materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, bem como aqueles que são especializados na execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Licitação e/ou Contratação.

Os mesmos deverão REQUERER, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

2- DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Os interessados deverão protocolar a documentação no Setor de Licitações do Município de Serra Alta, sito à Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, CEP: 89871-000, na cidade de Serra Alta, SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13:30 às 17:30 horas, diariamente, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada por tabelião ou poderá ser autenticada por servidor da municipalidade, conforme o caso:

I - PESSOAS FÍSICAS:

- a)- Cédula de Identidade;
- b)- Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c)- Registro na entidade profissional competente;
- d)- Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa física.
- e) Comprovante de Residência.
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

II - PESSOAS JURÍDICAS:

a)- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b)- registro comercial, no caso de empresa individual;

c)- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d)- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e)- prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/ (SRF/MF) com cartão atualizado;

f)- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

h)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante

i) - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);

j) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS autêntica), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

k) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

l)- Certidão Negativa de Recuperação Judicial (falência ou concordata) expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;

m)- certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa jurídica.

n) Registro ou inscrição da EMPRESA na respectiva entidade profissional competente (CREA, CAU, OAB, CRO, CRM, CRC, etc...) quando for o caso;

o) Registro ou inscrição do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, na respectiva entidade profissional competente;

p) Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes (Alvará Municipal).

q) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2014), já exigíveis e apresentados na forma da Lei 8.666/93, com os termos de abertura e encerramento, assinado pelo contador responsável e pelo proprietário da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço e as demonstrações a serem apresentados, deverão ser cópias extraídas do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado;

OBS: A empresa que se cadastrar entre os meses de Janeiro à Abril, e ainda não tem encerrado o Balanço do Exercício de 2014, deve apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2013, juntamente com as cópias dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, exigido legalmente, registrado e assinado.

§ 1º Os documentos, cuja verificação de autenticidade esteja expressa e obrigatoriamente vinculada à consulta via internet, deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, apresentados no seu ORIGINAL e PREFERENCIALMENTE em impressão a cores.

§ 2º Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

3.1 O fornecedor que atender os requisitos acima elencados fará jus à expedição do Certificado de Registro Cadastral - CRC, o qual terá validade até 31 de dezembro de 2015.

4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As inscrições, nos termos do Artigo 34, § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, estarão permanentemente abertas aos interessados;

4.2. Os casos omissos serão analisados de conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.3. O CRC - Certificado de Registro Cadastral não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.4. Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição;

4.5. Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.

4.6. Para efeito de participação de Licitações, todas as certidões devem ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.

4.7. A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Serra Alta, SC, preferencialmente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para as Tomadas de Preços, os que atenderem, até o terceiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

4.8. Para as empresas não cadastradas e que porventura participarem de processos licitatórios na Modalidade de Tomada de Preços, para habilitação prévia, além dos documentos exigidos no edital, deverá apresentar até o terceiro dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

4.9. O Município de Serra Alta, nos termos do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, reserva-se o direito de alterar, suspender ou cancelar o Registro Cadastral do fornecedor que deixar de atender as exigências elencadas no referido dispositivo legal, de acordo com o Artigo 37 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores.

4.10. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Serra Alta - SC, no horário e endereço mencionados no preâmbulo deste Edital ou pelo fone/fax (49) 3364 0092.

Serra Alta - SC, 31 de Dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Timbó**PREFEITURA****AVISO CONCORRÊNCIA N.º 171 2014 PMT - IMPLANTAÇÃO ANEL VIÁRIO ETAPA I**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 171/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do Anel Viário Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-transporte do Ministério das Cidades, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme autorizado pelo Ministro das Cidades através da Portaria nº 111 de 5 de março de 2013 publicada no Diário Oficial da União (repetição total Concorrência n.º 146/2014 com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min horas do dia 02 de fevereiro de 2015. ABERTURA: dia 02 de fevereiro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 30/12/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Três Barras**PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR Nº 186 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 186 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei disciplina e dispõe sobre o Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras.

Art. 2º. Os integrantes do Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras estão sujeitos ao regime jurídico do emprego público.

Art. 3º. O Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização da categoria de servidores, através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Município, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III - formação continuada;

Art. 4º. A progressão funcional dar-se-á:

I - Por desempenho;

II - Por aperfeiçoamento.

Art. 5º. A progressão por desempenho ocorrerá a cada dois anos de efetivo exercício no emprego, a contar da data da publicação desta Lei Complementar, e corresponderá ao avanço de um nível na tabela constante do Anexo Único, segundo critérios de avaliação de desempenho e métodos estabelecidos por Decreto.

Parágrafo único. Não serão considerados como de efetivo exercício no emprego, os afastamentos decorrentes de:

I - Faltas;

II - Licenças;

III - Suspensão disciplinar.

Art. 6º. A progressão por aperfeiçoamento, que tem origem no aprimoramento técnico e intelectual por meio de cursos ou treinamentos, consiste no avanço de um ou mais níveis da Tabela

de Referência constante do Anexo Único, segundo a natureza do curso ou treinamento concluído, observado o seguinte:

I - avanço de um nível, quando alcançadas a carga horária de 120 (cento e vinte) horas-aula;

II - A progressão decorrente de conclusão de curso de graduação, corresponde ao avanço de 3 (três) níveis;

III - A progressão decorrente de conclusão de curso de pós-graduação corresponderá ao avanço de 4 (quatro) níveis.

§ 1º. Na progressão por aperfeiçoamento somente poderão ser aproveitados cursos e treinamentos:

I - concluídos a partir do ingresso do servidor no serviço público Municipal;

II - cujos programas sejam compatíveis com a natureza do trabalho do servidor;

III - que não sejam indispensáveis à titularidade do cargo;

IV - com, no mínimo, 16 horas/aula;

§ 2º. Fica vedado o reaproveitamento de cursos e treinamentos para progressão.

§ 3º. Fica limitada em um nível a progressão decorrente de curso ou treinamento com carga horária superior à estabelecida no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º. Caberá à Administração decidir sobre o aproveitamento e classificação de cursos e treinamentos para fins de progressão por aperfeiçoamento.

Art. 7º. Fica criado no Anexo I da Tabela de Vencimentos da Lei Complementar nº 154/2011 o Padrão de Vencimento EP-11-A no valor de R\$ 869,20 (oitocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).

Art. 8º. Fica alterado o Padrão de Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras para Padrão EP-11-A.

Parágrafo único. A remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras, após a edição do decreto do Poder Executivo federal não será inferior ao valor do piso salarial profissional nacional, estabelecido conforme Lei nº 12.994/2014.

Art. 9º. Os Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Três Barras que trabalhem com habitualidade em locais insalubres fazem jus a um adicional sobre o valor do salário mínimo, conforme normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. O direito ao adicional de insalubridade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 10. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres.

Art. 11. Fica alterado o Padrão de Vencimento no quadro de pessoal do Município, para atuação no Estratégia Saúde da Família - ESF do emprego público de Enfermeiro - Padrão EP-05, para R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais).

Art. 12. Fica criado no Anexo III - Tabela de Vencimentos - Cargos Efetivos da Lei Complementar nº 139/2009 o Padrão de Vencimento 04 - I no valor de R\$ 2.840,00 (dois mil, oitocentos e quarenta reais)

Art. 13. Fica alterado o Padrão de Vencimento do cargo efetivo de Enfermeiro para o Padrão de Vencimento 04 - I.

Art. 14. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 29 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO ÚNICO

TABELA DE REFERÊNCIAS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Referência	Percentual
00	inicial
01	2%
02	4%
03	6%
04	8%
05	10%
06	12%
07	14%
08	16%
09	18%
10	20%
11	22%
12	24%

LEI COMPLEMENTAR Nº 187 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 187 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014
DÁ NOVA REDAÇÃO E ACRESCENTA INCISOS E PARÁGRAFOS AO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE CRIA CARGO EFETIVO DE CONTADOR LEGISLATIVO NO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA DE VEREADORES.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 2º, da Lei Complementar n. 182, de 16 de dezembro de 2013, que CRIA CARGO EFETIVO DE CONTADOR LEGISLATIVO NO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA DE VEREADORES, passa a vigorar com nova redação, acrescido dos incisos e parágrafos seguintes:

.....

Art. 2º. Ficam criadas as Funções Gratificadas seguintes:

I - Função Gratificada de Tesoureiro, no valor de 30% (trinta por cento) do vencimento base do servidor que estiver no desempenho da função respectiva.

II - Função Gratificada de Encarregado do Protocolo e Digitalização, no valor de 30% (trinta por cento) do vencimento base do servidor que estiver no desempenho da função respectiva.

III - Função Gratificada de Acompanhamento dos Trabalhos Legislativos nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) aos servidores que desempenharem tais serviços, conforme calendário de Reuniões deste Poder.

§ 1º. As designações dos Servidores que receberão a Função Gratificada de Acompanhamento dos Trabalhos Legislativos serão feitas por Portaria e o valor será reajustado na mesma data e no mesmo índice de aumento dos Servidores Municipais.

§ 2º. Os servidores nomeados deverão acompanhar os trabalhos nos dias de reuniões a partir das 18:30 horas (dezoito horas e trinta minutos) até o encerramento das mesmas, ficando responsáveis pela abertura e fechamento da porta do prédio da Câmara.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 29 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

PORTARIA Nº 510 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 510 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do Ofício nº 0419/2014 da Secretaria de Saúde do Município;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE :

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora LUCELHA APARECIDA KANZLER BETTO, matrícula 636.0-0, ocupante do cargo de técnico em enfermagem, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 16 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº. 500 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 500 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora REGINA MARIN, no cargo de PROFESSORA, 40hrs semanais, Quadro de funcionários Temporários desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 06/12/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 19/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 501 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 501 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora NOEMIA DAS CHAGAS KOGLINSKI, no cargo de PROFESSORA, 40hrs semanais, Quadro de funcionários Efetivo desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 24/11/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 09/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 502 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 502 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora VANIA CASTILHO, no cargo de PROFESSORA,

40hrs semanais, Quadro de funcionários Temporário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 10/12/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 25/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 001 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 001 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [por termino de contrato] os servidores abaixo, aprovados em Teste Seletivo 01/2014 das funções que exerciam no cargo de PROFESSOR; Conforme o Decreto Lei 4.351 de 04 de fevereiro de 2014, lotados na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Nº	Matricula	Nome
1.	18578.7 0	ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR
2.	14687.0 4	ADRIANA APARECIDA SCHATZMANN
3.	16866.1 1	ADRIANA SCHUHMACHER
4.	12330.7 3	ADRIANO DE MATTOS CARDOSO MUNHOZ
5.	15333.8 4	AGOSTINHO KRYSZYSZYN
6.	12809.0 4	ALCEU JUNIOR MACIEL
7.	17656.7 1	ALLAN WILLIAN IANCOSKI
8.	10340.3 16	ALSIONE KACHIMARECK CARLOS DE MARIA
9.	498.7 12	ANA ALICE PADILHA
10.	18591.4 0	ANA ANDRIELI DO PRADO PORTELLA PEREIRA
11.	10917.7 4	ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA
12.	18559.0 0	ANA PAULA ARTNER
13.	7595.7 9	ANA PAULA BLANCK RAABE
14.	340.9 21	ANDREIA MEYER ADUR
15.	17662.1 1	ANDRIELI CORDEIRO
16.	14762.1 1	ANGELITA DOMINGUES DE OLIVEIRA MACHADO
17.	16882.3 1	ARLANE MARIA LUIZA MACHIAVELLI
18.	16862.9 2	AURELIA TEREZINHA DAS CHAGAS WALTER
19.	11916.4 4	CAROLINA FOULETTO MENDES DOS SANTOS
20.	18579.5 0	CAROLINE CARDOSO HACK
21.	2410.4 2	CERLI TEREZINHA ADUR WOGGINAKI
22.	9344.0 11	CHARLIE KANZLER BUENO DO NASCIMENTO
23.	14199.2 2	CIDERLEI MAULE DE LIMA
24.	7521.3 15	CIRLEA MARIA BEGE
25.	364.6 22	CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIR
26.	12656.0 11	CLARICE MARIA RODRIGUES DA SILVA
27.	12224.6 4	CLAUDIA REGINA VIEIRA
28.	9345.9 12	CLAUDIA TEREZINHA JONKO
29.	16016.4 2	CLAUDINEIA APARECIDA LUIZ

30.	8532.4 7	CLEUNICE URBANEK CORDEIRO DE SOUZA
-----	----------	------------------------------------

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 002 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº	Matricula	Nome
31.	628.9 17	CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA
32.	14772.9 2	CRISTIANA FLORISBELLA ADAM
33.	15501.2 6	CRISTIANE MONIQUE DO PRADO NOVAK
34.	13407.4 0	DAIANA RISSARDI
35.	17657.5 1	DAIANE DE SOUZA CRIMINACIO
36.	14643.9 5	DALVANA BIANEK CHAGAS
37.	16378.3 3	DAMARIS NOEMI OCKER
38.	13409.0 1	DANIELE DA SILVA
39.	9536.2 1	DANIELI OLISKOWSKI ERZINGER
40.	15886.0 3	DANIELLI MARTINS PUSCA
41.	18574.4 0	DEBORA RODRIGUES DE MORAES
42.	9562.1 12	DENISE ANTUNES DE OLIVEIRA
43.	8565.0 14	DENISE GAULOSKI
44.	18588.4 0	DERLI REGINA DE LIMA
45.	343.3 23	DORIANE APARECIDA BATISTA FIOLEK
46.	17702.4 1	DOUGLAS EDUARDO FERREIRA
47.	16155.1 5	EDI WILSON HEIDEN
48.	16393.7 2	ELIANE APARECIDA ANTONOVICZ
49.	1059.6 8	ELIANE KARVAT VEIGA
50.	290.9 11	ELIANI ADUR PACHECO
51.	290.9 11	ELISANGELA TEIXEIRA
52.	11553.3 4	EVA APARECIDA BRONOSKI DA SILVA MACANEIR
53.	18581.7 0	FABIO HANCHUCK
54.	18657.0 0	FERNANDA BAPTISTA MOREIRA VOIGT
55.	14046.5 3	FRANCINE DE SOUZA CORREA
56.	12225.4 8	GEORGIA CRISTIANE PEREIRA CASTILHO
57.	13289.6 3	GIANE APARECIDA MARTINS SOARES
58.	14641.2 2	GIOVANA DA ROSA GEVIESKI
59.	13654.9 4	GIRLENE CORREIA
60.	8353.4 6	GISELE SARDA BIANEK
61.	17946.9 1	GISLAINE APARECIDA SUBTIL SASSO
62.	18587.6 0	GISLAINE DE FATIMA KRIGINSKI
63.	8378.0 10	GIZELE WOSNIACK CORREA
64.	16395.3 3	GRAZIELI CRISTIANE DE LIMA
65.	18750.0 0	HELOISA DE FATIMA ULTHES

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 003 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº	Matricula	Nome
66.	7862.0 14	HILDA ULTHES HEUKO
67.	18604.0 0	IRACY DE LOURDES CARNEIRO DOMINIAC
68.	14149.6 9	ISABELA CRISTINA COSTA FLORINDO
69.	812.5 11	ISOLDE DE FATIMA DE SOUZA FERREIRA PAULO
70.	12963.1 2	IVANA MEYER BUENO
71.	12154.1 13	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS
72.	16389.9 1	JACIANE APARECIDA DOS SANTOS PACHECO
73.	14897.0 4	JADERSON FELICIO CASTRO
74.	16496.8 3	JAILSON ALVES RIBEIRO
75.	517.7 13	JAIRA DAS GRACAS LIMA CASA
76.	17144.1 0	JAQUELINE JONKO
77.	12808.2 1	JESICA SUZANA MARCONDES RODECZ SCHIESSL
78.	17790.3 1	JESSICA MUNHOZ
79.	11325.5 4	JOELMA PAZDA
80.	12152.5 6	JOELMA SOARES DA SILVA
81.	7178.1 5	JOELMA TABORDA RIBAS
82.	11466.9 3	JOSIANE PINTO
83.	17661.3 1	JULIANA CATARINA DOS SANTOS
84.	14702.8 4	JULIANA KRIGINSKI
85.	16381.3 2	JULIANO DE FREITAS PADILHA

86.	13585.2 4	JUNALE PORTES DE OLIVEIRA BATISTA
87.	16276.0 2	JUSSIMARA OLIVA
88.	10699.2 4	KARINA PEREIRA GONCALVES KONDRAS
89.	15451.2 5	KARINE ELAINE WENDT
90.	14771.0 6	KATIA IANA RIBEIRO MARTINS
91.	14047.3 0	KELIN DE PAULA FARIAS
92.	10507.4 10	KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANOVSKI
93.	12116.9 7	KELLY DA SILVA LIMA DA SILVA
94.	18597.3 0	LAURA MELNECHENKO IENDRAS
95.	17579.0 1	LUCIANA BROZOSKI
96.	18563.9 0	LUCIANA GUIMARAES GOMES DE LIMA
97.	17653.2 1	LUCIANE CHRISOSTOMO SELEME
98.	18844.1 0	LUCINEIA BONETTES
99.	18602.3 0	MAIARA OSTROSKI
100.	18620.1 0	MAISA BATISTA
101.	11285.2 16	MANUELLE ANITA PIRES HEIDEN
102.	810.9 16	MARA IVANETE ADUR
103.	10073.0 8	MARCIA ANDREA BECKER
104.	865.6 12	MARCIA MARIA CONRADO JONKO
105.	18582.5 0	MARCOS ANDRE LISBOA ARRUDA
106.	10429.9 0	MARGARETE FERREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 004 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº	Matricula	Nome
107.	15762.7 3	MARIA APARECIDA KON
108.	376.0 14	MARIA APARECIDA RODRIGUES LOIK
109.	827.3 20	MARIA BILESKI GUIMARAES
110.	264.0 19	MARIA DE LOURDES NUNES ZAPORA
111.	16392.9 3	MARIA DOROTÉA PEREIRA MACHADO DE SOUZA
112.	10027.7 10	MARIA JOANA KRULL WORELL
113.	109.0 8	MARIA JOSE PADILHA
114.	8200.7 15	MARIA JULIANA DO NASCIMENTO
115.	1749.3 1	MARIA LUCIA MENDES
116.	16510.7 1	MARIANA HENRIQUE
117.	14648.0 7	MARIANI APARECIDA DE MATIAS
118.	14648.0 8	MARIANI APARECIDA DE MATIAS
119.	5133.0 14	MARILEIA KUCZKA
120.	9685.7 15	MARILEI ALVES
121.	18580.9 0	MARILENE MADEIRA FERREIRA
122.	11264.0 7	MARIO TESKA JUNIOR
123.	13551.8 8	MARISA DOS SANTOS
124.	8218.0 14	MARIVALDA DE JESUS ALEXANDRE LA-COWICTZ
125.	11239.9 4	MARIZETE CORDEIRO BIANEK
126.	7863.8 20	MARLI APARECIDA DOS SANTOS
127.	8188.4 3	MARLY VEIGA
128.	11498.7 0	MICHELE ADRIANA HENRIQUE
129.	18619.8 0	MICHELE DE MATOS
130.	15997.2 3	MICHELE OLINEK
131.	18584.1 0	MICHELE SZCZYGIEL
132.	16388.0 3	MILENA FERREIRA
133.	10470.1 4	NATALIA DE JESUS RIBEIRO
134.	17372.0 1	NEUSELI BEYERSDORFF OLSEN
135.	7916.2 8	NISSIA CECILIA NUNES
136.	503.7 19	NOELIA TINFE FOLLADOR
137.	9930.9 0	OTAVIO HOINASKY FILHO
138.	14194.1 2	PATRICIA CARLA DE SOUZA
139.	9313.0 3	PATRICIA DE MELO REZENDE
140.	18575.2 0	RAFAEL GUSTAVO ARTNER
141.	15888.7 3	RAQUEL GONCALVES DOS SANTOS
142.	17659.1 1	RENY TEREZINHA NIZER
143.	13070.2 9	ROMELIA GONCALVES

144.	8374.7 16	ROMILDA LIMA
145.	13420.1 0	ROSANE SAMPAIO SCHIESSL
146.	9300.9 13	ROSANE TEREZINHA DEMSKI GIMENEZ

PORTARIA Nº. 503- FOLHA 005 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº	Matricula	Nome
147.	10033.1 13	ROSEMARI SUBTIL SASSO ANTUNES
148.	1010.3 15	ROSIMERE DE FATIMA BORGES HURMUS
149.	1005.7 13	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA
150.	10154.0 0	SABRINA CORNELSEN
151.	187.2 13	SAMIA WATCHEL SELEME
152.	11388.3 12	SANDRA CONCEICAO KUCHLER SABBAGH
153.	14191.7 1	SANDRA HELENA PEREIRA MACHADO
154.	17710.5 1	SILVIA ROSANE SCHATZMANN
155.	14774.5 4	SILVIELE APARECIDA DOS SANTOS
156.	17654.0 1	SIMONE MAZUREKI SOARES DE LIMA
157.	15261.7 1	SIMONE ODIA CORDEIRO
158.	9318.1 3	SISLEINE APARECIDA DIAS
159.	689.0 17	SOELI STACHUK
160.	818.4 15	SONIA ADELIA WIESE PEREIRA
161.	269.0 9	SUELI ARACEMIO MADEIRA
162.	15998.0 4	TAINE PECHARKA MUSSI
163.	18635.0 0	TALITA THAISE ARTNER
164.	12647.0 4	TAMIRES LUANA BROZOSKI
165.	13319.1 4	TARCILA ALVES PEREIRA
166.	17731.8 1	TATIANE JONKO
167.	12688.8 0	THAISE CRISTINE DOS SANTOS
168.	18449.7 0	VALCI KONKEL DE PAULA
169.	14134.8 8	VALQUIRIA APARECIDA RIBAS CUÇO
170.	16398.8 3	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA
171.	17709.1 1	VANESSA WAGNER D OLIVEIRA
172.	14712.5 4	VERA LUCIA DA SILVA MASSANEIRO
173.	18801.8 0	VIRLENE DE JESUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
174.	16010.5 5	WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 504 – FOLHA 001 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 504 - FOLHA 001 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR os servidores abaixo, aprovados em Teste Seletivo das funções que exerciam no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 semanais; Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013.

Nº	Matricula	Nome:	Data
1.	16595.6 0	ADRIANA COSSA RIBEIRO	12/12/2014
2.	16922.6 1	ALCIONETE WAGNER KMITA	12/12/2014

3.	16202.7 0	ALESSANDRA MARIA PADILHA	12/12/2014
4.	16035.0 1	ANA CLAUDIA DA SILVA NISEN	12/12/2014
5.	17691.5 0	ANGELA URBANECK WALTER	12/12/2014
6.	17088.7 0	ANGELICA MARIA SABATKE	12/12/2014
7.	12076.6 7	ANTONIA CLAUDIA SOLOSINSKI	12/12/2014
8.	4457.1 0	ANTONIA MATOS DE LIMA	12/12/2014
9.	15836.4 1	ANTONIO MARCOS CARVALHO	12/12/2014
10.	16033.4 1	APARECIDA VANUSA GOBETE ALVES	12/12/2014
11.	18660.0 0	BELIZARIA LORENA GRACIANO	12/12/2014
12.	204.6 1	CACILDA M MACIEL PIETCHON-COSKI	12/12/2014
13.	18679.1 0	CIRLEI DE FATIMA FERREIRA	12/12/2014
14.	12654.3 2	CLEUNIR DA ROSA LOPES WEN-GRZYNOWSKI	12/12/2014
15.	18878.6 0	CLEUSA ALBINGHAUS	12/12/2014
16.	16589.1 0	DAIANA ZAPORA	12/12/2014
17.	14127.5 1	DONALDO AUGUSTO DO PRADO HAACK	12/12/2014
18.	10076.5 5	DORLI ELENA DO PRADO HAA-CK LEAL PADILHA	12/12/2014
19.	16969.2 1	ELIANE DUTRA DE LIMA	12/12/2014
20.	9675.0 8	ELIZETE PORTELLA OSTROSKI	12/12/2014
21.	10123.0 7	ESTER LEFFER CARDOZO LORENA	12/12/2014
22.	18652.0 0	FRANCIELI CASTRO RODRIGUES TAVARES	12/12/2014
23.	16031.8 1	INES MARGARETE SOKALSKI SZCZYGIEL	12/12/2014
24.	17855.1 0	INES ZOVIA BUENO	12/12/2014
25.	14799.0 1	JOELMA HARTINGER	12/12/2014
26.	17690.7 0	JOMARA ALVES DE SOUSA	12/12/2014

PORTARIA Nº. 504 - FOLHA 002 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nº	Matricula	Nome:	Data:
27.	873.7 1	JUCELIA DE FATIMA HENRIQUE	12/12/2014
28.	13277.2 3	JULIETA WEGRZYNOWSKI DE SOUZA	12/12/2014
29.	16913.7 2	JUSCELIA TEREZINHA FERREIRA	12/12/2014
30.	17700.8 1	KARINA DOS SANTOS	12/12/2014
31.	18664.3 0	LUCIA LUBKE DOS SANTOS	12/12/2014
32.	8923.0 8	LUCIANA APARECIDA ALBANO	12/12/2014
33.	18743.7 0	LUCIANE DOS SANTOS VEIGA	12/12/2014
34.	18663.5 0	LUCINEI FERREIRA TORRES	12/12/2014
35.	19187.6 0	MARCIA JOSIANE PADILHA DE LIMA	12/12/2014
36.	17163.8 0	MARIA EVA DOS SANTOS VEIGA	12/12/2014
37.	13446.5 4	MARIA FLAVIANE WELKE CANANI	12/12/2014
38.	16477.1 1	MARIA IZOLETE STASCOVIAN KOHLER CHMILUK	12/12/2014
39.	17688.5 0	MARIA SALETE DE OLIVEIRA	12/12/2014
40.	13106.7 1	MARIA SUELI ANTUNES DOS SANTOS	12/12/2014
41.	17686.9 0	MARICI DE FATIMA CAVALHEIRO	12/12/2014
42.	16904.8 1	MARLI DE FATIMA GOES DE OLIVEIRA	12/12/2014
43.	14791.5 0	MARLI FERREIRA DA ROSA SOARES	12/12/2014
44.	11961.0 4	NAIRA MENDES	12/12/2014
45.	11554.1 4	NEUSA MARIA DROZAK FRANCO	12/12/2014

46.	12440.0 2	OSVALDIR SILVINO DOS SANTOS	12/12/2014
47.	17810.1 0	PATRICIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	12/12/2014
48.	17695.8 0	PAULO JORGE DE LIMA	12/12/2014
49.	18005.0 0	ROSANA APARECIDA KOHLER	12/12/2014
50.	12644.6 2	ROSANI MARIA RODRIGUES PADILHA	12/12/2014
51.	16030.0 0	ROSILDA DOS SANTOS	12/12/2014
52.	16978.1 1	SABRINA NUNES HELKO RIBEIRO	12/12/2014
53.	11931.8 2	SALETE APARECIDA DOS PASSOS	12/12/2014
54.	10078.1 2	SANDRA MARIA DOS SANTOS COSTA	12/12/2014
55.	11307.7 1	SIMONE APARECIDA SOUZA DOS SANTOS	12/12/2014
56.	16914.5 1	SIMONE DE FATIMA DE ALMEIDA FERREIRA	12/12/2014
57.	16907.2 1	SIRLEI TEREZINHA PEREIRA	12/12/2014
58.	17805.5 0	SOELI TEREZINHA REZENDE	12/12/2014
59.	17685.0 0	SONIA DE FATIMA CAVALHEIRO BARBOSA	12/12/2014

PORTARIA Nº. 504 - FOLHA 003 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nº	Matricula	Nome:	Data
60.	863.0 1	SONIA REGINA STEKLAIN	12/12/2014
61.	10978.9 0	VERA LUCIA EUCLIDES	12/12/2014
62.	16728.2 1	VILMARI APARECIDA OLENIKI DEBUS	12/12/2014

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

PORTARIA Nº. 505 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 505 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, os servidores citados abaixo quadro de funcionários de Comissão desta Prefeitura de suas respectivas secretarias.

Nº	Matricula	Nome	Cargo	Data demissão
1.	16096.2 0	ANDRIELI CORNELSEN	ASSESSOR	12/12/2014
2.	17693.1 1	ELENICE AP SCHIMOSKI ALVES MACIEL	SECRETARIA DE ESCOLA	12/12/2014
3.	949.0 5	JOAO MARIA DA SILVA	ASSESSOR	12/12/2014
4.	17762.8 4	JOSIANE ALBINGHAUS	SECRETARIA DE CMEI	18/12/2014
5.	12346.3 2	JUSSARA WENGRZYNOWSKI	ASSESSOR	12/12/2014
6.	16824.6 0	LETICIA EUCLIDES GUTTER HEIDEN	SECRETARIA DE ESCOLA	12/12/2014
7.	16700.2 1	LUCIANA DA SILVA	ASSESSOR	12/12/2014

8.	8358.5 9	MARIA MASSANEIRO NOVITZKI	SECRETARIA DE ESCOLA	12/12/2014
9.	310.7 15	MARIZETE AP GAU- LOSKI MAZAROVICZ	SECRETARIA DE CMEI	12/12/2014
10.	625.4 10	MARLENE PECHARKA CORREA	DIRETOR DE ESCOLA	12/12/2014
11.	794.3 1	NELSON FERREIRA RAMOS	ASSESSOR	12/12/2014
12.	1353.6 1	ROBERTO WERKA	ASSESSOR	12/12/2014
13.	18947.2 0	SONIA CORREA	SECRETARIA DE CMEI	12/12/2014
14.	435.9 6	TEREZINHA CRISTINA DE LIMA	SUB DIRE- TOR	12/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar 12 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 506 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 506 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, MIRELE CRISTIANE GONÇALVES, Aprovada Através do Concurso Público Municipal 04/2014 - decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, SOELI TEREZINHA REZENDE, Aprovada Através do Concurso Público Municipal 04/2014 - decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 508 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 508 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRESSA CRISTINA RICARDO, Aprovada Através do Concurso Público Municipal 04/2014 - decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 509 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 509 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [POR TÉRMINO DE CONTRATO] os Funcionários citados abaixo Aprovados Através do Processo Seletivo 01/2012

- decreto 4.196 de 04/02/2013 das funções no cargo de MONITORES, Quadro de funcionários Regime Estatutário Temporários desta Prefeitura.

Nº	Matricula	Nome	Cargo	Data demissão
1.	14174.7 2	ANDRIEZI JAWORSKI	MONITOR	12/12/2014
2.	15183.1 1	ELIANE MARIA DO PRADO HAACK	MONITOR	12/12/2014
3.	16611.1 0	JOSIANE AP ANTUNES VOIGT	MONITOR	12/12/2014
4.	14693.5 0	JUCIMARA APARECIDA ABUDA	MONITOR	18/12/2014
5.	11419.7 0	KARINA FRANCO FAGUNDES	MONITOR	12/12/2014
6.	16939.0 1	LEIA FRANCIELE LESHCHINIOSKI	MONITOR	12/12/2014
7.	18790.9 0	LIGIA FERREIRA PAULUKA	MONITOR	12/12/2014
8.	9596.6 1	SUELI DIAS DE SOUZA	MONITOR	12/12/2014
9.	10660.7 0	VIVIANE LEAL DE BARROS	MONITOR	12/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar 12 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: T.O.S OBRAS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, para prestação de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais do perímetro urbano e dos resíduos, provenientes dos serviços de saúde, todos do Município de Treze Tílias.

2. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

3.

4. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

PROCESSO LICITATÓRIO: 61/2014 - Tomada de Preço..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR 78

LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2014 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Treze Tílias - SC, que institui o sistema tributário do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS-SC Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal em consonância com o artigo 9º, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal decreta e eu sanciono, nos termos do artigo 73, inciso III da própria Constituição Municipal, a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei Complementar institui o Código Tributário do Município de Treze Tílias, dispõe, regula e disciplina os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e de rendas que constituem a receita do Município em conformidade com:

I - a Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil;

II - o Código Tributário Nacional;

III - as Leis Complementares nacionais, instituidoras de normas gerais de direito tributário;

IV - a Constituição do Estado de Santa Catarina;

V - a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º. O sistema tributário municipal compreende, e, é regido pelo disposto neste Código, leis complementares, leis ordinárias, decretos regulamentares e normas complementares, obedecidos os mandamentos citados nos itens I a V deste artigo.

§ 2º. São normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como Portarias, Circulares, Instruções, Avisos de Ordens de Serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Administração

e Finanças e/ou pelo Diretor de Administração e Finanças dos Órgãos Administrativos encarregados da aplicação da Lei;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - os convênios celebrados pelo Município com a União, Estado, Distrito Federal ou outros Municípios.

§ 3º. Para sua aplicação a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. O presente Código Tributário Municipal é constituído de dois livros com a matéria assim distribuída:

I - LIVRO I: regula a matéria tributária no que compete ao Município e toda regra relativa à receita do Município constituída de tributos e rendas; e

II - LIVRO II: dispõe sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela legislação federal aplicáveis aos municípios e as de interesse do Município para aplicação de sua lei tributária e regulamenta o procedimento administrativo fiscal.

LIVRO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. Esta Lei Complementar dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, imunidades e a concessão de isenções.

Art. 4º. Aplicam-se às relações entre a Fazenda Pública Municipal e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constantes desta Lei Complementar e do Código Tributário Nacional.

Art. 5º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 6º. Os tributos integrantes do sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição social para o custeio do instituto de previdência e assistência social dos servidores públicos municipais.

Art. 7º. Tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações

contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto nesta Lei.

Art. 9º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

§ 1º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

§ 2º. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

§ 3º. Não constitui delegação de competência o cometimento, às pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO II LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 10. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea "b".

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio e serviços, dos Municípios, dos Estados e da União;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, declarados de utilidade pública, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de

obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º. As vedações do inciso VI, "a", e do § 2º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas previstas nos respectivos estatutos ou dos atos constitutivos.

§ 5º. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições não previstos nesta Lei, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 6º. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

§ 7º. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 8º. A vedação do inciso III, "c", não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano.

§ 9º. A vedação expressa no inciso VI, alínea "c", no que tange exclusivamente às entidades de assistência social com sede no Município, abrange também o patrimônio e os serviços cujo resultado comprovadamente seja aplicado nas finalidades essenciais, desde que, cumulativamente, e enquanto atender aos seguintes requisitos:

I - esteja regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social;

II - esteja regularmente inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social;

III - seja portadora do Certificado de Entidade de Assistência Social;

IV - seja declarada de utilidade pública municipal;

V - seja declarada de utilidade pública federal;

VI - excluam-se deste parágrafo, os hospitais.

Art. 11. O disposto na alínea "c" do inciso VI do artigo 10 é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

IV - não remunerar seus dirigentes por qualquer meio, conforme regulamentação.

Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

TÍTULO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 12. São tributos municipais:

I - Impostos:

a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição (ITBI); e

c) Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

II - Taxas:

a) Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal:

1. Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

2. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

3. Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

4. Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

5. Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

6. Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

7. Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

b) Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

1. Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

III - Contribuição de Melhoria; e

IV - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 13. Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de

taxas serão estabelecidos, pelo Poder Executivo, preços e tarifas públicas, não submetidas à disciplina jurídica dos tributos, conforme disciplinado no Livro II, Título VII.

TÍTULO IV DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 14. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, edificado ou não, situado na zona urbana contínua ou descontínua, urbanizável, localizado na zona urbana do município, observando-se o disposto no artigo 10.

Art. 15. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes, considerando-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

Art.16. Para efeito de incidência deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de glebas ou de loteamentos aprovados órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do caput deste artigo.

Art. 17. O imposto também incide sobre o bem imóvel, ainda que não possua os melhoramentos previstos nos incisos I a V do artigo 16:

I - em áreas inseridas no perímetro urbano do Município, constante da legislação própria, consideradas como urbanizáveis ou de expansão urbana, exceto quando o imóvel seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial;

II - as áreas utilizadas como loteamentos ou condomínios, destinados à habitação, ainda que não aprovados pelo Poder Público;

III - nas áreas utilizadas para atividades industriais, comerciais ou prestacionais, ainda que inseridas na zona rural;

IV - em imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

Parágrafo único. Exceto sítio de recreio, o imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a

qualquer título, de bem imóvel localizado na zona rural do Município, ainda que possua edificações comerciais, industriais ou residenciais, cuja destinação econômica seja a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 18. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal e na obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

§ 1º. A não incidência limitar-se-á à área efetivamente utilizada nos fins indicados no caput deste artigo, sendo que a parcela eventualmente não utilizada estará sujeita ao imposto.

§ 2º. Para fruir do benefício previsto neste artigo o contribuinte deverá:

I - requerê-lo junto ao Município na forma regulamentar; e

II - juntar ao requerimento comprovante de:

a) cadastro de produtor rural junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina ou CNPJ; e

b) pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

Art. 19. Todo terreno urbano enquadrado como gleba gozará de desconto no seu valor venal, no que se refere ao lançamento do Imposto Territorial e Predial Urbano.

§ 1º. Para efeito de lançamento do imposto, será atribuído desconto de:

I - 20% (vinte por cento) de desconto para gleba que apresente área de 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

II - 40% (quarenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

III - 60% (sessenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados);

§ 2º. Incluem-se no benefício do caput as áreas definidas como APP's - Áreas de Preservação Permanente não consolidadas, cujo desconto será regulamentado por Decreto do poder Executivo.

§ 3º. A concessão do desconto de que cuida este artigo de lei dependerá de requerimento formulado, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício e deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - Certidão atualizada do imóvel;

II - Mapa do terreno - levantamento topográfico;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

§ 4º. Havendo edificação com exploração comercial, industrial ou de prestação de serviços em terrenos com vocação agropecuária, sem delimitação de área dentro do perímetro urbano, o imposto incidirá sobre a edificação e a áreas adjacentes diretamente utilizadas para os fins de suas atividade, cuja área mínima de terreno a ser tributada não poderá ser inferior a 360m² (trezentos e

sessenta metros quadrados).

Art. 20. Os imóveis utilizados para atividades industriais ou comerciais, mesmo não integrando loteamentos aprovados, serão considerados como pertencentes à zona urbana, para fins de incidência do imposto.

Art. 21. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

Seção II Do Contribuinte

Art. 22. O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

§ 2º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

Art. 23. Respondem solidariamente pelo imposto, ainda que o imóvel pertença a pessoa isenta ou imune:

I - o justo possuidor;

II - o titular do direito de usufruto, uso ou habitação;

III - os promitentes compradores imitidos na posse;

IV - os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 24. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 25. O valor venal do imóvel será apurado através da Planta de Valores Genéricos, a ser aprovada pela Câmara Municipal até o final de cada exercício, contendo:

I - os critérios para avaliação dos terrenos e edificações;

II - os valores unitários do metro quadrado de terreno, de acordo com a localização;

III - os valores unitários do metro quadrado de edificação, segundo o tipo e o padrão desta;

§ 1º. A Planta de Valores Genéricos inerente ao cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU encontra-se definida nesta Lei, consoante Tabelas I e II do Anexo I.

§ 2º. Não havendo aumento efetivo de preços da Planta de Valores Genéricos, os valores da Planta então vigente serão atualizados, por ato do Poder Executivo, com base no mesmo índice anual definido para atualização monetária dos tributos municipais.

Art. 26. Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.

Art. 27. Na determinação da base de cálculo, não será considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 28. Para efeitos deste imposto não se considera construído o terreno que contenha:

I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - construção em andamento ou paralisada, ainda inabitável;

III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;

IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

Art. 29. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as alíquotas:

I - imóvel sem edificação: 1,3 % (um vírgula três por cento); e

II - imóvel com edificação: 1 % (um por cento).

Art. 30. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa de desapropriação do imóvel para fins de reforma urbana.

Seção IV Da Inscrição

Art. 31. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser promovida, separadamente, para cada bem imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

Parágrafo único. Tratando-se de imóvel sem edificações, sujeita-se a uma só inscrição, requerida, juntamente com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos; e

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

Art. 32. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou sua alteração, em formulário próprio, no qual, sob sua responsabilidade, declarará os elementos e informações exigidos pelo Município, pertinentes ao imóvel, necessários para o lançamento do imposto, nos seguintes prazos e situações:

I - tratando-se de imóvel sem edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - demolição ou perecimento das edificações ou construções

existentes no terreno;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra do terreno; e

2 - posse do terreno exercida a justo título.

II - tratando-se de imóvel com edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - conclusão ou ocupação da construção;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra da edificação; e

2 - posse da edificação exercida a justo título.

Art. 33. Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até 31 de novembro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, relação dos lotes que tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, apresentando cópia das respectivas matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e seus respectivos endereços para correspondência, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro.

Art. 34. Os responsáveis pelas edificações em condomínio ficam obrigados a fornecer, dentro de 30 (trinta) dias da data da expedição do Habite-se, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, cópia da instituição e especificação de condomínio inscrita no Registro de Imóveis competente e cópia das matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e respectivos endereços para correspondência dos adquirentes das unidades autônomas.

Art. 35. O contribuinte omissor será inscrito de ofício, observado o disposto no art. 34, especialmente no que se refere à apresentação da documentação.

Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosas, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção V Do Lançamento

Art. 36. O imposto será lançado anualmente, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte, observando-se o estado do imóvel na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º. Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto sobre a edificação será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que a unidade competente expedir o certificado de regularização pertinente ou àquele em que a mesma seja parcial ou totalmente ocupada ou ainda que esteja em condições de habitabilidade.

§ 2º. Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto sobre as edificações será cancelado a partir do exercício seguinte àquele em que a demolição foi concluída, permanecendo o imposto correspondente ao terreno.

Art. 37. O imposto será lançado em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado.

§ 1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§ 2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

§ 3º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.

§ 4º. No caso de imóveis objetos de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

§ 5º. Tratando-se de imóvel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário, do fiduciário ou de qualquer outro que tenha direito real sobre o imóvel.

§ 6º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§ 7º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

Art. 38. Nos casos de propriedade em comum, o imposto será lançado em nome de um dos co-proprietários, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Art. 39. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 1º. Nos casos de loteamentos, desmembramentos, desdobros e outros da espécie, já inscritos no Registro de Imóveis, o lançamento do imposto será individualizado por lote.

§ 2º. Os lançamentos de que trata o § 1º não geram quaisquer direitos relativos ao parcelamento do solo e ao direito de construir, sem o cumprimento da legislação pertinente, tendo mero efeito tributário.

§ 3º. Relativamente a cada unidade imobiliária autônoma, o contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número de inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal.

Art. 40. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para revisão, as normas gerais pertinentes.

§ 1º. O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este artigo.

§ 2º. O lançamento retificador, resultante de revisão, cancela o lançamento anterior.

Art. 41. O imposto será lançado e exigido independentemente da regularidade jurídica do título de propriedade, domínio útil ou

posse do terreno ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 42. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto, e constituído o respectivo crédito tributário, com a entrega do documento para pagamento no endereço do imóvel ou com a publicação da notificação em imprensa oficial, prevalecendo o que ocorrer por último.

Art. 43. Será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto e da constituição do respectivo crédito tributário, o contribuinte que retirar o documento para pagamento junto ao próprio Órgão Fazendário do Município, até a data do vencimento.

Seção VI Do Pagamento

Art. 44. A Administração poderá conceder descontos sobre o imposto lançado para ser utilizado pelo contribuinte que optar por pagamento em cota única, desde que efetuado no prazo específico constante da notificação, na forma em que dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 45. O recolhimento do imposto será anual e poderá ser pago em cota única até a data do vencimento, com desconto de 10%, ou em três parcelas mensais, na forma, prazos definidos em Calendário Fiscal e condições constantes do regulamento.

§ 1º. No caso de pagamento em parcelas, o intervalo entre o vencimento de uma e outra não será inferior a 30 (trinta) dias, consoante definições regulamentares.

§ 2º. Nenhuma parcela poderá ser paga sem que estejam quitadas todas as anteriores ou então, que haja a adesão a programas parcelamentos de débitos vencidos, calculados e consolidados.

Art. 46. O pagamento do imposto não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Seção VII Das Isenções

Art. 47. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os munícipes:

I - idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho;

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel no Município;

II - comprove que no imóvel exista somente uma edificação e que esta seja utilizada como residência do proprietário requerente e de sua família;

III - aufera renda mensal familiar de até 2 (dois) salários mínimos;

Art. 48. A concessão da isenção de que cuida a presente Lei Complementar dependerá de requerimento, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício, no qual o interessado deverá comprovar que o uso do imóvel é específico da sua família e a renda mensal dela não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos:

§ 1º. Deverá acompanhar o requerimento:

I - certidão de propriedade de bem imóvel atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias do protocolo do requerimento;

II - carnê do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana em seu nome; e

III - declaração do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS comprovando o recebimento do benefício da aposentadoria ou pensão, com informação do tipo de benefício e valor recebido relativo ao mês anterior ao que corresponder o pedido.

§ 2º. Os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico que comprove a necessidade especial.

§ 3º. O requerente, viúvo ou pensionista, deverá apresentar certidão de óbito, na ausência do formal de partilha e declaração do INSS de que não recebe benefícios, pensão ou aposentadoria do cônjuge e/ou companheiro falecido, sendo que caso receba algum benefício, somado com a sua renda não poderá ultrapassar a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data da apresentação do pedido.

Art. 49. As isenções condicionadas deverão ser instruídas com as provas de cumprimento das exigências necessárias à sua concessão, sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, devendo o interessado protocolar o seu requerimento até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela de cada exercício financeiro.

Art. 50. A concessão da isenção não gera direito adquirido e será anulada de ofício sempre que se apure que o contribuinte não satisfazia as condições para a concessão do benefício, cobrando-se a importância equivalente à isenção, atualizada monetariamente, acrescida de multa e juros moratórios, desde as datas originariamente assinaladas para o pagamento do imposto.

Seção VIII Das Imunidades

Art. 51. São imunes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, atendidos os requisitos constitucionais:

I - o patrimônio, a renda ou os serviços dos entes federativos, uns dos outros;

II - os templos de qualquer culto;

III - patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade públicas, observados os requisitos fixados nesta Lei.

IV - as entidades sociais, filantrópicas e fundações beneficentes, declaradas de utilidade pública;

V - livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º. A vedação do inciso I é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de

preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 2º. O disposto no inciso I, II, III e IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Seção IX Das Obrigações Acessórias

Art. 52. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 53. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos.

Seção X Das Penalidades

Art. 54. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez) Valor de Referência Fiscal - VRF, por documento ou informação;

VI - pelo embargo ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, em cada operação.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 55. O imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis tem como fato gerador:

I - a transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido na lei civil;

II - a transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

Art. 56. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e atos equivalentes;

II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis;

III - a dação em pagamento;

IV - a permuta;

V - a arrematação;

VI - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

VII - a remição, quando não promovida pelo executado;

VIII - o lançamento na partilha em dissolução de sociedade conjugal, acima da respectiva meação ou quinhão;

IX - o uso, o usufruto e a habitação;

X - o mandato em causa própria e seus estabelecimentos, quando esses configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e venda;

XI - todos os demais atos onerosos de transmissão e de direitos reais sobre imóveis;

XII - a cessão de direitos de quaisquer atos relativos aos incisos I ao XI deste artigo.

Seção II Da Não Incidência

Art. 57. O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 58. O disposto no artigo 56 não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante

quando mais de 60% (sessenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 1º deste artigo levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 5º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto após a caracterização da atividade preponderante, respeitados os prazos previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo, exceto quando configurado fraude, dolo ou simulação.

Seção III Do Contribuinte

Art. 59. Contribuinte do imposto é:

I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário não for imune ao imposto;

II - o alienante ou cedente do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário for imune ao imposto;

III - cada um dos permutantes, no caso de permuta.

Parágrafo único. Quando um dos permutantes for imune ao imposto, o outro permutante responderá pelo tributo devido em toda a operação.

Art. 60. Respondem solidariamente pelo imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os notários, registradores, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, nos atos que praticarem ou por eles sejam coniventes, ou ainda pelas omissões em que forem responsáveis, em razão de seu ofício.

Seção IV Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 61. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Art. 62. O valor venal será apurado mediante avaliação pelo órgão próprio do Município, a qual será realizada em consonância com o valor de mercado dos bens ou direitos na data da apuração do imposto.

§ 1º. Para definição do valor venal, o Município poderá divulgar periodicamente, na imprensa oficial, a respectiva pauta de preços.

§ 2º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, será considerada como base de cálculo o valor efetivamente pago.

§ 3º. Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da

fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, prevalecerá, como base de cálculo do imposto, o maior valor dentre:

I - a avaliação realizada pela administração fazendária do Município, direta ou indiretamente;

II - a pauta de preços regularmente divulgada;

III - o constante no contrato ou negócio jurídico equivalente; acrescido das benfeitorias existentes, para os imóveis rurais.

§ 5º. A validade da avaliação persiste por 90 (noventa) dia a partir da data da emissão.

§ 6º. O valor pago a título de imposto é válido por 90 (noventa) dias, contados da data do pagamento.

§ 7º. Caso a escritura pública do imóvel não seja concretizada dentro do período acima determinado, será necessária a realização de nova avaliação e complementação do pagamento o valor do imposto.

Art. 63. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I - nas transmissões de imóveis do perímetro urbano, 2,0% (dois por cento);

II - nas transmissões de imóveis da zona rural, 2,0% (dois por cento);

III - nas transmissões inerente a imóveis financiados, a alíquota será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total financiado.

Seção V Do Lançamento

Art. 64. O lançamento do imposto será efetuado pela autoridade competente através da guia de informações para a transmissão apresentada pelo contribuinte ou responsável acerca dos bens ou direitos transmitidos.

Parágrafo único. O preenchimento da guia de informações será de responsabilidade do cartório de notas que realizar a lavratura da escritura, quando estabelecido neste Município, ou do oficial do registro público.

Art. 65. O lançamento será efetuado e revisto de ofício pela autoridade competente nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte ou responsável não apresentar a guia de informações a que se refere o art. 64;

II - quando a guia de transmissão apresentada contiver inexatidão, erro, omissão ou falsidade quanto a quaisquer elementos nela consignados;

III - quando o valor da base de cálculo constante na guia de transmissão for inferior ao determinado pela administração tributária.

Parágrafo único. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto através da devolução da respectiva guia de transmissão ou através dos meios definidos na legislação própria, nos casos de lançamento de ofício.

Seção VI

Do Pagamento

Art. 66. O pagamento do imposto, em parcela única ou parcelado em até 3 (três) vezes, deverá ser feito antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação.

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, a lavratura da escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transmissão do Título de Transferência de Cartório de Registro de Imóveis, será possível desde que comprovado o pagamento da primeira parcela e ressalvado o direito da fazenda pública exigir a averbação do parcelamento.

Art. 67. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

Art. 68. O imposto será pago até a data da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos, exceto:

I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembléia;

II - na transferência de imóvel de pessoa jurídica para seus sócios, ou acionistas, ou respectivos sucessores, desde que pessoa física, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura da escritura;

III - na arrematação, em leilão ou hasta pública, na adjudicação ou na remição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o respectivo ato ou deferida adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

IV - na acessão física, o recolhimento do imposto será efetuado até a data do pagamento da indenização;

V - nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público; e

VI - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo único. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

Art. 69. Nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da sentença que reconheceu o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 70. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, devidamente averbados no Registro de Imóveis, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

§ 1º. Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor total da transação do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do

imposto correspondente.

Art. 71. O imposto, uma vez pago, só será restituído quando:

I - da não efetivação do ato por força do qual foi pago;

II - da anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

III - da nulidade do ato jurídico; e

IV - da rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no Código Civil.

Art. 72. Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrendimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura; e

II - aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda ou retrocessão.

Art. 73. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

Seção VII Das Isenções

Art. 74. São isentos do imposto:

I - a primeira aquisição de imóveis residenciais, decorrentes de projetos sociais administrados ou implantados pelo Poder Público;

II - as transmissões relativas às outorgas, pelo Poder Público, de títulos de propriedade de imóveis residenciais, para os imóveis cujos contribuintes sejam:

a) idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

b) portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho.

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel edificado no Município;

II - aufera renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do pedido;

III - que o valor do IPTU incidente sobre o imóvel, sem os descontos legais, seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, excetuando-se deste limite os portadores de necessidades especiais que o impossibilite exercer qualquer atividade remunerada.

Seção VIII Das Obrigações Acessórias

Art. 75. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 76. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de

Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles reativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos;

Seção IX Das Penalidades

Art. 77. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 20% (vinte por cento) da VFR, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez por cento) da VFR, por documento ou informação;

VI - pelo embaraço ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) da VFR, em cada operação.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 78. O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista do Anexo III desta Lei Complementar, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista do Anexo III desta Lei Complementar, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço;

§ 4º. A incidência do imposto não depende:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

IV - do resultado financeiro obtido;

V - da destinação dos serviços.

Art. 79. O Município neste capítulo do Código Tributário recepciona todo o conjunto de normas pertinentes fixadas pelas leis complementares nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e a 147/2014, decretos, portarias, resoluções e instruções do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional, bem como as que eventualmente as modifiquem, sucedam ou as ampliem e que se apliquem na situação de fato do contribuinte.

§ 1o. Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional passarão a recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza consoante as regras do simples nacional, na condição de empreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação federal.

§ 2o. A não observação das condições que trata o parágrafo anterior, o empreendedor individual deverá cumprir as normas municipais aplicáveis aos demais contribuintes do Imposto de que trata o artigo anterior.

Art. 80. A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

1º. A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, complementando o alcance do direito existente.

§ 2º. A caracterização do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão-somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 3º. Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I - o que vale é a natureza, a "alma" do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II - o que importa é a essência, o "espírito" do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 4º. Os serviços sujeitos à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza constam da Lista de Serviços dispostos pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e eventuais alterações havidas com pertinência:

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
 1.02 - Programação.
 1.03 - Processamento de dados e congêneres.
 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
 1.06 - Assessoria e consultoria em informática.
 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
 3.01 - (Vetado)
 3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
 3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
 3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
 3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
 4.01 - Medicina e biomedicina.
 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
 4.04 - Instrumentação cirúrgica.
 4.05 - Acupuntura.
 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
 4.07 - Serviços farmacêuticos.
 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
 4.10 - Nutrição.
 4.11 - Obstetrícia.
 4.12 - Odontologia.
 4.13 - Ortopedia.
 4.14 - Próteses sob encomenda.
 4.15 - Psicanálise.
 4.16 - Psicologia.
 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
 4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços

de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
 7.04 - Demolição.
 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
 7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
 7.08 - Calafetação.
 7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
 7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
 7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
 7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
 7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
 7.14 - (Vetado)
 7.15 - (Vetado)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service, condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - (Vetado)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de

cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento

e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (Vetado)

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais

produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Seção II

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 81. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º. Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

Art. 82. As alíquotas mínima e máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, serão, respectivamente, de 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento).

Seção III

Do Contribuinte

Art. 83. O Contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer

Natureza - ISSQN é o prestador do serviço.

Seção IV

Do Local de Recolhimento do Imposto

Art. 84. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 78 desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 85. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica da atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 2º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 3º. São também considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Seção V

Responsabilidade Tributária

Art. 86. O Município atribuiu, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 87. Além do disposto no § 2º do artigo anterior, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido por esta Lei, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;

c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º. Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento).

§ 2º. O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 88. A retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, por parte do tomador de serviço, deverá ser devidamente comprovada mediante campo específico ou aposição de carimbo com os dizeres "ISSQN Retido na Fonte", por parte do tomador de serviço:

I - havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;

II - não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;

III - não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador de serviço.

Art. 89. O proprietário da obra é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção e aos serviços de arquitetura e urbanismo.

Art. 90. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera-se:

I - Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

II - Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III - Trabalho pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

IV - Sociedade Simples de Profissionais - Sociedade civil, de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

V - Trabalhador Avulso - Aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

Art. 91. A pessoa física ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

I - integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II - subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviço.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 92. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

Seção VI

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 93. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, poderá ser fixo e será determinado em função da natureza do serviço, expresso em percentual sobre o Valor Fiscal de Referência do Município.

Parágrafo único. Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, aquele executado pessoalmente pelo contribuinte, com o auxílio de no máximo dois empregados.

Art. 94. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, será calculado, anualmente, através do percentual aplicado sobre o Valor Fiscal de Referenciado Município, fixados na lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 95. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais ou trimestrais, conforme disposto em Regulamento ou Calendário de Obrigações Tributárias e Fiscais.

Art. 96. Na hipótese de serviços prestados sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a atividade tributada com a alíquota mais elevada.

Seção VII

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Pessoa Jurídica

Art. 97. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 98. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será calculado, mensalmente, conforme tabela em anexo, pela multiplicação do Preço do Serviço pela Alíquota Correspondente.

Art. 99. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09 a 4.16, 5.01, 17.01, 17.18, 17.19, 17.20, 17.22, 27.01 e 35.01, da Lista de Serviços constantes do Anexo I desta Lei Complementar, forem prestados por sociedades simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo único. As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

Art. 100. As Alíquotas são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

Art. 101. Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre o faturamento.

Art. 102. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias nos casos expressamente previstos nos itens da Lista de Serviços constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

§ 1º. São irredutíveis os valores de quaisquer materiais:

I - cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação Federal, Estadual ou Municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário, bem como das mercadorias e dos serviços;

II - relativos a obras isentas ou não tributáveis.

§ 2o. Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação de serviço, seja a vista ou a prazo.

§ 3o. Constituem parte integrante do preço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

Art. 103. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra, encargos sociais e reajustamentos, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

Art. 104. Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.

Art. 105. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1o. Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2o. Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3o. A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das incorporações imobiliárias.

§ 4o. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

Art. 106. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática definida neste artigo.

§ 1o. Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado a ser utilizada na apuração do valor mínimo de mão-de-obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais em função de grau mínimo de absorção de mão-de-obra aplicada em cada tipo de construção, conforme consta do Anexo III desta Lei Complementar, observando-se, ainda, os seguintes critérios:

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra e do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 30% (trinta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado;

II - em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido no Anexo III desta Lei Complementar;

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto no Anexo III desta Lei Complementar, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença;

IV - o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base nos dados constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 107. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer deles.

Art. 108. Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao Fisco devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e disposições posteriores.

Art. 109. Doravante, no âmbito deste município, fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e o Sistema de Escrita Fiscal Eletrônica.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 110. Através de regulamento a Fazenda Municipal poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

§ 1º. Fica vedado o uso de controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

§ 2º. Caso expressamente definidos pelo Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-e, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 111. Será adotado a partir da vigência desta Lei o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do Município.

§ 1º. Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado ao público pelo Município para escrituração fiscal e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados, e que sejam de interesse tributário e fiscalizatório do Município.

§ 2º. As obrigações derivadas desta lei poderão se estender a terceiros, ainda que não ostentem a condição de tomador ou prestador de serviços, substituto tributário ou responsável pelo recolhimento de tributo.

Art. 112. O Poder Executivo regulamentará o uso do Livro Eletrônico, com todos os aspectos a ele pertinentes.

Parágrafo único. O prestador ou tomador de serviços, ainda que imune ou isento, o substituto, responsável ou terceiro a que o regulamento imponha obrigações, ficará obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas no decreto regulamentador e na legislação tributária em vigor, sob pena de incidir nas sanções previstas na legislação vigente, notadamente quando:

I - deixar de remeter à Secretaria de Finanças do Município o Livro Eletrônico, no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

II - escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 113. Por ocasião da prestação do serviço deverá ser emitida NFS-e, com as especificações e utilização determinadas por esta Lei e regulamento e deve conter:

I - Razão Social da Empresa e/ou nome da pessoa física;

II - endereço: Rua, Número, Bairro, Estado, CEP;

III - número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e/ou CPF;

IV - número da Inscrição Estadual, se possuir mais de uma atividade econômica;

V - número do Cadastro Mobiliário Municipal;

VI - série, Modelo ou Tipo de Documento;

VII - número do Documento;

VIII - natureza da operação;

IX - data da emissão do documento fiscal;

X - destinatário com as respectivas informações contidas nos incisos I, II, III e IV;

XI - colunas ou espaço para informar a quantidade, tipo, valor unitário e/ou valor total do serviço prestado;

XII - no final do documento fiscal, deverá conter o valor total do serviço prestado e destacar o ISS referente ao serviço.

Parágrafo único. A Administração poderá estabelecer, por Decreto, critérios para empresas que possam vir a utilizar o Cupom Fiscal.

Art. 114. Todo aquele que utilizar serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá exigir o documento fiscal correspondente.

Art. 115. Além da inscrição cadastral e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação, na forma e nos prazos regulamentares, de quaisquer declarações exigidas pelo Fisco Municipal.

Art. 116. Consoante Termo de Adesão firmado com a FECAM, o Município institui também a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e Conjugada, documento emitido e armazenado eletronicamente pelo sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com o objetivo de registrar as operações sujeitas ao ICMS e ao ISSQN, conforme o Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos Estado firmado entre a própria Secretaria de Estado da Fazenda e a Federação Catarinense de Municípios, sob nº 001/2010.

Art. 117. A possibilidade de adoção do Sistema Eletrônico de Livros e Notas Fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza quando ocorrer operações conjugadas praticadas por contribuintes também sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e que optem por tal Sistema.

Art. 118. Os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos do modelo conceitual e do leiute aprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, bem como o tomador ou intermediário, emitente de nota fiscal de prestação de serviços, tributadas ou não, quanto aos fatos geradores ocorridos a partir da vigência desta Lei, em substituição aos livros fiscais previstos na legislação então vigente, ficam obrigados a manter e fazer uso dos livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente, consoante normas a ser estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e Conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 119. A nota fiscal eletrônica conjugada prevista na legislação tributária estadual vigente, é documento de emissão obrigatória no ato da entrega ou término do serviço e contera as indicações determinadas na aludida legislação.

Art. 120. O recolhimento do ISSQN, referente às NF-e Conjugada, deverá ser feito por meio de documento de arrecadação emitido pelo sistema disponibilizado, ou através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou mesmo de outro que venha a ser adotado pela Fazenda Municipal.

Seção VIII

Do Arbitramento

Art. 121. A autoridade fiscal arbitrar, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I - não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

II - os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;

III - o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado,

recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

IV - existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou, mesmo que sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis, exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

V - ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VI - houve flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

VII - tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

VIII - for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

Art. 122. Na hipótese do artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

I - valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II - ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

III - aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios correspondente a 10% do valor dos mesmos;

IV - o montante das despesas com água, luz, telefone;

V - impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

VI - outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

Art. 123. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 124. O arbitramento:

I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação;

V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

Seção IX Da Estimativa

Art. 125. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

I - atividade exercida em caráter provisório;

II - sujeito passivo de rudimentar organização;

III - o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;

IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

Art. 126. A estimativa será apurada tomando-se como base:

I - o preço corrente do serviço, na praça;

II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Art. 127. O regime de estimativa:

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;

II - terá a base de cálculo expressa em VFR - Valor Fiscal de Referência do Município;

III - a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;

IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;

V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 128. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 129. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

Seção X Da Homologação

Art. 130. A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os auto-lançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduaçãoção.

§ 4º. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Seção XI Do Lançamento

Art. 131. O imposto será lançado:

I - de ofício:

a) uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo;

b) por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício.

II - por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, nos demais casos.

Art. 132. Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

§ 1º. A empresa ao mandar fazer novas impressões de bloco de Notas Fiscais, dependerá de autorização prévia do Poder Executivo.

§ 2º. Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3º. Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4º. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo

poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 133. A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 134. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

Art. 135. Os contribuintes, sujeitos ao regime de estimativa, poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensado da escrituração das notas em livros fiscais.

Art. 136. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

Art. 137. O lançamento do imposto não implica em recolhimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Seção XII Da Arrecadação

Art. 138. O recolhimento será feito diretamente aos cofres da Prefeitura Municipal ou nos bancos autorizados, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. O imposto será recolhido por meio de guias preenchidas pelo próprio contribuinte.

Art. 139. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será efetuado nos seguintes prazos:

I - Mensalmente no total de 12 parcelas ou trimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, nos casos do imposto homologado ou por estimativa;

II - Anualmente, no prazo estabelecido no Calendário de Obrigações Tributárias, quando do recolhimento do ISSQN fixo em uma única parcela.

Art. 140. Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido:

I - a vista, no ato da expedição do alvará e aprovação do Projeto;

II - durante a execução da obra, parcelado em até 12 vezes, devidamente corrigido na forma disposta no Código Tributário Municipal, desde que o valor da parcela não seja inferior a 50% (cinqüenta por cento) do Valor Fiscal de Referência - VFR.

§ 1º. O recolhimento do imposto na forma deste artigo deverá ser requerido pelo contribuinte ou responsável, tempestivamente, com sujeição à apreciação e aprovação da autoridade competente.

§ 2º. O recolhimento do imposto, nos termos do inciso II deste artigo, terá o seu valor expresso em números de Valor Fiscal de Referência - VFR, ou outro título que venha substituí-lo, calculado

mediante a multiplicação da base de cálculo pela alíquota aplicável.

Art. 141. Somente será concedido Alvará de Habite-se ao proprietário da obra que apresentar a quitação da Fazenda Municipal, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre a obra e sobre os serviços de engenharia, arquitetura e urbanismo a ela relativos, bem como documento, firmado pelo engenheiro responsável pela obra, que comprove o seu término.

Art. 142. A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, ocorre na data da aprovação definitiva do projeto da obra pelo órgão municipal competente independentemente do conhecimento do fato, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 143. Quando se tratar de prestação dos serviços descritos no item 7.17 da Lista Anexa, o contrato mantido com o respectivo engenheiro e/ou arquiteto responsável pela fiscalização e execução da obra, deverá estar anexo ao pedido de Licença para Execução de Obras para que o Fisco possa identificar o contribuinte e a respectiva base de cálculo do imposto.

Art. 144. No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrados e recolhidos antecipadamente aos cofres municipais por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM.

Parágrafo único. Na hipótese do parágrafo anterior, quando o contribuinte tiver domicílio tributário e inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas no Município, o recolhimento do imposto poderá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do evento.

Art. 145. Quando o contribuinte pretender comprovar, com documentação hábil e a critério da fazenda municipal, a inexistência de prestação de serviço tributável pelo município, deve realizá-la nos prazos estabelecidos para pagamento do imposto.

Art. 146. Respeitado o disposto no artigo 141 desta Lei Complementar, a prova de quitação total do imposto é indispensável:

I - à expedição de "Habite-se" ou "Auto de Vistoria" e à conservação de obras particulares;

II - ao pagamento de obras e serviços contratadas com o Município.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, quando o vencimento das prestações devidas pelo Município ocorrer antes da data apazada para pagamento do imposto, estará o fisco municipal autorizado a efetuar os pagamentos e reter o valor relativo ao imposto incidente.

Seção XIII Das Isenções e Imunidades

Art. 147. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

I - por engraxates, jornaleiros;

II - por associações de classe, conselhos regionais de profissionais,

sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes;

III - de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

IV - por associações desportivas, culturais ou recreativas, sem venda de ingresso;

V - nas obras para construção de moradias executadas pelo proprietário, cujos contribuintes se utilizarem do programa planta padrão, assim consideradas aquelas para construções de até 70 m² (setenta metros quadrados) e que comprovadamente não possuam outro bem imóvel, casa, apartamento ou terreno;

VI - os serviços prestados por entidades beneficentes, fundações, instituições filantrópicas na área da saúde, educação e assistência social.

Art. 148. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção XIV Da Inscrição

Art. 149. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes, as pessoas físicas ou jurídicas que:

I - realizem prestações de serviços sujeitos à incidência do imposto;

II - sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso anterior, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários.

Parágrafo único. A inscrição de que trata este artigo deverá ser feita antes do início das atividades.

Seção XV Controle e Fiscalização do Imposto

Art. 150. Compete ao órgão fazendário do Município a supervisão e controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo único. A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 151. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se

configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 152. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 153. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 154. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente essa;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º. Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º. Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não

exibir seus livros e documentos para exame.

Seção XVI
Infrações e Penalidades

Subseção I
Infrações por falta de Recolhimento do Imposto

Art. 155. Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade solidária ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal:

a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a multa prevista neste artigo será exigida em dobro quando o responsável houver retido o imposto e deixado de recolhê-lo nos prazos fixados nesta Lei Complementar.

Art. 156. Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será ampliada para:

I - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando a prestação estiver consignada em documento fiscal:

a) com numeração ou seriação repetida;

b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;

c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na prestação;

d) que descreva de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação do serviço;

e) de outro contribuinte ou empresa fictícia, dolosamente constituída para este fim;

f) indicando tratamento tributário vinculado à destinação do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

Art. 157. Submeter tardiamente prestação de serviço tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio sujeito passivo, ou devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

I - Multa de 2% (dois por cento) do valor do imposto.

Art. 158. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento fiscal relativo à prestação de serviço tributável:

II - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor Fiscal de Referência do Município - VFR

Subseção II

Infrações Relativas a Documentos e Livros Fiscais

Art. 159. Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor de Referência Fiscal - VFR, por documento fiscal.

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Art. 160. Prestar serviços sem emissão de documento fiscal ou cupom, constatada por qualquer meio:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 161. Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Subseção III
Infrações Relativas ao Cadastro e à Entrega de Informações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal

Art. 162. Iniciar atividade sem prévia inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 163. Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 164. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Fiscal.

§ 1º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de requisição, com prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 2º. O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelos agentes do fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

Subseção IV
Outras Infrações

Art. 165. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal:

I - Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 166. Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na

legislação tributária, sem penalidade específica capitulada nesta Lei:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Fiscal.

TÍTULO V DAS TAXAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais.

§ 2º. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, quando desempenhado pela repartição competente, nos limites da Lei aplicável, com observância do processo legal e tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 3º. Os serviços públicos a que se refere o caput deste artigo, consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;

b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específico, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 168. Para efeito de instituição, lançamento, cobrança e aplicação de penalidades de taxas, consideram-se compreendidas ao âmbito de atribuições do Município, aquelas que, pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica dos Municípios e pelas normas gerais com elas compatíveis, que a ele competem, salvo se houver disposição especial em contrário.

Art. 169. A incidência da taxa e sua cobrança independem:

I - da existência do estabelecimento fixo;

II - do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;

III - da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;

IV - do resultado financeiro da atividade exercida; e

V - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

Art. 170. As taxas que integram o sistema tributário municipal

classificam-se:

I - Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal;

II - Taxas Decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição.

CAPÍTULO II TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

Art. 171. Pelo exercício regular do poder de polícia incorre as seguintes taxas:

a) Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

b) Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

c) Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

d) Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

e) Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

f) Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

g) Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

II - Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

a) Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

CAPÍTULO III TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 172. A Taxa de Licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres dentre as atividades arroladas no CNAE e no detalhamento das suas subclasses, é devida por qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art 173. A incidência e o pagamento da Taxa independe:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.

Seção II Do Contribuinte

Art. 174. Contribuinte da Taxa de Licença são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

Art. 175. A Taxa de Licença é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50 % do seu valor anual.

Art. 176 Os contribuintes inscrever-se-ão na repartição fiscal antes de iniciarem suas atividades.

§ 1º. Antes da inscrição municipal, os interessados poderão efetuar consulta prévia, através de requerimento enviado pela rede mundial de computadores no endereço eletrônico <http://www.trezetillas.sc.gov.br> ou protocolado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, onde deverá constar:

I - o endereço completo de seu interesse; e

II - a atividade desejada e os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 2º. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido; e

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção da licença de Instalação e Localização, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 3º. Ao requerer a licença, através de formulário próprio ou por meio eletrônico, o contribuinte fornecerá ao órgão competente do Município, além dos elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal:

I - quando pessoas físicas deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), CPF e a cópia de um comprovante de endereço; e

II - quando pessoas jurídicas deverão entregar cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/

MF), contrato social e suas alterações, ou declaração de microempreendedor individual (MEI) e a cópia do carnê do IPTU para comprovação de endereço.

§ 4º. Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

§ 5º. Não haverá casos de transferência de sociedade simples, dentro do Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, procedendo-se ao cancelamento da inscrição anterior e a posterior abertura de nova inscrição.

Art. 177. Será concedido um Alvará de Licença de Instalação e Localização Provisório para os micros empreendedores individuais, as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI), que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, desde que se submetam às exigências desta Lei Complementar, da lei específica e seus regulamentos e subsidiariamente, das Leis Complementares federais nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e nº 147/2014, juntamente com as exigências e procedimentos contidos no sistema REGIN, consoante convênio firmado com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Art. 178. No caso de emissão do Alvará de Instalação e Localização Provisório a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras instituídas nesta Lei e em regulamento.

Parágrafo único. O Alvará referido no caput deste artigo terá validade para o respectivo exercício e permite o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato do registro.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 179. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e, recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos em concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença para Instalação e Localização será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

Seção IV Do Lançamento

Art. 180. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

Seção V Do Pagamento

Art. 181. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia administrativa fiscal não serão objeto de parcelamento.

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

Seção VI Das Isenções

Art. 182. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

CAPÍTULO IV TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 183. A Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades codificadas no CNAE tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 184. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.

Seção II Do Contribuinte

Art. 185. O Contribuinte da Taxa Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 186. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e recolhida anualmente em razão da Fiscalização para Funcionamento do estabelecimento, lançado de ofício conforme dados existentes no Cadastro Mobiliário e devidamente confrontado pelo fisco, cujo cálculo segue a forma de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos na concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

Seção IV Do Lançamento

Art. 187. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, ou apuradas pelo fisco.

Parágrafo único. Constitui obrigação do contribuinte informar ao Fisco qualquer alteração contratual.

Seção V Do Pagamento

Art. 188. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser decretado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia não serão objeto de parcelamento.

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

Seção VI Das Isenções

Art. 189. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

CAPÍTULO V TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO DO CNAE

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 190. A Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE tem como fato gerador a atuação do Fisco Municipal na fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimentos em horário especial mediante prévia licença do Município.

Art. 191. O fato gerador da Taxa ocorre a partir do deferimento do pleito para o funcionamento em horário especial.

Art. 192. A Taxa não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas quando o serviço é prestado junto ao estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

Seção II Do Contribuinte

Art. 193. Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade de indústria, do comércio, da prestação de serviços ou a qualquer outra atividade que exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, em horário especial

mediante prévia fiscalização do Órgão Competente do Município.

Seção III

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 194. A base de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será determinada através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em razão da antecipação ou prorrogação do horário de atuação, segundo o fixada na Tabela I do Anexo IV desta lei.

Seção IV

Do Lançamento

Art. 195. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será lançada, de ofício pela autoridade administrativa competente, em consonância com o que estabelece a Tabela prevista no artigo anterior.

Seção V

Do Pagamento

Art. 196 O pagamento da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE deverá ser feito na forma e prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção VI

Das Isenções

Art. 197. São isentos da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE, observado o que estabelece a arts. 161 e 162 da Lei nº 1605, de 28 de dezembro de 2007 - Código de Posturas:

I - impressão e distribuição de jornais;

II - serviços de transportes coletivos;

III - entidades de assistência social e demais associações civis sem fins lucrativos;

IV - hotéis, pensões, creches e congêneres;

V - hospitais, ambulatórios de análises clínicas e eletricidade médica, consultórios médicos e congêneres;

VI - farmácias e drogarias;

VII - agência funerária;

VIII - cinema;

IX - serviço telefônico;

X - serviço de vigilância e segurança;

XI - radiodifusão e telecomunicação;

XII - serviços de guinchos;

XIII - postos de gasolina e de lubrificação e borracharias;

XIV - fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás; e

XV - quaisquer estabelecimentos localizados na parte interna do Terminal Rodoviário.

Parágrafo único. Os microempreendedores individuais - MEI estão isentas do pagamento da taxa referida nesta Seção no ano de início de suas atividades.

CAPÍTULO VI

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 198. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município, consoante cálculo e rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica.

Art. 199. Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares e comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m² (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequada a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

Seção II

Do Contribuinte

Art. 200. O Exercício de Atividade Comércio Eventual ou Ambulante só poderá ser praticada no Município, desde que:

I - o interessado atenda os requisitos estabelecidos em regulamento próprio e dentro das normas da Lei nº 1.605/2007, Código de Postura do Município.

II - não tornar-se inconveniente, nem prejudicial ao comércio regularmente estabelecido; e

III - pagamento antecipado das taxas e emolumentos devidos.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente

em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m² (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

§ 4º. É considerado também Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 201. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com a Tabela III do Anexo IV deste Código.

Art. 202. Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual, Experimental ou Ambulante as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.

Seção IV Do Pagamento

Art. 203. A taxa de licença para o Comércio Eventual, Experimental deverá ser paga antecipadamente à concessão da licença, com percentuais incidentes sobre a VFR (Valor Fiscal de Referência Fiscal) do Município, conforme a tabela citada no artigo 201 deste Código.

Seção V Das Isenções

Art. 204. Estão isentos da taxa de licença de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante os portadores de deficiência física, assim considerados os que atendam as especificações constantes no regulamento da atividade.

CAPÍTULO VII TAXA DE LICENÇA PARA PROPAGANDA E PUBLICIDADE

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 205. A Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.

Parágrafo único. Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.

Art. 206. São considerados veículos de publicidade sujeitos à taxa:

I - os letreiros,

II - os anúncios publicitários em forma de outdoors, painéis, faixas, banners, balões, som, panfletagem.

Art. 207. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - na data do início da veiculação da publicidade;

II - na data em que se der qualquer alteração;

III - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.

Parágrafo único. Considera-se permanente toda veiculação publicitária que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.

Art. 208. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Seção II Do Contribuinte

Art. 209. O Contribuinte fica obrigado ao recolhimento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade é a pessoa física ou jurídica que explora a atividade de publicidade.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 210. A taxa será calculada em consonância com os dados constantes do Cadastro Mobiliário, aplicando-se para tanto a Tabela IV do Anexo IV deste Código.

Seção IV Do Lançamento

Art. 211. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

Seção V Do Pagamento

Art. 212 A taxa será devida e arrecadada antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido por decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 213. A Taxa de Licença para Publicidade será paga de acordo com a tabela determinada pelo artigo 210 desta Lei Complementar e recolhida ao Erário Municipal na forma e prazos regulamentares.

§ 1º. Sofrerão acréscimo de 20% da taxa os anúncios de qualquer

natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.

§ 2º. O lançamento da taxa, a critério da Administração, poderá ser efetuado juntamente com outros tributos.

Seção VI Das Isenções

Art. 214. Ficam isentos da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II - hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III - os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV - as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;

V - as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;

VI - os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;

VII - as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

VIII - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;

IX - os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;

X - os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

XI - os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação de posturas aplicável.

CAPÍTULO VIII TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 215. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a

fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Parágrafo único. A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá o aqui disposto, cumulativamente com a legislação específica.

Seção II Do Contribuinte

Art. 216. O contribuinte da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica, que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade relacionada à saúde, constante na lista do artigo 218, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença do Município e pagamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal.

§ 1º. Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pelas atividades incluídas no campo de atuação da Vigilância Sanitária, definidas nas normas regulamentadoras.

Art. 217. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será concedida conforme regulamentação da Vigilância Sanitária.

§ 1º. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º. A licença poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do Município para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º. As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é anual e será recolhida de uma única vez, antes dos atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município.

Art. 218. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida de acordo com a Tabela V, do Anexo IV editada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, através do Serviço de Vigilância Sanitária, de conformidade com as normas de saúde em Vigilância Sanitária.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 219. A base de cálculo da taxa de abertura e das renovações é o custo estimado da realização das vistorias e demais serviços administrativos, conforme definido na Tabela V, do Anexo IV mencionada no artigo 218.

§ 1º. Os estabelecimentos que exercerem mais de uma atividade prevista na lista do artigo 218 recolherão a taxa de maior valor.

§ 2º. Na solicitação de segunda via do alvará deverá ser recolhido o valor da taxa estabelecida na Tabela I, do Anexo VII desta Lei Complementar.

Seção IV Do Lançamento

Art. 220. O lançamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal está vinculada à Tabela V, do Anexo IV que dispõe sobre os Valores dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, mencionada no caput do artigo anterior e presente nesta Seção.

§ 1º. O pagamento da taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º. A Taxa prevista no caput deste artigo será paga, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM emitido mecânica ou eletronicamente, pelo Setor de Tributação, na Tesouraria da Prefeitura Municipal e/ou agência bancária autorizada.

§ 3º. Atos não previstos na Tabela V, do Anexo IV desta Lei terão por base a Tabela II, dos Atos de Saúde, Anexo Único da Lei Estadual 13.236, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 221. Os estabelecimentos que mantiverem mais que uma das atividades enquadradas em qualquer um dos itens da Tabela dos Atos de Vigilância Sanitária, pagarão a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal sobre uma única atividade, contudo, o valor será a da atividade principal desenvolvida.

CAPÍTULO IX TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 222. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, edículas ou muros, assim como o arruamento e loteamentos e/ou execução de urbanização em terrenos particulares, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra no Município.

Parágrafo único. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Art. 223. Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.

Seção II Do Contribuinte

Art. 224. Contribuinte da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 225. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela VI do Anexo IV deste Código, conforme cálculo e rateio do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único. A taxa não incidirá sobre as obras e instalações

cujas execuções não implicar em outorga de autorização pelo Município, nos termos da legislação específica.

Seção IV Do Lançamento

Art. 226. O lançamento da Taxa será em razão do que for requerido, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte.

Seção V Do Pagamento

Art. 227. O pagamento da Taxa deverá ser feito na forma e prazos definidos em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228. O pagamento da Taxa não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da obra.

Seção VI Das Isenções

Art. 229. São isentos da Taxa:

I - as obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e de suas autarquia e fundações, os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso do Município;

II - a construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública;

III - a limpeza ou pintura interna ou externa, de edifícios, casas, muros e/ou grades.

CAPÍTULO X TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÍVEIS, PRESTADOS AOS CONTRIBUINTES OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO

Seção Única

TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 230. A taxa de coleta de resíduos sólidos tem por fato gerador a prestação, pelo Município, do serviço da coleta, transporte e destinação final de lixo e resíduos domiciliares, com a utilização efetiva ou potencial do serviço público prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço que impõe.

§ 1º. Entende-se por resíduos sólidos as matérias insolúveis, imprestáveis oriundos das residências, empresas e outras instituições, que possam prejudicar a saúde pública.

§ 2º. O fato gerador considera-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada exercício;

Subseção II Do Contribuinte

Art. 231. São contribuintes da taxa os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados nas áreas atendidas pelo serviço.

Art. 232. O tributo de que trata este artigo será lançado com base no Cadastro Imobiliário do Município e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço.

Subseção III

Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 233. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos terá como base de cálculo o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e será rateado entre os contribuintes, de acordo com:

I - a frequência da prestação dos serviços;

II - a natureza da ocupação e utilização dos imóveis.

Parágrafo único. A natureza da ocupação e utilização dos imóveis a que se refere o inciso II será definida como unidade residencial, comércio e serviços, industrial, agropecuária ou demais estabelecimentos não enquadrados nos anteriores, conforme o discriminado na Tabela Única do Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 234. O cálculo da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será feita por metro quadrado da edificação, conforme o Cadastro Imobiliário do Município, a qual se aplicará o percentual do Valor de Referência Fiscal - VRF.

Subseção IV

Do Lançamento

Art. 235. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será lançada de ofício pela autoridade competente e cobrada junto e em concomitância com o IPTU.

Subseção V

Do Pagamento

Art. 236. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será devida e arrecadada nos prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Subseção VI

Das Isenções

Art. 237. São isentos:

I - da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos os mesmos contribuintes que forem considerados isentos do IPTU, na forma do artigo 47 desta Lei Complementar;

TÍTULO VI

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 238. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 239. Precederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a publicação em edital, dos seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da área de influência, demonstrando as áreas beneficiadas e a relação dos imóveis nela compreendidos, com sua respectiva avaliação, realizada por Comissão nomeada por ato do Chefe do Executivo;

V - a divisão da área de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - o número total de imóveis beneficiados, situados nas zonas de influência da obra.

§ 1º. A avaliação dos imóveis a que se refere o inciso IV será procedida levando-se em conta a situação do imóvel confrontante, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios, usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º. É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos.

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 240. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente realização de obras públicas e terá como limite máximo o total da despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor de que a obra resultar em cada imóvel beneficiado.

Art. 241. Ocorre a incidência da Contribuição de Melhoria sempre que houver valorização de imóveis, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas realizadas pelo Município, inclusive quando resultante de convênio com a União ou o com o Estado, e suas entidades:

I - abertura, alargamento, pavimentação, arborização, iluminação, esgotos pluviais e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos;

II - colocação de paralelepípedos, asfalto, lajotas ou qualquer outro tipo de materiais utilizável no revestimento ou calçamento de vias e logradouros;

III - colocação de meios-fios, guias de sarjetas, caixas, bocas de lobo, rede pluvial e demais equipamentos e instalações complementares;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral, ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive

desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

VIII - realização de passeios públicos.

Seção II Do Contribuinte

Art. 242. Contribuinte do tributo é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Parágrafo único. Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedade de um só condômino, cabendo a esse exigir, dos demais condôminos, a parte que lhes tocar.

Art. 243. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do tributo:

I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existente à data da transação.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 244. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 245. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência, através de Decreto do Poder Executivo:

I - com 100% (cem por cento), se uma única for a zona de influência;

II - com 64% (sessenta e quatro por cento) e 36% (trinta e seis por cento), se duas forem as zonas de influência;

III - com 58%, 28% e 14% (cinquenta e oito, vinte e oito e quatorze por cento), se três forem as zonas de influência;

IV - em percentagens variáveis para cada caso, se mais de três forem as zonas de influência.

Art. 246. A fórmula de cálculo da contribuição de melhoria será o valor total da obra (VO) a ser financiada pelo valor do tributo, dividido pela soma do total de valorização dos imóveis beneficiados (TV), cujo resultado será o coeficiente de cálculo (CC). O valor de cada contribuição de melhoria será a valorização individual do imóvel multiplicada pelo coeficiente de cálculo (CC).

Parágrafo único. No caso de mais de uma zona de influência, o valor será proporcional à percentagem do artigo 245.

Art. 247. A contribuição será estabelecida através de seu montante global, cujo valor poderá ser objeto de parcelamento mensal.

Art. 248. A contribuição terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Seção IV Do Lançamento

Art. 249. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 250. Compete à Secretaria de Administração e Finanças lançar a Contribuição de Melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

Art. 251. Efetuado o lançamento da contribuição, os proprietários dos imóveis serão notificados, diretamente ou por edital, do:

I - ao montante do crédito fiscal, com os elementos que integram o respectivo cálculo;

II - o custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - o prazo e a forma para pagamento e os vencimentos da Contribuição de Melhoria;

IV - o prazo para impugnação do lançamento da Contribuição de Melhoria;

V - a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - a individualização, com base na área territorial dos imóveis localizados em cada faixa relativa à zona de influência;

VII - os fatores relativos e individuais de valorização de cada imóvel, a serem verificados mediante nova avaliação efetuada por comissão nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo;

VIII - o plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 252. Somente o titular da propriedade, do domínio útil e da posse de imóvel a ser atingido pela obra poderá apresentar a impugnação de qualquer dos elementos constantes no edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. Aplica-se à contestação prevista neste artigo o rito indicado na lei processual tributária, no que couber.

Art. 253. A notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I - identificação do contribuinte e valor da Contribuição de Melhoria cobrada;

II - prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para reclamação.

Art. 254. Os titulares dos imóveis relacionados, discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - cálculo dos índices atribuídos;

III - valor da Contribuição de Melhoria;

IV - número de prestações.

§ 1º. A impugnação deverá ser dirigida ao Chefe do Poder Executivo do Município, através de petição fundamentada.

§ 2º. O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 3º. Da decisão da autoridade lançadora caberá reclamação na forma disciplinada neste Código.

Art. 255. As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, tampouco, terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Seção V Das Isenções

Art. 256. São isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria:

I - o imóvel edificado de propriedade de Conselhos Comunitários e Associações de Moradores, desde que previamente declarados de utilidade pública;

II - o imóvel residencial único do proprietário que comprove possuir rendimento familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente e cuja edificação não seja superior a 75 m² (setenta e cinco metros quadrados).

III - o imóvel não edificado, localizado em área especial tal como aeroviária, de preservação permanente e faixa de domínio.

Parágrafo único. A isenção concedida no inciso III cessará quando, por qualquer motivo, a localização do imóvel deixar de ser considerada como área especial.

Seção VI Do Pagamento

Art. 257. A cobrança da Contribuição de Melhoria será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Parágrafo único. O contribuinte será cientificado do lançamento:

I - pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso

de lançamento;

II - pelo correio, com aviso de recepção;

III - por Edital afixado na Prefeitura Municipal e publicado no veículo oficial quando inviável a notificação pessoal.

Art. 258. O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no artigo 257 acima, a contribuição lançada, obtendo-se desconto de 10% sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte.

§ 1º. Os pagamentos parcelados da Contribuição de Melhoria devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital, podendo o parcelamento ser em:

I - até 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos, sem acréscimo, sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte neste parcelamento;

II - em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação pessoal do lançamento ou publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e passível de lançamento em dívida ativa.

§ 3º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 15% (quinze por cento) da VFR (unidade de referência) do Município para os contribuintes pessoa física e 50% (cinquenta por cento) do VFR do Município em caso de pessoa jurídica.

§ 4º. Havendo pedido de recurso e/ou revisão de lançamentos de contribuição de melhoria, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da decisão administrativa para efetuar o competente pagamento.

§ 5º. O processo administrativo de impugnação será regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 259. Não se aplicará a forma de pagamento descrita no artigo 258, ao contribuinte de baixa renda, assim considerado aquele que:

I - for proprietário de um único imóvel e o use como sua residência;

II - possuir apenas uma fonte de renda familiar, e que esta seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes;

III - que a metragem do terreno situado em conjunto habitacional tenha área de no máximo 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

§ 1º. Para o contribuinte que se enquadrar nas situações acima elencadas, o parcelamento da contribuição se dará da seguinte forma:

I - em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, sem incidência de juros, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo,

o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 10% (dez por cento) do VFR do Município para os contribuintes pessoa física.

Seção VII Disposições Finais

Art. 260. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO VII DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 261. Fica instituída no Município a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149/A da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º. O serviço previsto no "caput" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

§ 2º. Entende-se por iluminação pública aquele que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva as vias e logradouros públicos.

Seção II Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 262. É fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Seção III Do Contribuinte

Art. 263. Sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território no Município.

Seção IV Da Base de Cálculo

Art. 264. A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Parágrafo único. Os reajustes autorizados pela ANEEL e efetivamente aplicados pela concessionária de energia elétrica serão considerados para efeitos da composição da base de cálculo.

Seção V Das Alíquotas

Art. 265. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme o Anexo VI, Tabelas I, II e III, que são partes integrante desta Lei.

Seção VI Das Isenções

Art. 266. Estão isentos da contribuição:

I - os consumidores da classe residencial com consumo de até 30 (trinta) kW/h;

II - todos os contribuintes cadastrados na concessionária de energia elétrica como consumidores rurais, independente do total de kW/h consumido;

III - igrejas e templos;

IV - clubes sociais e centros comunitários.

Seção VII Do Lançamento e Pagamento

Art. 267. A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O convênio ou contrato a que se refere o "caput" deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º. O montante devido e não pago da COSIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após à verificação da inadimplência.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Seção VIII Das Disposições Finais

Art. 268. Aplicam-se à COSIP, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e as da Legislação Tributária Municipal, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 269. As tabelas constantes do ANEXO VI e parte integrante desta Lei vigorarão observando-se os seguintes critérios:

I - cobrança por faixa de consumo diferenciadas por classes;

II - revisão das classes e faixas de consumo.

Art. 270. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC.

LIVRO II NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 271. A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 272. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I - tratando-se de pessoa natural, o lugar onde reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a sede habitual de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas;

§ 1o. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2o. A fiscalização tributária recusará o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

Art. 273. O domicílio tributário será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à fazenda pública municipal.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 274. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

CAPÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 275. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada

um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

Art. 276. A constituição do crédito tributário é efetuada através do lançamento tributário nas seguintes modalidades:

I - de ofício;

II - por declaração; e

III - por homologação.

Parágrafo único. Aplicam-se às modalidades de lançamento as normas gerais de direito tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional.

Art. 277. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 278. A revisão de lançamento somente poderá ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal.

Seção II Das Modalidades de Extinção do Crédito Tributário

Art. 279. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - remissão;

III - a prescrição e a decadência;

IV - a conversão de depósito em renda;

V - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;

VI - a consignação em pagamento;

VII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

VIII - a decisão judicial passada em julgado; e

IX - a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A forma de extinção do crédito tributário é

subordinada às normas gerais de direito tributário disciplinadas no Código Tributário Nacional.

Art. 280. Fica a autoridade administrativa responsável pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças autorizada a efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias que estipular em regulamento, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis dispostas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Todo procedimento administrativo de compensação deverá ser acompanhado de planilha de cálculo elaborada por repartição competente e de exposição de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 281. O Responsável pela unidade administrativa de finanças poderá conceder, por despacho fundamentado, dando remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - às considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso; e

V - às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

CAPÍTULO V DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção Única Das Disposições Gerais

Art. 282. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e

VI - o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

CAPÍTULO VI DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 283. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção; e

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Seção II Da Isenção

Art. 284. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita à determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 285. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da publicação.

Art. 286. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, regulamento ou contrato para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, as disposições sobre concessão de moratória e parcelamento.

Seção III Da Anistia

Art. 287. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e, aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e

II - salvo disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 288. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral; e

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugada ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares; e

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída, pela mesma lei, à autoridade administrativa.

Art. 289. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do

preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 1º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele; e

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 2º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da anistia e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 3º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Seção IV

Da Atualização Monetária e Encargos Moratórios

Art. 290. Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, atuais e futuros, incluídas as multas de qualquer espécie, provenientes da impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, assim como, todos os valores apresentados nesta Lei Complementar, serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que venha a sucedê-lo.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, a Secretaria Municipal da Administração e Finanças fica autorizada a divulgar o procedimento para a atualização monetária, baseando-se, para o seu cálculo, nas respectivas normas regulamentares.

Art. 291. O crédito tributário e não-tributário não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado sobre o valor corrigido, contados da data do vencimento do tributo;

II - multa moratória de 2% (dois por cento) do valor principal atualizado monetariamente;

§ 1º. As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também atualizadas.

§ 2º. A multa prevista no inciso II deste artigo será aplicada, sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

Art. 292. Institui-se o Valor de Referência Fiscal - VRF com o valor de R\$ 695,11 (seiscentos e noventa e cinco reais e onze centavos) que será atualizada, anualmente, conforme disciplinado no caput, sendo sua utilização apenas para cálculos e procedimentos internos, inclusive atualização de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

§ 1º. O VRF será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou o que vier a substituí-lo, pela variação ocorrida a cada 12 (doze) meses, compreendendo o período de dezembro do ano anterior a novembro do ano em curso, para aplicação no exercício seguinte.

§ 2º. Todos os valores em reais constantes de leis de natureza tributária e não tributária do Município serão convertidos em Valor de Referência Fiscal - VRF a partir da entrada em vigor desta Lei

Complementar.

Art. 293. A atualização monetária estabelecida na forma do artigo 290 aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o sujeito passivo houver depositado, em moeda, a importância questionada.

§ 1º. Na hipótese de depósito parcial, far-se-á a atualização da parcela não depositada.

§ 2º. O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória, dos juros, ou de ambos, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros, ou de ambos.

Art. 294. O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições do artigo 291 desta Lei.

Parágrafo único. A atualização monetária do depósito cessará se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua regular notificação, para receber a importância a ser devolvida.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 295. Este Título regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município decorrentes de impostos, taxas, contribuição de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos agentes fiscais.

Art. 296. A Administração Pública poderá promover, de ofício, inscrição, alterações de dados cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção I

Da Ciência dos Atos e Decisões

Art. 297. A ciência dos atos e decisões far-se-á:

I - no auto de infração e imposição de multa ou notificação para recolhimento de débito verificado mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário ou onde se encontrar;

II - no processo ou expediente, mediante assinatura do interessado;

III - pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

IV - por notificação com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio ou onde se encontrar;

V - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

c) por edital na imprensa local, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário ou na impossibilidade do cumprimento dos incisos deste artigo.

§ 1º. Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta Seção para as intimações.

§ 2º. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

Art. 298. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recebimento mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada:

a) no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

IV - quando por edital na imprensa local, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Art. 299. Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

Seção II Da Notificação de Lançamento

Art. 300. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade; e

IV - a assinatura ou chancela do servidor autorizado, com a indicação do seu cargo ou função.

Art. 301. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto no no artigo 297 desta Lei Complementar.

TÍTULO III ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 302. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua

aplicação.

Art. 303. O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibi-los.

Art. 304. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

Art. 305. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

§ 1º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º. O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

§ 3º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º. O disposto no § 3º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinente à autoridade fazendária.

§ 5º. O disposto no § 3º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

Art. 306. Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º. A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.

§ 2º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 307. Da apreensão será lavrado termo em que conste:

I - local, dia e hora da apreensão;

II - identificação do detentor dos bens e documentos e das testemunhas, se houver;

III - descrição dos bens e documentos apreendidos;

IV - indicação do local onde ficarão depositados;

V - assinatura e identificação do depositário;

VI - assinatura e identificação do agente fiscal responsável pela apreensão.

§ 1º. O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.

§ 2º. Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.

§ 3º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 308. Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.

Art. 309. Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado.

Art. 310. O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:

I - da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;

II - do deferimento de pedido de restituição.

Art. 311. Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º. Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º. A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Art. 312. Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

Art. 313. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivãos e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 314. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos já previstos nesta Lei, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º. Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 315. Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:

I - trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros Municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

II - requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 316. Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas no artigo 343 deste Código, no que couber.

Seção II
Da Notificação do Lançamento

Art. 317. Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.

Art. 318. A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;

III - indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.

CAPÍTULO II DAS INTIMAÇÕES

Art. 319. As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:

I - pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;

II - por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;

III - por Edital de Notificação publicado no Diário Oficial dos Municípios, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.

§ 1º. Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 2º. Considera-se feita a intimação:

I - se pessoal, na data da assinatura;

II - se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;

III - se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Diário Oficial dos Municípios, se houver.

§ 3º. Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.

Art. 320. Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 321. Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:

I - o sujeito passivo;

II - os órgãos da administração pública;

III - as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.

§ 1º. A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.

§ 2º. A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal da Fazenda determinar a instrução do processo com parecer fiscal;

§ 3º. Não será recebida consulta que verse sobre:

I - legislação tributária em tese;

II - fato definido em lei como crime ou contravenção;

III - matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;

IV - matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;

V - matéria que:

a) tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;

b) seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.

CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 322. A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:

I - suspende o prazo para pagamento do tributo, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;

II - impede, durante o prazo fixado no inciso I, o início de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.

CAPÍTULO V DÍVIDA ATIVA

Art. 323. Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

Art. 324. A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 325. Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Parágrafo único. O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicada ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento.

Art. 326. Compete, privativamente, à Assessoria Jurídica do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.

§ 1º. Recebida pelo titular da assessoria jurídica do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.

§ 2º. Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Assessoria Jurídica do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.

Art. 327. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI - o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo único. A certidão conterà, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.

Art. 328. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 329. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º. A incidência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

CAPÍTULO VI CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 330. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 5 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 331. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 332. As certidões emitidas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.

Art. 333. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 334. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

CAPÍTULO VII DO PARCELAMENTO

Seção I Disposições Gerais

Art. 335. Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.

§ 1º. O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei, até a data da formalização do parcelamento.

§ 2º. Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.

§ 3º. O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei.

§ 4º. O inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.

§ 5º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) da VRF.

Art. 336. É permitido o reparcelamento mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.

§ 1º. O reparcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.

§ 2º. A dívida reparcelada poderá ser dividida em até 6 (seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação de descontos.

Seção II

Parcelamento Antes da Inscrição em Dívida Ativa

Art. 337. O parcelamento dos débitos tributários, antes da inscrição em dívida ativa, para com a Fazenda Municipal poderá ser concedido em até 6 (seis) parcelas mensais.

Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município.

Art. 338. É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Art. 339. Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

Seção III

Parcelamento Após a Inscrição em Dívida Ativa

Art. 340. O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 6 (seis) meses.

Art. 341. O parcelamento dos débitos em fase de execução judicial obedecerá ao disposto nesta Seção II.

TÍTULO IV

INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I

INFRAÇÕES

Art. 342. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

CAPÍTULO II

PENALIDADES

Seção I

Espécies de Penalidades

Art. 343. As infrações serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º. As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º. Sendo a lei omissa, a multa será de 2% do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º. O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de 10% sobre a VRF, sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.

Seção II

Da Proibição de Transacionar com o Município

Art. 344. Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I - participar de qualquer modalidade de licitação;

II - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;

Parágrafo único. No caso de contribuintes em débito com o Município e desde que haja requerimento expresso do sujeito passivo, fica o Secretário Municipal da Fazenda autorizado a efetuar a compensação com créditos próprios líquidos e certos.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

Seção I

Do Auto de Infração

Art. 345. Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração.

Art. 346. O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição clara e precisa da infração, com referência às circunstâncias pertinentes;

III - capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade;

IV - data da emissão, identificação e assinatura do autuante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI - a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que o impediram.

§ 1º. O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§ 2º. Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.

Seção II

Da Representação

Art. 347. Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.

Art. 348. A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.

TÍTULO IV

DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 349. Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.

Art. 350. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra:

I - auto de infração;

II - notificação de lançamento;

III - decisão em processo administrativo de revisão.

Art. 351. São competentes para julgar:

I - em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;

II - em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 352. Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;

II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;

IV - que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.

Art. 353. As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.

Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 354. São nulos:

I - os atos e termos praticados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;

III - os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º. A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º. A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.

§ 3º. A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.

§ 4º. Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento

da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Art. 355. Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Art. 356. Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

I - expressamente, por pedido do sujeito passivo;

II - tacitamente:

a) pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;

b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

CAPÍTULO II DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS

Seção I Do Órgão Preparador

Art. 357. Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.

§ 1º. O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.

§ 2º. As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.

§ 3º. Verificada a intempestividade da reclamação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.

Seção II Da Unidade de Julgamento Singular

Art. 358. A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 3 (três) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e escolhidos entre os servidores municipais que atuam na área tributária e fiscal, bem como, na Assessoria Jurídica, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.

§ 1º. A critério do Secretário Municipal de Administração e Finanças, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.

§ 2º. Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.

Seção III Do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 359. Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, instituído por esta Lei Complementar poderá ser formado, no máximo, por sete membros e no mínimo cinco, sendo neste caso composto por um Presidente, (4) quatro membros titulares e (4) quatro membros suplentes, das mesmas representações, sendo:

I - três representantes da Municipal de Administração e Finanças;

II - um representante indicados pela ASSETT;

III - um representante indicado pela CDL;

§ 1º. No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º. As sessões serão públicas em todas as suas fases, sendo que as sessões ordinárias serão realizadas mensalmente, em dia e hora a serem fixados pelo Presidente do Conselho, sempre em que houver matéria para apreciação e julgamento.

§ 3º. As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 360. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato.

§ 2º. No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.

§ 4º. As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.

Art. 361. Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão ter formação ou experiência comprovada nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e afins.

Art. 362. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverão preferencialmente possuírem formação de nível superior e dos contribuintes, com formação profissional, no mínimo de segundo grau, de ilibada reputação e reconhecido conhecimento em matéria tributária, sendo nomeados pelo Prefeito Municipal a partir de lista tríplice elaborada na forma do § 1º, para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os Conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem na escolha, pelo menos, maioria simples dos votos dos Conselheiros titulares.

§ 2º. Recebida a lista tríplice, o Chefe do Poder Executivo escolherá o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 3º. O Vice-Presidente substituirá o Presidente no caso de impedimento, suspeição e licença por prazo superior a 15 (quinze) dias,

e suceder-lhe-á na vacância, até o término do mandato.

§ 4º. Em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, no prazo de 30 (trinta) dias serão nomeados substitutos para cumprir o tempo restante dos mandatos, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.

Art. 363. O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I - dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;

II - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;

III - comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

IV - presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;

V - definir período de recesso do Conselho.

Art. 364. A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 3 (três) sessões consecutivas ou a 8 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.

Art. 365. O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.

Art. 366. O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.

§ 1º. A secretaria do Conselho será exercida por um(a) secretário(a) nomeado(a) pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda, escolhido entre os servidores municipais, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.

§ 2º. Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:

I - secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;

II - dirigir o expediente da Secretaria;

III - encaminhar as decisões transitadas em julgado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores.

§ 3º. O secretário e o assistente, nomeado na forma do § 1º deste artigo perceberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento acrescido das vantagens de natureza permanente.

Art. 367. O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes fará jus a subsídio, cujo valor será fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento que presidir, limitado a cinco sessões remuneradas por mês.

§ 1º. Os subsídios fixados neste artigo serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.

§ 2º. Os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes farão jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento em que funcionarem como titular.

Seção IV Da Representação da Fazenda Municipal

Art. 368. A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Advogado lotado e com exercício na Assessoria jurídica do Município, designado pelo seu titular.

§ 1º. Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:

I - a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;

II - fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - representar a Assessoria jurídica do Município e ao Secretário de Administração e Finanças sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.

§ 2º. O assessor jurídico designado na forma deste artigo fará jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento quem que funcionar.

Art. 369. É indispensável a presença do titular da Assessoria jurídica do Município em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.

Parágrafo único. O titular da Assessoria Jurídica do Município será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.

CAPÍTULO III DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 370. A reclamação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.

§ 1º. Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

§ 2º. Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da reclamação.

Art. 371. A reclamação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.

§ 1º. Mesmo perempta, a reclamação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

§ 2º. A apresentação de reclamação à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhada,

de ofício, a quem de direito.

Art. 372. O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.

Art. 373. Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:

I - a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II - todas as questões levantadas na reclamação deverão ser analisadas;

III - serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;

IV - deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da reclamação;

V - a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;

VI - deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Seção I Dos Recursos

Art. 374. São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:

I - recurso ordinário;

II - pedido de esclarecimento;

III - pedido de reconsideração.

Seção II Do Recurso Ordinário

Art. 375. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:

I - pelo sujeito passivo;

II - pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e de valor excedente a 5 (cinco) Valor de Referência Fiscal - VRF;

§ 1º. O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.

§ 2º. Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.

§ 3º. A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.

§ 4º. Do recurso em face de decisão que não conhecer da reclamação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.

§ 5º. Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.

Art. 376. Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 377. Cada Conselheiro pode, durante a sessão:

I - pedir vistas do processo;

II - propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 378. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

Art. 379. A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:

I - será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;

II - os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;

III - o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;

IV - as pautas de julgamento serão afixadas no hall de entrada da Prefeitura, com a intimação obrigatória do contribuinte na forma do artigo 298 desta Lei Complementar, observando-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º. As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.

§ 2º. Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dada oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

Seção III Do Pedido de Esclarecimento

Art. 380. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

I - for omissa, contraditória ou obscura;

II - deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.

§ 1º. O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.

§ 2º. Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

CAPÍTULO V DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 381. O titular da Assessoria Jurídica do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º. A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:

I - violar literal disposição de lei;

II - for contrária à prova dos autos;

III - contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV - se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V - for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI - fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º. Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.

§ 3º. No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º. Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

CAPÍTULO VI DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 382. O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º. O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.

§ 2º. Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 383. Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:

I - forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;

II - seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

II - a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV - a verificação for impraticável;

V - requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.

§ 1º. A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.

§ 2º. Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.

§ 3º. O pedido a que se refere o § 2º será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.

CAPÍTULO VII DA EFICÁCIA DAS DECISÕES

Art. 384. São definitivas as decisões:

I - de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II - de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 385. O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

TÍTULO VI DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 386. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e fixar preços e/ou tarifas públicas inerentes a serviços, ações e fornecimentos públicos não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, através de decreto, para obter o ressarcimento da prestação de serviços, devendo as respectivas importâncias ser recolhidas através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou com Código de Barras ou equivalente:

I - pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;

II - pela prestação de alinhamento de ruas, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;

III - pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo, sem prejuízo da cobrança de taxa de licença; e

IV - pela exploração de serviço público municipal sob o regime de

concessão ou permissão.

Art. 387. Os serviços públicos municipais, quando concedidos, terão os critérios de fixação de preços ou tarifas públicas estabelecidos no ato da sua concessão.

Art. 388. Os preços ou tarifas públicas se constituem:

I - dos serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados pelo Município, em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresas privadas:

a) transportes coletivos;

b) execução de muros e passeios públicos;

c) roçada e limpeza, inclusive retirada de entulhos de terreno;

d) escavações, aterro, terraplenagem, inclusive os destinados à regularização de loteamentos;

e) mercados e entrepostos; e

f) coleta, remoção e destinação de resíduos diversos.

II - da utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual ou de unidade de:

a) fornecimento de arquivos digitais e semelhantes;

b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;

c) prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos e prestação de serviços diversos;

d) fornecimento de guias de recolhimento, formulários, confecção de protocolos, serviços de expediente e outros atos administrativos de interesse particular do contribuinte;

e) produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital; e

f) outros serviços.

III - do uso de bem ou serviço público, a qualquer título, os que:

a) utilizarem áreas pertencentes ao Município;

b) utilizarem áreas de domínio público; e

c) utilizarem espaços de propriedade exclusivamente municipal a título de débito ou guarda de animais, objetos, mercadoria e veículos apreendidos;

d) a remuneração dos custos dos Serviços Funerários e Cemitério Municipal será obtida através de preço público, conforme tabela em anexo;

IV - pela prestação de serviços a terceiros pela municipalidade através de veículos e máquinas, cujos valores serão fixados anualmente por ato do Chefe do Executivo.

Art. 389. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações de bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo aplica-se também, nos casos de outras infrações, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa ou regulamento específico.

Art. 390. Aplicam-se aos preços ou tarifas públicas, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições da presente Lei Complementar com relação aos tributos.

Art. 391. Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, acréscimos moratórios, pagamento, parcelamento de débitos, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições relativas aos tributos.

Art. 392. Ficam estabelecida as Tabelas de Valores constantes do Anexo VII para a cobrança dos Preços Públicos inerentes aos:

a) Tabela I - Serviços de Expediente Diversos;

b) Tabela II - Serviços Inerentes ao Cemitério Municipal; e

Art. 393. As taxas inerentes ao Cemitério Municipal elencadas no Anexo VII, deverão ser pagas em até 05 (cinco) dias úteis após a execução do serviço.

Parágrafo único. Ficam isentos do pagamento das Taxas inerentes ao Cemitério Municipal as pessoas cadastradas junto à Assistência Social do Município.

Art. 394. Findo o prazo estipulado para quitação do valor inerente aos Preços Públicos aqui previsto e não efetivado o seu pagamento, será a dívida inscrita em Dívida Ativa pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme prazos e formas previstos no artigo 323 e seguintes deste Código Tributário do Município.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 395. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei Complementar sem qualificação, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 396. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município pode celebrar convênios com estabelecimentos bancários, financeiros, e outras empresas públicas, visando facilitar o pagamento de tributos através de agências situadas no território do Município ou fora dele.

Art. 397. Para manutenção dos serviços de arrecadação, fiscalização, registro, controle e distribuição de parcela do ICMS pertencente aos Municípios, o Município pode celebrar convênios com o Estado de Santa Catarina, se assim interessar às duas partes.

Art. 398. Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Verificada no Município a existência de situação anormal declarada como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, poderá prorrogar ou suspender os prazos previstos neste Código.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º deste artigo não acarretará na restituição de quantia paga a título de tributo ou acréscimo legal recolhido antes do início de vigência do ato de prorrogação ou suspensão, ou de tributo recolhido dentro do período de vigência do ato, mas realizado antes do prazo final nele estabelecido.

Art. 399. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças autorizada a promover campanhas de incentivos à arrecadação municipal, por meio de formas julgadas técnica e economicamente viáveis, inclusive com a premiação de contribuintes e consumidores estimulados ao cumprimento a legislação fiscal.

Art. 400. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sempre que julgar necessário, pode imprimir e distribuir ou providenciar para que sejam impressos e distribuídos modelos de declarações e documentos ou por meio eletrônico, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança, informações e recolhimento de tributos municipais.

Art. 401. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

Art. 402. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e contribuição de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 403. A cobrança dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos no Calendário Anual de Tributos Municipais aprovado por Decreto, sempre até o último dia útil do exercício anterior.

Art. 404. Consideram-se integrantes e inseparáveis da presente Lei Complementar os Anexos e suas respectivas Tabelas que a acompanham.

Art. 405. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município e observado o disposto nesta Lei Complementar que deverá ser interpretada em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 406. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Parágrafo único. A Secretaria da Administração e Finanças orientará a aplicação da presente Lei Complementar expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 407. Nos termos do disposto no inciso I do artigo 157, da Constituição Federal, o produto da arrecadação do Imposto da União sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, deve ser recolhido diretamente ao Tesouro do Município:

I - por todos os órgãos públicos de qualquer Poder Municipal;

II - pelas autarquias municipais;

III - pelas fundações instituídas pelo Município.

Art. 408. Ficam adotadas, pelo Município, todas as normas e definições pertinentes e inerentes:

I - ao simples nacional estabelecidas pelas leis complementares, decretos federais, portarias, resoluções, instruções normativas e recomendações do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do simples Nacional;

II - a utilização da Codificação do CNAE - Código Nacional de Atividades Econômicas e Sociais, versão 2.1, que atribui a nomenclatura padrão e uniforme das mais diferentes atividades empresariais praticadas e sujeitas às taxas de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres.

III - do REGIN - Registro Mercantil Integrado quanto a expedição de Alvarás de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres;

IV - REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócio.

Art. 409. O Valor de Referência Fiscal - VRF servirá de base de cálculo de tributos e penalidades e parâmetro de quantificação e atualização de débito pendente e corresponde, para efeito de atualização, à data de 1º de janeiro de cada ano posterior à edição desta Lei.

§ 1º. A partir de 1º de janeiro de 2016 Valor de Referência Fiscal - VRF atualizado, anualmente, pelo IPCA - Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acumulado nos últimos doze (12) meses, ou por outro índice que, eventualmente, venha a substituí-lo.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos tributos que já tenham a sua forma de atualização prevista nesta Lei.

Art. 410. Os casos omissos à presente Lei, desde que não especificados, serão interpretados em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como, através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 411. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência até 31 de janeiro de cada ano, em conformidade com o art. 212 do Código Tributário Nacional.

Art. 412. O Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, a regulamentação, no que houver pertinência, relativa a cada um dos tributos, preços público e tarifas.

Art. 413. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 414. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 415. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 01, de 31 de dezembro de 2002; a Lei Complementar nº 02, de 16 de dezembro de 1991; a Lei Complementar nº 03, de 08 de dezembro de 2003; a Lei Complementar nº 013, de 22 de dezembro de 2005; a Lei Complementar nº 035, de 08 de abril de 2014; a Lei Complementar nº 62, de 18 de outubro de 2013; a Lei Complementar nº 65, de 17 de dezembro de 2013; a Lei Complementar nº 66, de 17 de dezembro de 2013 e mais a Lei nº 984, 13 de dezembro de 1994; a Lei nº 1062, 13 de março de 1997; a Lei nº 1101/97, 13 de maio de 1997; a Lei nº 1143, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 1146, de 16 de dezembro de 1997; a Lei nº 1163, 17 de março de 1997; a Lei nº 1280, 19 de agosto de 1999; a Lei nº 1403, 19 de dezembro de 2000; a Lei nº 1604, de 20 de dezembro de 2007; a Lei nº 1671, de 10 de março de 2010 e a Lei nº 1782, de 18 de setembro de 2013.

Treze Tílias, em 30 de dezembro de 2014.

Mauro Dresch

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TABELA I

PLANTA DE VALORES GENÉRICOS PARA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

SETOR	TERRENOS URBANOS LOCALIZADOS NAS RUAS:	VALOR DO M2 (R\$)
"I-A"	Tirol A; Ministro João Cleophas; Prefeito José Waldomiro Silva; Anita Garibaldi-A; Monsenhor João Reitmeier; Carlos Gomes; Antonio Carlos Konder Reis-A; Rudolf Rofner; Leoberto Leal; Notburga Reiter; Videira-A; João Miterer; Oscar Rodrigues da Nova; Johann Anrain; Presidente Kennedy.	24,45
"I-B"	Antonio Carlos Konder Reis-B; Gisela Thaler; Brasílio Celestino de Oliveira; José Bonifácio; Dos Pioneiros-A; São Vicente de Paula-A; Gardina Knolseisen e Tirol-B.	19,39
"I-C"	Anita Garibaldi-B; Jacob Reiter; Frei Belmiro Bron-dani; Oscar Von Hohenbruch; Gaspar Coutinho; Videira-B.	17,67
"II-A"	29 de Abril; Ijair Pessin; Anton Altenburger; Ivo D' Aquino; Antonio Carlos Konder Reis-C; Jacob Käffer; Antonio Concatto; João Belarmino Grando; Caçador; João Constante Piaia; Caron; José Kandler; Dos Imigrantes; Lúcia Klotz; Dos Passeios; Rudolf Margreiter; Dos Pioneiros-B; São Vicente de Paula-B; Edvino Behrend; Três Barras; Francisco Lindner; Hubert Felder; Franz Point; Rodovia dos Pioneiros; Frederico Gregório Koroll; Pedro Caron; Fredolino Rambo; August Felder; Fritz Kafmann; Armando Vitor Torri; Gabriela Grander e Ernest Klotz.	15,96
"II-B"	Alpina; Da Independência; André Pernlochner; Da Liberdade; Antonio Carlos Konder Reis-D; Dileto A. Dalla Costa; Felix Schwertner; João Schöll; Margarete Volk; Ministro Andreas Thaler e Thomas Kranz.	12,34
"II-C"	13 DE Outubro; Berta Schöll; Dos Pioneiros-C; Ivo D' Aquino-B; Luiz Grubber; Luzerna; Hubert Felder; Travessa José N.Bhon.	9,06
"III-A"	Circular-A.	8,79
"III-B"	Jacob Ebert; Karl Unterberger e Geog Anrain.	7,74

"III-C"	André Gwiggner; Circular-B; Dona Rosina; Ludwig Brugger; Peter Gwiggner; Divino F. Ansiliero; Josef Unterberger; Hebert Felder; Henrique Packer; Ferdinando Knolseisen; Severino Caron; Antonio Pattis e Maria Hass.	5,59
"IV"	I - Terrenos localizados no Loteamento Pôr do Sol; II - Terrenos localizados no Loteamento Bem Morar; III - Terrenos do Distrito Industrial.	5,83

TABELA II

VALOR DO METRO QUADRADO (M2) DA ÁREA CONSTRUÍDA APLICADO NO CÁLCULO PARA EFEITO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		
TIPO	DESTINAÇÃO DE USO	VALOR DO M2 (R\$)
I	construção residencial/comercial em alvenaria	70,91
II	construção residencial/ comercial mista	53,15
III	construção residencial/ comercia em madeira	35,42
IV	galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	17,64
O valor mínimo por Inscrição para cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será de		52,84

ANEXO II

TABELA I

ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	ALÍQUOTAS S/BASE DE CÁLCULO
I	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção, murado.	1,3%
II	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/comercial em alvenaria	1,0%
III	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercial mista	
IV	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercia em madeira	
V	Unidade imobiliária constituída por terreno galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	

ANEXO III

TABELA ÚNICA

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTAS S/O PREÇO DO SERVIÇO	ALÍQUOTAS FIXAS: % S/O VRF (POR ANO)
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%	20%
1.02 Programação.	2%	20%
1.03 Processamento de dados e congêneres	2%	20%
1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%	20%

1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%	20%
1.06 Assessoria e consultoria em informática.	2%	20%
1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%	20%
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%	20%
2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%	15%
3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2%	15%
3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2%	10%
3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	2%	10%
3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	2%	10%
4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 Medicina e biomedicina.	2%	20%
4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%	20%
4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%	
4.04 Instrumentação cirúrgica.	2%	20%
4.05 Acupuntura.	2%	20%
4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%	20%
4.07 Serviços farmacêuticos.	2%	20%
4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%	20%
4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%	20%
4.10 Nutrição.	2%	20%
4.11 Obstetrícia.	2%	20%
4.12 Odontologia.	2%	20%
4.13 Ortopédia.	2%	20%
4.14 Próteses sob encomenda.	2%	20%
4.15 Psicanálise.	2%	20%
4.16 Psicologia.	2%	20%
4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%	
4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%	
4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%	

4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%	
5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 Medicina veterinária e zootecnia.	2%	20%
5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%	
5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.	2%	20%
5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%	
5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
5.08 Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%	20%
5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%	
6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2%	10%
6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2%	10%
6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2%	10%
6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2%	10%
6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	2%	10%
7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2%	20%
7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	2%	20%
7.04 Demolição.	2%	10%
7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	15%
7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2%	10%
7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	2%	10%
7.08 Calafetação.	2%	10%

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	2%	10%
7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	2%	10%
7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	2%	10%
7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	2%	10%
7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	2%	10%
7.14 Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.	2%	10%
7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	2%	10%
7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	2%	10%
7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	2%	20%
7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2%	20%
7.19 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfuração, concretagem, testemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2%	20%
7.20 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2%	10%
8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%	20%
8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%	20%
9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	2%	15%
9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2%	10%
9.03 Guias de turismo.	2%	10%
10 Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%	15%
10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	2%	15%

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%	15%
10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%	15%
10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2%	15%
10.06 Agenciamento marítimo.	2%	15%
10.07 Agenciamento de notícias.	2%	15%
10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%	15%
10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2%	15%
10.10 Distribuição de bens de terceiros.	2%	15%
11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	2%	10%
11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	2%	10%
11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.	2%	10%
11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	2%	10%
12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 Espetáculos teatrais.	2%	15%
12.02 Exibições cinematográficas.	2%	15%
12.03 Espetáculos circenses.	2%	15%
12.04 Programas de auditório.	2%	15%
12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%	15%
12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.	2%	15%
12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	15%
12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	15%
12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2%	15%
12.10 Corridas e competições de animais	2%	10%
12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%	10%
12.12 Execução de música	2%	15%
12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	10%
12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	2%	15%
12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	2%	15%
12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	2%	15%
12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	2%	15%
13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		

13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	2%	15%
13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	2%	10%
13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização	2%	10%
13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia	2%	10%
14 Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.02 Assistência técnica	2%	10%
14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%	10%
14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	2%	10%
14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%	10%
14.07 Colocação de molduras e congêneres.	2%	10%
14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%	10%
14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%	10%
14.10 Tinturaria e lavanderia.	2%	10%
14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%	10%
14.12 Funilaria e lanternagem.	2%	10%
14.13 Carpintaria e serralheria.	2%	10%
15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	2%	20%
15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	2%	20%
15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	2%	20%
15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	2%	20%
15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	2%	20%

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	2%	20%
15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	2%	20%
15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	2%	20%
15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	2%	20%
15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	2%	20%
15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	2%	20%
15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	2%	20%
15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	2%	20%
15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	2%	20%
15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	2%	20%

15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	2%	20%
15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	2%	20%
15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	2%	20%
16 Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.	2%	10%
17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2%	20%
17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	2%	10%
17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2%	10%
17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	2%	10%
17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	2%	10%
17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2%	15%
17.07 Franquia (franchising).	2%	10%
17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2%	20%
17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	10%
17.10 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2%	15%
17.12 Leilão e congêneres.	2%	10%
17.13 Advocacia.	2%	20%
17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2%	20%
17.15 Auditoria.	2%	20%
17.16 Análise de Organização e Métodos.	2%	20%
17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2%	20%
17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	20%
17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2%	20%
17.20 Estatística.	2%	20%
17.21 Cobrança em geral.	2%	20%

17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	2%	20%
17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2%	20%
18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2%	20%
19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	2%	10%
20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de Qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	2%	10%
20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	2%	10%
20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2%	10%
21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2%	20%
22 - Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	2%	15%
23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2%	20%
24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%	10%
25 - Serviços funerários.		

25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	2%	10%
25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	2%	10%
25.03 Planos ou convênio funerários.	2%	10%
25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	2%	10%
26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	2%	10%
27 Serviços de assistência social.		
27.01 Serviços de assistência social.	2%	20%
28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2%	15%
29 Serviços de biblioteconomia.		
29.01 Serviços de biblioteconomia.	2%	20%
30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2%	20%
31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2%	15%
32 Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 Serviços de desenhos técnicos.	2%	15%
33 Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2%	15%
34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2%	15%
35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2%	20%
36 Serviços de meteorologia.		
36.01 Serviços de meteorologia.	2%	15%
37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2%	15%
38 Serviços de museologia.		
38.01 Serviços de museologia.	2%	15%
39 Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2%	15%
40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 Obras de arte sob encomenda.	2%	10%

ANEXO IV

TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO E REGULAR EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

TABELA I

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DAS ATIVIDADES CONFORME CNAE	TAXAS DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)				TAXAS DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)			
		Autônomo/MEI	ME	EPP	Demais empresas	Autônomo/MEI	ME	EPP	Demais empresas
Seção A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção B	Indústrias extrativas	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção C	Indústrias de transformação	40%	60%	70%	80%	35%	50%	60%	65%
Seção D	Eletricidade e gás	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	30%	40%	50%	60%	25%	35%	40%	50%
Seção F	Construção	50%	60%	70%	70%	45%	55%	65%	65%
Seção G	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção H	Transporte, armazenagem e correio	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção I	Alojamento e alimentação	45%	55%	65%	75%	40%	50%	60%	70%
Seção J	Informação e comunicação	40%	50%	55%	60%	35%	45%	50%	55%
Seção K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	80%	90%	100%	110%	75%	85%	95%	100%
Seção L	Atividades imobiliárias	70%	80%	90%	100%	65%	75%	85%	95%
Seção M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção N	Atividades administrativas e serviços complementares	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção O	Administração pública, defesa e segurança social	20%	30%	40%	50%	15%	25%	35%	45%
Seção P	Educação	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção Q	Saúde humana e serviços sociais	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção R	Artes, cultura, esporte e recreação	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção S	Outras atividades de serviços	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção T	Serviços domésticos	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%
Seção U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%

TABELA II

HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES

CÓD.	DENOMINAÇÃO	HORÁRIO	VALOR EM % DA TABELA I - ANUAL
I	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Antecipação	20%
II	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Prorrogação	30%

TABELA III

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE			
CÓD.	ATIVIDADES	ALÍQUOTA	PERÍODO
I	Gêneros alimentícios em geral com uso de cesta, isopor ou similar portátil.	25%	Diário
		90%	Mês
		250%	Anual
II	Gêneros alimentícios em geral com uso de carrinho ou outro equipamento similar	50%	Diário
		150%	Mês
		400%	Anual
III	Gêneros alimentícios em geral com uso de veículo automotor ou similar	60%	Diário
		200%	Mês
		500%	Anual

IV	Demais comércios sem ponto fixo	100%	Diário
		250%	Mês
		400%	Anual
VI	Demais comércios com ponto fixo	400%	Diário
		400%	Mês
		600%	Anual
VII	Venda de veículos automotores	300%	Diário
		700%	Mês
		1000%	Anual

TABELA IV

TAXA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
CÓD.	ESPÉCIE / DESCRIÇÃO	Percentual s/a VFR		
		Diário	Mensal	Anual
I	Na parte interna ou externa de veículos, qualquer espécie ou quantidade, por veículo	1%	10%	100%
II	Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, quando instalada em veículos para fins de publicidade e divulgação, por veículo	1%	10%	100%
III	Em balões, bolas, boia flutuante e similares, com exposição terrestre, por m2	1%	10%	100%
II	Em relógio digital, por unidade	1%	10%	100%
V	Em tabuletas e similares, colocadas em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, paredes, terraços e jardins, em locais permitidos pelo Município ou com autorização do proprietário, por unidade	1%	10%	100%
VI	Em mobiliário urbano como bancos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer via ou logradouro público, inclusive rodovia, estrada e caminho federal, estadual e municipal, por unidade	1%	10%	100%
VII	Por meio de galhardete, estandarte, toldo e similares, por unidade	1%	10%	100%
VIII	Do tipo letreiro, em torre de caixa d'água, muro e correlatos, por unidade	1%	10%	100%
IX	Do tipo letreiro, em tapume, por unidade	1%	10%	100%
X	Por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos	1%	10%	100%
XI	Através de placas, painel, tabuleta ou similares, colocados em área particular, por unidade	1%	10%	100%
XII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XIII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%
XVI	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XVII	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%
XVIII	Através de anúncios, letreiros, programas, painéis, tabuletas, emblemas, placas, dísticos e avisos, colocados ou afixados em estabelecimentos ou não, destinados à divulgação de qualquer ramo de negócio ou atividade, não especificados nos itens anteriores, por unidade	1%	10%	100%
XIX	Através de bandas, shows, conjuntos musicais e similares	1%	10%	100%
XX	Por serviços de alto-falantes e congêneres, quando permitido, no interior de estabelecimentos de atividades econômicas, por aparelho	1%	10%	100%
XXI	Em anúncio sob a forma de cartaz ou folhetos distribuídos pelo correios, em mãos ou em domicílio	1%	10%	100%
Observação: Qualquer fração deve ser arredondada para um inteiro estatisticamente				

TABELA VI

TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL		
VALORES DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
1. Alvará Sanitário Anual (Por Atividade Desenvolvida)		
1.1	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
1.1.1	Maior Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.1.1.01	Doces/produtos de confeitaria (c/creme)	30
1.1.1.02	Massas Frescas	30
1.1.1.03	Panificação (fabricação/Distribuição)	30
1.1.1.04	Produtos congelados	30
1.1.1.05	Produtos dietéticos	30
1.1.1.06	Refeições Industriais	30

1.1.1.07	Sorvetes e similares	30
1.1.1.08	Congêneres	30
1.1.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.1.2.01	Aditivos	25
1.1.2.02	Água Mineral	25
1.1.2.03	Amido e derivados	25
1.1.2.04	Bebidas alcoólicas, sucos e outras	25
1.1.2.05	Biscoitos e bolachas	25
1.1.2.06	Cacau, chocolates e sucedâneos	25
1.1.2.07	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	25
1.1.2.08	Condimentos, molhos e especiarias	25
1.1.2.09	Confeitos, caramelos, bombons e similares	25
1.1.2.10	Desidratadora de vegetais e ervateiras	25
1.1.2.11	Farinhas (moinhos) e similares	25
1.1.2.12	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	25
1.1.2.13	Gelo	25
1.1.2.14	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ref./envasadoras)	25
1.1.2.15	Marmeladas, doces e xaropes	25
1.1.2.16	Massas Secas	25
1.1.2.17	Salgadinhos/batata frita empacotada	25
1.1.2.18	Salgadinhos e frituras	25
1.1.2.19	Tempero à base de sal	25
1.1.2.20	Congêneres	25
1.2	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	Percentual s/a VFR
1.1.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.2.1.01	Açougue	15
1.2.1.02	Assadora de aves e outros tipos de carnes	15
1.2.1.03	Cantina Escolar	10
1.2.1.04	Casa de carnes	15
1.2.1.05	Casa de frios (laticínios e embutidos)	15
1.2.1.06	Casa de sucos/caldo de cana e similares	15
1.2.1.07	Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	20
1.2.1.08	Confeitaria	15
1.2.1.09	Cozinha de Escolas	10
1.2.1.10	Cozinha de Clube/hotel/motel/creche/boate/similares	15
1.2.1.11	Cozinha de lactários/hospitais/maternidades/casas de saúde	10
1.2.1.12	Feira livre/comércio ambulante/(C/venda carne/pescados, outros)	20
1.2.1.13	Lanchonete/café colonial e petiscarias	15
1.2.1.14	Supermercado	20
1.2.1.15	Mercado/Minimercado	15
1.2.1.16	Mercearia/armazém (única atividade)	15
1.2.1.17	Padaria/panificadora	15
1.2.1.18	Pastelaria	15
1.2.1.19	Peixaria (pescados e frutos do mar)	20
1.2.1.20	Pizzaria	15
1.2.1.21	Produtos congelados	15
1.2.1.22	Restaurante/buffet/churrascaria	15
1.2.1.23	Sorveteria e/ou posto de venda	15
1.2.1.24	Congêneres	15
1.2.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR

1.2.2.01	Bar/boate/uisqueria	10
1.2.2.02	Bomboniere	10
1.2.2.03	Café	10
1.2.2.04	Depósito de bebidas	10
1.2.2.05	Depósito de frutas e verdura	10
1.2.2.06	Depósito de produtos não-perecíveis	10
1.2.2.07	Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias	10
1.2.2.08	Feira-livre/comércio amb.Alimentos não perecíveis	10
1.2.2.09	Quitanda, frutas e verduras	10
1.2.2.10	Venda ambulante (carrinho pipoca/milho/sanduíche, etc)	10
1.2.2.11	Comércio atacadista de produtos não perecíveis	10
1.2.2.12	Congêneres	10
1.3	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.3.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.3.1.01	Agrotóxicos	10
1.3.1.02	Comércio/distribuidora de medicamentos	10
1.3.1.03	Comércio/distribuidora de produtos laboratoriais	10
1.3.1.04	Comércio/distribuidora de produtos médico/hospitalares	10
1.3.1.05	Comércio/distribuidora de produtos odontológicos	10
1.3.1.06	Comércio/distribuidora de produtos veterinários	10
1.3.1.07	Comércio/distribuidora de saneantes/domissanitários	10
1.3.1.08	Produtos químicos	10
1.3.1.09	Congêneres	10
1.3.1.10	Estabelecimentos comerciais e/ou de distribuição e/ou transporte de produtos veterinários e/ou agrotóxicos*	10
1.3.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.3.2.01	Alimentação animal (ração/supletivos)	10
1.3.2.02	Com./distribuidora de cosméticos, perfumes, produtos de higiene	10
1.3.2.03	Embalagens	10
1.3.2.04	Equipamentos/instrumentos agrícolas, ferragens, etc.	10
1.3.2.05	Equipamentos/instrumentos laboratoriais	10
1.3.2.06	Equipamentos/instrumentos médicos hospitalares	10
1.3.2.07	Equipamentos/instrumentos odontológicos	10
1.3.2.08	Fertilizantes/corretivos	10
1.3.2.09	Prótese (ortop./estética/auditiva, etc.)	10
1.3.2.10	Sementes/selecionadas/mudas	10
1.3.2.11	Congêneres	10
1.4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.4.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.4.1.01	Ambulatório médico	15
1.4.1.02	Ambulatório odontológico	15
1.4.1.03	Ambulatório veterinário	10
1.4.1.04	Ambulatório de enfermagem	15
1.4.1.05	Clínica médica	30
1.4.1.06	Clínica veterinária	15
1.4.1.07	Policlínica	30
1.4.1.08	Pronto socorro	10
1.4.1.09	Serviço de nutrição e dietética	10
1.4.1.10	Unidade sanitária	isento
1.4.1.11	Radiologia médica (por equipamento)	25

1.4.1.12	Radiologia odontológica (por equipamento)	10
1.4.1.13	Farmácia (alopátia)	30
1.4.1.14	Farmácia (homeopática)	30
1.4.1.15	Drogaria	30
1.4.1.16	Posto de medicamentos	10
1.4.1.17	Dispensário de medicamentos	10
1.4.1.18	Ervanária	15
1.4.1.19	Unidade volante de comércio farmacêutico	10
1.4.1.20	Farmácia privativa (hospital/clínica/assoc., etc)	30
1.4.1.21	Laboratório de análises clínicas	15
1.4.1.22	Laboratório de análises bromatológicas	30
1.4.1.23	Laboratório de anatomia e patologia	30
1.4.1.24	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	30
1.4.1.25	Laboratório químico –toxicológico	30
1.4.1.26	Posto de coleta de material de laboratório	10
1.4.1.27	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (por unidade móvel)	15
1.4.1.28	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	10
1.4.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.4.2.01	Clínica de Fisioterapia e/ou reabilitação	15
1.4.2.02	Clínica de psicoterapia/desintoxicação	15
1.4.2.03	Clínica de psicanálise	15
1.4.2.04	Clínica de odontologia	15
1.4.2.09	Consultório médico	10
1.4.2.10	Consultório nutricional	10
1.4.2.11	Consultório odontológico	10
1.4.2.12	Consultório de psicanálise/psicologia	10
1.4.2.13	Consultório veterinário	10
1.4.2.14	Estabelecimento de massagem	10
1.4.2.15	Laboratório de ótica	10
1.4.2.16	Ótica	10
1.4.2.17	Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue)	10
1.4.2.18	Estabelecimento saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
1.4.2.19	Congêneres	10
1.5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.5.1	Maior Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.5.1.01	Asilo e similares	15
1.5.1.02	Desinsetizadora e/ou desratizadora	15
1.5.1.03	Escola de natação e similares	15
1.5.1.04	Estação hidromineral/termal/climatério	25
1.5.1.05	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, estab. Pré-escolar jardim de infância, salvo estabelecimentos públicos	10
1.5.1.06	Estabelecimento de ensino 1º, 2º, 3º graus e similares	10
1.5.1.07	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	10
1.5.1.08	Piscina coletiva	15
1.5.1.09	Sauna	15
1.5.1.10	Estabelecimento de propriedade da união, estado, município e asilos	Isento
1.5.1.11	Congêneres	15
1.5.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.5.2.01	Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	10
1.5.2.02	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	10
1.5.2.03	Agência bancária e similares	10
1.5.2.04	Barbearia	10

1.5.2.05	Camping	5
1.5.2.06	Casa de espetáculos (dicoteca/baile, similares)	5
1.5.2.07	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	10
1.5.2.08	Cemitério/necrotério/Capela	5
1.5.2.09	Cinema/auditório/teatro	10
1.5.2.10	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	7
1.5.2.11	Comércio geral (eletrodoméstico, calçado, tecido, disco, vestuário, etc)	10
1.5.2.12	Escritório em geral	5
1.5.2.13	Estação de tratamento de água para abastecimento público	20
1.5.2.14	Estação de tratamento de esgoto	20
1.5.2.15	Estética facial/maquiagem	10
1.5.2.16	Floricultura/plantas/mudas	10
1.5.2.17	Garagem/estacionamento coberto	5
1.5.2.18	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	0,8
1.5.2.19	Igrejas e similares	Isento
1.5.2.20	Lavanderia	10
1.5.2.21	Motel (hospedagem) (por cômodo)	2
1.5.2.22	Oficina/consertos em geral	10
1.5.2.23	Orfanato/patronato	15
1.5.2.24	Pensão (por cômodo)	0,8
1.5.2.25	Posto de combustível/lubrificante	10
1.5.2.26	Salão de beleza/manicura/cabeleireiro	10
1.5.2.27	Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos	10
1.5.2.28	Serviços de lavagem de veículos	10
1.5.2.29	Serviço de limpeza de fossa	10
1.5.2.30	Serviços de limpeza/desinfecção de poço/caixa d'água	10
1.5.2.31	Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	5
1.5.2.32	Transporte coletivo (terrestre e aéreo)	10
1.5.2.33	Indústrias de Móveis e outros	10
1.5.2.34	Estabelecimento de propriedade da união, estado município	Isento
1.5.2.35	Congêneres	10
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	Percentual s/a VFR
2.1	DIVERSOS	
2.1.1	Menor Risco Epidemiológico	
2.1.1.01	Habite-se	
		3,2%
3	PENALIDADES	
3.1	MULTAS E JUROS	
3.1.1	Taxas Diversas	Percentual s/a VFR
3.1.1.01	Início de atividade sem alvará	50%
3.1.1.02	Renovação de alvará sanitário fora do prazo	2% multa e 1% juros ao mês

TABELA VI

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES		
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	Percentual s/a VFR
I	Construção:	
	Casas e edifícios até dois pavimentos, por m ² de área construída	0,15%
	Casas e edifícios com mais de dois pavimentos, por m ² de área construída	0,15%
	Dependências em prédios residenciais, por m ² de área construída	0,15%
	Dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m ² de área construída	0,15%
	Barracões, galpões e similares, por m ² de área construída	0,10%
	Fachadas e muros, por metro linear	0,20%
	Marquises, cobertos, tapumes e telheiros, por metro linear	0,20%
	Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m ²	0,10%
II	Loteamentos, arruamentos, desmembramentos e remembramentos:	
	Com área até 10.000 m ² , excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m ²	0,002%
	Com área superior a 10.000 m ² , excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m ²	0,002%
III	Quaisquer outras obras não especificadas nesta tabela:	
	Por metro linear	0,20%
	Por metro quadrado	0,10%

ANEXO V

DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TABELA ÚNICA

TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,12% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,11% por metro quadrado
III	Industrial	0,10% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,09% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,08% por metro quadrado

NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,020% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,017% por metro quadrado
III	Industrial	0,010% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,010% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,010% por metro quadrado

ANEXO VI

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

TABELA I

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	Isento
31	a	50 kwh	0,79
51	a	100 kwh	2,11
101	a	200 kwh	3,30
201	a	350 kwh	5,94
351	a	500 kwh	8,50
501	a	1000 kwh	11,88
Acima	de	1000 kwh	23,76

TABELA II

I - CONSUMIDORES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	3,96
31	a	50 kwh	5,80
51	a	100 kwh	8,50
101	a	200 kwh	9,90
201	a	350 kwh	10,75
351	a	500 kwh	12,55
501	a	750 kwh	14,34
751	a	1000 kwh	17,02
1001	a	1500 kwh	22,40
Acima	de	1500 kwh	26,88

TABELA III

III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	2000 kwh	26,90
2001	a	5000 kwh	52,80
5001	a	10000 kwh	85,10
10001	a	50000 kwh	112,00
Acima	de	50000 kwh	134,40

ANEXO VII

DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

TABELA I

SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS		
CÓDIGO	TARÍFA DE SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS	PERCENTUAL S/O VFR
I	Fotocópia comum de documentos diversos (por página)	0,05%
II	Taxa de expediente	3,2%
III	Serviços burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;	3,2%
IV	Buscas em arquivos do Município	2%
V	Certidões, Declarações e Outros. (Por documento)	1%
VI	Atestados e Anotações (Por documento)	1%
VII	Emissão de alvarás, atestados, certidões e segundas vias de quaisquer documentos	3,2%
VIII	Alterações cadastrais e reemissão de documentos/alvará	3,2%
XIX	Análise de projetos de construção:	
	a) até 100 m ²	6%
	b) pelo que exceder, por 50 m ² ou fração	3%
X	Expedição de Habite-se	3,2%
XI	Preenchimento e emissão de guia para ITBI	3,2%
XII	Pedido de averbação de imóveis	3,2%
XIII	Pedido de baixa de alvará	3,2%
XIV	Certidão de demolição	3,2%
XV	Vistoria de quaisquer natureza	3%
XVI	Numeração e/ou Renumeração de Imóveis (por imóvel)	4%
XVII	Serviço de alinhamento de ruas	3,2%
XVIII	Loteamento, desmembramento e condomínio	8%
XIX	Apreensão e depósito de bens, armazenagem (por dia ou fração).	
	a) Pelo primeiro dia	30%

	b) Por dia subsequente	2%
XX	Apreensão e Guarda de animais (por cabeça, por dia)	
	a) Pelo primeiro dia	20%
	b) Por dia subsequente	3%
	c) Vacina	10%
XXI	Uso de bens de domínio Municipal	110%
XXII	Outros serviços não previstos nos incisos anteriores	1,5%

TABELA II

PREÇO PÚBLICO DOS SERVIÇOS INERENTES AO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
CÓDIGO	PREÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO	PERCENTUAL S/O VFR
I	Perpetuidade de sepultura	40%
II	Entrada de ossada no cemitério	20%
III	Retirada de ossada do cemitério	15%
IV	Remoção de ossada no interior do cemitério	10%
V	Ocupação da casa mortuária por velório	10%
VI	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal de 04 (quatro) anos do falecimento	25%
VII	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal do falecimento: Infante antes do prazo (4 anos); Adulto antes do prazo (4 anos); Adulto/infante após vencido prazo.	20% 30% 25%

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 02-2012 - REGIMENTO INTERNO CONSOLIDADO**

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 03 DEZEMBRO DE 2012.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Treze Tílias e dá outras providências.

MARCELO FALCHETTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Treze Tílias - SC faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL****CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º. A Câmara Municipal de Treze Tílias é o Poder Legislativo do Município, composto pelos Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art.2º. A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras, administrativas e de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§1º. A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa, por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§2º. A função julgadora, de fiscalização e controle externo é de caráter político-administrativo e exercida sobre o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais, quadro de pessoal e órgão da administração direta e indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal incumbência e pelos Vereadores.

§3º. A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§4º. A função de assessoramento consiste em sugerir e solicitar medidas de interesse público ao Poder Executivo.

§5º. A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§6º. A Câmara Municipal exercerá e promoverá ainda a consolidação da sua função integrativa, exercida pela sua participação na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, assim como proporcionar a participação popular, através de audiências públicas, nas formas previstas em lei e neste Regimento.

**CAPÍTULO II
DA SEDE DA CÂMARA**

Art. 3º. A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Leoberto Leal, n.º 195, onde serão realizadas as reuniões.

§1º. Ocorrendo motivo relevante ou de força maior, a Câmara poderá por deliberação da Mesa Diretora, ad referendum, da maioria absoluta, reunir-se em outro local, o qual será notificado às autoridades e ao povo em geral, por meio de editais publicados em locais de grande circulação de pessoas, em jornais de circulação na cidade e imprensa local.

§2º. Reputam-se nulas as reuniões da Câmara realizadas fora de sua sede, com exceção das reuniões solenes, comemorativas e demais casos previstos neste Regimento Interno.

§3º. Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara, de modo que não permita a sua utilização, a Mesa, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das reuniões enquanto perdurar a situação.

§4º. No recinto do Plenário não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo para reuniões cívicas, culturais, partidárias e de interesse social, com prévia autorização do presidente, oportunidades que será permitida a fixação de símbolos pertinentes aos assuntos tratados.

§5º. No Mural Oficial da Câmara haverá espaço, para publicação dos atos do Poder Executivo e atos da Casa, bem como espaços livres e igualitários para manifestações dos partidos regularmente inscritos no Município.

§6º. Considera-se órgão oficial da Casa, para fins de publicação de seus atos, o mural da Câmara Municipal.

Art. 4º. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - esteja decentemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no plenário, salvo por aplausos;

V - não interpele os vereadores, salvo em audiências públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância destes deveres, poderá a Mesa determinar a retirada do recinto, de todo e qualquer assistente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 5º. A segurança do recinto da Câmara compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

Parágrafo único. Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito, se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.

Art. 6º. Durante as reuniões, os Símbolos do País, do Estado e do Município deverão estar fixados de forma visível.

**CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA**

Art. 7º. Os serviços Administrativos da Câmara serão executados sob a direção e orientação da Mesa.

Art. 8º. A nomeação, admissão, exoneração, demissão, dispensa e disponibilidade, bem como todos os atos de administração do funcionalismo da Câmara competem ao Presidente, de conformidade com a legislação vigente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dos Funcionários da Câmara.

§1º. A Câmara poderá admitir servidores mediante concurso público de provas ou provas e títulos, após a criação dos respectivos cargos através de lei específica, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, para cargos de chefia, direção ou assessoramento.

§2º. A Câmara deverá manter o serviço de assessoramento jurídico.

§3º. Os Vereadores podem, também, indagar à Mesa sobre os serviços da Secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sobre os mesmos, em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sobre o assunto, no prazo de dez dias.

Art. 9º. A correspondência oficial da Câmara será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade da Mesa.

Parágrafo único. Nas comunicações sobre a deliberação da Câmara indicar-se-á, se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria.

CAPÍTULO IV DA POSSE

Art. 10. A Câmara Municipal instalar-se-á em Reunião Solene às 10:00 horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, na sede da Câmara ou em outro local definido pelos Vereadores eleitos, conforme §1º, do art. 34 da Lei Orgânica, independente do número, sob a presidência pelo Vereador mais idoso entre os presentes.

Parágrafo único. Os trabalhos da Sessão Solene de posse ficarão sob a responsabilidade da Secretaria da Câmara.

Art. 11. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse, cujo termo e demais trabalhos da reunião, serão lavrados em Ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinados pelos empossados e demais presentes.

§1º. Antes, porém, o Presidente da sessão solicitará a todos os eleitos que procedam à entrega da declaração escrita de seus bens e dos respectivos termos de desincompatibilização, não podendo tomar posse o eleito que assim não proceder.

§2º. No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E O BEM ESTAR DO SEU POVO".

§3º. A seguir, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que em pé, com o braço estendido para frente, declarará em voz alta: "ASSIM EU PROMETO".

§4º. Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente da sessão declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: "DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO".

§5º. O Vereador que não tomar posse na reunião prevista no art. 10 deste Regimento deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze 15 (quinze) dias, a contar da Reunião Solene de posse, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 12. Ato contínuo, o Presidente da sessão dará início ao processo de posse do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a) eleitos e diplomados, prestando o seguinte compromisso: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE, DA IGUALDADE E DA LEGALIDADE".

Art. 13. O Presidente concederá a palavra ao Prefeito empossado, facultando a cada um dos vereadores, que se inscrever junto a Secretaria da Câmara, 03 (três) minutos, encerrando-se, logo após, a solenidade.

Art. 14. A Câmara reunir-se-á em Sessão Extraordinária a ser realizada 30 (trinta) minutos após o encerramento da sessão solene de que trata o art. 10 e seguintes, para proceder à eleição da Mesa Diretora na forma do Título III, Capítulo I, Seção II, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador regularmente empossado.

CAPÍTULO V DA INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL

Art. 15. A Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene para a instalação da Sessão Legislativa:

I - no primeiro ano da Legislatura na primeira segunda-feira do mês de janeiro; e

II - nos demais anos na primeira segunda-feira do mês de fevereiro.

Parágrafo único. Na primeira parte da reunião o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.

Art. 16. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, em Sessão Ordinária, de 01 de fevereiro a 30 de dezembro, salvo no primeiro ano da Legislatura, no qual se reunirá a partir da primeira segunda-feira do mês de janeiro a 30 de dezembro. (NR) (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§1º. As Sessões de instalação marcadas para essa data serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou de ponto facultativo.

§2º. São caracterizados como de recesso parlamentar os períodos compreendidos entre: (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

I - 30 de dezembro a 01 de fevereiro; (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

II - 15 a 31 de julho. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§3º. Quando Solenes, nos termos do art. 261 deste Regimento Interno, poderão as Sessões ser realizadas fora do recinto da Câmara, em local condizente com o decoro parlamentar.

§4º. Atendidas as mesmas condições do parágrafo anterior, por Requerimento de qualquer Vereador, a Câmara de Vereadores poderá realizar Sessões itinerantes, desde que aprovadas por decisão da maioria absoluta em Plenário, vedada a retirada de documentos oficiais da sede oficial, cabendo à Mesa diretora, através de Ato, definir o rito da Sessão.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 17. Os Vereadores eleitos, na forma da Lei, são invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos proferidos

no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 18. Compete ao Vereador:

- I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;
- II - votar nas eleições:
 - a) da Mesa;
 - b) das Comissões Permanentes, Especiais, de Inquéritos, de Representações e Representativas.
- III - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;
- IV - usar a palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do plenário;
- V - apresentar proposições;
- VI - cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos;
- VII - usar os recursos previstos neste Regimento.

Art. 19. É dever do Vereador:

- I - desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens ou apresentar a declaração anual de Imposto de Renda Pessoa Física, no ato da posse, anualmente e ao final do mandato;
- II - apresentar-se decentemente trajado e comparecer com pontualidade às reuniões plenárias;
- III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;
- IV - votar as proposições;
- V - portar-se com respeito, decoro e compenetração de suas responsabilidades de Vereador;
- VI - conhecer e seguir às disposições da Lei Orgânica do Município, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição da República Federativa do Brasil, assim como, deste Regimento Interno;
- VII - justificar suas faltas no prazo máximo de 15 (quinze) dias. (Inciso incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Art. 20. A Câmara Municipal de Treze Tílias instituirá através de Resolução específica o seu Código de Ética Parlamentar.

Art. 21. Compete à Mesa tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, decorrentes do exercício do mandato.

Parágrafo único. O Vereador estará sujeito à perda do mandato nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 22. O Vereador licenciar-se-á, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos casos previstos no art. 32 da Lei Orgânica do Município e nos seguintes casos:

- I - para desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário do Município ou outro cargo público incompatível com o de vereador;
- II - para tratamento de saúde, com direito a remuneração;
- III - para tratar de interesse particular, obedecido ao que preceitua o art. 32, II da Lei Orgânica Municipal;
- IV - licença-maternidade às Vereadoras pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), com direito a remuneração;
- V - licença-paternidade aos Vereadores pelo prazo de 08 (oito) dias.

§1º. A aprovação dos pedidos de licença dar-se-á no expediente das reuniões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria e será aprovado por maioria simples.

§2º. No caso do item II, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independente de autorização do Plenário.

§3º. A concessão de licença a Vereador para tratar de interesses particulares dependerá sempre de autorização do Plenário,

observando o disposto no inciso II e § 2º, ambos do artigo 32 da Lei Orgânica.

§4º. O Vereador regularmente licenciado para exercer as funções constantes do inciso I deste artigo, não perderá o mandato.

§5º. O Vereador licenciado poderá reassumir a vereança a qualquer tempo, salvo o disposto no §2º, do art. 32 da Lei Orgânica, requerendo ao Presidente a suspensão da licença quando esta não esteja vencida.

Art. 23. O Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, do art. 22, não será remunerado.

Art. 24. O Suplente será convocado, nos casos de vagas ou nas licenças a que se refere o art. 22, bem como quando o Presidente da Câmara estiver exercendo o cargo de Prefeito.

§1º. O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§2º. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III

DA VAGA DE VEREADOR

Art. 25. As vagas de Vereadores dar-se-ão por:

- I - renúncia;
- II - cassação do mandato;
- III - licença;
- IV - em virtude de falecimento do titular da cadeira na Câmara; ou
- V - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a 5 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas ou a 3 (três) reuniões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente, adotando-se os procedimentos previstos no §3º, do art. 31, da Lei Orgânica do Município. (Inciso incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Parágrafo único. A cassação do mandato de Vereador está regulamentada nos artigos 30 e 31 da Lei Orgânica do Município.

Art. 26. A extinção do mandato por cassação só se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pela Mesa da Câmara, inserida em Ata, após a instauração de inquérito disciplinar e julgamento em Sessão Extraordinária, convocada especialmente para este fim, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

Art. 27. A renúncia de Vereador far-se-á por ofício dirigido a Câmara, reputando-se aceita, independente de leitura em Sessão ou votação, desde que conferida a necessária publicidade ao ato.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 28. Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara, ou de bloco parlamentar.

§1º. As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes.

§2º. O Poder Executivo Municipal poderá constituir liderança do Governo na Câmara.

§3º. O Líder do Governo na Câmara ficará impedido de exercer a Presidência da Mesa Diretora, salvo, estando na Vice-Presidência, nos casos de ausência do Presidente nas Sessões.

Art. 29. Aos líderes de bancada ou de blocos parlamentares compete:

- I - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões;
- II - discutir projetos e encaminhar-lhes à votação, pelo prazo regimental e emendar proposição em qualquer fase de discussão;
- III - usar da palavra em comunicações urgentes;
- IV - exercer outras atribuições constantes deste Regimento.

Art. 30. As comunicações urgentes de Líderes poderão ser feitas durante a reunião, exceto na ordem do dia, sendo concedida a palavra a cada Líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa exclusiva do Líder, o qual, poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

CAPÍTULO V DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 31. As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§1º. O bloco parlamentar terá no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Câmara.

§2º. As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§3º. Não será admitido bloco parlamentar composto de menos de um quinto dos membros da Câmara.

§4º. O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa para registro e publicação.

§5º. Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido será revista à composição das Comissões, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoantes o princípio da proporcionalidade partidária.

§6º. A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

§7º. Havendo desligamento de Vereador de uma Bancada, com implicação de perda do quórum fixado no parágrafo terceiro, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§8º. A existência do Bloco Parlamentar está circunscrita à Legislatura, devendo o ato, de sua criação e as alterações posteriores, ser apresentado por escrito à Mesa, para registro e publicação.

§9º. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo quinto, consideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos ocupados exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

§10. A representação que integra o Bloco Parlamentar, não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Art. 32. Constitui a maioria, o Partido ou Bloco Parlamentar, integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa, considerando-se minoria a representação imediatamente inferior que expresse posição diversa da maioria.

Parágrafo único. Se nenhuma representação atingir a maioria absoluta, assume as funções regimentais e constitucionais da maioria, o Partido ou Bloco Parlamentar que tiver o maior número de representantes.

CAPÍTULO VI DOS SUBSÍDIOS

Art. 33. Os Vereadores farão jus aos subsídios, fixados em parcela única, definidos em lei específica pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, aprovada até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da legislatura, observado o que dispõe a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

§1º. O Presidente da Mesa fará jus à remuneração por subsídio fixado em parcela única em cada legislatura para a subsequente.

§2º. Os valores dos subsídios serão divididos por Sessões Ordinárias realizadas mensalmente pela Câmara, devendo ser descontados os valores correspondentes às faltas, exceto quando:

- I - o Vereador faltar ou ausentar-se da reunião para cumprir missão determinada pela Mesa da Câmara;
- II - por motivo justificado, aceito pela maioria absoluta da Câmara;
- III - por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico.

§3º. O Presidente quando faltar ou se ausentar por motivo justificado, aceito pela maioria absoluta da Câmara, receberá o valor do subsídio de Vereador, fazendo jus ao subsídio de Presidente seu substituto legal.

§4º. Os Vereadores farão jus a um décimo terceiro salário calculado com base na remuneração devida no mês de dezembro de cada ano.

§ 5º. Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos: (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

- I - doença; (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)
- II - nojo ou gala; (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)
- III - serviço obrigatório por lei; (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)
- IV - integrando comissão de representação; (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)
- V - participação em cursos, seminários, palestras. (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§ 6º. A justificação das faltas far-se-á por requerimento fundamentado dirigido ao Plenário, que a julgará, nos termos do Art.136, deste Regimento. (Incluído pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA MESA DA CÂMARA

Seção I Da Composição

Art. 34. A Mesa é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara, eleito pelos vereadores para um mandato de 01 (um) ano.

§1º. A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário.

§2º. É vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§3º. Os membros da Mesa integrarão, com exceção do Presidente, as Comissões Legislativas Permanentes.

§4º. Na ausência ou impedimento do Presidente ou Vice-Presidente, compete ao 1º e 2º Secretários, sucessivamente, a direção dos trabalhos.

§5º. Ausentes ou impedidos os Secretários, o Presidente convidará um dos Vereadores para assumir cargos de secretaria, durante a reunião.

§6º. Verificando-se a ausência ou impedimento da Mesa Diretora para a direção dos trabalhos legislativos e administrativos, presente, no entanto, a maioria absoluta de Vereadores, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso, que convidará, entre seus pares, um membro para secretariar os trabalhos da reunião.

§7º. Mantendo-se a situação de ausência da Mesa Diretora por mais de 03 (três) Sessões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pelo Plenário, dar-se-á a vacância dos cargos, devendo o Vereador mais idoso assumir e convocar eleição da Mesa na forma regimental.

Seção II Da Eleição, Formação, Modificação e destituição da Mesa

Art. 35. A eleição da Mesa para o primeiro ano da legislatura far-se-á na mesma data em que se realizar a Sessão Solene de instalação da Legislatura, em Sessão Extraordinária exclusivamente convocada para este fim, iniciando-se 30 (trinta) minutos após o término da primeira.

§1º. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes e, havendo a maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da mesa, para a primeira sessão legislativa, os quais serão automaticamente empossados.

§2º. Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará Sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§3º. Ultimada a eleição, o Presidente da Sessão proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§4º. A reunião para a eleição da Mesa Diretora da Câmara, para a sessão legislativa subsequente far-se-á na última Sessão Ordinária do ano, considerando empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 36. As chapas ou os nomes avulsos que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o início da Sessão em que deva se realizar a votação. (NR) (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§1º. As chapas poderão ser completas ou em nomes avulsos dos candidatos aos quatro cargos da Mesa Diretora, previstos neste Regimento Interno, atendidos o seguinte: (NR) (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

I - as chapas completas somente serão aceitas e protocoladas desde que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário; (NR) (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

II - as chapas com nomes avulsos deverão ser protocolados individualmente constando o nome completo e o cargo a que estará concorrendo, assinada pelo candidato. (NR) (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§2º. O Vereador só poderá participar de uma única chapa.

§3º. Havendo desistência justificada de algum membro de chapa inscrita, que deverá ser sempre por escrito, este poderá ser substituído.

§4º. A eleição da Mesa será realizada por votação nominal, para as chapas completas ou para os candidatos isolados à Presidente, a Vice-Presidente e a Secretários, procedendo-se a mesma em um só ato de votação, para todos os cargos da Mesa, da seguinte forma: (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

I - o voto na chapa completa será para todos os cargos da Mesa Diretora não sendo possível alterar nomes para os cargos, considerando-se eleita aquela que obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara; (NR) (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

II - o candidato a cargo por nome avulso será considerado eleito se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Casa; (NR) (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

III - eleito o candidato a cargo individual e, não havendo inscritos candidatos isolados para os demais cargos da Mesa Diretora, proceder-se-á a tantos escrutínios até o preenchimento de todos os cargos; (NR) (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

IV - havendo a necessidade de proceder novos escrutínios, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos para inscrição dos candidatos junto à Secretaria da Câmara. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§5º. A cédula a que se refere o parágrafo anterior será devolvida à Mesa em sobrecarta devidamente rubricada pelo Presidente, chamando este cada Vereador, por ordem alfabética, sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§6º. Será considerado nulo o voto que não preencher as formalidades indicadas no parágrafo primeiro ou que contiver sinais visíveis que o torne de qualquer modo identificável. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§7º. A eleição da Mesa será decidida em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§8º. Se qualquer dos candidatos para o cargo em votação não alcançar a maioria absoluta, proceder-se-á ao segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples.

§9º. Na ocorrência de empate, considerar-se-á eleito o Vereador mais idoso dentre os concorrentes.

§10. O Presidente designará dois Vereadores de bancadas diferentes, para proceder ao escrutínio.

Art. 37. O suplente de Vereador, no exercício regular do mandato, poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa, com exceção ao Cargo de Presidente, ressalvado o caso de sua substituição ser em caráter definitivo.

Art. 38. Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro ano da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na reunião em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente no exercício de seus mandatos.

Art. 39. Modificar-se-á a composição da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 40. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:
I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;
III - licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo se em licença saúde ou licença-maternidade;
IV - houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário;
V - deixar de exercer as funções do cargo por 03 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pela maioria absoluta do Plenário.

§1º. No caso de licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, inclusive para tratamento de saúde ou licença-maternidade, assumirá o cargo vago o substituto legal.

§2º. Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Art. 41. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 42. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira Sessão Ordinária seguinte àquela na qual se verificar as vagas, observadas as disposições regimentais.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em Sessões Ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais idoso entre os que não participam da Mesa.

Art. 43. Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário, através do Vereador mais idoso dentre os presentes, procedendo-se, então, eleição na forma regimental.

Art. 44. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada, por no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros desimpedidos da Câmara, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

Art. 45. É passível de destituição o membro da Mesa faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou que exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

Art. 46. O processo de destituição terá início por denúncia subscrita necessariamente por um dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida por seu autor em qualquer fase da Sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da Presidência.

§1º. Na denúncia deverá ser mencionado o(s) membro(s) da Mesa faltoso(s), descritas as irregularidades que lhe(s) for(em)

imputada(s), bem como especificada(s) as provas que se pretende produzir.

§2º. Lida a denúncia, será esta imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição deverão ser atribuídas ao Vice-Presidente e, se este também for envolvido, ao Vereador mais idoso entre os presentes, exceto o denunciante.

§3º. O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

§4º. Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do §2º, e, se for um dos Secretários, será substituído por qualquer Vereador, convidado por quem estiver exercendo a Presidência.

§5º. O denunciante e o(s) denunciado(s) são impedidos de votar na denúncia, não sendo necessária a convocação de suplentes para o ato.

Art. 47. Considerar-se-á recebida a denúncia se for aprovada pela maioria simples dos Vereadores votantes presentes.

Art. 48. Recebida a denúncia, serão sorteados 03 (três) Vereadores dentre os desimpedidos, para compor a Comissão Processante.

§1º. Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante e o(s) denunciado(s).

§2º. Constituída a Comissão Processante, seus membros elegerão um deles para Presidente e um para Relator, que marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

§3º. Reunida a Comissão, o denunciado ou denunciados, serão notificados dentro de 05 (cinco) dias, para apresentação, por escrito, da defesa prévia, se assim o desejar, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a não apresentação da mesma não implicará em assunção de culpa pelo denunciado ou denunciados.

§4º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo seu Parecer no final de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período mediante aprovação do Plenário.

§5º. O denunciado ou denunciados poderá (ão) acompanhar todas as diligências da Comissão.

Art. 49. Findo o prazo previsto no § 4º do artigo anterior e concluindo-se pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira Sessão ordinária subsequente, Projeto de Resolução propondo a destituição do(s) denunciado(s).

§1º. O Projeto de Resolução será submetido à discussão e votação, observando-se o quorum previsto no art. 44 deste Regimento Interno.

§2º. Os Vereadores e o Relator da Comissão Processante e o(s) denunciado(s) terão, cada um, 20 (vinte) minutos para a discussão do Projeto de Resolução, vedada a cessão de tempo.

§3º. Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator da Comissão Processante e o(s) denunciado(s).

§4º. Não se concluindo nessa Sessão a apreciação do Parecer, o Vereador que estiver presidindo os trabalhos relativos ao processo

de destituição convocará Sessões Extraordinárias destinadas integral e exclusivamente ao exame da matéria, até deliberação definitiva do Plenário.

§5º. O Parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples processando-se:

I - ao arquivamento do processo, se rejeitado o Parecer;

II - a remessa do processo à Comissão de Justiça, se aprovado o Parecer.

§6º. Ocorrendo a aprovação do Parecer, a Comissão de Justiça deverá elaborar, dentro de 03 (três) dias, Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§7º. Para a votação e discussão do Projeto de Resolução de destituição elaborado pela Comissão de Justiça observar-se-ão as disposições deste artigo.

Art. 50. Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu Parecer na primeira Sessão Ordinária subsequente.

§1º. Cada Vereador terá o prazo máximo de 20 (vinte) minutos para discutir o Parecer da Comissão Processante, cabendo ao Relator e ao(s) denunciado(s) respectivamente o prazo de 20 (vinte) minutos.

§2º. Aplica-se o disposto no §4º do artigo anterior, no caso de não conclusão dos serviços.

§3º. O Parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:

I - ao arquivamento do processo, se aprovado o Parecer;

II - a remessa do Processo à Comissão de Justiça, se rejeitado o Parecer.

§4º. Ocorrendo a rejeição do Parecer, a Comissão de Justiça deverá elaborar, dentro de 03 (três) dias, o Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou dos denunciados.

§5º. Aplica-se o disposto no §7º do artigo anterior, para aprovação e discussão do Parecer de improcedência.

Art. 51. A aprovação do Projeto de Resolução, pelo quórum de 2/3 (dois terços), implicará no imediato afastamento do(s) denunciado(s), devendo a Resolução respectiva ser dada à publicação, pelo Vereador que estiver presidindo os trabalhos, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do Plenário.

Seção III

Da Competência da Mesa

Art. 52. Compete à Mesa, além de outras atribuições estabelecidas neste Regimento e na Lei Orgânica:

I - dirigir todos os trabalhos legislativos e os serviços de administração da Câmara Municipal, bem como tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos ou serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos, nos termos do §1º do art. 14 da Lei Orgânica, obedecidos os preceitos constitucionais;

III - elaborar o Regulamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

IV - apresentar à Câmara, na última Sessão Ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

V - emitir Parecer sobre pedido de licença de Vereadores;

VI - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara e seus serviços;

VII - dirigir a segurança interna;

VIII - promulgar a Lei Orgânica do Município e suas emendas;

IX - solicitar ao Poder Executivo o envio de Projeto de Lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

X - representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

XI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XII - conferir aos membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos e administrativos da Casa;

XIII - propor Resoluções e Decretos Legislativos concessivos de licenças e afastamentos respectivamente ao Prefeito e Vereadores;

XIV - determinar diretrizes para divulgação das atividades da Câmara;

XV - declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

XVI - devolver à Tesouraria da Prefeitura, o saldo de caixa existente na Câmara, no final do exercício;

XVII - representar, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal, em nome da Câmara Municipal;

XVIII - designar Vereadores para missões de representação.

Art. 53. Compete à Mesa, juntamente com a Comissão de Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas, elaborar e encaminhar até 15 dias antes dos prazos previstos nos incisos do art. 135 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, o plano de metas para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a proposta orçamentária, no intuito de serem incluídas nas propostas orçamentárias Municipais. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Seção IV

Do Presidente

Art. 54. O Presidente é o representante legal da Câmara, quando ela se pronuncia coletivamente, e o superior dos seus trabalhos e da sua ordem, nos termos do artigo 42 da Lei Orgânica e deste Regimento Interno.

§1º Compete ao Presidente:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele, prestando, inclusive, informações em mandados de segurança, contra ato da Mesa Diretora ou do Plenário, e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os atos da mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos e as leis que vier a promulgar, bem como os balancetes financeiros, de acordo com a legislação pertinente;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar ao Ministério Público, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e Constituição Estadual;

X - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência;

XI - receber o compromisso e empossar Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, que não tiverem sido empossados no primeiro dia da legislatura, bem como suplentes de vereador;

XII - presidir as eleições da renovação da Mesa Diretora e dar posse aos membros que a compõe;

XIII - presidir a Mesa Diretora;
 XIV - manter a ordem;
 XV - convocar suplentes, nos casos previstos na legislação pertinente, na forma deste Regimento;
 XVI - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;
 XVII - convocar as Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica, bem como cientificar os Vereadores da convocação de Sessão Extraordinária;
 XVIII - designar Comissões Especiais, nos termos deste Regimento Interno, ouvida a Mesa Diretora e observadas às indicações partidárias com representação na Câmara Municipal;
 XIX - mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
 XX - realizar audiências públicas, em dia e hora pré-fixados, com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade, a requerimento aprovado pelo Plenário, garantida ampla divulgação;
 XXI - encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formuladas pelos Vereadores sobre fato relacionado com matéria em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Câmara;
 XXII - encaminhar ao Prefeito e aos Secretários Municipais o pedido de convocação para prestar informações;
 XXIII - dar ciência ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito horas), sempre que se tenha esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara, ou rejeitados os mesmos na forma regimental;
 XXIV - representar a Câmara junto, ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais, distritais e perante as entidades privadas e públicas em geral;
 XXV - propor projetos, indicações ou requerimentos na qualidade de presidente;
 XXVI - declarar destituído membro da Mesa Diretora, ou de comissão legislativa permanente, nos casos previstos neste Regimento;
 XXVII - comunicar o Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;
 XXVIII - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;
 XXIX - comunicar à Justiça Eleitoral:
 a) a vacância dos cargos de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Vereador, neste último caso, quando não houver mais suplente;
 b) o resultado de processos de cassação de membros;
 XXX - assinar portarias, os editais, todo o expediente da Câmara e demais atos de sua competência e, juntamente com o Primeiro Secretário, as atas das reuniões;
 XXXI - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos em ordem de pagamento, juntamente com o Primeiro Secretário;
 XXXII - praticar atos de intercomunicação com o Executivo;
 XXXIII - dar andamento legal aos recursos interpostos contra os atos seus, da Mesa ou da Câmara.
 XXXIV - prover o funcionamento da Câmara e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores da Casa, na forma da lei, mediante portarias;

§2º. Quanto às Sessões:

I - convocar as Sessões previstas neste Regimento;
 II - presidir os trabalhos e manter a ordem do recinto da Câmara, advertir os presentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar a força necessária para esses fins;
 III - organizar a Ordem do Dia;
 IV - abrir e encerrar Sessões, interrompendo-as, suspendendo-as, ou prorrogando-as quando necessário, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento;
 V - determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara;
 VI - determinar a verificação de quórum a qualquer momento da Sessão;
 VII - declarar a hora destinada ao Expediente ou a Ordem do Dia

e os prazos facultados aos oradores, após consulta aos Líderes de Bancadas;
 VIII - submeter à discussão e votação a matéria da Ordem do Dia e proclamar os resultados das votações e declarar a prejudicialidade;
 IX - interromper o orador que se desviar da questão em debate, falar sobre matéria vencida ou falar sem a consideração devida à Câmara, a seus Membros ou titulares dos Poderes Públicos, advertindo-os e, no caso de insistência, cassando-lhes a palavra, podendo ainda, suspender a reunião, quando não atendido e as circunstância assim exigir;
 X - chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;
 XI - conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos do Regimento e não permitir apartes estranhos ao assunto em discussão;
 XII - decidir as questões de ordem e reclamações, ou quando omisso o Regimento, submetê-lo ao Plenário;
 XIII - convidar Vereador a retirar-se do Plenário, quando perturbar a ordem;
 XIV - autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência em Ata;
 XV - determinar o não apanhamento de discurso ou aparte, em Ata;
 XVI - em caso de ausência dos Secretários, nomear Vereador ad hoc para os trabalhos;
 XVII - determinar ao Primeiro Secretário a anotação da decisão do plenário, no processo competente;
 XVIII - determinar, na primeira reunião, após sua entrada na Câmara, a leitura das mensagens sob o regime de urgência;
 XIX - resolver sobre os requerimentos de sua alçada.

§3º. Quanto às Proposições:

I - determinar sua autuação;
 II - promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;
 III - definir a retirada de proposições da ordem do dia, nos casos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento;
 IV - despachar Requerimentos;
 V - determinar arquivamento ou desarquivamento de proposições, a requerimento do autor ou nos termos Regimentais;
 VI - determinar, a Requerimento do autor, a retirada de proposição;
 VII - não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial;
 VIII - declarar prejudicados os projetos, em face de aprovação de outro, com o mesmo conteúdo e objetivo;
 IX - encaminhar os projetos às Comissões competentes;
 X - zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos a Comissões e ao Prefeito.

§4º. Quanto às Comissões:

I - constituir Comissões de representação externa;
 II - designar os integrantes de Comissões de acordo com as indicações dos Líderes de Bancada;
 III - prorrogar prazos, quando requerido, ou extinguir Comissões nos termos deste Regimento;
 IV - assegurar os meios e condições necessárias ao seu funcionamento;
 V - convocar os Vereadores para eleição dos membros da Comissão Representativa;
 VI - convidar o relator ou outro membro da Comissão, para esclarecimentos;
 VII - dar posse aos membros das Comissões Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara, bem como das Comissões de Representação, ouvidos os Líderes de Bancada;
 VIII - designar os substitutos das Comissões referidas na alínea anterior, após consulta às lideranças partidárias;
 IX - declarar a perda de membro das Comissões quando não comparecer injustificadamente a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas;

§5º. Quanto a Mesa, cabe, entre outras atribuições, ao Presidente:
I - presidir suas reuniões;
II - tomar parte das discussões e deliberações, com direito a voto;
III - distribuir a matéria que depender de parecer.

§6º. Quanto à administração da Câmara Municipal:
I - lavrar e assinar atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licenças, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas;
II - determinar a apuração de responsabilidades administrativas, civis e criminais, de servidores faltosos e aplicar as penalidades previstas em lei complementar que regula o Estatuto do Servidor Público do Município de Treze Tílias;
III - julgar os recursos hierárquicos de servidores da Câmara;
IV - superintender os serviços de Secretaria da Câmara e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro do legislativo;
V - mandar fixar, trimestralmente, nas dependências da Câmara, os balancetes relativos às verbas recebidas e às despesas dos três meses anteriores;
VI - mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara;
VII - rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e da sua Secretaria;
VIII - praticar quaisquer outros atos atinentes a esta área de sua gestão;
IX - exercer atos de poder administrativo em quaisquer matérias, relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma.

Art. 55. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e irá falar da tribuna, destinada aos oradores.

Art. 56. O Vereador, no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

Seção V Do Vice-Presidente

Art. 57. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§1º. Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelos Secretários, segundo a ordem de eleição.

§2º. Ao substituto do Presidente, na direção dos trabalhos nas reuniões, não lhe (retirar) é conferida competência para outras atribuições, além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

Seção VI Dos Secretários

Art. 58. Compete ao Primeiro Secretário:
I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara;
II - dar conhecimento à Câmara dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;
III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença ao final da Sessão;
IV - apurar as presenças, no caso de votação ou verificação de quórum;
V - superintender a redação da Ata, resumindo os trabalhos da

reunião, lê-la e assiná-la, juntamente com o Presidente, depois de submetida à apreciação do Plenário;
VI - ler ao Plenário a matéria do Expediente e Ordem do Dia, despachando o respectivo processo e anotando no mesmo, por determinação do Presidente, as decisões do plenário;
VII - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;
VIII - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento;
IX - distribuir as proposições às Comissões;
X - tomar parte em todas as votações.

Art. 59. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências, assumindo nestes casos as suas atribuições.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES

Seção I Disposições Preliminares

Art. 60. Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara, em caráter permanente ou transitório, destinados a proceder a estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações, sempre que possível, ou à representação da Câmara.

Art. 61. As Comissões são:
I - Permanentes; e
II - Temporárias.

Art. 62. As Comissões Permanentes, em número de 05 (cinco) e com prazo de composição de 01 (um) ano, são as seguintes:
I - Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto;
II - Obras Públicas, Urbanismo, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente;
III - Trabalho, Defesa do Consumidor e Atividades Privadas;
IV - Educação e Cultura, Ciência, Comunicação, Desporto, Saúde e Assistência Social;
V - Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas;

§1º. As Comissões Permanentes serão compostas por 03 (três) membros, constituindo-se de um Presidente, um Relator e um Membro. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§2º. Cada Vereador, à exceção do Presidente da Mesa, deverá participar obrigatoriamente de pelo menos uma Comissão Permanente, não podendo pertencer a mais de 02 (dois), salvo como substituto temporário dos membros efetivos.

§3º. Os membros das Comissões Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido eleitos.

Seção II Da Composição das Comissões Permanentes

Art. 63. A constituição das Comissões Permanentes far-se-á na fase destinada à Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária de cada ano da legislatura, de acordo com a indicação dos líderes partidários, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

Art. 64. Se a constituição das Comissões Permanentes se fizer mediante acordo, a fase da Ordem do Dia será destinada apenas à sua proclamação.

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma Sessão a constituição de todas as Comissões Permanentes, a fase da Ordem do Dia de Sessões Ordinárias subseqüentes

destinar-se-á ao mesmo fim, até plena consecução desse objetivo.

Art. 65. Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha dos membros das Comissões Permanentes por eleição em Plenário, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§1º. A votação para a constituição de cada uma das Comissões Permanentes far-se-á mediante voto secreto em cédula separada, impressa, com a indicação do nome do votado. (REVOGADO - VOTO SECRETO EM SALA SEPARADA - PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§2º. Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão.

§3º. Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão.

§4º. Se os empatados se encontrarem em igualdade de condições, será considerado eleito, dentre os presentes, o Vereador mais idoso dentre os concorrentes.

§5º. No ato da composição das Comissões Permanentes, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado.

Art. 66. Constituídas as Comissões Permanentes, reunir-se-á cada uma delas, no prazo de 03 (três) dias entre uma Sessão e outra para, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os membros presente, proceder à eleição do Presidente, vedada a reeleição. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§1º. Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão será presidida interinamente pelo Vereador mais idoso dentre seus membros.

§2º. Cada Comissão Permanente deverá reunir-se, sempre que haja matéria de sua competência, devendo o Presidente da Comissão determinar o dia e a hora da reunião.

Art. 67. As vagas das Comissões Permanentes verificar-se-ão:

- I - com a licença;
- II - com a renúncia;
- III - com a destituição;
- IV - com a perda do mandato de Vereador.

§1º. A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será acabada e definitiva, desde que manifestada por escrito, ao Presidente da Câmara.

§2º. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos, caso não compareçam por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem prévia justificativa, a critério dos demais membros da Comissão.

§3º. As faltas às reuniões da Comissão Permanente deverão ser justificadas, no prazo de 05 (cinco) dias, quando ocorrer justo motivo.

§4º. A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

§5º. Não se aplica o disposto no §2º deste artigo ao Vereador que comunicar ao Presidente da Comissão as razões de sua ausência para posterior justificação perante a Comissão.

§6º. O Presidente da Comissão Permanente poderá também ser destituído, quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, sendo-lhe facultado o direito de defesa, no prazo de 10 (dez) dias, cabendo a decisão final ao Plenário.

§7º. O Presidente ou Membro de Comissão destituído, nos termos do presente artigo, não poderá ser designado para integrar nenhuma outra Comissão Permanente durante a mesma legislatura.

Art. 68. No caso de vaga, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença o lugar.

§1º. O suplente, quando convocado, além do exercício pleno da vereança substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Permanentes.

§2º. A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§3º. Se a licença ou impedimento somente se referir à participação na Comissão, a agremiação política a que pertencer o membro impedido ou licenciado indicará o substituto, respeitado o disposto no § 2º do artigo 62 deste Regimento.

Art. 69. Será dada ampla publicidade à composição anual das Comissões Permanentes.

Seção III

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 70. As Comissões Permanentes, de caráter Legislativo ou especializado, têm a finalidade de apreciar as Proposições submetidas ao seu exame e sobre elas deliberar na forma deste Regimento e de exercer a fiscalização no âmbito dos respectivos campos temáticos de área de atuação.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência cabe:

- I - discutir e votar projetos de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos membros da casa;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III - convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões, das autoridades ou entidades públicas;
- V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do executivo e da administração indireta.

Art. 71. Compete, ainda, às Comissões Permanentes:

- I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir parecer no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias pelo Presidente da Câmara, mediante Requerimento devidamente fundamentado;
- II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação;
- III - elaborar seus regulamentos; e
- IV - requerer ao Presidente da Câmara que outra Comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida.

Parágrafo único. Para cumprir seu desiderato as Comissões poderão ainda determinar toda e qualquer diligência, oficializando ao

Prefeito ou a qualquer órgão governamental ou entidade privada, sempre por meio do Presidente da Câmara.

Subseção Única

Das Audiências Públicas

Art. 72. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com as entidades da sociedade civil e qualquer cidadão para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. A audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 73. Aprovada a realização de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, devendo a Câmara Municipal criar, por Resolução específica, um cadastro legislativo para realizar pré-inscrições destas entidades interessadas, mantendo-as constantemente informadas sobre realização destas audiências.

§1º. Na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§2º. O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

§3º. Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§4º. A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§5º. Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 03 (três) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

§6º. Nas audiências públicas previstas na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas poderá adaptar as normas definidas nesta subseção a fim de disponibilizar maior tempo para a exposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Art. 74. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á Ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

Seção IV

Competências Específicas Das Comissões Permanentes

Art. 75. É competência específica da Comissão de:

I - Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto analisar e exarar parecer sobre:

a) aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnicas legislativas de projetos, emendas ou substitutivos globais, sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para

efeito de admissibilidade e tramitação;

b) admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

c) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Município, à organização da Administração Pública direta e indireta e às funções essenciais da mesma administração;

e) matérias relativas ao Direito Público Municipal;

f) partidos políticos, com representação na Câmara, Bancadas, Blocos Parlamentares, mandato de Vereador, sistema de eleição interna;

g) intervenção do Estado no Município;

h) uso dos símbolos municipais;

i) criação, supressão e modificação de Distritos;

j) transferência temporária da sede da Câmara;

l) autorizações para o Prefeito e Vice-Prefeito ausentarem-se do Município, bem como sobre os pedidos de licença destes;

m) regime jurídico e previdência dos servidores municipais;

n) regime jurídico-administrativo dos bens municipais;

o) recursos interpostos às decisões da Presidência;

p) votos de censura, aplauso ou semelhante que envolver o nome da Câmara;

q) direitos, deveres, licenças de Vereadores, cassações e suspensão do exercício do mandato;

r) suspensão do ato normativo do Executivo que excedeu ao direito regulamentar;

s) convênios e consórcios;

t) vetos e revogações de leis, resoluções e decretos legislativos;

u) declarações de utilidade pública;

v) transações de bens patrimoniais do Município, móveis e imóveis.

§1º. Se a Comissão de Constituição, Justiça, Redação de leis e Veto concluir pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, o parecer deverá ser imediatamente remetido ao Plenário para ser discutido votado e, somente quando rejeitado pela maioria simples de seus membros, possibilitará o prosseguimento do Projeto.

§2º. Concluindo a Comissão pela ilegalidade ou inconstitucionalidade, será o projeto devolvido ao Executivo ou ao autor, se for o caso, para reformulação do conteúdo do mesmo ou para o seu arquivamento, permanecendo o original em processo protocolado.

§3º. Somente as proposições de natureza orçamentária poderão tramitar sem o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e veto.

II - Obras Públicas, Urbanismo, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente exarar parecer sobre:

a) código de obras, código de posturas, plano diretor, código ambiental e de desenvolvimento integrado e suas alterações;

b) aquisição, alienação e concessão de bens móveis ou imóveis do Município;

c) quaisquer obras públicas ou privadas, empreendimentos e execução de serviços públicos pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal;

d) atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município;

e) sistemas de transportes urbanos e de trânsito; segurança, política, educação e legislação de trânsito e de tráfego; ordenação e exploração dos serviços de transportes coletivos;

f) assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso e ocupação do solo urbano; habitação; infra-estrutura urbana e saneamento básico;

- g) sistema municipal de defesa civil;
- h) política, desenvolvimento tecnológico e planejamento agrícola e assuntos atinentes à agricultura; piscicultura; organização do setor rural; política municipal de cooperativismo; condições sociais do meio rural; estímulos à agricultura, à pesquisa e à experimentação agrícolas; extensão rural;
- i) política de abastecimento; vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;
- j) uso fiscalizado de defensivos agrotóxicos;
- l) política e sistema municipal do meio ambiente; recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo;
- m) assuntos atinentes à ordem econômica municipal e relações econômicas, sua fiscalização e incentivo;
- n) política e atividades industriais e comerciais, o desenvolvimento, a concessão de licenças e alvarás, bem como sobre o estabelecimento do horário comercial;
- o) política municipal de turismo, exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- p) proteção e benefícios especiais temporários às empresas instaladas ou a serem instaladas no Município;

III - Trabalho, Defesa do Consumidor e Atividades Privadas emitir parecer sobre:

- a) direito do trabalho, assuntos referentes à organização do trabalho e relações entre este e o capital;
- b) organização profissional, regulamentação do exercício profissional, proposituras e assuntos relativos a cooperativismo, a sindicalismo e relações de trabalho;
- c) proposições que digam respeito à organização da estrutura da administração pública municipal, à criação e à extinção ou à transformação de cargo, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público;
- d) proposituras e assuntos que versem sobre relações de consumo e direitos do consumidor, bem como a atividades privadas condicionadas à intervenção do poder público municipal, quando não estiverem afetas à discussão de mérito em outra comissão permanente;

IV - Educação e Cultura, Ciência, Comunicação, Desporto, Saúde e Assistência Social, exercer parecer sobre:

- a) assuntos atinentes à educação em geral; política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; recursos humanos e financeiros para a educação;
- b) desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico; acordos culturais com outros municípios;
- c) projetos que versem sobre a concessão de títulos honoríficos;
- d) sistema desportivo municipal e sua organização; política e plano municipal de educação física e desportiva;
- e) diversão e espetáculos públicos; datas comemorativas e homenagens cívicas;
- f) produção intelectual; imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- g) assuntos atinentes à saúde no Município; política, planificação e sistema único de saúde pública;
- h) ações, serviços e campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas; vigilância epidemiológica, bioestatística e imunizações;
- i) assistência médico-previdenciária e medicinas alternativas;
- j) higiene, educação e assistência sanitária;
- l) atividades médicas e paramédicas;
- m) controle de drogas, medicamentos e alimentos;
- n) saúde ambiental e ocupacional;
- o) alimentação e nutrição;
- p) assistência e proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência; e
- q) projetos e assuntos de promoção humana e assistência social;

V - Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas, exarar parecer sobre:

- a) o Projeto do Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como sobre as suas alterações;
- b) as contas do Município;
- c) audiência pública quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária e do Projeto de Lei do Orçamento Anual;
- d) assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre:
 - 1. proposições referentes à matéria tributária, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou que sejam de interesse ao crédito público;
 - 2. proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e dos Vereadores, celebração contratos, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;
 - 3. proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;
- e) assuntos atinentes à licitação e à contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- f) sistema tributário municipal e repartição das receitas tributárias;
- g) dívida pública municipal;
- h) tomada de contas do Prefeito, Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara e da Mesa Diretora;
- i) elaboração do decreto legislativo de aprovação ou rejeição das contas do Município;
- j) abertura de créditos adicionais;
- l) veto em matéria orçamentária;

§4º. Compete ainda à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização:

- a) apresentar projeto de decreto legislativo fixando o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito, no último ano da legislatura, para que a Câmara Municipal fixe os respectivos valores até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da legislatura, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e Constituição Estadual;
- b) apresentar, no mesmo modo e período previstos na alínea anterior, o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara.

§5º. Na omissão da Comissão para as proposições das letras "a" e "b", do parágrafo anterior, a Mesa Diretora apresentará os referidos projetos de decretos legislativos e, se esta também não o fizer, fa-lo-á 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 76. É vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição específica.

Art. 77. Quando mais de uma comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no artigo 62 deste Regimento.

Seção V

Da Presidência das Comissões Permanentes

Art. 78. Ao Presidente da Comissão Permanente compete:

- I - presidir todas as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessária, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento e no seu respectivo regulamento interno;
- II - fazer ler a Ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e à votação;
- III - convocar reuniões extraordinárias;
- IV - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar imediatamente seus respectivos Relatores, podendo avocar a si o relato de qualquer processo, distribuindo proporcionalmente

a matéria sujeita à apreciação, independentemente da reunião da Comissão;
V - conceder a palavra a membros da Comissão, pelo tempo que julgar necessário;
VI - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;
VII - ser representante da Comissão junto à Mesa;
VIII - dirimir, na forma de seu regulamento e de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante Comissão;
IX - enviar à Mesa, no fim do Período Legislativo, com subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão e mensalmente relatório de presença dos membros nas reuniões realizadas;
X - votar em todas as deliberações da Comissão; e
XI - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante às Sessões Plenárias.

Seção VI Do Trabalho das Comissões Permanentes

Art. 79. Salvo as exceções previstas neste Regimento, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual prazo, se necessário, desde que solicitado pela Comissão e deliberado pelo Plenário.

§1º. O prazo previsto neste artigo terá início a partir da data em que for designado o relator, que terá prazo improrrogável de 14 (quatorze) dias para oferecer parecer sobre a matéria.

§2º. Esgotado o prazo sem apresentação de parecer, o Presidente avocará o projeto, convocando reunião extraordinária no prazo máximo de 05 (cinco) dias, para apreciação de seu relatório.

§3º. Relatado o projeto, o presidente facultará vista aos demais membros da Comissão para que, simultaneamente e pelo prazo improrrogável de 07 (sete) dias, exceto no caso do § 2º, quando o prazo será de 02 (dois) dias, manifestem-se em separado quanto à proposição.

§4º. Decorrido os prazos previstos no caput deste artigo, deverá o processo ser devolvido à Presidência da Mesa.

§5º. A negativa na devolução dos autos na forma do parágrafo anterior implicará na sua reconstituição, dando-se o encaminhamento regimental a proposição.

§6º. Apresentadas emendas ou substitutivos nas Comissões de mérito e, esgotada a sua tramitação em todas as Comissões afetas à matéria, será o projeto submetido a novo exame da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto pelo prazo improrrogável de 07 (sete) dias e devolvido à Mesa para inclusão na Ordem do Dia.

§7º. Apresentadas emendas ou substitutivos em Plenário serão os mesmos submetidos a novo exame das Comissões originalmente designadas que, sob a direção do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto, apresentarão parecer conjunto no prazo improrrogável de 07 (sete) dias, devendo o projeto ser apreciado pelo Plenário na sessão ordinária subsequente à sua devolução.

§8º. Em caso de requisição de informações ao Executivo Municipal na forma do parágrafo único do art. 71, o prazo a que se refere o caput permanecerá suspenso até a devolução das informações para a Comissão solicitante.

§9º. Quando as informações forem solicitadas a entidades não governamentais, ou se governamentais, não compuserem o governo municipal, a tramitação da matéria será suspensa pelo prazo

máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem que sejam elas respondidas, cumprirá à Comissão formar juízo sobre a matéria.

§10. Aprovado requerimento em plenário para audiência de Comissão, observar-se-ão os prazos estabelecidos no §7º deste artigo.

§11. O estabelecido no §10 fica condicionado à apresentação de fatos novos, devidamente justificados pelo autor do requerimento, no prazo de 07 (sete) dias a contar da data de aprovação do requerimento ou do respectivo ato de deliberação pelas Comissões.

§12. O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados nesta seção.

§13. A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos do art. 135 e parágrafos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 80. As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, na forma do §2º, do art. 66 deste Regimento Interno, na data das Sessões, 30 (trinta) minutos antes do início, ou extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente.

Art. 81. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário, delas podendo participar qualquer Vereador, que poderá discutir o assunto de que se ocuparem, dando sugestões e esclarecimentos.

Parágrafo único. As Comissões não poderão reunir-se durante o transcorrer de Sessões Plenárias, ressalvadas as exceções regimentais.

Art. 82. O trabalho das Comissões Permanentes obedecerá à seguinte ordem:

- I - leitura sumária do Expediente;
- II - distribuição da matéria aos Relatores;
- III - leitura dos Pareceres;
- IV - discussão e votação dos Pareceres.

§1º. Essa ordem poderá ser alterada por decisão da Comissão, quando se tratar de Proposição urgente ou quando solicitada preferência para determinada matéria.

§2º. As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente a maioria dos seus membros.

Art. 83. O Parecer, que é o pronunciamento da comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, poderá ser oral, devendo, neste caso ser reduzido a termo.

§1º. O parecer deverá conter, obrigatoriamente:

- I - exposição da matéria em exame, em que se dará a individualização da proposição com o seu número de registro na Câmara, o seu autor e objeto;
- II - fundamentação, consistindo nas razões do relator para indicar a aprovação ou a rejeição total ou parcial da matéria, podendo, quando for o caso, oferecer substitutivos ou emendas;
- III - decisão da comissão, com assinatura dos membros que subscreveram o parecer vencedor.

§2º. O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o Parecer que não atender às exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido.

Art. 84. Os Pareceres serão dados por escrito, assinados por todos ou pela maioria dos membros da Comissão, sem o que não poderão ser entregues à Mesa.

Art. 85. Poderá membro da Comissão manifestar-se contrariamente ao voto do Relator, exarando voto em separado, devidamente fundamentado, que, se acolhido pela maioria, passará a constituir o Parecer da comissão.

§1º. Exarado o voto em separado, o Presidente da comissão colocará em votação os Pareceres.

§2º. No caso de empate, o Parecer será considerado como não conclusivo.

Art. 86. Poderão participar dos trabalhos das Comissões, como membros credenciados, sem direito a voto, técnicos de reconhecida competência, bem como representantes de entidades governamentais e civis que tenham legítimo interesse no esclarecimento do assunto submetido à apreciação das mesmas, que terão prazo de 10 (dez) minutos para manifestação.

§1º. No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão convidar pessoas interessadas para tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder todas as diligências que julgarem necessárias.

§2º. As Comissões poderão solicitar ao Prefeito, aos Secretários Municipais e à Administração Indireta, por intermédio do que julgarem necessárias, ainda que não se refiram às Proposições entregues à sua apreciação, desde que o assunto seja de competência das mesmas, nos mesmos moldes do artigo 280 e seguintes deste Regimento.

Art. 87. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão Atas, com o sumário do ocorrido durante sua realização, devendo ser assinadas pelos membros presentes.

Art. 88. Sempre que os membros das Comissões não puderem comparecer às reuniões, comunicarão por escrito o motivo ao Presidente que consignará justificativa em Ata.

Art. 89. Dos Atos do Presidente da Comissão Permanente cabe a qualquer membro da Comissão recurso ao Plenário.

Seção VII

Das Comissões Temporárias

Art. 90. As Comissões Temporárias são:

- I - Parlamentares Especiais;
- II - de Representação externa;
- III - Parlamentares de Inquérito;
- IV - de Investigação e Processante; e
- V - Representativa da Câmara durante seu recesso.

§1º. As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§2º. As comissões temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenha seus prazos expirados.

§3º. Adotar-se-á na composição das Comissões temporárias o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV deste artigo, que será constituída mediante sorteio em Plenário.

Subseção I

Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 91. As Comissões Especiais destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento, da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara

em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§1º. As Comissões Parlamentares Especiais serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução que indicará a finalidade, devidamente fundamentada, o número de membros, não superior a 05 (cinco) e o prazo de funcionamento.

§2º. Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

§3º. Composta a Comissão, a mesma deverá instalar-se num prazo de 03 (três) dias úteis para, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§4º. A nomeação dos membros da Comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das Comissões Permanentes.

§5º. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período, a critério do Plenário.

§6º. Ao Presidente da Câmara caberá, em comum acordo com as lideranças partidárias, indicar os Vereadores que comporão a Comissão, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§7º. Concluídos seus trabalhos, a Comissão elaborará Parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira Sessão ordinária subsequente.

§8º. Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de Requerimento.

Subseção II

Das Comissões de Representação Externas

Art. 92. As Comissões de Representação externas, destinadas a representar a Câmara em atos externos de caráter social, cultural ou político, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a Requerimento por escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário, podendo o Presidente a seu critério, integrá-la ou não, observada, sempre que possível, a representação partidária.

§1º. Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

- I - a finalidade;
- II - o número de membros;
- III - o prazo de duração.

§2º. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

§3º. Se a representação da Câmara acarretar despesas a Comissão deverá apresentar relatório ao Plenário, das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestará contas das despesas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias após o seu término.

§4º. Não constituirá matéria sujeita à Comissão de Representação, e passível de ser autorizada pelo Presidente da Mesa:

- I - participação de Vereadores em Congressos, Seminários e afins;
- II - viagens individuais de Vereadores, ainda que em nome da

Câmara Municipal de Treze Tílias.

Subseção III

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 93. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, será constituída mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e com prazo certo.

§1º. O número de membros que fará parte desta Comissão, não será superior a 05 (cinco) e nem inferior a 03 (três) Vereadores.

§2º. Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente constituir a Comissão no prazo de 10 (dez) dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§3º. Instalada a Comissão no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, esta elegerá o Presidente e o Relator.

§4º. A Comissão que não se instalar dentro do prazo fixado no parágrafo anterior será declarada extinta, podendo ser criada uma nova, desde que solicitada na forma deste Regimento Interno.

§5º. Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de quinze (15) dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§6º. Decorrido este prazo, a Comissão deliberará sobre o relatório preliminar nos dois (02) dias úteis subsequentes.

§7º. A Comissão Especial de Inquérito requisitará, por intermédio da Mesa, os funcionários do quadro de pessoal da Câmara necessários aos trabalhos ou designará técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho de suas atribuições.

§8º. A Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações, requisitar documentos, convocar Secretários Municipais ou equivalentes e praticar atos indispensáveis para o esclarecimento dos fatos.

§9º. O prazo de instrução não será superior a 30 (trinta) dias e somente poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada à Presidência da Câmara ou ao Plenário em grau de recurso.

§10. Aplicam-se subsidiariamente as Comissões de Inquérito, no que couber, as normas da Legislação Federal e do Código de Processo Penal.

§11. As conclusões da Comissão deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos responsáveis, se for o caso.

Art. 94. A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 95. A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente, observado o prazo de 08 (oito) dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento.

Art. 96. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados convocados pelo Presidente da Comissão, por solicitação de quaisquer

de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas.

Parágrafo único. A critério da Comissão poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara Municipal.

Art. 97. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas de plano pelo Presidente da Comissão, desde que relacionadas com o fato determinado objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá de ofício sua decisão à nova decisão da Comissão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 98. A Comissão Especial de Inquérito apresentará suas conclusões em forma de Relatório, encaminhando-o à Mesa Diretora dentro do prazo fixado para o encerramento dos seus trabalhos.

§1º. Se a Comissão Especial deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido no requerimento de sua constituição, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de requerimento de iniciativa dos Membros da Comissão.

§2º. As Comissões Parlamentares de Inquérito não paralisarão suas atividades durante os períodos de recesso parlamentar.

Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante

Art. 99. As Comissões de Investigação e Processante poderão ser constituídas na forma prevista na legislação federal aplicável.

Subseção V

Da Comissão Representativa da Câmara durante o recesso

Art. 100. A Comissão Representativa funcionará durante o recesso de janeiro, da Câmara de Vereadores e será constituída por número ímpar de membros efetivos e respectivos suplentes, para substituírem os titulares nas ausências ou impedimentos. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§1º. A Comissão Representativa será eleita na última Sessão Ordinária de cada Sessão Legislativa, em votação secreta, para o interstício de um ano.

§2º. A constituição da Comissão Representativa obedecerá à representação proporcional dos Partidos na Câmara.

§3º. Os membros da Mesa Diretora não poderão ser eleitos para a Comissão Representativa, exceto o Presidente da Câmara que é membro efetivo da Comissão Representativa e em seus impedimentos será substituído por seus representantes legais.

§4º. A Comissão Representativa reunir-se-á extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

§5º. A Comissão Representativa funcionará com a maioria absoluta de seus membros, excluindo o Presidente, e deliberará por maioria dos presentes que a integram.

§6º. Qualquer Vereador não integrante da Comissão poderá participar dos trabalhos da Comissão Representativa, não tendo direito a voto.

§7º. O Suplente substituirá o Vereador titular, membro da Comissão referida, em sua ausência.

Art. 101. Compete à Comissão Representativa:

- I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- II - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
- III - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias, observando o disposto no inciso VI do art. 27 da Lei Orgânica;
- IV - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.
- V - tomar conhecimento do expediente e encaminhá-la aos setores competentes;
- VI - deliberar sobre pedidos de providências e informações.

Art. 102. A Comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Art. 103. Em tudo que lhe for aplicável, vigorará para os trabalhos da Comissão Representativa os mesmos dispositivos regimentais e constitucionais que regulam o funcionamento da Câmara Municipal e de suas Comissões.

CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

Art. 104. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião de Vereadores em exercício, na forma e número legal para deliberar.

Art. 105. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento e da Lei Orgânica do Município.

Art. 106. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:
I - simples, sempre que necessitar da metade, mais um, dos votos dos Vereadores presentes na reunião;
II - absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara; e
III - qualificada, sempre que necessitar dos votos de 2/3 (dois terços), dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

TÍTULO IV O PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Disposições Preliminares

Art. 107. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário.

Parágrafo único. São espécies de proposições:

- I - Emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - Projeto de Lei Complementar;
- III - Projeto de Lei Ordinária;
- IV - Projeto de Leis Delegadas;
- V - Projeto de Resolução;
- VI - Projeto de Decreto Legislativo;
- VII - Moção;
- VIII - Requerimento;
- IX - Recurso e Relatórios;
- X - Emendas e Substitutivos;
- XI - Projetos Parlamentares;

- XII - Indicações;
- XIII - Pedidos de informações e providências;
- XIV - Emendas ao Regimento Interno;
- XV - Pareceres das Comissões;
- XVI - Representação;
- XVII - Concessão de Título Honorífico.

§1º. A mesa deixará de aceitar qualquer Proposição que:

- I - versar sobre assunto alheio à competência da Câmara;
- II - delegar a outro poder atribuições privativas do Poder Legislativo;
- III - faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou a qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de cópia ou transcrição do referido documento;
- IV - seja inconstitucional, ilegal ou antirregimental;
- V - seja apresentada por Vereador ausente à reunião;
- VI - tenha sido rejeitada ou não sancionada e elaborada sem obediência às prescrições da Lei Orgânica do Município.

§2º. O autor poderá solicitar, em qualquer fase da tramitação, a retirada de sua Proposição, atendido os ditames do Artigo 158 deste Regimento, bem como:

- I - se a matéria ainda não recebeu Parecer favorável de Comissão, ou foi submetido à deliberação do Plenário, compete privativamente ao Presidente deferir o pedido;
- II - se a matéria já recebeu Parecer favorável ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete à decisão.

§3º. O Prefeito poderá solicitar a devolução de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, em qualquer fase de sua tramitação, excepcionando-se a de votação, no que será atendido de pronto;

§4º. O pedido de vistas poderá ser solicitado no momento da leitura, por prazo determinado, não superior a 15 (quinze) dias, e será deliberado pelo Plenário, desde que a Proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.

Art. 108. Podem ser autores de Proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

- I - O Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - A Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- III - Qualquer Comissão Permanente da Câmara Municipal;
- IV - Os Vereadores, individualmente ou em conjunto;
- V - A população do Município, nos casos e sob os requisitos definidos no art. 45 da Lei Orgânica do Município.

§1º. A iniciativa de proposição por órgão da Câmara depende da assinatura de seu Presidente, assim como da anuência da maioria dos membros.

§2º. Não sendo indicados, de maneira expressa, os projetos de iniciativa popular serão defendidos em plenário por qualquer vereador.

§3º. Os projetos de lei, de lei complementar e as propostas de emenda à lei orgânica de autoria do Poder Executivo serão defendidos em plenário pelo líder do governo na Câmara.

Subseção Única Das Indicações

Art. 109. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas ou pede providências de interesse público ao Poder Executivo Municipal ou à Mesa Diretora.

Art. 110. As indicações serão lidas no Expediente do dia e encaminhadas aos Chefes dos respectivos poderes, independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo único. O Presidente poderá indeferir a indicação dirigida ao Chefe do Poder Executivo que julgar sem fundamento, submetendo de ofício sua decisão ao Plenário até a sessão ordinária subsequente.

Art. 111. Não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de Requerimento ou Moção.

Seção II Das Proposições em Espécie

Subseção I Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 112. Proposta de emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica do Município.

Art. 113. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada, nos termos do artigo 44 da Lei Orgânica, por iniciativa 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal ou do Prefeito Municipal, sendo votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, devendo em ambos receber o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, que a promulgará, com o respectivo número de ordem, no prazo máximo de dez dias, sendo que a matéria constante de Proposta de Emenda à Lei Orgânica rejeitada, ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo único. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 114. O Projeto de Emenda à Lei Orgânica será lido no expediente e distribuído aos Vereadores.

Art. 115. Nas 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à leitura da proposta, será designada, pelo Presidente da Câmara, Comissão de cinco membros para emitir parecer sobre a matéria, no prazo de trinta dias, improrrogáveis.

§1º. Para a formação da Comissão de que trata este artigo observar-se-á, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos Blocos Parlamentares com atuação na Câmara Municipal.

§ 2º. Integrarão a Comissão pelo menos 2 (dois) membros titulares da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Art. 116. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a Comissão haja proferido seu parecer, a proposta de emenda à Lei Orgânica será colocada em Ordem do Dia, a fim de que o Plenário delibere se deve ter prosseguimento.

§1º. Se o pronunciamento do Plenário for contrário ao prosseguimento, a proposta será considerada definitivamente rejeitada e recolhida ao arquivo.

§2º. Aprovado o prosseguimento, a matéria será considerada incluída na Ordem do Dia, em fase de discussão, em primeiro turno, durante até 5 (cinco) reuniões consecutivas, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara.

§3º. Não será recebida emenda que não tenha relação direta e imediata com a matéria tratada no projeto.

Art. 117. Encerrada a discussão com a apresentação de emendas, a matéria voltará à Comissão, que emitirá parecer no prazo

improrrogável de 30 (trinta) dias.

Art. 118. Lido o Parecer no expediente será a matéria incluída na Ordem do Dia, para votação em primeiro turno.

Art. 119. Incluída a proposta na Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de 3 (três) Sessões Ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Art.120. Encerrada a discussão, em segundo turno, com apresentação de emendas, a matéria voltará à Comissão, para parecer em sete dias improrrogáveis, após será incluída na Ordem do Dia, em fase de votação.

Art. 121. Aprovada a proposta, será remetida à Comissão de Redação Final, que terá o prazo de 4 (sete) dias para exarar seu parecer, o qual será votado, com qualquer número.

Art. 122. Aprovada a redação final, a mesa promulgará a Emenda, e fará publicar.

Subseção II Dos Projetos de Lei Complementar

Art. 123. São objetos de Projetos de Lei Complementar os previstos no parágrafo único do artigo 46 da Lei Orgânica, com a finalidade de reger matérias específicas, exigindo, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, sujeitando-se à sanção do Prefeito Municipal.

Art. 124. Os Projetos de Lei Complementar somente serão aprovados se obtiverem o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, observadas as demais disposições deste Regimento referente à votação dos Projetos de Lei Ordinária.

Subseção III Dos Projetos de Leis Ordinárias

Art. 125. Os projetos de Leis Ordinárias são espécies normativas utilizadas nas matérias em que não cabe Lei Complementar, Decreto Legislativo ou Resolução. Sujeitam-se à sanção do Prefeito e sua iniciativa cabe a qualquer Vereador ou Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito e aos cidadãos.

Art. 126. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções públicas na administração direta ou autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, da administração indireta e autarquias, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias;
- III - criação, estruturação e atribuições das secretarias, departamentos ou diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;
- IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílio e subvenções.

§1º. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo.

§2º. A proposta popular exigirá, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo Título de eleitor de no mínimo, cinco por cento do total do número de eleitores do Município, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do Município.

§3º. A tramitação dos Projetos de Lei, de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§4º. Será assegurada a defesa dos Projetos de iniciativa popular na Tribuna da Câmara, pelo representante de seus proponentes, por prazo de 10 (dez) minutos.

Subseção IV Dos Projetos de Resolução

Art. 127. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa de exclusiva competência da Câmara e de efeitos internos, sujeita ao processo legislativo, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - decisão de recurso;
- II - destituição de membro da Mesa;
- III - a cassação do mandato do Vereador na forma prevista na Legislação Federal;
- IV - a perda do mandato do Vereador nos casos previstos na Lei Orgânica (art.31);
- V - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- VI - a criação de Comissão Especial, de Inquérito ou mista; a Conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VII - a organização dos serviços da Câmara; a elaboração do Regimento Interno e suas alterações;
- VIII - a Proposição de criação ou extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação dos respectivos vencimentos, por iniciativa da Mesa ou de um terço dos Vereadores;
- IX - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, não compreendido nos limites dos meros atos administrativos, além dos demais assuntos de efeitos internos.

Subseção V Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 128. Projeto de Decreto-Legislativo é a proposição destinada à deliberação do Plenário sobre matéria de caráter político-administrativo de efeitos externos e impositivos que excedam os limites da economia interna da Câmara, mas não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - a aprovação ou rejeição do Parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, emitido pelo órgão competente;
- II - concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma do art. 68 da Lei Orgânica do Município;
- III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;
- IV - cassação de mandatos do Prefeito ou do Vice-Prefeito na forma prevista na Legislação Federal;
- V - concessão de títulos honoríficos;
- VI - a mudança da sede da Câmara, provisória ou definitiva, assim como nos casos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 16 deste Regimento;
- VII - demais deliberações do Plenário sobre atos providos do Poder Executivo ou Proposições de repercussão externa e de interesse geral do Município.

Subseção VI Das Moções

Art. 129. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de moção a de aplauso, apoio, apelo, repúdio, congratulação, louvor, pesar ou protesto.

Art. 130. A Moção deverá ser subscrita por no mínimo 1/3 (um

terço) dos membros da Câmara, devendo ser lida e inserida na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte, independente de parecer da Comissão, sendo apreciada em discussão e votação únicas.

Parágrafo único. Quando se pretende traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a moção deverá ser assinada, pela maioria absoluta dos Vereadores e estará automaticamente aprovada.

Subseção VII Dos Requerimentos

Art. 131. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador ou de Comissão ao Presidente da Câmara, sobre qualquer assunto do Expediente ou da Ordem do Dia ou, ainda, de interesse pessoal do Vereador, bem como de munícipes e entidades representativas para o uso da Tribuna para discorrer sobre assuntos de interesse público.

§1º. Quanto à competência para decidi-lo, os requerimentos são:
a) sujeitos apenas a despacho do Presidente; ou
b) sujeitos à deliberação do Plenário.

§2º. Os Requerimentos verbais, para tratar de assuntos de interesse pessoal do Vereador, somente poderão ser realizados na Palavra Livre.

Art. 132. Serão da alçada do Presidente da Câmara e verbais, os Requerimentos que solicitem:

- I - a palavra ou desistência dela;
- II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III - envio de votos de pesar por falecimento;
- IV - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- V - verificação de quórum para discussão ou votação;
- VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
- VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;
- VIII - encaminhamento de votação, justificativa do voto e sua transcrição na ata.

Art. 133. Serão da alçada do Presidente da Câmara e escritos os Requerimentos que solicitarem:

- I - renúncia de membro da Mesa;
- II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- III - juntada ou desentranhamento de documentos;
- IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;
- V - informações ao Poder Executivo, bem como a qualquer de seus órgãos ou entidades, sempre dirigidos ao Prefeito Municipal;
- VI - arquivamento de proposição na forma do inciso I, do art. 160, deste Regimento Interno;
- VII - o desarquivamento das proposições de que trata o art. 161 deste Regimento, respeitadas as disposições ali contidas;
- VIII - preenchimento de lugar em Comissão;
- IX - licença de Vereador;

§1º. A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados neste e no artigo anterior.

§2º. A Presidência fica desobrigada a fornecer informações solicitadas, quando informada pela assessoria da Mesa haver pedido anteriormente formulado pelo mesmo Vereador sobre o mesmo assunto e já respondido no prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 134. Serão de alçada do Plenário, verbais e votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos

que solicitarem:

- I - destaque de matéria para votação;
- II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou secreta;
- III - adiamento de discussão e de votação;
- IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;
- V - prorrogação da sessão para concluir a discussão ou votação das matérias da ordem do dia.

Art. 135. Serão da alçada do Plenário, em única discussão e votação, na mesma sessão em que forem apresentados, os Requerimentos escritos que solicitarem: (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

- I - a alteração da pauta da Ordem do Dia;
- II - arquivamento de proposição na forma do art. 160, inciso II, deste Regimento;
- III - cópia da gravação de Sessão Ordinária, na forma do art. 279.

Art. 136. Serão da alçada do Plenário, colocados em única discussão e votação na sessão subsequente da que forem apresentados, os Requerimentos que solicitem: (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

- I - votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;
- II - arquivamento de proposição nos casos do art. 159, inciso III deste Regimento;
- III - inserção de documentos em Ata;
- IV - informações e solicitações encaminhadas a entidades públicas ou particulares;
- V - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa, da Presidência ou da Câmara;
- VI - regime de urgência de que trata o art. 201 e seguintes deste Regimento;
- VII - constituição das Comissões previstas no art. 62 deste regimento;
- VIII - adiamento de discussão e de votação;
- IX - alteração de pauta;
- X - arquivamento de proposição constante da pauta;
- XI - destaque de matéria para votação.

Parágrafo único. Os requerimentos a que se refere o inciso VII serão aprovados por maioria absoluta.

Art. 137. Os requerimentos ou petições de entidades ou municípios serão lidos no Expediente do dia e encaminhados à Comissão pertinente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 138. As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

Seção III

Dos Recursos ao Plenário

Art. 139. Da decisão ou omissão do Presidente, em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 140. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis, contados da ciência da decisão recorrida.

§1º. Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, acatar-lhe, reconsiderando a decisão

inicialmente tomada ou, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Lei e Veto, que terá o prazo improrrogável de dois dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§2º. Emitido o parecer o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§3º. Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Seção IV

Das Emendas e dos Substitutivos

Art. 141. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visam a alterar, o projeto a que se referem.

§1º. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§2º. Emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte da principal.

§3º. Emenda substitutiva, ou subemenda, é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda.

§4º. Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§5º. As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes de projetos ou substitutivos.

§6º. As emendas da Comissão só serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritas pela maioria absoluta dos membros da Câmara, devendo, neste caso, ser observado o disposto no § 7º do art. 79 deste Regimento.

§7º. O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§8º. Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário na forma do art. 139 e 140.

§9º. A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 142. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

§1º. Não será permitido a Vereadores, a Comissão ou a Mesa apresentar mais de um substitutivo a mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

§2º. Aplicam-se no que couberem aos substitutivos, as disposições constantes do art. 139

Seção V

Dos Pedidos de Informações e Providências

Art. 143. Pedidos de informações são proposições solicitando esclarecimento ou dados relativos à Administração Municipal.

§1º. As informações serão solicitadas através de Requerimento escrito de Vereador, após a aprovação em Plenário, sendo encaminhadas ao Prefeito pelo Presidente da Câmara, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para responder sob as penas da Lei, nos termos da Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 73, inciso XIV.

§2º. Se a resposta não satisfizer o autor, o pedido poderá ser reiterado mediante novo Requerimento.

§3º. Esgotado o prazo para resposta, o Presidente reiterará o pedido, acentuando essa circunstância, dando conhecimento ao Plenário e remetendo a documentação à Comissão de Justiça para que proceda nos termos da lei.

§4º. Prestadas as informações, serão elas entregues por cópias ao solicitante e apregoado o seu recebimento no Expediente.

§5º. Poderá o Prefeito, independentemente de convocação ou convite, comparecer na Câmara, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuno.

Seção VI Dos Pareceres

Art. 144. Parecer é o pronunciamento da Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parágrafo único. O parecer será escrito e constará de 03 (três) partes:

I - exposição da matéria em exame;

II - conclusões do Relator:

a) com sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade, a constitucionalidade ou inconstitucionalidade total ou parcial do Projeto, se pertencer à Comissão de Justiça;

b) com sua opinião sobre a conveniência e oportunidade da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, se pertencer às demais Comissões;

III - decisão da Comissão, com a assinatura dos membros que votarem a favor ou contra e o oferecimento, se for o caso de Substitutivo ou Emendas.

Art. 145. Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator, mediante voto.

§1º. O Relatório somente será transformado em Parecer, se aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

§2º. A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário, com a manifestação do Relator.

§3º. Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I - pela aprovação, quando favorável às conclusões do Relator, mas com diversa fundamentação;

II - aditivo, quando favorável às conclusões do Relator, mas acrescentando novos argumentos à sua fundamentação;

III - contrário, quando se opuser frontalmente às conclusões do Relator.

§4º. O voto em separado divergente ou não das conclusões do Relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir seu Parecer.

§5º. O prazo para a Comissão emitir parecer é de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 71 deste Regimento.

CAPÍTULO II DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Disposições Gerais

Art. 146. As Proposições iniciadas por Vereador serão apresentadas pelo autor, à Mesa da Câmara, e excepcionalmente, em casos urgentes, na Secretaria da Câmara.

Parágrafo único. As Proposições iniciadas pelo Prefeito ou iniciativa popular serão apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara.

Art. 147. Nenhuma matéria poderá ser posta em discussão sem ter sido previamente incluída na Ordem do Dia.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não se aplica às Sessões Extraordinárias e às Proposições em regime de urgência, as quais obedecerão ao seu trâmite específico.

Art. 148. As proposições apresentadas até o início da sessão serão lidas durante o expediente do dia e despachadas de plano pelo Presidente, que indicará as comissões permanentes competentes para a análise da matéria.

§1º. Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da Consultoria Jurídica, sendo encaminhados imediatamente às Comissões Permanentes.

§2º. Os projetos serão apreciados inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Legislativo;

III - faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - contiver expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica.

§3º. Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Vetos, o projeto será incluído na ordem do dia da sessão subsequente.

§4º. Devidamente notificado sobre a deliberação da Comissão o autor do Projeto poderá requerer ao Plenário, que deliberará por maioria de votos, pelo retorno da matéria para nova apreciação da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Vetos, na forma do art. 79, § 10.

§5º. A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Vetos pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria, implicará no arquivamento do projeto.

§6º. Rejeitado o parecer o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das comissões competentes.

§7º. Após haver tramitado em todas as comissões de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo em qualquer das Comissões, o projeto retornará à Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhado diretamente à Mesa para sua inclusão na Ordem do Dia.

§8º. O Projeto que receber parecer contrário de todas as comissões de mérito competentes para a sua apreciação será tido como

rejeitado.

Art. 149. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador, ou ex-offício, fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 150. Todos os pareceres serão impressos em avulsos e entregues aos Vereadores até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Vetos.

Art. 151. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 152. Os Projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentado na mesma Sessão Legislativa se contar com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 153. Se houver uma ou mais proposição constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensados para a tramitação.

Art.154. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art. 155. Todos os Projetos, Substitutivos, Emendas e Subemendas e respectivos Pareceres serão entregues às Bancadas, mediante cópia, quando de sua entrada na Secretaria da Câmara.

Seção II Do Recebimento das Proposições

Art. 156. A Presidência deixará de receber qualquer Proposição que:

- I - aludindo a Emenda à Lei Orgânica do Município, a Lei, a Decreto ou Regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada de seu texto;
- II - fazendo menção à cláusula de contrato ou de convênios, não os transcreva por extenso;
- III - seja antirregimental;
- IV - não contenha a assinatura do Vereador autor;
- V - tenha sido rejeitada ou vetada na mesma Sessão legislativa e não inscrita pela maioria absoluta da Câmara;
- VI - configure Emenda, subemenda ou Substitutivo não pertinente à matéria contida no Projeto;
- VII - contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento.

Parágrafo único. Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor, dentro de 10 (dez) dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça, cujo Parecer, será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário, na forma do artigo 243 e seguintes, deste Regimento.

Art. 157. Considerar-se-ão autores da Proposição, para efeitos regimentais, todos signatários da mesma.

Parágrafo único. Caso a Proposição esteja assinada pelo autor, será a mesma apreciada em Plenário, ainda que o mesmo se encontre ausente.

Seção III Da Retirada das Proposições

Art. 158. A retirada de pauta de Proposições em curso na Câmara,

- nos termos do artigo 251 deste Regimento, será permitida:
- I - quando da autoria de um ou mais Vereadores, mediante Requerimento do único signatário ou do primeiro deles;
 - II - quando de autoria de Comissão, pelo Requerimento da maioria de seus membros;
 - III - quando de autoria da Mesa, mediante o Requerimento da maioria de seus membros;
 - IV - quando de autoria do Prefeito, por Requerimento subscrito pelo Chefe do Executivo;
 - V - quando de autoria popular, mediante Requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da Proposição.

§1º. O Requerimento de retirada de Proposição poderá ocorrer em qualquer fase da apreciação da mesma.

§2º. Se a Proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento.

§3º. Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia caberá ao Plenário à decisão sobre o Requerimento.

§4º. As assinaturas de apoio a uma Proposição quando constituírem quórum para apresentação, não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa ou a realização do protocolo na Secretaria da Câmara.

Seção IV Do Arquivamento e do Desarquivamento

Art. 159. No início de cada Legislatura, serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior, não tenham sido submetidas à discussão.

§1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos Projetos de Lei com prazo fatal para deliberação, de autoria do Poder Executivo, que deverá ser consultado, preliminarmente, a respeito.

§2º. A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação regimental, desde que assim o requeira o Líder da Bancada ou seu autor, na forma do art. 133, inciso VII.

§3º. Em Proposição de autoria da Mesa ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação dar-se-á por Requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§4º. Não poderão ser desarquivadas as Proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário de Comissão de Mérito.

Art. 160. O arquivamento de proposição dar-se-á até o encerramento da sua discussão:

- I - a Requerimento escrito proposto pelo autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente, desde que o projeto não tenha recebido emenda ou substitutivo.
- II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário.
- III - por Requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos.

§1º. As Proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante Requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§2º. As Proposições arquivadas na forma deste artigo, somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.

Art. 161. Cabe a qualquer Vereador, mediante Requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento de Projetos,

retomando a tramitação regimental, desde o estágio em que se encontrava, dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da Legislatura subsequente, com exceção daqueles de autoria do Executivo.

§1º. Quando de iniciativa popular, o desarquivamento terá idêntica tramitação do caput, mediante Requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos signatários.

§2º. Caso o desarquivamento seja efetuado na Sessão Legislativa subsequente, o Projeto deverá retornar as Comissões, para revisão do Parecer.

§3º. É vedado o desarquivamento de Proposição Legislativa, na Legislatura subsequente à que foi arquivada.

§4º. O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, desde que já contenham os Pareceres finais das Comissões Permanentes, devendo, preliminarmente, o autor se consultado a respeito do seu arquivamento.

Seção V

Da Apresentação dos Substitutivos e Emendas

Art. 162. Os Substitutivos e Emendas, definidos nos artigos 141 e 142, deste Regimento, serão apresentados:

- I - até a primeira votação, por Vereador ou Comissão;
- II - após a primeira votação:
 - a) por Comissão, se aprovada pela maioria de seus membros;
 - b) desde que subscreitos por 1/3 (um terço) dos membros da Casa.

Art. 163. Não será aceitos Substitutivos ou Emendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da Proposição principal.

§1º. Autor cujo Projeto tenha recebido Substitutivo ou Emenda estranha ao seu objeto, terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§2º. Idêntico direito de recurso contra o ato do Presidente que não receber o Substitutivo ou Emenda caberá ao seu autor.

§3º. As Emendas que não se referirem diretamente à matéria do Projeto serão destacadas para constituírem Projetos em separado, sujeitos à tramitação regimental.

§4º. O Substitutivo estranho à matéria do Projeto tramitará como Projeto novo.

Seção VI

Da Discussão e da Votação

Art. 164. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das Proposições a serem votadas.

Art. 165. O processo de discussão da Proposição inicia-se com a leitura dos Pareceres oferecidos pelas Comissões seguida da discussão dos mesmos, passando-se imediatamente após a discussão do mérito do Projeto propriamente dito.

§1º. Para discutir qualquer matéria constante da Ordem do Dia, o Vereador deverá inscrever-se previamente junto à Mesa e terá o tempo de 03 (três) minutos para suas considerações.

§2º. Admite-se ceder o tempo para que outro Vereador possa defender a matéria em discussão, mediante comunicação do Vereador cedente ao Presidente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

§3º. É vedada nova inscrição ao Vereador que tenha cedido a outro o seu tempo.

Art. 166. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 167. As Proposições serão submetidas a turno único de votação, excetuadas as Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município, que será objeto de duas discussões e votações, com interstício de 10 (dez) dias entre a primeira e a segunda votação.

Parágrafo único. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 168. O Vereador presente à Sessão não poderá escusar-se de votar, devendo abster-se, entretanto, quando tiver ele próprio, perante afim ou consanguíneo até terceiro grau inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

Parágrafo único. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

Art. 169. O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto:

- I - nas votações secretas; (REVOGADA ELEIÇÃO SECRETA PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)
- II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- III - nas votações nominais; e
- IV - quando houver empate nas votações em Plenário, exceto para aquelas em que já tiver exercido seu direito a voto.

Art. 170. Terão uma única discussão as seguintes matérias:

- I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência;
- II - os Projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
- III - os Projetos de Leis Parlamentares;
- IV - o Veto;
- V - os Projetos de Decreto Legislativo ou de Resolução de qualquer natureza;
- VI - os Requerimentos sujeitos ao debate;
- VII - Projetos de Leis Ordinárias; e
- VIII - Projetos de Leis Complementares.

Subseção I

Dos Processos de Votação

Art. 171. Os processos de votação serão sempre nominais. (Redação dada pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

Parágrafo único. Os processos de votação na modalidade simbólica e secreta constante no Regimento Interno passam a ser nominais, seguindo os procedimentos desta modalidade. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

Art. 172. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo constitucional, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

Art. 173. No processo simbólico de votação os Vereadores que pretenderem aprovar a matéria deverão permanecer sentados, levantando um dos braços aqueles Vereadores que votarem contrariamente à proposição. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§1º. Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará

quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

§2º. Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado, sem que conste da Ata, ou de qualquer outro documento ou regimento que identifique o voto.

§3º. Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação;

Art. 174. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responderem: "SIM" ou "NÃO", conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

§1º. O resultado da votação nominal será consignado na Ata da Sessão.

§2º. A votação será nominal no julgamento das contas do Município.

Art. 175. A votação secreta far-se-á mediante depósito de cédula rubricada pelo Presidente, colocada em sobrecarta que será depositada em urna colocada à vista do Plenário. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§1º. A apuração da votação secreta será procedida por dois escrutinadores designados, anotada pelo Secretário e proclamada pelo Presidente. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§2º. Havendo empate nas votações secretas, a matéria será decidida na Sessão seguinte, reputando-se rejeitada na persistência do empate. (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§3º. A votação será secreta nas seguintes condições e situações: (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

I - no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito; (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

II - na eleição dos Membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga; (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

III - na votação de decreto legislativo para concessão de qualquer honraria; (REVOGADO PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

IV - na votação de veto apostado pelo Prefeito.

Subseção II Encaminhamento de Votação

Art. 176. Havendo empate nas votações serão elas desempatadas pelo Presidente. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Art. 177. Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único. Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 178. A partir do instante em que for encerrada a discussão da matéria, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Parágrafo único. No encaminhamento da votação será assegurada a cada bancada, por seu líder, falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

Subseção III

Dos Destaques e do Pedido de Vista

Art.179. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§1º. Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§2º. O requerimento de destaque só será admitido antes de iniciada a votação.

§3º. O destaque deve ser requerido pelo Vereador e aprovado pelo Plenário, implicando na preferência na discussão e na votação da Emenda ou do dispositivo destacado sobre os demais do texto original.

Art. 180. O Vereador poderá requerer, por escrito ou verbal, vista do processo relativo a qualquer proposição, nos moldes do art. 248 deste Regimento.

§1º. O Requerimento de vistas deve ser deliberado pelo Plenário, em única discussão e votação, no momento em que for apresentado, não podendo o seu prazo exceder de 15 (quinze) dias, cabendo ao autor do Requerimento a apresentação de sua justificativa. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§2º. A aprovação ser dará por maioria simples do Plenário.

Subseção IV Da Votação das Emendas e da Redação Final

Art. 181. Havendo emendas estas serão votadas preferencialmente aos respectivos substitutivos, bem como ao projeto original.

§1º. As emendas serão lidas e votadas uma a uma e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§2º. Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o § 1º deste artigo.

§3º. A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§4º. Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.

§5º. Os substitutivos serão votados preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

Art. 182. Somente caberão emendas à redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

Parágrafo Único. A redação final será homologada na forma do art. 245, inciso III deste regimento.

Subseção V Do Adiamento

Art. 183. O adiamento da discussão ou da votação da proposição poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, através de Requerimento verbal ou escrito, devendo ser especificado o número de Sessões Ordinárias do adiamento proposto.

§1º. O Requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira, até que o Plenário delibere sobre o mesmo.

§2º. Somente o orador poderá propor o Requerimento de adiamento, podendo assim proceder no momento em que estiver na tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação.

§3º. Rejeitados todos os Requerimentos formulados nos termos do § 2º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiamentos com a mesma finalidade.

§4º. O adiamento da discussão e da votação só poderá ser concedido por duas vezes para uma mesma proposição.

§5º. A Proposição somente poderá ser adiada por um período máximo de seis (06) Sessões Ordinárias ou Extraordinárias.

§6º. Somente será admissível o Requerimento de adiamento da discussão ou da votação de Projetos, quando estes estiverem sujeitos ao regime de tramitação ordinária.

§7º. O Presidente declarará prejudicada a discussão:

- I - de qualquer Projeto com o objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma Sessão Legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do legislativo;
- II - da Proposição original, quando tiver Substitutivo aprovado;
- III - de Emenda ou Subemenda idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;
- IV - de Requerimento repetitivo.

Art. 184. O adiamento da discussão de qualquer Proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º. O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§2º. Apresentados 02 (dois) ou mais Requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§3º. Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência extraordinária, especial ou simples.

Art. 185. O encerramento da discussão de qualquer Proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por Requerimento aprovado pelo Plenário.

CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I Do Orçamento Público

Subseção I Disposições Preliminares

Art. 186. A elaboração e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, nas normas de direito Financeiro e Orçamentário.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 187. Em obediência à Lei Orgânica do Município, em seu artigo 135, os Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão enviados pelo Poder

Executivo à Câmara Municipal nos seguintes prazos:

- I - Plano Plurianual até o dia 31 de julho do primeiro ano do mandato;
- II - Diretrizes Orçamentárias até o dia 15 de setembro de cada exercício;
- III - Lei Orçamentária Anual até o dia 30 de outubro de cada exercício.

Art. 188. Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação dos Projetos de Lei de caráter orçamentário, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

Art. 189. Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de Sessão Ordinária, esta comportará duas fases:

- I - Expediente do dia;
- II - Ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como primeiro item seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Subseção II Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 190. Recebidos do Executivo os Projetos de Lei de Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento anual, o Presidente determinará a autuação do Projeto, independente de leitura sendo desde logo enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, providenciando-se ainda a sua publicação e distribuição de avulsos aos Vereadores.

Parágrafo único. Em nenhuma fase da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária será concedido vista do processo a qualquer Vereador.

Art. 191. À Comissão Permanente de Orçamento, Tributação e Finanças da Câmara, caberá:

- I - examinar e emitir parecer sobre projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;
- II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer atuação o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara;
- III - realizar audiências públicas, durante a elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes e orçamentos, com a efetiva participação popular, conforme dispuser decreto regulamentador.

§1º. A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação no prazo máximo de 10 (dez) dias de seu recebimento apresentará parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§2º. As emendas apresentadas na Comissão, sobre elas esta emitirá parecer e as apreciará na forma regimental.

§3º. As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento anual ou os projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) serviços de dívida;
- III - sejam relacionados:
 - a) correção de erros ou omissões, ou
 - b) com os dispositivos do texto ou projeto de lei.

§4º. O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§5º. Após a publicação do parecer preliminar a Comissão terá o

prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias para realizar a audiência pública, nos termos do art. 72 e seguintes deste regimento.

§6º. Realizada a audiência pública, a Comissão abrirá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de emendas parlamentares, vedada a sua proposição pela Mesa Diretora, bem como pelas Comissões.

§7º. Decorrido o prazo determinado no parágrafo anterior, a Comissão disporá de 10 (dez) dias úteis para deliberar sobre o parecer final do relator que deverá apresentá-lo à comissão no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, abrindo-se vista aos demais membros da comissão pelo prazo restante.

§8º. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário até a apresentação do parecer final pela comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

§9º. Concluído o parecer final o projeto será devolvido à Mesa, que publicará o parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, distribuindo-o em avulso a todos os vereadores.

§10. Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 192. Os projetos de que trata o artigo anterior serão incluídos na Ordem do Dia da Sessão seguinte para discussão e votação em turno único.

§1º. Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§2º. A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser solicitada palavra para encaminhamento da votação, através do líder do partido ou do bloco, que poderá falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§3º. Aprovado o Projeto com emendas, retornará à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para, dentro do prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, elaborar a redação final, findo a qual será submetida à deliberação do Plenário.

§4º. O Presidente prorrogará, de ofício, as sessões, até a finalização da discussão e votação da matéria.

§5º. A apreciação de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias terão suas regras definidas nesta seção.

Art. 193. A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Poder Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos do artigo anterior nos seguintes prazos:

I - o Plano Plurianual, até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 15 de outubro de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária Anual, até o dia 15 de dezembro de cada exercício.

§1º. Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos neste artigo sem que tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando as outras matérias em tramitação.

§2º. A Câmara não entrará em recesso sem que tenha aprovado, respectivamente, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Art. 194. Rejeitado pela Câmara o Projeto de Lei Orçamentária Anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, atualizado monetariamente, aplicando-se a mesma norma em caso de não ser encaminhado o Projeto no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Seção II

Da Consolidação das Leis

Art. 195. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§1º. O processo de Consolidação será regido por lei complementar municipal própria.

§2º. A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§3º. Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

Seção III

Dos Projetos de Lei Com Prazo Legal Estabelecido para Apreciação Pelo Prefeito Municipal

Art. 196. Considera-se projeto com prazo legal estabelecido para apreciação:

I - projeto de lei de origem do Poder Executivo remetido à Câmara Municipal na forma do art. 49, da Lei Orgânica do Município.

II - projeto de decreto legislativo que dispõe sobre as contas da Prefeitura e seus órgãos, nos termos do § 2º do art. 59 da Lei Orgânica do Município.

Art. 197. Os projetos de lei previstos nesta seção obedecem ao seguinte:

I - numerado e protocolado, será encaminhado à Consultoria Jurídica, independente da leitura resumida no Expediente do dia, para emissão de parecer, dispensado este para o regime de urgência excepcional (inciso III, do art. 49 da L.O.), no prazo improrrogável de:

a) 10 (dez) dias para o regime de urgência simples;

b) 05 (cinco) dias para o regime de urgência especial;

II - com ou sem parecer da Consultoria Jurídica, será encaminhado às comissões permanentes competentes que deverão formar juízo sobre a matéria;

III - instruído com os pareceres das Comissões ou vencido o prazo para tal, será encaminhado à Ordem do Dia da sessão imediata para votação.

IV - não apreciado nos prazos previstos nos incisos I, II e III, do artigo 49 da Lei Orgânica, aplicar-se-á o disposto no § 2º do artigo 49 da Lei Orgânica do Município.

Art. 198. Aplica-se a esta seção, no que couber, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

Seção IV

Das Contas

Art. 199. Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - despachá-lo imediatamente para processamento, sendo transformado em projeto de decreto legislativo de autoria da Mesa Diretora para posterior distribuição de avulsos aos Vereadores;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de 05 (cinco) dias para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação da matéria pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado a qualquer tempo;

III - se não houver deliberação dentro do prazo previsto no caput deste artigo, considerar-se-á julgadas as contas nos termos das conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas.

§1º. Para os efeitos do inciso II a Mesa da Câmara dar-se-á por notificada no ato de leitura do Parecer Prévio em Plenário.

§2º. Recebido o projeto de decreto legislativo pela Comissão esta terá prazo de 07 (sete) dias para emitir parecer instrutivo.

§3º. O relator da matéria apresentará parecer prévio no prazo de 02 (duas) Sessões, determinando a seguir a abertura de prazo comum e improrrogável de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pela autoridade prestadora das contas, prazo este em que se poderá juntar documentos. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§4º. Vencido o prazo de defesa o projeto retornará ao relator para exarar parecer final no prazo de 10 (dez) dias, após o que serão facultadas vistas aos demais integrantes da Comissão em prazo comum de 07 (sete) dias.

§5º. Na Sessão em que for submetido à discussão e votação do Plenário, logo após concluída a discussão do projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até 20 (vinte) minutos, pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

§6º. Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§7º. As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no caput deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

§8º. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Seção V

Da Declaração de Utilidade Pública

Art. 200. O Projeto de lei para a declaração de utilidade pública municipal a entidades civis sem fins lucrativos será acompanhado dos seguintes documentos:

I - certidão de registro público;

II - cópia autêntica da ata de fundação;

III - cópia autenticada do estatuto, que comprove o fim social da entidade quanto ao seguinte, alternativamente:

a) filantropia;

b) assistência a pessoas portadoras de deficiência;

c) assistência a trabalhadores;

d) assistência médico-sanitária;

e) ensino;

f) ecologia;

g) civismo;

h) cultura, arte, ciência;

i) esporte, recreação, educação física;

j) assistência à maternidade, à infância, à velhice;

IV - relatório, assinado pelo Presidente, das atividades da instituição nos últimos 12 (doze) meses;

V - declaração de que seus dirigentes não são remunerados;

VI - cópia autêntica de inscrição no cadastro nacional das pessoas jurídicas - CNPJ;

Parágrafo único. Analisando o mérito da proposição a Comissão de Trabalho, Defesa do Consumidor e Atividades Privadas poderá proceder à vistoria na instituição. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Seção VI

Da Concessão de Títulos Honoríficos

Art. 201. São títulos honoríficos;

I - Cidadão Honorário do Município;

II - outros títulos constantes de leis extravagantes.

§1º. As honrarias indicadas no inciso I serão conferidas pela entrega do Decreto de Concessão cunhado em metal. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§2º. As honrarias de que trata o inciso II serão conferidas pela entrega de placa de prata trazendo no anverso a imagem do prédio da Edilidade e no reverso o brasão municipal e a denominação da honraria.

Art. 202. As concessões de que trata esta seção serão conferidas por decreto legislativo, aprovado em votação secreta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§1º. O projeto deverá vir instruído com a biografia completa de quem se pretenda homenagear, ou dos dados históricos da entidade, quando for o caso.

§2º. Cada Vereador só poderá apresentar anualmente 01 (um) único projeto, com uma única indicação de pessoa ou entidade para ser agraciada com título honorífico.

Art. 203. Para discutir Projeto de concessão de título honorífico cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos.

Art. 204. A entrega dos títulos será feita em Sessão Especial, convocada unicamente para esse fim, em local previamente definido pela Câmara.

Parágrafo único. Deverão ser respeitados os limites legais quanto aos gastos com as Sessões Especiais para entrega de título honorífico.

Seção VII

Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno

Art. 205. O Projeto de Resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno, somente será admitido quando proposto:

I - por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara;

II - pela Mesa;

III - pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto; ou

IV - por Comissão Especial para esse fim constituída.

Parágrafo único. O Projeto de Resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado desde que discutido pelo menos em 02 (dois) dias de Sessão e contar com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação única.

Seção VIII

Da Urgência

Art. 206. Urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de interesse público relevante, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Parágrafo único. Não se dispensa exigência de publicação dos avulsos para as proposições analisadas em regime de urgência.

Art. 207. A urgência poderá ser determinada:

I - pela Mesa, em projetos de sua autoria, por decisão da maioria de seus membros e ouvido o Plenário, ou por Requerimento oriundo do Executivo;

II - a Requerimento subscrito no mínimo por 1/3 (um terço) dos Vereadores, aprovado por 2/3 (dois terços) do Plenário.

§1º. Aprovado o Requerimento de urgência pelo Plenário, será a proposição incluída na Ordem do Dia da Sessão imediata.

§2º. Se não houver pareceres e a Comissão ou Comissões que devam opinar sobre a matéria não se julgarem habilitadas a fazê-lo na referida Sessão, poderão solicitar para isso, o prazo de 3 (três) dias que será obrigatoriamente concedido pelo Presidente e comunicado ao Plenário, sendo conjunto quando mais de uma Comissão tiver de pronunciar-se, findo o qual será a proposição incluída na Ordem do Dia com parecer ou sem ele.

§3º. Neste último caso, o Presidente designará relator especial, que dará o seu parecer verbalmente, dispondo de 30 (trinta) minutos no decorrer da Sessão ou na Sessão seguinte se assim o requerer.

§4º. As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação.

Art. 208. A Câmara deverá se manifestar sobre a proposição com o prazo estipulado para a modalidade em que foi solicitada, contado da data em que foi feita a solicitação.

Art. 209. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência de que trata esta Seção as Propostas de Emenda à Lei Orgânica, os Projetos de Leis oriundos do Executivo que versarem sobre matéria Orçamentária e os Projetos de Leis Complementares.

Seção IX Da Apreciação dos Vetos

Art. 210. Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.

§1º. Decorrido o prazo do caput o silêncio do Prefeito importará sanção tácita.

§2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

Art. 211. Recebido o veto do Prefeito Municipal este será lido em Plenário, sendo despachado à autuação e análise imediata da Consultoria Jurídica, que terá prazo improrrogável de 07 (sete) dias para apresentar seu parecer instrutivo.

§1º. Instruído com o parecer da Consultoria Jurídica, o veto será remetido à Comissão de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Vetos, que terá prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na ordem do dia da sessão imediata.

§2º. A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.

§3º. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a

promulgação.

Art. 212. Não sendo apreciado no prazo legal de 30 (trinta) dias, proceder-se-á conforme o § 6º do art. 55 da Lei Orgânica do Município.

Art. 213. A não promulgação da lei, no prazo de quarenta e oito horas, pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 5º, do artigo 55 da Lei Orgânica, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

TÍTULO V DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 214. As Sessões da Câmara serão:

I - Ordinárias;

II - Extraordinárias;

III - Solenes;

IV - Especiais;

V - Secretas; e

VI - Ordinárias Itinerantes, as que são realizadas fora da sede da Câmara Municipal. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§1º. A Câmara Municipal realizará sessões preparatórias no primeiro ano da legislatura.

§2º. Apenas não se realizarão as Sessões por falta de quórum, por deliberação do Plenário ou por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

§3º. As Sessões serão públicas, salvo disposição legal ou regimental em contrário, bem como quando, ocorrendo motivo relevante, a Câmara deliberar pela realização de Sessão secreta.

Art. 215. O recinto do Plenário é, em Sessão, privativo de:

I - Vereador;

II - convidados em visitas oficiais;

III - funcionários da Câmara em serviço de interesse específico em auxílio à Mesa;

IV - cidadãos autorizados.

Art. 216. Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador mais idoso dentre os presentes, que convocará outros, para secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a sessão até que compareça membro titular da mesa Diretora, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 217. A sessão poderá ser suspensa:

I - pelo Presidente, a seu juízo, no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da ordem do dia;

II - por decisão do Plenário, a Requerimento verbal sumário, para: a) reunião de comissão interna, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;

b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da Sessão.

§1º. A suspensão levada a efeito pelo Presidente nos casos previstos no inciso I será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado à Sessão, que terá a sua duração regular.

§2º. A suspensão deliberada pelo Plenário nos casos previstos no inciso II terá duração máxima de 30 (trinta) minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à Sessão.

Art. 218. Qualquer cidadão pode assistir às Sessões, desde que esteja trajado decentemente, não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos e respeite o trabalho do Plenário, não interpelando os Vereadores.

§1º. O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente ou evacuar o recinto reservado à comunidade.

§2º. Não haverá Sessão em caráter secreto, salvo nos casos de deliberação da Câmara.

Art. 219. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à Sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§1º. Para os fins deste artigo, o livro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário inutilizar os locais destinados à assinatura, dos Vereadores ausentes.

§2º. Ao final da Sessão, o Secretário fará constar do livro de presença os nomes dos Vereadores que, embora o tenham assinado até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e das votações, retirando-se da Sessão.

§3º. A verificação de presença constará dos anais da Câmara.

Seção Única Das Sessões Preparatórias

Art. 220. No início de cada legislatura, os Vereadores reunir-se-ão em Sessões Preparatórias para o fim de que lhes sejam apresentados todos os serviços da Câmara, bem como o andamento normal dos trabalhos legislativos.

Art. 221. Para ultimar os trabalhos nas Sessões preparatórias a Câmara poderá realizar cursos intensivos com os Vereadores, convidando servidores do quadro ou profissionais habilitados para ministrá-los.

Art. 222. As Sessões preparatórias serão realizadas no período extraordinário, não sendo remuneradas.

CAPITULO II DA SESSÃO ORDINÁRIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 223. A Câmara Municipal de Treze Tílias realizará Sessões Ordinárias todas as segundas-feiras úteis do mês, independentemente de convocação. (NR) (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§1º. Recaindo os dias de Sessão em feriados ou ponto facultativo, a Sessão far-se-á no dia útil imediato, salvo se o Plenário houver fixado dia diverso, a Requerimento de qualquer Vereador. (REVogado PELA RESOLUÇÃO 03 DE 23-12-2013)

§2º. A Câmara Municipal não realizará mais de 01 (uma) Sessão Ordinária por dia.

§3º. As sessões da Câmara Municipal de Treze Tílias, exceto as ordinárias itinerantes e as solenes que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente por local a sua sede,

considerando-se nulas as que se realizarem fora dela. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

Art. 224. As Sessões Ordinárias terão início às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos), mediante presença de 1/3 (um terço) dos Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

Parágrafo único. Nos dias destinados às Sessões Ordinárias, os Vereadores reunir-se-ão às 18:30 (dezoito horas e trinta minutos), para análise e avaliação das Proposições e demais matérias apresentadas para apreciação.

Art. 225. Não havendo número legal o Presidente aguardará até 10 (dez) minutos, prazo este em que, persistindo a ausência de vereadores, dar-se-á por encerrada a Sessão, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 226. À hora regimental o Presidente declarará aberta a Sessão, proferindo as seguintes palavras:
"INVOCAMOS A PROTEÇÃO DE DEUS PARA DECLARARMOS ABERTA A PRESENTE SESSÃO."

Art. 227. A Sessão Ordinária, com duração máxima de 02 (duas) horas, prorrogável a requerimento de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário, divide-se em 04 (quatro) partes sucessivas:

- I - Expediente do Dia;
- II - Palavra Livre;
- III - Ordem do Dia;
- IV - Explicações pessoais.

Parágrafo único. A Sessão será encerrada antes da hora regimental, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do expediente do dia, nos seguintes casos:

- I - por falta de quorum regimental para a abertura ou continuação dos trabalhos;
- II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores;
- III - tumulto grave; ou
- IV - se, esgotada a matéria da Ordem do Dia, não houver inscritos para falarem em Explicações Pessoais.

Art. 228. A Sessão poderá ser suspensa:

- I - para preservação da ordem;
- II - para permitir, quando for o caso, que a Comissão possa apresentar Parecer verbal ou escrito;
- III - para recepcionar visitantes ilustres;
- IV - a Requerimento de qualquer Vereador, ad referendum do Plenário.

Art. 229. As Sessões poderão ser prorrogadas, por tempo determinado, ou para se terminar a discussão e votação de Proposição em debate.

Art. 230. Os Requerimentos de prorrogação serão escritos ou verbais, não se admitindo declaração de voto.

Parágrafo único. O Presidente, ao receber o Requerimento, dele dará conhecimento ao Plenário e colocará em votação, interrompendo, se for o caso, o orador que estiver com a palavra.

Art. 230-A - As sessões ordinárias itinerantes são aquelas realizadas fora das dependências da Câmara Municipal, em bairros, Distrito, Linhas, povoados, associações de moradores, Igrejas, escolas e outros locais públicos, a critério da Mesa Diretora, ou por

requerimento de 1/3 dos Vereadores, contendo data, horário e local para a realização da sessão, aprovado pelo plenário. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§ 1º. As sessões ordinárias itinerantes deverão ser convocadas e divulgadas na Imprensa escrita e na rádio, com, no mínimo, dez dias de antecedência. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§ 2º. Nas sessões ordinárias itinerantes, a critério da Mesa, poderão usar da palavra, além dos vereadores, os líderes comunitários, representantes de entidades e pessoas da comunidade, para falar sobre assunto de interesse público, devendo para isso efetuarem a devida inscrição antes do início da sessão. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§ 3º. Para as sessões ordinárias itinerantes aplicar-se-á, no que couber, o disposto neste Regimento Interno para as sessões ordinárias. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§ 4º. As sessões ordinárias itinerantes poderão se realizar no dia e horário regimental das sessões ordinárias ou em outras datas, a critério da Mesa Diretora, ou quando requerida por 1/3 dos vereadores e aprovada pelo plenário. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

§ 5º. Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos serão convocados servidores do Legislativo, para prestarem serviços, dentro de suas atribuições, durante as sessões ordinárias itinerantes, disponibilizando-se os materiais e equipamentos necessários para essa finalidade. (Incluído pela Resolução nº 03, de 23 de dezembro de 2013).

Seção II

Do Expediente do Dia

Art. 231. O Expediente do dia, com duração de 15 (quinze) minutos, destina-se à:

- I - aprovação da Ata da Sessão anterior;
- II - apresentação de proposições à Mesa;
- III - leitura dos documentos oficiais endereçados à Câmara para os quais seja necessário dar a devida publicidade;
- IV - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa ou de Comissão;
- V - outros comunicados a juízo do Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Os Vereadores poderão solicitar cópia dos documentos apresentados no expediente.

Art. 232. Findo o Expediente, passar-se-á à palavra livre.

Seção III

Da Palavra Livre

Art. 233. A Palavra Livre terá duração máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos, divididos proporcionalmente entre os partidos ou blocos parlamentares com assento na Câmara Municipal, de acordo com o número respectivo de Vereadores integrantes e será destinada aos pronunciamentos dos oradores inscritos junto ao segundo Secretário da Mesa para fazer requerimentos verbais e falar sobre:

- I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de vereador;
- II - questões de interesse público do Município;
- III - outras questões de interesse relevante.

§1º. O Vereador que pretender fazer uso da Palavra Livre deverá inscrever-se imprescindivelmente até o início da Sessão.

§2º. A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem das inscrições de que trata o caput, podendo, entretanto, ser alterada mediante comunicado dos interessados ao Presidente.

Art. 234. Já não havendo orador, ou esgotado o tempo destinado à Palavra Livre, passar-se-á imediatamente à ordem do dia.

Seção IV

Da Tribuna da Câmara

Art. 235. A Câmara Municipal realizará, sempre na primeira Sessão Ordinária mensal, no horário destinado à palavra livre, a Tribuna da Câmara, oportunidade em que os municípios e entidades representativas do Município poderão dispor de até 15 (quinze) minutos para discorrer sobre assuntos de interesse do Município.

Parágrafo único. O tempo previsto será distribuído entre até 03 (três) oradores devidamente inscritos mediante ofício ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, atendidos os seguintes requisitos:

- I - comprovação de regularidade da entidade através da apresentação de seu Estatuto Social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou pela inscrição de seu representante; e
- II - comprovação de residência e de domicílio eleitoral no Município no caso de inscrição por parte de pessoa física.

Art. 236. No Requerimento de tempo para uso da Tribuna da Câmara deverá constar, obrigatoriamente, o assunto que será abordado.

§1º. O Requerimento será colocado em discussão e votação na Sessão subsequente ao protocolo.

§2º. Não será permitido discorrer, sobre outro assunto que não seja o constante no Requerimento.

§3º. O Presidente poderá a qualquer tempo, solicitar ao orador, que se mantenha dentro do assunto, sob pena de cassação do uso da Tribuna.

Art. 237. Ao usar a Tribuna da Câmara, o requerente não poderá dirigir-se aos integrantes do Poder Legislativo e a comunidade em geral, com palavras não condizentes com o local.

Art. 238. O Vereador que for mencionado em pronunciamentos, no uso da Tribuna da Câmara, terá direito de falar por primeiro, logo após o término do uso da palavra pelo requerente.

Art. 239. Os demais Vereadores poderão se manifestar com tempo não superior a 05 (cinco) minutos.

Art. 240. Ocorrendo fato relevante e de repercussão na comunidade, o uso da Tribuna da Câmara poderá ser feito em outra Sessão ordinária, desde que aprovado pelo Plenário e obedecidos os critérios estabelecidos neste Regimento Interno.

Art. 241. A Tribuna da Câmara não poderá ser usada para manifestações político-partidárias e nem para assuntos que atentem contra a moral e os bons costumes.

Art. 242. A Presidência do Poder Legislativo é a autoridade máxima na condução dos trabalhos de uso da Tribuna da Câmara.

Parágrafo único. Qualquer Vereador, salvo o Presidente e aquele que estiver no exercício da Presidência, poderá apartear o orador para breve e oportuna indagação, esclarecimento ou contestação, desde que concedido pelo orador. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Sessão V
Da Ordem do Dia

Art. 243. A Ordem do Dia, com duração limitada a 60 (sessenta) minutos, destina-se à discussão e votação de:

- I - requerimentos escritos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;
- II - proposições aptas, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente da Câmara na pauta do dia.

§1º. Quando, no curso de uma votação de projeto específico esgotar-se o tempo destinado à ordem do dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§2º. A pauta das proposições a serem deliberadas pelo Plenário será publicada no átrio da Câmara, bem como distribuída a todos os vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 244. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

Art. 245. As matérias incluídas na pauta deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

- a) projetos de decretos legislativos que tratem de apreciação de contas;
 - b) vetos;
 - c) projetos do Executivo com pedido de urgência previsto no art. 49 da Lei Orgânica;
 - d) projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual;
- II - matérias com urgência parlamentar definidas no art. 206 deste regimento;
- III - parecer de redação final;
- IV - demais matérias, ordenadas segundo à cronologia de suas proposições.

§1º. As Proposições, cuja urgência tenha sido concedida pelo Plenário, figurarão na Ordem do Dia da mesma Sessão, como itens preferenciais, pela ordem de votação das respectivas urgências.

§2º. A urgência só prevalecerá para a Sessão em que tenha sido concedida, salvo se a Sessão for encerrada com a Proposição ainda em debate, caso em que esta figurará com primeiro item na Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Art. 246. A ordem do dia só será modificada no caso de:

- I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo líder do governo na Câmara, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;
- II - inserção de projetos que estejam em regime de urgência, na forma do art. 207 deste regimento;
- III - inversão de pauta;
- IV - para apreciação de pedido de licença de Vereadores.

Art. 247. As Proposições, constantes da Ordem do dia poderão ser objeto de:

- I - pedido de vista;
- II - preferência para votação;
- III - adiamento;
- IV - retirada de pauta;
- V - votação em bloco.

Art. 248. O pedido de vista será formulado, através de Requerimento escrito ou verbal, por qualquer Vereador, na fase de

discussão da Proposição, e só poderá ser aceito se proposto por tempo determinado, não excedendo o prazo máximo de 15 (quinze) dias, cabendo ao autor do Requerimento apresentação de sua justificativa.

§1º. Apresentados um ou mais Requerimentos de pedido de vista, será votado preferencialmente o que solicitar menor prazo.

§2º. Fica vetado aos membros das Comissões Permanentes, que emitiram Parecer favorável aos Projetos, solicitar pedido de vista.

Art. 249. Se houver uma ou mais Proposições, constituindo processos distintos, anexadas à Proposição que se encontra em pauta, a preferência para votação de uma delas dar-se-á mediante Requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador.

§1º. O Requerimento de preferência será votado mediante discussão em Plenário.

§2º. Votada uma Proposição, todas as demais que tratam do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudiciais e remetidas ao arquivo.

Art. 250. O adiamento da discussão ou votação de Proposição poderá nos termos do art. 184 deste Regimento, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 184, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de Requerimento escrito ou verbal de qualquer Vereador, que especificará a finalidade e o número de dias do adiamento proposto.

§1º. Apresentado um Requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder a votação, votando-se, preferencialmente, o que contiver menor prazo.

§2º. A aprovação de um Requerimento de adiamento prejudica os demais.

§3º. O adiamento só poderá ser concedido uma vez para cada Vereador.

Art. 251. A retirada de pauta de proposição constante na Ordem do Dia, disciplinada no art. 158 deste Regimento dar-se-á por Requerimento de seu autor ou autores.

Parágrafo único. As Proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser retiradas mediante Requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

Art. 252. A ordem do dia terá item único no caso de discussão e votação do projeto de lei do orçamento anual.

Seção VI

Das Explicações Pessoais

Art. 253. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passar-se-á à Explicação Pessoal pelo tempo restante da Sessão, se houver.

§1º. Os pronunciamentos em explicação pessoal dar-se-ão por ordem de inscrição que deverá ocorrer até o final da Ordem do Dia, e serão destinados aos seguintes casos:

- I - manifestação de Vereador sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão;
- II - resposta pessoal daquele Vereador que for atingido por censura pessoal de outro Vereador que tenha usado a palavra;
- III - manifestação sobre assuntos abordados na Palavra Livre.

§2º. Cada Vereador disporá de 05 (cinco) minutos para falar nas Explicações Pessoais, com apartes, desde que relativos à matéria.

§3º. O Vereador inscrito poderá ceder seu espaço a um colega,

ou desistir de usar a palavra, e se ausente, caberá ao Líder de sua Bancada dispô-la.

§4º. As Explicações Pessoais serão verbais e lavradas em Ata.

CAPITULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 254. A Sessão Extraordinária realizar-se-á a qualquer tempo, vedado apenas iniciá-la no horário reservado à Sessão Ordinária, obedecendo-se no que couber o disposto no Título V, Capítulo II, Seção I. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

Art. 255. A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:
I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em caso de urgência ou interesse relevante;
IV - pela Comissão representativa da Câmara conforme previsto no art. 28, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

§1º. Somente serão remuneradas as sessões extraordinárias quando convocadas na forma do inciso XXI do art. 73 da Lei Orgânica do Município.

§2º. A sessão extraordinária iniciada antes do horário regimental destinado às Sessões Ordinárias poderá estender-se sobre o horário destas sem prejuízo para sua posterior realização.

§3º. Na Sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 256. A convocação de iniciativa do Presidente discriminará o seu objetivo e será:
I - verbal quando feita em Sessão; ou
II - escrita e pessoal, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

§1º. A convocação, pelo Prefeito, será mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara. De posse do ofício, o Presidente cientificará aos Vereadores com 24 (vinte e quatro) horas de antecedências, através de citação pessoal.

§2º. Na omissão do Presidente da Câmara, o Prefeito poderá cientificar diretamente aos Vereadores, igualmente com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, através de citação pessoal.

Art. 257. A autoconvocação da Câmara, no período de recesso parlamentar, será efetivada mediante ofício ao Presidente, subscrito por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 258. As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão com o seguinte trâmite:
I - abertura da reunião e verificação do quórum.
II - leitura do motivo da Sessão e de seu expediente específico da ordem do dia;
III - ordem do dia com matéria específica que gerou a Sessão.

Parágrafo único. Nas Sessões Extraordinárias não haverá Explicações Pessoais.

Art. 259. A Sessão Extraordinária aplica-se o processo Legislativo comum, limitado o pedido de vista ou de adiamento de votação ao prazo máximo de 03 (três) dias.

Art. 260. A convocação extraordinária extinguir-se-á somente

quando houver conclusão da matéria em pauta.

CAPITULO IV DA SESSÃO SOLENE

Art. 261. A Sessão solene, convocada pelo Presidente, destina-se a:

- I - instalação de legislatura;
- II - posse do Prefeito e Vice-prefeito;
- III - abertura da sessão legislativa;
- IV - concessão de títulos e outras honrarias, comemorações de datas históricas e eventos auspiciosos e a homenagem a entidades e personalidades ilustres. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§1º. A sessão solene será aberta pelo Presidente independentemente de quórum, tendo tempo de duração indeterminada.

§2º. Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores oradores por ele designados e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

§3º. As sessões solenes não serão remuneradas.

§4º. As sessões solenes poderão ser convocadas a requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e aprovado por maioria de dois terços dos Vereadores. (Acrescido pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§5º. As sessões solenes podem ser realizadas no horário das sessões ordinárias, caso o Plenário assim decidir, através de requerimento escrito aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores. (Acrescido pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§6º. É obrigatório facultar a palavra às personalidades que estejam sendo homenageadas nas sessões solenes. (Acrescido pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

CAPITULO V DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 262. A Sessão especial, convocada pelo Presidente, atendendo a requerimento de um terço (1/3) de Vereadores, aprovado por decisão de maioria absoluta do plenário, destina-se à comemoração de fato histórico ou relevante para o Município, à realização de palestra ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público, somente sendo admitidas neste caso quando esgotado o tema no âmbito das Comissões.

Parágrafo único. A Sessão Especial será aberta pelo Presidente independentemente de quórum, tendo tempo de duração indeterminada.

CAPÍTULO VI DA SESSÃO SECRETA

Art. 263. As Sessões Secretas serão realizadas quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar, por Requerimento de um terço, no mínimo, dos Vereadores, e dependerá da aprovação de dois terços dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O processo de votação secreta dar-se-á nos casos de:

- I - apreciação de veto;
- II - votação de Parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as Contas da Mesa Diretora e do Prefeito;
- III - perda do mandato de Vereador.

Art. 264. A instalação da Sessão Secreta durante o transcurso da Sessão Pública implicará no encerramento desta.

Art. 265. Antes de se iniciar a Sessão Secreta, todas as portas serão fechadas, permanecendo em Plenário apenas os Vereadores e funcionários da Câmara autorizados pelo Plenário.

Art. 266. As Sessões Secretas somente serão iniciadas com a presença de no mínimo dois terços dos membros da Câmara.

Art. 267. A Ata das Sessões Secretas será lida na mesma Sessão, assinada pelo Presidente e pelo Secretário e rubricada pelos demais Vereadores e registrada em livro especial, que ficará sob guarda direta do Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Qualquer retificação da Ata deverá ser procedida na mesma Sessão, ad referendum do Plenário.

Art. 268. Ao Vereador que houver participado dos demais debates será permitido reduzir a termo discurso proferido para ser arquivado juntamente com a Ata.

Art. 269. Antes de se encerrar a Sessão Secreta, o Plenário resolverá se deverão ficar secretos, no todo ou em parte, os seus debates e deliberações, ou constar de Ata Pública, fixando-se o prazo em que deve ser mantido o sigilo.

CAPÍTULO VII DO USO DA PALAVRA

Art. 270. O Vereador irá fazer uso da palavra durante as Sessões segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão da Tribuna nos seguintes casos:

a) como oradores, desde que devidamente inscritos;
b) para discussão de proposição, ou de seus respectivos pareceres;

c) em Explicações Pessoais;

d) para formular questões de ordem; ou

e) para apartear orador, desde que devidamente autorizado por este, nos casos definidos no art. 273, incisos II e III, alíneas "a", "c", "d", e "h";

II - ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

III - a nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente;

IV - exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna;

V - se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar assento;
VI - se apesar da advertência e do convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;
VIII - se o Vereador ainda insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da Sessão, o Presidente poderá suspendê-la;

IX - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou de "Vereador";

X - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 271. As questões de ordem serão deferidas para:

I - reclamar contra preterição de formalidade regimental;

II - suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento ou, quando este for omissivo, propor o melhor andamento dos trabalhos;

III - na qualidade de Líder, dirigir comunicação à Mesa;

IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou

V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara.

§1º. Não se admitirão questões de ordem:

I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;

II - na fase dos expedientes do dia;

III - quando houver orador na Tribuna; ou

IV - quando o Plenário estiver em regime votação.

§2º. A questão de ordem deverá ser respondida preferencialmente de maneira imediata ou, não sendo possível, dentro da maior brevidade possível.

Art. 272. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§1º. O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

a) para que o Presidente dê conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da Sessão e para colocá-lo em votação;

b) para que o Presidente faça comunicação à Câmara de caráter urgente e inadiável;

c) para que seja recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou

d) para que o Presidente suspenda ou encerre a Sessão em caso de tumulto grave.

§2º. Quando por qualquer motivo que não a concessão de apartes o orador for interrompido em sua oração, o prazo de interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 273. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: 03 (três) minutos;

II - durante a palavra livre, o tempo atribuído a cada vereador será dividido proporcionalmente nos termos do art. 233 deste Regimento;

III - na discussão de:

a) veto: 10 (dez) minutos;

b) parecer de redação final: 10 (dez) minutos;

c) projetos: 10 (dez) minutos;

d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: 05 (cinco) minutos;

e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: 10 (dez) minutos;

f) processo de destituição da Mesa ou de membros da Mesa: 10 (dez) minutos para cada Vereador e 20 (vinte) minutos para o relator e para o denunciado;

g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: 10 (dez) minutos para cada Vereador e 20 (vinte) minutos para o denunciado ou seu procurador;

h) recursos: 10 (dez) minutos.

i) moções: 05 (cinco) minutos;

j) requerimentos: 05 (cinco) minutos;

IV - em Explicação Pessoal: 05 (cinco) minutos;

V - para encaminhamento de votação: 05 (cinco) minutos;

VI - para declaração de voto: 05 (cinco) minutos;

VII - em questão de ordem: 05 (cinco) minutos;

VIII - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, economia mista, autarquias e fundações e intendentes: 05 (cinco) minutos;

IX - em aparte: 02 (dois) minutos.

CAPÍTULO VIII

DOS APARTES

Art. 274. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 275. Não serão permitidos apartes:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - paralelos e cruzados;
- III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, em explicação pessoal ou em questão de ordem.

§1º. Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§2º. Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

CAPÍTULO IX DAS ATAS

Art. 276. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser lida e submetida ao Plenário na sessão subsequente.

§1º. A inserção de documentos em Ata será objeto de requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e aprovado pela maioria do Plenário.

§2º. Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a Ata se considerará aprovada, independente de votação.

§3º. Não sendo contestado o pedido de retificação a Ata será aprovada com a modificação proposta.

§4º. Não havendo consenso quanto à retificação da Ata o Plenário deliberará a respeito.

§5º. O pedido de impugnação da Ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na sessão e será objeto de deliberação do Plenário.

§6º. Aprovada a Ata, será ela assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Art. 277. A Ata da última Sessão da legislatura será redigida para apreciação e aprovação, com qualquer número nessa mesma Sessão, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes, antes de encerrar-se a Sessão.

CAPÍTULO X DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES

Art. 278. Será dada ampla publicidade às Sessões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa local.

Parágrafo Único. A publicação será feita também por afixação em local próprio na sede da Câmara.

Art. 279. As Sessões da Câmara serão gravadas em áudio, para suporte na elaboração da Ata de cada Sessão, bem como para verificação nos casos de impugnação da Ata em todo ou parte dela.

§1º. Será a todos assegurado o direito de cópia de mídia contendo gravação de Sessão, para defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, mediante Requerimento, por escrito, justificando devidamente o pedido.

§2º. O Requerimento de que trata o parágrafo anterior será protocolado na Secretaria da Câmara e apreciado em única discussão e votação pelo Plenário, na Sessão subsequente ao protocolo.

§ 3º. Para garantir a ampla publicidade das Sessões da Câmara serão publicados os áudios no sítio oficial da Casa. (Acrescido pela

Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

TÍTULO VI DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 280. Os Secretários e titulares de órgãos da Administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificativa adequada.

§1º. A convocação far-se-á através de Requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores, discutido e votado, considerando-se aprovado se obtiver maioria simples dos votos da Câmara. (Corrigido pela Resolução nº 04, de 09 de dezembro de 2014)

§2º. O Requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado. Limitando-se a convocação à matéria de competência privativa do convocado.

§3º. Aprovado o Requerimento de convocação, o presidente da Câmara expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do Requerimento e determinando-lhe o dia e a hora de seu comparecimento, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

§4º. O presidente da Câmara dará ciência da convocação ao Prefeito.

Art. 281. A Câmara reunir-se-á em sessão extraordinária em dia e hora previamente estabelecidos, com o fim específico de ouvir o convocado sobre motivos da convocação.

Art. 282. Aberta a Sessão o Presidente exporá ao convocado, os motivos da convocação e, em seguida, concederá palavra aos Vereadores para as indagações que desejarem formular, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§1º. O convocado poderá incumbir os assessores que o acompanhem na ocasião a responder as indagações.

§2º. O convocado, ou seu assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição, que não poderá ultrapassar o prazo de 20 (vinte) minutos.

§3º. Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo, o Presidente encerrará a Sessão agradecendo ao convocado, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 283. A Câmara poderá optar pelo pedido de informação ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único. O Prefeito deverá responder às informações, observado o prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

Art. 284. Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da Proposição deverá agir consoante ao disposto no § 3º do art. 143 deste Regulamento.

Art. 285. Independentemente de convocação, poderão os

Secretários e Titulares dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§1º. Na sessão extraordinária convocada para esse fim, o convocado fará uma exposição inicial sobre os motivos que levaram a comparecer a Câmara, respondendo, a seguir, às interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

§2º. Ao comparecimento dos agentes à Câmara, nos termos do presente artigo, aplicam-se as disposições do artigo anterior.

Art.286. Sempre que comparecerem a Câmara, os agentes mencionados terão assento à Mesa.

TÍTULO VII DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO

Art. 287. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

§1º. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

§2º. As interpretações de disposições do regimento interno, feitas pelo presidente da Câmara em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o plenário, de ofício ou a requerimento de vereador, constituirão precedentes regimentais.

§3º. Os casos não previstos neste regimento serão resolvidos soberanamente pelo plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo, incorporadas.

Art. 288. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes adotados, sob a forma de resolução.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 289. Os prazos previstos neste Regimento, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados continuamente e não correrão durante o período de recesso da Câmara. Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á no que for aplicável, a Legislação Processual Civil.

Art. 290. Este Regimento poderá ser revisado, total ou parcialmente, sempre que necessário, sendo parcial será por meio de deliberações regimentais.

Art. 291. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às Entidades interessadas.

Parágrafo único. Ao fim de cada ano legislativo a secretaria da Câmara, sob a orientação da comissão de legislação, justiça e redação final, elaborará e publicará separata a este regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo plenário, com eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art. 292. Este Regimento Interno entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2013 e revoga o Regimento Interno posto pela Resolução nº 01, de 10 de novembro de 2004.

Câmara Municipal de Vereadores de Treze Tílias, em 03 de dezembro de 2012.

Tunápolis

PREFEITURA

ATA LEILÃO 04/2014

ATA DE ABERTURA DE SESSÃO DE LEILÃO

No dia vinte e nove do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dez horas, na garagem da Prefeitura Municipal de Tunápolis, situada na Rua: 25 de Julho, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, para realização de procedimento licitatório, na modalidade leilão sob o nº 04/2014, que tem por objeto para a venda de Equipamentos e Máquinas declarados inservíveis de propriedade da municipalidade, através de leilão baseado em laudo de avaliação prévia, pelos membros Zeno Hammerschmidt, Bruno Lengert, Pedro Baumgratz, Otávio Herschaft, Paulo Groth, comissão nomeada através do Decreto nº 1546/2013, conforme condições, quantidades e especificações constantes no processo nº 128/2014. Às dez horas iniciou os procedimentos de credenciamento dos interessados em participar deste leilão, conforme estabelecido no Edital, na hora previamente designada, a Leiloeira declarou aberta a sessão e em seguida, prestou os esclarecimentos acerca da forma de condução do leilão informando as regras para que fossem oferecidos os lances, através de manifestação de cada interessado e o valor pretendido para o arremate. Após a conclusão do credenciamento, a leiloeira e os membros da Comissão Permanente de Licitações procederam ao início da fase de lances verbais.

Item nº 05, - TRATOR DE PNEUS MARCA FORD 5030 4X4 Nº PATR. 2326 foi arrematado pela pessoa física, o Sr. SELVINO MIRO STULP, devidamente inscrito no CPF nº 025.812.149-10, pelo valor final de R\$ 32.001,00(trinta e dois mil e um real).

Item nº 04, DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO DE 3.000 LITROS, MARCA IAC, PATR. Nº. 1702, foi arrematado pela pessoa física o Sr. PAULO WOLFART devidamente inscrito no CPF nº 033.330.089-04 pelo valor final de R\$ 3.501,00(três mil quinhentos e um real). Os demais itens não foram arrematados.

Pagamento foi efetuado em dinheiro por depósito, na conta corrente nº 56605-5, agência 5435-6, banco BB 001. Os arrematadores de cada item apresentaram os documentos necessários.

Ao final dos trabalhos, a Leiloeira informou que o resultado do presente leilão será publicado no DOM, deu por encerrados os trabalhos do leilão, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pela leiloeira juntamente com os membros da CPL e participantes declarados arrematadores dos itens nº 04,05.

Não foram leiloados os itens 01,02,03.

Após a publicação do extrato do resultado do julgamento nos órgãos oficiais, encaminhe-se ao Ordenador de Despesa para homologação do presente procedimento licitatório e demais Providências.

SHEILA I.BIEGER
Leiloeira

DAYANA BEATRIZ PAULI
Membro

IVETE ORTH
Membro

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Arrematantes
SELVINO MIRO STULP
PAULO WOLFART

CONTRATO N.01.2014 GIGA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Tunápolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 78.486.198/0001-52, com sede administrativa na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ENOI SCHERER, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 0925/2009, de 11/02/2009.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito

da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 410,00.

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 5435-6 e conta corrente nº 111-2 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula oitava. O CIGA emitirá mensalmente, até o último dia de cada mês, boleto bancário relativo à cobrança do valor estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.202/2014 de 15 de dezembro de 2014.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência a

partir do dia 05/01/2015 até 31 de dezembro de 2015, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 30 de dezembro de 2014.

ENOI SCHERER Prefeito de Tunápolis	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
---------------------------------------	---

Testemunhas :

CONTRATO N.02.2014 GIGA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Tunápolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede administrativa na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ENOI SCHERER, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 0925/2009 de 11/02/2009.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Tunápolis no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;
2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;

3. A manutenção e suporte técnico;

4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;

5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e

6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
3. Receber suporte técnico;
4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;

Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;
2. Zelar pela correta execução dos serviços;
3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;
4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;
5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00, totalizando o valor de R\$ 3.540,00.

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.202/2014 de 15 de dezembro de 2014.

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade

dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.
Das penalidades

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima sexta - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor a partir de dia 05/01/2015 e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Do foro

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Das disposições finais

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 30 de dezembro de 2014.

_____ ENOI SCHERER Prefeito de Tunápolis	_____ Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	--

Testemunha:

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO 263

DECRETO GP/Nº 263, de 22 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, que altera a Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2016
1.2- Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos, contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2016
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Março 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Março 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Dezembro 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1- Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, vida útil dos bens móveis.	Dezembro 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Dezembro 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Dezembro 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Dezembro 2017
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2017
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2017
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2017
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Dezembro 2017

6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Dezembro 2017
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Dezembro 2017
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Dezembro 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Dezembro 2015

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Revoga-se o Decreto GP/Nº 285, de 31 de dezembro de 2012.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

DECRETO 265

decreto gp/nº 265, de 22 de dezembro de 2014.

Disciplina procedimentos para realização do inventário de levantamento patrimonial, objetivando a avaliação dos bens móveis e imóveis do Município de Urussanga.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Para a realização dos procedimentos de inventário para o levantamento patrimonial, objetivando a avaliação dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do município de Urussanga, a comissão de levantamento patrimonial obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de janeiro de 2015 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos em regulamento próprio deste município.

§ 1º - Os bens móveis adquiridos, recebidos em doação, cessão de uso, bem como localizados por ocasião do inventário, em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2015 serão primeiramente avaliados e incorporados ao patrimônio do município e posteriormente depreciados ou amortizados.

§ 2º - A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem efetivamente pronto para uso.

Art. 3º Para a realização do Inventário de avaliação patrimonial a Comissão observará os seguintes critérios para caracterizá-lo

como Ativo Permanente:

I - durabilidade: necessidade do bem perdurar dois anos com utilização normal;

II - fragilidade: refere-se à estrutura do bem, não podendo ser quebradiço ou deformável;

III - perecibilidade: possibilidade de modificação física ou química através do tempo;

IV - incorporabilidade: incorporação a outro bem não podendo ser removido sem prejuízo do bem principal;

V - transformabilidade: quando o bem adquirido para fins de transformação, devendo ser analisada a finalidade da aquisição;

VI - custo-benefício: quando o custo do controle for incompatível para realizar seu registro.

VII - Inservíveis: quando por ocasião do uso, tornou-se obsoleto ou irrecuperável.

Art. 4º São considerados bens imóveis, os terrenos e edifícios com as instalações permanentes.

Art. 5º Para a realização da avaliação dos bens móveis e imóveis, a Comissão deverá observar os seguintes parâmetros:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - desgaste físico e obsolescência.

Art. 6º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes.

Art. 7º Para a realização do Inventário de Avaliação Patrimonial a Comissão utilizará o Registro de Inventário Patrimonial (Anexo), acompanhado por ata dos trabalhos realizados.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

DECRETO 266

DECRETO GP/Nº 266, de 22 de dezembro de 2014.

NOMEIA comissão para proceder o Inventário do município de Urussanga.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores Leoberto Fréccia, (Presidente) Juvenia De Nez Santana, (Secretária) e Maria Aparecida Neves Bonetti, (membro) para constituírem a COMISSÃO ESPECIAL com a finalidade de identificar, conferir e numerar/etiquetar os bens móveis e imóveis que formam o Patrimônio Municipal, com poderes para reavaliar aqueles bens que não possuam valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e as condições de uso e estado de conservação do bem.

Art. 2º Para a realização dos trabalhos de levantamento, cadastramento, identificação e avaliação dos bens móveis e imóveis, a comissão utilizará formulário próprio e etiquetas de identificação, conforme estabelecido no Decreto GP/Nº 265/2014.

Art. 3º Presidirá a Comissão o servidor Leoberto Fréccia, sendo que a supervisão ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração.

Art. 4º Todos os atos da Comissão serão formalizados em ata e far-se-á ao término dos trabalhos o Inventário Patrimonial do Município de Urussanga.

Art. 5º Caberá ao responsável pelo Controle Interno sempre que possível, o acompanhamento dos serviços.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

DECRETO 270

DECRETO GP/Nº 270, de 30 de dezembro de 2014.

REAJUSTA VALORES DA TABELA DE ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 5º, parágrafo 2º da Lei nº 1.946, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 1.951, de 24 de março de 2003;

DECRETA:

Art. 1º O reajuste previsto no § 2º do art. 5º da Lei 1.946 de 30 de dezembro de 2002, se dará pelo aumento da tarifa conforme Resolução Homologatória nº 1.774 da ANEEL de 12 de agosto de 2014 para o reajuste tarifário anual referente a Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda. - Eflul.

Art. 2º A tabela que fixa as alíquotas de contribuição do custeio da iluminação pública, prevista no art. 5º, § 2º, da Lei nº 1.946, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 1.951 de 24 de março de 2003, é reajustada em 25,29%, referente a unidades consumidora a Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda - Eflul, passando a vigorar com os seguintes valores:

Art. 3º A tabela que fixa as alíquotas de contribuição do custeio da iluminação pública, prevista no art. 5º, § 2º, da Lei nº 1.946, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 1.951 de 24 de março de 2003, é reajustada em 3,65%, (IGP-M), dos últimos 12 meses, referente a unidades consumidora da COOPERCOCAL e da CERMOFUL, passando a vigorar com os seguinte valores:

ESCALA	EFLUL	CERMOFUL	COOPERCOCAL
RESIDENCIAL			
000 até 350 KWh	7,10	5,88	5,88
351 até 600 KWh	12,18	10,07	10,07
Acima de 601 KWh	20,31	16,80	16,80
RURAL			
000 ATÉ 350 KWh	7,10	5,88	5,88
351 até 600 KWh	12,18	10,07	10,07
Acima de 601 KWh	20,31	16,80	16,80

COMERCIAL			
000 até 100 KWh	7,10	5,88	5,88
101 até 300 KWh	16,25	13,44	13,44
301 até 500 KWh	20,31	16,80	16,80
501 até 800 KWh	24,37	20,16	20,16
Acima de 801 KWh	50,77	42,00	42,00
INDUSTRIAL			
000 até 100 KWh	7,10	5,88	5,88
101 até 300 KWh	16,25	13,44	13,44
301 até 500 KWh	20,31	16,80	16,80
501 até 800 KWh	24,37	20,16	20,16
801 até 5.000 KWh	40,61	33,59	33,59
5.001 até 100.000 KWh	162,46	134,40	134,40
Acima de 100.001 KWh	304,63	252,01	252,01
Poder Público	40,61	33,59	33,59
Serviço Público	40,61	33,59	33,59
Consumo Próprio	40,61	33,59	33,59
Baixa Renda (isento)	-		

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º Revoga-se o Decreto GP/Nº334, de 01 de dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos trinta dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

EXTRATOS DE CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 02/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 93/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EMPREITEIRA K J LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 15.004.025/0001-30

Objeto: prestação de serviços de roçada nas vias públicas do município de Urussanga/SC.

Valor Global: R\$ 112.000,00

Extrato do Contrato: 03/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 95/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: TORNEARIA CERON LTDA ME

CNPJ/CPF: 04.983.404/0001-01

Objeto: prestação de serviços de solda, torno, freza e plaina

Valor Global: R\$ 15.997,15

Extrato do Contrato: 04/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MARILDA GHISI NOVASKI LUIZ
CNPJ/CPF: 024.959.038-78
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 6.590,00

Extrato do Contrato: 05/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: EDIO DAUFENBACH
CNPJ/CPF: 777.570.179-04
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 3.000,00

Extrato do Contrato: 06/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RUTH TERESINHA MIRANDA
CNPJ/CPF: 048.965.329-45
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 13.625,00

Extrato do Contrato: 07/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: AMANDIO COMELI
CNPJ/CPF: 812.532.499-20
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 7.160,00

Extrato do Contrato: 08/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DÉLCIO FERRAREZ
CNPJ/CPF: 537.058.829-53
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 2.095,00

Extrato do Contrato: 09/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: AGENOR CANCELIER
CNPJ/CPF: 341.458.859-53
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 550,00

Extrato do Contrato: 10/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ADALBERTO DA SILVA SEBASTIÃO
CNPJ/CPF: 040.865.089-31
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 4.440,00

Extrato do Contrato: 11/2015

Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RICARDO COPETTI
CNPJ/CPF: 739.791.049-15
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 4.440,00

Extrato do Contrato: 12/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DANIEL SAVI ZACCARON
CNPJ/CPF: 054.041.379-83
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 5.401,50

Extrato do Contrato: 13/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ANTONIO RIBEIRO
CNPJ/CPF: 018.827.089-20
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 11.800,00

Extrato do Contrato: 14/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DIONEI PIGNATEL
CNPJ/CPF: 651.961.479-34
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 8.885,00

Extrato do Contrato: 15/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: HENRIQUE ROMAGNA
CNPJ/CPF: 164.426.019-00
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 3.500,00

Extrato do Contrato: 16/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ANTONIO BERGMANN PEREIRA
CNPJ/CPF: 601.398.469-72
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 4.725,00

Extrato do Contrato: 17/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MARIA ELISABETH MAZZUCO
CNPJ/CPF: 021.728.439-62
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 4.000,00

Extrato do Contrato: 18/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: JOSÉ ANTUNES CARARA
CNPJ/CPF: 245.983.649-04
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 4.475,00

Extrato do Contrato: 19/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: VÂNIO ROMAGNA
CNPJ/CPF: 974.264.259-02
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 3.000,00

Extrato do Contrato: 20/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 96/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: OLIVIO SORATO
CNPJ/CPF: 415.582.259-49
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da agricultura familiar
Valor Global: R\$ 1.170,00

Extrato do Contrato: 21/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 98/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DIFABA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.609.742/0001-20
Objeto: fornecimento parcelado de água mineral
Valor Global: R\$ 15.986,85

Extrato do Contrato: 22/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 99/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: FIORO COMÉRCIO DE GÁS LTDA
CNPJ/CPF: 00.107.072/0001-32
Objeto: fornecimento parcelado de gás de cozinha.
Valor Global: R\$ 33.661,25

Extrato do Contrato: 23/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 100/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: GODOI & GODOI COM. VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ/CPF: 08.983.721/0004-13
Objeto: fornecimento parcelado de combustível.
Valor Global: R\$ 220.200,00

Extrato do Contrato: 24/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 100/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: OBERDAN DE BRIDA & CIA LTDA
CNPJ/CPF: 83.280.420/0001-04
Objeto: fornecimento parcelado de combustível.
Valor Global: R\$ 860.230,00

Extrato do Contrato: 25/2015

Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 100/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PADOIN FONTANELLA COM. DE COMBUSTÍVEL LTDA
CNPJ/CPF: 04.340.499/0002-18
Objeto: fornecimento parcelado de combustível.
Valor Global: R\$ 600.003,12

Extrato do Contrato: 26/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 102/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RODNEI DE NONI
CNPJ/CPF: 780.039.119-15
Objeto: prestação de serviço de trator de pneu, incentivo a agricultura familiar.
Valor Global: R\$ 42.500,00

Extrato do Contrato: 27/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 102/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: LEZIER HONORATO
CNPJ/CPF: 909.427.019-68
Objeto: prestação de serviço de trator de pneu, incentivo a agricultura familiar.
Valor Global: R\$ 21.250,00

Extrato do Contrato: 28/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 102/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: VIA NORTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.111.604/0001-54
Objeto: prestação de serviço de retro 4x4, incentivo a agricultura familiar.
Valor Global: R\$ 20.400,00

Extrato do Contrato: 29/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 83.157.032/0001-22
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 64.855,11

Extrato do Contrato: 30/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 16.096,14

Extrato do Contrato: 31/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: JET-MED COM. DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 01.898.250/0001-53
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 131,40

Extrato do Contrato: 32/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: OLIMED MAT. HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 03.033.589/0001-12
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 23.204,40

Extrato do Contrato: 33/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 03.505.263/0001-40
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 54.068,60

Extrato do Contrato: 34/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: FUFA -SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.164.711/0001-40
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 33.920,00

Extrato do Contrato: 35/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP
CNPJ/CPF: 09.200.303/0001-22
Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar
Valor Global: R\$ 115.697,56

Extrato do Contrato: 36/2015/FMAS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 07/2014/FMAS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMAS
Contratado: ANTONIO VOLPATO - EPP
CNPJ/CPF: 85.288.082/0001-74
Objeto: fornecimento parcelado de cesta básica.
Valor Global: R\$ 51.434,50

Extrato do Contrato: 37/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 106/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.315.593/0001-00
Objeto: fornecimento parcelado material de expediente
Valor Global: R\$ 95.468,57

Extrato do Contrato: 38/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 106/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ELMO PAPELARIA LTDA EPP
CNPJ/CPF: 03.999.762/0001-31
Objeto: fornecimento parcelado material de expediente
Valor Global: R\$ 97.540,63

Extrato do Contrato: 39/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 106/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP

CNPJ/CPF: 03.925.659/0001-47
Objeto: fornecimento parcelado material de expediente
Valor Global: R\$ 19.259,79

Extrato do Contrato: 40/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 47/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: LABOR-PRÓ PROTESE DENTARIA LTDA-ME
CNPJ/CPF: 17.864.478/0001-16
Objeto: fornecimento parcelado de próteses dentárias
Valor Global: R\$ 86.250,00

Extrato do Contrato: 41/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 107/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: SIARON MARCON ME
CNPJ/CPF: 05.534.658/0001-05
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 2.256,39

Extrato do Contrato: 42/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 107/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DISTRIMEL - MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 03.317.788/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 165.477,92

Extrato do Contrato: 43/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 107/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ARMANDO LUCCA EPP
CNPJ/CPF: 10.428.739/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 1.359,60

Extrato do Contrato: 44/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 108/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ/CPF: 80.954.555/0001-01
Objeto: fornecimento parcelado de lubrificantes
Valor Global: R\$ 59.006,40

Extrato do Contrato: 45/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 108/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ/CPF: 01.104.642/0001-01
Objeto: fornecimento parcelado de lubrificantes
Valor Global: R\$ 57.639,00

Extrato do Contrato: 46/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 110/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: SIARON MARCON ME
CNPJ/CPF: 05.534.658/0001-05
Objeto: fornecimento parcelado material para pintura
Valor Global: R\$ 58.142,29

Extrato do Contrato: 47/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 49/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: WZ MULTIESPORTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.937.057/0001-23
Objeto: fornecimento parcelado camisetas para campanhas da Secretaria de Saúde.
Valor Global: R\$ 19.040,00

Extrato do Contrato: 48/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 109/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP
CNPJ/CPF: 14.320.587/0001-20
Objeto: fornecimento parcelado pneus novos
Valor Global: R\$ 106.765,84

Extrato do Contrato: 49/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 109/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ/CPF: 93.894.954/0005-08
Objeto: fornecimento parcelado pneus novos
Valor Global: R\$ 13.700,00

Extrato do Contrato: 50/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 109/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
CNPJ/CPF: 06.889.977/0001-98
Objeto: fornecimento parcelado pneus novos
Valor Global: R\$ 58.294,00

Extrato do Contrato: 51/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 109/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.888.040/0009-80
Objeto: fornecimento parcelado pneus novos
Valor Global: R\$ 16.328,00

Extrato do Contrato: 52/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 109/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ/CPF: 88.197.330/0001-60
Objeto: fornecimento parcelado pneus novos
Valor Global: R\$ 800,00

Extrato do Contrato: 53/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 51/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: OLIMED MAT. HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 03.033.589/0001-12
Objeto: fornecimento parcelado material odontológico
Valor Global: R\$ 29.169,55

Extrato do Contrato: 54/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 51/2014/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ/CPF: 02.477.571/0001-47
Objeto: fornecimento parcelado material odontológico
Valor Global: R\$ 55.136,11

Extrato do Contrato: 55/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 51/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.989.294/0001-87
Objeto: fornecimento parcelado material odontológico
Valor Global: R\$ 26.268,36

Extrato do Contrato: 56/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 51/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: MF DE ALMEIDA CIA E LTDA
CNPJ/CPF: 05.021.932/0001-34
Objeto: fornecimento parcelado material odontológico
Valor Global: R\$ 2.940,25

Extrato do Contrato: 57/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 51/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA
CNPJ/CPF: 09.200.303.0001-22
Objeto: fornecimento parcelado material odontológico
Valor Global: R\$ 6.775,15

Extrato do Contrato: 58/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 112/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PRÓ-DIESEL COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/CPF: 78.863.263/0001-11
Objeto: fornecimento parcelado de peças novas e serviços de manutenção mecânica
Valor Global: R\$ 32.776,25

Extrato do Contrato: 59/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 112/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MECÂNICA MTM LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.989.243/0001-92
Objeto: fornecimento parcelado de peças novas e serviços de manutenção mecânica
Valor Global: R\$ 34.399,97

Extrato do Contrato: 60/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 112/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 04.963.556/0001-34
Objeto: fornecimento parcelado de peças novas e serviços de manutenção mecânica
Valor Global: R\$ 26.035,48

Extrato do Contrato: 61/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MERCADO GASTALDON LTDA - ME
CNPJ/CPF: 72.470.628/0001-61
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 74.081,94

Extrato do Contrato: 62/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.315.593/0001-00
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 22.569,65

Extrato do Contrato: 63/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 07.605.075/0001-45
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 29.540,96

Extrato do Contrato: 64/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 03.976.253/0001-93
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 14.673,62

Extrato do Contrato: 65/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: I.S. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 03.722.755/0003-50
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 15.933,26

Extrato do Contrato: 66/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DIFABA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.609.742/0001-20
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 40.661,00

Extrato do Contrato: 67/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 105/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CORDOVA LAUREANO & CIA LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.068.144/0001-04
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios
Valor Global: R\$ 26.606,13

Extrato do Contrato: 68/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 55/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: DROGARIA E FARMACIA SACCON LTDA ME

CNPJ/CPF: 12.068.017/0001-60
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos especiais através do guia da farmácia.
Valor Global: R\$ 23.400,00

Extrato do Contrato: 69/2014
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 115/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: JAIR FURLAN ME
CNPJ/CPF: 11.394.885/0001-77
Objeto: fornecimento parcelado de material de construção.
Valor Global: R\$ 72.013,75

Extrato do Contrato: 70/2014
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 115/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 83.116.624/0001-04
Objeto: fornecimento parcelado de material de construção.
Valor Global: R\$ 83.321,19

Extrato do Contrato: 71/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 50/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: BENEDETA AUTO CAR LTDA ME
CNPJ/CPF: 09.486.456/0001-88
Objeto: fornecimento de peças e serviços para veículos rodoviários da Secretaria de Saúde.
Valor Global: R\$ 37.824,66

Extrato do Contrato: 72/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 50/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: RETÍFICA DE MOTORES CRICIÚMA LTDA EPP
CNPJ/CPF: 78.514.171/0001-26
Objeto: fornecimento de peças e serviços para veículos rodoviários da Secretaria de Saúde.
Valor Global: R\$ 38.276,94

Extrato do Contrato: 73/2015/FMS
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 50/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.963.556/0001-34
Objeto: fornecimento de peças e serviços para veículos rodoviários da Secretaria de Saúde.
Valor Global: R\$ 33.180,00

Extrato do Contrato: 74/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 116/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: COZICRIL COZINHA INDUSTRIAL CRICIÚMA LTDA ME
CNPJ/CPF: 02.858.451/0001-90
Objeto: fornecimento parcelado de refeições a servidores públicos municipais.
Valor Global: R\$ 285.628,66

Extrato do Contrato: 75/2015
Data de assinatura: 02/01/2015
Processo de Licitação: 117/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

ME

CNPJ/CPF: 01.961.633/0001-29

Objeto: prestação de serviços de transporte de máquinas pesadas

Valor Global: R\$ 45.150,00

Extrato do Contrato: 76/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 117/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: VIA NORTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA ME

CNPJ/CPF: 07.111.604/0001-54

Objeto: prestação de serviços de horas máquinas

Valor Global: R\$ 85.900,00

Extrato do Contrato: 77/2015/FMS

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 56/2014/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: FSC FRALDAS SECAS E CONFORTÁVEIS

CNPJ/CPF: 17.304.535/0001-59

Objeto: fornecimento de matéria prima para confecções para fraldas geriátricas

Valor Global: R\$ 13.303,90

Extrato do Contrato: 78/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CNPJ/CPF: 09.427.503/0001-12

Objeto: Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Valor Global: R\$ 6.000,00

Extrato do Contrato: 79/2015

Data de assinatura: 02/01/2015

Processo de Licitação: 89/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ/CPF: 07.890.398/0001-28

Objeto: serviços de fiscalização de obras de pavimentação em Urussanga/SC.

Valor Global: R\$ 31.500,00

Vargem Bonita

PREFEITURA

CONTRATO N.156/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2014

OBJETO: Prestação de serviços - fornecimento de acesso a internet para o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CONTRATADO: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 23/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

CONTRATO N.157/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2014

OBJETO: Prestação de serviços - Fornecimento de acesso à internet para o Centro de Educação Infantil Primeiros Passos.

CONTRATADO: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 23/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

CONTRATO N.158/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2014

OBJETO: Prestação de serviços - Fornecimento de acesso a internet (1 mega link dedicado com IP fixo) para o Posto de Saúde de Vargem Bonita.

CONTRATADO: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 23/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

CONTRATO N.160/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2014

OBJETO: Prestação de serviços - Fornecimento de acesso a internet para o Posto de Saúde de Campina da Alegria - Vargem Bonita - SC.

CONTRATADO: MILENIUM COMÉRCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

DATA DO CONTRATO: 23/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

CONTRATO N.161/2014

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2014

OBJETO: Prestação de serviços - Fornecimento de acesso à internet para a Creche "Pingo de Ouro" de Campina da Alegria - Vargem Bonita - SC.

CONTRATADO: MILENIUM COMÉRCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

DATA DO CONTRATO: 23/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015

DECRETO N.105/2014

DECRETO Nº 105/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - A Comissão permanente de LICITAÇÕES para o exercício de 2015, será constituída pelos seguintes servidores:

Luiz Fernando Barbosa de Oliveira Presidente

Janaine Antunes de Oliveira Membro

Silvana Aparecida Schessohof Membro

Simara Inês Gazzoni Bittencourt Membro

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2015.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 29 de dezembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 30/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.106/2014

DECRETO Nº 106/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados PREGOEIROS para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2015, os seguintes servidores:

I - Janaine Antunes de Oliveira Titular

II - Simara Inês Gazzoni Bittencourt Suplente

Artigo 2º - Fica designada a Equipe de Apoio para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2015, os seguintes servidores:

I - Silvana Aparecida Schessohof

II - Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

III - Ederson Paulo Correa

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2015.

Vargem Bonita, 29 de dezembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 30/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 307/2014

PORTARIA N. 307/2014

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "PRISCILA FABIOLA RHEINHEIMER ZENATTI DA COSTA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/11/1990, inscrita no CPF n. 073.031.709-95, carteira de identidade n. 5.780.519, título eleitoral n. 051929290957, para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR" de Ensino Infantil, atuando na Centro de Educação Infantil Primeiros Passos Professora Terezinha Bertucci Rotta, nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 308/2014

PORTARIA N. 308/2014

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de

junho de 2014,

Considerando a Resolução/Edital nº 01/2014 de 27 de agosto de 2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "ELIANA BEATRIZ MIOTTO", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 18/03/1970, inscrita no CPF n. 899.495.109-10, carteira de identidade n. 11/R 2.818.918, título eleitoral n. 024149010922, para em caráter temporário e de acordo com a Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de junho de 2014, exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" - 40 horas no setor de Assistência Social, com vencimentos de lei a partir desta data até 08 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 309/2014

PORTARIA N. 309/2014

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de junho de 2014,

Considerando a Resolução/Edital nº 01/2014 de 27 de agosto de 2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "MONIZETE LETÍCIA ROCHA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 08/07/1983, inscrita no CPF n. 044.764.409-24, carteira de identidade n. 4.434.631-0, título eleitoral n. 036980780914, para em caráter temporário e de acordo com a Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de junho de 2014, exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" - 40 horas no setor de Assistência Social, com vencimentos de lei a partir desta data até 08 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 310/2014

PORTARIA N. 310/2014

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de junho de 2014,

Considerando a Resolução/Edital nº 01/2014 de 27 de agosto de 2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "LUCIMAR MARIANO DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 20/06/1978, inscrita no CPF n. 039.763.759-42, carteira de identidade n. 4.055.255, título eleitoral n. 041889060914, para em caráter temporário e de acordo com a Lei Complementar n. 099/2014 de 10 de junho de 2014, exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" - 40 horas no setor de Assistência Social, com vencimentos de lei a partir desta data até 08 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 19 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 311/2014

PORTARIA N. 311/2014

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Dezembro de 2014, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
685	Adair Ribas	01/03/12 à 28/02/13	01/12/14 à 30/12/14
1080	Ademar dos Santos	01/08/13 à 31/07/14	01/12/14 à 30/12/14
1148	Adriana Aparecida Gabrieli	01/08/11 à 31/07/12	01/12/14 à 30/12/14
29	Antoninho dos Santos	01/08/12 à 31/07/13	01/12/14 à 24/12/14
782	Cátia Regina Haeberle	01/07/11 à 30/06/12	01/12/14 à 30/12/14
1416	Cintia Dal Berto	01/06/12 à 31/05/13	01/12/14 à 30/12/14
1342	Clovanir da Rosa	12/05/11 à 11/05/12	01/12/14 à 30/12/14

1056	Daniela Aparecida Morais	03/07/12 à 02/07/13	01/12/14 à 30/12/14
1365	Eduardo Roberto Korner Romani	19/08/12 à 18/08/13	01/12/14 à 30/12/14
1338	Gilmar Kuster de Ca- margo	10/05/13 à 09/05/14	01/12/14 à 30/12/14
1333	Ivanilto Basilio	02/05/13 à 01/05/14	01/12/14 à 30/12/14
1346	Jorge Luiz Correa	01/06/12 à 31/05/13	01/12/14 à 30/12/14
1449	Lenir Radavelli	03/01/13 à 02/01/14	01/12/14 à 24 /12/14
1431	Maria dos Santos Martins	12/11/13 à 11/11/14	01/12/14 à 30/12/14
104	Rosani Terezinha Bitten- court	15/05/12 à 14/05/13	01/12/14 à 30/12/14
1168	Valter Spader	04/01/13 à 03/01/14	01/12/14 à 30/12/14
768	Velci de Souza Chinato	18/02/13 à 17/02/14	01/12/14 à 30/12/14
409	Volnei Antônio da Silva Pereira	02/02/13 à 01/02/14	01/12/14 à 30/12/14

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 312/2014

PORTARIA N. 312/2014

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor "ADAI R SPADER", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 01/05/1958, portador do CPF n. 423.438.609-04, carteira de identidade n. 11/R 4.216.387, título eleitoral n. 033141030973, ocupante do cargo efetivo de "ENGENHEIRO AGRONOMO", nível 31, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 41 (quarenta e um) dias consecutivos, a contar de 01 de Dezembro de 2014 a 10 de Janeiro de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de: 04 de Abril de 2009 à 03 de Abril de 2014.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 313/2014

PORTARIA N. 313/2014

"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 03 de Dezembro de 2014 a 31 de Janeiro de 2015 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "ELISANGELA VIRME DE ABREU", inscrita no CPF n. 004.127.079-77, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 314/2014

PORTARIA N. 314/2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "JUSSIMAR DOS SANTOS", brasileiro, convivente, residente neste município, nascido em 24/02/1990, inscrito no CPF n. 071.722.279-99, carteira de identidade n. 6.025.029, título eleitoral n. 049911660906, ocupante do cargo efetivo de "SERVENTE", nível I, classe/referência "A", nomeado através da portaria n. 240/2014 de 07 de Abril de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Dezembro de 2014

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 315/2014

PORTARIA N. 315/2014

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "CRISTIANI FAZONI FERREIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 15/09/1979, inscrita no CPF n. 025.671.069-44, carteira de identidade n. 3.808.120, título eleitoral n. 033157650906, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "PROFESSOR" - 20 horas, nível III, classe/referência "A", através da portaria n. 214/2014 de 11 de Fevereiro de 2014 a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 19 de Dezembro de 2014

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 316/2014

PORTARIA N. 316/2014

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "GIOVANI CAVALHEIRO", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 10/04/1994, inscrito no CPF n. 096.731.079-20, carteira de identidade n. 6.438.366, título eleitoral n. 053352470957, contratado em caráter temporário para exercer o cargo de "PROFESSOR DE INGLÊS" - 20 horas, nível III, classe/referência "A", através da portaria n. 287/2014 de 14 de Agosto de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 317/2014

PORTARIA N. 317/2014

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "PRISCILA FABIOLA RHEINHEIMER ZENATTI DA COSTA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/11/1990, inscrita no CPF n. 073.031.709-95, carteira de identidade n. 5.780.519, título eleitoral n. 051929290957, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR" nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 307/2014 de 18 de Novembro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 30 de Dezembro 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

EXTRATOS ADITIVOS PREFEITURA

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 10/2014 AO CONTRATO Nº. 23/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2013

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONTAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SETOR DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO. O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS CONSERVATOS

MUDANÇA DE DOTAÇÃO

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 11/2014 AO CONTRATO Nº. 20/2012

TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2012

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 151,04 (Cento e cinquenta e um reais e quatro centavos). Por Tonelada.

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 12/2014 AO CONTRATO Nº. 12/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2013

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MECÂNICO

VALOR DA DESPESA: R\$ 28,75 (Vinte e oito reais e setenta e cinco centavos). Por hora trabalhada.

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 13/2014 AO CONTRATO Nº. 16/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2013

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: RADIO ITUPORANGA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.693,36 (Vinte e um mil seiscentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos). Pagos em parcelas mensais de R\$ 1.807,78 (Mil e oitocentos e sete reais e setenta e oito centavos).

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 14/2014 AO CONTRATO Nº. 24/2014

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SISTEMA DE CONTAS PÚBLICAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.727,44 (Três mil setecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos). Pagos em parcelas mensais de R\$ 310,62 (Trezentos e de reais e sessenta e dois centavos.)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 15/2014 AO CONTRATO Nº. 25/2012

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.652,32 (Três mil seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos) Pagos em parcelas mensais de R\$ 304,76 (Trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos.)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 16/2014 AO CONTRATO Nº. 26/2012

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.813,16 (Dois mil oitocentos e treze reais e dezesseis centavos) Pagos em parcelas mensais de R\$ 234,43 (Duzentos e trinta e quatro e quarenta e três centavos.)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 17/2014 AO CONTRATO Nº. 58/2013

ASSINATURA: 31/12/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) Pagos em parcelas mensais de R\$ 200,00 (Duzentos reais)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 18/2014 AO CONTRATO Nº. 2014.12.06.0001
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
OBJETO: LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.953,80(Cinco mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) Pagos em parcelas mensais de R\$ 496,15(Quatrocentos e noventa e seis reais e quinze centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 19/2014 AO CONTRATO Nº. 09/2013
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: QUARK ENGENHARIA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 20/2014 AO CONTRATO Nº. 11/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2013
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: EMERSON DA SILVA ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARTE ELETRICA VEÍCULOS DA FROTA
VALOR DA DESPESA:

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONTRATO Nº. 03/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL NA SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.199,68(Três mil cento e noventa e nove e sessenta e seis centavos) Pagos em parcelas mensais de R\$ 266,64(Duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos.)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 02/2014 AO CONTRATO Nº. 08/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2013
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA VEÍCULOS SAÚDE

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 03/2014 AO CONTRATO Nº. 06/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS VEÍCULOS SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 28,75(Vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) Por horas trabalhadas.

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 04/2014 AO CONTRATO Nº. 06/2014
TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2014
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SISTEMA DE CONSELHOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00(Dois mil e quatrocentos reais) Pagos em parcelas de 200,00(Duzentos reais)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 05/2014 AO CONTRATO Nº. 07/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: EMERSON DA SILVA ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARTE ELETRICA VEÍCULOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR DA DESPESA:

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONTRATO Nº. 01/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,56(Mil centos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos) Pagos em parcelas mensais de R\$ 99,63(Noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 02/2014 AO CONTRATO Nº. 01/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,56(Mil centos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Pagos em parcela mensais de R\$ 99,63 (Noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONTRATO Nº. 03/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,56(Mil centos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Pagos em parcela mensais de R\$ 99,63 (Noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONTRATO Nº. 01/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,56(Mil centos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Pagos em parcela mensais de R\$ 99,63 (Noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 01/2014 AO CONTRATO Nº. 01/2012
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2012
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTROLE DE SISTEMA PATRIMONIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,56(Mil centos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Pagos em parcela mensais de R\$ 99,63 (Noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO
ADITIVO Nº. 02/2014 AO CONTRATO Nº. 05/2014
TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2014
ASSINATURA: 31/12/2014
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00(Dois mil e quatrocentos reais) Pagos em parcelas mensais de R\$ 200,00(Duzentos reais)

Vidal Ramos, 31 de dezembro de 2014.
LAÉRCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2014 - GENEROS ALIMENTÍCIOS MERENDA ESCOLAR

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR A SER DISTRIBUÍDO PELO LICITANTE VENCEDOR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. A ser utilizado no transcurso do segundo semestre do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega semanal de acordo com o consumo, mediante requisição do setor competente.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 101/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 20 de janeiro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 08:30 hrs do dia 20 de janeiro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 30 de dezembro de 2014.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 171/2014

Aditivo nº 171/2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 65/2011

Licitação: CC 05/2010

Contratada: PELA ESPORTES LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 25 de fevereiro de 2016, conforme parecer jurídico favorável autorizado pelo Prefeito Municipal.

Data: 30/12/2014

EXTRATO ADITIVO Nº 172/2014

Aditivo nº 172/2014

Contrato/Ata nº: CT 175/2013

Processo: PR 96/2013 - PMV

Fornecedor: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 e aumentar a quantidade de quilometragem, conforme estabelece o item 1.7 da Cláusula 1ª do contrato, nos termos do pedido da Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 205.153,34

Data: 30/12/2014.

EXTRATO ADITIVO Nº 173/2014

Aditivo nº 173/2014

Contrato/Ata nº: CT 192/2013

Processo: PR 95/2013 - PMV

Fornecedor: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 e aumentar a quantidade de quilometragem, conforme estabelece o item 1.7 da Cláusula 1ª do contrato, nos termos do pedido da Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 885.100,63

Data: 29/12/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2014

Ata de Registro de Preços nº: 243/2014

Data de Assinatura: 17.12.2014

Fornecedor....: Clínica Veterinária Amor Animal Eirele ME

Valor : R\$ 41.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 62/2014-FMS

Vigência : Início: 17.12.2014 Término: 17.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 246/2014

Contrato nº: 246/2014

Data de Assinatura: 16.12.2014

Fornecedor....: Viga Pavimentação e Obras Ltda.

Valor : R\$ 793.261,88

Licitação : Tomada de Preço nº 16/2014 - PMV

Vigência : Início: 16.12.2014 Término: 16.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO E ALARGAMENTO PARA ACOSTAMENTO COM C.A.U.Q EM PARTE DA RUA LUIZ VIECELI-SANTA GEMA- CETREVI, CONFORME PROJETO EXECUTIVO INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 247/2014

Contrato nº: 247/2014

Data de Assinatura: 16.12.2014

Fornecedor....: Mecânica Zago SB Ltda

Valor : R\$ 7.600,00

Licitação : Pregão Presencial nº 63/2014 - FMS

Vigência : Início: 16.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MFO 0386, FROTA 157 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 248/2014

Contrato nº: 248/2014

Data de Assinatura: 17.12.2014

Fornecedor....: Dallarosa Distribuidora de Brindes Ltda ME

Valor : R\$ 2.200,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2014 - FMAS

Vigência : Início: 17.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CRAS, CREAS, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IDOSOS.

EXTRATO CONTRATO Nº 249/2014

Contrato nº: 249/2014

Data de Assinatura: 17.12.2014

Fornecedor....: Andrea Cristina Schuckes Bomm ME

Valor : R\$ 7.750,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2014 - FMAS

Vigência : Início: 17.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CRAS, CREAS, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IDOSOS.

EXTRATO CONTRATO Nº 250/2014

Contrato nº: 250/2014

Data de Assinatura: 17.12.2014

Fornecedor....: Alsemir Luiz Wilhelms ME

Valor : R\$ 2.960,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2014 - FMAS

Vigência : Início: 17.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CRAS, CREAS, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IDOSOS

EXTRATO CONTRATO Nº 251/2014

Contrato nº: 251/2014

Data de Assinatura: 17.12.2014

Fornecedor....: K13 Confecções Ltda

Valor : R\$ 15.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2014 - FMAS

Vigência : Início: 17.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CRAS, CREAS, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IDOSOS

EXTRATO CONTRATO Nº 252/2014

Contrato nº: 252/2014

Data de Assinatura: 22.12.2014

Fornecedor....: Color Black Reciclagem de Cartuchos de tinta e Toner Ltda ME

Valor : R\$ 12.848,00

Licitação : Pregão Presencial nº 162/2014 - PMV

Vigência : Início: 22.12.2014 Término: 31.12.2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 253/2014

Contrato nº: 253/2014

Data de Assinatura: 22.12.2014

Fornecedor....: Color Black Reciclagem de Cartuchos de tinta e Toner Ltda ME

Valor : R\$ 6.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 162/2014 - PMV

Vigência : Início: 22.12.2014 Término: 21.12.2015

Objeto : LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA PARA USO NO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 254/2014

Contrato nº: 254/2014

Data de Assinatura: 23.12.2014

Fornecedor....: Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARI-NA

Valor : R\$ 47.000,00

Licitação : -

Vigência : Início: 23.12.2014 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATO DE DELEGACÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA.

EXTRATO CONTRATO Nº 255/2014

Contrato nº: 255/2014

Data de Assinatura: 23.12.2014

Fornecedor....: Ademir Luiz Bogoni EPP

Valor : R\$ 598.349,06

Licitação : Tomada de Preço nº 17/2014-PMV

Vigência : Início: 23.12.2014 Término: 23.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA CRECHE/ESCOLA INFANTIL PROINFÂNCIA TIPO C NO BAIRRO SESI, ATRAVÉS DE CONVÊNIO Nº 700074/2011 FNDE-FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 256/2014

Contrato nº: 256/2014

Data de Assinatura: 23.12.2014

Fornecedor....: Ademir Luiz Bogoni EPP

Valor : R\$ 109.066,10

Licitação : Tomada de Preço nº 18/2014-PMV

Vigência : Início: 23.12.2014 Término: 23.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA. LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 016/14

Extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 016/14

CONVENIENTE: Município de Videira através do Fundo Municipal de Assistência Social

CNPJ: 83.039.842/0002-65

CONVENIADO: Instituto de Ensino e Assistência Social - Hospital Salvatoriano Divino Salvador

CNPJ: 86.552.809/0003-03

OBJETO: O inciso I da Cláusula Terceira do Convênio nº 016/14, passa a ter a seguinte redação: "I - Comprovar no mínimo 60 (sessenta) cirurgias eletivas ao mês, aos cidadãos atendidos pelo SUS, conforme contratualizado com a Secretaria de Estado da Saúde"; PREVISÃO LEGAL: Lei Municipal nº 3.182/2014, e Ata da Reunião realizada na data de dezembro de 2014.

JUSTIFICATIVA: da Reunião realizada na data de dezembro de 2014.

VALOR: Repassar até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no mês de dezembro de 2014; e até o valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), sendo parcelas mensais de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais, a partir do mês de janeiro de 2015, aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio 016/2014.

VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de 17/12/2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PR 51/2014-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 12/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014

PROCESSO Nº 63/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/12/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.197,50 (dezenove mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.691,00 (treze mil seiscentos e noventa e um reais)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.653,65 (três mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA

LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.265,75 (dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.144,10 (um mil cento e quarenta e quatro reais e dez centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.137,90 (vinte e um mil cento e trinta e sete reais e noventa centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais)

HOMOLOGAÇÃO TP 17/2014-PMV

O Município de Videira no mês 12/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 17/2014

PROCESSO Nº 188/2014

HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA CRECHE/ESCOLA INFANTIL PROINFÂNCIA TIPO C NO BAIRRO SESI, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 700074/2011 FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INCUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: ADEMIR LUIZ BOGONI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 598.349,06 (quinhentos e noventa e oito mil trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos)

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 008/2014 AO CONTRATO 17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo nº 008/2014

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue: Termo Aditivo 008/2013 ao contrato nº 17/2012

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 17/2012, para locação de sistema de contabilidade pública, folha de pagamento, suporte técnico e locação do sistema ponto eletrônico, por mais (12) doze meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31/12/2015.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

ASSINATURA: 31/12/2014.

Videira, 31 de Dezembro de 2014.

LOURENÇO BECKER

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2014, QUE SE REALIZA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA BERKIMAU INFORMÁTICA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, inscrita no CNPJ sob nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. LOURIVAL LUNELLI.

CONTRATADA: BERKIMAU INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ SOB nº 03.263.965/0001-65, neste ato representado pelo seu Diretor Antonio Carlos Frenzel dos Santos, portador do CPF Nº 736.088.829-87 doravante denominado "Contratado", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância mensal de R\$ 395,01 (Trezentos e Noventa e Cinco Reais e Um Centavo).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir de 01/01/2015 a 31/12/2015, podendo ser renovado por mais 12 (doze) meses, por interesse das partes, (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Nº 8.883, de 08 de junho de 1994).

As Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Vitor Meireles/SC, em 19 de Dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

BERKIMAU INFORMÁTICA

Testemunhas:

JAIR WIPPEL

CPF: 652.697.059-15

CLAUDINEI FELICIANO

CPF - 042.800.449-02

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 14/2014 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, com sede na Rua Santa Catarina, Bairro Centro, nº 2.266, neste ato representado pelo Sr. LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal, inscrito sob C.P.F. nº 538.792.609-15, e R.G. nº 1.228.128-0, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, bairro Sabugueiro, nº 66, cidade de Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP, com sede na Rua Quinze de Novembro, nº 871, cidade de Rio do Sul/SC, com CNPJ

sob nº 17.861.039/0001-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. MAURINO STÜPP, inscrito sob C.P.F. nº 162.961.769-53, e R.G. sob nº 7R 432649 SSP/SC residente e domiciliado na Rua Expedicionário Nardelli, nº 214, Centro, cidade de Rio do Sul/SC, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SÉTIMA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2015: 07.01.15.452.017.2035.3.3.90.00.00

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura deste, que foi no dia 23/12/2014, tendo fim de vigência até o dia 07/04/2015.

8.1.1. O contrato poderá ser prorrogado, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas do Termo de Contrato 14/2014, permanecem inalteradas:

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 23 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
LOURIVAL LUNELLI
Contratante

CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP
MAURINO STÜPP
Contratada

Testemunhas:

NOME: SANDRO LUNELLI
CPF: 064.162.869-20

NOME: CLAUDINEI FELICIANO
CPF: 042.800.449-02

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2011 DE DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES, QUE SE REALIZA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, inscrita no CNPJ sob nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. LOURIVAL LUNELLI.

CONTRATADA: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Joaquim Zucco, nº 200, Bairro Nova Brasília na cidade de Brusque (SC), inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-02, por seus representantes legais infra firmados.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PAGAMENTOS

Pela prestação de serviço, a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor obtido através da multiplicação da pesagem total mensal da quantidade depositada, pelo valor de R\$ 133,25 (cento e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), equivalente à tonelada depositada.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente através de boleto bancário, com vencimento no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, posterior ao da prestação do serviço. Caso o pagamento não seja efetuado até o vencimento, incidirão juros de mercado pelo período de atraso, e multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Segundo: A pesagem do resíduo depositado será realizada na balança existente no aterro da CONTRATADA, na presença do motorista/ preposto da CONTRATANTE, que receberá o ticket da correspondência pesagem.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigorar a partir de 01/01/2015, com duração até 31 de dezembro de 2015.

As Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Vitor Meireles/SC, em 23 de Dezembro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

Testemunhas:

JAIR WIPPEL
CPF: 652.697.059-15

CLAUDINEI FELICIANO
CPF - 042.800.449-02

DECRETO N.º 080/2014

DECRETO n.º 080/2014

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19/11/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Educação 25% R\$ 20.593,83

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 30 de Dezembro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 079/2014

DECRETO DE N.º 079/2014

FIXA PONTO FACULTATIVO

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas municipais nos dias relacionados abaixo:

16/02/2015: decorrente das comemorações do Carnaval

17/02/2015: decorrente das comemorações do Carnaval

20/04/2015: decorrente do feriado de Tiradentes

05/06/2015: decorrente do feriado de Corpus Christi

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 30 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2014

Extrato do Contrato Nº. 044/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA EP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA TIPO PRANCHA COM 7,20 METROS DE COMPRIMENTO, PARA MONTAGEM SOBRE, CAMINHÃO PLACA MKM 5341.

PRAZO VIGÊNCIA 23/12/2014 a 23/12/2015

VALOR: R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais).

Vitor Meireles - SC, 23 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 246/2014

PORTARIANº 246/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: MAFALDA BARCELOS

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de

Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 247/2014

PORTARIANº 247/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: CLEIDE MAIBERG WIPPEL

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 248/2014

PORTARIANº 248/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: ELAINE CRISTINA BENINCA

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 249/2014

PORTARIANº 249/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: PATRICIA HOBOLD ZALASKO

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 250/2014

PORTARIANº 250/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: GRACIELI MONDINI

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 LISTA DE CLASSIFICAÇÃO - PRELIMINAR

ENFERMEIRO									
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GERAIS	MAT. RAC. LOG.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
1	VAGNER RODRIGO GROLLE	1,60	1,60	1,60	4,00	8,80	8,80	APROVADO(A)	1º
17	DÉBORA CRISTINA LUNARDI	2,00	1,60	0,80	3,20	7,60	7,60	APROVADO(A)	2º
46	DIEGO POZZER	2,00	1,60	0,40	2,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	3º
56	JILCIANE FATIMA FERRAZZO	2,00	0,80	0,80	2,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	4º
31	LODOVICO PALUDO	2,00	0,40	2,00	2,00	6,40	6,40	APROVADO(A)	5º
47	JULIANA PEGORINI FORALOSO	1,20	0,80	0,80	3,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º
3	RAQUEL PELISSARI	2,00	0,40	0,80	2,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	7º
21	JUCIMARI DÁVILA BASEI	1,60	1,60	0,40	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	8º
14	ANGÉLICA PAULA PARAVISI	1,60	1,60	0,40	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	9º
67	NATANIELE MORETTO	1,60	0,80	0,80	2,40	5,60	5,60	APROVADO(A)	10º
37	JÉSSICA PAULA DREON	1,60	1,20	0,80	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	11º
62	JANETE ALESSI	1,20	1,20	1,20	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	12º
35	KAUIARA POSSAMAI	2,00	1,20	1,20	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	13º
41	ROSANE APARECIDA GONÇALVES LINS RIBEIRO	2,00	1,60	1,20	0,80	5,60	5,60	APROVADO(A)	14º
42	JÉSSICA MAYARA CARDOSO	2,00	0,40	0,40	2,00	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--
53	CRISTIANE CASAROTTO	2,00	0,40	0,40	2,00	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--
63	MARCOS GABRIEL BIELUCZYK	1,20	1,20	0,00	2,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
19	JÉSSICA LUANA WRONSKI	2,00	0,40	0,40	1,60	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
2	CAMILA ALESSANDRA ANASTÁCIO	1,60	0,40	0,80	1,60	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
48	APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA	1,60	1,20	0,00	1,60	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
16	TAIZA DAL PIAN	1,60	0,80	0,80	1,20	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
80	RAQUEL GRACIANI	1,60	1,60	0,40	0,80	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
74	WANESSA FRITSCH	1,20	0,80	0,80	1,20	4,00	4,00	REPROVADO(A)	--

FARMACÊUTICO									
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GERAIS	MAT. RAC. LOG.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
25	BRUNA ALEXSANDRA RIGO	2,00	1,60	0,80	4,00	8,40	8,40	APROVADO(A)	1º
24	LIDIANE CAROLINE ZENARO	2,00	1,20	1,20	3,60	8,00	8,00	APROVADO(A)	2º
52	TAÍSA ALICE CASSOL	2,00	1,20	1,20	3,20	7,60	7,60	APROVADO(A)	3º
28	RAJAN TECHIO DE ARAUJO	1,60	1,60	0,80	3,20	7,20	7,20	APROVADO(A)	4º
45	ALESSANDRA GABRIELE NIEDERLE	2,00	1,60	0,80	2,80	7,20	7,20	APROVADO(A)	5º
64	MAIARA CRISTINA CAUS	2,00	1,60	0,00	3,20	6,80	6,80	APROVADO(A)	6º
13	DANIELA CRISTINA SENHOR	1,60	0,40	1,20	3,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	7º
18	ELIETE FERREIRA FASSBINDER	1,60	1,20	1,20	2,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	8º
77	NAIARA TONELLO	1,20	1,20	0,80	2,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	9º
40	LUCIANA MAGRI	2,00	0,80	1,20	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	10º
73	GREICE REGINA BAROTTO	1,60	0,40	0,40	2,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--
58	CLAUDIA SENDROSKI HUBNER	1,20	1,20	0,00	2,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--
32	PATRICIA LAZARIN	1,60	0,80	0,80	1,20	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--

FISIOTERAPEUTA										
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GERAIS	MAT. RAC. LOG.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	
11	FLÁVIA LETÍCIA ZANCANARO MINELLA	2,00	1,20	1,60	3,20	8,00	8,00	APROVADO(A)	1º	
27	VALTERSON PINHEIRO	2,00	0,80	1,60	3,20	7,60	7,60	APROVADO(A)	2º	
34	CAEMILE MARIA VALMORBIDA	2,00	2,00	0,80	2,40	7,20	7,20	APROVADO(A)	3º	
60	ANA PAULA CANTELE	1,60	1,60	2,00	2,00	7,20	7,20	APROVADO(A)	4º	
72	MAKELE JANAÍNA DA SILVA SEGUNDO	1,20	1,20	0,80	3,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	5º	
5	ANGÉLICA GRIS	2,00	1,20	0,40	2,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	6º	
6	ANAJARA BORGES	1,20	1,20	1,20	2,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	7º	
20	GLAUCIA DANIELE HOFF	1,20	1,20	0,80	2,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	8º	
4	MARIELLE ROSSI	2,00	1,60	0,80	1,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	9º	
7	ANDRESSA ALVES CAVALEIRO	2,00	1,60	0,80	1,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	10º	
81	JOAO LUIZ ZATTA	1,20	1,60	0,80	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	11º	
65	ANDREIA KOSERSKI	2,00	1,20	0,80	1,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	12º	
54	CAROLINE RECH	1,20	1,20	0,80	2,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	13º	
78	JULIE BRUSAMARELLO	1,60	1,20	1,20	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	14º	
59	GILCIMARA FERRAZZO	1,20	0,80	0,40	2,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--	
44	AMANDA CAROLINA BARBOSA	2,00	1,20	0,00	1,60	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--	
76	CAROLINE VEIGA SILVA	1,60	0,80	0,00	2,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--	

OPERADOR DE MÁQUINAS – OPERADOR DE MÁQUINA PARA RETROESCAVADEIRA										
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GERAIS	MAT. RAC. LOG.	ESP.	T.P.O.	Prática	Média	Situação	Class.
71	ADINILSON EVERTON VORTMANN	1,20	0,80	1,20	2,80	6,00	9,20	7,60	APROVADO(A)	1º
39	RODRIGO CARLESSO	0,40	1,20	1,20	2,40	5,20	8,70	6,95	APROVADO(A)	2º
51	GILVIAN GARBINI	1,20	0,40	1,60	3,60	6,80	5,50	6,15	APROVADO(A)	3º
29	IVINO BERGAMIN	0,80	1,20	1,20	2,80	6,00	5,80	5,90	APROVADO(A)	4º
23	VALMIR DE OLIVEIRA	0,00	0,40	0,80	1,20	2,40	4,90	3,65	REPROVADO(A)	--

OPERADOR DE MÁQUINAS – OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS										
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GE-RAIS	MAT. RAC. LOG.	ESP.	T.P.O.	Prática	Média	Situação	Class.
61	ODAIR DE SOUZA	1,60	0,40	1,20	3,60	6,80	8,40	7,60	APROVADO(A)	1º
75	LEODIR DOS SANTOS	0,80	0,40	0,40	1,20	2,80	9,60	6,20	APROVADO(A)	2º
68	ÉMERSON LUIS MARQUEVIX	0,80	1,20	0,80	2,80	5,60	5,20	5,40	APROVADO(A)	--

Xavantina - SC, 29 de Dezembro de 2014.

CR 06/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº. 06/2014 PMXV

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços para Produção de Silagem e Distribuição de Dejetos Líquidos, conforme Item 2 e Anexo "B" do Edital.

Forma do Credenciamento: Presencial.

Recebimento das propostas: Das 07:45 horas do dia 05/01/2015 às 16:00 horas do dia 20/01/2015.

O Edital estará à disposição dos interessados no setor de compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 31 de dezembro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

GABARITO DEFINITIVO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Nº	Enfermeiro	Farmacêutico	Fisioterapeuta	Operador de Máquinas Retroescavadeira	Operador de máquinas Trator de Pneus
1	1.A	1.A	1.A	1.B	1.B
2	2.B	2.B	2.B	2.D	2.D
3	3.D	3.D	3.D	3.C	3.C
4	4.C	4.C	4.C	4.B	4.B
5	5.B	5.B	5.B	5.B	5.B
6	6.B	6.B	6.B	6.B	6.B
7	7.D	7.D	7.D	7.C	7.C
8	8.C	8.C	8.C	8.C	8.C
9	9.A	9.A	9.A	9.A	9.A
10	10.B	10.B	10.B	10.B	10.B
11	11.D	11.D	11.D	11.D	11.D
12	12.C	12.C	12.C	12.C	12.C
13	13.A	13.A	13.A	13.A	13.A
14	14.B	14.B	14.B	14.C	14.C
15	15.C	15.C	15.C	15.B	15.B
16	16.B	16.B	16.B	16.B	16.B
17	17.C	17.C	17.C	17.C	17.C
18	18.D	18.D	18.D	18.C	18.C
19	19.B	19.D	19.B	19.B	19.B
20	20.A	20.C	20.A	20.A	20.A
21	21.A	21.A	21.B	21.D	21.D
22	22.B	22.C	22.D	22.C	22.C
23	23.A	23.A	23.A	23.C	23.C
24	24.B	24.D	24.D	24.D	24.D
25	25.D	25.A	25.A	25.C	25.C

Xavantina-SC, 29 de Dezembro de 2014

JULGAMENTO DE RECURSOS (QUESTÕES, GABARITO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DE PROVA PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014)

RECURSO APRESENTADO COM RELAÇÃO A QUESTÃO DE NÚMERO 18:

A ementa apresentada para cada cargo, trás uma série de conteúdos que nortearão a elaboração das questões que serão aplicadas na avaliação de conhecimento. No caso da questão de número 18, entende esta banca, que, Legislação Municipal, em primeiro lugar contempla Lei Orgânica Municipal, e esta por sua vez, se aplica a todo o quadro de funcionários da municipalidade, traçando suas diretrizes. Percebe-se ainda que ementa não especifica qualquer outra lei, que sim, poderia então tratar exclusivamente do cargo em questão. Desta forma, mantemos a questão 18, sem sua anulação.

RECURSO APRESENTADO COM RELAÇÃO A QUESTÃO DE NÚMERO 19:

Em resposta ao recurso apresentado à questão de número 19, percebe-se que houve um equívoco por parte do(a) candidato(a), em razão de que a resposta de letra "A", que trata como correta, fala em armazenagem frigorífica, câmaras frias e freezers. Em se tratando de freezers as temperaturas são sempre negativas, por tanto indeferimos o recurso da questão 19.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2014

Associações

AMAUC

ATA ELEIÇÃO VENERÁVEL 2014 A 2015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ao oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, tendo como local a sede da Loja Inconfidência de Concórdia nº 27, sito à rua Luiz Rossetto, s/n, no bairro São Cristóvão, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, às dezenove horas e trinta minutos, em primeira convocação, reuniram-se os associados que assinaram a lista de presenças, para realização da assembleia geral extraordinária, convocada através do Edital de Convocação de dezenove do mês de novembro de dois mil e quatorze. Por acordo entre todos os presentes a assembleia foi presidida pelo senhor Eloi Amorin Aymay. Aberta a assembleia o Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e convidou o senhor Roberto Kurtz Pereira para secretariar a assembleia. De imediato passou para a Ordem do Dia. I - eleição da Diretoria para o período de 9 de dezembro de 2014 a 31 de junho de 2015. O Presidente esclareceu que devido a ausência das atas com o registro da eleição das diretorias e conselho fiscal para as gestões 2013 a 2014 e 2014 a 2015, legalmente a sociedade está sem diretoria e conselho fiscal, por isso a convocação foi feita através dos associados, nos termos do art. 12, IV do Estatuto Social. Disse que se faz necessária a eleição da diretoria e conselho fiscal para completar o atual mandato. Após as explicações o Presidente suspendeu a reunião por quinze minutos para apresentação das chapas. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o registro de apenas uma chapa que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: DIRETORIA: Presidente: Eloy Amorin Aymay - CPF nº 210.649.700-87; Vice-Presidente: Valdomiro F. S. Merlo - CPF nº 493.597.390-34; Secretário: Valdoir Luedke - CPF nº 799.771.629-72, Vice-Secretário: Roberto Kurtz Pereira - CPF nº 220.662.849-04, Tesoureiro: Nélvio Savoldi - CPF 525.935.989-49; Vice-Tesoureiro: Ronaldo Furlan - CPF nº 422.458.779-34. CONSELHO FISCAL: Titulares: 1) Antonio Carlos Hepp - CPF nº 320.823.479-15. 2) Antonio Batistella - CPF nº 020.732.509-04 3) Alaor Antonio Camillo - CPF nº 563.587.769-91. Suplentes: 1) Osmar Colpani - CPF nº 058.474.430-72 2) Valdir Silveira de Avila - CPF nº 229.747.328-53 3) Arioaldo M. Manfio - CPF nº 142.667.680-87. Em vista da existência de chapa única o Presidente propôs a eleição por aclamação, que foi aceita por todos. Em votação, por aclamação, a chapa apresentada foi eleita por unanimidade de votos. Ato contínuo, o Presidente declarou eleita e empossada a nova diretoria e conselho fiscal, para o período de 9 de dezembro de 2014 a 31 de junho de 2015. II - apreciação do relatório anual da Diretoria (mandato 01/07/2012 a 31/06/2013). O relatório de atividades foi apresentado pelo senhor Valdemiro Merlo. Após explanação o relatório de atividades foi aprovado por unanimidade. III - Homologação das contas e Balanço Geral, com parecer do Conselho Fiscal. Em vista do período de vacância da diretoria e diante da impossibilidade da movimentação bancária, o senhor Nélvio Savoldi disse que o relatório das contas com as despesas e disponibilidades financeiras da Loja serão apresentadas oportunamente para a Diretoria e encaminhadas a todos os associados. Concluída a pauta o Presidente lembrou que será necessária a regularização contábil da sociedade, mesmo com pouca movimentação, para atender a legislação em vigor, sob pena de sofrer multas. Também comunicou que serão tomadas todas as medidas para que doravante a movimentação financeira seja feita através da conta bancária. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a assembleia geral extraordinária e solicitou a mim _____, Roberto Kurtz Pereira, secretário ad doc, para lavrar a presente ata, que após lida e aprovada pelos

presentes, segue assinada pelo Presidente.

ELOI AMORIN AYMAY

Presidente - Gestão 2014/2015

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 023/2014

DELIBERAÇÃO N. 023/2014

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pelo SEMAE São José do Cedro.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções, que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 302/2014-GP de São José do Cedro, no qual requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando o PARECER TÉCNICO DR 058/2014 da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 8,1409%, com base no IPCA conforme parecer técnico da Diretoria de Regulação da ARIS;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pelo SEMAE aos usuários;
4. O SEMAE deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;

Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para a reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 15 de janeiro de 2015

Horário: 10:00 (1ª convocação) e 10:30 (2ª convocação)

Local: Sala de Eventos do Hotel Bruggemann

Rua Santos Saraiva, nº 416, Estreito - Florianópolis / SC.

ORDEM DO DIA:

- 1) Análise previa da execução do Plano de Trabalho do ano 2014;
- 2) Análise previa da execução Orçamentária referente ao ano de 2014;
- 3) Análise previa do Plano de Trabalho para o ano de 2015;
- 4) Análise previa da Programação Orçamentária para o ano de 2015;
- 5) Deliberar sobre a execução da política patrimonial e financeira da ARIS;
- 6) Assuntos gerais de interesse da ARIS.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da ARIS

Prefeito de Corupá

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2014 CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2014

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 15 de janeiro de 2015

Horário: 10:00 (1ª convocação) e 10:30 (2ª convocação)

Local: Sala de Eventos do Hotel Bruggemann

Rua Santos Saraiva, nº 416, Estreito - Florianópolis / SC.

ORDEM DO DIA:

- 1) Acompanhar a análise previa da execução do Plano de Trabalho do ano 2014;
- 2) Acompanhar a análise previa da execução Orçamentária referente ao ano de 2014;
- 3) Acompanhar a análise previa do Plano de Trabalho para o ano de 2015;
- 4) Acompanhar a análise previa da Programação Orçamentária para o ano de 2015;
- 5) Acompanhar a deliberação sobre a execução da política patrimonial e financeira da ARIS;
- 6) Acompanhar a deliberação sobre assuntos gerais de interesse da ARIS.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

Gilberto Valente Canali

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

PORTARIA Nº 008/2014

PORTARIA/Diretor-geral nº 008/2014

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, I, XI, XV e XIX do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação de Imóveis que terá por objetivo avaliar as condições técnicas/econômicas e o valor de imóveis de interesse da ARIS, destinado à sede administrativa, nos termos do procedimento administrativo nº 235/2014.

§ 1º Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes:

I - o preço praticado pelo mercado imobiliário e as condições técnicas/econômicas dos imóveis, mediante consulta em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos;

II - as normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

III - a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

IV - a finalidade e respectiva dimensão da atividade a ser desempenhada no local.

Art. 2º A comissão será composta por 03 (três) membros, sendo o Presidente o Engº Gilberto Valente Canali, e os demais membros o Engº Ricardo Martins e o Admº Luiz Aurélio Oliveira.

Art. 3º A Comissão deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação desta portaria, elaborar regulamento próprio para orientar suas atividades, bem como definir metodologia única a ser adotada para a avaliação de imóveis.

Art. 4º São atribuições da Comissão de Avaliação de Imóveis:

I - avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pela ARIS;

II- verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pela ARIS;

III- elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Diretor Geral de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem.

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, deverá constar, detalhadamente as condições técnicas/econômicas e características do imóvel.

Art. 5º A Comissão de Avaliação de Imóveis é competente para avaliar Imóveis de terceiros quando a finalidade e a destinação forem públicas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

Adir Faccio
Diretor-Geral

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2014

OBJETO: Prestação contínua de serviços de Telefonia Fixa - 0800 Fácil O.

CONTRATADO: OI S.A.

CNPJ: 76.535.764/0001-43.

ALTERAÇÃO: Cláusula Quinta - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2015, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 09/2014

OBJETO: Contratação de locação de espaço, descrito no contrato, para a promoção das atividades institucionais da ARIS, junto aos municípios consorciados da região do Alto Vale do Itajaí

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI

CNPJ: 82.762.469/0001-22

ALTERAÇÃO: Cláusula Quarta - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2015, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

CIGA

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2014

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de documentos emitidos pelo CIGA, como ofícios, contratos entre outros com ou sem AR Digital, Remessa Eletrônica - SPE, SEDEX e PAC nos âmbitos nacional e internacional.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a aquisição dos serviços postais para envio de documentos do CIGA, tendo em vista a necessidade de envio de documentos pelo Correios.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, § 1º da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CNPJ: 34.028.316/0028-23

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

VALOR: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

Florianópolis, 30 de dezembro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 444 - DOM - GASPAR

Extrato de Contrato nº 444/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Gaspar

CONTRATANTE: Município de Gaspar

CNPJ: 83.102.244/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: SAF -127/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.140,00 (um mil e cento e quarenta reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 445 - PGT - GASPAR

Extrato de Contrato nº 445/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Gaspar

CONTRATANTE: Município de Gaspar

CNPJ: 83.102.244/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: SAF - 128/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 446 - DOM - SÃO LOURENÇO DO OESTE

Extrato de Contrato nº 446/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - São Lourenço do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 282/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Lourenço do Oeste no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 447 - PGT - SÃO LOURENÇO DO OESTE

Extrato de Contrato nº 447/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - São Lourenço do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 283/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 448 - DOM - TIMBÉ DO SUL

Extrato de Contrato nº 448/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Timbé do Sul

CONTRATANTE: Município de Timbé do Sul

CNPJ: 82.915.232/0001-34

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 79/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Timbé do Sul no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 449 - DOM - GRÃO PARÁ

Extrato de Contrato nº 449/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Grão Pará

CONTRATANTE: Município de Grão Pará

CNPJ: 82.558.149/0001-55

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 94/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Grão Pará no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 450 - DOM - SÃO DOMINGOS

Extrato de Contrato nº 450/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - São Domingos

CONTRATANTE: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 086/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Domingos no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 451 - PGT - SÃO DOMINGOS

Extrato de Contrato nº 451/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - São Domingos

CONTRATANTE: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 087/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro

Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 452 - DOM - PERITIBA

Extrato de Contrato nº 452/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Peritiba

CONTRATANTE: Município de Peritiba

CNPJ: 82.815.085/0001-20

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 181/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Peritiba no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM/MO Nº 30/2014

RESOLUÇÃO Nº 30/2014

"Institui a obrigatoriedade e estabelece os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do CISAM Meio Oeste na forma que especifica."

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, consórcio público de direito público, deverá desenvolver ações no sentido de promover a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a

exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade nos termos desta Resolução, para fins de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pela International Federation of Accountants - IFAC (Federação Internacional de Contadores), bem como a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, que versa sobre os Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

§ 1º. Ficam dispensados dos procedimentos a que se refere o caput os bens:

I - que não ultrapassem o prazo de vida útil de 2 (dois) anos, exceto quanto ao procedimento de depreciação, amortização ou exaustão, obrigatório nos casos de bens com vida útil entre 1 (um) e 2 (dois) anos e facultativo quando a correspondente vida útil for inferior a 1 (um) ano.

II - cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º. Para os fins desta Resolução, entende-se por:

I - avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II - mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III - reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV - redução ao valor recuperável: ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V - valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VI - valor de aquisição: soma do preço de compra de bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VII - valor de mercado ou valor justo: valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII - valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX - valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X - valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XI - amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XII - depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIII - exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XIV - valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XV - valor residual: montante líquido que a entidade espera, com

razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XVI - vida útil:

a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou

b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo; e

XVII - laudo técnico: documento hábil, conforme padrão definido pelo órgão central do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, com as informações necessárias ao registro contábil, contendo, ao menos, os dados previstos no § 1º, do art. 6º, desta Resolução.

§ 3º. Fica o Consórcio Público autorizado a promover a revisão e a atualização das definições constantes nos incisos anteriores, para atender às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 2º. Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Art. 3º. Independentemente do disposto no artigo anterior, os bens do ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável na forma do artigo 1º, desta Resolução.

Art. 4º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas por meio de laudo técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no ANEXO II desta Resolução;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 5º. Os bens adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no ANEXO I desta Resolução.

Art. 6º. Compete ao Presidente a nomeação das comissões encarregadas do procedimento de reavaliação e de redução ao valor recuperável, composta por 3 (três) servidores, sendo, no mínimo 2/3 composta de empregados efetivos.

§ 1º. A comissão a que se refere o caput elaborará o laudo técnico - ANEXO III, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem avaliado e da correspondente documentação, incluindo o código de cadastro no Sistema de Controle Patrimonial;

II - o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e, quando houver, o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal (imóvel urbano), e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (imóvel rural);

III - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

IV - vida útil remanescente do bem;

V - o valor residual; e
VI - data de avaliação.

§ 2º. Deverá ser arquivada cópia do laudo técnico dos bens imóveis no processo específico do imóvel de forma individualizada por bem imóvel, autuado, em ordem cronológica e devidamente numerados, desde a sua aquisição ou no momento em que assumir a responsabilidade sobre o mesmo até sua alienação ou quando deixar de utilizá-lo.

Art. 7º. Emitido o laudo técnico do bem imóvel nos termos do artigo anterior, caberá ao Setor de Contabilidade efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema de Controle Patrimonial.

Art. 8º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Consórcio Público avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º. A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Consórcio Público.

CAPÍTULO III

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 9º. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º. Deverá ser observado quando do cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão a tabela constante no ANEXO I.

§ 2º. A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º. A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º. Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 10. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - animais que se destinam à exposição e à preservação; e

V - terrenos rurais e urbanos.

Art. 11. A vida útil de cada bem estará definida na Tabela identificada como ANEXO I, desta Resolução.

Art. 12. Nos casos de bens reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo técnico.

Art. 13. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

§ 1º. O órgão responsável pelo procedimento de depreciação poderá adotar, para bens móveis e em função do número de horas diárias de operação, os seguintes coeficientes de depreciação acelerada, aplicável às taxas normalmente utilizadas:

I - 1,0: para 1 (um) turno de 8 horas de operação;

II - 1,5: para 2 (dois) turnos de 8 horas de operação; e

III - 2,0: para 3 (três) turnos de 8 horas de operação.

§ 2º. Independentemente do disposto no parágrafo anterior, poderão ser adotados outros critérios ou índices que melhor representem a consumação dos bens sujeitos às regras deste Capítulo, sendo necessária, neste caso, fundamentação escrita, que deverá permanecer arquivada no correspondente órgão.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Seção I Da Fiscalização

Art. 14. Compete ao Setor de Contabilidade do CISAM Meio Oeste, o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes nesta Resolução e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

Parágrafo único. Havendo descumprimento do disposto nesta Resolução, o Presidente do Consórcio deverá ser comunicado da pendência ou restrição, para que este efetue a regularização em 30 (trinta) dias.

Seção II Das Sanções

Art. 15. Compete ao Presidente do Consórcio deliberar as seguintes medidas, no caso de descumprimento do disposto nesta Resolução:

I - notificar o responsável pelo Setor de Contabilidade para que regularize a pendência ou restrição em 15 (quinze) dias;

II - tomar as medidas de punições cabíveis ao responsável pelo setor no caso de ocorrência de omissão, ineficiência ou não observância às normas técnicas correlatas às disposições desta Resolução.

Art. 16. O descumprimento do disposto nesta Resolução sujeita os responsáveis, na esfera de suas atribuições, e solidariamente o titular e dirigente máximo do Consórcio, à responsabilidade administrativa e civil, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis, aprovado pela Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e em estatutos correlatos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 17. Fazem parte integrante desta Resolução:

I - ANEXO I: Tabela de depreciação/amortização e vida útil dos

bens;
 II - ANEXO II: Critérios de reavaliação de bens móveis;
 III - ANEXO III: Modelo de laudo técnico;

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 22 de dezembro de 2014.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

ANEXO I

BENS MÓVEIS					
Conta	Título	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual (%)	% ano	% mês
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIP.,E UTENS.MÉDICOS, ODONTOL., LABORATORIAIS E HOSPI-TALARES	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	20	15	4,25	0,35
1.2.3.1.1.01.11	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.01.13	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.14	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONAUTICOS	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.01.15	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VÔO	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.17	EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES DE MAQUINAS E MOTORES DE NAVIO DE ESQUADRA	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.01.19	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIP. E UTENS. AGROPECUÁRIOS E RODOVIÁRIOS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA	5	10	18	1,50
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10	18	1,50
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5	10	18	1,50
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	5	10	18	1,50
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	5	9,5	0,79
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10	18	1,50
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.04.05	EQUIP. PARA AUDIO, VÍDEO, E FOTO	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	50	5	1,9	0,16

1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.05.02	VEÍCULOS E FERROVIÁRIOS	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCAÇÕES	30	10	3	0,25
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	20	10	4,5	0,38
1.2.3.1.1.99.04	ARMAZENS ESTRUTURAIS – COBERTURAS DE LONA	10	10	9	0,75
1.2.3.1.1.99.08	BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	15	10	6	0,50
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS	15	10	6	0,50
BENS IMÓVEIS					
Conta	Título	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual (%)	% ano	% mês
1.2.3.2.1.01.02	EDIFÍCIOS	35	30	2	0,17
1.2.3.2.1.01.24	SALAS E ESCRITÓRIOS	40	30	1,75	0,15
1.2.3.2.1.02.01	IMÓVEIS RESIDÊNCIAS / COMERCIAIS	40	30	1,75	0,15
1.2.3.2.1.02.04	ARMAZÉNS / GALPÕES / SILOS	30	25	2,50	0,21
1.2.3.2.1.01.05	AQUARTELAMENTO	35	30	2,00	0,17
1.2.3.2.1.01.21	CEMITÉRIOS	40	30	1,75	0,15
1.2.3.2.1.01.22	ESTACIONAMENTO / GARAGENS	40	30	1,75	0,15
1.2.3.2.1.02.06	AEROPORTOS /ESTAÇÕES/AERÓDROMOS	40	30	1,75	0,15
	BENS DE USO COMUM DO POVO				
1.2.3.2.1.05.01	RUAS RODOVIÁRIAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTADAS	25	25	3,00	0,25
1.2.3.2.1.05.01	RUAS RODOVIÁRIAS PAVIMENTAÇÃO PEDRAS	30	25	2,50	0,21
1.2.3.2.1.05.03	ESTRADAS RODOVIÁRIAS SEM PAVIMENTO	40	20	2,00	0,17
1.2.3.2.1.05.04	PONTES DE CONCRETO	20	20	4,00	0,33
1.2.3.2.1.05.04	PONTES DE MADEIRA	10	20	8,00	0,67
1.2.3.2.1.05.05	VIADUTOS	40	20	2,00	0,2
1.2.3.2.1.05.99	GUARITAS	10	5	9,50	0,79
1.2.3.2.1.05.99	SISTEMA DE ESGOTO	50	20	1,60	0,13
1.2.3.2.1.05.99	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50	20	1,60	0,13
1.2.3.2.1.05.99	REDES DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA	50	20	1,60	0,13
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS	60	20	1,33	0,11
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS	25	20	3,20	0,26

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1. VEÍCULOS:

- a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;
- b) O valor de referencia de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo Técnico emitido individualmente (ANEXO III), obtido através da tabela a seguir.

Marca		Placa	
Modelo/Ano		Km	
Valor de Mercado* (R\$)			
Percentuais sobre o valor de Mercado (tabela FIPE)		Avaliação	R\$
	Excelente	100%	
Estado do Veículo	Bom	80%	
	Regular	60%	
	Péssimo	20%	

2. EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL:

A Reavaliação necessitará de vistoria e Laudo Técnico elaborado por comissão integrada por servidores com conhecimentos técnicos especializados, conforme ANEXO III, este obtido pela aplicação da tabela a seguir:

Estado de Conservação do Bem – EC		Período de Vida Útil do Bem (vida futura) - PVU		Período de Utilização do Bem (já utilizado) - PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	10	10 anos	10
Bom	08	9 anos	9	9 anos	9
Regular	05	8 anos	8	8 anos	8
Péssimo	02	7 anos	7	7 anos	7
		6 anos	6	6 anos	6
		5 anos	5	5 anos	5
		4 anos	4	4 anos	4
		3 anos	3	3 anos	3
		2 anos	2	2 anos	2
		1 ano	1	1 ano	1

Fator de reavaliação FR = 4. EC + 6. PVU - 3. PUB

Valor Reavaliado = (Valor do Bem novo X fato de reavaliação)/100

- a) Estado de Conservação do bem - (EC);
 b) Período de vida útil futura do bem, em anos (PUV);
 c) Período de utilização do bem, em anos (PUB).

ANEXO III

MODELO DE LAUDO TÉCNICO**1. NR. LAUDO/PARECER TÉCNICO:**

Código Orçamentário/Descrição Contábil	
Descrição do Bem	
Código do Bem (Sistema Patrimônio)	
Localização do Bem	
Data de Aquisição	
Documentação Respectiva	

2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO:**3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS:**

4. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Excelente ()	Bom ()	Regular ()	Péssimo ()
---------------	---------	-------------	-------------

5. VALORES:

Valor de Aquisição:
Valor Atribuído:
Valor Residual:
Vida Útil Remanescente:

6. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:

Local, Data: ____ / ____ / ____

Nome:	Matrícula:	Assinatura:
-------	------------	-------------

Nome:	Matrícula:	Assinatura:
Nome:	Matrícula:	Assinatura:

RESOLUÇÃO CISAM/MO Nº 31/2014

RESOLUÇÃO Nº 31/2014

“Dispõe sobre alteração no Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2015 e dá outras providências.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições ALTERA O ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Próprio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2015, com Receita estimada em R\$ 493.967,56 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) detalhada a seguir, a qual será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por Categoria Econômica:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR (R\$)
1000.00.00 – RECEITAS CORRENTES	
1723.37.00 – Transferência a Consórcios públicos	99.768,39
1723.37.01 – Contribuições de Rateio	99.768,39
1300.00.00 – RECEITA PATRIMONIAL	
1325.00.00 – Remuneração de Depósitos Bancários	30.000,00
1325.00.99 – Remuneração de Outros Dep. Rec. Não Vinculados	30.000,00
1600.00.00 – RECEITAS DE SERVIÇOS	30.000,00
1600.05.03 – Serv. Radiológicos e Laboratoriais	340.000,00
1600.20.03 – Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento	220.000,00
	120.000,00
2000.00.00 – RECEITAS DE CAPITAL	
2423.37.00 – Transferência a Consórcios públicos	24.199,17
2423.37.01 – Contribuições de Rateio	24.199,17
Total Geral	493.967,56

Art. 2º - A Despesa é fixada em R\$ 493.967,56 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme discriminado abaixo e será realizada de acordo com as especificações constantes dos desdobramentos e demonstrativos a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Entidade:	1 - CISAM – MEIO OESTE					
Órgão:	1 - CISAM – MEIO OESTE					
Unidade Orçamentária:	1 - CISAM – MEIO OESTE					
Função:	04 - Administração					
Sub-função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					
Programa:	04 - Controle de qualidade da água e esgoto					
Projeto/Atividade:	2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio					
Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	Previsão de despesa para 2015
3	1	90	11	3.1.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	125.593,56
3	1	90	13	3.1.90.13	Obrigações Patronais	38.934,00
					Sub Total	164.527,56

3	3	90	14	3.3.90.14	Diárias no País	12.000,00
3	3	90	30	3.3.90.30	Material de Consumo	42.000,00
3	3	90	33	3.3.90.33	Passagens	3.000,00
3	3	90	35	3.3.90.35	Consultorias	18.000,00
3	3	90	36	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.600,00
3	3	90	39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	53.520,00
3	3	90	47	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contrib. – INSS	4.320,00
					Sub Total	136.440,00

Programa:

04 - Controle de qualidade da água e esgoto

Projeto/Atividade:

1.001 – Construção e Adequação do Consórcio

Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	Previsão de despesa para 2015
4	4	90	52	4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	53.000,00
4	4	90	51	4.4.90.51	Obras e Instalações	20.000,00
					Sub Total	73.000,00

Programa:

04 - Controle de qualidade da água e esgoto

Projeto/Atividade:

2.002 – Operação e Manut. Serviços de Regulação e Fiscalização

Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	Previsão de despesa para 2015
3	3	90	14	3.3.90.14	Diárias no País	10.000,00
3	3	90	30	3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00
3	3	90	33	3.3.90.33	Passagens	5.000,00
3	3	90	35	3.3.90.35	Consultorias	40.000,00
3	3	90	39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
3	3	90	47	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00
					Sub Total	120.000,00
					TOTAL GERAL	493.967,56

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir de 1º de janeiro de 2015.

Capinzal/SC, 30 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Presidente CISAM MO

CISAMA

ATA ASSEMBLÉIA DEZEMBRO 2014

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA - LAGES - 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, com início às quinze horas, nas dependências da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages/SC, reuniram-se os prefeitos e vice-prefeitos abaixo relacionados, para tratarem da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Minuta do projeto de lei para a Política Municipal de Resíduos Sólidos e Saneamento; 3) Solicitação de retirada de municípios do quadro social do CISAMA; 4) Eleição e posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA; 5) Assuntos Gerais. A Sra. Iraci Vieira, Secretária Executiva Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, fez a composição da mesa, convidando o Presidente do CISAMA Sr. José Valdori Hemkemaier e o Presidente da AMURES Edelvânio Nunes Topanoti. O presidente do CISAMA, prefeito de Palmeira, José Valdori Hemkemaier deu abertura à assembleia agradecendo a presença de todos e solicitou ao Diretor Executivo do CISAMA, Sr. Selênio Sartori que fizesse a leitura da ordem do dia. Ato contínuo passou para o primeiro item da pauta. O Diretor submeteu à apreciação da assembleia a ata da reunião anterior destacando a aprovação do Orçamento Geral do CISAMA para 2015 no valor de R\$ 578.000,00 (quinhentos e setenta e oito mil reais), sendo que R\$ 574.240,40 (quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais e quarenta centavos) serão provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados, a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio. O Plano de Trabalho 2015 e a prestação de contas do ano de 2014 serão tratados na assembleia de março de 2015 como preconiza o Contrato de Consórcio Público. Aberto à discussão, a ata foi aprovada por unanimidade dos presentes. Sobre a minuta do projeto de lei para a Política Municipal de Resíduos Sólidos, Selênio relatou que no dia 25 de agosto foi realizada uma reunião com os procuradores(as) dos municípios na Amures para tratar da revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico e do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS. Na oportunidade foi discutida a minuta do projeto de lei para criação do conselho municipal de saneamento e meio ambiente e o ofício 108/2014 do CISAMA deu encaminhamento as decisões tomadas pelos presentes na reunião. Segundo o Decreto 8211/2014, após 31 de dezembro de 2014, "será vedado o acesso aos recursos federais ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, àqueles titulares de serviços públicos de saneamento básico que não instituírem, por meio de legislação específica, o controle social realizado por órgão colegiado, nos termos do inciso IV do caput." (NR). Neste sentido vem reforçar a importância dos prefeitos instituírem o conselho de saneamento e meio ambiente dando o devido encaminhamento junto ao legislativo municipal. No terceiro item da ordem do dia foi apresentada a situação dos municípios junto ao Cadastro Único de Convênios - CAUC. Segundo o art. 39, § 1º, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e o art. 14 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011, os consórcios públicos estão impedidos de celebrarem convênios para receberem recursos de transferências voluntárias da União caso exista alguma irregularidade por parte de qualquer dos entes consorciados. O Diretor apresentou a relação de projetos à contratar e diante do exposto restam duas alternativas ao consórcio: i) solicitar a retirada de municípios em situação irregular do quadro social do CISAMA e/ou ii) ingressar com uma ação judicial de antecipação de tutela visando obter na justiça o direito

de celebrar tais contratos. Para tanto a assessoria jurídica da Amures e o Advogado da ADREL elaboraram o pedido de liminar da ação ordinária a ser proposta na Vara Federal da Comarca de Lages. Destacou os principais fundamentos e ainda que as custas de honorários advocatícios e de sucumbências ficam à cargo do vencido, seja a União e a Caixa Econômica Federal (Requeridas) ou o CISAMA (Requerente). Aberta a discussão os presentes decidiram por encaminhar o processo judicial visando possibilitar a assinatura de contratos a partir da seleção das seguintes propostas: n. 31428/2014, n. 046454/2014 e 055164/2014, respectivamente ao programa "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Contrato de Repasse - Emendas Parlamentares" do Ministério do Turismo; "Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF)" e "Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal" do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na sequência foi colocada em pauta a eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA para o ano de 2015. O Presidente do CISAMA, José Valdori Hemkemaier solicitou à equipe do CISAMA que se retirasse da sala e abriu espaço às manifestações dos presentes. Inicialmente discutiram os nomes para composição do Conselho de Administração, sendo aclamados por unanimidade: como Presidente do CISAMA o Prefeito de Campo Belo do Sul - Edilson José de Souza; como 1ª Vice-Presidente a Prefeita de Cerro Negro - Sirlei Kley Varela e como 2º Vice-Presidente o Prefeito de Bocaina do Sul Luiz Carlos Schmulder. Ato contínuo foram aclamados os membros do Conselho Fiscal, como efetivos: o Prefeito de Palmeira José Valdori Hemkemaier e o Prefeito de Paineira - Flávio Antônio Neto da Silva e; como conselheiros suplentes o Prefeito de Otacílio Costa - Luiz Carlos Xavier e o Prefeito de Correia Pinto - Vânio Foster. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, por mim lavrada e assinada pelos presentes. Lages (SC), 10 de dezembro de 2014.

Ivonir Fernandes da Silva Prefeito de Anita Garibaldi brasileiro, casado, RG: 882.986-1 CPF: 347.783.229-91 Praça Paulino Granzotto, 20 Anita Garibaldi/SC	José Valdori Hemkemaier Prefeito de Palmeira brasileiro, casado, RG: 515.5414-3 CPF: 464.164.559-00 Av. Roberto Henckmaier, 200 Palmeira/SC
Edelvânio Nunes Topanoti Prefeito de Bom Jardim da Serra brasileiro, casado, RG: 1759000 CPF: 507.326.505-25 Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Bom Jardim da Serra/SC	Albino Gonçalves Padilha Prefeito de Bom Retiro brasileiro, casado, RG: 856968 CPF: 618.287.349-34 Avenida 24 de Outubro, 715 Bom Retiro/SC
Luiz Carlos Alves de Freitas Prefeito de Capão Alto brasileiro, casado, RG: 1.430.732-4 CPF: 436.492.979-49 Rua João Vieira de Oliveira, s/n Capão Alto/SC	Edilson José de Souza Prefeito de Campo Belo do Sul brasileiro, solteiro, RG: 1.823.208 CPF: 610.553.529-53 Rua Major Teodósio Furtado, 30 Campo Belo do Sul/SC
Sirlei Kley Varela Prefeita de Cerro Negro brasileira, viúva, RG: 1.820.947-5 CPF: 540.875.209-78 Rua Orides Delfes Furtado, 739 Cerro Negro/SC	Vânio Forster Prefeito de Correia Pinto brasileiro, casado, RG: 1.824.028 CPF: 664.496.859-72 Avenida Duque de Caxias, 1569 Correia Pinto/SC
Antonio Arcanjo Duarte Prefeito de Lages brasileiro, casado, RG: 1.823.303 CPF: 557.944.169-04 Rua Irmã Joana de Gusmão, 54 Lages/SC	Ademar de Bona Sartor Prefeito de Rio Rufino brasileiro, casado, RG: 147.919-9 CPF: 295.870.009-78 R. João Oselame, s/n Rio Rufino/SC

Arno Tadeu Marian Prefeito de São José do Cerrito, brasileiro, casado, RG: 125378-6 CPF: 392.333.248-34 R. Anacleto da Silva Ortiz, 127	Fidelis Schappo Prefeito de Urubici, brasileiro, Casado, RG: 89826-0 CPF: 029.893.449-34 Praça Francisco P. de Souza
Arlita Terezinha de Souza Pagani Vice Prefeita de Urupema CPF: 814.518.069-49	Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA, brasileiro, casado, RG: 1965.881-8 CPF 712.938.849-87 Av. Papa João XXIII, 1445 Lages/SC
Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA RG: 1.47.227 CPF 021.223.189-88 Rua: João Cláudio Farinhas, 678 Lages/SC	Lúcia Padilha de Arruda Ide Coordenadora de Projetos - CISAMA RG: 357.221-8 CPF: 195.108.969-34 Av. Marechal Floriano 1146 Lages/SC
Carolina Gemeli Carneiro Engenheira Sanitarista – CISAMA RG: 3.919.237-7 CPF: 050.618.839-69 Rua: Vidal de Negreiros, 62 Lages/SC	Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva, brasileira, Divorciada, RG: 2.827.016-9 CPF: 811.574.019-53 Rua: Teixeira de Freitas, 285 Lages/SC.